ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 86
Brasília - DF, segunda-feira, 7 de maio de 2018

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 14
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 14
Ministério da Cultura 19
Ministério da Defesa 22
Ministério da Educação 24
Ministério da Fazenda 39
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 44
Ministério da Integração Nacional 45
Ministério da Justiça 46
Ministério da Saúde 49
Ministério das Cidades 56
Ministério de Minas e Energia 57
Ministério do Esporte 61
Ministério do Meio Ambiente 61
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 73
Ministério do Trabalho 74
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 78
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 79
Ministério Público da União 81
Tribunal de Contas da União 81
Poder Judiciário 132
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 132

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 232, de 4 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.906.

Nº 233, de 4 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.925.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 565, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e as alterações aprovadas pelo Decreto n° 9.281, de 07 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 28, de 08 de fevereiro de 2018, e;

Considerando os procedimentos para regularização de ocupação irregular de parcelas em assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, com fundamento legal no Artigo 26-B da Lei nº 8.629/93 atualizada pela Lei 13.465/2017 publicada em 12.07.2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.311 de 15 de março de 2018;

Considerando a Nota Técnica Conjunta DD/DT Nº 10-A/2016, alterada pela Nota Técnica Conjunta DD/DT Nº 01/2018 que orienta os procedimentos para regularizar a ocupação de lote/parcela sem anuência do INCRA em assentamento criado até 22 de dezembro de 2014;

Considerando o Acórdão TCU Nº 775/2016, que apontou a existência de indícios de irregularidades em cerca de 479.695 cadastros de famílias beneficiárias da reforma agrária, e, como desdobramento disso, a necessidade de atender as recomendações contidas no referido Acórdão;

Considerando o Plano Nacional de Supervisão Ocupacional, documento elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), que tem como finalidade atender o Acórdão Nº 1976/2017-TCU Plenário e estabelecer, a partir da Supervisão Ocupacional, uma nova metodologia para supervisão ocupacional, com vistas a atualizar o método para a gestão dos projetos de assentamentos do programa de Reforma Agrária;

Considerando a grande demanda de regularização ocupacional, gerada pelas ações de supervisão ocupacional no atendimento dos Acórdãos TCU Nº 775/2016 e Nº 1976/2017-TCU Plenário;

Considerando a implantação no INCRA do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que permite o gerenciamento eletrônico de documentos nas instruções processuais e a Meta do Plano Nacional de Supervisão Ocupacional de implantar o Sistema Automático de Supervisão Ocupacional - SASO nas 30 Superintendências Regionais e inserir o perfil de 80.000 processos no banco de dados do sistema;

Considerando a Meta de implantação nas Superintendências Regionais do SIGRA - RADIS, sistema por meio do qual se promove a Regularização Ambiental, a inserção do perfil e a realização do Cadastro Ambiental Rural -CAR de 300.000 unidades familiares com registro no banco de dados do sistema; resolve:

Art. 1º Criar o Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional.

§ único: O Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional terá como objetivos: definir diretrizes, elaborar normativos técnicos, direcionar, apoiar, organizar, e monitorar os procedimentos para supervisão e regularização ocupacional de parcelas em assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Art. 2º O Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional ficará sob a coordenação da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - INCRA\DD.

§ único: O Núcleo poderá contar na sua composição com integrantes das Coordenações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - INCRA\DD, da Coordenação Geral de Implantação de Assentamentos (DTI) e Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM).

Art. 3º Fica a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - INCRA\DD, autorizada a requisitar servidores do quadro funcional do INCRA para apoiar as ações a serem desenvolvidas pelo Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional.

§ 1º Fica limitado esta requisição ao número máximo de 20 (vinte) servidores;

§ 2º Os servidores requisitados serão designados para compor o Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional, através de Ordem de Serviço da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - INCRA\DD.

Art. 4º Fica autorizado ao Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional, acesso na modalidade "consulta", às bases de dados e sistemas coorporativos do INCRA que estejam relacionados ao cumprimento dos termos estabelecidos nos Artigos 20 e 26-B da Lei 8.629/93 e regulamentados pelo Decreto nº 9.311 de 15 de março de 2018.

§ 1º Fica autorizada a criação no ambiente do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a unidade virtual para o Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional.

Art. 5º Fica autorizado as Superintendências Regionais a criar o Núcleo Regional de Supervisão e Regularização Ocupacional.

§ único: Fica o Núcleo Nacional de Supervisão e Regularização Ocupacional autorizado a direcionar, apoiar, organizar e monitorar os trabalhos das Superintendências Regionais nos procedimentos para supervisão e regularização ocupacional de parcelas em assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA

Art. 6º Estabelecer o prazo de 01 (um ano), para realização dos trabalhos, podendo ser prorrogado o prazo.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 645, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e:

Considerando o Decreto n° 7.133, de 19 de março de 2010, que regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho;

Considerando a portaria mda n° 26, de 27 de abril de 2012, publicada no dou no dia 30 de abril de 2012 e suas retificações, que regulamenta os critérios e procedimentos específicos para a avaliação de desempenho institucional e individual para fins de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividades de Reforma Agrária - GDARA e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA;

Considerando a metodologia para definição das Metas Globais para avaliação de desempenho institucional apresentado pela Diretoria de Gestão Estratégica, resolve:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Diretor, as Metas Globais para o 8° Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional, que se inicia no dia 1° maio de 2018 e termina no dia 30 de abril de 2019, conforme relacionadas no Anexo I.

Art. 2º Determinar a imediata publicação das novas Metas no DOU.

Art. 3º Determinar a imediata publicação das Metas na Intranet do Incra, atualizando as informações sobre a execução obtida quadrimestralmente, até o encerramento do Ciclo 2018-2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Metas Globais para o 8º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional - 01/05/2018 a 30/04/2019

Descrição	Unidade	Diretoria	Meta 8º Ciclo
Número de famílias com novo crédito instalação da Reforma Agrária concedido	Família	DD	15.909
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel	DF	320.400
Número de documentos expedidos para Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	documento expedido	DD	53.376
Número de imóveis certificados	Imóvel	DF	87.365

Obs.: As Metas para os Indicadores Globais foram definidas mediante comparação entre os valores estabelecidos na proposta de Plano de Metas 2018, em relação ao limite inferior da faixa estabelecida a partir da média de execução 2014-2017, com peso 2 para 2017, que desconta no cálculo o desvio-padrão ou até 25% da média verificada, prevalecendo o que for menor.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 99990.000008/2016-01
Interessado: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

DEFIRO o pedido de alterações na versão 1.1 dos documentos DPC, PC A1, PC A2, PC A3 e PC A4 da AC Serasa CD SSL - 2º Nível, vinculada à AC Serasa.

Processo nº 99990.000189/2017-49
Interessado: AC SERASA RFB

DEFIRO o pedido de alterações na versão 5.1 da DPC e na versão 4.2 das PC A1, PC A2, PC A3 e PC A4 da AC Serasa RFB - 2º Nível, vinculada à AC RFB.

Processo nº 99990.000152/2017-11
Interessado: AC SERASA JUS

DEFIRO o pedido de alterações na versão 5.1 dos documentos DPC, PC A3 e PC A4 da AC Serasa JUS - 2º Nível, vinculada à AC JUS.

Processo nº 99990.000132/2017-40
Interessado: AC Serasa CD

DEFIRO o pedido de alterações na versão 6.1 da DPC e na versão 5.1 das PC A1, PC A2, PC A3, PC A4, PC S1, PC S2, PC S3 e PC S4 da AC Serasa CD - 2º Nível, vinculada à AC Serasa.

Processo nº 99990.000184/2017-16
Interessado: SERASA ACP

DEFIRO a manutenção do credenciamento da AC SERASA ACP.

Processo nº 99990.001259/2017-86
Interessado: AR CERTIFICA MINAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTIFICA MINAS, localizada na Rua Silviano Brandão, nº 177, Letra B, Centro, Formiga/MG, vinculada às AC SOLUTI RFB e AC SOLUTI JUS.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 103, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 5º, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 9.136, de 21 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria de Governo da Presidência da República e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, nos termos dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARUN

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Governo, órgão essencial da Presidência da República, compete:

I - assistir direta e indiretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

a) no relacionamento e na articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e na implementação de instrumentos de consulta e de participação popular de interesse do Poder Executivo federal;

b) na realização de estudos de natureza político-institucional;

c) na coordenação política do Governo federal;

d) na condução do relacionamento do Governo federal com o Congresso Nacional e com os partidos políticos; e

e) na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude;

III - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados à implementação de políticas de juventude;

IV - coordenar o Programa Mais Simples Brasil;

V - formular, coordenar, definir diretrizes e articular políticas públicas para as mulheres, incluídas as atividades antidiscriminatórias e voltadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres;

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente da República.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º São unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV/PR:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

a) Assessoria Especial - AESP/GM;

b) Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil - SEPBMS;

c) Gabinete - GM:

1. Coordenação de Gabinete - COGAB;

2. Coordenação de Assuntos Administrativos e Informações - COADI;

3. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/GM;

d) Secretaria-Executiva - SE:

1. Gabinete - GAB/SE:

1.1. Coordenação Técnica - CTEC;

2. Departamento de Gestão Interna - DGI:

2.1. Coordenação-Geral de Gestão Interna - CGGI;

3. Coordenação-Geral de Acesso à Informação - CGAI; e

4. Coordenação de Assuntos Administrativos - COAD:

4.1. Divisão de Apoio Operacional - DAOP;

e) Subchefia de Assuntos Parlamentares - SUPAR:

1. Gabinete - GAB/SUPAR;

f) Subchefia de Assuntos Federativos - SAF:

1. Gabinete - GAB/SAF;

2. Departamento de Articulação com os Estados e o Distrito Federal - DAEDF; e

3. Departamento de Articulação com os Municípios - DAMUN.

g) Secretaria de Relações Institucionais - SRI.

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Nacional de Articulação Social - SNAS:

1. Gabinete - GAB/SNAS;

2. Departamento de Relações Político-Sociais - DRPS:

2.1. Coordenação-Geral de Precursor - CGPR;

2.2. Coordenação-Geral de Informações - CGIN; e

2.3. Coordenação-Geral de Projetos Especiais - CGPE.

3. Departamento de Participação e Diálogos Sociais - DPDS:

3.1. Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos - CGMU;

3.2. Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios - CGMC; e

3.3. Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública - CGPS.

4. Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social - DECIS:

4.1. Coordenação-Geral de Processos Formativos - CGPF; e

4.2. Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã - CGEC.

b) Secretaria Nacional de Juventude - SNJ:

1. Gabinete - GAB/SNJ;

2. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional da Juventude - SE/CONJUVE;

3. Coordenação-Geral de Políticas Transversais - CGPT;

4. Coordenação-Geral de Relações Institucionais - CGRI; e

5. Coordenação-Geral de Políticas Setoriais - CGPS.

III - unidade descentralizada: Escritório Especial em Altamira - Estado do Pará - EALT; e

IV - órgãos colegiados:

a) Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE; e

b) Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS E DAS UNIDADES

Seção I
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Subseção I
Da Assessoria Especial

Art. 3º No exercício das competências estabelecidas pelo Decreto nº 9.137/2017, à Assessoria Especial compete:

I - assistir diretamente o Ministro no desempenho de suas atribuições e, especialmente, na realização de tarefas por ele determinadas.

II - assessorar, propor, promover, formular, dirigir, elaborar e orientar a execução e o exame das atividades da Assessoria Especial, com vistas a conduzir os assuntos relacionados à Secretaria de Governo no assessoramento direto ao Ministro.

III - auxiliar o Ministro, em interligação com os demais órgãos do Ministério, na elaboração e organização de documentos e materiais de informação e de apoio, especialmente, em sua atuação nos Conselhos e nos órgãos colegiados em que tenha assento.

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Subseção II
Da Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil

Art. 4º No exercício das competências estabelecidas pelo Decreto nº 9.137/2017, à Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil compete:

I - coordenar, acompanhar e convocar os grupos técnicos do Programa Bem Mais Simples Brasil;

II - articular, receber e/ou identificar, junto aos órgãos de governo das esferas federal, estadual e municipal e do Poder Judiciário, planos, projetos e ações que impulsionem a modernização interna da administração pública, a simplificação dos serviços públicos e a melhoria do ambiente de negócios;

III - interagir com as entidades da sociedade civil brasileira para promoção de projetos que convirjam com os objetivos do Programa Bem Mais Simples Brasil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015;

IV - sugerir projetos com aderência justificada como pauta possível para as reuniões do Comitê Deliberativo e do Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil;

V - acompanhar, monitorar e avaliar a consecução dos objetivos do Programa Bem Mais Simples Brasil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015; e

VI - fornecer suporte administrativo ao funcionamento do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil.

Subseção III
Do Gabinete do Ministro

Art. 5º As competências estabelecidas pelo Decreto nº 9.137/2017 ao Gabinete do Ministro serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GM:

a) Coordenação de Gabinete - COGAB; e

b) Coordenação de Assuntos Administrativos e Informações - COADI ; e

II - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

Art. 6º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal, de sua pauta de audiências e de compromissos;

II - apoiar a realização de eventos de que participe o Ministro de Estado com representações e autoridades nacionais e estrangeiras;

III - planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério;

IV - providenciar a publicação oficial dos atos que forem de competência do Gabinete;

V - coordenar e articular as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil;

VI - apoiar as atividades relacionadas às relações parlamentares e federativas;

VII - acompanhar e monitorar os conselhos e demais órgãos colegiados do Ministério; e

VIII - exercer outras atribuições cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 7º À Coordenação de Gabinete compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete da SE;

II - gerenciar o correio eletrônico institucional da SE; e

III - coordenar as secretárias que prestam serviço ao Gabinete.

Art. 8º À Coordenação de Assuntos Administrativos e Informações compete:

I - subsidiar o Chefe de Gabinete nas tratativas relacionadas a projetos e reformas no âmbito da Secretaria de Governo;

II - coordenar o mapeamento de fluxo de processos no âmbito do GM;

III - coordenar o processo de desburocratização no âmbito do GM; e

IV - realizar outras atividades designadas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 9º À Assessoria de Comunicação Social, órgão setorial do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, compete:

I - planejar, coordenar e executar a política de Comunicação Social do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação definidas pelo Ministro de Estado e pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II - assistir o Ministro de Estado, as Secretarias e demais unidades do Ministério no relacionamento com os veículos de comunicação social;

III - propor, coordenar e acompanhar entrevistas, individuais e coletivas, concedidas pelo Ministro e pelas demais autoridades do Ministério;

IV - produzir e divulgar conteúdos institucionais das ações do Ministério em suas principais áreas de atuação;

V - atender às solicitações de informação dos meios de comunicação e responder aos questionamentos relativos às ações do Ministério;

VI - avaliar e aprovar os materiais gráficos, publicitários, audiovisuais e de web produzidos por todos os setores do Ministério, para fins de divulgação interna e externa;

VII - acompanhar eventos promovidos ou que tenham a participação do Ministro e outras autoridades da Secretaria de Governo;

VIII - acompanhar, elaborar e manter arquivo fotográfico das solenidades e eventos promovidos pelo Ministério e dos quais participem o Ministro e outras autoridades da Secretaria de Governo;

IX - editar e prover conteúdo, em parceria com as demais unidades, para produtos eletrônicos (*sites* e redes sociais institucionais) e editoriais;

X - estabelecer estratégias e implementar ações para divulgar as atividades e consolidar a imagem institucional da Secretaria de Governo perante a sociedade civil e a mídia; e

XI - zelar pela imagem do Ministério, com a adoção de boas práticas de comunicação social.

Subseção IV
Da Secretaria-Executiva

Art. 10. As competências atribuídas à Secretaria-Executiva pelo Decreto nº 9.137/2017 serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GAB/SE:

a) Coordenação Técnica - CTEC;

II - Departamento de Gestão Interna - DGI:

a) Coordenação-Geral de Gestão Interna - CGGI;

III - Coordenação-Geral de Acesso à Informação - CGAI; e

IV - Coordenação de Assuntos Administrativos - COAD:

a) Divisão de Apoio Operacional - DAOP.

Art. 11. Ao Gabinete da Secretaria-Executiva compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo no exercício de suas atribuições;

II - despachar com o Secretário-Executivo e dar tratamento aos processos e expedientes submetidos à Secretaria-Executiva;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais compromissos diários do Secretário-Executivo;

IV - assistir o Secretário-Executivo na coordenação de estudos e na elaboração de portarias e atos normativos diretamente relacionados à Secretaria-Executiva;

V - prover, em articulação com as demais unidades da Secretaria de Governo, o Secretário-Executivo de informações necessárias à tomada de decisões, auxiliando na coordenação das tarefas a cargo da Secretaria-Executiva;

VI - preparar e acompanhar as nomeações e exonerações de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança, funções comissionadas técnicas e gratificações de exercício no âmbito da Secretaria-Executiva, bem como efetuar o controle de indicações das representações do Ministério em órgãos colegiados;

VII - promover a articulação entre os órgãos supervisionados pela Secretaria-Executiva;

VIII - coordenar e supervisionar a execução das ações técnicas e de gestão interna da Secretaria-Executiva, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento institucional, à comunicação administrativa e à gestão;

IX - receber e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria-Executiva, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação de documentos;

X - coordenar e acompanhar o atendimento de demandas encaminhadas ao Gabinete, ressalvadas aquelas de competência exclusiva de outras unidades; e

XI - exercer outras atividades correlatas, bem como outras atribuições cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 12. À Coordenação Técnica compete:

I - coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de recebimento, exame, registro de documentos, correspondências e demais expedientes da Secretaria-Executiva;

II - coordenar as atividades de ordenação, classificação, registro, guarda em meio físico e eletrônico, eliminação, recuperação de informação e transferência documental do acervo sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva; e

III - promover a guarda da documentação de caráter reservado de interesse da Secretaria-Executiva.

Art. 13. Ao Departamento de Gestão Interna compete:

I - encaminhar e acompanhar as demandas recebidas quanto à estrutura física, à logística e à tecnologia, necessárias ao desempenho institucional das unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República no âmbito de suas competências;

II - acompanhar e executar as atividades necessárias à nomeação de servidores para exercício de cargos na Secretaria de Governo, até a publicação da portaria respectiva;

III - acompanhar as demandas e atividades das demais unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República, no que se refere aos instrumentos e aos atos administrativos sob a gestão da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - revisar e consolidar as informações de gestão das unidades, com vistas à elaboração da Prestação de Contas da Secretaria de Governo junto ao Tribunal de Contas da União;

V - acompanhar a execução orçamentária e financeira da Secretaria de Governo;

Parágrafo único. As competências estabelecidas no Art. 7º do Decreto nº 9.137/2017 serão exercidas com apoio da Coordenação-Geral de Gestão Interna.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Gestão Interna compete:

I - executar as atividades de elaboração de portarias e documentos a serem submetidos à Secretária Executiva e ao Ministro;

II - operacionalizar as solicitações de passagens e diárias dos servidores do Gabinete e da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo;

III - receber e expedir a documentação de interesse do Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - coordenar e acompanhar a execução das atividades necessárias ao atendimento das demandas recebidas quanto à estrutura física, à logística, à tecnologia e ao pessoal necessários ao desempenho institucional das unidades da Secretaria de Governo no âmbito de suas competências, em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria de Administração;

V - coordenar, junto às demais unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República, as atividades referentes aos instrumentos e aos atos administrativos sob a gestão da Secretaria-Executiva e do Ministro de Estado; e

VI - elaborar e acompanhar os atos e procedimentos necessários à requisição, nomeação, exoneração e posse de servidores da Secretaria de Governo.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Acesso à Informação compete:

I - coordenar e executar as atividades do Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Presidência e da Vice-Presidência da República, doravante denominado Serviço de Informações ao Cidadão do Palácio do Planalto (SIC-Planalto), nos termos previstos em regulamento;

II - coordenar e executar as atividades específicas do Serviço de Informações ao Cidadão da Secretaria de Governo da Presidência da República (SIC-Segov) e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SIC-SG);

III - prestar apoio e auxílio aos Serviços de Informações ao Cidadão da Casa Civil (SIC-CC), do Gabinete de Segurança Institucional (SIC-GSI) e da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral (SIC-Secom), bem como ao da Vice-Presidência da República (SIC-VPR), nos assuntos relacionados ao acesso à informação;

IV - auxiliar tecnicamente, de modo subsidiário, as unidades alcançadas pela Rede SIC-Planalto, quanto aos assuntos pertinentes à Lei nº 12.527/11, notadamente nos assuntos relacionados ao acesso à informação;

V - intermediar, quando necessário, as tratativas entre os órgãos integrantes do SIC-Planalto com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e com a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instâncias superiores recursais em assuntos relacionados ao acesso à informação;

VI - comunicar, acompanhar e auxiliar os órgãos integrantes do SIC-Planalto, quando forem encaminhados pedidos de acesso à informação de mesmo teor a mais de um órgão;

VII - supervisionar a gestão do sistema eletrônico específico para registro de pedidos de acesso à informação, estabelecido pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;

VIII - coordenar, no âmbito da Secretaria de Governo, as solicitações de informação enviadas pela Ouvidoria-Geral da União do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referentes à Lei nº 12.527/11;

IX - acompanhar, em articulação com os demais órgãos competentes, as políticas públicas e ações para a promoção da transparência, do acesso à informação e da adoção de medidas de governo aberto no âmbito do Poder Executivo federal;

X - propor e executar projetos e outras ações que visem ao desenvolvimento, apoio e fomento da política de transparência e acesso à informação;

XI - assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados à transparência e acesso à informação;

XII - propor a realização de ações de capacitação, no âmbito da Presidência da República, nas matérias afetas à transparência e ao acesso à informação;

XIII - apoiar, quando solicitado, as Autoridades de Monitoramento dos órgãos abrangidos pelo SIC-Planalto, quanto à aplicação de procedimentos, regras e padrões nas ações de transparência ativa e passiva;

XIV - auxiliar a Secretaria-Executiva na implementação da Política de Dados Abertos da Secretaria de Governo; e

XV - exercer outras atividades correlatas.

Art. 16. À Coordenação de Assuntos Administrativos compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete da SE;

II - coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades administrativas do Gabinete da SE;

III - coordenar a agenda de audiências, despachos, viagens e demais compromissos diários da Secretária-Executiva;

IV - coordenar e executar as ações de comunicação administrativa e fluxo de documentos;

V - gerenciar o correio eletrônico institucional da Secretaria-Executiva; e

VI - coordenar as secretárias que prestam serviço ao Gabinete.

Art. 17. À Divisão de Apoio Operacional compete:

I - requisitar, distribuir e controlar, junto ao setor competente e dentro da legislação vigente, os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria-Executiva; e

II - requisitar, acompanhar e controlar a distribuição e movimentação dos equipamentos e materiais permanentes necessários e manter atualizados os registros de localização.

Subseção V
Da Subchefia de Assuntos Parlamentares

Art. 18. As competências atribuídas a Subchefia de Assuntos Parlamentares pelo Decreto nº 9.137/2017 serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GAB/SUPAR;

II - Assessoria Legislativa - ASLEG;

III - Núcleo de Informações - NINF; e

IV - Núcleo de Documentação e Atos Normativos - NDOC.

Art. 19. Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência direta e imediata ao Subchefe e Subchefe Adjunto no desempenho de suas funções;

II - apoiar nas cerimônias e atividades com a presença do Presidente da República; e

III - receber e analisar as solicitações de audiência, bem como organizar a agenda do Subchefe.

Art. 20. À Assessoria Legislativa compete:

I - coordenar as atividades das assessorias parlamentares dos Ministérios e das empresas estatais no Congresso Nacional;

II - realizar a interlocução com os Ministérios para que, em conjunto com a Casa Civil, seja consolidada a posição de Governo relativa às proposições em tramitação;

III - articular com parlamentares e lideranças para definição de estratégias de atuação;

IV - consolidar o posicionamento do Governo e definir as estratégias de encaminhamentos;

V - articular, com as lideranças do Governo e dos demais partidos, o encaminhamento da posição de governo sobre proposições legislativas e temas em discussão no Congresso Nacional;

VI - acompanhar presencialmente as votações ocorridas nos Plenários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e nas salas das Comissões de ambas as Casas Legislativas;

VII - articular sobre a pauta prioritária de governo com líderes do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal;

VIII - conduzir reuniões com representantes dos órgãos do Poder Executivo para a consolidação de posicionamento de governo sobre proposições legislativas;

IX - articular, com parlamentares e setores envolvidos, visando à formação de posicionamento sobre mérito de proposições em tramitação;

X - coordenar o processo legislativo orçamentário, especialmente na aprovação da LDO e PLOA;

XI - produzir notas e resumos sobre o mérito de votação e alterações nas proposições;

XII - exercer o monitoramento político de vetos na fase de sanção, bem como na sua posterior deliberação pelo Congresso Nacional;

XIII - avaliar política e tecnicamente as proposições de iniciativa do Poder Executivo e vetos;

XIV - acompanhar autoridades e debates no Congresso Nacional quando da realização de audiência, convocação e convites;

XV - articular, apreciar e aprovar a indicação de Diretores, Agências Reguladoras, Ministros dos Tribunais Superiores e Diretores Institucionais Financeiros;

XVI - assistir às sessões das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs;

XVII - monitorar a apresentação e votação de requerimento de convite e/ou convocação de Ministros de Estado e autoridades do Governo Federal.

Art. 21. Ao Núcleo de Informações compete:

I - gerir e desenvolver o Sistema Eletrônico de Acompanhamento Legislativo - e-SIAL, instituído conforme Decreto nº 4.596, de 17 de fevereiro de 2003, incluindo:

a) administrar o e-SIAL, nas atividades semiautomáticas, como por exemplo, a obtenção das pautas das comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal; e

b) oferecer suporte técnico e externo, acerca da utilização do sistema;

II - elaborar e manter sistemas e protótipos de soluções que visem atenuar o tempo de resposta às principais demandas da SEGOV, em linguagens e plataformas diversas;

III - elaborar e/ou acompanhar, via sistema, a geração de produtos informativos, tais como: Agenda Legislativa Semanal, Resultados Legislativos diários, planilhas e diagnósticos ao fim de cada votação nominal;

IV - acompanhar e atualizar as movimentações parlamentares (Bancadas, Lideranças e partidárias);

V - atualizar os dados pessoais e institucionais de cada parlamentar;

VI - atender às demandas diárias da Gabinete do Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República e da respectiva Secretaria-Executiva, relacionadas aos perfis e demais informações parlamentares; e

VII - publicar as seguintes sessões legislativas, nas páginas sob a responsabilidade da SUPAR, constantes no Portal da Secretaria de Governo:

a) Medidas Provisórias;

b) PECs;

c) PLs, PLPs e PLNs;

d) Proposições em fase de sanção, contendo, sobretudo, a data da chegada do autógrafo, prazo final para sanção e informação com a situação final da matéria (sanção/veto parcial/veto total).

Art. 22. Ao Núcleo de Documentação e Atos Normativos compete:

I - gerir as posições de governo acerca de proposições em fase de sanção e veto, produzindo mapas de controle do prazo de sanção e gerenciando pareceres enviados pelos Ministérios/Secretarias envolvidos;

II - coordenar a gestão de documentos, na interação entre a Presidência da República e Congresso Nacional, tais como:

a) Propostas de emendas constitucionais e demais proposições legislativas;

b) Acordos internacionais;

c) Indicação de autoridades;

d) Operações de crédito externo;

e) Processos de outorga/renovação da radiofusão;

f) Relatórios (sobre Informações Complementares ao Orçamento, Programação Monetária e de Avaliação da Receita e Despesa, etc); e

g) Urgência ao Projeto de Lei e outras matérias.

Subseção VI
Da Subchefia de Assuntos Federativos

Art. 23. As competências atribuídas à Subchefia de Assuntos Federativos pelo Decreto nº 9.137/2017 serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GAB/SAF;

II - Departamento de Articulação com os Estados e o Distrito Federal - DAEDF; e

III - Departamento de Articulação com os Municípios - DAMUN.

Art. 24. No exercício das competências estabelecidas pelo Decreto nº 9.137/2017, cabe ao Gabinete da Subchefia de Assuntos Federativos:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de sua área de atuação;

II - acompanhar a situação social, econômica e política dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - acompanhar o desenvolvimento das ações federais no âmbito dos entes federativos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - gerenciar informações, promover estudos e elaborar propostas e recomendações para o aperfeiçoamento do pacto federativo;

V - subsidiar e estimular a integração dos entes federativos nos planos e nos programas de iniciativa do Governo federal;

VI - contribuir com os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal nas ações que tenham impacto nas relações federativas;

VII - articular-se com os órgãos e as entidades da administração pública federal em sua interlocução com os entes federativos e consolidar informações e pareceres sobre propostas relacionadas ao aprimoramento da relação entre os entes federativos e o exercício de suas competências constitucionais;

VIII - contribuir com os órgãos da Presidência da República na criação de instrumentos de avaliação permanente da ação governamental e na interlocução com os entes federativos; e

IX - estimular e apoiar processos, atividades e projetos de cooperação dos entes federativos; e

X - realizar outras atividades designadas pelo Subchefe.

Art. 25. Ao Departamento de Articulação com os Estados e o Distrito Federal compete:

I - subsidiar a Subchefia de Assuntos Federativos no acompanhamento:

a) da situação social, econômica e política dos Estados e do Distrito Federal; e

b) das ações federais no âmbito dos Estados e do Distrito Federal;

II - elaborar informações, estudos e recomendações de aperfeiçoamento do pacto federativo, com ênfase nos Estados e no Distrito Federal;

III - promover a integração dos Estados e do Distrito Federal nos planos e nos programas de iniciativas do Governo federal;

IV - consolidar informações e pareceres sobre propostas relacionadas com o aprimoramento da relação entre os entes federativos e o exercício de suas competências constitucionais nas ações que tenham impacto nos Estados e no Distrito Federal;

V - propor instrumentos de avaliação permanente da ação governamental e da interlocução com os Estados e o Distrito Federal; e

VI - apoiar processos, atividades e projetos de cooperação dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 26. Ao Departamento de Articulação com os Municípios compete:

I - subsidiar a Subchefia de Assuntos Federativos no acompanhamento:

a) da situação social, econômica e política dos Municípios; e

b) das ações federais no âmbito dos Municípios;

II - elaborar informações, estudos e recomendações de aperfeiçoamento do pacto federativo, com ênfase nos Municípios;

III - promover a integração dos Municípios nos planos e programas de iniciativas do Governo federal;

IV - consolidar informações e pareceres sobre propostas relacionadas com o aprimoramento da relação entre os entes federativos e o exercício de suas competências constitucionais nas ações que tenham impacto nos Municípios;

V - propor instrumentos de avaliação permanente da ação governamental e da interlocução com os Municípios; e

VI - apoiar processos, atividades e projetos de cooperação dos Municípios.

Subseção VII
Secretaria de Relações Institucionais

Art. 27. À Secretaria de Relações Institucionais compete a condução de questões afetas às emendas aos orçamentos anuais da União, de modo a:

I - contribuir com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) na produção dos atos normativos anuais, a cargo do Poder Executivo, para fins de cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a execução das emendas impositivas;

II - elaborar a Exposição de Motivos e a minuta de Mensagem Presidencial para encaminhamento dos impedimentos de ordem técnica à execução do orçamento impositivo ao Congresso Nacional, identificados pelos órgãos do Poder Executivo, na forma da legislação vigente;

III - encaminhar ao MPDG, em mídia digital, as medidas saneadoras informadas pelo Congresso Nacional, para fins de superação dos impedimentos de ordem técnica indicados pelo Poder Executivo nas programações atinentes às Emendas Impositivas Individuais;

IV - acompanhar a tramitação dos Projetos de Lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, atinentes a alterações orçamentárias de emendas impositivas;

V - acompanhar, monitorar e avaliar os níveis de execução do orçamento impositivo;

VI - produzir informações e relatórios periódicos, com base em consultas realizadas em sistemas corporativos da União, para subsidiar o Ministro de Estado na interlocução com o Congresso Nacional em assuntos inerentes ao orçamento impositivo;

VII - auxiliar a Secretaria de Orçamento Federal no gerenciamento de acessos de usuários de informações orçamentárias vinculadas a emendas individuais no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP;

VIII - noticiar aos autores de emendas a publicação de normas e orientações que tratem de procedimentos e prazos estabelecidos para a execução anual do orçamento impositivo;

IX - contribuir com o Ministério da Fazenda no controle dos limites financeiros das emendas impositivas, estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira anual; e

X - contribuir na interlocução dos órgãos executores com o Congresso Nacional no tocante às emendas aos orçamentos anuais da União que não tenham caráter impositivo.

Art. 28. Ao Gabinete da Secretaria de Relações Institucionais compete:

I - assistir direta e imediatamente ao Secretário no desempenho de suas atribuições;

II - exercer as atividades de coordenação da agenda do Secretário, incluindo a recepção e o controle dos convites oficiais;

III - adotar providências necessárias nas hipóteses de deslocamentos oficiais do Secretário e servidores da Secretaria, no território nacional e no exterior;

IV - controlar, distribuir e redirecionar os processos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais, observadas as diretrizes da Secretaria;

V - executar as ações administrativas afetas aos servidores lotados na Secretaria, tais como solicitação de acessos a redes e sistemas corporativos, controle de férias, recessos e licenças, entre outros; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Seção II
Dos órgãos específicos singulares

Subseção I
Secretaria Nacional de Articulação Social

Art. 29. As competências atribuídas à Secretaria Nacional de Articulação Social, pelo Decreto nº 9.137/2017, serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GAB/SNAS;

II - Departamento de Relações Político-Sociais - DRPS:

a) Coordenação-Geral de Precursor - CGPR;

b) Coordenação-Geral de Informações - CGIN; e

c) Coordenação-Geral de Projetos Especiais - CGPE.

III - Departamento de Participação e Diálogos Sociais - DPDS:

a) Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos - CGMU;

b) Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios - CGMC; e

c) Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública - CGPS.

IV - Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social - DECIS:

a) Coordenação-Geral de Processos Formativos - CGPF; e

b) Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã - CGEC.

Art. 30. Ao Gabinete da Secretaria Nacional de Articulação Social compete:

I - assistir o Secretário Nacional de Articulação Social na execução de suas atribuições;

II - qualificar e apoiar a agenda do Secretário Nacional de Articulação Social;

III - coordenar o conjunto das ações estratégicas da Secretaria, de forma a garantir sua integração e unidade político-gerencial;

IV - coordenar o modelo de gestão interna e o trâmite de documentos oficiais;

V - articular, consolidar, elaborar e preparar informações para subsidiar as decisões do Secretário Nacional de Articulação Social e para participação em eventos, palestras e reuniões;

VI - coordenar a formalização de parcerias e os processos de contratação da Secretaria, bem como assessorar os departamentos no seu monitoramento;

VII - coordenar e orientar os departamentos na interlocução com os entes federados, em articulação com a Secretaria-Executiva, visando à participação social, ao desenvolvimento sustentável e à inovação social;

VIII - coordenar e integrar os órgãos vinculados no processo de monitoramento de demandas da sociedade civil endereçadas à Secretaria Nacional de Articulação Social;

IX - desempenhar ação de apoio à execução de atos da Administração;

X - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos;

XI - assessorar o Secretário e articular internamente as atividades relacionadas ao Plano Plurianual, ao orçamento anual e ao processo de planejamento e monitoramento; e

XII - providenciar o atendimento aos pedidos de acesso à informação, no que couber.

Art. 31. Ao Departamento de Relações Político-Sociais compete:

I - planejar, organizar e acompanhar a agenda e a precursoria do Presidente da República, por demanda do Gabinete Pessoal ou do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, nas atividades nacionais e externas ao Palácio do Planalto;

II - contribuir na elaboração da agenda futura do Presidente da República e do Escalão Avançado da Presidência da República, em temas afetos à Secretaria Nacional de Articulação Social;

III - coordenar estudos e análises conjunturais e de cenários para subsidiarem a atuação da Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - apoiar a Secretaria de Governo da Presidência da República e a Secretaria Nacional de Articulação Social, quando necessário, no acompanhamento das demandas com os movimentos e entidades sociais;

V - coordenar e promover análises de políticas públicas e de temas de interesse do Presidente da República, da Secretaria de Governo da Presidência da República e da Secretaria Nacional de Articulação Social;

VI - realizar análises, debates e execução de projetos especiais atribuídos à Secretaria Nacional de Articulação Social e especificados em plano estratégico da Secretaria de Governo da Presidência da República;

VII - coordenar, acompanhar e propor, em articulação com órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, temas prioritários das políticas governamentais nos campos do desenvolvimento sustentável;

VIII - articular, mobilizar e subsidiar os órgãos setoriais, os governos subnacionais e a sociedade civil para a disseminação das políticas governamentais, da estratégia de participação social, do desenvolvimento sustentável e dos acordos de cooperação nas agendas nacional e internacional;

IX - articular, gerir e coordenar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, voltados para implementação da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a integração das políticas públicas e o desenvolvimento sustentável;

X - mobilizar agências e órgãos governamentais para a realização de estudos e avaliações técnicas, com finalidade de aperfeiçoar as políticas públicas em projetos especiais;

XI - apoiar a interlocução da Secretaria de Governo da Presidência da República com a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS, nos temas relacionados às dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XII - subsidiar a Comissão Nacional para os ODS com informações e estudos para suas deliberações; e

XIII - acompanhar, em articulação com as demais áreas da Secretaria Nacional de Articulação Social, os trabalhos da Comissão Nacional para os ODS.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Precursor compete:

I - acompanhar a agenda do Presidente da República em atividades nacionais, por demanda do Gabinete Pessoal da Presidência da República;

II - acompanhar, quando demandado, a precursoria de atividades com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo;

III - elaborar boletins e estudos de natureza político-institucional;

IV - participar do processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais;

V - produzir análises conjunturais e estudos que subsidiem a atuação da Secretaria Nacional de Articulação Social;

VI - criar e aprimorar ferramentas e base de informações de temas afetos à Secretaria Nacional de Articulação Social;

VII - enviar informações relevantes à rede de contatos da Secretaria Nacional de Articulação Social; e

VIII - produzir análises de políticas públicas e de temas de interesse do Presidente da República, da Secretaria de Governo e da Secretaria Nacional de Articulação Social.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Informações compete:

I - apoiar atividades de pesquisa e estudos que subsidiem a atuação da Coordenação-Geral de Projetos Especiais e o Departamento de Relações Político-Sociais nos projetos, em especial no tema desenvolvimento sustentável;

II - assessorar a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis no desempenho de suas competências legais;

III - criar e aprimorar ferramentas e bases de informações que subsidiem a atuação do Departamento de Relações Político-Sociais e da Coordenação-Geral de Projetos Especiais; e

IV - disseminar informações relevantes referentes aos projetos especiais e aos assuntos de interesse da Secretaria Nacional de Articulação Social.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Projetos Especiais compete:

I - realizar análises, debates e implementação de projetos especiais especificados no Plano Estratégico da Secretaria de Governo da Presidência da República, atribuídos à Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - apoiar a implementação de agendas nacionais e internacionais de cooperação, de participação social e desenvolvimento sustentável;

III - apoiar a articulação e a mobilização da sociedade civil e as três esferas de Governo, visando ao desenvolvimento de projetos especiais e ao alcance de políticas públicas;

IV - apoiar a Secretaria Nacional de Articulação Social no desempenho das atribuições de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para ODS; e

V - elaborar conteúdos com informações e estudos de subsídio à Comissão Nacional para os ODS para apoiar suas deliberações.

Art. 35. No exercício das competências estabelecidas pelo Decreto nº 9.137/2017, ao Departamento de Participação e Diálogos Sociais compete:

I - coordenar e articular as relações entre o Governo Federal e os diversos segmentos da sociedade civil;

II - fomentar o diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade civil e os órgãos governamentais dos demais entes federativos;

III - coordenar a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO;

IV - atuar na negociação com movimentos e demais segmentos da sociedade civil, com vistas a minimizar conflitos;

V - encaminhar aos órgãos governamentais competentes as demandas sociais que lhes sejam apresentadas pela sociedade civil e monitorar a sua apreciação;

VI - fomentar a interação entre a sociedade e os órgãos governamentais nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios;

VII - realizar a interlocução com os movimentos sociais que se dirijam às imediações dos palácios presidenciais;

VIII - desenvolver estudos e pesquisas sobre participação social e diálogos sociais;

IX - articular e propor a sistematização da participação social no âmbito governamental;

X - fomentar a intersetorialidade e a integração entre conselhos nacionais, ouvidorias e conferências;

XI - acompanhar a realização de processos conferenciais; e

XII - promover a participação social em articulação com os demais entes federativos e contribuir com o fortalecimento da organização social.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos compete:

I - fomentar e articular o diálogo entre os diferentes movimentos sociais urbanos e os órgãos governamentais;

II - receber e encaminhar, aos órgãos governamentais competentes, as demandas afetas aos movimentos urbanos, bem como promover a necessária articulação e monitoramento;

III - atuar na mediação de conflitos urbanos, quando instado a tal, em parceria com a sociedade civil, órgãos públicos das três esferas de governo, poder legislativo e sistema de justiça; e

IV - atuar como Secretaria-Executiva e Coordenação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC, nos termos do Decreto nº 7.405/2010.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios compete:

I - incentivar o diálogo e a interlocução contínua entre os diferentes segmentos dos movimentos sociais do campo e territórios, povos e comunidades tradicionais com os órgãos governamentais;

II - receber e encaminhar aos órgãos governamentais competentes as demandas afetas aos movimentos sociais do campo e territórios, povos e comunidades tradicionais, bem como promover a necessária articulação e monitoramento;

III - realizar a interlocução e atuar na mediação de conflitos com os movimentos sociais do campo e territórios que se dirijam às imediações dos palácios presidenciais e/ou realizem ocupações em órgãos públicos;

IV - promover a articulação junto aos órgãos governamentais para que sejam contempladas as especificidades dos movimentos do campo e territórios e povos e comunidades tradicionais na formulação e execução das políticas públicas setoriais; e

V - coordenar a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública compete:

I - contribuir para a qualificação de representantes da sociedade civil e governamentais com atuação nos espaços de participação social;

II - coordenar o Fórum Governamental de Participação Social, promover estratégias de participação social no planejamento e orçamento públicos, bem como secretariar e coordenar o Fórum Interconselhos, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

III - contribuir com a formulação de propostas inovadoras de participação social, que utilizem linguagem digital e novas mídias, bem como contribuir para a disseminação da participação social mediada pela linguagem digital nas ações de comunicação do Governo Federal;

IV - coordenar o desenvolvimento do Portal da Participação Social, de forma colaborativa;

V - fomentar, articular e coordenar a elaboração de diretrizes básicas e implementação da política e o seu sistema de Participação Social, a serem discutidas com o conjunto do governo e da sociedade;

VI - promover ações e projetos de cooperação técnica que qualifiquem os trabalhos desenvolvidos pelas ouvidorias públicas federais, inclusive a estruturação e sistematização de rede de trabalho; em parceria com a Ouvidoria-Geral da União; e

VII - proporcionar e estimular ações de estudo, pesquisa e formação que subsidiem o fortalecimento dos conselhos e conferências nacionais, ouvidorias, consultas e audiências públicas, enquanto instrumentos de participação social.

Art. 39. Ao Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social compete:

I - apoiar e fomentar processos formativos voltados à educação para a cidadania, dirigido a atores sociais de todos os segmentos que promovam maior conhecimento e acesso às políticas públicas;

II - articular com a sociedade civil processos visando à promoção da educação para a cidadania e inovação social nas políticas públicas;

III - promover e fomentar estudos, pesquisas, análises e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação para a cidadania e inovação social, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas;

IV - propor instrumentos inovadores de participação social, visando o contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas;

V - formular e supervisionar o processo de participação social nas políticas públicas do Governo Federal, voltadas ao fortalecimento da educação para a cidadania e inovação social no âmbito da sociedade civil;

VI - articular, coordenar e gerir programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados ao fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, em busca da inovação social nas políticas públicas.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Processos Formativos compete:

I - promover e estimular processos formativos com foco na educação para a cidadania, voltados a atores sociais, de forma a proporcionar um maior conhecimento e acesso aso processos das políticas públicas nos territórios;

II - estudar e propor instrumentos inovadores de participação social, visando o contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas;

III - formular e supervisionar os processos de participação social nas políticas públicas do Governo Federal, baseadas nos conceitos de educação para a cidadania e inovação social; e

IV - articular e coordenar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados ao fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a inovação social nas políticas públicas.

Art. 41. À Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã compete:

I - estimular, articular e desenvolver com a sociedade civil processos visando à promoção da educação para a cidadania e inovação social nas políticas públicas;

II - coordenar e promover estudos, pesquisas, análises e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, nos campos da educação para a cidadania e inovação social, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas; e

III - articular e coordenar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a inovação social nas políticas públicas.

Subseção II
Secretaria Nacional da Juventude

Art. 42. As competências atribuídas à Secretaria Nacional da Juventude pelo Decreto nº 9.137/2017 serão exercidas pelas seguintes unidades:

I - Gabinete - GAB/SNJ;

II - Secretaria-Executiva do Conselho Nacional da Juventude - SE/CONJUVE;

III - Coordenação-Geral de Políticas Transversais - CGPT;

IV - Coordenação-Geral de Relações Institucionais - CGRI;

V - Coordenação-Geral de Políticas Setoriais - CGPS; e

VI - Núcleo de Gestão, Planejamento e Administração - NGPA.

Art. 43. Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Secretário na organização, coordenação e controle das atividades desenvolvidas na Secretaria, intermediando e facilitando o fluxo de relações internas e externas;

II - participar da proposição de diretrizes das áreas visando à integração de processos e à consecução da missão da Secretaria;

III - articular parcerias para a promoção e defesa dos direitos da juventude, integrando-as com as unidades responsáveis pelos temas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - atividades de representação institucional;

V - planejar, organizar e monitorar a agenda do Secretário;

VI - autorizar e controlar as solicitações de passagens e diárias para servidores e colaboradores da Secretaria;

VII - coordenar o Conselho Gestor do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, bem como os processos e demandas do ProJovem Urbano, nos termos do Decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011;

VIII - mediar o relacionamento da Secretaria com o Congresso Nacional, com apoio da Assessoria Técnica Parlamentar;

IX - assessorar o Secretário em matérias relativas ao ordenamento jurídico nacional e internacional, em articulação com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República; e

X - prestar assessoria na elaboração e no acompanhamento de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da juventude e a eliminação de legislação de conteúdo discriminatório, em articulação com os demais órgãos do governo;

XI - prestar assessoria ao Secretário e demais órgãos da SNJ no desenvolvimento da comunicação social;

XII - assessorar o Secretário nas relações internacionais da Secretaria.

Art. 44. À Secretaria-Executiva do Conselho Nacional da Juventude compete:

I - compor a mesa diretora dos trabalhos e reuniões do Conselho Nacional de Juventude, juntamente com o Presidente e Vice-Presidente;

II - preparar e formular subsídios sobre temas de interesse do plenário do Conselho Nacional de Juventude, de sua mesa diretora, comissões e grupos de trabalho;

III - preparar a pauta das reuniões, em conjunto com o Presidente e o Vice-Presidente;

IV - prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do Conselho Nacional de Juventude;

V - convocar, por solicitação do Presidente, as reuniões do Plenário do Conselho, dos Grupos de Trabalho e Comissões;

VI - dar ampla publicidade a todos os atos deliberados no CONJUVE;

VII - demandar passagens e diárias para conselheiros e colaboradores eventuais; e

VIII - planejar, acompanhar e produzir relatórios da execução orçamentária das ações propostas para o Conselho, em conjunto com o Núcleo de Gestão, Planejamento e Administração.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Políticas Transversais compete:

I - propor diretrizes e políticas públicas de juventude cuja implementação ocorra em articulação com outras áreas do Governo Federal e outros entes da federação, executores de políticas transversais, incorporando a perspectiva da promoção dos direitos da juventude;

II - articular parcerias com a sociedade civil para a promoção e defesa dos direitos da juventude;

III - exercer a coordenação de planos, projetos, programas e ações multissetoriais propostos em diálogo com o conjunto do governo e sociedade civil;

IV - supervisionar os encaminhamentos das pautas que correspondam a demandas ou agendas de grupos juvenis específicos;

V - acompanhar e gerenciar as ações específicas articuladas com entes federados;

VI - propor agendas de diálogo entre as representações da sociedade civil sobre políticas específicas;

VII - elaborar e coordenar políticas de juventude destinadas ao enfrentamento da violência contra juventude negra, rural, ribeirinha, LGBT, além de outras formas de expressão da juventude;

VIII - elaborar o planejamento das ações voltadas ao fortalecimento das políticas que incorporem a diversidade, com prioridade para os jovens negros, quilombolas, de comunidades tradicionais, indígenas, LGBT, rural, ribeirinha e outras, articulando o desenvolvimento territorial de suas ações;

IX - fazer a interlocução da Secretaria com os movimentos e grupos representantes da sociedade civil atuantes na agenda de direitos da juventude negra, rural, ribeirinha, LGBT, indígena, quilombolas, oriundas de territórios periféricos e outros;

X - monitorar as ações das demais áreas da Secretaria, dos ministérios, dos entes federados e do Poder Legislativo, pactuadas para a execução das ações de prevenção à violência contra a juventude, em todas as suas formas de expressões;

XI - coordenar e promover a comunicação e mobilização da Rede Juventude Viva e ações congêneres; e

XII - coordenar e supervisionar as ações do Observatório Participativo da Juventude.

Art. 46. À Coordenação-Geral de Relações Institucionais compete:

I - estabelecer o diálogo e articular parcerias com organismos de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como com o legislativo, com o judiciário e com representantes da sociedade civil, para a implementação de políticas públicas de juventude, com interface com as diferentes instâncias do Estado e atores da sociedade;

II - formular e apoiar planos, projetos, programas e ações específicos para a juventude que demandem interface interministerial para o desenvolvimento e a incorporação da perspectiva juvenil em suas políticas setoriais;

III - coordenar o programa identidade jovem, em âmbito nacional, realizando o diálogo entre a entidade contratada para a administração do banco de dados e a Secretaria.

IV - gerenciar informações sobre políticas públicas, com ênfase no desenvolvimento do Programa Identidade Jovem - ID Jovem;

V - gerenciar informações sobre capacitação, com ênfase no desenvolvimento das ações do ID Jovem;

VI - contribuir para interlocução entre esta Secretaria e os Fóruns de Gestores Estaduais e Municipais, assim como das demais entidades que trabalhem com políticas públicas de juventude;

VII - relacionar-se com os gestores estaduais e municipais acerca das políticas públicas para juventude;

VIII - articular o relacionamento com o Comitê Partidário de Articulação Política de Juventude - CPAPJ.

Art. 47. À Coordenação-Geral de Políticas Setoriais compete:

I - criar e/ou apoiar planos, projetos, programas e ações específicos para a juventude que demandem o desenvolvimento e a incorporação da perspectiva juvenil em políticas setoriais executadas por seus respectivos ministérios;

II - coordenar o Programa Estação Juventude, inclusive por meio de articulação federativa;

III - coordenar ações para a manutenção do banco de dados de programas e ações do Governo Federal voltados para a juventude;

IV - potencializar as ações da Secretaria nos núcleos e unidades do Programa Estação Juventude;

V - gerenciar informações sobre políticas públicas, com ênfase no desenvolvimento do Programa Estação Juventude;

VI - gerenciar informações sobre capacitação, com ênfase no desenvolvimento das ações do Programa Estação Juventude; e

VII - coordenar o Comitê Interministerial de Juventude, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Juventude, gerenciando todas as suas informações.

Art. 48. Ao Núcleo de Gestão, Planejamento e Administração compete:

I - gerenciar e orientar as unidades da Secretaria sobre os processos de planejamento, atividades administrativas e gestão de pessoas;

II - coordenar a elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento e planos prioritários, setoriais e plurianuais;

III - subsidiar a Secretaria-Executiva e a Secretaria de Administração na elaboração do orçamento anual;

IV - monitorar e avaliar a execução financeira e orçamentária da Secretaria;

V - propor e consolidar a proposta de programação financeira da Secretaria;

VI - elaborar os instrumentos jurídicos para formalização das demandas e submeter às áreas pertinentes;

VII - orientar e acompanhar a execução do Programa Estação Juventude;

VIII - acompanhar as atividades de elaboração, execução, monitoramento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos jurídicos celebrados;

IX - distribuir, sistematizar e acompanhar as demandas dos órgãos de controle interno e externo;

X - coordenar o modelo de gestão interna e trâmite de documentos oficiais;

XI - elaborar termos de referência para projetos, programas e ações;

XII - assessorar o Secretário e articular internamente as atividades relacionadas ao Plano Plurianual, ao orçamento anual e ao processo de planejamento e monitoramento, no âmbito da Gestão Estratégica da Secretaria de Governo; e

XIII - acompanhar os pedidos de acesso à informação e providenciar a sua tempestiva resposta, nos termos definidos por portaria específica;

XIV - coordenar ações, parceria e programas de cooperação internacionais.

Seção III
Da unidade descentralizada

Art. 49. Ao Escritório Especial em Altamira - Estado do Pará - compete:

I - receber e encaminhar aos órgãos governamentais competentes as demandas afetas aos movimentos sociais da área de abrangência da atuação do Escritório Especial em Altamira, bem como promover a necessária articulação e monitoramento;

II - realizar a interlocução e atuar na mediação de conflitos com os movimentos sociais que se dirijam ao Escritório Especial em Altamira e/ou realizem ocupações em órgãos públicos da região; e

III - promover a articulação, junto aos órgãos governamentais, para que sejam contempladas as especificidades dos movimentos sociais na formulação e execução das políticas públicas setoriais afetas aos municípios da área de abrangência da atuação do Escritório Especial em Altamira.

Seção IV
Dos órgãos colegiados

Art. 50. Ao Conselho Nacional de Juventude cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 9.024, de 5 de abril de 2017.

Art. 51. Ao Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto n] 8.414, de 2015.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 52. A Secretaria-Executiva será dirigida por Secretário-Executivo, os Gabinetes, Assessoria Especial e Assessoria de Comunicação Social por Chefes, as Secretarias por Secretários, as Subchefias por Subchefes, os Departamentos por Diretores, a Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, as Divisões por Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, os titulares das unidades contarão com Secretário-Executivo Adjunto, Secretário Adjunto, Assessores Especiais, Assessores, Gerentes de Projeto, Assessores Técnicos, Assistentes, Assistentes Técnicos, de acordo com a estrutura organizacional da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 53. Aos Assessores, aos Assessores Técnicos, aos Assistentes, aos Assistentes Técnicos e aos Gerentes de Projeto incumbe assessorar, orientar e executar as atividades conforme as atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 54. Os ocupantes das funções previstas no caput do artigo anterior serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

Seção I
Do dirigente da Assessoria Especial

Art. 55. Ao Chefe da Assessoria Especial incumbe:

I - assistir o Ministro e o Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Assessoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da respectiva Assessoria e informar o Ministro e o Chefe de Gabinete sobre o andamento dos trabalhos;

III - orientar o serviço no âmbito da Assessoria; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção II
Do dirigente da Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil

Art. 56. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - articular, planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil;

II - assistir o Ministro de Estado da Secretaria de Governo da Presidência da República nos assuntos relativos às atividades que lhe são afetas; e

III - submeter ao Ministro de Estado os planos de ação, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples Brasil; e

IV - acompanhar e avaliar os resultados decorrentes das ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria-Executiva do Programa Bem Mais Simples.

Seção III
Dos dirigentes do Gabinete do Ministro

Art. 57. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe:

I - assistir o Ministro em sua representação política e social;

II - manter contato com os titulares das demais unidades do Ministério para solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro, e monitorar o cumprimento das determinações do Ministro, pelos Secretários, Subchefes e Assessores Especiais;

III - promover o relacionamento com as demais unidades do Ministério para tratar da representação externa do órgão e outros assuntos submetidos à consideração do Ministro;

IV - orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Gabinete e de suas unidades;

V - coordenar a pauta de trabalho do Ministro e prestar assistência em seus despachos;

VI - analisar, em articulação com as demais unidades do Ministério, o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Ministro;

VII - responsabilizar-se pelos assuntos de interesse direto do Ministro, bem como pela preparação de sua agenda e viagens;

VIII - receber, ordenar, registrar, expedir e acompanhar a tramitação de documentos e processos no âmbito do Gabinete;

IX - coordenar os agendamentos, atendimentos e as audiências concedidas pelo Ministro;

X - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos do Gabinete do Ministro de Estado; e

XI - exercer outras atividades que lhe forem designadas pelo Ministro.

Art. 58. Ao Chefe da Assessoria de Comunicação Social incumbe:

I - assistir o Ministro e o Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Assessoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da respectiva Assessoria, mantendo o Ministro e o Chefe de Gabinete informados sobre o andamento dos trabalhos;

III - orientar o serviço no âmbito da Assessoria; e

IV - submeter ao Chefe de Gabinete as solicitações que importem a realização de despesas.

Art. 59. Aos Coordenadores incumbe:

I - coordenar, acompanhar e controlar as atividades das unidades de sua competência;

II - atender ao superior imediato nos assuntos pertinentes à sua esfera de decisão;

III - controlar o desenvolvimento das atividades da Coordenação;

IV - propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados; e

V - desempenhar outras atribuições que lhes forem cometidas pelo superior imediato.

Seção IV
Dos dirigentes da Secretaria-Executiva

Art. 60. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar e consolidar os planos de ação global e projetos da Secretaria de Governo da Presidência da República;

II - planejar, dirigir, orientar, avaliar e controlar a execução dos projetos e atividades desenvolvidos pela Secretaria-Executiva;

III - supervisionar e coordenar a articulação das unidades da Secretaria de Governo com os órgãos da Presidência da República, Vice-Presidência da República, da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista e das suas subsidiárias ou controladas;

IV - supervisionar os assuntos administrativos da Secretaria de Governo;

V - substituir o Ministro em seus afastamentos e impedimentos legais; e

VI - exercer outras atividades correlatas e as atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 61. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atividades correlatas e as atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 62. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

II - supervisionar, coordenar e dirigir as atividades de competência do Gabinete da Secretaria-Executiva;

III - analisar, controlar os prazos de atendimento e distribuir processos, as correspondências e os documentos expedidos e recebidos pelo Secretário-Executivo;

IV - organizar os despachos de processos, documentos e expedientes do titular da Secretaria-Executiva e dar encaminhamento aos assuntos tratados no Gabinete;

V - controlar a agenda de trabalho do Secretário-Executivo;

VI - praticar atos de administração geral do Gabinete; e

VII - exercer outras atividades correlatas e as atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 63. Ao Diretor do Departamento de Gestão Interna compete:

I - apoiar o Secretário-Executivo no exercício de sua função, bem como planejar, coordenar e executar as atividades do Departamento e Coordenação-Geral de Gestão Interna;

II - dirigir, planejar e orientar a execução das atividades da Coordenação-Geral de Gestão Interna;

III - analisar, revisar as portarias e documentos a serem submetidos à Secretaria-Executiva e ao Ministro;

IV - controlar e acompanhar os trâmites de emissão de passagens e diárias do Gabinete e da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo;

V - controlar, examinar e dar encaminhamento à documentação recebida e expedida pelo Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva;

VI - encaminhar e acompanhar as demandas recebidas quanto à estrutura física, à logística, à tecnologia e ao pessoal necessários ao desempenho institucional das unidades da Secretaria de Governo, no âmbito de suas competências;

VII - acompanhar, junto às demais unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República, as atividades referentes aos instrumentos e aos atos administrativos sob a gestão da Secretaria-Executiva e do Gabinete do Ministro;

VIII - submeter à autoridade superior as propostas de ato normativo, elaboradas pelas unidades da Secretaria de Governo, via Sistema de Tramitação de Documentos Oficiais da Presidência da República - SIDOF; e

IX - encaminhar Termo Circunstanciado Administrativo para apreciação e julgamento da autoridade competente, no âmbito da Secretaria-Executiva da Secretaria de Governo, na forma da legislação vigente.

Art. 64. Ao Coordenador-Geral de Gestão Interna compete:

I - Apoiar o Diretor do Departamento de Gestão Interna no exercício de sua função, bem como planejar, coordenar e executar as atividades da Coordenação-Geral de Gestão Interna;

II - substituir o Diretor em suas ausências e impedimentos legais;

III - coordenar e orientar a execução das atividades de elaboração de portarias e documentos a serem submetidos à Secretária-Executiva e ao Ministro;

IV - coordenar, junto às demais unidades da Secretaria de Governo da Presidência da República, as atividades referentes aos instrumentos e aos atos administrativos sob a gestão da Secretaria-Executiva e do Ministro da Secretaria de Governo;

V - inserir e acompanhar propostas de ato normativo, elaboradas pelas unidades da Secretaria de Governo, no Sistema de Tramitação de Documentos Oficiais da Presidência da República (SIDOF); e

VI - instruir Termo Circunstanciado Administrativo, quando necessário.

Art. 65. Ao Coordenador-Geral de Acesso à Informação incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar, avaliar e controlar a execução dos projetos e atividades da CGAI;

II - assistir as Autoridades de Monitoramento dos órgãos abrangidos pelo SIC-Planalto na supervisão e coordenação das atividades relacionadas às suas áreas de competência;

III - elaborar relatórios, pareceres, notas técnicas, projetos básicos e termos de referências sobre os assuntos afetos à transparência e acesso à informação; e

IV - exercer outras atividades correlatas e as atribuições que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Art. 66. Aos Coordenadores incumbe:

I - coordenar, acompanhar e controlar as atividades das unidades subordinadas, se houver;

II - atender ao superior imediato nos assuntos pertinentes à sua esfera de decisão;

III - controlar o desenvolvimento das atividades da Coordenação e das unidades subordinadas, se houver;

IV - propor o estabelecimento de normas e procedimentos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados; e

V - desempenhar outras atribuições que lhes forem cometidas pelo superior imediato.

Art. 67. Ao Chefe de Divisão incumbe:

I - promover e executar as atividades de sua esfera de competência e das unidades subordinadas;

II - decidir sobre os assuntos pertinentes às respectivas unidades e encaminhar ao chefe imediato os pendentes de decisão superior;

III - zelar pelo uso correto dos equipamentos, pela ordem dos trabalhos e pela guarda dos materiais da unidade; e

IV - exercer outras atividades que lhes forem determinadas pelo seu superior imediato.

Seção V
Dos dirigentes da Subchefia de Assuntos Parlamentares

Art. 68. Ao Subchefe de Assuntos Parlamentares incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos legislativos;

II - coordenar o acompanhamento da tramitação de proposições no Congresso Nacional realizado pela Assessoria Legislativa;

III - examinar os assuntos atinentes às relações de membros do Poder Legislativo com o Governo, a fim de submetê-los à superior decisão do Ministro de Estado;

IV - articular, com o Congresso Nacional, visando assegurar a uniformidade da ação governamental sobre matéria legislativa;

V - coordenar as assessorias parlamentares dos Ministérios e demais órgãos da administração pública federal; e

VI - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 69. Ao Subchefe Adjunto incumbe:

I - assessorar o Subchefe nas suas atividades;

II - substituir o Subchefe nos casos dos afastamentos, impedimentos legais ou vacância do cargo ou função;

III - supervisionar e coordenar as atividades de análise política desenvolvidas pelo Núcleo de Informação;

IV - coordenar o acompanhamento e atendimento aos pleitos e solicitações, mediante a utilização dos instrumentos previstos na Lei de Acesso à Informação - LAI.

Art. 70. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assessorar e assistir o Subchefe e o Subchefe Adjunto em suas representações política e social;

II - supervisionar a agenda dos Subchefes;

III - acompanhar e providenciar atendimento aos pleitos e solicitações encaminhados à Subchefia, com fundamento na Lei de Acesso à Informação - LAI;

IV - supervisionar e exercer ação gerencial e de apoio à execução de atos administrativos e normativos da Subchefia.

Seção VI
Dos dirigentes da Subchefia de Assuntos Federativos

Art. 71. Ao Subchefe de Assuntos Federativos incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de sua área de atuação;

II - supervisionar e avaliar a execução dos programas e das ações da Subchefia;

III - acompanhar a situação social, econômica e política dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - elaborar propostas e recomendações para o aperfeiçoamento do pacto federativo;

V - subsidiar e estimular a integração dos entes federativos nos planos e nos programas de iniciativa do Governo Federal;

VI - articular-se com os órgãos e as entidades da administração pública federal a fim de promover o aprimoramento da relação entre os entes federativos;

VII - contribuir com os órgãos da Presidência da República na criação de instrumentos de avaliação permanente da ação governamental e na interlocução com os entes federativos;

VIII - estimular e apoiar processos, atividades e projetos de cooperação dos entes federativos;

IX - supervisionar, coordenar e acompanhar a gestão de projetos de natureza estratégica, no âmbito da Subchefia;

X - supervisionar a elaboração do Plano Plurianual e da proposta orçamentária da Subchefia, assim como o acompanhamento e o controle de suas execuções;

XI - representar e assessorar o Ministro, quando convocado, nos assuntos concernentes à Pasta;

XII - representar o Brasil e a Secretaria de Governo da Presidência da República em eventos internacionais e reuniões com temas afetos à Pasta, quando designado pelo Ministro; e

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Art. 72. Ao Subchefe Adjunto incumbe:

I - assistir o Subchefe na execução de suas atribuições;

II - representar, quando designado, a Subchefia de Assuntos Federativos em eventos e reuniões;

III - substituir o Subchefe em seus impedimentos legais, ausências e afastamentos;

IV - instituir processos e elaborar documentos;

V - promover articulações, programar e controlar a agenda de interesse do Subchefe;

VI - proceder ao exame prévio dos processos e dos demais documentos submetidos à consideração do Subchefe;

VII - acompanhar e providenciar as indicações de representações da Subchefia em órgãos colegiados e grupos de trabalho;

VIII - prestar informações a órgãos de controle interno e externo, no âmbito das competências da Subchefia;

IX - manifestar-se acerca de temas de competência não-exclusiva do Subchefe;

X - coordenar as atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XI - manter atualizado o conteúdo técnico sob responsabilidade da Subchefia;

XII - providenciar a divulgação das ações da Subchefia no Portal Federativo;

XIII - supervisionar assuntos de interesse administrativo da Subchefia;

XIV - coordenar as ações dos Departamentos de Articulação com os Estados e o Distrito Federal e de Articulação com os Municípios; e

XV - exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou expressamente delegadas.

Art. 73. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assessorar o Subchefe em assuntos que envolvam a representação política, social e administrativa da Subchefia;

II - representar, quando designado, a Subchefia em eventos e reuniões;

III - elaborar e administrar a agenda do Subchefe;

IV - dar encaminhamento aos expedientes dirigidos à Subchefia ou ao titular da unidade;

V - coordenar a pauta de trabalho do Subchefe e promover o preparo de expedientes para seus despachos; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou expressamente delegadas.

Art. 74. Ao Diretor de Articulação com os Estados e o Distrito Federal incumbe:

I - elaborar relatórios a fim de subsidiar a Subchefia de Assuntos Federativos no acompanhamento da situação social, econômica e política dos Estados e do Distrito Federal;

II - elaborar informações, estudos e recomendações de aperfeiçoamento do pacto federativo, com ênfase nos Estados e no Distrito Federal;

III - promover a integração dos Estados e do Distrito Federal nos planos e nos programas de iniciativas do Governo Federal;

IV - consolidar informações e pareceres sobre propostas relacionadas com o aprimoramento da relação entre os entes federativos e o exercício de suas competências constitucionais nas ações que tenham impacto nos Estados e no Distrito Federal;

V - promover e organizar encontros federativos;

VI - dar encaminhamento aos expedientes recebidos; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou expressamente delegadas.

Art. 75. Ao Diretor de Articulação com os Municípios incumbe:

I - elaborar relatórios a fim de subsidiar a Subchefia de Assuntos Federativos no acompanhamento da situação social, econômica e política dos Municípios;

II - elaborar informações, estudos e recomendações de aperfeiçoamento do pacto federativo, com ênfase nos Municípios;

III - promover a integração dos Municípios nos planos e nos programas de iniciativas do Governo Federal;

IV - consolidar informações e pareceres sobre propostas relacionadas com o aprimoramento da relação entre os entes federativos e o exercício de suas competências constitucionais nas ações que tenham impacto nos Municípios;

V - promover e organizar encontros federativos;

VI - dar encaminhamento aos expedientes recebidos; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem designadas ou expressamente delegadas.

Seção VII
Dos dirigentes da Secretaria de Relações Institucionais

Art. 76. Ao Secretário de Relações Institucionais incumbe:

I - articular, planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Secretaria de Relações Institucionais;

II - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relativos às atividades que lhe são afetas; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 77. Ao Secretário Adjunto incumbe:

I - assistir o Secretário de Relações Institucionais no cumprimento de suas atribuições regimentais;

II - substituir o Secretário de Relações Institucionais em seus impedimentos legais e na vacância do cargo, na forma da legislação vigente; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 78. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - assessorar direta e imediatamente ao Secretário no desempenho de suas atribuições;

II - promover ações visando ao cumprimento das competências atribuídas ao Gabinete da Secretaria de Relações Instituições; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Seção VIII
Dos dirigentes da Secretaria Nacional de Articulação Social

Art. 79. Ao Secretário Nacional de Articulação Social incumbe:

I - planejar, supervisionar, coordenar, controlar e dirigir trabalhos sobre gestão de pessoas, de processos, de recursos materiais, patrimoniais, orçamentários e financeiros;

II - estabelecer orientações e diretrizes estratégicas, supervisionar e coordenar trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento, revisão, articulação e implementação dos planos estratégicos e operacionais em todas as áreas da Secretaria Nacional de Articulação Social, visando assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade;

III - definir as políticas e objetivos específicos de cada área, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando o aperfeiçoamento dos esforços para a consecução dos objetivos da Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - conduzir os processos de mudanças na cultura da Secretaria, com o objetivo de conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo;

V - manter a interlocução e a negociação com as entidades sociais;

VI - coordenar as ações da Secretaria Nacional de Articulação Social na precursora e no Escalão Avançado do Presidente da República, com o objetivo de assegurar o êxito político-institucional do evento;

VII - intermediar as demandas das entidades sociais com o Presidente da República, encaminhando as reivindicações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;

VIII - promover debates sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e regional, bem como a relação Estado/Sociedade;

IX - promover atividades que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis;

X - apoiar a Secretaria de Governo da Presidência da República, quando demandado, na implementação de agendas internacionais de cooperação, de participação social e do desenvolvimento sustentável;

XI - implementar projetos especiais especificados no Plano Estratégico da Secretaria de Governo da Presidência da República;

XII - representar o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República no relacionamento com movimentos sociais, quando demandado; e

XIII - desempenhar outras atribuições delegadas pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Art. 80. Ao Secretário Adjunto incumbe:

I - substituir o Secretário Nacional de Articulação Social em suas férias, afastamentos, ausências ou impedimentos legais;

II - supervisionar a execução do plano operativo anual da Secretaria; e

III - desempenhar outras atribuições delegadas pelo Secretário Nacional de Articulação Social.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 81. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - coordenar, controlar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - coordenar o trâmite de documentos oficiais no âmbito da Secretaria Nacional de Articulação Social;

III - coordenar ação de apoio à execução de atos da Administração;

IV - revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos da Secretaria Nacional de Articulação Social;

V - supervisionar a agenda do Secretário Nacional de Articulação Social;

VI - monitorar o atendimento aos pedidos de acesso à informação encaminhados à Secretaria; e

VII - desempenhar outras atribuições delegadas pelo Secretário Nacional de Articulação Social.

Art. 82. Ao Diretor de Relações Político-Sociais incumbe:

I - planejar, supervisionar, coordenar, controlar e dirigir trabalhos sobre gestão de pessoas, no âmbito de suas atribuições;

II - executar as orientações e diretrizes estratégicas do Secretário Nacional de Articulação Social, supervisionar e coordenar trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento, revisão, articulação e implementação dos planos estratégicos e operacionais em todas as áreas no âmbito do Departamento, visando assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade;

III - propor as políticas e objetivos específicos de cada área no âmbito de seu Departamento, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando o aperfeiçoamento dos esforços para a consecução dos objetivos do Departamento de Relações Político-Sociais, conjuntamente com a Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - planejar e supervisionar as ações do Departamento voltadas à promoção de estudos, avaliações e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, no campo da participação social e do desenvolvimento sustentável;

V - planejar e supervisionar a execução das atividades referentes aos processos de articulação e gestão dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, voltados para implementação de agendas internacionais de cooperação, de participação e desenvolvimento sustentável;

VI - monitorar e supervisionar a elaboração de boletins e análises conjunturais de natureza político-institucional para a produção de estudos que subsidiem a atuação da Secretaria Nacional de Articulação Social;

VII - planejar e supervisionar a criação e aprimoramento de ferramentas e bases de informações que suportem as atividades de projetos especiais e a Secretaria Nacional de Articulação Social; e

VIII - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo Secretário Nacional de Articulação Social, no âmbito de suas atribuições.

Art. 83. Ao Coordenador-Geral de Precursor incumbe:

I - coordenar a elaboração de boletins e análises conjunturais de natureza político-institucional para a produção de estudos que subsidiem a atuação da Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - supervisionar a criação e aprimoramento de ferramentas e base de informações que amparem o trabalho da Secretaria Nacional de Articulação Social;

III - gerenciar o envio de informações relevantes à rede de contatos da Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - orientar o processo de monitoramento das demandas dos movimentos sociais;

V - conduzir análises de políticas públicas e de temas de interesse do Presidente da República, da Secretaria de Governo da Presidência da República e da Secretaria Nacional de Articulação Social;

VI - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pela direção do Departamento de Departamento de Relações Político-Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 84. Ao Coordenador-Geral de Informações incumbe:

I - coordenar a elaboração de estudos e análise conjuntural do desenvolvimento sustentável e de participação social que subsidiem o Departamento de Relações Político-Sociais e a Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - gerenciar o envio de informações de projetos especiais relevantes à rede de contatos da Secretaria Nacional de Articulação Social;

III - conduzir análises de políticas públicas e de temas de interesse da Secretaria de Governo da Presidência da República e da Secretaria Nacional de Articulação Social; e

IV - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pela direção do Departamento de Departamento de Relações Político-Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 85. Ao Coordenador-Geral de Projetos Especiais incumbe:

I - coordenar a elaboração de estudos e análise conjuntural para a implementação de projetos especiais atribuídos a Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - gerenciar a implementação de agendas internacionais de cooperação, de participação social e desenvolvimento sustentável;

III - mobilizar e articular análises de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável; e

IV - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pela direção do Departamento de Relações Político-Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 86. Ao Diretor de Participação e Diálogos Sociais incumbe:

I - planejar, supervisionar, coordenar, controlar e dirigir trabalhos sobre gestão de pessoas, no âmbito de suas atribuições;

II - executar as orientações e diretrizes estratégicas do Secretário Nacional de Articulação Social, supervisionar e coordenar trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento, revisão, articulação e implementação dos planos estratégicos e operacionais em todas as áreas no âmbito do Departamento, visando assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade;

III - propor as políticas e objetivos específicos de cada área no âmbito de seu Departamento, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando o aperfeiçoamento dos esforços para a consecução dos objetivos do Departamento de Participação e Diálogos Sociais conjuntamente com a Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - implementar, no âmbito do Departamento de Participação e Diálogos Sociais, os processos de mudanças na cultura definidos pela Secretaria, com o objetivo de conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo;

V - manter a interlocução e a negociação com os movimentos sociais, atores governamentais para o alcance das atribuições previstas para o Departamento;

VI - fomentar, articular e monitorar a apreciação das demandas dos diversos movimentos sociais e o encaminhamento das reivindicações aos órgãos governamentais;

VII - promover atividades que tenham atuação conjunta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

VIII - fomentar a interação entre a sociedade e os órgãos governamentais nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;

IX - realizar a interlocução com os movimentos sociais que se dirijam às imediações dos palácios presidenciais;

X - representar a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República no relacionamento com os movimentos sociais, quando demandado; e

XI - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo Secretário Nacional de Articulação Social, no âmbito de suas atribuições.

Art. 87. Ao Coordenador-Geral de Movimentos Urbanos incumbe:

I - coordenar e participar das ações da Coordenação de Movimentos Urbanos, voltadas para o diálogo com os movimentos sociais urbanos;

II - coordenar a articulação com demais órgãos governamentais no encaminhamento e na apreciação das demandas apresentadas pelos movimentos sociais;

III - coordenar e participar das ações da Coordenação de Movimentos Urbanos, voltadas para a mediação de conflitos urbanos;

IV - coordenar a atuação da Coordenação de Movimentos Urbanos como Secretaria-Executiva e Coordenação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC;

V - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pela Direção do Departamento de Participação e Diálogos Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 88. Ao Coordenador-Geral de Movimentos do Campo e Territórios incumbe:

I - coordenar o desenvolvimento das ações e da equipe responsável pelo atendimento aos movimentos do campo e territórios;

II - atuar em conformidade com a missão institucional do Departamento de Participação e Diálogos Sociais e da Secretaria Nacional de Articulação Social;

III - coordenar a interlocução entre os movimentos do campo e territórios e comunidades tradicionais com os órgãos governamentais, no âmbito do Departamento de Participação e Diálogos Sociais;

IV - fomentar o respeito às especificidades dos movimentos do campo e territórios e povos e comunidades tradicionais na formulação e execução das políticas públicas setoriais;

V - coordenar a Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO; e

VI - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo titular do Departamento de Participação e Diálogos Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 89. Ao Coordenador-Geral de Participação Social na Gestão Pública incumbe:

I - coordenar ações que contribuam para a qualificação de representantes da sociedade civil e governamentais com atuação nos espaços de participação social;

II - coordenar ações que contribuam para a criação de novos mecanismos formais de participação, bem como propor ações para o aperfeiçoamento dos já existentes;

III - coordenar o desenvolvimento do Portal da Participação Social, de forma colaborativa;

IV - secretariar o Fórum Governamental de Participação Social e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos seus Grupos Temáticos;

V - coordenar estudos, pesquisas e avaliações que subsidiem a formulação e a implementação, da participação social na elaboração, acompanhamento e controle de políticas públicas;

VI - proporcionar e estimular ações de estudo, pesquisa e formação que subsidiem o fortalecimento dos conselhos e conferências nacionais, ouvidorias, consultas e audiências públicas, enquanto instrumentos de participação social;

VII - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo titular do Departamento de Participação e Diálogos Sociais, no âmbito de suas atribuições.

Art. 90. Ao Diretor de Educação para a Cidadania e Inovação Social incumbe:

I - planejar, supervisionar, coordenar, controlar e dirigir trabalhos sobre gestão de pessoas no âmbito de suas atribuições;

II - executar as orientações e diretrizes estratégicas do Secretário Nacional de Articulação Social, supervisionar e coordenar trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento, revisão, articulação e implementação dos planos estratégicos e operacionais em todas as áreas no âmbito do Departamento, visando assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade;

III - propor as políticas e objetivos específicos de cada área no âmbito de seu Departamento, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando o aperfeiçoamento dos esforços para a consecução dos objetivos do Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social conjuntamente com a Secretaria Nacional de Articulação Social;

IV - implementar, no âmbito do Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social, os processos de mudanças na cultura definidos pela Secretaria, com o objetivo de conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo;

V - planejar e supervisionar as ações do Departamento voltadas à promoção e fomento dos estudos, pesquisas, análises e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação para a cidadania da inovação social, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas;

VI - planejar e supervisionar a execução das atividades referentes aos processos de articulação e gestão dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a inovação social nas políticas públicas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - planejar e supervisionar processos formativos voltados à educação para a cidadania, dirigidos a atores sociais, que promovam maior conhecimento e acesso aos processos das políticas públicas;

VIII - planejar e supervisionar a execução das atividades referentes ao processo de participação social dos atores nas políticas públicas do Governo Federal, voltadas ao fortalecimento da educação para a cidadania e inovação social, no âmbito da sociedade civil;

IX - planejar e supervisionar ações de articulação com a sociedade civil, visando à promoção da inovação social nas políticas públicas;

X - planejar as atividades de promoção e execução de estudos, pesquisas, análises e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação para a cidadania da inovação social, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas; e

XI - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo Secretário Nacional de Articulação Social, no âmbito de suas atribuições.

Art. 91. Ao Coordenador-Geral de Processos Formativos incumbe:

I - coordenar as atividades de articulação e gestão dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a inovação social nas políticas públicas;

II - coordenar as atividades de fomento e promoção de processos formativos voltados à educação para a cidadania, dirigidos a atores sociais, que promovam maior conhecimento e acesso aos processos das políticas públicas;

III - estudar, elaborar e coordenar as ações quanto à implementação de instrumentos inovadores de participação social com vistas ao contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas;

IV - elaborar e apresentar os relatórios técnicos, parciais e finalísticos, das atividades desenvolvidas pela Coordenação, no âmbito de suas atribuições; e

V - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo titular do Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social no âmbito de suas atribuições.

Art. 92. Ao Coordenador-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã incumbe:

I - coordenar atividades de articulação com a sociedade civil, visando à promoção da educação para a cidadania e inovação social nas políticas públicas;

II - coordenar as atividades de articulação e gestão dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados ao fortalecimento da participação e do diálogo com a sociedade civil, visando a inovação social nas políticas públicas;

III - coordenar as atividades de promoção e execução de estudos, pesquisas, avaliações e projetos-piloto, com indicadores e metodologias participativas, no campo da educação para a cidadania e inovação social, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas;

IV - elaborar e apresentar os relatórios técnicos, parciais e finalísticos, das atividades desenvolvidas pela Coordenação; e

V - cumprir e fazer cumprir as orientações e atividades demandadas pelo titular do Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação Social no âmbito de suas atribuições.

Art. 93. Ao Coordenador-Geral do Escritório Especial de Altamira incumbe:

I - representar a Secretaria de Governo da Presidência da República e participar da implementação e do acompanhamento das políticas, dos programas e dos projetos de sua competência;

II - coordenar o processo de diálogo com as entidades e movimentos sociais;

III - manter a Secretaria de Governo da Presidência da República informada sobre as ações decorrentes de intermediações/articulações entre os órgãos federais e os movimentos sociais que atuam na região;

IV - atuar na articulação com o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, com vistas à mediação de conflitos; e

V - representar o Governo Federal em reuniões, audiências e/ou eventos na região.

Seção IX
Dos dirigentes da Secretaria Nacional de Juventude

Art. 94. Ao Secretário Nacional de Juventude incumbe:

I - representar a Secretaria Nacional da Juventude no âmbito nacional e internacional;

II - organizar e coordenar as atividades desenvolvidas na Secretaria, de modo a estimular a efetivação das políticas públicas do Estado que estejam sob a competência da Secretaria;

III - gerir e delegar as atividades dos servidores da Secretaria, distribuindo funções de acordo com as necessidades do órgão;

IV - instituir parcerias para a promoção e defesa dos direitos da juventude, integrando-as com as unidades responsáveis pelos temas;

V - coordenar o Conselho Gestor do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, bem como os processos e demandas do ProJovem Urbano;

VI - articular parcerias para promoção e defesa dos direitos da juventude; e

VII - acompanhar projetos de lei que visem a assegurar os direitos da juventude, bem como ações de outros órgãos e ministérios que tenham a pauta da juventude em destaque.

Art. 95. Ao Secretário Adjunto incumbe:

I - auxiliar o Secretário em suas funções;

II - substituir o Secretário Nacional de Juventude em suas férias, afastamentos, ausências ou impedimentos legais; e

III - desempenhar outras atribuições delegadas pelo Secretário Nacional de Juventude.

Art. 96. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - auxiliar e assessorar o Secretário na organização das atividades desenvolvidas na Secretaria;

II - planejar e organizar a agenda do Secretário;

III - autorizar e controlar as solicitações de passagens e diárias para servidores e colaboradores da Secretaria;

IV - mediar o relacionamento da Secretaria com o Congresso Nacional; e

V - coordenar a assessoria de comunicação social.

Art. 97. Ao Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Juventude incumbe:

I - compor a mesa diretora dos trabalhos e reuniões do Conselho Nacional de Juventude;

II - preparar estudos e subsídios para o plenário do Conselho Nacional de Juventude, de sua mesa diretora, comissões e grupos de trabalho;

III - convocar as reuniões do Plenário do Conselho, dos Grupos de Trabalho e Comissões;

IV - demandar passagens e diárias para conselheiros e colaboradores eventuais; e

V - produzir os relatórios da execução orçamentária das ações propostas para o Conselho.

Art. 98. Ao Coordenador-Geral de Políticas Transversais incumbe:

I - buscar parcerias com a sociedade civil para a promoção e defesa dos direitos da juventude;

II - mediar o diálogo entre a Secretaria e os ministérios, dos entes federados e do Poder Legislativo, no que tange a ações de prevenção à violência contra a juventude;

III - supervisionar os planos, projetos, programas e ações multissetoriais de competência da Coordenação;

IV - distribuir funções e atividades aos servidores dessa Coordenação de modo a gerenciar as ações específicas articuladas com entes federados e sociedade civil;

V - coordenar a comunicação e mobilização da Rede Juventude Viva e ações congêneres; e

VI - coordenar as ações do Observatório Participativo da Juventude.

Art. 99. Ao Coordenador-Geral de Relações Institucionais incumbe:

I - articular parcerias com organismos de governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, de todos os poderes para a implementação de políticas públicas de juventude;

II - coordenar planos, projetos, programas e ações específicos para a juventude que tenham alcance interministerial;

III - supervisionar e coordenar o Programa Identidade Jovem, em âmbito nacional, gerenciando informações;

IV - fazer a interlocução desta Secretaria e os gestores estaduais e municipais, bem como Fóruns de Gestores Estaduais e Municipais e demais entidades que trabalhem com políticas públicas de juventude;

V - articular o relacionamento com o Comitê Partidário de Articulação Política de Juventude - CPAPJ.

Art. 100. Ao Coordenador-Geral de Políticas Setoriais incumbe:

I - supervisionar o Programa Estação Juventude;

II - coordenar a manutenção do banco de dados de programas e ações do Governo Federal sobre juventude;

III - gerenciar informações sobre políticas públicas do Programa Estação Juventude;

IV - supervisionar o Programa Estação Juventude; e

V - coordenar o Comitê Interministerial de Juventude;

Art. 101. Ao Gerente de Projetos, do Núcleo de Gestão, Planejamento e Administração incumbe:

I - coordenar, supervisionar e planejar as atividades desenvolvidas no Núcleo;

II - auxiliar e subsidiar o Secretário em suas funções; e

III - gerir os processos de planejamento, atividades administrativas e gestão de pessoas desenvolvidos no âmbito da Secretaria.

Seção X
Do dirigente da unidade descentralizada

Art. 102. Ao Coordenador-Geral do Escritório Especial de Altamira incumbe:

I - representar a Secretaria de Governo da Presidência da República e participar da implementação e do acompanhamento das políticas, dos programas e dos projetos de sua competência;

II - coordenar o processo de diálogo com as entidades e movimentos sociais;

III - manter a Secretaria de Governo da Presidência da República informada sobre as ações decorrentes de intermediações/articulações entre os órgãos federais e os movimentos sociais que atuam na região;

IV - atuar na articulação com o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, com vistas à mediação de conflitos; e

V - representar o Governo Federal em reuniões, audiências e/ou eventos na região.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE
	2	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.6
ASSESSORIA ESPECIAL	1	CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL	DAS 101.6
	3	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.5
	3	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA DO PROGRAMA BEM MAIS SIMPLES BRASIL	1	SECRETÁRIO-EXECUTIVO	DAS 101.5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	GERENTE DE PROJETO	DAS 101.4
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSISTENTE	DAS 102.2
GABINETE	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.5
	1	GERENTE DE PROJETO	DAS 101.4
	2	ASSESSOR	DAS 102.4
	3	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação	2	COORDENADOR	DAS 101.3
Assessoria de Comunicação Social	1	CHEFE DE ASSESSORIA	DAS 101.5
	2	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	SECRETÁRIO-EXECUTIVO	NE
	1	SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO	DAS 101.5
	5	ASSESSOR	DAS 102.4
	3	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Divisão	1	CHEFE	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Acesso à Informação	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	FCPE 102.3
	1	ASSISTENTE	FCPE 102.2
	2	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	1	SECRETÁRIO	DAS 101.6
	1	SECRETÁRIO ADJUNTO	DAS 101.5
	1	GERENTE DE PROJETO	DAS 101.4
	5	ASSESSOR	DAS 102.4
	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	3	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	4	ASSISTENTE	DAS 102.2
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	1	SUBCHEFE	NE
	1	SUBCHEFE ADJUNTO	DAS 101.5
	3	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.5
	7	ASSESSOR	DAS 102.4
	6	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	7	ASSISTENTE	DAS 102.2
	7	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS	1	SUBCHEFE	NE
	1	SUBCHEFE ADJUNTO	DAS 101.5
	2	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.5
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL	1	DIRETOR	DAS 101.5
	3	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	3	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	1	DIRETOR	DAS 101.5
	3	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	3	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL	1	SECRETÁRIO	DAS 101.6
	1	SECRETÁRIO ADJUNTO	DAS 101.5
	2	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.5
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	2	ASSISTENTE	DAS 102.2
	1	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
ESCRITÓRIO ESPECIAL EM ALTAMIRA - ESTADO DO PARÁ	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS	1	DIRETOR	DAS 101.5
	5	ASSESSOR	DAS 102.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Precursor	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Informações	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Projetos Especiais	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGOS SOCIAIS	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Movimentos Urbanos	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Movimentos do Campo e Territórios	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Participação Social na Gestão Pública	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E INOVAÇÃO SOCIAL	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Processos Formativos	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Educação Popular e Mobilização Cidadã	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	1	SECRETÁRIO	DAS 101.6
	1	SECRETÁRIO ADJUNTO	DAS 101.5
	1	GERENTE DE PROJETO	DAS 101.4
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	3	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE	1	SECRETÁRIO-EXECUTIVO	DAS 101.4
	1	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Políticas Transversais	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Relações Institucionais	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Políticas Setoriais	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES	1	SECRETÁRIO	DAS 101.6
	1	SECRETÁRIO ADJUNTO	DAS 101.5
	2	ASSESSOR ESPECIAL	DAS 102.5
	4	ASSESSOR	DAS 102.4
Gabinete	1	CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4
	3	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
	1	ASSISTENTE	DAS 102.2
	1	ASSISTENTE TÉCNICO	DAS 102.1
Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Autonomia Econômica	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Direitos do Trabalho	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
	4	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/ Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180)	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	2	COORDENADOR	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Acesso à Justiça e Fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	2	COORDENADOR	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Programa Mulher Viver Sem Violência	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	2	COORDENADOR	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE AÇÕES TEMÁTICAS	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Cidadania, Exercício de Direitos, Saúde, Poder, Educação e Cultura	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Diversidade	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	1	COORDENADOR	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	1	DIRETOR	DAS 101.5
	1	ASSESSOR	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Organismos Públicos de Políticas para as Mulheres	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
	1	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Articulação Política e Monitoramento de Planos e Parcerias	1	COORDENADOR-GERAL	DAS 101.4
Coordenação	2	COORDENADOR	DAS 101.3
	2	ASSESSOR TÉCNICO	DAS 102.3

RETIFICAÇÃO

Na Portaria que torna público o Regulamento da 1ª Edição do Prêmio ODS Brasil 2018, publicada no DOU de 4 de maio de 2018, Seção 1, página 17, na epígrafe, **onde se lê:** "Portaria nº 100, de 3 de maio de 2018", **leia-se:** "Portaria nº 102, de 3 de maio de 2018".

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.398, DE 2 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, e Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 26 da Instrução Normativa nº 53, de 2013, na Lei nº 6.894, de 1980, no Decreto nº 4.954, de 2004, e o que consta no Processo 21034.000082/2018-11, resolve::

Art. 1° Credenciar a instituição privada de pesquisa SGS DO BRASIL LTDA., CNPJ n° 33.182.809/0078-10, localizada na Rodovia PR 158, km 6,5 s.n., Estância Vó Verônica, CEP 87701-970, no município de Paranavaí, PR, para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica de fertilizantes, corretivos, condicionadores de solo, inoculantes e biofertilizantes.

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de cinco anos.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 451/SEI, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.044428/2016-52, resolve:

Art. 1° Extinguir, a pedido da Fundação Véritas, a consignação referente ao canal 274 E, na localidade de Bauru, estado de São Paulo, para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, outorgada por meio da Portaria nº 12 de 17 de janeiro de 2000, publicada no DOU de 21 de janeiro de 2000, e ratificada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 112, de 8 de maio de 2001, publicado no DOU de 1 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.956/SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.055695/2007-16, resolve:

Art. 1° Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 06/01/2008, a permissão outorgada à Fundação João Paulo II, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cachoeira Paulista, estado de São Paulo, serviço esse outorgado meio do Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 1987.

Art. 2° A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3° Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 13.758/SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000538/1998 e nº 53000.069057/2013-12, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PADRE HERMENEGILDO BORTOLATTO, por meio da Portaria nº 386, publicada no Diário Oficial da União em 26 de março de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rio das Antas/SC, uma vez que a Associação decidiu encerrar as atividades referentes à prestação do Serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.466/SEI-MCTIC, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.007317/2006-37, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CIDADE DE GASPAR para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Gaspar / SC, por meio da Portaria nº 257, de 06 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2009, tendo em vista manifestação de desistência da outorga pela entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.971-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1o Declarar extinta, a partir de 06 de julho de 2016, a autorização concedida à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha (ACELV), por meio da Portaria nº 599, de 16 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2007, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Lagoa Vermelha, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 anos, sem direito à exclusividade.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.038-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista Parecer nº 1095/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Fundação de Saúde e Ação Social Pautila Jordão (FUSASO), por meio da Portaria nº 152, de 25 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bonito / PE, em razão extinção da pessoa jurídica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.049-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001058/1998 e nº 53000.007909/2014-69, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação de Comunicação RadCom Cristal de Marilândia do Sul - PR, por meio da Portaria nº 107, publicada no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marilândia do Sul / PR, em razão da transferência da outorga a outra entidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.051-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000100/2000 e nº 53900.043835/2015-61, resolve:

Art. 1º Declarar que se encontra extinta desde o dia 10 de novembro de 2014 a autorização outorgada à ACOMOR - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MORADA DE RADIODIFUSÃO, por meio da Portaria nº 1600, publicada no Diário Oficial da União em 20 de agosto de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Virgem da Lapa / MG, em razão da falta de interesse da entidade em permanecer executando o serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.059-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000726/1999 e nº 53900.045445/2015-26, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação Comunitária de Difusão Cultural Beto Abacaxi, por meio da Portaria nº 1185, publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Barrinha / SP, em razão da falta de interesse da entidade em continuar prestando o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.060-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53770.002296/1998 e nº 53000.007041/2013-16, resolve:

Art. 1º Declarar que encontra-se extinta desde o dia 19 de novembro de 2012 a autorização outorgada à Comunidade Unida de Jacuacanga, por meio da Portaria nº 628, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angra dos Reis / RJ, em razão da falta de interesse da entidade em continuar executando o serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.166-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53050638/2016-80 e nº 53900.050638/2016-80, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de agosto de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE VIRMOND, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Virmond / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.169-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001378/1998 e nº 53900.045664/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACCS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Macaúbas / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.171-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000133/1999 e nº 53900.048776/2015-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JITAÚNA,para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jitaúna / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.173-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000033/2000 e nº 53900.045626/2016-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL 22 DE DEZEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salvador / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.175-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000770/2001 e nº 53900.045557/2016-68, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CESÁRIO LANGE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cesário Lange / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.226-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.059257/2013-67, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira, com sede à Av. Governador Orleir Cameli nº 152 Bairro Ana Vieira, na localidade de Sena Madureira / AC, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.316-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.034243/2010-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária A Voz de Cajueiro (rádio Cidade), com sede à Rua Galdino da Silva, s/n, Cajueiro nº s/n - Bairro Cajueiro, na localidade de São João da Barra / RJ, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.320-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.016132/2016-41, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Barra, com sede à Rua Gustavo de Castro Alencar, nº 78, Distrito de Barra, na localidade de AIUABA/CE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.321-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.011959/2016-69, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Comunicadores de Rádio Pró-Cultura de Feiticeiro - CE, com sede à Rua Joaquim Távora, nº 48, Bairro Feiticeiro, na localidade de JAGUARIBE/CE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 89,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.322-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.054824/2009-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação E Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida, com sede à Av. 26 de Outubro, nº 1545 Nº S/N - B. Bela Vista, na localidade de Ipatinga / MG, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 98.70 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 236, DE 4 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.019039/2015-11

Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos do Voto nº 6/2018/SEI/AD (SEI nº 2662174): a) não celebrar o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC; e, b) determinar o arquivamento dos autos.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 3.226, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GP- GUARDA PATRIMONIAL VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA GAUCHA LTDA, CNPJ nº 08.476.480/0001-73 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SIDNEY OCHMAN
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.208, DE 26 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53548.000482/2018-14.

Expede autorização à SUBCONDOMINIO DO CENTRO COMERCIAL DO SHOP.CEN.ELDO.C.G., CNPJ nº 33153099000110, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.219, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COOPERATIVA DE ENERGIZACAO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA GRANDE DOURADOS LTDA, CNPJ nº 03.747.565/0001-25 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 3.272 - VALERIO LUIZ DA COSTA VANNI, CPF nº 268.533.371-15;

Nº 3.274 - VSEG SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 30.076.936/0001-67;

Nº 3296 - Processo nº 53548.000554/2018-23. PAULO SYKORA FILHO, CNPJ nº 60888741120.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.903, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.011071/2018-09.

Expede autorização à A. R. LEOPOLDINO - TELECOM, CNPJ/MF nº 07.533.671/0001-67, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.933, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.014728/2018-81.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ 87.209.250/0001-14, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Porto Alegre/RS.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 19 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.967 - Processo nº 53500.014958/2018-41.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO CIDADE DE COSTA RICA LTDA, CNPJ 26.843.995/0001-46, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Costa Rica/MS.

Nº 2.971 - Processo nº 53500.014991/2018-71.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO CHAPADA DO CORISCO LTDA, CNPJ 12.067.450/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Teresina/PI.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 24 DE ABRIL DE 2018

Nº 3.137 - Processo nº 53500.015601/2018-80.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CONQUISTA LTDA, CNPJ 16.314.163/0001-89, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Vitória da Conquista/BA.

Nº 3.140 - Processo nº 53500.015604/2018-13.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA, CNPJ 16.315.327/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Juazeiro/BA.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.325, DE 3 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.016768/2018-68.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECOP SOCIEDADE EDUCATIVA DE COMUNICACOES PEDREIRENSE, CNPJ 69.186.955/0001-81, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pedreira/SP.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 15, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, deliberou submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de Ato estabelecendo os limites de potência de transmissão de estações do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) na faixa de frequências 39,5-40 GHz, processo nº 53500.016224/2018-04.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. Esta Consulta Pública permanecerá disponível por 15 (quinze) dias, contados de sua publicação.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

WILSON DINIZ WELLISCH
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO N° 227, DE 03 DE MAIO DE 2018

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 641ª Sessão, realizada em 03 de maio de2018, e considerando que:

a) O Decreto n° 51.726 de 19 de fevereiro de 1963, estabelece em seu artigo 46, que são considerados elementos de interesse para a energia nuclear o lítio, berílo, zircônio e nióbio e também no seu artigo 90, que compete à CNEN, através de Resoluções, estabelecer as normas para o comércio interno e externo dos minérios de interesse para a energia nuclear e neles intervir, se assim julgar conveniente aos interesses nacionais;

b) A Resolução CNEN n° 03 de 30 de abril de 1965, em seu item 16, estabelece que os concessionários de lavras de minérios de lítio e berílio poderão exportar até o máximo de 10 % das reservas medidas remanescentes, quando tiverem a pesquisa de suas jazidas comprovadas por técnicos da CNEN e no seu item 22, que a metade das cotas para a exportação será distribuída semestralmente pela CNEN, entre os candidatos que se apresentarem aos editais publicados no início de cada semestre, segundo o seguinte critério: grau de beneficiamento ou elaboração do produto a ser exportado, tradição mineradora, quantidade de minérios para o embarque e reservas das jazidas;

c) Para o Berílio consideramos a reserva medida em 2016, de 109.508 ton. de BeO, conforme informação prestada pelo DNPM. Como em 2017 foram exportadas 21,54 ton. de BeO, a reserva remanescente será de 109.486,46 toneladas de BeO contido. Considerando-se 10% da reserva remanescente e a média anual das 5 últimas exportações de 14,87 ton., propomos uma cota anual para exportação em 2018, de 50 toneladas de BeO;

Para o Lítio consideramos os dados de reserva medida informados em 2017 pelas empresas: d) d) Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e AMG Mineração S/A:

- A CBL informou uma reserva medida de 1.025.849 toneladas de ROM, com 20% de Espodumênio, portanto, uma reserva de 205.170 toneladas de Espodumênio contido, que é um silicato de Li e Al com aproximadamente 1,5% de Li2O. Considerando o teor de 1,5% de Li2O no Espodumênio, a reserva da CBL é de 3.078 toneladas de Li2O.

- A empresa AMG Mineração S/A informou uma reserva medida no pegmatito de 3.421.000 toneladas de ROM com 1% de Li2O, portanto, 34.210 toneladas de Li2O. Na barragem e nas pilhas, a empresa informou ter medido uma reserva de 3.347.000 toneladas de Espodumênio com 1,16% de Li2O. Portanto, 38.825 toneladas de Li2O. Desta forma a reserva medida total informada pelas duas empresas em 2017, é de 76.113 toneladas.

- Assim, considerando-se 10% das reservas medidas pela CBL e AMG em 2017, de 7611 toneladas de Li2O e, em razão dos investimentos feitos pela empresa AMG Mineração S/A numa planta de recuperação de Lítio em Nazareno, MG , conforme informado, propomos uma cota anual para exportação em 2018, de 3.500 toneladas de Li2O;

e) Para o Nióbio consideramos a reserva medida em 2016, de 255.957,65 toneladas de Nb2O5 contido no mineral Tantalita-Columbita. Como a média anual das exportações desse mineral nos últimos 5 anos, foi de 166,69 toneladas de Nb2O5, a reserva remanescente é de 255.790,96 ton. isso nos permite sugerir uma cota anual para exportação em 2018, de 350 toneladas de Nb2O5;

f - Para o Zircônio consideramos a reserva medida de 2.953.050 toneladas de ZrO2 conforme informado pelo DNPM em 2015. Considerando-se a média anual das exportações dos últimos 5 anos de 654,37 ton. de ZrO2 a reserva remanescente é de 2.951.086,9 ton. de ZrO2, contido. Considerando-se 10% dessa reserva e a média das exportações dos últimos 5 anos, propomos uma cota anual para exportação em 2018, de 1000 toneladas de Zr2O, RESOLVE:

Art. 1º- Fixar para o exercício de 2018, as cotas anuais para exportação, abaixo especificadas, dos elementos de interesse para a energia nuclear, sob a forma de minerais, minérios e concentrados, com base nos óxidos contidos:

Berílo: até um total de 50 toneladas em óxido de berílio contido (BeO);

Lítio: até um total de 3.500 toneladas em óxido de lítio contido (Li_2O);

Nióbio: até um total de 350 toneladas em óxido de nióbio contido (Nb_2O_5);

Zircônio: até um total de 1000 toneladas em óxido de zircônio contido (ZrO_2);

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

ORLANDO JOÃO AGOSTINHO GONÇALVES FILHO
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

RESOLUÇÃO N° 228, DE 3 DE MAIO DE 2018

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 641ª Sessão, realizada em 03 de maio de2018, resolve:

Art. 1º Renovar a Qualificação do Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear - IBQN, como Órgão de Supervisão Técnica Independente, para Inspeção Independente na área Elétrica, nas seguintes condições abaixo:

I - A Renovação da Qualificação é válida nos termos do item 5.3 da Norma CNEN-NN-1.28 i I I "Qualificação e Atuação de Órgãos de Supervisão Independentes em Usinas Nucleoelétricas e Outras Instalações", por um período de 3 (três) anos, a partir da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União;

II - Os certificados, decisões e pareceres técnicos do IBQN constituirão documentos válidos para uso de seus contratantes durante a construção e operação de instalações nucleares, reservando-se à CNEN o direito de sua avaliação para a aceitação, quando for o caso;

O IBQN fica obrigado a comunicar à CNEN quaisquer alterações havidas em sua estrutura

III - organizacional ou técnica que impliquem na modificação das informações que serviram de base para a presente Qualificação, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência de tais alterações.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

ORLANDO JOÃO AGOSTINHO GONÇALVES FILHO
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

RESOLUÇÃO N° 229, DE 3 DE MAIO DE 2018

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 641ª Sessão, realizada em 03 de maio de2018, resolve:

Art. 1º Art. 1º Alterar a Posição Regulatória CNEN 3.01/002:2011 - Fatores de Ponderação para as Grandezas de Proteção Radiológica, incorporando as seguintes modificações:

I - O item 3.1, passa a ter a seguinte redação:

EQUIVALENTE DE DOSE: Grandezas operacionais para monitoração externa podem ser definidas com características metrológicas e ainda levar em conta as diferentes eficácias de danos para diferentes tipos e energia da radiação. São elas, o equivalente de dose individual Hp(d) e o equivalente de dose ambiente H*(d). Essas grandezas utilizam os fatores de qualidade da radiação Q como fator de peso, em lugar dos fatores de peso da radiação wR. Os fatores de qualidade de radiação são dados em função da transferência linear de energia não restrita (também chamado de poder de freamento não restrito). Os valores de Q estão apresentados na Tabela 1.

A grandeza Hp(d) é uma grandeza operacional para monitoração individual externa, sendo o produto da dose absorvida em um ponto, na profundidade d do corpo humano, pelo fator de qualidade da radiação nesse ponto.

A grandeza H*(d) é uma grandeza operacional para monitoração de área em ambientes de trabalho, sendo o produto da dose absorvida em um ponto pelo fator de qualidade da radiação, correspondente ao que seria produzido em uma esfera de tecido equivalente de 30 cm de diâmetro, na profundidade d.

Para radiação fortemente penetrante, é adotada a profundidade de 10 mm e o valor obtido pode ser usado como estimativa da dose efetiva. Para radiação fracamente penetrante, é adotada a profundidade de 0,07 mm e o valor obtido pode ser usado para estimar a dose equivalente na pele e extremidades.

II - O item 4.1, passa a ter a seguinte redação:

ESCOPO DE APLICAÇÃO: Aplicável à avaliação das grandezas de proteção radiológica para fins de verificação de conformidade com as restrições de dose específicas estabelecidas pela CNEN.

As grandezas operacionais para monitoração externa de fótons foram definidas pela Comissão Internacional de Proteção Radiológica (ICRP) e pela Comissão Internacional de Medidas e Unidades de Radiação (ICRU). A grandeza operacional para uso em monitoração individual é o equivalente de dose individual Hp(d), que é definido como o "equivalente de dose" em tecido mole, em uma profundidade d (em milímetros) a partir de um ponto especificado na superfície do corpo. A medição desta grandeza é realizada diretamente pelo monitor individual, a partir de um processo de calibração utilizando simulador antropomórfico definido pela ICRU.

Art. 2º Alterar a Posição Regulatória CNEN 3.01/004:2011 Restrição de Dose, Níveis de Referência Ocupacionais e Classificação de Áreas, incorporando as seguintes modificações:

I - O item 3.2, passa a ter a seguinte redação:

NÍVEIS DE REGISTRO E INVESTIGAÇÃO: O nível de registro para monitoração individual mensal de IOE é de 0,10 mSv para dose efetiva: todas as doses maiores ou iguais a 0,10 mSv devem ser registradas. Níveis operacionais para fins de registro de monitoração em períodos inferiores ou superiores ao período mensal devem ser submetidos à aprovação da CNEN.

O nível de investigação para monitoração individual de IOE deve ser, para dose efetiva, 6 mSv por ano ou 1 mSv em qualquer mês. Para dose equivalente, o nível de investigação para pele, mãos e pés é de 150 mSv por ano ou 20 mSv em qualquer mês. Para o cristalino, o nível de investigação é 50 mSv por ano ou 6 mSv em qualquer mês.

Para fins de investigação, níveis operacionais em períodos de monitoração inferiores ou superiores ao período mensal devem ser submetidos à CNEN.

Art. 3º Alterar a Posição Regulatória CNEN 3.01/005:2011 Critérios para Cálculo de Dose Efetiva, a Partir da Monitoração Individual, incorporando as seguintes modificações:

I - O item 3.2, passa a ter a seguinte redação:

DOSIMETRIA EXTERNA: A grandeza operacional para uso em monitoração individual é o equivalente de dose individual Hp(d), que é definido como o "equivalente de dose" em tecido mole, em uma profundidade d (em milímetros) a partir de um ponto especificado na superfície do corpo. A medição desta grandeza é realizada diretamente pelo monitor individual, a partir de um processo de calibração utilizando simulador antropomórfico definido pela ICRU. Para estimar a dose efetiva devida à exposição externa, deve ser utilizado um monitor individual posicionado no ponto mais exposto do tórax, calibrado em Hp(10).

A monitoração de rotina deve ser feita através de serviços de monitoração individual autorizados pela CNEN, com frequência mensal. Qualquer aumento no período de monitoração deve ser justificado e autorizado pela autoridade competente.

Para campos não uniformes ou radiação pouco penetrante, deve também ser estimada a dose equivalente em tecidos específicos. No caso de radiações pouco penetrantes, a dose equivalente na pele deve ser estimada por dosímetros individuais calibrados em Hp(0,07). No caso de extremidades (pés e mãos), deve se estimar a dose equivalente na pele, através de monitores individuais calibrados na grandeza operacional Hp(0,07). No caso da dose equivalente no cristalino, deve se usar monitores individuais calibrados na grandeza operacional Hp(3).

II - O item 3.3, passa a ter a seguinte redação:

DOSE EFETIVA: A dose efetiva, E, é o somatório da dose efetiva devida à exposição externa e da dose efetiva comprometida durante qualquer período de tempo t, proveniente da incorporação de radionuclídeos. A dose efetiva é estimada pela expressão:

onde Hp(10) é o equivalente de dose individual a uma profundidade de 10 mm em tecido mole, obtido pelo monitor individual usado no ponto mais exposto do tórax, durante o tempo t para a radiação R. Os termos e(g) j,ing e e(g)j,ina são os coeficientes de dose para ingestão e inalação de radionuclídeo j pelo grupo etário g. Os termos I j,ing e Ij,ina são as incorporações por ingestão e inalação, respectivamente, do radionuclídeo j durante o período de tempo t.

Para exposição ocupacional, os valores dos coeficientes de dose são aqueles estabelecidos na Posição Regulatória PR-3.01/003, "Coeficientes de Dose para Indivíduos Ocupacionalmente Expostos".

Art. 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidentedo Conselho

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro)

ORLANDO JOÃO AGOSTINHO GONÇALVES FILHO
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 740-SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo 53500.028165/2014-85, especialmente da Nota Técnica n.º 9091/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Conhecer o recurso administrativo interposto pela RÁDIO MÉDIO URUGUAI LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rodeio Bonito, estado do Rio Grande do Sul, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, para no mérito, negar-lhe provimento, em decorrência do não atendimento ao disposto na legislação vigente.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 750-SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 53000.051898/2007-25, especialmente da Nota Técnica n.º 9290/2018/SEI-MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela RADIO SOCIEDADE DE VOLTA REDONDA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, contra a decisão de indeferimento do pedido de aprovação dos locais de instalação e autorização para utilização de equipamentos, para no mérito, negar-lhe provimento, em decorrência do não atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Portaria MC n.º 231, de 07/08/2013.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHO Nº 758-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 76, inciso XVII, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.017370/2018-34, resolve:

Acolher o disposto na Nota Jurídica n° 00313/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e Nota Técnica nº 9318/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para tornar sem efeito o Despacho de Indeferimento Definitivo nº 1.758/SEI, de 23/10/2017, publicado no Diário Oficial da União de 25/10/2017.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 2.276-SEI, DE 26 DE ABRIL DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.080475/2017-49, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua 7 de Setembro, n° 14 - Centro para a Vila Merejos, s/n° - Beleza, na localidade de Parambu / CE. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 542/2001 publicada no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 2001, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 299/2003, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho de 2003, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53650.001741/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 06°11'08"S e longitude 40°41'04"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.928-SEI, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.014846/2018-85, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Atalaia/AL, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.974-SEI, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021190/2011-26, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Ituiutaba/MG, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.094-SEI, DE 18 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021318/2011-51, resolve:

Art. 1º Consignar à CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Itapoá/SC, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.239-SEI, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.034244/2013-85, resolve:

Art. 1º Consignar à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Panorama/SP, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.241-SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021107/2011-19, resolve:

Art. 1º Consignar à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO TOCANTINS S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Tocantinópolis/TO, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.256-SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.034245/2013-20, resolve:

Art. 1º Consignar à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANDOVALINA/SP, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.280-SEI, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.023211/2018-79, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO PIONEIRA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Teresina/PI, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.285-SEI, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.021184/2017-19, resolve:

Art. 1º Consignar à SUL BRASIL - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de Matinhos/PR, o canal 16 (dezesseis), correspondente à faixa de frequência de 482 a 488 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 491-SEI, DE 20 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.040882/2013-35, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PEDREGULHO, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 6618/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 681-SEI, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.008422/2018-81, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da A.B.G COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MONGAGUA, estado de São Paulo, com possibilidade de utilização do canal digital 44 (quarenta e quatro) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 8402/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 732-SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.022558/2018-02, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 9029/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de prorrogação do prazo para instalação da estação, formulado pela RADIO RIO CORRENTE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Maria da Vitória, estado da Bahia, mediante utilização do canal n.º 216 (duzentos e dezesseis), classe B1.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 1075-E de 18/04/2018, publicada no DOU nº. 76 de 20/04/2018, Seção 1, página 12, em relação ao projeto "A IRMANDADE", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Banco: 001 - agência: 3178-X conta corrente: 52225-2

Leia-se: Banco: 001 - agência: 4249-8 conta corrente: 152225-6

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 27, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01-Processo n. º 01510.000508/2007-03
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial nas Obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico de Santa Catarina-Governo do Estado de Santa Catarina
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02- Processo n. º 01409.000141/2018-30
Projeto: Monitoramento arqueológico durante obras de iluminação no Convento da Penha
Arqueóloga Coordenadora: Christiane Lopes Machado
Apoio Institucional: Superintendência do Iphan - Espírito Santo
Área de Abrangência: Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Verde Vale Energia LTDA, ME
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Verde Vale III
Processo n. º 01502.003398/2016-13
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Integrado de Educação Patrimonial Usina Fotovoltaica Verde Vale III
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Menezes Lemos
Arqueólogo de Campo: Túlio Alves Amorim do Amaral
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB-Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Guanambi, Esta do da Bahia
Prazo de Validade: 10 (dez) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: River Plaza Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento River Plaza
Processo n. º 01408.000092/2017-64
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Influência do Loteamento River Plaza
Arqueóloga Coordenadora: Ana Claudia de Arthur Jucá
Arqueóloga de Campo: Thales Walmir do Espírito Santo Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Município de Santa Rita, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora Celi Ltda.
Empreendimento: Loteamento Aningas I e Aningas II
Processo n. º: 01504.000333/2017-87
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação dos Loteamentos Aningas I e Aningas II
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Daher de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Daniela Mendes Neiva de Oliveira
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX, Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Aracaju, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
Empreendimento: Projeto Riacho Seco
Processo n. º: 01502.900275/2017-11
Projeto: Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Riacho Seco
Arqueólogo Coordenador: Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP- Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Curaçá, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

04- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão de 500 KV Açu III - SE Mel
Processo n. º 01421.900058/2017-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 500kv SE Açu III - SE Mel
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueólogo de Campo: Almir do Carmo Bezerra
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar - LAHP, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
Área de Abrangência: municípios de Açu, Carnaubais e Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Aurora Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar Pérola
Processo n. º 01402.000969/2017-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Parque Solar Pérola
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Lucas de Paula Souza Troncoso
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Ribeiro Gonçalves, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

06- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Enel Green Power Brasil Participações Ltda.
Empreendimento: LT 500kV- SE São Gonçalo do Gurguéia - SE Gilbués II
Processo n. º 01402.000020/2018-58
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 500kV - SE São Gonçalo do Gurguéia - SE Gilbués II
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Maria Cleonice de Souza Vergne
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Municípios de São Gonçalo de Gurguéia e Gilbués, Estado de Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

07- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Sérgio Eduardo Rocha
Empreendimento: Loteamento Jardim Aeroporto I
Processo n. º 01506.901286/2017-71
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Implantação do Loteamento Residencial Jardim Aeroporto
Arqueólogo Coordenador: Gerson Levi Lazzaris
Endosso Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu- Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Fartura, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 03 (Três) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria n. º 06, de 05 de fevereiro de 2018, Seção I, Anexo IV, Página 26, Autorização n. º 19, publicada em 6 de fevereiro de 2018, onde se lê: "Processo nº 01516.005050/2017-10", leia-se: "Processo nº 01506.005050/2017-10"

Na Portaria nº 09, de 26 de fevereiro de 2018, Seção I, Anexo III, Página 12, Autorização n. º 01, publicada em 27 de fevereiro de 2018, onde se lê: "Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Semiótica do Ceará - NARSE-Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Laboratório de Arqueologia, Departamento de História -Larq/CCHLA- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ", leia-se: ""Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Semiótica do Ceará - NARSE-Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Laboratório de Arqueologia, Departamento de História -Larq/CCHLA- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)"

Na Portaria nº 15, de 16 de março de 2018, Seção I, Anexo IV, Página 28, Autorização nº 07, publicada em 19 de março de 2018, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Guilherme Tavares Gonçalves Junior" e onde se lê: "Processo nº 01500.005507/2016-05", leia-se: "Processo nº 01506.005507/2016-05"

Na Portaria n° 13, de 09 de março de 2018, Seção I, Anexo V, Página 23, Autorização nº 25, publicada em 12 de março de 2018, onde se lê: "Arqueólogo de campo: Job Lôbo, leia-se: "Arqueólogos de campo: Job Lôbo e Juliano Meneghello"

Na Portaria n°06, de 03 de fevereiro de 2017, Seção I, Anexo II, Página 06, Renovação n°2, publicada em 06 de fevereiro de 2017, onde se lê: " Área de abrangência: Municípios de Recife e Olinda, Estado de Pernambuco", leia-se: "Área de abrangência: Município de Recife, Estado de Pernambuco"

Na Portaria n° 21, de 06 de abril de 2018, Seção I, Anexo III, Página 37, Autorização 14, publicado em 09 de abril de 2018, onde se lê: " Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu- Prefeitura Municipal de Jacareí", leia-se: "Fundação Cultural de Jacarehy José Maria de Abreu-Prefeitura Municipal de Jacareí e Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB),"e leia-se: "Arqueólogo de Campo: Leandro Borges Bispo"

Na Portaria n° 13, de 09 de março de 2018, Seção I, Anexo V, Página 23, Autorização 37, publicada em 12 de março de 2018, onde se lê: "Arqueóloga de campo: Camila Pedron del Pozo Gregório", lê-se: "Arqueólogos de campo: Camila Pedron del Pozo Gregório e Juliano Meneghello"

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 304, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181153 - Capoeira é Cultura - Espaço Cultural Teleton
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA A CRIANÇA DEFICIENTE
CNPJ/CPF: 60.979.457/0001-11
Processo: 01400007020201807
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 412.944,00
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Acessibilidade vai além da preocupação com o ir e vir, adaptações, segurança e independência, tem a ver com o pleno acesso às artes, à cultura, ao direito ao entendimento, tem a ver com equilíbrio de oportunidades, sensação de pertencimento, poder conversar e compartilhar ideias. O Projeto Capoeira é Cultura - Espaço Cultural Teleton existe do desejo de transpor barreiras,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

possibilitando à pessoa com deficiência física acesso a cultura como meio de inclusão social. O projeto propõe a realização de oficinas gratuitas de Técnicas da Capoeira e Samba de Roda à pessoa com deficiência, com interação e participação ativa dos familiares nas atividades. Como resultado das oficinas o Espaço Cultural no Teleton será montado, com apresentações culturais da Capoeira, Samba de Roda, contações de historias, dentre outras atividades.

181207 - EVENTO FOLCLÓRICO CULTURAL FESTA DE SÃO BENEDITO
ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE CONGO DA SERRA
CNPJ/CPF: 31.276.736/0001-10
Processo: 01400007233201821
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 427.386,75
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O EVENTO FOLCLÓRICO CULTURAL FESTA DE SÃO BENEDITO é uma manifestação singular da cultura capixaba, caracterizada pela dança e música das bandas de congo e de grupos folclóricos proporcionando um intercâmbio entre os grupos envolvidos, colocando a cultura e suas pluralidades como prioridade nas políticas públicas de promoção social. O evento ocorre em 05 etapas: Cortada do Mastro, Desfile das Bandas de Congo Mirins, Puxada do Mastro, Fincada do Mastro e Encontro da, Bandas de Congo.

181164 - PROJETO CONSTELLATION - DANÇA E EDUCAÇÃO
INSTITUTO CANOPUS - IC
CNPJ/CPF: 08.211.299/0001-35
Processo: 01400007075201817
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 368.125,08
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar oficinas de danças sendo: balé clássico e danças urbanas.

181042 - Projeto Fonte
INGRID BRUNO VAN DE RIET
CNPJ/CPF: 049.951.781-47
Processo: 01400006413201895
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 681.050,00
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Projeto Fonte" foi modelado para realizar oficinas de dança e a profissionalização de artistas. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através do ensino de dança de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

181015 - TURMA DA FAZENDA ESPERANÇA
Cia de Teatro Parafernália
CNPJ/CPF: 02.399.916/0001-91
Processo: 01400006335201829
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Aprovado: R$ 347.180,50
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto "A Turma da Fazenda Esperança" será realizadono segundo semestre de 2018, com apresentações da peça teatral "O Casamento da Rosinha" para alunos do primeiro e segundo ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino, com idades entre 07 a 8 anos, serão no total de 40 apresentações, para 20 institúições e escolas públicas da cidade de Mogi Mirim/SP. O público estimado é de cerca de 4.000 (quatro mil) espectadores diretos, entre estudantes, professores e funcionários das escolas, e 6.000 (seis mil) indiretos, pessoas envolvidas diretamente com o público contemplado, ou seja, amigos, vizinhos, pais, irmãos e familiares. O cronograma das apresentações bem como a logística será um trabalho entre o coordenador do projeto juntamente com as secretarias municipal de ensino e do meio ambiente da cidade.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180509 - Festival Grandes Guitarristas
EFEXIS MARKETING E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.075.277/0001-05
Processo: 01400003697201868
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 528.256,46
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 30/10/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto pretente criar um festival mosta com a participação de grandes gitarristas brasileiro e internacionais, chamado Festival Grandes Guitarristas,a programação contemplará apresentações de diversos instrumentistas nacionais e internacionais, além da participação de instrumentitas locais. O evento deste projeto acontecerão na cidade dePorto Alegre no estado do Rio Grande do Sul.

181206 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MUSICA DE CÂMARA
INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400007232201886
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 991.655,25
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Música de Câmara de Campinas, com curadoria do consagrada pianista brasileiro Jean Louis Steuerman, promove 10 dias de intensa vivência e experiência musical na cidade. O projeto realizará diversos concertos com diversas formações de câmara, onde abordará 7 grandes compositores e 7 períodos musicais. Será oferecida uma palestra antes de cada concerto para que o público se familiarize com a história do compositor homenageado. O Festival é aberto à toda sociedade campineira e atingirá desde jovens e adultos amantes da música, que tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos com grandes músicos brasileiros e compositores internacionais, assim como um público novo e curioso que estará entrando em contato com a música clássica pela primeira vez comparecendo aos concertos, palestras e bate-papos que serão únicos e especiais.

181173 - Musica Erudita nas Escolas
DOIS POR QUATRO EVENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 16.384.875/0001-74
Processo: 01400007086201899
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 229.954,60
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 28/12/2018
Resumo do Projeto: Apresentações didáticas de música erudita nas escolas públicas gratuitas para adolescentes. Serão executadas composições de Bach, Handel, Debussy, Mozart, Villa-Lobos, Saint Saens, Ravel etc. com um dueto de flauta e piano (teclado).

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
181174 - ALCEU VALENÇA - A ENERGIA DOS DOIDOS, MOTOR DA IMAGINAÇÃO
Rose Pepe Produções e Design Ltda
CNPJ/CPF: 04.181.024/0001-45
Processo: 01400007090201857
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 937.750,28
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Alceu Valença: a energia dos doidos, motor da imaginação, é uma exposição de arte que vai celebrar a vida e obra de um dos principais autores da canção brasileira e que será realizada em São Paulo em novembro de 2018. Em 2019, a exposição segue para Recife, cidade onde morou Alceu Valença quando chegou de São Bento do Una-PE, sua terra natal. Alceu Valença é um artista múltiplo e um dos grandes nomes da Música Popular Brasileira. Um artista que consegue mesclar ritmos tipicamente nordestinos com sons universais como o rock e o fado. Além de transitar entre esses estilos, o artista ainda atinge searas como cinema e literatura. A exposição contará a vida e obra do artista por meio de intervenções visuais, instalações interativas com os visitantes, vídeo, Histórias em Quadrinhos (HQ), música e performance, a fim de permitir o encontro de várias linguagens artísticas em um mesmo acontecimento. Na exposição, será lançado um livro com a biografia de Alceu Valença.

181175 - ARRAIAL DA CIDADE
MULTICASE SHOWS E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.598.442/0001-35
Processo: 01400007091201800
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.822.875,20
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste em uma exposição de artes visuais composta por no mínimo 20 obras inéditas de pelo menos 06 artistas sobre o tema "Cordel" e apresentações de dança, que visam resgatar os aspectos lúdicos e típicos da comemoração junina.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181191 - A mulher invisível
JAIR HUMBERTO ROSA
CNPJ/CPF: 758.919.728-91
Processo: 01400007157201853
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 201.502,60
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto trata-se da publicação de um livro de Contos com o título "A mulher invisível".

181205 - EDUARDO DE ALMEIDA - Arquiteto
BEI COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400007231201831
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 491.102,00
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte que abordará o trabalho do arquiteto Eduardo de Almeida. A edição será bilingue e terá 2.000 exemplares impressos.

181192 - Livro Menino Tropeiro
REINALDO HEITOR SOUZA
CNPJ/CPF: 044.041.657-49
Processo: 01400007158201806
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 207.680,20
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição do livro "Menino Tropeiro".

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
181177 - Bailes Tradicionais do Sul
JEAN CARLOS PROCKMOW
CNPJ/CPF: 075.397.969-10
Processo: 01400007094201835
Cidade: Capanema - PR;
Valor Aprovado: R$ 687.822,00
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Bailes Tradicionais do Sul" foi modelado para realizar eventos musicais com artistas locais e a cultura sulina. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

181176 - OGz Hip Hop
KENIA DAIANE DA SILVA
CNPJ/CPF: 053.975.099-90
Processo: 01400007093201891
Cidade: Navegantes - SC;
Valor Aprovado: R$ 455.379,21
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "OG'z Hip Hop" foi modelado para realizar a gravação de CD, videoclipe e apresentação musical do segmento Hip Hop do artista Preto Aplick CH. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

181193 - Turnê da banda Mamonas Assassinas Cover
EUCLYDES DE OLIVEIRA CARDOSO JUNIOR
CNPJ/CPF: 282.368.978-85
Processo: 01400007159201842
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 696.621,30
Prazo de Captação: 07/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Proporcionar show e entretenimento ao público jovem e aos verdadeiros fãs de Mamonas Assassinas, os shows terão entrada gratuita.

PORTARIA Nº 305, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
150729 - Arte Brasileira no Louvre
Diego José Mendonça
CNPJ/CPF: 055.603.686-79
Cidade: São João del Rei - MG;
Valor Reduzido: R$ 6.000,00
Valor total atual: R$ 145.177,60

PORTARIA Nº 306, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 173890 - Série DellArte Concertos Internacionais 2018, publicado na portaria nº 0576/17 de 21/09/2017, publicada no D.O.U. em 22/09/2017.

Onde se lê: A Série Dell´Arte Concertos Internacionais, em sua 25ª edição, constará de apresentações de renomadas orquestras, conjuntos camerísticos e solistas do cenário artístico internacional no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, no ano de 2018.

Leia-se: A Série Dell´Arte Concertos Internacionais, em sua 25ª edição, constará de apresentações de renomadas orquestras e solistas do cenário artístico internacional no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, no ano de 2018.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 307, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
10-12779	Shrek - O Musical.	Kabuki Produções Artísticas Ltda.	08.541.572/0001-90	Adaptação, produção e realização do espetáculo, "SHREK - O Musical" numa produção própria, 100 % nacional. Estreia prevista para abril de 2012 na cidade de São Paulo. Temporada prevista: 06 meses.	R$ 8.260.620,00	R$ 6.000.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-8356	Positivo na Lata	Instituto Bogéa de Educação, Esporte e Música	12.888.865/0001-15	Realizar o projeto POSITIVO NA LATA com o propósito de fazer oficinas de capacitação em fotografia para crianças e adolescentes filhos de soropositivos e algumas delas portadoras do vírus HIV, todas, residentes de casas de atendimento a soropositivos na cidade de Brasília, BH e Rio de Janeiro.	R$ 566.674,00	R$ 566.674,00	R$ 566.607,65
10-10343	Bate Bola Instrumental	Instituto Sócio Cultural e Ecológico do Brasil - ISCEBRA	08.710.708/0001-48	Série de eventos instrumentais, com 48 apresentações no ano. Estas apresentações serão gravadas e editadas e darão origem a um DVD.	R$ 4.212.680,00	R$ 2.724.811,00	R$ 2.724.811,00
12-5560	8ª Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas e Flipoços 2013.	G. S. C. Eventos Especiais LTDA - ME	19.111.913/0001-03	O projeto visa a realização da 8ª Edição da Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas e o Flipoços 2013 - Festival Literário de Poços de Caldas - MG, que será realizada de 27 de abril a 05 de maio de 2013 no Espaço Cultural da Urca - Poços de Caldas - MG. A entrada é franca em todas as atividades.	R$ 531.810,00	R$ 298.531,20	R$ 950,00
06-5649	Restauro e Revitalização da Praça da Matriz - Parati	Associação Casa Azul	05.241.493/0001-75	Este projeto tem como objetivo restaurar e revitalizar a Praça da Matriz em Parati - RJ, incentivando a conservação do patrimônio ambiental, histórico e artístico, promovendo o desenvolvimento das comunidades tradicionais e fomentando o turismo sensível aos valores da cultura local e à preservação.	R$ 687.041,79	R$ 7.041,79	R$ 8.339,050

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 302 de 03/05/2018, publicada no D.O.U. em 04/05/2018, Seção 1, referente ao Projeto Sonho de uma noite de magia. - Pronac: 16 0368
Onde se lê: Sonho de uma noite de magia.
Leia-se: Sonho de uma noite de verão e magias.

Na portaria nº 283 de 24/04/2018, publicada no D.O.U. de 25/04/2018, Seção 1, referente ao Projeto "Barra Blues Festival" - Pronac: 18-0781:
Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
Leia se: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 68, DE 3 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar da 7ª reunião de qualificação conforme Anexo I (projetos qualificados em caráter preliminar) e Anexo II (projetos não qualificados em caráter preliminar) do referido Edital.

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 04 (quatro) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico disponibilizado no portal do Ministério da Cultura e na plataforma Mapas Cultural, para o endereço eletrônico: festivais.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Informar que, caso o projeto qualificado preliminarmente abdique do prazo de recurso, deverá encaminhar declaração assinada pelo responsável para o endereço eletrônico festivais.sav@cultura.gov.br formalizando a abdicação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Projetos qualificados em caráter preliminar:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria	Nota	Valor aprovado pela Comissão
on-987577841	25º. Festival de Cinema de Vitória	GALPÃO PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA	ES	B	30	R$ 200.000,01
on-2028428355	FESTIVAL MARANHÃO NA TELA	MIL CICLOS PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA	MA	B	26	R$ 350.000,00

ANEXO II

Projetos não qualificados em caráter preliminar:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Motivo da não qualificação
on-1671771867	Festival Kinoarte de Cinema 20a Edição Londrina	Produtora do Leste LTDA	PR	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.5
on-1548713136	17ª Mostra de Cinema Infantil	LUME PRODUÇÕES CULTURAIS	SC	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.5
on-351282856	RIO FESTIVAL DE GÊNERO & SEXUALIDADE NO CINEMA 2018	CROMAKEY PRODUÇÃO DE EVENTOS E FILMES	RJ	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.5 e subitem 8.6 alíneas "a" e "f".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 1.635/GM-MD, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto, de 26 de fevereiro de 2018, e os incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando o que consta do Processo nº 60090.000857/2017-46, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Administração e Finanças do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, do Ministério da Defesa, para, em situações excepcionais devidamente justificadas, autorizar a condução de veículo oficial de transporte individual de passageiros, por servidores públicos, observado o art. 1º da Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA N° 1.673/GM-MD, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, de acordo com o Decreto de 26 de fevereiro de 2018 e conforme disposto no Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004, e no art. 5º da Portaria nº 982/MD, de 16 de agosto de 2005, resolve:

CONCEDER, a Medalha da Vitória
ao Ex-combatente da II Guerra Mundial:
2º Tenente Refº JUVENTINO DA SILVA
e às personalidades civil e militar:

Coordenadora de Conferências do Centro Regional de Treinamento e Conferências da ONU - RSCE - Entebbe/Uganda	CARLA MARIA MIGUEL DINIZ
Tenente-Coronel da Força Aérea Italiana	DANTE SANSON

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 597/GC4, DE 4 DE MAIO DE 2018

Declara o caráter militar das atividades e dos empreendimentos realizados na área da Ala 2, do GAP-AN, do DTCEA-AN e do 3º GDAAE, destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, nos termos da Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, da alínea "f" do inciso XIV do art. 7º da lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, na Portaria Normativa Nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67363.007583/2018-99, resolve:

Art. 1º Declarar o caráter militar das atividades e empreendimentos, destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), na área das Unidades Militares que compõem o Tombo GO.001.000, medido 16.547.981,00m², jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Os empreendimentos a que se refere o Art. 1º compreendem as seguintes Unidades Militares, que têm a seus encargos, dentre outras, as respectivas atividades:

I - Ala 2

Coordenar e controlar a execução dos planejamentos emanados do Comando de Preparo, a fim de aprestar os meios da FAB sob sua responsabilidade, com base no apoio estratégico a possíveis ações bélicas a partir do Centro-Oeste do país e na evolução tecnológica para novos conceitos operacionais; coordenar o apoio necessário à manutenção dos Destacamentos de Aeronáutica subordinados;

II - Grupamento de Apoio de Anápolis (GAP-AN)

Prover o apoio necessário às Unidades da Aeronáutica com sede no Tombo em comento ou desdobradas em sua área de responsabilidade; prover a guarda e segurança, o apoio de infraestrutura e de material bélico, referentes ao Grupamento e às Unidades apoiadas, quando sob sua responsabilidade; prover as Unidades apoiadas de bens e serviços específicos na quantidade, momento e local adequados, de acordo com as responsabilidades que lhe sejam atribuídas;

III - Destacamento de Proteção ao Voo de Anápolis (DTCEA-AN)

Planejar, coordenar e controlar as atividades técnico-operacionais necessárias ao apoio e à execução dos exercícios táticos, campanhas, projetos e programas de ensaios, testes e experimentos de interesse do Comando da Aeronáutica, proporcionando o apoio logístico às Organizações em operação na área; e

IV - Terceiro Grupo de Defesa Antiaérea (3º GDAAE)

Capacitar suas equipagens e equipes de manutenção pra o emprego em combate ou em apoio ao combate, em período de conflito, e adestrar-se para o cumprimento das missões atribuídas, em tempo de paz.

Art. 3º - As atividades e os empreendimentos, presentes e futuros, não destinados ao preparo e emprego da Força, dentro do Tombo declarado no Art. 1º, deverão observar as legislações específicas em vigor, conforme cada caso.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 601/GC3, DE 4 DE MAIO DE 2018

Extingue o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67050.005421/2018-40, resolve:

Art. 1º Extinguir o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), instituído pela Portaria nº 866/GC3, de 29 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portarias nº 866/GC3, de 29 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 30 de dezembro de 1999, e nº 22/6SC1, de 29 de junho de 2012, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 126, de 3 de julho de 2012.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 625/GC1, DE 4 DE MAIO DE 2018

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar (GDATEM), constante do inciso XXIII, do art. 1º, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010; no inciso XIV, no art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; e considerando o que consta do Processo nº 67050.005628/2018-14, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro anexo, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Aeronáutica, para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade de Técnico-Operacional em Tecnologia Militar (GDATEM), referente ao período de avaliação compreendido entre 1º de junho de 2018 e 31 de maio de 2019.

Art. 2º O resultado da avaliação das metas de desempenho institucional será utilizado para cálculo do valor das gratificações de desempenho previstas para os servidores civis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

ANEXO
METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

1 - Metas Globais de desempenho institucional para cálculo do valor das Gratificações de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar (GDATEM).

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA (1)
A) Utilizar procedimentos modernos de gestão administrativa.	Expedientes administrativos que ingressam no protocolo geral da OM	(Numero de processos respondidos / total de ingresso de expedientes na OM) X 100%.
B) Otimizar o atendimento das necessidades de material e serviços para OM.	Aquisição de material ou contratação de serviços.	Quantitativo de Processos Administrativos de Gestão - PAG atendidos / número de Pedidos de Aquisição de Material ou Serviços - PAMS processados) x 100%.

OBS: (1) Deverá ser calculada a média aritmética dos resultados das fórmulas previstas para os objetivos A e B que será utilizada para obtenção do Grau Final da Avaliação Institucional.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 126/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CENTENO, situado no Município de Tapes, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67270.010072/2012-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 127/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ITAÚ DE MINAS, situado no Município de Itaú de Minas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.021390/2013-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 128/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA RECREIO, situado no Município de Andrelândia, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.011157/2014-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 129/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CACHOEIRA 2, situado no Município de Buritizeiro, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.012329/2015-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 130/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA DO BREJO, situado no Município de Paraopeba, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.017275/2013-53. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 131/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo COSTA RICA, situado no Município de Costa Rica, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.004522/2013-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 132/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA BOCA DA ONÇA, situado no Município de Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.004206/2013-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 133/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA IPITINGA, situado no Município de Almeirim, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.022601/2014-20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 134/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo BELMONTE, situado no Município de Belmonte, no Estado da Bahia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- BA. Processo nº 67220.000090/2013-48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 135/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SANTA MARIA DA VITÓRIA, situado no Município de Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.001763/2013-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 136/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA ILÍDIA, situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000202/2013-94. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 137/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo DIVISA, situado no Município de Encruzilhada, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014288/2014-90. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 138/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ESTADUAL DE OURINHOS, situado no Município de Ourinhos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.004403/2013-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 139/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PARANAÍBA, situado no Município de Paranaíba, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.004325/2013-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 140/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SÃO JOÃO DA BOA VISTA, situado no Município de São João da Boa Vista, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.006218/2011-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 141/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo GESSOMAR, situado no Município de Codó, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67210.011595/2013-57. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 142/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo JOÃO DURVAL CARNEIRO, situado no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000122/2013-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 143/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo DE SANTA RITA DE CÁSSIA, situado no Município de Santa Rita de Cássia, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000103/2013-89. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 144/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SÃO CARLOS, situado no Município de São Carlos, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.010706/2013-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 145/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo TERRAMARE, situado no Município de Guapé, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.001377/2014-38. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 146/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA JACUÍ, situado no Município de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.005942/2015-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 147/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CLUBE DE VOO AEROQUADRA, situado no Município de Quadra, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.043571/2014-13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 148/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PAULINO RIBEIRO DE ANDRADE, situado no Município de Andradina, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.027756/2014-72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 149/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CHAPADÃO ALEGRE, situado no Município de Correntina, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.015115/2014-65. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 150/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PONTAL, situado no Município de Corumbaíba, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.024407/2013-28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA TEN CEL AV

PORTARIAS DE 20 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 176/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PORTO RICO, situado no Município de Jacareacanga, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.014592/2013-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 177/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CMTE MARILDA ZAIDEN DE MESQUITA, situado no Município de Capão do Leão, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67270.014537/2014-51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 178/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SÃO MANUEL, situado no Município de São Manuel, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.034094/2014-97. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 179/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FLY VILLE, situado no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.037432/2015-23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 180/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FOZ DA AREIA, situado no Município de Pinhão, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.022971/2015-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 181/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ DO PIQUIRI, situado no Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.003902/2013-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 182/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FORMOSA, situado no Município de Ribas do Rio Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000205/2013-28. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 183/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SILVIO GONÇALVES DE MELLO, situado no Município de Morada Nova de Minas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.017086/2013-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 184/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo DEPUTADO MORAES SOUZA, situado no Município de Buriti dos Lopes, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67614.022969/2014-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 185/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo PRESIDENTE PRUDENTE, situado no Município de Presidente Prudente, no Estado de Mato São Paulo - SP. Processo nº 67260.001531/2013-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 186/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTARÉM, situado no Município de Bandeirantes, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.042976/2014-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 187/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CALIFÓRNIA, situado no Município de Camapuã, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.014998/2015-87. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 188/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ÁGUA BOA, situado no Município de Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.016157/2015-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 189/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ALEGRIA II, situado no Município de Amambai, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.034478/2014-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 190/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo 14 BIS, situado no Município de Londrina, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.036847/2015-80. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 191/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo GASTÃO MADEIRA, situado no Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.003081/2013-32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 192/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA) para o Aeródromo USIMINAS, situado no Município de Santana do Paraíso, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.013613/2015-40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 193/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PILÃO ARCADO, situado no Município de Pilão Arcado, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014296/2014-36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 194/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SETE POVOS, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.006959/2014-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 195/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO MIGUEL, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.015102/2014-96. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 196/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PENÁPOLIS, situado no Município de Penápolis, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.012815/2013-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 197/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo MATA FOME, situado no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.039106/2014-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 198/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA RIBEIRÃO, situado no Município de Ribeiro Gonçalves, no Estado do Piauí - PI. Processo nº 67220.014150/2014-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 199/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo de BROTAS DE MACAÚBAS, situado no Município de Brotas de Macaúbas, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000093/2013-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 200/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CARAZINHO, situado no Município de Carazinho, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.023709/2015-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA TEN CEL AV

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 155/DPC, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso MARCELO MAIA BOETA (CIR: 021P2001213429), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRAVANTE I	3813902021	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 45, datada de 20 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2017.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante
Diretor

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2018.

PORTARIA Nº 156/DPC, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso DOUGLAS ARAUJO COLLYER (CIR: 021P2001046638) e Capitão de Cabotagem OSCAR MOTTA SAYAO (CIR: 381P2001000583), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
TOISA VALIANT	381E004970	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art.2 A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA
Vice-Almirante

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

PORTARIA N° 1.634/DICOOP/DEPENS/SEPESD/SG-MD, DE 2 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do art. 41, combinado com o inciso XI do art. 43, o art. 58 do Anexo I do Decreto n° 8.978, de 1° de fevereiro de 2017, o inciso VIII do art. 1º combinado com o inciso XII do art. 10, inciso V do art. 12 e inciso III e IV do art. 21 do Anexo X da Portaria Normativa n° 564, de 12 de março de 2014, e conforme consta do Processo nº 60340.000025/2018-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar os prazos constantes do regulamento, aprovado pela Portaria nº 894/SEPESD/MD, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2018, com vistas a selecionar instituições de ensino superior para participarem do XV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, a ser realizado nas dependências da Academia da Força Aérea - AFA, sediada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, no período de 27 a 31 de agosto de 2018.

Parágrafo único. A prorrogação será publicada na página denominada "Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional", do site do Ministério da Defesa, cujo endereço completo é http://www.defesa.gov.br/index.php/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/congresso-academico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MACHADO VIEIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 406, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 391/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201355825;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Coelho Neto (FACNET), a ser instalada na Rua Paraíba, nº 1.518, Bairro Mercadinho, no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão, mantida pela Francisca Ferreira Coelho - ME (CNPJ 06.651.509/0001-80).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 407, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 106/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601539;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Goiana (FAG), a ser instalada na Avenida Manoel Carlos de Mendonça nº 47, Bairro Nova Goiana, no Município de Goiana, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Goiana Ltda. - ME (CNPJ 18.963.487/0001-73).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 408, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 67/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601776;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Itabuna - FMN de Itabuna, a ser instalada na Av. Amélia Amado, nº 792, Centro, no município de Itabuna, no estado da Bahia, mantida pelo Ser Educacional S/A (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 409, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 105/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601380;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras de Santo Antônio de Jesus, a ser instalada na Praça Félix Gaspar, nº 01, centro, no município de Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 410, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 91/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201413064;

Art. 2º Fica credenciada a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua Paulo Malschitzki, Nº 10, Campus Universitário, Zona Industrial, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville (CNPJ 84.714.682/0001-94).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição, no polo EaD situado na Rodovia Duque de Caxias, Poste 128 Km 8, s/n, Bairro Iperoba, Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 411, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 64/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416080;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade INPG de Blumenau - Facinpg, a ser instalada na Rua Dois de Setembro, nº 3.323, Itoupava Norte, no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo IPPG - Instituto Paulista de Pós-Graduação Ltda - ME (CNPJ 07.083.689/0001-04).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 412, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 96/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201508171;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Dom Bosco de Maringá, a ser instalada na Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, nº 5415, Bairro Zona 10, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, mantida pela Faculdade Dom Bosco de Maringá Ltda. (CNPJ 20.505.801/0001-16).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 413, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 131/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201353890;

Art. 2º Fica credenciado o campus fora de sede da Universidade Positivo - UP, sediada no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, mantida pelo Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., (CNPJ 78.791.712/0001-63), a ser instalado na Rua Silva Jardim, nº 811, Centro, no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná.

Art. 3º Nos termos do art. 32 do Decreto nº 9.235/2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e gozará de prerrogativas de autonomia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 414, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 103/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610337;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Guairacá de Prudentópolis (FGP), a ser instalada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.012, no Município de Prudentópolis, no Estado do Paraná, mantida pela SESG - Sociedade de Educação Superior Guairacá Ltda. (CNPJ 06.060.722/0001-18).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 415, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 98/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201355375;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Promove de Curvelo - Facurvelo, a ser instalada na Avenida JK, nº 1.441, Jockey Club, no Município de Curvelo, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Única Educacional Ltda. (CNPJ 10.739.240/0001-66).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 416, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 66/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507449;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Estácio de Passos, a ser instalada na rua Deputado Lourenço de Andrade, nº 550, Centro, no Município de Passos, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (CNPJ 03.536.667/0001-00).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 417, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 111/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602066;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Betim, a ser instalada na Rua Pirapora, nº 711, Bairro Vila Cristina, no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais, mantida pela SER EDUCACIONAL S/A (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 418, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 107/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201603718;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras Itabira, a ser instalada na Rua Santana, nº 235, Penha, no Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 419, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 133/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609240;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Rehagro - Rehagro, a ser instalada na Rua Santa Fé, nº 100, Sion, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela Rehagro - Recursos Humanos no Agronegócio Ltda. (CNPJ 05.473.134/0001-43).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 420, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 102/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608771;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade (UniDrummond), por transformação da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, com sede na Rua Professor Pedreira de Freitas, nº 415, Bairro Tatuapé, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Escola de Educação Superior São Jorge (CNPJ 67.973.677/0001-87).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 421, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 110/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201508046;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade IBMEC São Paulo - IBMEC/SP, a ser instalada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 90, Vila Olímpia, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Grupo IBMEC Educacional S/A (CNPJ 04.298.309/0001-60).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 422, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 130/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610032;

Art. 2º Fica credenciado o Instituto Phorte de Educação e Tecnologia (IPET), a ser instalado na Rua Treze de Maio, nº 681, Bairro Bela Vista, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pelo Instituto Phorte de Educação Ltda. - ME (CNPJ 09.019.393/0001-50).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 423, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 104/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201600763;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário IBMR para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida das Américas, Nº 2603, Bairro Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantido pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. (CNPJ 42.365.445/0001-15).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º As atividades presenciais serão realizadas na sede da Instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 424, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 101/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607946;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Cosmos de Manaus - Facman, a ser instalada na Avenida Cosme Ferreira, nº 631, Aleixo, no município de Manaus, no estado do Amazonas, mantida pelo Instituto Cosmos de Educação Superior Ltda. - EPP (CNPJ 26.029.925/0001-59).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO Nº 18, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Espécie: Processo nº 23005.001400/2016-63.

Vistos e examinados os autos do Processo nº 23005.001400/2016-63, que visa a apurar responsabilidades da empresa LETY OBRAS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.001.307/0001-23, referente ao Contrato nº 02/2013 que tem por objeto a execução de obra de construção do laboratório de Psicultura da FAECA na unidade III, em Dourados - MS. Considerando que foi garantido o direito de defesa e dessa forma a empresa foi devidamente notificada para exercer o seu direito ao contraditório, contudo, nem a defesa escrita, nem as alegações finais, foram apresentadas no prazo. Considerando as atribuições delegadas ao Pró-Reitor de Administração pela Portaria/RTR nº 540, de 12 de junho de 2015. Considerando o PARECER Nº 00015/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, o qual acolho, observando o contido no art. 50 § 1º, da Lei nº 9.784/99. DECIDO: I - Aplicar à empresa LETY OBRAS CONSTRUTORA LTDA, já devidamente qualificada no âmbito do referido processo administrativo, as seguintes penalidades: a) Multa de 10% sobre o valor do contrato, no caso de inexecução do contrato, conforme previsto no item 2.2 da cláusula vigésima terceira do referido instrumento e no inciso II, artigo 87 da Lei 8.666/1993;b) Multa de 2% sobre o valor do contrato, em razão da não entrega da garantia, conforme previsto no item 5 da cláusula oitava do referido instrumento de contrato e no art. 87, inc. II, da lei 8666/93;b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UFGD, pelo prazo de 1 ano, conforme inciso III, artigo 87 da Lei 8.666/1993. II - Publique-se no DOU.III - Intime-se a Empresa por meio postal, com AR, na forma do artigo 26, § 3° da Lei 9784/1999. IV - Registrem-se as penalidades nos cadastros administrados pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério do Planejamento. V - Eventuais pagamentos ainda pendentes devem continuar retidos, na forma do art. 80, inc. IV da Lei 8666/1993. VI - Eventual garantia também deverá continuar retida. Tratando- se de garantia ofertada por terceiro, deve-se notificar o agente financeiro para que deposite o respectivo valor, sobretudo para quitação de multas e outros prejuízos eventualmente apurados. VII - Não havendo recurso, ou sendo ele rejeitado, inicie-se a cobrança administrativa da multa, encaminhando-se os autos para inscrição na dívida ativa caso o pagamento não ocorra no prazo fixado. VIII - Às providências.

VANDER SOARES MATOSO
Pró-Reitor

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

PORTARIA Nº 248, DE 2 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/1967 e Decreto nº 83.937/1979, e tendo em vista a necessidade de agilizar e descentralizar os procedimentos administrativos na UFSJ, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Pró-reitor de Ensino de Graduação, vedada subdelegação, para expedir os atos administrativos relacionados:

- Nomeação de membros dos colegiados dos cursos de graduação da UFSJ (docentes e discentes);
- Nomeação de membros dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação da UFSJ (docentes e discentes);
- Nomeação de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, câmara, comitê, análise.

Parágrafo único. As Portarias expedidas em razão da delegação de que trata o Art. 1º devem obedecer no cabeçalho o modelo constante do Anexo I.

Art. 2º Delegar competência ao Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, vedada subdelegação, para expedir os atos administrativos de nomeação de membros dos colegiados dos cursos de pós-graduação da UFSJ (docentes e discentes).

Parágrafo único. As Portarias expedidas em razão da delegação de que trata o Art. 2º devem obedecer no cabeçalho o modelo constante do Anexo II.

Art. 3º No exercício desta delegação devem ser respeitadas as demais disposições do Regimento das Unidades, bem como as resoluções dos Conselhos Superiores e legislação vigente.

Art. 4º Estabelecer que esta delegação se restrinja às ações adstritas ao órgão e às respectivas Unidades do dirigente e se efetive sem prejuízo de outras delegações conferidas anteriormente e não revogadas.

Art. 5º A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO AUGUSTO ARAÚJO DA GAMA CERQUEIRA

ANEXO I

"PORTARIA Nº XXX/UFSJ/PROEN, DATA

O PRÓ-REITOR DE DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Magnífico Reitor, conforme Portaria/Reitoria no 248, de 2 de maio de 2018 - DOU de 7 de maio de 2018, combinada com a Portaria/Reitoria no 124, de 8 de março de 2018 - DOU de 9 de março de 2018"

ANEXO II

"PORTARIA Nº XXX/UFSJ/PROPE, DATA

O PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Magnífico Reitor, conforme Portaria/Reitoria no 248, de 2 de maio de 2018 - DOU de 7 de maio de 2018, combinada com a Portaria/Reitoria no 392, de 2 de junho de 2016 - DOU de 3 de junho de 2016"

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N° 73, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova alterações no Estatuto do IFNMG, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS, Professor José Ricardo Martins da Silva, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial de 20 de outubro de 2016, e considerando:

- a deliberação do Conselho Superior em reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1° Aprovar alterações no Estatuto do IFNMG. Os dispositivos abaixo relacionados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 1°...

§ 2°...

a) Reitoria, situada na Rua Professor Monteiro Fonseca, n° 216, Vila Brasília, CEP.: 39.400-149, no município de Montes Claros, Minas Gerais.

l) Campus Avançado Porteirinha, situado na Avenida José Silveira Lopes, n° 429, Vila Serranópolis, CEP.: 39.520-000, no município de Porteirinha, Minas Gerais."

Art. 2° Inclui-se no documento o dispositivo:

"Artigo 1°...

§ 2°

m) Centro de Referência em Formação e Educação à Distância, situado à Rua Santa Terezinha, 45 - Cidade Nova - MG - CEP.: 39.400-468, no município de Montes Claros, Minas Gerais. "

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 364, DE 4 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 37, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de autorização de cursos de graduação, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em Reunião Extraordinária, no dia 27 de abril do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria n° 327, de 30 de abril de 2018, publicada no DOU, de 03 de maio de 2018.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
784.177.595-49	Acimarney Correia Silva Freitas
673.399.999-49	Adelir Stolf
025.824.359-70	Ademir Antonio Engelmann
881.273.703-04	Adonay Rodrigues Loiola
182.150.158-67	Adriana Aparecida Ferreira Marques
123.734.318-66	Adriana Aparecida Franchozo Marchi
800.785.326-04	Adriana Cardoso da Silva
292.904.198-65	Adriana Dos Santos Souza Crevelin
028.663.444-99	Adriana Lucena de Sales
005.845.009-20	Adriane Cherpinski
547.609.920-49	Adriane Machado
078.985.677-81	Adriano Oliveira Santos
918.899.602-68	Adriano Sousa Lima
021.834.359-09	Adriano Tony Ramos
027.337.009-01	Adriano Willian da Silva
902.640.700-97	Alessandra Devitte
253.060.278-65	Alexandre Cardoso da Cunha
002.422.905-90	Ana Carolina Fernandes Mascarenhas
042.484.806-62	Ana Carolina Marinho Marques
714.637.806-30	Ana Hortencia Fonseca Castro
326.490.828-01	André Barbosa Verona
286.924.608-00	Andre Luis Mattos Silva
215.829.948-70	Andréia Zarzour Abou Hala Corrêa
137.069.238-23	Angela Ernestina Cardoso de Brito
069.348.878-67	Antonio Alberto Trindade
029.459.738-71	Antonio Carlos Camacho
723.003.374-87	Arkeley Xenia Souza da Silva
343.735.274-15	Arturo Rodrigues Felinto
060.643.386-44	Bruno César de Albuquerque Ugoline
478.891.529-49	Carlos Eduardo Bittencourt Stange
012.441.014-60	Carlos Eduardo De Oliveira Costa Junior
779.849.275-53	Charles Bruno Mendes Bulhões
641.356.830-53	Clair Kemer de Melo
178.357.428-37	Claudenir Modolo Blank Alves
536.842.651-87	Clawdemy Feitosa e Silva
039.380.766-58	Edilene Bolutari Baptista
119.429.698-05	Edmilson Antonio Hubert
567.746.302-78	Elaine Oliveira Costa de Carvalho
821.644.369-20	Evandro Andre de Souza
031.785.204-30	Fabio Henrique Cavalcanti de Oliveira
699.972.094-00	Fernando Sérgio Tenório de Amorim
099.823.613-68	Francisca Marta Magalhães de Brito
255.945.188-35	Francisco Nelson de Alencar Junior
480.022.599-04	Gilberto Borges de Sá
312.531.428-31	Gilmar Antoniassi Júnior
039.522.559-04	Hugo Von Linsingen Piazzetta
056.338.806-41	Jader Braga Maia
011.424.043-40	Joabis Nobre Martins
228.618.743-68	Joao Coelho da Silva Neto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

804.380.599-72	Jose Aparecido Pereira
490.719.479-04	Jose Francisco de Assis Dias
704.319.304-49	Jose Maximiano Arruda Ximenes de Lima
163.079.818-57	Katia Alexandra de Godoi e Silva
888.516.134-00	Leonidas Carlos Santos de Albuquerque
908.741.379-34	Lino Batista de Oliveira
025.681.546-16	Louriel Oliveira Vilarinho
559.164.579-87	Lucimara Gonçalves Rezende
949.722.907-06	Madalena Ribeiro Grimaldi
437.272.124-20	Magno José Gomes da Silva
035.731.636-37	Marco Antonio Lopes Campos
201.320.503-15	Marcus Pinto Aguiar
590.899.547-91	Maria Helena Casemiro Borges Lessa
756.731.427-49	Maria Madalena Fernandes Caetano Poleto Oliveira
106.883.837-00	Maryana Antonia Braga Batalha Souza
666.369.734-04	Maurício Nogueira da Cruz Pessôa
259.764.498-75	Osmir Aparecido Cruz
162.033.258-21	Radila Fabricia Salles
073.420.676-36	Rafael Soares Duarte de Moura
216.669.248-65	Regina Gendzelevski Kelmann
013.034.606-37	Ressiliane Ribeiro Prata Alonso
053.330.484-95	Ricardo Teixeira Gregório de Andrade
383.551.083-53	Rivelino Duarte Costa
315.333.938-42	Rodrigo Tarcha Amaral de Souza
026.457.314-57	Simone de Lira Almeida
031.362.507-70	Teresa Cristina dos Santos Leal
000.854.870-66	Wagner Luiz Priamo
015.893.418-05	Walter Vitti Junior
637.213.844-15	Zilmar Rodrigues de Souza

PORTARIA Nº 365, DE 4 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 37, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de credenciamento (perfil TI), homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em Reunião Extraordinária, no dia 27 de abril do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria n° 326, de 30 de abril de 2018, publicada no DOU, de 03 de maio de 2018.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
076.984.207-01	Adria Ramos de Lyra
034.634.884-69	Adriana Carla Damasceno
168.609.878-20	Adriano Lopes de Lima
564.047.786-53	Alencar de Melo Junior
252.672.878-90	Alexandre Lerario
430.036.483-49	Alexandre Machado Silva
171.874.068-94	André Luis dos Santos Domingues
271.116.678-32	Carlos Alessandro Bassi Viviani
042.146.167-58	Dauster Souza Pereira
067.008.228-74	Eduardo Pereira Pinto
044.093.426-57	Eliney Sabino
037.968.744-52	Elvys Alves Soares
138.281.958-73	Emerson Silas Dória
258.881.778-57	Fabio Gomes Rocha
010.265.709-21	Franck Carlos Velez Benito
553.244.105-78	Franklin Portela Correia
030.049.675-37	Hesdras Oliveira
024.593.244-56	Joao Ricardo Freire de Melo
020.689.729-48	Kessia Rita da Costa
017.563.675-31	Leard De Oliveira Fernandes
933.108.629-68	Madalena Pereira
268.602.038-54	Marcelo Teixeira De Azevedo
041.276.949-20	Ricardo Ferraro De Souza
799.810.979-34	Roberto Fabiano Fernandes
127.054.608-29	Robson Paz

PORTARIA Nº 366, DE 04 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 37, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de autorização de cursos de graduação, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em Reunião Extraordinária, no dia 27 de abril do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, Revogando-se a Portaria n° 324, de 30 de abril de 2018, publicada no DOU, de 03 de maio de 2018.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
535.354.305-00	Adenilda Couto Barbosa Pinto
914.072.570-72	Adriana Aparecida Paz
047.846.124-34	Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
289.435.568-88	Adriana de Brito
259.521.396-2	Adriana Mary Mestriner Felioe de Nelo
184.478.248-45	Adriano Menis Ferreira
817.632.711-53	Alessandro Augusto Lopes Santana Da Silva
465.378.806-53	Alysson Massote Carvalho
086.307.037-09	Ana Lydia Soares De Menezes
280.449.908-10	Ana Paula Dossi de Guimarães e Queiroz
999.470.640-34	Ana Paula Scheffer Schell da Silva
894.244.687-68	André Luiz de Souza Braga
655.195.314-04	Andréa Carla Mendonça de Souza Paiva
047.608.939-54	Andrea Luiza de Oliveira Valoto
548.319.705-49	Andreia Cristina Leal Figueiredo
274.567.358-08	Andresa Zamboni
624.566.010-68	Angela Helena Marin
697.021.950-04	Angela Isabel dos Santos Dullius
899.980.067-91	Armando Hayassy
440.202.100-63	Arno Vorpagel Scheunemann
446.366.959-68	Aureo dos Santos
091.306.308-86	Beatriz Barco Tavares Jontaz Irigoyen
802.717.079-68	Beatriz Marcondes do Azevedo
014.911.230-01	Bruna Comparsi
069.419.046-23	Bruno Bordin Pelazza
051.911.314-44	Bruno Henrique Andrade Galvão
041.725.227-77	Camila Souza Lemos
111.913.777-25	Caren Camargo do Espírito Santo
011.749.845-97	Carine Oliveira dos Santos
129.557.978-20	Carla Cristina Romano
499.093.630-20	Carla Rosane Paz Arruda Teo
618.430.677-49	Carmen Beatriz Fabriani
147.387.198-07	Cassio José Fornazari Alencar
213.257.938-50	Cinthya Cosme Gutierrez Duran
520.891.184-15	Claudia do O Pessoa
172.062.888-20	Cláudia Gonçalves De Lima
451.382.224-49	Cláudia Helena Soares de Morais Freitas
807.507.967-15	Claudia Mara de Melo Tavares
034.142.878-70	Claudia Mattos Kober
019.701.997-84	Claudia Olsieski da Cruz
448.555.758-87	Claudio Fernando Mahler
254.554.498-18	Cristiana Santos Andreoli
956.763.927-20	Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz
082.268.967-70	Cristiano Bertolossi Marta
045.783.759-43	Cristiano Caveiao
074.371.257-90	Cristina Miyuki Hashizume
816.759.090-91	Daniel Galafassi
558.229.830-49	Daniela Bitencourt Rosa Leal
142.090.778-60	Dorothea Schmidt Franca
820.429.346-15	Douglas Campideli Fonseca
205.458.568-84	Éder Aparecido de Carvalho
862.306.709-68	Edi Cristina Manfroi
850.146.054-00	Edja Maria Melo de Brito Costa
159.875.638-95	Eduardo Sanches Gonçales
008.405.206-62	Elaine Cristina Dias Franco
166.608.488-35	Elaine Cristina Escobar
295.597.218-52	Elaine Cristina Rodrigues da Costa
992.082.458-53	Eliana Aparecida Villa
039.293.554-69	Erik Cristóvão Araújo de Melo
381.784.601-06	Fabiana Xavier Cartaxo Salgado
753.700.852-34	Felipe Guimaraes Tavares
953.355.28-87	Fernanda Scherer Adami
011.054.515-00	Filipe Ferreira de Almeida Rego
885.543.763-15	Francisco Antonio da Cruz Mendonca
669.620.991-34	Francisco Carlos Amanajás de Aguiar Júnior
768.965.524-68	Franklin Delano Soares Forte
982.090.860-49	Gabriel Corteze Netto
753.796.784-91	Gabriela Maria Cavalcanti Costa
081.465.057-08	George Gomes Coutinho
167.066.238-14	Geraldo Thedei Junior
074.126.078-63	Gisele Silva Lira de Resende
055.148.017-30	Gisella De Carvalho Queluci
258.804.218-05	Gislaine Vieira Damiani
055.721.098-43	Gleny Terezinha Duro Guimaraes
887.701.929-87	Guillermo Alfredo Johnson
190.391.968-18	Gustavo Tadeu Volpato
871.901.507-06	Herbert Leopoldo de Freitas Goes
242.476.181-72	Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes
791.172.954-91	Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima
320.371.636-49	Isaias Nery Ferreira
881.294.200-82	Itaciara Larroza Nunes
564.615.186-49	Jacqueline Simone de Alemeida Machado
904.125.596-68	Janaina Cecilia Oliveira Villanova
002.420.187-18	Jane de Carlos Santana Capelli
227.237.538-32	Jane Kelly Oliveira Friestino
271.187.938-09	Jonas De Almeida Rodrigues
825.333.695-00	Jose Antonio Barreto Alves
462.014.676-53	Jose de Paula Silva
007.269.940-06	Jose Luis Guedes dos Santos
076.071.057-00	José Roberto de Magalhães Bastos
119.454.638-21	José Roberto Herrera Cantorani
690.687.710-00	Julia Itzel Acosta Moreno Vinholes
836.174.699-49	Julimar Luiz Pereira
997.350.916-15	Julio Onesio Ferreira Melo
813.829.011-00	Junior Vagner Pereira da Silva
245.584.768-33	Karina Andrea Novaes Olivieri
036.377.489-08	Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt
043.865.626-13	Kênia Lara Silva
359.546.918-60	Larissa Comparini da Silva
039.461.896-36	Larissa de Oliveira
744.171.850-34	Lauren Tonietto
141.990.328-43	Leandro Lazzareschi
643.559.693-04	Liana Linhares Lima Serra
031.191.186-21	Lidiane Meire Kohler
025.990.816-96	Liliane Silva do Nascimento
084.195.976-51	Lucas Miranda Kangussu Gomes Oliveira
674.140.362-00	Lucélia Campelo de Albuquerque Moraes
274.343.228-45	Luciana Butini Oliveira
478.630.996-68	Luciana Maria Cerqueira Castro
028.756.536-01	Luciane Bresciani Salaroli
000.935.497-25	Lucíola Rangel de Luca
47.1479.700-04	Luiz Alexandre Oxley Da Rocha
270.541.848-23	Luiz Felipe Scabar
032.291.646-10	Luiz Fernando Gouvêa e Silva
096.970.667-79	Luiz Fernando Quintanilha de Mesquita
624.729.252-04	Madson Ralide Fonseca Gomes
978.663.264-87	Manuel Antonio Gordon Nunez
954.999.036-20	Marcelo Antonio de Oliveira
085.405.477-40	Marcelo de Freitas Lima
969.980.596-04	Márcia Christina Caetano Romano
065.402.948-24	Márcia Helena de Souza Freire
078.785.437-98	Marcio Martins Costa
425.381.904-44	Marco Antônio Gomes
839.286.697-53	Marco Aurelio Togatlian
388.508.853-34	Marcos Aurelio Macedo de Sousa
050.500.364-37	Maria Clerya Alvino Leite
152.107.585-91	Maria Conceição Filgueiras Ferraz Araújo
510.271.195-49	Maria Da Purificação Nazaré Araujo
005.665.108-20	Maria De Fatima Franco dos Santos
020.495.837-70	Maria Fernanda Larcher de Almeida
074.718.585-91	Maria Lucia Costa de Moura
017.067.199-22	Mariliani Chicarelli Da Silva
070.139.616-47	Mariluce Ferreira Romão
274.416.440-20	Marines Tambara Leite
611.789.776-68	Marley Pereira Barbosa Alvim
548.658.750-34	Marlon Andre da Silva

117.043.142-91	Marta Genú Soares
358.618.600-25	Marta Regina Cezar Vaz
028.808.056-43	Martha Elisa F. de Almeida
632.378.813-68	Matheus Figueiredo Nogueira
222.321.918-77	Maurício Massari
026.676.216-62	Maycoln Leoni Martins Teodoro
480.386.100-59	Michel Angillo Saad
791.563.047-49	Miriam Heidemann
069.706.887-04	Mirna Albuquerque Ribeiro Alves
278.569.504-63	Mirtes Ribeiro de Lira
837.322.843-87	Moises Tolentino Bento da Silva
066.537.698-79	Monica Andrade Lotufo
029.417.798-17	Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni
270.398.068-00	Murilo Baena Lopes
449.077.530-04	Myrian Christina Corrêa Da Camara Hewson Brew
147.116.482-91	Nair Chase da Silva
250.608.208-58	Nelson Torro Alves
220.507.872-00	Neudson Johnson Martinho
564.545.200-30	Patrícia Chagas
712.714.499-00	Patricia Haas
070.422.098-93	Patrícia Moita Garcia Kawakame
046.453.156-09	Patrícia Silva Lúcio
018.164.027-96	Paula Aballo Nunes Machado
056.057.368-50	Pedro Luiz De Carvalho
951.824.205-44	Pedro Sanches Dos Reis
025.417.339-09	Pricila Romão Marcondes Avila
303.269.128-19	Priscila Milene Angelo Sanches
558.650.703-04	Priscila Sousa Barcellos
014.177.996-92	Priscilla Perez da Silva Pereira
288.490.338-00	Rafael Herling Lambertucci
313.010.468-25	Raphael de Souza Pinto
047.255.369-03	Raphael Sahd
017.231.619-77	Raquel Cristina Luis Mincoff
044.432.404-62	Rebeca da Silva Cantinha
281.072.758-96	Reginaldo Almeida Da Trindade
123.543.988-75	Renata Alves Cavalheiro
071.864.117-54	Ricardo Martins Porto Lussac
903.527.696-53	Rita de Cássia de Souza
021.174.999-02	Roberta Waterkemper
473.509.110-68	Rogério Faé
095.968.038-16	Rogério Rodrigues
655.753.937-04	Rosalee Santos Crespo Istoe
639.021.840-00	Rosalia Figueiro Borges
512.877.656-53	Rosane Barbosa Marendino
030.911.774-75	Rossana Vanessa Dantas de Almeida Marques
051.434.126-25	Samuel Gonçalves Pinto
723.819.497-04	Sayonara de Fatima Faria Barbosa
023.226.248-96	Sergio Luiz de A Rochelle
038.806.088-30	Sheila Aparecida Pereira Dos Santos Silva
020.377.204-08	Sibele Ribeiro De Oliveira
433.844.390-15	Silvana Regina Ampessan Marcon
071.712.458-45	Simone Cecilio Hallak Regalo
014.644.037-40	Simone Freitas Chaves
617.413.299-49	Solange Franci Raimundo Yaegashi
673.208.135-72	Soraya Castro Trindade
001.931.528-78	Sueli Moreira Pirolo
094.134.437-18	Suziane Hermes de Mendonça Soares
281.873.506-87	Tania Suely Azevedo Brasileiro
047.291.674-22	Tássia Campos de Lima E Silva
376.689.786-15	Tereza Cristina Rodrigues Da Cunha
050.890.038-74	Tereza Lais Menegucci Zutin
085.483.478-80	Ubirajara de Oliveira
154.933.088-86	Vagner Reolon Marcelino
064.855.702-25	Valdelize Elvas Pinheiro
869.129.927-49	Valdo Vieira
102.283.778-89	Valeria Luders
220.195.348-19	Valerio Garrone Barauna
047.912.174-54	Valeska Santana de Sena Pereira
069.751.157-02	Vanessa Pinho Ribeiro
475.959.499-04	Veronica de Azevedo Mazza
029.136.108-03	Virginia Azevedo Reis Sachetti
058.082.996-08	Wender Antonio de Oliveira
663.816.147-49	Zilma Das Gracas Nunes
020.530.035-96	Zulane Lima Sousa
550.265.757-49	Rosângela Maria Guimarães Rosa
255.917.178-37	Aline de Oliveira Machado

PORTARIA Nº 367, DE 4 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 37, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de autorização de cursos de graduação, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em Reunião Extraordinária, no dia 27 de abril do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Portaria n° 325, de 30 de abril de 2018, publicada no DOU, de 03 de maio de 2018.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
014.028.515-61	Abimael Magno do Ouro Filho
046.674.019-07	Adalberto Alves de Castro
083.242.648-25	Adauto José de Oliveira
045.604.466-36	Adelton Andrade Barbos
023.143.374-33	Ademar Gonçalves da Costa Junior
661.342.855-87	Ademário Andrade Tavares
000.875.639-24	Ademir Schmidt
510.136.816-49	Adilson Torres
993.566.606-97	Adinele Gomes Guimarães
375.480.342-53	Admilson Gonçalves de Almeida
664.855.684-68	Adriana Cláudia Camara da Silva
108.090.708-47	Adriana De Oliveira Camargo Gomes
614.560.716-53	Adriana Duarte Nadaes
641.884.770-91	Adriana Fasolo Pilati Scheleder
036.450.306-89	Adriana Goncalves da Silva
890.973.430-20	Adriana Troczinski Storti
007.350.737-75	Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino
666.156.409-10	Adriane Bayerl Neves
177.605.748-19	Adriane Cristina Guerino
697.119.410-15	Adriane Medianeira Toaldo
081.906.187-50	Adriano Athayde Coutinho
895.170.596-04	Adriano Freitas de Azevedo
310.892.698-54	Adriano Maniçoba da Silva
024.975.179-83	Adriano Marcos Rodrigues
246.776.898-81	Adrivania Maria Valerio Honorio
091.724.878-36	Ailton Bueno Scorsoline
397.248.401-15	Alba Pedreira Vieira
022.917.817-07	Alexandre Cardoso Aranzedo
811.187.594-00	Alexandre Cesar Batista da Silva
851.643.487-72	Alexandre Luis Belchior dos Santos
941.193.508-78	Alexandre Rocco
319.829.228-00	Alexandre Shimizu Clemente
708.372.449-00	Alexandro Cézar Faleiro
696.565.686-72	Álvaro Dutra de Carvalho Júnior
033.213.736-88	Ana Amelia de Souza Pereira
963.050.701-30	Ana Carolina Arantes Coutinho Costa
265.774.798-10	Ana Cláudia Pelizon
941.179.347-91	Ana Cristina Zenha Lousada
805.389.910-20	Ana Flavia Garcez
672.188.813-00	Anderson Lopes Nascimento
042.191.966-33	Andre Sellaro Frigoni
508.637.545-20	Andréa Jaqueira da Silva Borges
838.969.619-34	Angela Cristina Fofan
115.278.248-70	Antônio Carlos dos Santos
318.666.378-43	Antonio Carlos Nogueira Neto
953.340.251-20	Antonio dos Santos Junior
336.022.338-12	Antonio Jose Grande
514.271.929-87	Antonio Jose Muller
149.333.572-34	Candido Alves da Costa
219.155.418-08	Carla Roberta de Barros Rodrigues Dias
888.100.623-53	Carlos Antonio Da Luz Filho
562.967.116-20	Carlos Augusto Ramos Dos Reis
461.679.866-49	César Alexandre Silva Lima
320.887.105-82	César Pimentel Figueirêdo Primo
098.881.948-10	Chelsea Maria de Campos Martins
001.576.657-80	Claudia Maria Campinha dos Santos
774.668.101-87	Claudio Nei Nascimento da Silva
573.768240-49	Claus Haetinger
710.995.309-20	Clodoaldo Antônio de Sá
611.226.961-91	Cristiano De Sant Anna Bahia
490.360.419-53	Cristina Keiko Yamaguchi
222.793.878-16	Daiane Fernanda Pereira Mastrocola Bizelli
027.159.018-10	Dalmo Roberto Lopes Machado
268.415.208-07	Danyelle Cristine Marini
025.409.286-17	Débora Teixeira da Cruz
813.482.310-68	Dennis Baroni Cruz
059.099.216-30	Diego Pereira Jeronimo
054.196.887-43	Douglas Siqueira de Almeida Chaves
141.802.348-58	Edineia Aparecida dos Santos Galvanin
397.225.381-87	Elaine Abrahão Amaral
738.960.716-53	Elaine Ribeiro de Oliveira
184.443.488-56	Eliana Marcia Sotello Cabrera
817.195.580-00	Érico Pereira Gomes Felden
149.353.278-20	Evando Carlos Moreira
840.515.079-04	Evandra Hein Mendes
739.811.920-87	Fabiano De Castro Justo
792.544.899-72	Fabiano Lehmkuhl Gerber
382.628.628-64	Fabio Aurelio De Mario
000.548.941-58	Fabio Goncalves Nascimento
268.106.188-13	Fernando Albino Leme
264.536.813-15	Francisco Jose Souza Bezerra
015.154.637-10	Frederico Da Silva Fortunato
030.250.613-67	George Nunes Soares
051.932.517-65	Giovane de Jesus Teixeira
327.406.018-67	Gláucia Cristina Ferreira
167.553.958-89	Glaucia Rosangela Peglow Borges Castro
277.242.378-67	Gustavo Soranz Gonçalves
419.734.961-00	Hamilton Da Cunha Iribure Júnior
082.453.537-52	Helio Angotti Neto
975.543.596-49	Israel Iasbik
375.004.495-34	Ivonete BARRETO DE AMORIM
034.767.576-09	Jair Sindra Virtuoso Junior
696.664.409-97	Jane Silva
268.125.618-60	Jefferson De Souza Pinto
489.612.131-72	Jorge Eto
597.078.524-53	Joselia Maria Rodrigues De Andrade
041.276.669-86	Juliana Almeida Coelho
676.816.893-20	Julio Cesar Ibiapina Neres
793.693.325-53	Leandro Teixeira E Silva
621.543.383-72	Licia Santos Buhaten Gemaque
830.244.685-87	Liliana Magarita Onoro Acosta
329.248.952-00	Livia Da Conceição Costa Zaqueu
043.939.385-00	Lucas Ferreira Melo Machado
490.468.531-87	Luciano Loiola Da Silva
329.869.391-04	Mara Lucia Castilho
790.565.125-87	Marcelo De Santana Porte
663.090.182-72	Marcelo Rassy Teixeira
002.933.297-45	Marcelo Vidigal Rocha
915.097.506-49	Marcia Azevedo Coelho
549.855.280-72	Maria Isabel Lopes
754.406.799-87	Marilei Andrade Skrzypietz Bülow
666.969.507-10	Mary Lucia Da Silva
047.394.658-09	Maurício Eduardo Goulart
987.605.728-68	Mauro Sérgio Juarez Cáceres
060.011.726-09	Maxelle Martins Teixeira
609.299.280-91	Michele Monguilhott
751.716.783-91	Michelle Alves Vasconcelos Ponte
945.332.610-00	Mirian Graciela Da Silva Stiebbe Salvadori
042.826.409-36	Nacib Mattar Junior
046.115.226-60	Najla Fouad Saghié
024.009.009-81	Patricia Ferreira Thives
974.653.300-25	Patricia Paula Schelp
128.456.278-66	Pedro Luiz Reis Crotti
691.635.701-06	Rachel Bernardes De Lima
620.425.804-49	Renata Gusmao De Luna
973.582.405-10	Ricardo Pinto Aguiar
691.346.506-87	Rodrigo Dornfeld Escalante
066.590.949-70	Rodrigo Roger Saldanha
039.454.594-00	Rogerio Pereira Xavier
348.834.444-49	Rosangela Nunes De Lima
607.583.760-49	Rui Vagner Rodrigues Da Silva
610.953.700-49	Sandro De Castro Pitano
666.192.705-49	Selma Barros Daltro De Castro
077.176.668-80	Sergio Luiz Ribeiro
088.004.436-56	Sílvia Fernandes Maurício
113.289.338-06	Silvia Regina Machado De Campos
172.074.158-18	Simone Cristina Spiandorello
608.936.130-53	Simone Morelo Dal Bosco
699.754.931-49	Stefania Poliana De Lima Alves
465.894.659-91	Tania Ueda Nakamura
989.851.830-87	Tatiane Sabriela Cagol Camozzato
672.486.243-49	Thiago Sousa Silva
031.112.449-62	Tiago Severo Peixe
255.173.188-78	Valdete Regina Guandalini
058.105.684-16	Valdir Bezerra Dos Santos Júnior
916.160.695-20	Valter De Carvalho Dias
222.424.493-20	Vanda Lucia Dos Santos
047.513.899-63	Vanderlei Da Silva
027.683.539-57	Vanessa Aparecida Marcolino
000.898.276-78	Vania Aparecida Da Costa Oliveira
597.171.069-91	Vera Lúcia Fortes Zeni
502.119.279-53	Vicente De Lima Gongora
051.719.824-06	Vilson Lacerda Brasileiro Junior
978.001.126-91	Walesson Gomes Da Silva
218.190.218-66	Walison Fábio Rogério
148.435.168-13	Yula De Lima Merola

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 319, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 665/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23000.010300/2012-44, resolve:

Art. 1º. ANULAR o item 2, do Anexo IV, de que trata o § 4º da Portaria SERES nº 273, de 19 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., de 20 de abril de 2018, que concedeu ao INSTITUTO SOCIAL PAX - CNPJ 00.109.322/0001-73 a possibilidade de protocolar novo requerimento no prazo de 60 dias a contar da data da publicação da referida portaria, uma vez que a concessão de tal prerrogativa não atendeu às condições dispostas no art. 38-A da Lei 12.101/2009 e art. 59, do Decreto 8.242/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 320, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 683/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23000.011253/2012-56, resolve:

Art. 1º. ANULAR o item 4, do Anexo IV, de que trata o § 4º da Portaria SERES nº 273, de 19 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., de 20 de abril de 2018, que concedeu ao CENTRO CRISTÃO EVANGÉLICO EDUCACIONAL - CCEE, CNPJ 25.578.352/0001-50 a possibilidade de protocolar novo requerimento no prazo de 60 dias a contar da data da publicação da referida Portaria, uma vez que a concessão de tal prerrogativa não atendeu às condições dispostas no art. 38-A da Lei 12.101/2009 e art. 59, do Decreto 8.242/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 321, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 568/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 71000.129144/2014-07, resolve:

Art. 1º. RETIFICAR o item 9 do anexo I da Portaria nº 1.212, de 24 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. do dia 27 de novembro de 2017, passando o tipo de requerimento de CONCESSÃO para RENOVAÇÃO, e a vigência da certificação de 28/11/2017 a 27/11/2020 para 06/07/2015 a 05/07/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 322, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 293, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27 de abril de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	33.787.557/0001-73	SOCIEDADE PROVIDENCIA	Rio de Janeiro/RJ	23000.010512/2012-21	555/2018
2	54.122.338/0001-45	CONGREGACAO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO P ASTORAL	São Paulo/SP	23000.003804/2015-51	426/2018
3	96.740.238/0001-22	CIRCULO OPERARIO LEOPOLDENSE	São Leopoldo/RS	71000.114779/2014-00	489/2018
4	92.808.088/0001-90	CIRCULO OPERÁRIO PORTO ALEGRENSE	Porto Alegre/RS	23000.011336/2012-45	585/2018
5	76.690.171/0001-51	PIA UNI ÃO DE SANTO ANTONIO - PÃO DOS POBRES	Curitiba/PR	23000.003403/2017-62	505/2018
6	00.056.897/0001-75	OBRA SOCIAL DA PAROQUIA SÃO GABRIEL	Belo Horizonte/MG	23000.010402/2015-11	627/2018
7	53.893.582/0001-49	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PENAPOLIS	Penápolis/SP	23000.012844/2014-11	483/2018

PORTARIA Nº 323, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariar requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º As instituições poderão apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e na Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013.

Art. 3º Alternativamente, caso discorde das motivações da decisão de indeferimento e não tenha interesse na proposição do TAG, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 294, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27 de abril de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	88.061.858/0001-07	UNIAO BENEFICENTE E CULTURAL DE CAMPO BOM	Campo Bom/RS	23000.006465/2017-26	77/2018
2	50.951.805/0001-99	ASSOCIACAO EDUCADORA E BENEFICENTE	Jundiaí/SP	23000.009290/2012-02	496/2018
3	21.040.696/0001-50	ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ITAJUBÁ	Itajubá/MG	23000.011036/2012-66	524/2018
4	52.059.573/0001-94	FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA	Marília/SP	23000.013973/2014-18	515/2018
5	03.484.920/0001-10	CENTRO EDUCACIONAL MARIA AUXILIADORA	Cuiabá/MT	23000.017460/2015-67	1441/2017

PORTARIA Nº 324, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº NOTA TÉCNICA Nº 754/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES, exarada nos autos do Processo nº 71010.005232/2009-20, resolve:

Art. 1º. CONCEDER o prazo de 60 dias para que a Fundação Educacional Barriga Verde CNPJ: 82.975.236/0001-08, com sede em Orleans/SC, protocole novo requerimento de certificação tempestivo, nos termos do § 2º do art. 59 do Decreto nº 8.242/2014, em complemento ao disposto na Portaria nº 468, de 22 de junho de 2015, publicada em 23 de junho de 2015, que deferiu, nos autos do processo nº 71010.005232/2009-20, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, para o período de 20/02/2009 a 19/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 84, de 06 de maio de 2015, Seção 1, página 15, na linha 13, do anexo da Portaria SERES nº 333, de 05 de maio de 2015, onde se lê: "Bacharelado", leia-se: "Licenciatura", conforme Nota Técnica nº 45/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 27/04/18. (Registro e-MEC nº 201353874).

No Diário Oficial da União nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, páginas 16 e 17, na linha 1, da coluna "Mantenedora Adquirente, CNPJ", do anexo da Portaria SERES nº 1.086, de 13 de outubro de 2017, onde se lê: "CNPJ nº 18.638.348/0001-04", leia-se: "CNPJ nº 18.634.348/0001-04", conforme Nota Técnica nº 46/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 30 de abril de 2018. (PROCESSO SEI nº 23000.044422/2017-49).

No Diário Oficial da União nº 102, de 30 de maio de 2014, Seção 1, página 71, na linha 3, do anexo da Portaria SERES nº 340, de 29 de maio de 2014, onde se lê: "Bacharelado", leia-se: "Licenciatura", conforme Nota Técnica nº 43/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 26/04/18. (Registro e-MEC nº 201303238).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 947, DE 3 DE MAIO DE 2018

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.013200/2016-91, resolve:

Prorrogar pelo período de 06-06-2018 a 05-06-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado através do Edital nº 029/2017, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 65/2017, de 05-06-2017, publicado no DOU de 06-06-2017, Seção 3, fl. 50.

PROF. SANDRO AMADEU CERVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 543, DE 3 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos desta Universidade, para exercício nos campi descritos abaixo, conforme Edital n° 02/2016, publicado no DOU de 30/08/2016.

VEJA INSTRUÇÕES AO FINAL DESTE EDITAL.

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE - IMS - VITÓRIA DA CONQUISTA

NÍVEL MÉDIO - CLASSE D

Cargo: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7730070697	STÉPHANIE DE MELO LAVIGNE ROCHA	1º
7730019645	NICOLLE GIUDICE	2º
7730005362	PAULO EDSON GOMES BOTELHO AMORIM	3º
7730094383	FERNANDA MEIRA GOMES COSTA	4º
7730089641	DANILO SOUZA SANTOS	5º
7730078097	DULCIMARA ALVES DOS SANTOS SILVA	6º
7730001474	ANDRÉ LUIZ DE ALCÂNTARA BRANDÃO	7º
7730001625	HILTON ALEXANDRE CARDOSO OLIVEIRA	8º
7730052961	THAIS ALVES ALMEIDA NASCIMENTO	9º
7730004652	FERNANDA VELOSO COSTA MENEZES	10º

Cargo: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - VITÓRIA DA CONQUISTA

Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7740031151	EDUARDO LEVI CHAVES BARBOSA DE OLIVEIRA	1º
7740056337	BRENO BASTOS NOVAES	2º
7740122669	MARASSUEIDE DA SILVA CARVALHO	3º
7740112914	DARMÂNIO CÉSAR AMORIM SOUZA	4º
7740056934	LEONARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO PITANGA	5º

CAMPUS DE SALVADOR

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - CLASSE C

Cargo: ASSISTENTE DE LABORATÓRIO

Vagas Ampla Concorrência: 1

Classificação

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7830070289	RAQUEL LIMA PROTAZIO	1º
7830081398	MAIARA SANTA ROSA DO ROSÁRIO ROCHA	2º
7830098100	LUANA ARAUJO OLIVEIRA	3º
7830082026	LUCAS GADE ASSUNÇÃO	4º
7830032358	ANTONIO MARQUES FILHO	5º
7830108097	ISABELE DE ALCÂNTARA PESSOA	6º

Cargo: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

Vagas Ampla Concorrência: 9 Vagas Negros: 2 Vagas PCD: 1 Vagas Total: 12

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG	Classificação PCD
7840003966	LEONARDO CASAL CARVALHO	1º		
7840102700	FILIPE MOREIRA COSTA	2º		
7840066753	VINICIUS ROCHA DE SOUSA	3º		
7840030359	KLAUS VIEIRA DA SILVA MALHEIROS	4º		
7840055179	LUCAS DOS SANTOS CALDAS	5º		
7840086199	MILENA DOS SANTOS PEREIRA	6º		
7840079403	BRUNA DOS SANTOS DE BRITO	7º		
7840010746	PAULO RICARDO SOUZA LEAL	8º		
7840076931	LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO JUNIOR	9º		
7840055032	ALEXANDRE SILVA ALMEIDA	10º	1º	
7840048439	CELSO SANTOS LEITE	11º	2º	
7840080474	MATHEUS SABACK LEAL	12º		
7840095618	MARIA EDINALVA PEREIRA DE BRITO	13º		
7840084463	GETULIO JORDÃO DE ASSIS	14º	3º	
7840089549	ISABELLA CARDOSO RIBEIRO	15º		
7840084087	DANIEL DOS ANJOS OLIVEIRA	16º		
7840067988	VIVIANE ALVES FERNANDES DA CUNHA	17º		
7840055279	RAFAEL SANTOS SILVA	18º		
7840082553	RAFAEL VILAS BOAS FRANÇA DOS SANTOS	19º		
7840001183	CARLINHO MORAIS CARNEIRO	20º		
7840088782	ANA LUCIA SANTOS DE ALMEIDA	21º		
7840056289	LEONARDO FILIPE SILVA BACELAR	22º		
7840067966	LUIZ CARLOS ALVES JÚNIOR	23º		
7840024237	MURILO GOMES DE JESUS OLIVEIRA	24º		
7840123683	SARA MARIA GOMES PINHEIRO	25º		
7840032878	GERNEAM ALMEIDA DE SANTANA	26º	4º	
7840115591	NAIARA LEANDRO DE SOUZA SANTANA	27º	5º	
7840097146	MAYCON ANUNCIAÇÃO PEREIRA	28º		
7840068044	AYALA BIANCA SILVA CARVALHO	29º	6º	
7840047271	LORENA LIMA DE SANTANA	30º	7º	
7840019607	JEFERSON JESUS DE ARAGAO	31º	8º	
7840082922	LUCIANA LISBÔA AZEVEDO	32º		
7840004485	JÚLIO CÉSAR ARAÚJO ROCHA	33º		
7840022542	LUÍSA DE SOUZA MATOS	34º		
7840081453	MARIA MELINA MENEZES GUIRRA	35º		
7840089082	LUIS FELIPE DE LIMA FRANÇA	36º		
7840100088	DAVI DE JESUS SANTOS	37º		
7840000622	ANDRÉ LUIZ SANTOS DALTRO	38º	9º	
7840100075	DEVISSON VANDER PEREIRA SANTOS	39º		
7840089796	WELLINGTON SALES DOS SANTOS JUNIOR	40º		
7840001787	LIGIA MARIA STANSKY	242º		1º
7840037983	EMANUEL FERNANDES DA SILVA	828º		2º
7840088498	INGRID FERREIRA SOUZA	892º		3º
7840079265	ANDREA DE MELO DAMASCENO MAGGITTI	952º		4º
7840083178	JEAN MARSHALL MARTINS VITÓRIO	973º		5º

Cargo: CENOTÉCNICO

Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7850044817	PAULO TIAGO NASCIMENTO BARBOSA	1º
7850063628	MARCOS VINICIUS FRANÇA DOS ANJOS	2º

Cargo: CONTRAMESTRE

Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7860055347	MAURO KLEBER VIEIRA DOS SANTOS	1º
7860005205	ALDO SANTANA NOBRE	2º
7860107585	MAGTON PAIM DOS SANTOS TORRES	3º
7860105231	AUGUSTO CARDOSO DO BOMFM	4º
7860117985	JORGE SANTOS BARBOSA	5º

CAMPUS DE SALVADOR

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - CLASSE D

Cargo: ASSISTENTE DE DIREÇÃO E PRODUÇÃO

Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7870003841	ISABELLA DE SOUZA MAGALHAES	1º
7870054476	ANA PAULA ZANANDRÉA	2º
7870115313	IAGO ITA DE ALMEIDA PEREIRA	3º
7870065871	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA PINTO	4º
7870011560	HÉLIO RODRIGUES VIANA JÚNIOR	5º

Cargo: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Vagas Ampla Concorrência: 112 Vagas Negros: 30 Vagas PCD: 8 Vagas Total: 150

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG	Classificação PCD
7880054323	ELIANA CAMPOLINA	1º		
7880097305	ALEX MASCARENHAS DE OLIVEIRA	2º		
7880099330	RODRIGO SANTANA BARRETO	3º		
7880063161	WALBER BARRADAS CARDOSO	4º		
7880007203	TAIS SERRAVALLE ANDRADE MUSSI	5º		
7880018774	CELSO SANTOS LEITE	6º		
7880088836	ANA LUCIA SANTOS DE ALMEIDA	7º		
7880080831	MILENA OLIVEIRA LIMA	8º		
7880067558	VICTOR BARBOSA SANTOS BORGES	9º		
7880055132	SONJA LUANA REZENDE DA SILVA	10º		
7880083788	MATHEUS ROCHA CERQUEIRA LIMA	11º		
7880002216	DAIANA DE OLIVEIRA LIMA	12º		
7880073193	ALDIMIR MAGNO PEREIRA DOS SANTOS	13º		
7880014343	VINICIUS FIUSA MOURA	14º		
7880116738	RAFAEL MATOS NUNES	15º		
7880076706	JANINE NEVES DE OLIVEIRA	16º		
7880007673	JEFERSON JESUS DE ARAGAO	17º		
7880033700	LUIZ RODRIGO PAES LEME	18º		
7880088261	JOICE DA SILVA LIMA NUNES	19º		
7880000483	IGOR HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	20º		
7880000762	BRUNO LEAL ROCHA	21º		
7880046208	ANA CAROLINA CORREIA SANTOS	22º		
7880117927	ROAN PAULO VALENÇA WANDERLEY	23º		
7880047417	LIANE ANDRADE DE MATOS	24º		
7880000865	SÁVIO CAVALCANTE VASCONCELOS	25º		
7880098188	RENATO LUIZ OLIVEIRA DOS SANTOS	26º		
7880107299	LUCAS MENDONÇA DIAS	27º		
7880070387	ALINE SOARES WAINBERGER	28º		
7880017116	LEÔNIDAS DO AMARAL ALMEIDA JUNIOR	29º		
7880086469	LAÉRCIO MANGUEIRA LACERDA JUNIOR	30º		
7880001251	PAULO RICARDO SOUZA LEAL	31º		
7880074704	LAILA GABRIEL ECARD	32º		
7880012282	WESLLEY ORRICO DE JESUS	33º		
7880006351	DANIEL MENDONÇA MONTENEGRO	34º		
7880052368	ABDIAS BESERRA PEREIRA JÚNIOR	35º		
7880004065	LUCAS SOARES BARRETO	36º		
7880039741	RENAN ALVES SANTOS	37º		
7880068979	LUCAS VASCONCELOS KUTSCHER DE OLIVEIRA	38º		
7880087905	RICK DA SILVA ANDRADE SANTOS	39º		
7880034480	AMANDA CRUZ FEITOSA E ALMEIDA	40º		
7880060830	SAMUEL PEREIRA SANTOS DE DEUS	41º		
7880064970	FABIANO SANTOS SOUZA	42º		
7880001735	MARIANA DANTAS DE ARAUJO	43º		
7880015452	CARINE DE JESUS SANTOS	44º		
7880014291	CLAUDIA BISPO DOS SANTOS	45º		
7880000193	LUANE DE JESUS SANTOS	46º		
7880000831	PRISCILA DA SILVA LAGO	47º		
7880000903	FRANCISCA ALCIONE DE SOUZA CASTRO	48º		
7880076594	ITALO CAIANÃ PINHO CARVALHO	49º		
7880086892	ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS BARBOSA	50º		
7880055557	LUANA SILVA BRANDÃO	51º		
7880098610	ALANA DIAS SANTANA	52º		
7880060252	MIRCELA ALINE CABRAL BEZERRA FARIAS	53º		
7880042431	MAIARA LORRANE PEREIRA BATISTA	54º		
7880040204	RAFAEL BARRETO DA SILVA	55º		
7880051946	JANIO FLAVIO DA SILVA	56º		
7880080756	ALEXANDRE LIMA CERQUEIRA	57º		
7880056796	GLAUBER DE ASSUNÇÃO MOREIRA	58º		
7880007926	ADEMIR MOREIRA DE JESUS	59º		
7880011904	IASMIN ALENCAR SANTOS	60º		
7880001802	MIQUEIAS QUEIROZ DA SILVA	61º		
7880093772	ANDRÉ CLEMENTINO DA SILVA	62º		
7880002143	LÍZEA COSTA CARDOSO	63º		
7880005202	ALINE DE JESUS SANTOS	64º		
7880053296	LUAN KAIQUE ANDRADE BASTOS	65º		
7880000246	EDTON DE SOUSA SANTOS	66º		
7880079907	ALBA CLÉRIA RIBEIRO TEIXEIRA SEIXAS	67º		
7880032267	ANA KARINA COUTO VIEIRA	68º		
7880106968	GISELE PALMA SANTOS	69º		
7880087595	WAGNER EDUARDO SANTANA CORREIA	70º		
7880072094	KAMILA DUTRA PENA	71º		
7880070567	CELESTE DA SILVA SANTOS	72º		
7880055711	KATIA AGUIAR DE SOUSA	73º		
7880073472	INNAS SILVA PAPALARDO	74º		
7880051173	LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO JUNIOR	75º		
7880107977	SILVANA DOS SANTOS MORENO RIBEIRO	76º		
7880088693	NATAN CARVALHO MONTEIRO NUNES	77º		
7880032682	DANILO SANTANNA RAMOS	78º		
7880070660	DENISE ANSELMO SANTOS	79º		
7880071066	HENRIQUE TIBURCIO COSTA	80º		
7880062851	ISABELE GONDIM MEIRELLES	81º		
7880006616	JACSON DOUGLAS BOMFIM DE OLIVEIRA	82º		
7880019088	NAVARRO RAMOS DE MEDEIROS JUNIOR	83º		
7880000096	ISADORA ALMEIDA RAMOS	84º		
7880078502	POLIANA DE OLIVEIRA ARAUJO AMORIM	85º		
7880032664	ANSELMO SANTOS NOVAES	86º		
7880099376	GEMIMMA CAROLINE LEAL DA SILVA	87º		
7880002284	JULIANA LOPES SOARES	88º		
7880000416	JAIME RODRIGUES NETO	89º		
7880048074	LUCICLÉIA ALVES DE LIMA	90º		
7880007332	ÍTALO HENRIQUE GONÇALVES CARNEIRO	91º		
7880017466	DIEGO DA CRUZ SARAIVA	92º		
7880062266	WILIAN DA SILVA SANTOS DE CERQUEIRA	93º		
7880067739	SHIU MEI SILVA LESSA FON	94º		
7880000813	ANDRE GUIMARAES CORDEIRO	95º		
7880085212	ANA PAULA PRISCO PARAISO DE QUEIROZ MELLO	96º		
7880079101	NORBERTO ADRIAN BALBO	97º		
7880040797	CAROLINA VELOSO VIANA BOMFIM	98º		
7880010333	JOÃO ANTHONY PORTO CALIXTO VIANA	99º		
7880083136	FILIPE MOREIRA COSTA	100º		
7880079230	FERNANDA DE SA ARAUJO DE QUEIROZ	101º		
7880039829	EVELINE PENA DA SILVA	102º		
7880010532	CARINA DE CARVALHO GONÇALVES	103º		
7880060241	NATALY FERREIRA LONGUINHO	104º		
7880103105	ADREAN MOREIRA DA SILVA	105º		
7880082531	RAFAEL VILAS BOAS FRANÇA DOS SANTOS	106º		
7880065488	CLEANE PEREIRA DO NASCIMENTO	107º		
7880113453	EDNEI BOMFIM SANTOS	108º		
7880094472	GUSTAVO CÉZAR PEREIRA RODRIGUES	109º		
7880054189	MARIANA LISBOA BRAGA	110º		
7880113626	ISABELE BARBOSA DE ANDRADE	111º		
7880052053	FERNANDA NIÉCE DE SOUZA ALMEIDA	112º		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7880009643	SERGIO ROCHA DE FIGUEIREDO	113º		
7880043479	CRISTOVÃO MASCARENHAS CORDEIRO	114º		
7880070844	ANA CRISTINA MACHADO SIMOES	115º	1º	
7880105503	PATRÍCIA DE SOUZA BASÍLIO	116º		
7880031502	DIEGO ABREU DE ALMEIDA	117º		
7880019010	FRANKSLEIDE CALDEIRA LIMA DA SILVA	118º	2º	
7880089197	BRUNO RODRIGUES DE ALMEIDA	119º		
7880078555	EDUARDO MILER SANTOS DE JESUS	120º	3º	
7880021625	LUCAS LIMA DA SILVA	121º	4º	
7880004623	ELIAH THICIANE DOS ANJOS CALAZANS	122º	5º	
7880041185	SUSAN LOPES SANTOS	123º	6º	
7880095746	ANDREA RODRIGUES COSTA	124º	7º	
7880044868	ROGÉRIO TEIXEIRA CATHALÁ DE CARVALHO	125º		
7880053026	ANDRE LUIS DE MACEDO SANTOS	126º		
7880024503	SUELI DOS REIS MIRANDA	127º	8º	
7880045178	LUANA COSTA SANTOS	128º		
7880053273	OLÍVIA SANTOS DO NASCIMENTO	129º	9º	
7880000440	MARCELO BRUNI TEIXEIRA	130º		
7880009992	OTAVIO DE OLIVEIRA SANTOS	131º		
7880059991	PAULO AMARO DOS SANTOS NETO	132º		
7880004653	MARIA SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA	133º		
7880121780	HUDSON ALEX CARVALHO DOS SANTOS	134º	10º	
7880103036	OSMAR DA SILVA SOUZA	135º		
7880003776	ISABELLA DE SOUZA MAGALHAES	136º		
7880052279	MARINES MARTINS DE ANDRADE	137º		
7880000924	MARIA MELINA MENEZES GUIRRA	138º		
7880079641	CAIQUE CORREIA DOS SANTOS	139º	11º	
7880006860	MELQUE CRISTIANO CRUZ DOS SANTOS	140º	12º	
7880005428	GRASIELI DO NASCIMENTO RODRIGUES	141º	13º	
7880024490	JULIANA OLIVEIRA DA SILVA	142º	14º	
7880001485	ISRAEL BARBOSA LOME	143º	15º	
7880002560	MARCIO CARNEIRO SANTOS	144º	16º	
7880055131	PRISCILA FIGUEIRA VASCONCELOS	145º		
7880001073	GERALDO COSTA LORDELO NOGUEIRA JUNIOR	146º		
7880119265	ANDERSON MARTINS ALVES DE SANTANA	147º	17º	
7880012437	SARAH URIAS DA SILVA BARROS	148º		
7880082714	GABRIEL MARQUES DE FREITAS	149º	18º	

7880014850	RICARDO LUIZ NAVES RABELO FILHO	150º		1º
7880007689	ISABELLA CARDOSO RIBEIRO	151º		
7880009094	VICTÓRIA SENA SAMPAIO	152º		
7880003558	DANIEL DOS ANJOS OLIVEIRA	153º		
7880093920	FERNANDA BARRETTO DE SÃO PEDRO	154º	19º	
7880122997	ANDERSON FELIPE FERREIRA LOPES	155º	20º	
7880006028	RODRIGO LIMA DE SOUZA	156º		
7880059068	NÉLIO LUSTOSA SANTOS JÚNIOR	157º		
7880002884	PAULA BRITO PEREIRA	158º		
7880069821	VICTOR D ALENCAR GUIMARÃES	159º		
7880102614	IVONEIDE GOMES QUEIROZ	160º		
7880051139	DAYANE SOUZA SANTOS	161º		
7880019353	UVERLANDIA ARAUJO SILVA	162º		
7880067323	JORGE ALAN BRITO SILVA	163º		
7880070069	VILMA PATRÍCIA SANTANA SILVA	164º	21º	
7880056550	IRIS OLIVEIRA COSTA	165º		
7880012151	MARCY ARGOLO BORGES	166º	22º	
7880075300	VIVIANE TEIXEIRA DE CASTRO NEVES	167º		
7880010195	FRANK EVE DO NASCIMENTO PEREIRA	168º	23º	
7880004475	MAVILA SANTOS DE MENEZES	169º		
7880087410	ANA IZABELA CORREIA DE ALCÂNTARA	170º		
7880052174	MATHEUS SABACK LEAL	171º		
7880084348	GETULIO JORDÃO DE ASSIS	172º	24º	
7880057303	RENATA MORAES REBOUCAS	173º		
7880023423	NAIANI SCHITINI DA SILVA	174º		
7880020610	MAGNA SANTOS CUNHA	175º	25º	
7880001061	MÁRCIO FERDINANDO PAIVA ARAUJO	176º		
7880050060	MARIA CAMILA FAGUNDES SILVA	177º		
7880004383	MILENA MEDRADO DA SILVA	178º		
7880040028	LEANDRO GIROUX GOMES	179º		
7880003045	JAILSON JESUS DOS ANJOS	180º	26º	
7880100913	LAIS GABRIELLE OLIVEIRA JESUS	181º		
7880072160	MIGUEL VICENTE DE ARAÚJO FILHO	182º		
7880017124	DANILO ARRUDA DE SANTANA	183º		
7880008569	EVANE OLIVEIRA SENA	184º	27º	
7880011558	LUCI VÂNIA VIANA CERQUEIRA	185º		
7880117424	THIAGO DE PARIS RODRIGUES	186º		
7880082371	MAYRA COSTA DA SILVA	187º	28º	
7880015867	ALYSON DA SILVA PEREIRA	188º		
7880053245	LAIANE FERREIRA ROCHA	189º		
7880123105	BRUNO DE ANDRADE PEREIRA	190º		
7880084219	GILCAR CARVALHO DE ARAUJO	191º		
7880067943	LISANDRA DOS SANTOS ALCÂNTARA	192º		
7880000021	RAFAELA DE SOUZA DUARTE	193º		
7880081727	PABLO BATISTA ANDRADE	194º		
7880100332	ELIZABETE GOMES DE ANDRADE	195º		
7880076066	LUCAS DOS SANTOS DIAS	196º		
7880076412	JANAY BOMFIM FARIAS CAMARA	197º		
7880041828	CAIO BARRETO DE ALMEIDA	198º	29º	
7880063308	LUIZ HENRIQUE ALVES NUNES	199º	30º	
7880009646	ÂNGELO DE OLIVEIRA MIRANDA	200º		
7880007663	LUCAS DOS SANTOS CALDAS	201º	31º	
7880040756	ANDERSON CARLUCHO OLIVEIRA DOS SANTOS	202º	32º	
7880111158	PENELOPE REIS RAMOS	203º		
7880058970	ÊNIO MASCARENHAS DE OLIVEIRA	204º		
7880029246	VICTOR SANTANA DE OLIVEIRA	205º	33º	
7880102831	CHAYNARA CONCEIÇÃO DE SOUSA	206º		
7880088203	IALE NASCIMENTO SILVA	207º	34º	
7880004034	MATHEUS SANTANA ARCHIERIS	208º		
7880008309	HERBERT BRUNO RAMOS ALMEIDA	209º	35º	
7880039796	MARCELLA BENITES RAMIRES MENDES	210º		
7880000532	MATHEUS JOSÉ CABRAL DE SOUZA	211º		
7880016284	FAGNER ROCHA DE QUEIROZ	212º		
7880008796	JAIRO DE JESUS FERNANDES	213º	36º	
7880057645	ANDRESON SILVA PINTO	214º		
7880084539	ELLEN RAQUEL TERRA ANDRADE	215º		
7880092221	CARLOS MAGNO OLIVEIRA BOMFIM	216º		
7880102424	MATEUS TAVARES PINTO SANTOS	217º	37º	
7880003808	LEONARDO CASAL CARVALHO	218º		
7880019799	VANESSA DE CASTRO SILVA CAMPOS	219º		
7880004047	RODRIGO ANDRADE SANTOS	220º		
7880109960	EDER JOSE FERREIRA DA SILVA	221º		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7880000190	NAIARA LEANDRO DE SOUZA SANTANA	222º	38º	
7880005121	ELIZANGELA SANTANA PINTO	223º	39º	
7880072676	RENATA ALVES DE JESUS LIMA	224º		
7880054136	LIVIA ROCHA DE MAGALHAES	225º		
7880020215	FABIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	226º		
7880009619	AVANY ENEAS COSTA	227º	40º	
7880079840	TIAGO OLIVEIRA PEREIRA	228º		
7880090265	SAULO PEREIRA SOUSA	229º		
7880070959	TATIANA MORENO DA SILVA NASCIMENTO COSTA	230º	41º	
7880000740	LUCIANO SANTANA CUNHA	231º		
7880000186	MARCUS VINÍCIUS MORAIS MARQUES	232º		
7880092281	PAULINO SILVESTRE LUBAMBO BRITTO NETO	233º		
7880059441	SILVIA GABRIELA PARAIZO SOUZA ROCHA	234º		
7880003704	GIVANALDO RODRIGUES SILVA	235º		
7880109626	RAFAEL SAUER	236º		
7880120938	PATRICIA CARNEIRO COSTA	237º		
7880079834	MARCELE UZEDA MELO	238º		
7880096551	EMANUEL RIBEIRO DE ARÊA ALMEIDA	239º		
7880066741	VINICIUS ROCHA DE SOUSA	240º	42º	
7880018997	JAMILE SANTOS DO NASCIMENTO	241º		
7880000153	DHEYRES DE OLIVEIRA SILVA	242º	43º	
7880082631	QUEILON COSTA FRANCO DOS SANTOS	243º	44º	
7880079301	ANTONIO BRUNO ROCHA VIVAS	244º	45º	
7880090252	AUGUSTO ARAGAO COSTA	245º		
7880012626	MICHEL GRANATO MARTINS	246º		
7880021135	GUILHERME DOS SANTOS REIS	247º		
7880010630	FABIO BRUKS BENEVIDES	248º		
7880027048	RAFAELA GÓES BISPO	249º	46º	
7880081478	PAULA SANTOS OLIVEIRA	250º		
7880114188	FERNANDO FERRAZ REIS	251º		
7880092254	DANIEL RANULFO DOS REIS ALVES	252º	47º	
7880079315	PATRICIA CARVALHO CUNHA FONSECA	253º	48º	
7880015206	ARTUR BRUNO DA SILVA CÂNCIO	254º		
7880001646	ERICSON ANDRADE DE OLIVEIRA	255º		
7880060629	FABIO SANTOS DA COSTA	256º		
7880079799	TAIANA TOSTA BOAVENTURA	257º		
7880005433	ISMAEL SOUZA DAMASCENO	258º	49º	
7880001585	FELIPE GUILHERME GONÇALVES DA SILVA	259º		
7880001214	LORENA VIEIRA DOS SANTOS	265º	50º	
7880006267	SYLVIO PAULO DE SOUZA JÚNIOR	266º	51º	
7880056419	GILSON CASTRO GUEDES JUNIOR	267º	52º	
7880015214	ISABELA SOFIA DA SILVA DE SANTANA	271º	53º	
7880082329	CASSIA CARNEIROS SANTOS	286º		2º
7880055367	DEISE BRITO DOS SANTOS	289º	54º	
7880001100	JOSEANE FIGUEREDO ROSA	293º	55º	
7880124195	ANGÉLICA BRANDÃO DE LIMA	294º	56º	
7880000018	ROSANGELA MARQUES OLIVEIRA	306º	57º	
7880117064	PRISCILA DOS SANTOS BISPO	312º	58º	
7880065833	JADSON RAMOS SOARES DOS SANTOS	315º	59º	
7880100489	LUÍSA VILHARQUIDE FIRMINO	317º	60º	
7880057020	OSANILTON DOS SANTOS OLIVEIRA	322º	61º	
7880053741	DANIELA MIRANDA DOS SANTOS	324º	62º	
7880000271	HAMUEL FELIPE FERREIRA SANTOS	328º	63º	
7880117532	GIVANILDO DA SILVA AMORIM	330º	64º	
7880091425	ANDREIA ALVES DOURADO	337º	65º	
7880050987	TATIANE DOS SANTOS BURI CUNHA	345º	66º	
7880066274	RAMON MOTA DA SILVA	360º	67º	
7880092334	ÁTILA SOUSA CRUZ	423º		3º
7880047759	CHINAYDER OLIVEIRA BORGES	709º		4º
7880054376	AMINE DA SILVA VALVERDE LIMA	1077º		5º
7880013684	LEZUENDER DE SOUZA	1311º		6º
7880073351	DANIEL GUSTAVO SAMPAIO DE OLIVEIRA	1362º		7º
7880055648	DILSON FERREIRA FILHO	1393º		8º
7880053828	ISAAC VIANA DA CUNHA ARAÚJO	1502º		9º
7880085266	IURI NASCIMENTO DOS SANTOS	1505º		10º
7880074886	ROBSON FRANCISCO MATOS DO NASCIMENTO	1516º		11º
7880051415	FLÁVIA LEAL FERREIRA DA SILVA	1686º		12º
7880012972	CÍNTIA SILVA DE FIGUEIREDO	1943º		13º
7880024308	MARIA ELENA KIOULPÁLOGLOU	2216º		14º
7880055362	ANA LUIZA TEIXEIRA AMADO	2524º		15º
7880000698	TATIANE NOGUEIRA RODRIGUES	2612º		16º
7880037192	SERGIO ROBERTO CERQUEIRA BISPO DOS SANTOS	2807º		17º
7880098249	FERNANDO ANTÔNIO PEREZ NUÑEZ	3028º		18º
7880053880	JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DAS VIRGENS	3145º		19º
7880036364	CHAUANA DE ARAGÃO ANUNCIAÇÃO	3282º		20º
7880074972	ADRIANA EVANGELISTA SANTOS	3373º		21º
7880004490	ARNOBIO VIANA DOS SANTOS	3523º		22º
7880077061	FRANCIELE FERNANDES BRITO	4232º		23º
7880000992	LIGIA MARIA STANSKY	4890º		24º
7880019038	ANA CRISTINA SANTOS MORAES	4919º		25º
7880087569	MARIA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA	5277º		26º
7880020315	IVONE BATISTA ALVES	5419º		27º
7880040341	ISRAEL FALCÃO CARVALHO	5521º		28º
7880093847	LUCIANA TROCCOLI LOPES	5721º		29º

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ANÁLISES CLÍNICAS
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7890067137	BÁRBARA MENEZES MOTA	1º
7890091406	SIMONE ROCHA MENEZES FERREIRA DA PAZ	2º
7890002432	EDSON NASCIMENTO SANTANA DE JESUS	3º
7890005243	ADMÁRIO SOUZA DA SILVA	4º
7890094148	IOLANDA SANTOS DE SOUZA	5º

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ANÁLISES CLÍNICAS - MEDICINA VETERINÁRIA
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7900094779	WALÉRIA BORGES DA SILVA	1º
7900068578	MARINA SANTANNA ROSSI PEIXOTO	2º
7900034508	JULIANA KELLY CONCEIÇÃO LEITE	3º
7900008995	RAYLSON PEREIRA DE OLIVEIRA	4º
7900039032	PAULO SÉRGIO DE MORAIS DA SILVEIRA MATTOS	5º

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO / ANATOMIA PATOLÓGICA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7910058807	VANESSA RAQUEL PINTO DE BARROS	1º
7910080567	ALINE HELENITA RAMOS SANTOS	2º
7910088347	JÉSSICA MARIA DOS SANTOS FERRO	3º
7910113817	MARLEIDE MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA	4º
7910095637	IVANILDES RIBEIRO DEIRÓ ANDRADE SILVA	5º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO / MARCENARIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7920101919	CLEBER DA SILVA MARINHO	1º
7920046635	MARCIO AURELIO MATOS CARVALHO	2º
7920119224	FRANKLIN CORREIA DOS SANTOS	3º
7920033842	PAOLO DOMENICO PERFUMO	4º
7920076364	CLEDSON DOREA SALES	5º

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO / QUÍMICA
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7930022503	JAQUELINE REIS DE SOUZA BISPO	1º
7930013870	ALISSON BEZERRA GOMES	2º
7930073948	BRUNA LEITE SUFIATE	3º
7930092731	ANA CARLA DIAS REGIS	4º
7930003302	NAJARA SANTANA PITA	5º
7930105569	CAMILA DA SILVA SANTOS	6º
7930119413	ANA BEATRIZ LADEIA KLUSENER	7º
7930017706	RENÉ LEONE CARVALHO DOS SANTOS	8º
7930032214	ANTONIO MARQUES FILHO	9º

Cargo: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Vagas Ampla Concorrência: 3 Vagas Negros: 1 Vagas PCD: 1 Vagas Total: 5

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG	Classificação PCD
]7940061358	WALTER RODRIGUES CUNHA FILHO	1º		
7940003597	EVERTON SIMOES BARRETTO	2º		
7940002668	JESSÉ RANGEL QUEIROZ DUARTE	3º		
7940009346	RAMON SILVA SANTOS	4º	1º	
7940028455	BIANCA SANTOS DE ANDRADE	5º		
7940105901	VICTOR DA SILVA FONSECA	6º		
7940119187	SERGIO SANTANA DA SILVA	7º		
7940001031	RAYMUNDO GLEDISSON OLIVEIRA MARIANO	8º		
7940051187	SAMUEL LIMA DE FARIAS	9º		
7940057248	RAFAEL SALES LEÃO BARBOSA	10º		
7940054042	LUCAS ALMEIDA SILVA	11º		
7940008519	TAÍS LIMA GONÇALVES AMORIM DA SILVA	12º		
7940079272	CARLOS FELIPE DA COSTA ANDRADE	13º		
7940083507	RENAN SOUZA PIO FERREIRA	14º		
7940051601	CID GERALDO DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR	15º		
7940106298	ADRIANO GONZAGA REIS	16º		
7940001420	EFRAIM PEREIRA MARTINS	17º		
7940050016	JAMES DA LUZ DIAS	19º	2º	
7940096679	WELLITON DAMASCENO LIMA GONÇALVES	25º	3º	
7940065398	LEANDRO JESUS SOUSA	32º	4º	
7940061833	RAPHAEL OLIVEIRA PIMENTEL	37º		1º
7940029149	ADAUTO MEIRELES DIBAY	44º		2º

Cargo: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA
Vagas Ampla Concorrência: 2 Vagas Negros: 1 Vagas Total: 3

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG
7950015280	ARTUR BRUNO DA SILVA CÂNCIO	1º	
7950069753	MARCELO FERREIRA DEIRÓ	2º	
7950116159	LEONARDO JORDÃO DE CARVALHO	3º	1º
7950098030	KLEBER RIBEIRO MASCARENHAS SILVA JUNIOR	4º	
7950038372	DANILO DE SOUSA SILVA	5º	2º
7950011865	MARCOS ANTONIO BARBOSA PINTO	6º	3º
7950067981	JEAN MENDES ARAUJO	7º	
7950089523	FABIANO ALVES DUARTE	8º	
7950122561	RODRIGO DE LIMA RODRIGUES	9º	
7950118209	JEFFERSON RICARDO SILVA DE SOUZA	10º	
7950095484	GIOVANNI BEZERRA SANTANA	11º	
7950044976	TULIO FRANCISCO DA SILVA BERNARDO	12º	
7950076533	JERFFESON SANTANA DE QUEIROZ	15º	4º
7950118595	AÉCIO RAMOS PEIXOTO	17º	5º

Cargo: TÉCNICO EM ELETRICIDADE
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7960026872	MARCO DAMASCENO DE SOUSA	1º
7960092949	MARCUS PAULO SOUZA DOS SANTOS	2º
7960065371	FELIPE MENDONÇA DE SOUSA BRAGA	3º
7960111381	ARNALDO OLIVEIRA CUNHA JUNIOR	4º
7960064087	TYAGO MALTA CALAZANS DE ALMEIDA	5º

Cargo: TÉCNICO EM ANATOMIA E NECRÓPSIA - VETERINÁRIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7970007927	LUAN SABINO BARROSO SILVA DE JESUS	1º
7970048134	ANTONIO WESLEY OLIVEIRA DA SILVA	2º
7970093670	FABIO SARTORI	3º

Cargo: TÉCNICO EM ARQUIVO
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7980083300	EULINA MARIA CONCEIÇÃO NASCIMENTO DOS SANTOS	1º
7980035624	JOSENEIDE FIGUEIREDO PINHO DA CONCEICAO	2º
7980104279	EDUARDO DE ARAÚJO FRÓES	3º
7980050607	IVONE SILVA SANTOS	4º
7980092437	LUCAS SANTANA DA SILVA GARCIA	5º
7980006236	MARCILIO HERCULANO DA COSTA	6º
7980000744	ELISANGELA DE SOUZA	7º
7980040837	LIZÉLI MOREIRA SILVA	8º
7980048207	CASSIO NASCIMENTO AQUINO	9º

Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
7990041815	VINÍCIUS JESUS SOUZA	1º
7990047872	ROSANA PAULA ALMEIDA SANTOS	2º
7990102805	IVISSON PURIDADE SANTOS	3º
7990041182	GEORGE DE SOUZA PEREIRA	4º
7990054978	MATEUS DE SOUZA ALCÂNTARA	5º
7990044334	HERMES OLIVEIRA GOMES	6º
7990116855	CARLA FERNANDA UZEDA MARQUES	7º
7990017219	JÉSSICA SCOLARO	8º
7990033293	MARCELO RIBEIRO TENUTA	9º
7990095127	DILMA TEODORO DA SILVA DOS SANTOS	10º

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8000000293	LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS	1º
8000001544	FRANCISCO CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA	2º
8000054229	MARCELO JOSE FARIAS LIMA	3º
8000049410	FERNANDA BRUNELLI REIS LEMOS	4º
8000002804	TALITA MENESES PINHEIRO DOS SANTOS	5º
8000021982	CELIMAR SOUZA DOS SANTOS BITTENCOURT	6º
8000105070	CARLA GEANE DOS SANTOS	7º
8000005590	WASHINGTON SOUZA DOS SANTOS	8º
8000105356	CHRISTIANE DA SILVA SANTOS	9º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8010084467	SUELI DOS REIS MIRANDA	1º
8010070095	JORSAN DE ARAUJO BINA	2º
8010003350	ISAÍAS SANTANA DOS SANTOS	3º

Cargo: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8020091920	ERCY TEREZA NOGUEIRA COSTA	1º
8020082863	MATEUS SILVA COELHO	2º
8020056185	MARCELO ANTONIO BRANDAO	3º
8020010123	RODOLFO BENTO DE OLIVEIRA LEITE	4º
8020010389	REINAN DAS NEVES REIS SANTANA	5º

Cargo: TRADUTOR E INTÉPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS - LIBRAS
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8030030714	THALITA CHAGAS SILVA ARAUJO	1º
8030065512	HUILLE OLIVEIRA SILVA	2º
8030080816	ADRIANA ARAÚJO MOURA DE JESUS	3º

CAMPUS DE SALVADOR
NÍVEL SUPERIOR - CLASSE E
Cargo: ADMINISTRADOR
Vagas Ampla Concorrência: 2 Vagas Negros: 1 Vagas Total: 3

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG
8040074955	ALEXANDRE JOSÉ DE ALMEIDA ALVES	1º	
8040080752	MILENA OLIVEIRA LIMA	2º	
8040007117	TAIS SERRAVALLE ANDRADE MUSSI	3º	
8040102554	ADSON DA SILVA SANTOS	4º	
8040075868	RODRIGO SAN MARTIN MALVAR	5º	
8040051134	MARIA CLARA SOUZA CARIBE FRUTUOSO	6º	
8040059693	SILVIA GABRIELA PARAIZO SOUZA ROCHA	7º	
8040009166	GEISIANE DE JESUS DOS SANTOS	8º	1º
8040079183	RENATA AMOEDO MIRANDA	9º	
8040059116	BRENDA GRAZIELLE MERCES SILVA	10º	
8040072322	LEILANE ALVES DE ARGÔLO SANTOS	17º	2º
8040000535	DAIANA DE OLIVEIRA LIMA	18º	3º
8040067166	RICARDO CHAGAS SANTOS	22º	4º
8040051966	JANIO FLAVIO DA SILVA	23º	5º
8040076384	KLEBER CARVALHO FERREIRA	25º	6º

Cargo: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8050037453	ALEXSANDRO SILVA SANTOS	1º
8050085333	ANDERSON BONFIM GUIMARÃES	2º
8050111060	LEONARDO ROTONDANO ROSALES DA SILVA	3º
8050063502	LEONARDO MELO COSTA DA SILVA	4º
8050018080	CARLOS HENRIQUE PRIETO BRUCKNER	5º

Cargo: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ANALISTA DE INFRAESTRUTURA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8060016372	THIAGO LÁZARO DE SOUZA NOGUEIRA	1º
8060050084	ANTONIO HENRIQUE RAMOS DA SILVA	2º
8060058358	MARCOS CERQUEIRA BORBA	3º
8060022827	LUIZ GONZAGA DE ALMEIDA NETO	4º
8060009762	ARISTON DINIZ DE OLIVEIRA	5º

Cargo: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ ANALISTA DE NEGÓCIOS
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8070105792	FABIO LEMOS DE SOUZA	1º
8070121159	JOÃO PAULO SERRADO PEREIRA	2º
8070113795	PAULO SÉRGIO DA SOLEDADE CERQUEIRA	3º
8070113214	VITOR JOSE PINHO DA SILVA	4º
8070114086	LUCAS AMARAL BULCAO	5º
8070117739	LEILA KARITA DOS ANJOS DO ESPIRITO SANTO	6º
8070011830	ANA CARINA MENDES ALMEIDA DE MELO	7º
8070085639	JULI KELLE GÓIS COSTA	8º
8070121609	JAIRO ZANUTTO SOARES DE QUEIROZ	9º

Cargo: ARQUIVISTA
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8080078811	BRUNO MACHADO MORAIS	1º
8080004124	DIEGO SANTOS DO NASCIMENTO	2º
8080083084	WALLACE BATISTA DOS SANTOS	3º
8080054822	JEAN FREDERICK BRITO XAVIER	4º
8080060836	SAMUEL PEREIRA SANTOS DE DEUS	5º
8080022026	INACIA MARIA DOS SANTOS ENCARNAÇÃO	6º
8080067506	ERICA CAROLINA SERRANO BORGES	7º
8080005143	MARCOS VENÍCIO TOURINHO ARAÚJO	8º
8080008235	GISLENE ALMEIDA SOUZA	9º

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8090064590	MAISA DIAS BRANDAO SOUZA	1º
8090059807	LUCI TANIA DA ROCHA SILVA	2º
8090053415	FATIMA VIRGINIA GALVAO COUTINHO	3º
8090057940	NÁDIA MARIA PEREIRA	4º
8090051763	RAFAELLA DE MORAIS	5º
8090023977	INGRID ROCHELLE RÊGO NOGUEIRA	6º
8090001956	NAIARA RAMOS SOUZA	7º
8090083297	MAIRLE ALVES BARBOSA RIOS	8º
8090019863	MARINA ROSADO DOS SANTOS	9º
8090041102	RADAINE DAYAN ACCIOLE GOMES DE FIGUEIREDO	10º

Cargo: BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA
Vagas Ampla Concorrência: 4 Vagas Negros: 1 Vagas PCD: 1 Vagas Total: 6

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG	Classificação PCD
8100008419	MARCOS ANTONIO NASCIMENTO FERREIRA	1º		
8100008556	FÁTIMA FERNANDA MACIEL DA ROCHA	2º		
8100007197	RAFAEL MATOS NUNES	3º		
8100083514	JOSINEIDE SOUSA DOS ANJOS FERREIRA	4º		
8100090425	CÁTIA CRISTINA DA SILVA COSTA	5º		
8100091436	ADRIANA SANTOS MAGALHÃES	6º		
8100094573	RAMON DAVI SANTANA	7º		
8100062317	LUCIKELLY DE OLIVEIRA SILVA	8º		
8100087891	JEÃ CARLO MENDES MADUREIRA	9º		
8100058704	ELANE VALVERDE MADUREIRA	10º	1º	
8100104680	GEOVANA SOARES LIRA	11º		
8100054001	JAQUELINE BISPO DOS SANTOS	12º	2º	
8100062689	EMMANOELLA PATROCINIO FERREIRA	13º		
8100000273	FABIANA JESUS DOS REIS	14º	3º	
8100026181	SOLANGE DOS SANTOS ROCHA	15º		
8100020523	NARA CRISTINA SOUSA DA SILVA	16º	4º	
8100004812	JULIANA SUBINO TEIXEIRA	17º		
8100081074	AMANDA CARLA GANIMO DO NASCIMENTO	18º		
8100071053	CHRISTIANE CASTRO LIMA DA SILVA	19º	5º	
8100012744	JESSICA DE JESUS ALVES	20º		1º
8100060274	TATIANE DE JESUS RIBEIRO	21º		
8100083348	KIAKI TOSTA SANTANA	22º		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8100035178	LÍVIA SANDES MOTA RABELO	23º		
8100017756	JOANICE NASCIMENTO SANTOS	245º		2º
8100087614	MARIA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA	343º		3º

Cargo: BIÓLOGO / MICROBIOLOGIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8110000119	NATÁLIA BARBOSA CARVALHO	1º
8110066908	FLÁVIA DE ARAÚJO SENA	2º
8110008071	LUIZ EDUARDO LACERDA DE OLIVEIRA	3º
8110120889	PATRICIA CARNEIRO COSTA	4º
8110076304	CLARISSA CUNHA SANTANA	5º

Cargo: CONTADOR
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8120034798	GABRIELE PIMENTA OLIVEIRA	1º
8120080633	FRANKLIN ROCHA LEAL	2º
8120018386	DEJANEIA CARDOSO DA SILVA	3º
8120047682	SAULO SANTOS OLIVEIRA	4º
8120061098	ALAN BRITO DA SILVA	5º
8120008386	ANA PAULA TROCOLI DA SILVA	6º
8120058826	KEYLLA DANTAS	7º
8120008325	NILTON SILVA DOS SANTOS FILHO	8º
8120016633	BRENO CARVALHO SANTOS	9º

Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8130004618	YURI FERREIRA AMORIM	1º
8130079953	JAIR LUCAS OLIVEIRA JÚNIOR	2º
8130048336	ISABEL MOREIRA DA SILVA	3º
8130086656	MÁRCIO ADRIANO SANTOS	4º
8130082709	EDNEI DE SOUZA PIRES	5º

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8140071052	HENRIQUE TIBURCIO COSTA	1º
8140084823	GABRIEL GARCIA SEIXAS	2º
8140076471	CLEBER MAFRA FILHO	3º
8140052900	GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA BATISTA MATOS	4º
8140077687	EDUARDO SOUZA BASTOS	5º

Cargo: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8150037573	CARLOS HENRIQUE CORDEIRO DE AMARAL	1º
8150114896	JULIANA CAROLINA SOUZA SANTOS	2º
8150081967	JÉSSICA SILVA LIMA	3º
8150029873	JORGE ANTONIO SANTIAGO DA SILVA	4º
8150064094	TIAGO MENDES LOPES	5º

Cargo: ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8160007070	CARINA CARVALHO DE ARAUJO OLIVEIRA	1º
8160095689	THAIS MATOS RESENDE	2º
8160095776	JOÃO PEDRO GOMES DE JESUS	3º
8160020763	JONATHAN CARVALHO DE ANDRADE	4º
8160009421	BÁRBARA COSTA LIMA	5º

Cargo: FARMACÊUTICO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8170056791	ERLAN CANGUÇU AGUIAR	1º
8170015007	TALITA MIRANDA PITANGA BARBOSA	2º
8170078252	MARLUY PIRES RAMOS	3º
8170118794	JULIANA LIMA GOMES RODRIGUES	4º
8170084609	IGHOR COSTA BARRETO	5º

Cargo: FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8180124360	SÓCRATES BEZERRA DE MATOS	1º
8180076468	LARISSA SANTANA DE JESUS	2º
8180024196	TATIANA ALVES TOLEDO	3º
8180072172	UELITON CERQUEIRA DA SILVA	4º
8180124474	ROMÁRIO COSTA FOCHAT	5º

Cargo: FISIOTERAPEUTA
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8190072057	FILIPE RIBEIRO ARAUJO SANTOS	1º
8190014287	MILA BARBOSA DOS SANTOS	2º
8190070271	PRISCILA MEIRELES CALIL FONTANA	3º
8190019830	MARCELO DE ARAÚJO NAZARÉ	4º
8190093255	CAMILA SILVA DE OLIVEIRA	5º
8190031663	ANTONIO CARLOS LIMA E SILVA	6º
8190009671	CAROLE CAVALCANTE DA CONCEIÇÃO AGUIAR	7º
8190100597	JANAÍNA SANTOS DE SIQUEIRA	8º
8190072242	THALITA MARA JESUS APOSTOLO	9º

Cargo: FONOAUDIÓLOGO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8200056111	TATIANA BOMFIM GARCIA VAZ	1º
8200024235	CATARINE HEITER MORAES BONESS	2º
8200080495	CLAIRE MARCIA SANTANA LIMA	3º
8200078776	CHARLLE DE MORAIS CRUZ	4º
8200031935	AVELINO MACIEL ALVES DE AGUIAR	5º

Cargo: JORNALISTA
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8210059704	JESSICA CARVALHO DA SILVA	1º
8210075029	VICTOR HENRIQUE JUSTINO FRANÇA	2º
8210015829	EGBERTO LIMA SIQUEIRA	3º
8210000090	GISELE PALMA SANTOS	4º
8210006134	JANAILSON FERREIRA MENEZES JUNIOR	5º
8210088537	PABLO OLÍMPIO VIEIRA ABREU	6º
8210013740	SÍRIA MAPURUNGA BONFIM	7º
8210013070	FELIPE PARANHOS DE MORAES SOUZA	8º
8210001303	GEIMISON MAIA DOS SANTOS	9º
8210003521	TAIS COUTINHO ARRUDA	10º

Cargo: MÉDICO / ACUPUNTURISTA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8220081540	BETINA RODRIGUES OLIVEIRA	1º
8220025536	CINTIA REGIA FROTA DE ALBUQUERQUE	2º
8220104796	ARABI XINGUARA CAMURUGY DE GUERREIRO	3º
8220080314	ELANE ARAUJO DE SOUSA CANÇADO	4º
8220099859	JESUS RUIZ SANTANILLA	5º

Cargo: MÉDICO / CARDIOLOGIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8230026489	JORGE AUGUSTO DA SILVA PEDREIRA	1º
8230009158	MARISTELA MAGNAVITA OLIVEIRA GARCIA	2º
8230088277	MARCELLA PEREIRA FLORES	3º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8230041639	MARCELO LOULA NOVAIS DE PAULA	4º
8230091896	CLARISSA OLIVEIRA SACRAMENTO PAIM	5º

Cargo: MÉDICO / CLÍNICA MÉDICA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8240045826	FERNANDO CÉSAR CARVALHO DE FIGUEIREDO	1º
8240003718	ANA LUIZA VILAR GUEDES	2º
8240033163	PRISCILA SILVA VELOSO	3º
8240002855	CARLA TENORIO BARROS CISNE PESSOA	4º
8240030270	RAQUEL LUZ DOS SANTOS	5º
8240102617	MAÍRA CINTRA DE OLIVEIRA	6º
8240086135	CARLOS ANTONIO GUSMÃO GUERREIRO DE MOURA	7º

Cargo: MÉDICO / GERIATRIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8250069204	CHRISTIANE MACHADO SANTANA	1º
8250025241	ANA CLAUDIA OLIVEIRA SILVA	2º
8250117197	MARILIA MOREIRA DE SOUZA BASTOS	3º

Cargo: MÉDICO / HOMEOPATIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8260106564	CARMEN SANDE CRUZ	1º
8260043453	EDUARDO GOMES SANTIAGO	2º
8260056598	AMANDA BENEMERITA ALVES VILELA TORRES	3º
8260040747	JOVITA ARAÚJO BRAGHIROLI	4º
8260104459	ROSEMEIRE SMERA BATISTA	5º

Cargo: MÉDICO / OFTALMOLOGIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8270103212	FRANKLIN OLIVEIRA LEÃO CARNEIRO	1º
8270000180	PATRICIA SENA PINHEIRO DE GOUVEA VIEIRA PROTASIO	2º
8270006841	ENEIDA MACHADO ALVES	3º
8270085448	LORENA CAMPOS WEN	4º
8270104036	LARISSA VIANA MARQUES NEVES	5º

Cargo: MÉDICO / ORTOPEDIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8280090352	FERNANDO CAL GARCIA FILHO	1º
8280092404	BRUNO CESAR SANTOS OLIVEIRA	2º
8280071647	VINICIUS DA COSTA CARVALHO RIBEIRO	3º
8280009248	DAVI ARAÚJO VEIGA ROSÁRIO	4º

Cargo: MÉDICO / PSIQUIATRIA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8290082972	GABRIEL FERREIRA CÂMARA	1º
8290086315	LARISSA DAMASCENO SALMEIRO DOS SANTOS	2º
8290114968	NAILTON DE PAULA SANTOS	3º
8290102541	SUSANA CAROLINA BATISTA NEVES FLORES	4º
8290055932	JOANA MACHADO DE CARVALHO ABRAHÃO	5º

Cargo: MÉDICO / TRABALHO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8300001242	MARCIO LUIS ALVES MARTINEZ	1º
8300014524	NATAN ANDRADE BRANDÃO	2º
8300058710	CARMEN LÚCIA DE SANTANA DIAS	3º
8300002818	LUDMILA OLIVEIRA PAMPONET	4º
8300071365	SUERDA FORTALEZA DE SOUZA	5º

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO / ÁREA DE ALIMENTOS
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8310007715	RAFAEL VENTIN DA SILVA	1º
8310090435	FELIPE CHAIMSOHN GONÇALVES DA SILVA	2º
8310040140	WELLINGTON LUIS REIS COSTA	3º
8310061198	BEATRIZ DA SILVA FRASÃO	4º
8310043709	ANTENOR FERREIRA LEAL NETO	5º

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO / CLÍNICA MÉDICA VETERINÁRIA DE ANIMAIS SELVAGENS, SILVESTRES E EXÓTICOS
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8320006022	LEANE SOUZA QUEIROZ GONDIM	1º
8320057442	TATIALE DE OLIVEIRA RODRIGUES	2º

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO / DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8330087366	PAULA LAISE RIBEIRO DE OLIVEIRA	1º
8330060915	PRISCILLA MITIE MATAYOSHI	2º

Cargo: MUSEÓLOGO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8340074914	CRISTIANO DA SILVA ARAUJO	1º
8340095461	MORGANA OLIVIA DÁVILA DE OLIVEIRA	2º
8340001235	AMÉLIA PEREIRA COSTA	3º
8340079376	CAROLLINA RODRIGUES RAMOS	4º
8340043108	SUZANA MOURA DE SOUZA	5º

Cargo: MÚSICO/CLARINETA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8350079197	PATRICIA PÉREZ BRITO	1º
8350013833	HUDSON DE SOUSA RIBEIRO	2º
8350093327	JOVANY GOMES DA SILVA FILHO	3º
8350094228	LUCAS COSTA ANDRADE	4º

Cargo: MÚSICO /CONTRABAIXO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8360004305	JESSICA ALINE ALBUQUERQUE DA SILVA	1º
8360016412	RODOLFO DANTAS LIMA	2º

Cargo: MÚSICO/FAGOTE
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8380102585	BRUNO DE SOUZA PEÇANHA	1º
8380102072	MARCOS VINÍCIUS TAVEIRA	2º
8380077100	VALTER PEDRO RODRIGUES NASCIMENTO	3º
8380055672	ILZA SANTANA DA CRUZ	4º

Cargo: MÚSICO/MEZZO-SOPRANO OU CONTRALTO
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8390019524	VANDA BARRETO OTERO	1º

Cargo: MÚSICO/PERCUSSÃO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8400055290	LUCAS VIEIRA PEREIRA	1º
8400021353	WILTON RAYMUNDO BACELAR DA SILVA FILHO	2º
8400005257	RAUL NUNES PITANGA	3º
8400033743	ANDERSON VINICIUS DE OLIVEIRA SOUZA	4º
8400100440	ERICA PEREIRA DE SA	5º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cargo: MÚSICO/PIANISTA CO-REPETIDOR
Vagas Ampla Concorrência: 1
Não houve candidato aprovado
Cargo: MÚSICO/TROMPA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8420000705	CELSO JOSÉ RODRIGUES BENEDITO	1º
8420059532	PAULA GRAZIELE GUIMARÃES SANTOS	2º
8420052647	JOSELY DE SOUSA SALDANHA	3º

Cargo: MÚSICO/VIOLA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8430074279	SERGHEI IURCIK	1º
8430005029	ICARO SMETAK	2º
8430079314	ANA FLORENCIA PAULIN	3º
8430104410	LAIS GUIMARÃES DOS SANTOS COSTA	4º
8430012711	HELENA LUISA OLIVEIRA IBARRA	5º

Cargo: MÚSICO/VIOLINO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8440085083	PRISCILA PLATA RATO	1º
8440066536	DAVI DAMASENO GUIMA	2º
8440052952	MARIO SOARES DE BRITTO	3º

Cargo: MÚSICO/VIOLONCELLO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8450104853	THOMAZ LUIZ DA CRUZ RIBEIRO E RODRIGUES	1º
8450089446	GUILHERME VENTURATO CUSTÓDIO	2º
8450080917	FAISAL KAMAAL HUSSEIN	3º
8450002922	ÍTALO RAFAEL NOGUEIRA	4º
8450045583	LAIS TAVARES GOMES	5º

Cargo: NUTRICIONISTA
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8460035140	ABNER VICTOR DA SILVA TEIXEIRA	1º
8460019904	VANESSA DE CASTRO SILVA CAMPOS	2º
8460078080	DULCIMARA ALVES DOS SANTOS SILVA	3º
8460085854	JANAINA FERREIRA DE ALMEIDA	4º
8460020301	FABIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	5º

Cargo: PEDAGOGO
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8470037200	SAULO CARMO DE ANDRADE	1º
8470082876	SIMARA PEREIRA CARDOSO	2º
8470053013	RAIMUNDO ALMEIDA VELOSO	3º
8470028300	NILZA DE JESUS PEREIRA	4º
8470069935	LAISE ISABELA DE ALMEIDA	5º
8470059673	HILDA DE SOUZA COUTINHO ROCHA	6º
8470091256	MARIA CLARA FORTES SILVA	7º
8470073124	SELMO ALVES DOS SANTOS	8º
8470091793	ROSIMRE SILVA SANTOS LIMA	9º

Cargo: PRODUTOR CULTURAL
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8480123477	JUNIA BASTOS LEITE SILVA	1º
8480013336	ANA PAULA CARVALHO DA SILVA SAMPAIO	2º
8480111601	RAMAIANY VALETTE CASTRO	3º
8480004647	CRISTIANO SANTANA PORTELA	4º
8480052639	LAIS SANTOS DE ALMEIDA	5º
8480033048	WELLINGTON JOSÉ GONÇANVES PINTO	6º

Cargo: PSICÓLOGO/CLÍNICO
Vagas Ampla Concorrência: 2

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8490005666	EMILLY SALES SALA GOMES	1º
8490122417	LETÍCIA SILVEIRA VASCONCELOS	2º
8490003454	NATIENE RAMOS FERREIRA DA SILVA	3º
8490002652	LARA OLIVEIRA SOARES	4º
8490087248	FLÁVIA MANGABEIRA ALONSO BAZ	5º
8490098181	ROGERIO FERREIRA DOS SANTOS	6º
8490009430	MANUELA MENEZES DE ALMEIDA MOURA	7º
8490019593	LÍVIA GOMES DE VASCONCELLOS	8º
8490073926	LILIANE VIANA DE SOUZA	9º

Cargo: RESTAURADOR
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8500040865	ELIS MARINA MOTA	1º

Cargo: SECRETÁRIO EXECUTIVO
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8510010480	FABIANA COSTA LAVIGNE	1º
8510041837	JOICELINE CARVALHO COSTA	2º
8510082776	DINÉA FONSÊCA DE MACÊDO	3º
8510021700	MARÍLIA CRISTINA DA SILVA	4º
8510070421	BÁRBARA DE OLIVEIRA ROCHA	5º

Cargo: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Vagas Ampla Concorrência: 3 Vagas Negros: 1 Vagas PCD: 1 Vagas Total: 5

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral	Classificação NG	Classificação PCD
8520068768	TAISE TELES SANTANA DE MACEDO	1º		
8520008486	CLEBER DA SILVA MEDEIROS	2º		
8520087720	SONJA LUANA REZENDE DA SILVA	3º		
8520102384	ARELLY CECÍLIA SILVA PADILHA	4º	1º	
8520077172	JOCILENE NOGUEIRA DE MORAES	5º		
8520013260	ALEXANDRE RODRIGUES BARBOSA	6º	2º	
8520001680	LUAN DE JESUS OLIVEIRA	7º	3º	
8520003189	CAROLINA SILVA CUNHA DE MENDONÇA	8º		
8520082667	JARCIANA ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS DE SOUSA	9º		
8520029667	RODRIGO SILVA SANTANA NETO	10º	4º	
8520045235	RITTA MARIA MORAIS CORREIA MOTA	11º		
8520027383	OSVALDO LOPES DA SILVA JUNIOR	12º		
8520097669	CAMILA LOPES DA SILVA	13º		
8520041266	JILIANE DE SANTANA SOUZA	14º	5º	
8520065188	JAMMILY DE OLIVEIRA VIEIRA MOREIRA	15º		
8520062706	EMANUEL ARAÚJO MARINS	16º		
8520083921	ANA CARLA DUARTE MONTEIRO PEDREIRA	17º		
8520122930	DANILO ALMEIDA RODRIGUES	18º		
8520015659	QUELLEN BRENDA FERRARO SANTANA	100º		1º
8520073329	JOSÉ LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA	224º		2º
8520114205	GILSON COSTA DOS SANTOS	319º		3º
8520029973	JORGE RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA COTINGUIBA	333º		4º

Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL
Vagas Ampla Concorrência: 1

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação Geral
8530028984	FRANCESCA DE BRITO MAGALHAES	1º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8530083119	ANDRÉA GONÇALVES BRANDÃO	2º
8530063695	ALINE SOUZA SANTOS	3º
8530060474	YASMIN NUNES BORGES	4º
8530003024	BRUNA ELIANE DA SILVA	5º

ATENÇÃO:

1. Candidatos classificados nas vagas oferecidas: aguardar convocação para a Inspeção Médica, a ser publicada no endereço www.concursos.ufba.br

2. Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços eletrônicos e telefones para contato, informando-os ao Núcleo de Seleção/Coordenação de Desenvolvimento Humano, email: concurso@ufba.br, caso aconteça alguma alteração. Serão excluídos deste processo seletivo os candidatos não localizados em tempo hábil.

3. No que se refere à homologação do resultado do Concurso Público dos cargos constantes deste Edital, o Concurso será válido por um ano, a contar da data desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

4. No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital.

5. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Desenvolvimento Humano/Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas.

DENISE NOGUEIRA CRUZ

PORTARIA N° 545, DE 4 DE MAIO DE 2018

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 18/05/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 734, DOU de 18/05/2017.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Departamento: DEPTO. DE ODONTOLOGIA SOCIAL E PEDIÁTRICA

Área de Conhecimento: Metodologia do Trabalho Científico/Ortodontia

Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: 40 Horas

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 335, DE 4 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009908/2018-79 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia e Sustentabilidade - EES/CTS/ARA, instituído pelo Edital nº 029/DDP/PRODEGESP/2018, de 15 de mrço de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 52, Seção 3, de 16/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Ciências Biológicas/ Genética/ Ecologia.

Áreas afins: Biotecnologia

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Tiago Bortolotto	9,19
2º	Leonardo Kleba Lisboa	9,03

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 225, DE 3 DE MAIO DE 2018

Institui a Comissão Gestora e o Grupo de Apoio Técnico do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Fazenda.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 10, de 12 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos a Comissão Gestora e o Grupo de Apoio Técnico do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), no âmbito do Ministério da Fazenda (MF).

Art. 2º A Comissão Gestora será constituída por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva, que presidirá a Comissão Gestora;

II - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III - Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - Secretaria do Tesouro Nacional;

V - Secretaria de Política Econômica;

VI - Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência;

VII - Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria;

VIII - Secretaria de Assuntos Internacionais;

IX - Secretaria de Previdência; e

X - Escola de Administração Fazendária.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões, a critério da Comissão Gestora, especialistas, consultores e outros servidores convidados, com objetivo de prestar informações ou de contribuir sobre as matérias em pauta.

Art. 3º Compete à Comissão Gestora do PLS:

I - elaborar, monitorar, avaliar e propor alterações no PLS, no âmbito do MF;

II - promover ações de divulgação, de conscientização e de capacitação sobre os temas relacionados ao PLS; e

III - analisar e decidir sobre mecanismos de monitoramento e de avaliação para acompanhar a execução das ações do PLS.

Parágrafo único. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva deliberará sobre eventuais alterações do PLS, publicará relatórios semestrais de seus resultados e apresentará, ao final de cada ano, relatório de acompanhamento à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

Art. 4º O Grupo de Apoio Técnico (GAT-PLS) subsidiará os trabalhos da Comissão Gestora e será composto por representantes das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda (SAMFs) nos estados e no Distrito Federal.

Art. 5º Compete ao GAT-PLS:

I - prestar informações solicitadas pela Comissão Gestora;

II - acompanhar a implementação das ações propostas pela Comissão Gestora em seus órgãos de atuação;

III - atuar como disseminador de práticas de sustentabilidade e de consumo consciente;

IV - propor temas e ações à Comissão Gestora;

V - participar de reuniões, quando convocado pela Comissão Gestora; e

VI - apresentar relatório de acompanhamento semestral à Comissão Gestora.

Art. 6º A participação na Comissão Gestora ou no Grupo de Apoio Técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Fica delegada, ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva, a competência para a designação de membros para compor a Comissão Gestora e o Grupo de Apoio Técnico do PLS, no âmbito do MF.

Art. 8º Ficam revogadas a Portaria nº 32, de 8 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2015, e a Portaria nº 401, de 21 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2015, ambas do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2018

Assunto: Tributário. Imposto de renda retido na fonte - IRRF. Termo inicial da prescrição da repetição de indébito tributário. Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 24/2018/CRJ/PGACET/PGFN-MF de 2018, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, com relação às ações judiciais que defendem o entendimento de que, ressalvados os casos de IRRF incidente sobre rendimentos tributados exclusivamente na fonte e de IR incidente sobre os rendimentos sujeitos à tributação definitiva, a prescrição da repetição do indébito tributário flui a partir da entrega da declaração de ajuste anual do IRRF ou do pagamento posterior decorrente do ajuste e não da retenção na fonte, ou, ainda, quando entregue a declaração de forma extemporânea, do último dia para entrega tempestiva.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2018

Assunto: Edição de listas telefônicas. Imunidade prevista no art. 150, VI, d, da Constituição Federal.

Jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Aplicação do art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Despacho: Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1521, de 14 de outubro de 2016, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que discutam a extensão da imunidade tributária prevista em prol de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, prevista no artigo 150, VI, alínea d, da Constituição Federal, para as listas telefônicas.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2018

Assunto: Tributário. Falsidade ideológica na importação de bens mediante subfaturamento do valor da mercadoria na declaração de importação. Incidência da pena de multa. Inaplicabilidade da pena de perdimento.

Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Despacho: Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1690/2016, de 23 de novembro de 2016, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, com relação às ações judiciais que apliquem somente a pena de multa, nos casos de falsidade ideológica consistente no subfaturamento do valor da mercadoria na declaração de importação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.336, DE 4 DE MAIO DE 2018

Decreta a liquidação extrajudicial do Banco Neon S.A.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alíneas "a" e "b", e § 2º, e 16 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando as graves violações às normas legais e regulamentares que disciplinam a atividade da instituição financeira, bem como o comprometimento da situação econômico-financeira, conforme consta do Processo Eletrônico nº 128.313; resolve:

Art. 1º Fica decretada a liquidação extrajudicial do Banco Neon S.A., CNPJ n° 00.253.448/0001-17, sediado na cidade de Belo Horizonte (MG).

Art. 2º Fica nomeado liquidante, com amplos poderes de administração e liquidação, Cornélio Farias Pimentel, carteira de identidade nº 1016067728 - SSP/RS e CPF nº 151.504.370-34.

Art. 3º Fica indicado, como termo legal da liquidação extrajudicial, o dia 5 de março de 2018.

ILAN GOLDFAJN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.895, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos e as informações necessárias para o depósito de Letras Imobiliárias Garantidas e para o registro ou depósito dos ativos integrantes da carteira de ativos, de que trata a Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 2 de maio de 2018, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 22, inciso II, da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e 80 da Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Circular disciplina os procedimentos e o conteúdo informacional relativos ao depósito centralizado da Letra Imobiliária Garantida (LIG) e ao registro ou depósito centralizado dos ativos integrantes da carteira de ativos em entidades autorizadas a exercer as atividades de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários.

Art. 2º O registro constitutivo de LIG em depositário central deve conter as informações requeridas nos arts. 15 a 17 da Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017, observado que:

I - a carteira de ativos da LIG deve ser identificada por código específico e vinculada à LIG por ela garantida;

II - o Termo de Emissão de LIG deve ser registrado mediante a inclusão do arquivo eletrônico correspondente; e

III - a instituição do regime fiduciário sobre a carteira de ativos deve ser efetuada em campo de texto padronizado, contendo, no mínimo, informações que atendam aos requisitos do art. 69 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

§ 1º Para fins do registro das informações previstas no art. 17, § 1º, incisos XIV a XVIII, da Resolução nº 4.598, de 2017, admite-se referência ao Termo de Emissão de LIG nos campos específicos.

§ 2º A realização de alterações no registro do Termo de Emissão de LIG pela instituição emissora requer prévia anuência do agente fiduciário.

§ 3º O registro de que trata o caput deve conter, no mínimo, as seguintes informações acerca dos ativos integrantes da carteira de ativos:

I - relativamente aos créditos imobiliários:

a) denominação do título;

b) identificação do devedor;

c) data de formalização do título;

d) data de vencimento;

e) saldo ou valor nominal atualizado;

f) forma de remuneração e atualização monetária;

g) forma e periodicidade da amortização;

h) modalidade da garantia;

i) tipo da operação, de acordo com os incisos I a IV do art. 20 da Resolução nº 4.598, de 2017;

j) código do contrato no Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que trata a Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017; e

k) códigos de modalidade e de submodalidade no SCR;

II - relativamente aos títulos de emissão do Tesouro Nacional:

a) a denominação do título;

b) o código de identificação no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);

c) o código ISIN (codificação internacional do título público); e

d) o valor nominal atualizado;

III - relativamente aos instrumentos derivativos:

a) a denominação do contrato;

b) o código de identificação do contrato;

c) a identificação da contraparte;

d) a identificação das garantias, se houver;

e) a data de vencimento;

f) o valor nocional do contrato; e

g) o valor nominal atualizado do contrato; e

IV - relativamente às disponibilidades financeiras, a identificação das contas e respectivos valores.

Art. 3º O depósito ou registro dos ativos integrantes da carteira de ativos da LIG, de que trata o art. 18, § 1º, da Resolução nº 4.598, de 2017, deve ser realizado de forma a:

I - efetuar a vinculação desses ativos à respectiva carteira, por meio do código específico de que trata o art. 2º, inciso I;

II - conter, no mínimo, as informações referidas no § 3º do art. 2º; e

III - estabelecer a afetação de cada ativo para fins de garantia da LIG.

§ 1º O formato das informações relativas ao registro ou depósito das operações de crédito imobiliário deve ser compatível com o formato das remetidas ao SCR, ainda que essas informações não sejam fornecidas a esse sistema de forma individualizada.

§ 2º As informações dos ativos integrantes da carteira de ativos objeto de registro devem ser atualizadas até o oitavo dia útil de cada mês.

Art. 4º A substituição de ativos integrantes da carteira de ativos deve ser processada pelo depositário central da LIG, mediante duplo comando, transmitido pela instituição emissora e pelo agente fiduciário.

Art. 5º O depósito no Selic dos títulos de emissão do Tesouro Nacional integrantes da carteira de ativos deve ser realizado em conta específica destinada à alocação dos títulos submetidos ao regime fiduciário.

Parágrafo único. A conta de que trata o caput deve ser:

I - gerenciada pelo depositário central da LIG;

II - individualizada por instituição emissora e carteira de ativos;

III - segregada das demais contas do depositário central da LIG; e

IV - movimentada apenas pelo depositário central da LIG, em nome da instituição emissora.

Art. 6º O depositário central da LIG deve disponibilizar, ao agente fiduciário e à instituição emissora, saldos e extratos da LIG e dos ativos integrantes da carteira de ativos, bem como demais informações e documentos necessários ao desempenho de suas funções.

Art. 7º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

REINALDO LE GRAZIE
Diretor de Política Monetária

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.805, DE 4 DE MAIO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.784, de 19 de janeiro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º a 13 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, e na Medida Provisória nº 828, de 27 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.784, de 19 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - pagamento inicial no valor correspondente a, no mínimo, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da dívida consolidada, em até 2 (duas) parcelas iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos meses de maio e junho de 2018, sem as reduções previstas no inciso II; e

II - parcelamento do restante da dívida consolidada em até 176 (cento e setenta e seis) prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de julho de 2018, com redução de 100% (cem por cento) do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora.

....." (NR)

"Art. 4º .....

I - pagamento inicial no valor correspondente a, no mínimo, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da dívida consolidada, em até 2 (duas) parcelas iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos meses de maio e junho de 2018, sem as reduções previstas no inciso II; e

II - parcelamento do restante da dívida consolidada em até 176 (cento e setenta e seis) prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de julho de 2018, com redução de 100% (cem por cento) do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora.

§ 1º O valor das parcelas a que se refere o inciso II do caput:

....." (NR)

"Art. 6º .....

.....

§ 2º A desistência de impugnação ou de recurso administrativo deverá ser efetuada por meio da indicação dos débitos a serem incluídos no PRR, na forma prevista no Anexo I desta Instrução Normativa, até o dia 30 de maio de 2018.

§ 3º A comprovação do pedido de desistência e renúncia de ações judiciais deverá ser apresentada à unidade de atendimento do domicílio tributário do sujeito passivo até o dia 29 de junho de 2018, mediante apresentação da 2ª (segunda) via da corresponde petição protocolada ou de certidão da Secretaria Judicial que ateste a situação das referidas ações." (NR)

"Art. 8º .....

.....

§ 1º Para fins de consolidação e cálculo das parcelas vencíveis a partir de julho de 2018, será aplicada a redução de 100% (cem por cento) sobre os juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre as multas de mora e de ofício.

.....

§ 5º O pagamento das parcelas, inclusive das vencíveis em maio e junho de 2018, deverá ser efetuado em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no código de receita 5161." (NR)

"Art. 9º A adesão ao PRR será formalizada mediante requerimento, que deverá ser protocolado na unidade da RFB do domicílio tributário do devedor até o dia 30 de maio de 2018, e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

.....

§ 2º Na hipótese de inclusão de débitos objeto de discussão judicial, o sujeito passivo deverá anexar ao requerimento a 2ª (segunda) via da petição protocolada, referente à desistência da ação, ou da certidão da Secretaria Judicial, até o dia 29 de junho de 2018.

.....

§ 4º O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento da 1ª (primeira) prestação, que poderá ser efetuado até o dia 30 de maio de 2018." (NR)

"Art. 12-A. .....

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, caso o sujeito passivo pretenda utilizar os créditos de que trata o art. 4º-A para compensar parte da dívida, deverá comparecer à unidade da RFB de seu domicílio tributário até 30 de maio de 2018 para formalizar a indicação dos créditos, mediante preenchimento do Anexo III desta Instrução Normativa." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 880, de 16 de outubro de 2008.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 3 DE MAIO DE 2018

Revoga o ADE COAEF nº 3, de 14 de julho de 2017.

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 79 e os incs. II e III do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Coaef nº 3, de 14 de julho de 2017.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) no caso em que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no art. 25 da Lei no 8.870, de 15 de abril de 1994, e no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º O preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) nos casos de existência de contribuições sociais incidentes sobre a comercialização da produção rural será disciplinado segundo o disposto neste Ato Declaratório Executivo.

Art. 2º Para fins de aplicação da redução da alíquota da contribuição previdenciária prevista no inciso I do art. 25 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, alterada pelo art. 14 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, da não incidência da contribuição disciplinada no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, e da não incidência prevista no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos rurais:

I - o produtor rural pessoa física, quando do preenchimento da GFIP, deverá observar os seguintes procedimentos:

a) declarar em GFIP, no código de Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) 604, as informações devidas, exceto a informação prevista na alínea "b" deste inciso;

b) declarar em GFIP, no código de FPAS 833 no campo "Comercialização Produção - Pessoa Física", a soma dos valores correspondentes:

1. à receita bruta proveniente da comercialização da sua produção;

2. às receitas decorrentes de exportação de produtos rurais alcançadas pela não incidência disciplinada no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. às receitas decorrentes da produção rural mencionada no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991;

c) marcar na GFIP com código de FPAS 833 o campo "Informação Exclusiva Comercialização Produção e/ou Receita Evento Desportivo/Patrocínio";

d) informar, no campo "Compensação" da GFIP com código de FPAS 833, a soma dos valores correspondentes:

1. à diferença entre o valor calculado pelo Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (Sefip) para o campo "Comercialização Produção - Pessoa Física" e o valor apurado de acordo com a alíquota estabelecida pelo art. 14 da Lei nº 13.606, de 2018, relativa à contribuição previdenciária patronal, observado o disposto no § 1º;

2. ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao Risco Ambiental do Trabalho (RAT), sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos rurais; e

3. ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao RAT, sobre as receitas mencionadas no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991;

II - a empresa adquirente de produção rural do produtor rural pessoa física ou do segurado especial, quando do preenchimento da GFIP, deverá observar os seguintes procedimentos:

a) declarar em GFIP, no código de FPAS principal, as informações devidas, exceto a informação prevista na alínea "b" deste inciso;

b) declarar em GFIP em um código de FPAS diferente do principal, no campo "Comercialização Produção - Pessoa Física", o valor da produção adquirida do produtor rural pessoa física ou do segurado especial, observado o disposto no § 2º;

c) marcar na GFIP de que trata a alínea "b" deste inciso o campo "Informação Exclusiva Comercialização Produção e/ou Receita Evento Desportivo/Patrocínio"; e

d) informar, no campo "Compensação" da GFIP com informação exclusiva de comercialização, a soma dos valores correspondentes:

1. à diferença entre o valor calculado pelo Sefip para o campo "Comercialização Produção - Pessoa Física" e o valor apurado conforme a alíquota estabelecida pelo art. 14 da Lei nº 13.606, de 2018, relativa à contribuição previdenciária patronal, observado o disposto no § 1º; e

2. ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao RAT, sobre a aquisição da produção rural mencionada no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 1º Nas hipóteses do item 1 da alínea 'd' do inciso I e do item 1 da alínea 'd' do inciso II do caput, o valor relativo ao RAT calculado pelo Sefip não deverá ser informado no campo compensação, sendo devido o seu recolhimento.

§ 2º Na hipótese da alínea 'b' do inciso II do caput, não deverão ser utilizados os códigos de FPAS 655, 663, 671, 680, 825, 868 e 876.

Art. 3º Para fins de aplicação da redução da alíquota da contribuição previdenciária prevista no inciso I do art. 25 da Lei no 8.870, de 15 de abril de 1994, alterada pelo art. 15 da Lei nº 13.606, de 2018, da não incidência disciplinada no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos rurais e da não incidência prevista no § 6º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994, o produtor rural pessoa jurídica, quando do preenchimento da GFIP, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - declarar em GFIP, no código de FPAS 604, as informações devidas, exceto as informações previstas no inciso II;

II - declarar em GFIP em um código de FPAS diferente do principal, observado o disposto no § 2º:

a) no campo "Comercialização Produção - Pessoa Jurídica", a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção rural, as receitas decorrentes de exportação de produtos rurais alcançadas pela não incidência disciplinada no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, e as receitas decorrentes da produção rural mencionada no § 6º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994; e

b) no campo "Comercialização Produção - Pessoa Física", o valor da produção adquirida do produtor rural pessoa física ou do segurado especial;

III - marcar na GFIP de que trata o inciso II o campo "Informação Exclusiva Comercialização Produção e/ou Receita Evento Desportivo/Patrocínio"; e

IV - informar, no campo "Compensação" da GFIP com informação exclusiva de comercialização, a soma dos valores correspondentes:

a) à diferença entre o valor calculado pelo Sefip para os campos "Comercialização Produção - Pessoa Jurídica" e "Comercialização Produção - Pessoa Física" e o valor apurado respectivamente conforme as alíquotas disciplinadas pelos arts. 14 e 15 da Lei nº 13.606, de 2018, relativa à contribuição previdenciária patronal, observado o disposto no § 1º;

b) ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao RAT, sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos rurais;

c) ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao RAT, sobre as receitas próprias mencionadas no § 6º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994; e

d) ao valor da contribuição patronal calculada pelo Sefip, inclusive o valor relativo ao RAT, sobre a aquisição da produção rural mencionada no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 1º Na hipótese da alínea 'a' do inciso IV do caput, o valor relativo ao RAT calculado pelo Sefip não deverá ser informado no campo compensação, sendo devido o seu recolhimento.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, não deverão ser utilizados os códigos de FPAS 655, 663, 671, 680, 825, 833, 868 e 876.

§ 3º A nova alíquota estabelecida pelo art. 15 da Lei nº 13.606, de 2018, se aplica a fatos geradores ocorridos a partir de 18 de abril de 2018.

Art. 4º Os campos "Período Início" e "Período Fim" relativos à compensação devem ser preenchidos com a mesma competência da GFIP/Sefip.

Art. 5º O "Relatório de Compensações" gerado pelo Sefip, na GFIP com informação exclusiva de comercialização, deverá ser desprezado, devendo-se manter o demonstrativo de origem do crédito para fins de fiscalização e/ou pedido restituição/compensação.

Art. 6º As hipóteses de não incidência disciplinadas no art. 170 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, no § 12 do art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991, e no § 6º do art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994, não se aplicam à contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Parágrafo único. O valor relativo ao Senar calculado pelo Sefip não deverá ser informado no campo compensação, sendo devido o seu recolhimento.

Art. 7º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Codac nº 1, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 8º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO IGOR LEITE FABER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 2 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720298/2018-10, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo 320I, ano 2010, cor prata, chassi WBAPG5103BA846252, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 11/0057488-5, de 11/01/2011, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, CNPJ Nº 03.723.329/0001-79.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 3 DE MAIO DE 2018

Declara o restabelecimento da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 31, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no e-dossiê nº 10010.021811/0318-05, declara:

Art. 1º RESTABELECIDA a inscrição no CNPJ sob o nº 37.631.082/0001-82 em nome de Topázio Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 4 DE MAIO DE 2018

Declara NULA a inscrição CNPJ sob nº 27.250.368/0001-64

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições previstas nos artigos 270, 340, inciso III, da Portaria MF nº430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando tudo que consta do processo administrativo nº 10218.720186/2018-62, declara:

Art.1°- É NULA a inscrição CNPJ nº 27.250.368/0001-64 de JOÃO JOSÉ COSTA SILVA, por vício em ato cadastral.

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral anulado, ou seja, a abertura da empresa em 08/03/2017.

ARTHUR VINÍCIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2018

Declara a NULIDADE de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 15 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, DOU 03/10/2014, declara:

Art. 1º - NULA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o código de controle 9769.51C6.7926.88BD, dia 10/04/2018, às 09:59:04h, em favor do Município de São Félix de Balsas, CNPJ 05.490.420/0001-17, em razão de emissão indevida.

Art. 2º - NULA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida sob o código de controle 1A4B.911C.A14B.F0A8, dia 12/04/2018, às 10:59:32h, em favor do Município de São Félix de Balsas, CNPJ 05.490.420/0001-17, em razão de emissão indevida.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ KENNEDY RODRIGUES DE SALES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 291, DE 3 DE MAIO DE 2018

Trata da distribuição da análise de pedidos de habilitação no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas nos arts. 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e considerando a disponibilização do Portal Habilita e o disposto no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1603, de 15 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º O pedido de habilitação de importadores e exportadores para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) deverá ser feito, preferencialmente, no Portal Habilita, disponível no endereço https://portalunico.siscomex.gov.br/portal.

Art. 2º A análise das solicitações de habilitação, apresentadas mediante requerimento, de importadores e exportadores para operação no Siscomex e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro a que se referem os arts. 3º, 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1603, de 15 de dezembro de 2015, será realizada, no âmbito da 4ª Região Fiscal, pela Alfândega da Receita Federal do Brasil em Recife/PE (ALF/REC) e Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Natal/RN (IRF/NAT).

Art. 3º A distribuição dos pedidos de habilitação para análise pelas unidades descentralizadas, mencionadas no artigo 2º desta Portaria, será de competência da ALF/REC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.016, DE 3 DE MAIO DE 2018

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE. REQUISITOS LEGAIS. ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 636.941/RS.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar, em sede de repercussão geral, o recurso extraordinário nº 636.941/RS, passado em julgado a 22 de abril de 2014, decidiu que são imunes à Contribuição ao PIS/Pasep - inclusive quando incidente sobre a folha de salários - as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos previstos nos arts. 9º e 14 da Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional) bem como no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991 (atualmente, art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009), estando, portanto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil vinculada a este entendimento.

VINCULAÇÃO PARCIAL À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 173, de 13 de março de 2017, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, IV e §§ 4º e 5º; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014; Nota PGFN/CASTF nº 637, de 2014.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ementa: INEFICÁCIA. CONSULTA SOBRE COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO E CONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Na espécie, é ineficaz a parte da consulta que visa obter declaração que reconheça direito creditório do sujeito passivo a ensejar pedido de restituição ou a declaração de compensação em determinada situação concreta.

Outrossim, o aresto proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, com repercussão geral reconhecida, não transitou em julgado até o presente, tendo sido opostos, em face desse acórdão, embargos declaratórios pela União e pela recorrente, ainda pendentes de julgamento. De modo que a parte da consulta que trata do tema especificamente ventilado naquela decisão judicial também é ineficaz, por versar sobre constitucionalidade da legislação tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 e 52, I e VI; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, § 5º; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, art. 4º; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, I, II, VIII e IX.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2018

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 195, Centro, Feira de Santana-BA, ou na Agência da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes)
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003
Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas

CPF/CNPJ	Matrícula CEI	Nome
169.843.155-49	31.840.00763/90	ABDERMAN MIRANDA OLIVEIRA
267.937.685-49	31.710.01009/06	JOSÉ VICENTE DE SOUZA NETO
050.985.215-72	31.710.01012/07	JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS
043.770.875-68	31.750.00023/65	RINALDO ALVES DA SILVA ROLIM
043.770.875-68	04.24102186/62	RINALDO ALVES DA SILVA ROLIM
14.076.095/0001-31	-	COMOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
16.255.523/0001-19	-	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE S/C

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 4 DE MAIO DE 2018

Declara a habitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10100.003304/0616-07, resolve:

I - Habilitar definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica Laticínios Porto Alegre Industria e Comercio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 66.301.334/0001-03, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/11/2015 a 31/12/2016, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.004537/2015-03.

II - A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 4 DE MAIO DE 2018

Declara a habitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10100.005529/0617-71, resolve:

I - Habilitar definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica Laticínios Porto Alegre Industria e Comercio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 66.301.334/0001-03, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2017 a 31/12/2019, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.002359/2017-30.

II - A validade do presente ADE e, consequentemente, a fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto, na execução do projeto a ser acompanhado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 4 DE MAIO DE 2018

Cancela a habilitação da pessoa jurídica ao Programa Empresa Cidadã instituído pelo Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS-MG, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, nos termos do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 991, de 21 de janeiro de 2010, com atualizações, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009 e considerando o que consta do e-processo nº 13.656.720.356/2018-38, declara:

Art. 1º Cancela a pedido a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Empresa Cidadã instituído pelo Decreto nº 7.052, de 23 de dezembro de 2009.

Nome Empresarial: TOGNI S/A MATERIAIS REFRATÁRIOS.
CNPJ: 23.637.093/0001-65

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 3 DE MAIO DE 2018

Cancela o Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pela Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e à vista do que consta do processo nº 11128.003339/2011-17, declara:

Art. 1º. Fica CANCELADO o reconhecimento da situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX situado na Avenida Cônego Domênico Rangoni, nº 7.185 - complemento 7.495 - Distrito de Vicente de Carvalho - Guarujá/SP, com área total de 6.548,00 m², administrado por CONCÓRDIA LOGÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.628.629/0006-05.

Art. 2º. Revoga-se o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 77, de 25 de outubro de 2012, publicado no D.O.U. de 31/10/2012, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a ALA 13 - SP, em caráter excepcional, a realizar a operação que especifica no dia 6/5/2018.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013, declara:

Art.1º Fica a ALA 13 - SP (antiga Base Aérea de São Paulo), situada em Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, no dia 6 de maio de 2018, a operação de embarque com destino à República de Cabo Verde, prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente a aeronave transportando o Exmo Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil.

Art.2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 6 de maio de 2018.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 2 DE MAIO DE 2018

Aplica penalidade de Advertência.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU em 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 7º da Portaria RFB nº 3518, de 30 de novembro de 2011, e o que consta no Processo Administrativo nº 10646.720.325/2017-27, resolve:

Art. 1º Aplicar a sanção de Advertência à Empresa Brado Logística, CNPJ, 03.307.926/0016-07, por desacordo de requisitos de seu sistema informatizado previsto no artigo 18 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011, em relação ao constante do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COANA/COTEC Nº 2 DE 26 DE SETEMBRO DE 2003 .

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANEZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 4 DE MAIO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 17 de maio de 2012, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto na Lei no 11.945/09, com os procedimentos disciplinados pela IN SRF 976/09, com as alterações efetuadas pela IN SRF 1.011/10, pela IN SRF 1.048/10 e IN SRF 1.153/11, declara:

Art. 1° Fica inscrito no Registro Especial de que trata a Instrução Normativa SRF nº 976/09, o contribuinte aqui relacionado para o desenvolvimento da atividade específica abaixo discriminada:

Nome Empresarial: ADEMAR CIPOLA
CNPJ: 55.355.796/0002-78
Processo: 10830.722.115/2018-77
Endereço: R MANOEL MARQUES FERNANDES 650 - JARDIM DO LAGO CONTINUACAO - CAMPINAS/SP - CEP: 13051-051
Atividade: GRÁFICA (GP)
Nº do Registro Especial: GP8104/00282

Art. 2° A presente autorização poderá ser cassada a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria, em especial a ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 7º da IN SRF 976/09.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nos arts. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

I - EXCLUÍDA do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de oito de abril de 2008, a pessoa jurídica M. FINGER JOALHEIROS LTDA, CNPJ nº 09.485.753/0001-09, com endereço na Rua Doutor Silva Barros, 372, Centro, Taubaté/SP, CEP 12080-300, nos termos dos incisos II, IV, V e VIII, §§ 1º e 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinados com o inciso IV, letras "c", "g" e § 2º do art. 76, este da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 13864.720030/2018-55.

II - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, apresentar manifestação de inconformidade, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), a qual deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 109 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 (PAF).

III - Este ADE tornar-se-á efetivo e a exclusão definitiva se não houver apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o inciso II ou, se houver, após decisão desfavorável e definitiva na esfera administrativa (art. 75, § 3º, da Resolução CGSN nº 94, de 2011).

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

PORTARIA Nº 136, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art 1º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu alocados na Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho - DIREP/Foz para emitir as Ordens de Vigilância e Repressão - OVR previstas no artigo 16 e seus §§ 1º e 2º da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011.

Art 2º Ficam convalidados todos os atos praticados, até a data de publicação desta Portaria, afetos à competência objeto da delegação disciplinada pelo artigo anterior.

Art 3º Revogar, a Portaria DRF/FOZ Nº 199, de 25 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 163, de 26 de agosto de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

PORTARIA Nº 137, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art 1º Delegar competência aos Auditores Fiscais da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, alocados na Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho - DIREP/Foz para:

I - Intimar, pessoalmente ou por edital, os contribuintes proprietários de mercadorias apreendidas, para que apresentem impugnações, sob pena de revelia, conforme determina o artigo 774 parágrafo 1º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, e artigo 27 do Decreto-lei nº 1.455/76;

II - Assinar e publicar edital em conformidade com o artigo 2º da Portaria do Ministério da Fazenda nº 159/2010, para que contribuintes provem a propriedade de mercadorias;

III - Declarar abandonadas as mercadorias ou bens, nos termos do Decreto-lei nº 1.455/76, Decreto-lei nº 37/66, Decreto nº 6.759/2009 e Portaria do Ministério da Fazenda nº 159/2010;

IV- Declarar revelia nos processos fiscais submetidos ao rito previsto no artigo 27 do Decreto-lei nº 1.455/76, obedecido o que dispõe o parágrafo 1º do referido artigo;

V - Encaminhar ao Ministério Público Federal as representações fiscais para fins penais referidas no artigo 3º, inciso II da Portaria SRF nº 326, de 15 de março de 2005.

Art 2º Restam convalidados todos os atos afetos aos assuntos dos incisos do art. 1º praticados até a data de publicação desta portaria.

Art 3º Revogar a Portaria DRF/FOZ nº 345 de 22 e novembro 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 229, de 30 de novembro de 2011.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 921.004 (novecentos e vinte e um mil e quatro) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
299.580	24.965	Johnnie Walker Red Label	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
14.328	1.194	White Horse	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
286.548	23.879	Black & White	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
142	47	Johnnie Walker Blue Label	Uísque escocês, em caixas de 3 garrafas de 1750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
2.322	194	Cardhu	Uísque escocês single malt, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
60.204	5.017	Grand Old Parr	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
62.712	5.226	Johnnie Walker Black Label	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
7.608	634	Buchanan's ²	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40GL, idade até 12 anos.
187.560	15.630	White Horse	Uísque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 4 DE MAIO DE 2018

Concede à empresa que especifica habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) instituído plea Lei nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º a 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007; e também o que consta do processo administrativo nº 10950.725753/2017-01, resolve:

Art. 1º Declarar habilitada a empresa CENTRAL HIDRELÉTRICA OURO BRANCO LTDA, CNPJ nº 06.926.595/0001-97, com endereço na Estrada Peabiru, s/n, Zona Rural, em Peabiru/PR, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.144, de 03/07/2007, destinadas ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Ouro Branco, de titularidade da empresa Central Hidrelétrica Ouro Branco Ltda, aprovado pela Portaria nº 289/2017 do Ministério das Minas e Energia.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144/2007: (a) o número da Portaria que aprovou o projeto da empresa titular; (b) o número do Ato Declaratório que habilitou a empresa adquirente, com sua data de publicação no Diário Oficial da União, e (c) a expressão: "venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144/2007, art. 2º, inciso I."

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE MAIO DE 2018

Define Depósitos Locais e atribui responsabilidades relativas ao recebimento e fluxo de mercadorias e veículos retidos nos Depósitos de Mercadorias e Veículos Apreendidos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo/RS (DRF/PFO/RS).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO (RS), no uso de suas atribuições, em cumprimento ao estabelecido no inciso IX do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no DOU de 11/10/2017, resolve:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Estabelecer como locais de recebimento inicial de mercadorias e veículos retidos, o depósito localizado no subsolo do prédio sede desta Delegacia, localizado na Rua Paissandu, nº 753, bairro Centro e o depósito anexo ao Depósito de Mercadorias Apreendidas da Seção de Programação e Logística (DMA/SAPOL) principal, localizado na Rua Álvares Cabral, nº 353, bairro Petrópolis, ambos na cidade de Passo Fundo/RS.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 2º - Atribuir ao servidor VÔNER LUIS SIGNOR, Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB), matrícula nº 14755, e, nas suas ausências o servidor MARCO AURÉLIO RODRIGUES, Datilógrafo, matrícula nº 11547, a responsabilidade pelos depósitos especificados no art. 1º.

Art. 3º - Atribuir a tais servidores a responsabilidade pelo recebimento e conferência das mercadorias e veículos retidos pela Seção de Administração Aduaneira (SAANA) e por órgãos externos, entregues nesta Delegacia.

Parágrafo Único: além do procedimento do caput, caberá ainda ao servidor Vôner Luis Signor, providências quanto à identificação e contagem de mercadorias, à abertura de dossiê eletrônico e demais procedimentos necessários à preparação de lavratura de Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal (AITAGF) pela SAANA, bem como a requisição de vistoria técnica ao Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DetranRS) e a transferência dos veículos ao Depósito Regional de Veículos Apreendidos (DRVA), em Santa Cruz do Sul/RS, após lavratura da Guarda Preliminar pelo DMA/SAPOL.

Art. 4º - Atribuir ao servidor Vôner Luís Signor, a responsabilidade pela verificação e retenção das mercadorias retidas em órgãos externos e que, por sua natureza não possam ser entregues diretamente na DRF/PFO.

Art. 5º - Definir que, os processos objeto de apreensão aduaneira, após análise dos auditores da SAANA, deverão retornar ao servidor Vôner Luís Signor, que promoverá a entrega das mercadorias e/ou veículos apreendidos ao DMA/SAPOL desta Delegacia, para Guarda Fiscal.

Atr. 6º - A Portaria DRF/PFO nº 19, de 25/05/2016, permanece vigente com todos os seus efeitos.

Atr. 7º - O Gabinete dessa Delegacia expedirá normas complementares necessárias para detalhamento de procedimentos.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO TESSARO RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 9, DE 23 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

DECISÃO Nº 09/2018/PREVIC

PROCESSO: 44011.006936/2017-47

ASSUNTO: Relatório Conclusivo - Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

ENTIDADE: Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

Vistos, relatados e discutidos os autos do Inquérito Administrativo nº 44011.006936/2017-47, instaurado para apuração das causas que levaram à intervenção da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, decretada pela Portaria nº 780, de 14/08/2017 (DOU 15/08/2017), bem como acerca da possível responsabilidade de seus administradores e conselheiros, nos termos do artigo 61 da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001 c/c artigo 40 do Decreto n° 4.942, de 30 de dezembro de 2003, decidem os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, aprovar na íntegra o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito para acolher suas recomendações, especialmente no que concerne ao encaminhamento das conclusões ao Ministério Público, bem como determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens dos não indiciados e a aplicação integral das penalidades propostas, nos termos da Nota 479/2018/PREVIC , de 04 de julho de 2017, aprovada nesta oportunidade.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 369, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.008215/2017-71 e Juntada nº 0110059, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade MULTIPREV FUNDO MULTIPLO DE PENSÃO, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 370, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001733/2018-45, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão das empresas Mondelez Brasil Ltda., CNPJ nº 33.033.028/0001-84, e Mondelez Brasil Norte Nordeste Ltda., CNPJ nº 10.144.076/0001-44, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Mondelez Prev, CNPB nº 2006.0016-47, e a entidade MULTIPREV - FUNDO MULTIPLO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 380, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001595/2018-02, resolve:

Art. 1º Aprovar o termo de adesão da própria entidade CP PREV SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 74.162.934/0001-66, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria da CP PREV, CNPB nº 1993.0027-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 812-SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

Revoga a Portaria MDIC nº 397, de 18 de dezembro de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 43, incisos IV e V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º, incisos IV e V, do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e considerando o constante dos autos do processo nº 52005.000006/2016-14, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 397, de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 194, DE 20 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Inmetro e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2016, que tem como objetivo estabelecer bases gerais da Cooperação Técnica e operacional entre Anvisa e Inmetro, no sentido de desenvolver trabalhos e ações no âmbito científico, acadêmico e técnico de interesse comum às suas áreas, no que diz respeito a aprimorar processos e práticas, visando à promoção e a proteção da saúde da população brasileira;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, RDC n.º 55, de 04 de novembro de 2011, que estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para as luvas cirúrgicas e luvas para procedimentos não cirúrgicos de borracha natural, de borracha sintética, de mistura de borrachas natural e sintética e de policloreto de vinila, sob regime de vigilância sanitária;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, RDC n.º 94, de 27 de julho de 2016, que atualiza a referência técnica normativa da RDC n.º 55, de 04 de novembro de 2011;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Inmetro e o Ministério do Trabalho (MTb), publicado no Diário Oficial do dia 21 de setembro de 2007, que tem como objetivo a integração institucional mútua de conhecimento nas áreas de Avaliação da Conformidade, Metrologia Legal e Científica e do Trabalho;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 332, de 26 de junho de 2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico de Borracha Natural, Borracha Sintética e de Misturas de Borrachas Sintéticas, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2012, seção 01, página 240;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 451, de 31 de agosto de 2012, que aprova os ajustes nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas cirúrgicas e luvas para procedimentos não cirúrgicos, de borracha natural e de misturas de borrachas natural e sintética, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2012, seção 01, páginas 82 a 83;

Considerando a solicitação da Anvisa para realização de ajustes nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas cirúrgicas e luvas para procedimentos não cirúrgicos, de borracha natural e de misturas de borrachas natural e sintética vigentes;

Considerando a necessidade de atualizar a base normativa da Portaria Inmetro n.º 332, de 26 de junho de 2012, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Não Cirúrgico de Borracha Natural, Borracha Sintética e de Misturas de Borrachas Sintéticas, aprovados pela Portaria Inmetro nº 332, de 26 de junho de 2012, insertos no Anexo I desta Portaria, disponível em http://www.inmetro.gov.br/legislacao.

Art. 2º Todos os processos de certificação inicial, manutenção e recertificação deverão ser conduzidos de acordo com os ajustes ora aprovados em, no máximo, 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º As demais disposições insertas nas Portarias Inmetro n.º 332, de 26 de junho de 2012, permanecerão inalteradas.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 215, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro nº 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o processo de consulta pública aprovado pelas portarias Inmetro n.º 75/2018, n.º 76/2018, n.º 77/2018 e n.º 78/2018, de 19 de fevereiro de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2018, que propõe ajustes nos regulamentos para Componentes Automotivos de Motocicletas, Motonetas, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos;

Considerando que o prazo para fabricantes e importadores se adequarem aos requisitos publicados pela Portaria Inmetro nº 123 de 19 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2014, seção 01, página 94-95, encerrou no dia 24 de março de 2018, sem que houvesse sido finalizada a consolidação da consulta pública anteriormente mencionada;

Considerando que a consulta pública aprovada pela Portaria Inmetro n.º 78/2018, propõe a postergação dos prazos previstos na Portaria Inmetro n.º 123/2014; resolve:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Portaria Inmetro n.º 123/2014. Parágrafo único. Os autos de infração eventualmente lavrados posteriormente a 24 de março de 2018, ficam considerados insubsistentes.

Art. 2º Esta Portaria iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 168, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ciríaco/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ciríaco/RS, no valor de R$ 185.635,75 (cento e oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000588/2017-85.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000454, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 169, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Vila Nova do Sul/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Vila Nova do Sul/RS, no valor de R$ 2.021.099,20 (dois milhões, vinte e um mil noventa e nove reais e vinte centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000866/2017-02.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000545, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 170, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Joinville/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Joinville/SC, no valor de R$ 848.444,67 (oitocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) , para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000244/2017-76.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000392, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 171, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Vespasiano/MG, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Vespasiano/MG, no valor de R$ 266.425,68 (duzentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000423/2017-11.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000358, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 172, DE 3 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Santa Cruz do Xingu/MT, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Santa Cruz do Xingu/MT, no valor de R$ 1.282.375,64 (um milhão, duzentos e oitenta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59050.000621/2014-54.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000142, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 222, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 19 de janeiro de 2018, Seção 1, página 33, onde se lê "... fixados em R$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município... ", leia-se "... fixados em R$ 2.005.000,00 (dois milhões e cinco mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município... ", onde se lê " ... para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Notas de Empenho nº 2017NE000472, de 28 de dezembro de 2017, ", leia-se "... para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), Notas de Empenho nº 2017NE000336 e 2017NE000472, de 14 e 28 de dezembro de 2017, respetivamente", e onde se lê " ... com valor integral de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). ", leia-se "com valor integral de R$ 2.005.000,00 (dois milhões e cinco mil reais). ".

Na Portaria nº 281, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 19 de janeiro de 2018, Seção 1, página 42, onde se lê "... fixados em R$ 2.003.000,00 (dois milhões e três mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município... ", leia-se "... fixados em R$ 4.003.000,00 (quatro milhões e três mil reais), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município... ", onde se lê "... para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).", leia-se "... para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), e onde se lê "... com valor integral de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).", leia -se "... com valor integral de R$ 4.003.000,00 (quatro milhões e três mil reais).".

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 125, DE 3 DE MAIO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PA	Barcarena	Desastres relacionados à contaminação da água - 2.2.2.2.0	0001	23/02/18	59051.005320/2018-31
MG	Catuti	Estiagem - 1.4.1.1.0	63	05/03/18	59051.005244/2018-63
RO	Guajará-Mirim	Inundação - 1.2.1.0.0	11.396	03/04/18	59051.005369/2018-93
MG	Berilo	Estiagem - 1.4.1.1.0	026	03/04/18	59051.005374/2018-04
MG	São Romão	Seca - 1.4.1.2.0	005	06/04/18	59051.005427/2018-89
PA	Óbidos	Enxurrada - 1.2.2.0.0	0303	10/04/18	59051.005425/2018-90
MT	Terra Nova do Norte	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	30	10/04/18	59051.005404/2018-74
AM	Manicoré	Inundação - 1.2.1.0.0	093	19/04/18	59051.005424/2018-45

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 126, DE 3 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.003888/2016-64, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 264, de 18 de maio de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Caieiras - SP para ações de Defesa Civil, para até 18/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 127, DE 4 DE MAIO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios do Governo do Estado de Pernambuco/PE.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 45.800, de 27 de março de 2018, do Governo do Estado de Pernambuco/PE, considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.005423/2018-09, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0 a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

N°	MUNICÍOIOS
01	Afogados da Ingazeira
02	Afrânio
03	Araripina
04	Arcoverde
05	Belém do São Francisco
06	Betânia
07	Bodocó
08	Brejinho
09	Cabrobó
10	Carnaíba
11	Carnaubeira da Penha
12	Cedro
13	Custódia
14	Dormentes
15	Exu
16	Flores
17	Floresta
18	Granito
19	Ibimirim
20	Iguaraci
21	Inajá
22	Ingazeira
23	Ipubi
24	Itacuruba
25	Itapetim
26	Jatobá
27	Lagoa Grande
28	Manari
29	Mirandiba
30	Orocó
31	Ouricuri
32	Parnamirim
33	Petrolândia
34	Petrolina
35	Quixaba
36	Salgueiro
37	Santa Cruz
38	Santa Cruz da Baixa Verde
39	Santa Filomena
40	Santa Maria da Boa Vista
41	Santa Terezinha
42	Serra Talhada
43	Serrita
44	Sertânia
45	Solidão
46	Tabira
47	Tacaratu
48	Terra Nova
49	Trindade
50	Triunfo
51	Tuparetama
52	Verdejante

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 549, DE 3 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001285/2012-22, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, INNOCENT EKWE, de nacionalidade nigeriana, filho de Okeke Ekwe e Rose Ekwe, nascido em Jos, na República Federal da Nigéria, em 22 de março de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 550, DE 3 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010618/2016-76, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DAVID GONÇALO ZARRO SIMÕES, de nacionalidade portuguesa, filho de Albino dos Santos Freitas Simões e Maria Ernestina Justina Zarro, nascido na República Portuguesa, em 11 de janeiro de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 551, DE 3 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.009141/2015-67, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NOMBUSO KHELINA MKHATSHWA, de nacionalidade sul-africana, filha de Fanyana Mkhatshwa e Maggie Mkhatshwa, nascida

em Carolina, na República da África do Sul, em 13 de julho de 1982, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 552, DE 3 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001810/2016-71, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOÃO DADINHO MBOMBO, de nacionalidade angolana, filho de João Baudounho Mbombo e de Ana Maria Mossongo, nascido em Luanda, Angola, em 10 de outubro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 553, DE 3 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.008067/2016-81, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VANDA CRISTINA GRADES PAULINO, de nacionalidade portuguesa, filha de Jorge Henrriqueto Paulino e Otilia Maria Grades Paulino, nascida em Setúbal, na República Portuguesa, em 16 de outubro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 26 (vinte e seis) anos e 3 (três) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DE 3 DE MAIO DE 2018

Nº 237 - Processo nº: 08451.004344/2012-23. Interessado: Modou Ndiaye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 117/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5859686), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MODOU NDIAYE, nascido no dia 25/4/1985, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 238 - Processo nº: 08505.0781872011-49. Interessado: ALIOUNE GUEYE. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 122/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6138627), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio ALIOUNE GUEYE, nascido no dia 4/5/1985, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 239 - Processo nº: 08451.006621/2012-12. Interessado: MODOU GUEYE. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 128/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6165303), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MODOU GUEYE, nascido no dia 6/6/1987, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 240 - Processo nº: 08451.000062/2013-48. Interessado: IBRAHIMA SEYE. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 114/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6060201), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRAHIMA SEYE, nascido no dia 2/1/1968, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 241 - Processo nº: 08451.001385/2012-78. Interessado: IBRAHIMA THIAM. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 112/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6059813), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRAHIMA THIAM, nascido no dia 1º/12/1985, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 242 - Processo nº: 08451.003126/2012-81. Interessado: IBRAHIMA NDIOUR. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 116/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6060640), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRAHIMA NDIOUR, nascido no dia 8/3/1975, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 243 - Processo nº: 08451.004794/2012-26. Interessado: IBRAHIMA SARR. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 115/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6060519), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRAHIMA SARR, nascido no dia 2/3/1979, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 244 - Processo nº: 08505.029649/2014-47. Interessado: JOHN UGOCHUKWU CHUKWUJEKWU. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 136/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6267766), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio JOHN UGOCHUKWU CHUKWUJEKWU, nascido no dia 15/3/1982, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 245 - Processo nº: 08505.035029/2011-02. Interessado: Massar Sarr. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 102/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5979019), de 25/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MASSAR SARR, nascido no dia 1º/6/1973, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 246 - Processo nº: 08505.053033/2011-44. Interessado: PAPA Cheikhou Drame. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 108/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5986907), de 25/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio PAPA CHEIKHOU DRAME, nascido no dia 26/2/1976, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 247 - Processo nº: 08452.010525/2014-51. Interessado: IDRISSA SOKOME. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 137/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6295046), de 30/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IDRISSA SOKOME, nascido no dia 7/3/1985, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 248 - Processo nº: 08451.001379/2012-11. Interessado: OUSSEYNOU DIOUF. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 113/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6060034), de 25/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio OUSSEYNOU DIOUF, nascido no dia 6/7/1978, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 249 - Processo nº: 08451.004557/2012-65. Interessado: HAMED SECK. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 118/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (6060996), de 25/4/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio HAMED SECK, nascido no dia 12/3/1986, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 548, DE 3 DE MAIO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.007777/2017-76. Requerentes: Praxair, Inc. e Linde AG. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Leda Batista da S. D. de Lima, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Cascão e outros. Terceiros Interessados: i. da Air Liquide Brasil Ltda., representada por Francisco Ribeiro Todorov, Isabella Neves Giorgi e outros; ii. da ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A., representada por Vinícius Marques de Carvalho, Marcela Mattiuzzo e outros; iii. da Companhia Brasileira de Alumínio, representada por Ricardo Casanova Motta, Lívia Dias de Melo e outros; iv. da Braskem S.A., representada por Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Tinoco Douek e outros; e v. da Magnesita Mineração S.A., representada por Olavo Zago Chinaglia, Victoria M. Almeida Antunes e outros. Acolho o Parecer nº 5/2018/CGAA4/SGA1/SG, de 03 de maio de 2018 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos do art. 13, X, e art. 57, II, da Lei Federal nº 12.529/2011, c/c o art. 165 do Regimento Interno do Cade, ofereço impugnação do presente Ato de Concentração ao Tribunal e recomendo sua aprovação, condicionada à celebração do Acordo em Controle de Concentrações proposto pelas Requerentes. Ao Setor Processual.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 4 DE MAIO DE 2018

Nº 567 - Ato de Concentração nº 08700.002575/2018-19. Requerentes: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., Teva Farmacêutica Ltda. e Actavis Farmacêutica Ltda. Advogados: Roberto Lima Pessoa e Henrique Rullo Maranhão Dias. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 575 - Ato de Concentração nº 08700.000713/2018-25. Requerentes: Prysmian S.P.A, General Cable Corporation. Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Natalia Oliveira Felix Rugeri, Rodrigo Almeida Edington.

Acolho o Parecer nº 10/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 04 de maio de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHOS

Despacho nº 1.319/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessada: YVENA MERCILUS KERNIZAN
Processo: 08212.302147/2016-23

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.320/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessada: RANIM BATAL
Processo: 08505.004583/2017-25

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a requerente não se encontrar no país, e não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo previsto em lei, nos termos do Art. 66 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.321/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: ABBAS MOHAMAD HACHEM
Processo: 08390.301191/2016-65

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo de 15 (quinze) anos, nos ternos do Art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.322/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: MAHMOUD MISTO
Processo: 08505.004168/2017-71

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência por parte do interessado, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99, bem como o não cumprimento do artigo 65, II da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.323/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: ANTOINE SEMAAN OJEIMY
Processo: 08295.305987/2016-75

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, não conheço do recurso e mantenho o INDEFERIMENTO do processo, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, nos termos do art. 232 do Decreto 9.199/17

Despacho nº 1.324/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: MUHAMMAD NAWAZ
Processo: 08508.004859/2017-45

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista o requerente encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, não tendo comprovada a residência em território nacional pelo prazo previsto em lei, nos ternos do inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.325/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: JOSEPH ANTHONY GILLESPIE JUNIOR
Processo: 08360.000396/2017-64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos ternos do inciso IV do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.326/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: SEBASTIÃO VIEIRA
Processo: 08270.017288/2017-30

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos termos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.327/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: FOUAD TOUFIC EL SAFADI
Processo: 08389.300952/2016-09

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência por parte do interessado, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.328/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: MOHAMAD ABDALLAH SULTAN
Processo: 08389.003555/2017-64

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência por parte do interessado, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.329/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: BILAL ALI AWALA
Processo: 08389.002147/2017-95

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, MANTENHO O INDEFERIMENTO do pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo de 15 (quinze) anos, nos ternos do Art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 1.330/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: HICHAM WALID EL SAFADI
Processo: 08389.300570/2016-77

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência por parte do interessado, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 1.331/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: SERIGNE FALL
Processo: 08444.003257/2017-62

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

CERTIFICO que, JAE KRUN PARK, incluída na Portaria de Naturalização nº 0660, de 23 de julho de 2001, passou a assinar JAE KRUN PARK KIM, por haver contraído matrimônio com YEO JUN KIM, em 17 de junho de 2001, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, 37º Subdistrito Aclimação, Comarca da Capital - Estado de São Paulo, registrada no livro nº B-026, folhas 211, sob nº 7531. Processo nº 08000.001995/2018-75

DECLARA que MIQUELINA ANDRADE HENRIQUES, incluída na Portaria de Naturalização nº 0440, de 14 de junho de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 1978, passou a chamar-se MIQUELINA HENRIQUES FERNANDES, por haver contraído matrimônio com Francisco Assis Martins Fernandes em 16 de dezembro de 1978, conforme certidão passada pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 47º Subdistrito - Vila Guilherme - São Paulo/SP, registrado no Livro B-010, fls. 034, sob o nº 2531. Processo nº 08000.001697/2018-85

CERTIFICA que, SIMY COHEN, a quem se refere a Portaria de Transformação de Naturalização Provisória em Definitiva nº 162-B, de 07 de abril de 1975, publicada no Diário Oficial da União de 08 de abril de 1975, Seção I, página 14, passou a assinar SIMY WROCLAWSKI, por haver contraído matrimônio com Paul Alain Wroclawski em 25 de julho de 1980, conforme certidão de casamento passada pelo Cartório do Registro Civil do 15º Subdistrito de Bom Retiro - Comarca e Município de São Paulo/SP, registrado às fls. 89, Livro B-01, sob o nº 088. Processo nº 08000.000663/2018-73

DECLARA que a correta grafia do nome de DIOGO SOARES ANTUNES, incluído na Portaria de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis nº 216, de 13 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2016, é DIOGO SOARES GOMES ANTUNES e não como constou. Processo nº 08000.044010/2017-15

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
chefe

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO o pedido de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente.

Processo nº 08400.012845/2017-01 - CARLA ELIDA GUTIERREZ

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08089.000111/2017-51 - DAVI ENRIQUE BANEGAS CABRERA

Processo nº 08494.000745/2018-11 - MARCIA SILVANA DA LUZ DAMACENA

Processo nº 08436.000345/2018-92 - LINDA MARIALI ESPINOZA PAIMA

Processo nº 08436.000350/2018-03 - TREISY THALIA CHAMOLI ESPINOZA

Processo nº 08460.001642/2018-58 - ANA MICHELLE PULIDO DUQUE

Processo nº 08444.000126/2018-12 - EZEQUIEL SOLOAGA

Processo nº 08505.004239/2018-17 - VICTORIA HELENA BURGOS

Processo nº 08501.000463/2018-70 - PATRICIA ESTEFANIA AYALA AGUIRE

Processo nº 08389.000364/2018-21 - SANDRA VIVIANA MAYERHOFER

Processo nº 08354.000180/2018-69 - ELIZABETH ROSAS JIMENEZ

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 70, DE 2 DE MAIO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: UMA VIAGEM PARA ESPANHA (THE TRIP TO SPAIN, Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Revolution Films
Diretor(es): Michael Winterbottom
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.012395/2018-32
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: VOCÊ DESAPARECEU (YOU DISAPPEAR, Dinamarca - 2016)
Produtor(es): Zentropa Entertainment
Diretor(es): Peter Schonau Fog
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Lícitas
Processo: 08000.012396/2018-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A NOITE DO JOGO (GAME NIGHT, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Marc S. Fischer
Diretor(es): John Francis Daley/Jonathan Goldstein
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia/Ação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.015199/2018-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: EM GUERRA POR AMOR (IN GUERRA PER AMORE, Itália - 2004)
Diretor(es): PIF
Distribuidor(es): Circuito Cinearte Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.015714/2018-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: NA ESTRADA DO ROCK - IN CONCERT (Brasil - 2008)
Produtor(es): EB Produções Artísticas Ltda.
Diretor(es): Ivan Moura
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.015838/2018-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PARA TER ONDE IR (Brasil - 2016)
Produtor(es): Ofir Figueiredo/Chico Ribeiro/João Junior
Diretor(es): Jorane Castro
Distribuidor(es): O2 Produções Artística e Cinematográfica Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.016037/2018-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A MORTE DE STALIN (THE DEATH OF STALIN, Bélgica / Canadá / França / Reino Unido - 2018)
Produtor(es): Yann Zenou/Laurent Zeitoun/Nicolas Duval Assakovsky/Kevin Loader
Diretor(es): Armando Iannucci
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.016039/2018-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: COMBOIO DE SAL E AÇÚCAR (TRAIN OF SALT ANDA SUGAR, Brasil / Moçambique - 2016)
Produtor(es): Panda Filmes
Diretor(es): Licinio Azevedo
Distribuidor(es): LIVRES FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000433/2018-25
Requerente: LIVRES DISTRIBUIDORA DE AUDIOVISUAL LTDA. ME

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 61, DE 3 DE MAIO DE 2018

Despacho nº 61/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.014104/2018-41
Filme: "NÃO SE ACEITAM DEVOLUÇÕES" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de doze anos", referendando-se a classificação outrora atribuída, reiterando a importância para a obra, dos blocos temáticos de violência e conteúdo sexual.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Anexo II da Portaria nº 2.528/GM/MS, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 194, de 9 de outubro de 2017, Seção 1, páginas 50 e 51,
Onde se lê:

ANEXO II

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Unidade de Apoio	Número de Embarcações	Identificação da Embarcação
AM	1304203	Tefé	1	0001582178	2	2	Nº 01;02

Leia-se:

ANEXO II

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Unidade de Apoio	Número de Embarcações	Identificação da Embarcação
AM	1304203	Tefé	1	0001582178	2	2	Nº 13;14

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria nº 1.842/GM/MS, de 24 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 143, de 27 de julho de 2017, Seção 1, página 121,
Onde se lê:

ANEXO

UNIDADE MÓVEL

UF	Município	IBGE	SCNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	Sorocaba	355220	5905125	01 USA (SAMU 192)	25000.195430/2012-73	Municipal	82.49	7461	R$ 462.000,00
TOTAL/ ANO									R$ 462.000,00

Leia-se:

ANEXO

UNIDADE MÓVEL

UF	Município	IBGE	SCNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado
SP	Sorocaba	355220	9224106	01 USA (SAMU 192)	25000.195430/2012-73	Municipal	82.49	7461	R$ 462.000,00
TOTAL/ ANO									R$ 462.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.284, DE 3 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Fundação Beneficente Rio Doce.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.010275/2018-85, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Fundação Beneficente Rio Doce, registro ANS nº 31.149-9, inscrita no CNPJ sob o nº 27.836.329/0001-43, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112/2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Fundação Beneficente Rio Doce, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.285, DE 3 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CEDPLAN Saúde Ltda. - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente Substituto da ANS determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da CEDPLAN Saúde Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.814.351/0001-12, registro ANS nº 41.874-9, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na CEDPLAN Saúde Ltda. - ME pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da CEDPLAN Saúde Ltda. - ME exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da CEDPLAN Saúde Ltda. - ME estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.286, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, na reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.000308/2017-06, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 26, da RR nº 01, de 17 de março de 2017, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime especial de direção técnica na operadora COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA, registro ANS nº 41916-8, inscrita no CNPJ sob o nº 17.273.560/0001-12.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.287, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.002414/2017-16, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos, registro ANS nº 34.480-0, inscrita no CNPJ sob o nº 62.511.019/0001-50.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.288, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.003706/2017-76, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo - AFPES, registro ANS nº 39.427-1, inscrita no CNPJ sob o nº 28.483.261/0001-29.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.289, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.001558/2017-55, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP, registro ANS nº 32.447-7, inscrita no CNPJ sob o nº 30.036.685/0001-97.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.290, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 27 de abril de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.002436/2017-86, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, registro ANS nº 34.014-6, inscrita no CNPJ sob o nº 61.740.791/0001-80.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 4 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 482ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 16 de março de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.443377/2016-11	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.061112/2015-32	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	Art. 88 da RN 124/2006	172.934,74 (cento e setenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos)
25772.026834/2015-20	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 77 da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.016964/2015-54	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 da RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.062928/2015-83	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 88 da RN 124/2006	57.930,00 (cinquenta e sete mil novecentos e trinta reais)
25779.014829/2011-81	Primos Participações Ltda	Art. 18 da RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
25773.010971/2014-51	Affix Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.014515/2015-92	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 84 da RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.009293/2015-96	Crown Odontologia de Grupo Ltda	Art. 77 da RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.150678/2016-01	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.010045/2016-98	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.017999/2015-19	Plamed Plano de Assistência Médica Ltda.	Art. 77 da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.018295/2013-12	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 88 da RN 124/2006	757.815,00 (setecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e quinze reais)
25779.017390/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.021277/2016-52	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.020086/2015-72	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 79 da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25772.015167/2015-50	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.004767/2015-63	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.004950/2015-99	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.019448/2015-52	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.030855/2010-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 e 78 da RN 124/2006	480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)
25785.005724/2013-13	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 79 da RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33902.389016/2014-50	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.001955/2016-11	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.001125/2016-13	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 da RN 124/2006	144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)
25772.016190/2015-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25783.036458/2014-71	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 da RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.258982/2015-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.074329/2016-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.003416/2013-73	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 da RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.016158/2015-87	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 da RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais)
25789.106040/2015-60	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.031303/2015-99	Minas Center Med Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 82-A da RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25780.013861/2015-33	Unimed Oeste do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	31.680,00 (trina e um mil seiscentos e oitenta reais)
25789.096979/2014-28	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S/A	Art. 77 da RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25779.047792/2015-09	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 e 79 da RN 124/2006	112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais)
33902.003399/2016-41	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.018623/2015-13	Odontoprev S.A	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.070256/2013-18	Care Plus Medicina Assistencial Ltda.	Art. 77 da RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.039394/2015-41	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 da RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.015034/2016-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.155899/2016-68	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 da RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25785.008539/2013-81	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	Art. 62-A da RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.001393/2016-55	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 88 da RN 124/2006	110.231,58 (cento e dez mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos)
25772.025490/2015-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 82 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.017950/2015-59	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.014518/2015-14	Uniodonto Belém - Cooperativa de Assistência a Saúde Odontológica	Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.013211/2015-68	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.001804/2016-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.002646/2016-98	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.023563/2016-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 da RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25783.015205/2016-26	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.012923/2016-65	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 da RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.090556/2016-41	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 da RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33902.074269/2016-93	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.033542/2016-20	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 da RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.014233/2016-51	Unimed Seguros Saúde S/A	Art. 77 da RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.007860/2016-30	Unimed do Estado de SP - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 da RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.159, DE 4 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.160, DE 4 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.161, DE 4 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.162, DE 4 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, RESOLVE:

Art.1º Indeferir as petições de avaliações relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.163, DE 4 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliações relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 1.095, de 27 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 30 de abril de 2018, na Seção 1, pág. 98, e em suplemento, pág. 23, referente ao processo 25351.140088/2017-03, da empresa CATALENT BRASIL LTDA., onde se lê:

" ----------

EXTRATO AQUOSO DE HORTELÃ EM CÁPSULAS INDAIATUBA/SP "

Leia-se:

" ----------

CATALENT BRASIL LTDA 45.569.555/0007-82

EXTRATO AQUOSO DE HORTELÃ EM CÁPSULAS INDAIATUBA/SP "

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.119, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos, sob o nº.

de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.120, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Declarar o cancelamento de registro dos medicamentos específicos e fitoterápicos sob os números de processos/números de registro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.121, DE 3 DE MAIO DE 2018

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução - RE nº 990, de 19 de abril de 2018, única e exclusivamente quanto ao expediente nº 0054984183, referente à empresa WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, publicado no Diário Oficial da União nº 77, de 23 de abril de 2018, Seção 1 página 223 e Suplemento página 19.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.122, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original, no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.123, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.124, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.125, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.126, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 1.069, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 77 de 24 de abril de 2017, Seção 1, pág. 51 e Suplemento Pág. 15, referente ao processo 25351.032834/01-61:

Onde se lê:

ISOFARMA INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA	25351.032834/01-61	ISOFARMA-SOLUÇÃO DE CLORETO DE SODIO	2245239/16-1	04/2022

Leia-se:

ISOFARMA INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA	25351.032834/01-61	ISOFARMA-SOLUÇÃO DE CLORETO DE SODIO	2245239/16-1	03/2022

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 3.119, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 226 de 27 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 111 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.303828/2017-21:

Onde se lê:
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
02433631000120
ACIDO ASCORBICO
EFERVIT C 25351,303828/2017-21 02/2018
11197 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1073922/17-0
1.0922.0183.001-6 24 Meses
1 G COM EFEV EST CT TB PLAS X 10

Leia-se:
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
02433631000120
ACIDO ASCORBICO
EFERVIT C 25351,303828/2017-21 02/2018
11197 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1073922/17-0
1.3764.0172.001-7 24 Meses
1 G COM EFEV EST CT TB PLAS X 10

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.115, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 08 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.116, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 08 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a decisão judicial expedida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos do Processo nº 0054565-79.2010.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.117, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 08 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produtos fumígenos derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.118, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no DOU de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Cancelar por caducidade os Registros de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais das marcas, conforme relação anexa, por não terem sido peticionadas as renovações de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FRANCISCO BRANCO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.154, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.155, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.156, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.157, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.158, DE 3 DE MAIO DE 2018

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 985 de 19 de abril de 2018, única e exclusivamente quanto ao indeferimento do Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Nacional, referente à empresa VOLMED BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA - ME, PROCESSO 25351.096465/2018-36, publicada no Diário Oficial da União nº. 77 de 23 de abril de 2018, Seção 1, página 225 e em suplemento, página 86.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.130, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.131, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.134, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de Aveia, Centeio, Cevada, Trigo e Triticale, todas com LMR de 0,01 e IS de 30 dias e modalidade de emprego (aplicação) Foliar, na monografia do ingrediente ativo C07 - CASUGAMICINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.135, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cepa CCT 7769 de Paecilomyces fumosoroseus, na monografia do ingrediente ativo I28 - ISARIA FUMOSOROSEA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.136, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de Citros, com LMR de 0,01 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego, modalidade de emprego (aplicação) Pós-colheita, na monografia do ingrediente ativo P21 - PROPICONAZOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.137, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de Acerola, Azeitona, Framboesa, Mirtilo e Seriguela, com LMR de 2,0 mg/kg e IS de 3 dias; Amendoim, Grão-de-bico e Lentilha, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 7 dias; Mamona e Gergelim, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 21 dias; Gramados, com LMR e IS "Uso não Alimentar", todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar; na monografia do ingrediente ativo F47 - FLUAZINAM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.138, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de Café, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 60 dias, modalidade de emprego (aplicação) Solo, na monografia do ingrediente ativo T30 - TIODICARBE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.139, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura de Café, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 15 dias, modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo T34 - TRIFLUMUROM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.140, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,07 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", altera o LMR de 0,05 para 0,07 mg/kg, na modalidade de emprego (aplicação) Maturador, ambas na cultura da Cana-de-açúcar e incluir a modalidade de uso não agrícola, na monografia do ingrediente ativo T56 - TRINEXAPAQUE-ETÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.141, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de Acerola, Azeitona, Framboeza, Mirtilo e Seriguela, com LMR de 0,5 mg/kg e IS de 3 dias; Grão-de-bico e Lentilha, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 7 dias; Mamona e Gergelim, com LMR de 0,01 mg/kg e IS de 21 dias; Gramados, com LMR e IS "Uso não Alimentar" e Altera o IS de 14 para 3 dias na cultura do Morango, todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar; na monografia do ingrediente ativo T14 - TIOFANATO-METÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.132, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.133, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.144, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.145, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.146, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.147, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Cancelar os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.127, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.128, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.129, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Polyclonals S.A.S, publicada pela Resolução RE nº 2.431, de 8 de setembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 90, e em Suplemento, pág. 25; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1366764/16-5 e 0222321/18-0.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Polyclonals S.A.S, publicada pela Resolução RE nº 2.431, de 8 de setembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 175, de 12 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 90, e em Suplemento, pág. 25; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1366770/16-0 e 0222340/18-6.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Boehringer Ingelheim Pharma GmbH & Co. KG, publicada pela Resolução RE nº 525, 23 de fevereiro de 2017, no Diário Oficial da União nº 41, de 1º de março de 2017, Seção 1, pág. 67, e em Suplemento, pág. 47; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 2011457/16-5 e 0224260/18-5.

Art. 4º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Boehringer Ingelheim Pharma GmbH & Co. KG, publicada pela Resolução RE nº 2.088, de 3 de agosto de 2017, no Diário Oficial da União nº 150, de 7 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 55, e em Suplemento, pág. 45; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 0225910/17-9 e 0222488/18-7.

Art. 5º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Lonza Biologics, Inc, publicada pela Resolução RE nº 2.054, de 28 de julho de 2017, no Diário Oficial da União nº 145, de 31 de julho de 2017, Seção 1, pág. 254, e em Suplemento, pág. 33; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 2242869/16-1 e 0222263/18-9.

Art. 6º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Corporation, publicada pela Resolução RE nº 434, de 22 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 38, de 26 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 81, e em Suplemento, págs. 134 e 135; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1267711/17-6 e 0222288/18-4.

Art. 7º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Corporation, publicada pela Resolução RE nº 441, de 22 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 38, de 26 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 81, e em Suplemento, pág. 136; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1267735/17-3 e 0224301/18-6.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Corporation, publicada pela Resolução RE nº 655, de 15 de março de 2018, no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2018, Seção 1, pág. 60, e em Suplemento, pág. 126; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1774610/17-8 e 0224306/18-7.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.142, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.143, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.148, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.149, DE 3 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa MedPlast Medical Inc. na certificação solicitada pela empresa Medtronic Comercial Ltda, CNPJ n.º 01.772.798/0001-52, publicada pela Resolução RE nº 1.584, de 17 de Junho de 2016, no Diário Oficial da União nº. 116, de 20 de Junho de 2016, Seção I, pág. 72 e suplemento da Seção I, pág. 39, conforme expedientes nº 1086736/15-8 e 2272611/17-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.150, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da(s) empresa(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.151, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.152, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.153, DE 3 DE MAIO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.107, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 19 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Interessadas em Operar a Atividade de Armazenar Mercadorias Sob Vigilância Sanitária em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.108, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 19 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Interessadas em Operar a Atividade de Armazenar Mercadorias Sob Vigilância Sanitária em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.109, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 19 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Interessadas em Operar a Atividade de Armazenar Mercadorias Sob Vigilância Sanitária em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.110, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 19 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Interessadas em Operar a Atividade de Armazenar Mercadorias Sob Vigilância Sanitária em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.112, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.113, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.114, DE 2 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMAS

PORTARIA Nº 4, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento de profissionais de saúde como Auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde.

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC/SAS/MS, no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRA/SAS/MS;

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS;

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.072154/2018-61, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde.

Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina- ANS 317012

NOME	CPF	REGISTRO
Marcus Maluf	940.318.008-00	CRM-SC 5074

Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico LTDA - ANS 311961

NOME	CPF	REGISTRO
Jorge Alberto de Souza Simões	088.973.574-31	CRM-AM 009201
André Lobato da Silva	866.107.082-15	CRM-AM 007847

Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - Sepaco -ANS 42.007-7

NOME	CPF	REGISTRO
Amaury Santiago	808.472.428-20	CRM-SP 54794

Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médido - ANS 370681

NOME	CPF	REGISTRO
Ildefonso Amoedo Canto	005.808.729-04	CRM- PR 1429

Art. 2º - Descadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde.

Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina- ANS 317012

NOME	CPF	REGISTRO
Carla Cristina Jung	710.659.709-00	CRM-SC 8088

Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico LTDA - ANS 311961

NOME	CPF	REGISTRO
Aldemir Araújo Oliveira	135.136.132-53	CRM-AM 2091
Aparecido Maurício de Carvalho	027.677.752-20	CRM-AM 1296
Gerssey da Silva Oliveira	053.054.702-34	CRM-AM 1073
Hebert Johnson MC Combat	034.568.032-49	CRM-AM 1330
Lênia Elane Cintra Lemos	369.742.777-68	CRM-AM 1820
Nelson Barbosa da Silva	127.722.402-15	CRM-AM 2500
Roberto Alves Pereira	215.424.902-78	CRN-AM 2163
Ruth Maria Cezar Batista	625.221.167-20	CRM-AM 1821

Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - Sepaco -ANS 42.007-7

NOME	CPF	REGISTRO
Valker da Graça Cruz	807.117.665-68	CRM-SP 158374

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 4 DE MAIO DE 2018

Altera o Anexo I da Instrução Normativa nº 27, de 11 de julho de 2017, que regulamenta a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 848, de 17 de maio de 2017, do Conselho Curador do FGTS, que reformula o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-TRANSPORTE, resolve:

Art. 1º Alterar a redação da alínea "a.1" do subitem 5.3.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 27, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017, Seção 1, páginas 76 a 79, com alterações da Instrução Normativa nº 39, de 06 de novembro de 2017, publicada no DOU em 07 de novembro de 2017, Seção 1, página 64, com retificação publicada no DOU de 08 de novembro de 2017), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"a.1) a soma dos serviços de recapeamento de pavimento está limitada a 20% (vinte por cento) do total do investimento desta modalidade;" (NR)

Art. 2º Revogar a alínea "d" do subitem 6.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 27, de 11 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 4 DE MAIO DE 2018

Altera a Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que regulamenta o processo seletivo simplificado para contratação de operações de crédito para execução de ações de saneamento básico - Mutuários Públicos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e

CONSIDERANDO a necessidade de alterar o cronograma para a primeira fase da seleção de cartas-consulta para contratação em 2018 e 2019 - Processo de Seleção Simplificado - Mutuários Públicos, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Instrução Normativa nº 5, de 26 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27 de março de 2018, Seção 1, páginas 65 a 67, que passa a vigorar conforme o estabelecido no Anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

CRONOGRAMA PARA A PRIMEIRA FASE DA SELEÇÃO DE CARTAS-CONSULTA PARA CONTRATAÇÃO EM 2018 E 2019 - PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO - MUTUÁRIOS

PROCEDIMENTO	PRAZOS	
	INÍCIO	TÉRMINO
Cadastramento da carta-consulta pelo proponente no sistema da SNSA/MCIDADES e anexação da documentação para pré-qualificação institucional e técnica	24/07/2017	25/08/2017
Prazo complementar para envio pelos proponentes de documentação complementar ao MCidades, em meio digital, via serviço postal ou protocolada no MCidades	Até 01/09/2017	
Enquadramento e análise técnica das cartas-consulta pela SNSA/MCIDADES	Até 01/12/2017	
Divulgação on-line das propostas a serem apresentadas aos agentes financeiros	Até 04/12/2017	
Apresentação pelo proponente das documentações técnicas, jurídicas e institucionais junto ao agente financeiro	Até 29/12/2017	
Validação das propostas pelo agente financeiro para proponentes do tipo prestadores de serviços, em formato de empresa pública ou sociedade de economia mista	Até 16/03/2018	
Divulgação do primeiro resultado da seleção	Até 27/03/2018	
Emissão dos termos de habilitação pela SNSA/MCIDADES das propostas relativas ao primeiro resultado da seleção	Até 17/04/2018	
Data limite para contratação da operação para proponentes do tipo prestadores de serviço, em formato de empresa pública ou sociedade de economia mista	Até 17/04/2018	
Validação das propostas pelo agente financeiro para proponentes do tipo Estados, Distrito Federal ou Municípios	Até 06/07/2018	
Divulgação do resultado da seleção para proponentes do tipo Estados, Distrito Federal ou Municípios	Até 23/07/2018	

PORTARIA Nº 295, DE 4 DE MAIO DE 2018

Divulga seleção de proposta do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentada pela Prefeitura de Três Palmeiras (RS), no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, setor público.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, combinado com o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, artigos 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, art. 31, VIII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de janeiro de 1995;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n° 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa e Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n° 28, de 11 de julho de 2017, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 1), apresentada no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE; e

CONSIDERANDO que a proposta cumpriu as etapas de enquadramento prévio e validação pelo agente financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo, a seleção da proposta de operação de crédito apresentada pela Prefeitura Municipal de Três Palmeiras (RS), no âmbito do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

Proponente	Protocolo	Objeto
Prefeitura Municipal de Três Palmeiras/RS	677.2.2809/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de Três Palmeiras/RS

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 79, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.011111/2018-18, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Queimadas no Estado da Bahia, por meio da Superintendência de Trânsito e Rodoviário, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 80, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.011113/2018-15, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Capim Grosso no Estado da Bahia, por meio do Departamento Municipal de Trânsito-DMT, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT. .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 81, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.010945/2018-14, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Miracatu no Estado de São Paulo, por meio do Setor Municipal de trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 82, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.034860/2017-32, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica SETA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 02.750.377/0009-40, situada no Município de Teresina - PI, Rodovia BR 316, KM7, nº 12.680, Santo Antonio, CEP: 64.000-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 813, DE 3 DE MAIO DE 2018

Definição dos procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no inciso IV do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 4º do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no inciso XIII do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 1º do Decreto nº 6.160, de 20 de julho de 2007, o que consta do Processo nº 48500.005988/2017-45, e considerando as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 79/2017, resolve:

Art. 1º Os procedimentos e critérios definidos nesta Resolução aplicam-se às cooperativas de eletrificação rural que não se enquadraram nos critérios de definição das tarifas básicas, conforme previsto nos §§ 6º e 7º do art. 13 da Resolução Normativa nº 205/2005.

Parágrafo único. As definições utilizadas nesta Resolução são aquelas adotadas nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

Art. 2º As tarifas iniciais de aplicação serão fixadas pela ANEEL, com base nos critérios definidos nesta Resolução, e serão aplicadas pela permissionária a partir da data de referência contratual constante da Tabela 1 e observando o cronograma constante da Tabela 4 do Anexo I desta Resolução.

§ 1º A aplicação das tarifas inicias está condicionada à assinatura do Contrato de Permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em até 15 dias antes da data de referência contratual.

§ 2º A ANEEL irá disponibilizar o valor teto de Parcela B em até 60 dias antes da data de referência contratual.

§ 3º A ANEEL irá publicar as tarifas de suprimento no(s) processo(s) tarifário(s) da(s) supridora(s) antecedente à data de referência contratual, estando condicionada sua aplicação à assinatura do contrato de permissão.

§ 4º Excepcionalmente, para as cooperativas com data de referência contratual entre abril e maio, as tarifas iniciais poderão ser aplicadas a partir da assinatura do Contrato de Permissão.

Art. 3º O cálculo da Receita Requerida será feito considerando as premissas a seguir.

§ 1º A Parcela B de referência será definida adotando-se o Submódulo 8.1 do PRORET. A data-base de cálculo da Parcela B será conforme Tabela 2 do Anexo I desta Resolução, devendo ser atualizada pelo IPCA entre a data de referência de preços e o mês anterior à data de referência contratual.

§ 2º O laudo de ativos deverá observar a data-base dos ativos conforme a Tabela 2 do Anexo I desta Resolução e deverá ser entregue em até 90 dias antes da data de referência contratual.

§ 3º Na valoração dos ativos, exclusivamente para Subestações em 69 kV e 138 kV, será utilizado o Banco de Preços de Referência ANEEL, aplicado no segmento de transmissão de energia elétrica e aprovado pela Resolução Homologatória nº 758/2009.

§ 4º A Parcela B final será resultante do pleito da permissionária, conforme Submódulo 8.4 do PRORET, limitado ao teto de Parcela B, calculado como sendo 20% superior à Parcela B de referência.

§ 5º A Parcela A será definida de acordo com o Submódulo 8.2 do PRORET.

§ 6º Os custos regulatórios de compra de energia e de uso dos sistemas de distribuição serão definidos pelas tarifas vigentes, nos montantes estabelecidos pelo Submódulo 8.2 do PRORET, a partir do desconto aplicado no último processo tarifário da principal supridora, sendo os novos descontos, para fins de regularização, definidos conforme a seguir:

a)Caso a tarifa inicial de aplicação do subgrupo B1 - classe residencial resulte superior à tarifa do subgrupo B1 - classe residencial atual da principal supridora, mantém-se os descontos atuais, aplicados no último processo tarifário da supridora;

b)Caso a tarifa inicial de aplicação do subgrupo B1 - classe residencial resulte inferior à tarifa do subgrupo B1 - classe residencial atual da principal supridora, inicia-se a retirada dos descontos, observando-se o impacto máximo de 10% sobre a receita requerida, limitada à tarifa da supridora. Para a retirada dos descontos, comparam-se duas receitas. A primeira será obtida considerando a Parcela B de referência deflacionada pelo IPCA e pelo crescimento do mercado de baixa tensão, e para a construção da Parcela A consideram-se as tarifas de fornecimento do penúltimo processo tarifário da(s) supridora(s); a segunda será obtida considerando a Parcela B de referência deduzida da subvenção e a Parcela A, atualizada conforme Submódulo 8.2, sendo que os descontos percentuais para as tarifas de suprimento serão os calculados no último processo tarifário da(s) supridora(s). A retirada dos descontos deverá se iniciar pelo custo de uso do sistema de distribuição.

§ 7º Para o cálculo da Energia Requerida deverão ser definidas as perdas elétricas regulatórias, obtidas pela soma das perdas técnicas e não técnicas e das perdas na rede básica, conforme os critérios a seguir:

a)Serão reconhecidas as perdas reais, calculadas pela diferença entre o suprimento e fornecimento, até o limite de 13,89%, excluída a perda na Rede Básica. Para fins de estrutura tarifária, será considerado como custo associado às perdas técnicas;

b)Para as permissionárias com perdas reais acima do limite definido no item anterior, as perdas regulatórias corresponderão a 75% das perdas reais e 25% do limite de 13,89%, que vigorarão até a primeira revisão tarifária periódica. Para fins de estrutura tarifária, será considerado como custo associado às perdas técnicas o valor de 13,89% e acima desse valor, associado às perdas não técnicas.

§ 8º Para as permissionárias que acessam a Rede Básica, os custos de transporte serão calculados com base na TUST do ponto de conexão.

§ 9º A subvenção para compensar as cooperativas pela reduzida densidade de carga será calculada para aquelas que possuírem densidade inferior à da supridora, conforme a Tabela 3 do Anexo. Para o cálculo, serão adotados os procedimentos constantes do Submódulo 8.5 do PRORET, observando as datas-bases da Tabela 2 do Anexo I desta Resolução.

Art. 4º As tarifas iniciais de aplicação serão calculadas considerando os procedimentos e critérios definidos no Submódulo 8.3 do PRORET e as premissas a seguir.

§ 1º Para definição da tarifa inicial, o Mercado de Referência considerará o período de 12 (doze) meses imediatamente anterior ao segundo mês anterior à data de referência contratual.

§ 2º As tarifas de referência da TUSD Transporte (Fio A e Fio B) e TUSD Perdas Técnicas, poderão ser propostas pela Cooperativa, sujeita à avaliação e aceitação pela ANEEL. As demais componentes serão definidas conforme Submódulo 8.3 do PRORET.

§ 3º Os postos tarifários serão definidos juntamente com as tarifas iniciais.

Art. 5º A permissionária deverá regularizar a celebração do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e do Contrato de Compra de Energia Regulada - CCER junto às unidades consumidoras do grupo A, quando cabível, obedecendo ao disposto na Resolução Normativa nº 414/2010 e demais regulamentos da ANEEL, em até 180 dias após a celebração do contrato de permissão.

§ 1º As unidades consumidoras dos subgrupos A3a, A4 e AS com demanda contratada inferior a 150 kW poderão ser enquadradas na modalidade tarifária convencional binômia até o primeiro reajuste tarifário após a regularização. As unidades consumidoras com demanda superior ou igual a 150 kW deverão ser enquadradas nas modalidades tarifárias horárias azul ou verde, em até 180 dias após a celebração do contrato de permissão.

§ 2º No ato da regularização, a permissionária deverá notificar os responsáveis pelas unidades consumidoras enquadradas na modalidade convencional binômia sobre a extinção desta modalidade a partir do primeiro reajuste tarifário após a regularização, apresentando as informações elencadas nas alíneas "a" a "e" do inciso IV do § 6º do art. 57 da REN nº 414/2010.

Art. 6º As permissionárias deverão celebrar o Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor e os Contratos de Uso dos Sistemas de Distribuição (CUSD) ou Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação disposta na Resolução Normativa nº 506/2012 e nº 68/2004.

§ 1º Os contratos deverão ser assinados em até 60 dias após a data de assinatura do Contrato de Permissão.

§ 2º Em virtude da regularização, a alteração ou rescisão do CUSD com o agente supridor não implicará nos prazos e penalidades constantes dos Art.º 63 e 70-A da REN 414/2010.

Art. 7º No primeiro ano tarifário, caso a permissionária decida adquirir pelas modalidades constante dos incisos I, II e IV do item 7 do Submódulo 11.1 do PRORET, e esta aquisição implique na redução dos montantes contratados com o(s) atual(is) agente(s) supridor(es), aplicar-se-á as regras constantes do Art. 63-A e 70-A da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010.

Art. 8º Os valores iniciais dos serviços cobráveis, definidos no art. 102 da Resolução Normativa nº 414/2010, serão estabelecidos tomando-se como parâmetro o valor homologado pela ANEEL no último processo tarifário para a principal supridora da permissionária.

Art. 9º Alterar o Submódulo 8.1 do PRORET, substituindo o texto conforme Anexo II desta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

Tabela 1 - Data de Referência Contratual

Cooperativa	Principal Supridora	Data de Reajuste da Supridora	Data de Referência da Cooperativa
CERCI	ENEL RIO	15/mar	29/abr
CERAL ARARUAMA	ENEL RIO	15/mar	29/abr
CEMIRIM	CPFL PAULISTA	08/abr	29/mai
CERFOX	RGE	19/jun	30/jul
CERTHIL	RGE	19/jun	30/jul
ELETRORURAL	COPEL	22/jun	30/jul
CERVAM	ELEKTRO	27/ago	30/set
CEGERO	CELESC	22/ago	30/set

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERSAD	CELESC	22/ago	30/set
CODESAM	CELESC	22/ago	30/set
COOPERZEM	CELESC	22/ago	30/set
COOPERSUL	CEEE	22/nov	22/dez
COOPERNORTE	CEEE	22/nov	22/dez

Tabela 2 - Data de Referência do Laudo de Ativos

Cooperativa	Principal Supridora	Data de Referência para Parcela B	Data de Referência para Subvenção
CERCI	ENEL RIO	31/10/2017	31/10/2017
CERAL ARARUAMA	ENEL RIO	31/10/2017	31/10/2017
CEMIRIM	CPFL PAULISTA	30/11/2017	30/11/2017
CERFOX	RGE	31/01/2018	31/01/2018
CERTHIL	RGE	31/01/2018	31/01/2018
ELETRORURAL	COPEL	31/01/2018	31/12/2015
CERVAM	ELEKTRO	30/03/2018	28/02/2015
CEGERO	CELESC	31/03/2018	28/02/2016
CERSAD	CELESC	31/03/2018	28/02/2016
CODESAM	CELESC	31/03/2018	28/02/2016
COOPERZEM	CELESC	31/03/2018	28/02/2016
COOPERSUL	CEEE	30/06/2018	31/05/2016
COOPERNORTE	CEEE	30/06/2018	31/05/2016

Tabela 3 - Densidade de Carga e Subvenção

Cooperativa	Principal Supridora	Densidade da Cooperativa	Densidade da Principal Supridora
CERCI	ENEL RIO	29,23	183,67
CERAL ARARUANA	ENEL RIO	30,78	183,67
CEMIRIM	CPFL PAULISTA	109,7	243,76
CERFOX	RGE	13,9	108,15
CERTHIL	RGE	17,5	108,15
ELETRORURAL	COPEL	138,0	114,85
CERVAM	ELEKTRO	52,8	148,52
CEGERO	CELESC	218,3	138,92
CERSAD	CELESC	58,77	138,92
CODESAM	CELESC	259,9	138,92
COOPERZEM	CELESC	33,23	138,92
COOPERSUL	CEEE	9,41	141,81
COOPERNORTE	CEEE	23,23	141,81

Tabela 4: Etapas do Processo de Regularização

Evento	Número de dias antes da Data de Referência Contratual (DRC)	Áreas Envolvidas
1. Encaminhamento do laudo de ativos pela cooperativa.	90	SGT/SFF
2. Divulgação do valor de Parcela B teto pela ANEEL	60	SGT
3. Aprovação de Resolução Autorizativa (REA) referente ao enquadramento da cooperativa como permissionária, contendo área de permissão e valor de Parcela B teto.	Entre 60 e 20	SCT
4. Data limite para assinatura do Contrato de Permissão	15	SCT
5. Envio de informações complementares para a definição da tarifa inicial	15	SGT
6. Data de Referência Contratual (Início da aplicação das tarifas iniciais)	0	SGT

ANEXO II

Alterações do Submódulo 8.1 do PRORET
Legenda da Tabela 13 do item 5.4.4:
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE);
INCC: Índice Geral (Índice Nacional de Custo da Construção - FGV);
BMP 28: IPA - Produtos Industriais (Borracha e Material Plástico - FGV);
PMNM 29: IPA - Produtos Industriais (Produtos de Minerais Não Metálicos - FGV);
MB 30: IPA - Produtos Industriais (Metalurgia Básica - FGV);
PDM 31: IPA - Produtos Industriais (Produtos de Metal - FGV);
MEQS 32: IPA - Produtos Industriais (Máquinas e equipamentos - FGV);
ME 34: IPA - Produtos Industriais (Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos - FGV);
FSO: Insumos (Ferro ou Aço Silício - ABINEE);
OIL: Insumos (Óleo Mineral Isolante, AV70 - ABINEE);
AL: Insumos (Alumínio - LME);
CU: Insumos (Cobre - LME).
Banco de Preços Referenciais - Valores por Módulos (ANEXO II)

TFC01	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 34,5/13,8kV	MVA	$y = -86,83*MVA^2+ 40.509,16*MVA - 24.077,25$
TFC02	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 69/34,5kV	MVA	$y = -126,54*MVA^2+ 59.027,63*MVA - 35.084,00$
TFC03	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 69/13,8kV	MVA	$y = -124,05*MVA^2+ 57.870,22*MVA - 34.396,08$
TFC04	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 138/69kV	MVA	$y = -40,43*MVA^2+ 61.709,28*MVA - 41.721,59$
TFC05	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 138/34,5kV	MVA	$y = -39,63*MVA^2+ 60.475,09*MVA - 40.887,16$
TFC06	TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO - 138/13,8kV	MVA	$y = -38,82*MVA^2+ 59.240,90*MVA - 40.052,73$

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 842, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 48500.004943/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.095 de 21 de setembro de 2017, referente à UFV Malhada IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração UFV.RS.RN.037893-3.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 50.890 kW para 36.630 kW, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 843, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 48500.004942/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.096 de 21 de setembro de 2017, referente à UFV Malhada V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração UFV.RS.RN.037894-1.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 47.500 kW para 59.940 kW e a alteração do nome UFV Malhada V para UFV Curralinho II, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 979, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Processos nº 48500.000573/2017-85. Interessado: Ideal Energia Comercializadora Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa, detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 569, de 24 de fevereiro de 2017. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.002, DE 4 DE MAIO DE 2018

Processo: 48500.000895/2018-13. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de abril de 2018 e agentes de geração de energia elétrica que possuem a fixação da TFSEE concatenada com o processo tarifário do agente de distribuição correspondente. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.004, DE 04 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.002010/2015-60, decide, em juízo de reconsideração, conhecer do recurso administrativo interposto pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, com vistas a alterar a data de vigência dos valores de CVU das UTEs Juiz de Fora, Jesus Soares Pereira, Celso Furtado e Fernando Gasparian constantes do Despacho nº 368/2018, para 9 de janeiro de 2018.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 323, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.001992/2018-78, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20383-6.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA MARIA DE SOUZA MESQUITA

AUTORIZAÇÃO Nº 324, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.009327/2017-41, resolve:

Art. 1º Conceder autorização para o concessionário Shell Brasil Petróleo Ltda., CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20070-9.

Art. 2ºA íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA MARIA DE SOUZA MESQUITA

DESPACHO Nº 559, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.010866/2016-42, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0802/2018 da unidade de pesquisa FGV Crescimento & Desenvolvimento, vinculada à Fundação Getúlio Vargas - FGV, CNPJ nº 33.641.663/0001-44.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 560, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003152/2014-16, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 141/2014 da Unidade de Pesquisa Instituto TECGRAF de Desenvolvimento de Software Técnico-Cientifico, vinculada à Instituição Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, CNPJ nº 33.555.921/0001-70.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 561, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003908/2018-51, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0801/2018 da Unidade de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Vibrações e Som em Sistemas Mecânicos - GVIBS, vinculado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR, CNPJ nº 48610.003908/2018-51.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 562, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003308/2018-92, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0800/2018 da Unidade de Pesquisa Centro de Engenharia Nuclear - CEN, vinculada à COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, CNPJ nº 00.402.552/0005-50.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 563, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.009010/2015-43, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 667/2015 da Unidade de Pesquisa CompoLab - Laboratório de Materiais Compósitos e Integridade Estrutural, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 564, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003199/2018-11, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0799/2018 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Veículos Não Tripulados - LVNT, vinculada à Universidade de Sao Paulo - USP, CNPJ nº 63.025.530/0001-04.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 565, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003289/2018-02, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0798/2018 da Unidade de Pesquisa FGV Social - Centro de Políticas Sociais, vinculada à FUNDACAO GETULIO VARGAS - FGV, CNPJ nº 33.641.663/0001-44.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 566, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.014203/2017-88, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0797/2018 da Unidade de Pesquisa Laboratório de Petroquímica (LPQ) vinculada à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, CNPJ nº 24.134.488/0001-08.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 567, DE 4 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.002797/2018-65, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0803/2018 da Unidade de Pesquisa Media Lab, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, CNPJ nº 28.523.215/0001-06.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 558, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/CE0245244	A C FERREIRA DOS SANTOS COMERCIO DE GAS - ME	25.301.114/0001-00	48610.004098/2018-50
GLP/SP0245245	ADINOELTON FIRMINO VERAS	29.815.041/0001-18	48610.004101/2018-35
GLP/GO0245246	ADRIANA KELI LIMA PAIXÃO 74668870234	29.340.003/0001-56	48610.004125/2018-94
GLP/SP0245247	ADRIANO POLITANO VELOSO 16979755854	26.409.807/0001-76	48610.004095/2018-16
GLP/BA0245248	ANDERSON CARNEIRO DE LIMA	29.235.037/0001-80	48610.004090/2018-93
GLP/SP0245249	CLAUDIA SEKINE BARBOSA EIRELI	29.861.287/0001-26	48610.004074/2018-09
GLP/RS0245250	COMERCIAL DE GAS GRAMADO LTDA	27.745.456/0001-37	48610.003685/2018-21
GLP/PB0245251	COMERCIO DE GAS PRIMOS LTDA - ME	28.619.507/0001-47	48610.000219/2018-94
GLP/SP0245252	EVANDRO EDUARDO BORGES 34330050870	29.954.736/0001-80	48610.003771/2018-34
GLP/RS0245253	EVANDRO R.P. WILLERS & CIA LTDA - ME	11.398.198/0001-20	48610.011798/2017-10
GLP/MG0245254	FERNANDA VIEIRA PORTES PEREIRA 08587055674	29.536.873/0001-03	48610.003778/2018-56
GLP/MT0245255	H.N. DE FREITAS DIORIO - ME	28.312.450/0001-39	48610.004089/2018-69
GLP/CE0245256	J. M. CARDOSO ME	29.516.299/0001-13	48610.003772/2018-89
GLP/RN0245257	JOÃO LUCAS DE MORAIS OLIVEIRA 09862204427	27.923.985/0001-83	48610.004152/2018-67
GLP/PR0245258	JOSE MARIA DO CARMO	28.593.640/0001-71	48610.004105/2018-13
GLP/BA0245259	JOSEFAN SANTOS FERREIRA - ME	29.139.736/0001-27	48610.004091/2018-38
GLP/AM0245260	JULIO CESAR AMARO DE SOUZA	23.037.500/0001-01	48610.014284/2017-16
GLP/MG0245261	KALU GAS LTDA	29.960.885/0001-52	48610.004094/2018-71
GLP/SP0245262	KILTER COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	29.803.406/0001-94	48610.003774/2018-78
GLP/MG0245263	LUIZ FERNANDO PINA PINTO 01937372642	29.062.399/0001-17	48610.004102/2018-80
GLP/MG0245264	MARIA ALCIONE MARQUES DE MORAIS 06624810629	29.567.033/0001-08	48610.004100/2018-91
GLP/SP0245265	MARIA CELIA SILVA PETROGAS- ME	27.460.036/0001-04	48610.004096/2018-61
GLP/GO0245266	MARIA DO SOCORRO. FERREIRA - ME	28.700.954/0001-26	48610.004124/2018-40
GLP/MG0245267	MARILENE DA SILVA SOARES DE SA	29.344.845/0001-86	48610.003684/2018-87
GLP/MG0245268	MENDES & LEITE COMERCIO DE GAS LTDA ME	26.342.016/0002-57	48610.004066/2018-54
GLP/MA0245269	NADYANA CHAVES SOUSA	29.845.722/0001-29	48610.004069/2018-98
GLP/MT0245270	OSVALDO DE CAMPOS FERNANDES 68896506115	21.700.880/0001-89	48610.004088/2018-14
GLP/SP0245271	R ARAUJO SILVA COMERCIO DE GAS	29.617.416/0001-35	48610.002260/2018-03
GLP/AM0245272	RANGEL SOUZA FERNANDES	28.283.401/0001-15	48610.004093/2018-27
GLP/MG0245273	RAYANE SOARES GONÇALVES 12744327662	28.508.544/0001-88	48610.004072/2018-10
GLP/PR0245274	RIOGAS COMERCIO DE GAS E CONVENIENCIA LTDA	30.018.431/0001-46	48610.004123/2018-03
GLP/PB0245275	SUELEN KADYGINA CAVALCANTE DA SILVA FREIRE 08884006406	29.449.318/0001-36	48610.004070/2018-12
GLP/GO0245276	SUPERMERCADO LEALLI - EIRELI - EPP	26.888.345/0001-17	48610.000199/2018-51
GLP/BA0245277	TIAGO SOUZA SANTOS NEVES	29.212.088/0001-97	48610.002986/2018-38
GLP/PR0245278	ULISSES RIBEIRO DA SILVA	27.022.704/0001-11	48610.004104/2018-79
GLP/PR0245279	VALDIR VIEGA DE OLIVEIRA	80.333.784/0001-09	48610.003689/2018-18
GLP/MG0245280	WARLEY JUNIOR GONÇALVES	26.312.809/0001-42	48610.004071/2018-67
GLP/MG0245281	WESLEY PATRIC MARQUES DE SOUZA 11984208632	29.592.587/0001-57	48610.004097/2018-13

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 568, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/PE0177057 para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, pertencente ao EDMILSON TOSCANO DE LEMOS, inscrito no CNPJ sob o nº 06.267.697/0001-48, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48611.001092/2016-59.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 9/2018/AM

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.084/2015-LETICIA VIDAL DA SILVA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
880.091/2013-COSIGO FRONTEIRA, PROSPECCAO, PESQUISA E EXTRACAO MINERAL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.066/2015-EDIMILSON UAYAMARE BARBOSA-OF. N°0084/2018
880.096/2015-MG DA AMAZONIA LTDA-OF. N°0082/2018
880.098/2015-MG DA AMAZONIA LTDA-OF. N°0082/2018
880.150/2016-AMAZONAS COMERCIO ATACADISTA DE JOIAS E PARTICIPAÇOES LTDA EPP-OF. N°0081/2018
880.025/2017-RONI DALLARMI-OF. N°0083/2018
880.098/2017-DENY MALHEIROS DE MORAES-OF. N°0085/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
880.545/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.546/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.547/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.548/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.549/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.550/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.551/2008-COWLEY MINERAÇÃO LTDA.
880.385/2011-ARLESON C. RODRIGUES
880.386/2011-ARLESON C. RODRIGUES
880.224/2012-MARCO ANTONIO HORBE
880.280/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
880.281/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
880.282/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
880.045/2005-SUZEL GVP MINERAÇÃO LTDA.
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.969/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1149/2017
880.970/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1150/2017
880.971/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1151/2017
880.972/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1152/2017
880.973/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1153/2017
880.974/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1154/2017
880.976/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1155/2017
880.977/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1156/2017
880.991/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1157/2017
880.992/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1158/2017
880.996/2008-MINERAÇÃO TABOCA S.A. -Alvará N°1159/2017
880.038/2014-TESCON ENGENHARIA LTDA. -Alvará N°8872/2014
880.039/2014-TESCON ENGENHARIA LTDA. -Alvará N°8873/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
880.429/2011-GILBERTO LUIZ DE ROSS - AI N°257/2017
Declara o DECAIMENTO do Alvará de Pesquisa(2044)
880.117/2008-MINERAÇÃO BBX DO BRASIL LTDA.- Alvará N°7126/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
880.006/2015-FORÇA IMOBILIARIA LTDA-OF. N°0035/2018
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
880.048/2013-CONSTRUTORA E MINERAÇÃO MURUÁ S A
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
880.118/2014-C. M. DA GRAÇA & CIA LTDA- Cessionário:S. G. ALVES COMERCIO ME- CNPJ 07.520.157/0001-97- Licenciamento n°08/2017- Vencimento do Licenciamento: 23/01/2018
880.056/2016-OSCAR HENRIQUE LEAL RODRIGUES- Cessionário:L M COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP- CNPJ 27.399.059/00001 - 50- Licenciamento n°006/2016- Vencimento do Licenciamento: 07/11/2022
Homologa renúncia do licenciamento(784)
880.370/2010-L. C MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de licenciamento(783)
880.118/2016-MINASA MINERAÇÃO LTDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
880.097/1990-JS NEVES
880.040/2006-GILBERTO SIMÕES VIEIRA
880.019/2011-DILMA MARTINS PENA
880.141/2014-JOSÉ GILSON SIQUEIRA

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 39/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3107/2018-870.072/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
3108/2018-870.081/2018-M.DE SOUZA GUIMARÃES E CIA LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3109/2018-870.003/2017-JOSEMAR SOARES VIEIRA-
3110/2018-870.895/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
3111/2018-871.142/2017-FLORISVALDO SOUZA DOS SANTOS-
3112/2018-871.165/2017-DJALMA DE JESUS SANTOS-
3113/2018-871.169/2017-MINERAIS GAMARRA-
3114/2018-871.181/2017-WALDEMILSON MORAES DOS SANTOS-
3115/2018-871.266/2017-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-
3116/2018-871.369/2017-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-
3117/2018-871.373/2017-SRM MINERAÇÃO LTDA ME-
3118/2018-871.414/2017-FABRÍCIO ALTOÉ DE PRÁ-
3119/2018-871.460/2017-SETA ENGENHARIA S.A.-
3120/2018-871.616/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
3121/2018-871.645/2017-SETA ENGENHARIA S.A.-
3122/2018-871.653/2017-CATEDRAL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-
3123/2018-871.722/2017-MINERAÇÃO SANTE FÉ LTDA ME-
3124/2018-871.775/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
3125/2018-871.833/2017-J.A.SILVA SANTANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES ME-
3126/2018-871.967/2017-L. W. SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA-
3127/2018-872.171/2017-MINERAÇÃO E PROCESSAMENTO LTDA ME-
3128/2018-870.077/2018-MARCELO CORREIA LANDIM FILHO-
3129/2018-870.082/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
3130/2018-870.118/2018-CBV CONSTRUTORA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3131/2018-871.186/2017-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
3132/2018-871.308/2017-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
3133/2018-871.393/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-
3134/2018-871.394/2017-MARIA EMILIA DE FREITAS PALHARES PRAIS-
3135/2018-871.559/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-
3136/2018-871.642/2017-MIBRAS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
3137/2018-871.643/2017-MIBRAS MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
3138/2018-871.786/2017-UEVERTON BORGES DA SILVA-
3139/2018-871.787/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-
3140/2018-872.211/2017-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
3141/2018-870.184/2018-MINERAÇÃO MONTE SANTO-

KIOMAR OGUINO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2018/AL

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)
844.066/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°1/2018
844.122/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°3/2018
844.123/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°4/2018
844.168/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°5/2018
844.169/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°6/2018
844.170/2011-Mineração Barreto S.A- NOT. N°7/2018

BRUNO FEIJÓ TEIXEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 17/2018/AM

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Agropecuaria Asa Branca LTDA. - 880110/15
Alberto Alcebiades de Almeida Portella Netto - 880356/10
Antonio Jardson Silva de Oliveira - 880068/17
Cooperativa Extrativista Mineral Dos Garimpeiros de Apuí - 880123/08
Elane Saraiva de Souza Bandeira - 880221/13
Força Imobiliaria Ltda - 880197/16
Gean Balieiro de Souza - 880021/16
João Orestes Schneider Santos - 880095/14, 880097/14, 880098/14, 880099/14, 880100/14, 880101/14
Jose Aroudo Rodrigues Bandeira - 880220/13
Lafargi Industria de Cimento da Amazonia Ltda - 880083/14
Mário Carlos Sauer Araújo - 880292/11
mg da Amazonia Ltda - 880195/12
Nilton Domingues de Oliveira - 880035/17
Paulo Roberto Viegas da Costa - 880137/14
Petterson Marques Vidal - 880122/16
t s f Comércio Atacadista de Eletrônicos - 880047/17
Terra & Mar Mineração Ltda Epp - 880509/11

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
868.140/2017-HORII AGROINDUSTRIAL DE MINÉRIOS LTDA- DOU de 28/02/2018
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
868.289/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°119/2016
868.290/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°121/2016
868.291/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°123/2016
868.292/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°125/2016
868.293/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°127/2016
868.294/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°129/2016
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
868.289/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°43/2016
868.290/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°44/2016
868.291/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°45/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

868.292/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°46/2016
868.293/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°47/2016
868.294/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- AI N°48/2016
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)
868.289/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°120/2016
868.290/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°122/2016
868.291/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°124/2016
868.292/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°126/2016
868.293/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°128/2018
868.294/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA- NOT. N°130/2016

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2018/MS

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
868.171/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.172/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.173/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.174/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.175/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.176/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.177/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.178/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.179/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.180/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.181/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.182/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.183/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.184/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.185/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
868.186/2016-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
868.289/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°43/2016
868.290/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°44/2016
868.291/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°45/2016
868.292/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°46/2016
868.293/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°47/2016
868.294/2013-RICARDO AUGUSTO PEREIRA-AI N°48/2016

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/PB

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Jailton Brito de Lima - 846113/12
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846523/11

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2018/PE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 840109/17, 840110/17
Sidney Diniz de Almeida - 841144/11, 840221/12
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 840235/13

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Frevo Brasil Industria de Bebidas LTDA. - 840172/94 - Not.27/2018 - R$ 3.834,88
Genesis Mineracao Indústria e Comercio Ltda - 840141/99 - Not.21/2018 - R$ 2.674,73, 840141/99 - Not.22/2018 - R$ 2.674,73, 840141/99 - Not.23/2018 - R$ 37.974,54, 840141/99 - Not.24/2018 - R$ 3.135,32, 840141/99 - Not.25/2018 - R$ 3.292,71
Hidromineral Alegria Ltda - 840065/99 - Not.28/2018 - R$ 3.834,88
Jose Pianco de Lima-me - 840054/97 - Not.29/2018 - R$ 3.179,09

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2018/RS

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Empresa Mineradora Charrua Ltda Cpf/cnpj :90.362.674/0001-29 - Processo minerário: 1700/41 - Processo de cobrança: 910152/18 Valor: R$.3.667.205,54
Titular: Fonte da Ilha Mineração Ltda Cpf/cnpj :94.240.322/0001-51 - Processo minerário: 810022/90 - Processo de cobrança: 910174/18 Valor: R$.2.788.321,99

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 58/2018/TO

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
864.352/2012-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA- AI N°AI nº 372/2017
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
864.002/2013-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 16/03/2018

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.227/2017-MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA-OF. N°159/2018 - DNPM/TO
864.228/2017-MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA-OF. N°160/2018 - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.529/2011-VULCANO MINERADORA S A-OF. N°341/2018 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
860.187/1988-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA
864.147/2008-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP
864.061/2013-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.063/2016-TATIANNA NUNES MACEDO ARCANJO ME-OF. N°111/2018 - DNPM/TO
864.118/2017-WALTER WATANABE-OF. N°152/2018 - DNPM/TO
864.167/2017-JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA-OF. N°153/2018 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 61/2018/TO

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.303/2016-FAGNER MARTINS DOS SANTOS 03971535119-Licenciamento N°10/2018 - Prazo: INDETERMINADO ano(s)
864.190/2017-A C DE OLIVEIRA CASTRO ME-Licenciamento N°09/2018 - Prazo: INDETERMINADO ano(s)

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.177, DE 4 DE MAIO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 04/04/2018, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 04/04/2018, e na reunião extraordinária realizada em 20/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.115637/2017-36
Proponente: Associação Desportiva de Futsal do Distrito Federal - ADEF/DF
Título: Desenvolvimento de Futsal Feminino nas Categorias de Base
Registro: 02DF141292014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.897.583/0001-00
Cidade: Park Way UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 475.363,78
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4733 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29153-6
Período de Captação até: 31/12/2019

ANEXO II

1 - Processo: 58000.011530/2016-39
Proponente: Instituto Tennis Route
Título: Tennis Route Alto Rendimento 2017
Valor autorizado para captação: R$ 3.227.234,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2795 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 87051-X
Período de Captação até: 31/12/2018

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.005887/2015-08
No Diário Oficial da União nº 249, de 29 de dezembro de 2017, na Seção 1, página 174 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.153/2017, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 785.415,65, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 906.279,03.

Processo Nº 58000.111233/2017-73
No Diário Oficial da União nº 246, de 26 de dezembro de 2017, na Seção 1, página 972 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.150/2017, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 1.618.351,25, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 1.618.339,24.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATO DE OUTORGA Nº 468, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 697ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de abril de 2018, com fundamento no art. 12,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, abastecimento público e esgotamento sanitário.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO DE OUTORGA Nº 469, DE 23 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 697ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de abril de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, esgotamento sanitário.

O inteiro teor do Indeferimento de Pedido de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATOS DE OUTORGAS DE 3 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que o DIRETOR DA ÁREA DE REGULAÇÃO, OSCAR CORDEIRO NETTO, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 470 - CAMACARI RJ PARTICIPACOES S.A, rio Paraguai, Município de LADÁRIO/Mato Grosso do Sul, Termoelétrica.

Nº 471 - JUNDIAHY AGROPECUARIA S.A, rio São Francisco, Município de TELHA/Sergipe, aquicultura.

Nº 472 - PAULO ROBERTO BONATO, Córrego Morais, Município de CRISTALINA/Goiás, irrigação.

Nº 473 - ADARGAMITA MINERACAO E SANEAMENTO EIRELI - EPP, rio Pardo, Município de CAJURU/São Paulo, mineração.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO DE OUTORGA Nº 474, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 698ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.000388/2015-18 (Processo MPA nº 00367.010076/2013-17), resolveu:

Art. 1º Indeferir o pedido de outorga preventiva de uso de recursos hídricos formulado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, CNPJ n° 29.587.146/0001-67, para piscicultura em tanques-rede no Açude Goitá, Município de Paudalho, Estado de Pernambuco, considerando que não há disponibilidade hídrica para diluir as cargas de fósforo geradas pelo empreendimento.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 23 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas - ANA

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas - ANA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 12, inciso III, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão da Agência Nacional de Águas - ANA, na forma dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Resolução ANA nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2017, seção 01, páginas 84-93.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente

NEY MARANHÃO
Diretor

RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE
Diretor

OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO
Diretor

MARCELO CRUZ
Diretor

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DA FINALIDADE
CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO
Seção I - Da Estrutura Organizacional
Seção II - Do Funcionamento da Agência e da Gestão Estratégica
Seção III - Da Vinculação das Superintendências
CAPÍTULO III - DA DIRETORIA COLEGIADA E DOS DIRETORES
Seção I - Da Composição da Diretoria Colegiada
Seção II - Das Reuniões da Diretoria Colegiada
Seção III - Do Processo Decisório
Seção IV - Das Competências da Diretoria Colegiada
CAPÍTULO IV - DAS UNIDADE ORGANIZACIONAIS DE ASSESSORAMENTO DIRETO
Seção I - Das Unidades de Assessoramento Direto
CAPÍTULO V - DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DE SUPORTE À DIRETORIA COLEGIADA
Seção I - Das Unidades de Suporte à Decisão
Seção II - Da Unidade de Suporte à Gestão
Seção III - Das Unidades de Suporte à Representação
CAPÍTULO VI - DAS COMPETÊNCIAS COMUNS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
CAPÍTULO VII - DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
Seção I - Do Processo de Estruturação e Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Seção II - Do Processo de Implementação de Programas e Projetos
Seção III - Do Processo de Planejamento de Recursos Hídricos
Seção IV - Do Processo de Tecnologia da Informação
Seção V - Dos Processos de Regulação de Usos de Recursos Hídricos, Regulação de Segurança de Barragens e Serviços de Adução de Água Bruta
Seção VI - Dos Processos de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos, Fiscalização de Segurança de Barragens e Serviços de Adução de Água Bruta
Seção VII - Do Processo de Monitoramento Hidrológico
Seção VIII - Do Processo de Prevenção e Mitigação de Eventos Críticos
Seção IX - Do Processo de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
CAPÍTULO VIII - DAS ATRIBUIÇÕES
Seção I - Das Atribuições dos Diretores
Seção II - Das Atribuições do Diretor-Presidente
Seção III - Das Atribuições do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente e dos Coordenadores de Gabinete dos Diretores
Seção IV - Das Atribuições do Secretário-Geral
Seção V - Das Atribuições do Procurador-Chefe
Seção VI - Das Atribuições do Auditor-Chefe
Seção VII - Das Atribuições do Corregedor
Seção VIII - Das Atribuições do Gerente-Geral de Estratégia
Seção IX - Das Atribuições do Assessor Internacional
Seção X - Das Atribuições do Assessor de Comunicação Social
Seção XI - Das Atribuições do Assessor de Assuntos Parlamentares
Seção XII - Das Atribuições dos Superintendentes
Seção XIII - Das Atribuições dos Superintendentes Adjuntos
Seção XIV - Das Atribuições dos Coordenadores Gerais
Seção XV - Das Atribuições dos Coordenadores
Seção XVI - Das Atribuições dos Assessores
CAPÍTULO IX - DO CONTRATO DE GESTÃO
CAPÍTULO X - DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Seção I - Das Audiências Públicas

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º A ANA, autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e tem por finalidade implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Parágrafo único. A ANA tem sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar Unidades Administrativas Regionais - UARs, visando ao alcance de seus objetivos institucionais.

Art. 2º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SINGREH, cabendo-lhe as atribuições constantes das Leis nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 10.881, de 9 junho de 2004, e nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e dos Decretos nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, e nº 4.024, de 21 de novembro de 2001.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da Estrutura Organizacional

Art. 3º A ANA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria Colegiada

I.1. Unidades de Suporte à Decisão:

a) Secretaria-Geral - SGE

b) Procuradoria Federal junto à ANA - PF/ANA

c) Auditoria Interna - AUD

d) Corregedoria - COR

I.2. Unidade de Suporte à Gestão:

a) Gerência-Geral de Estratégia - GGES

I.3. Unidades de Suporte à Representação:

a) Assessoria Internacional - ASINT;

b) Assessoria de Comunicação Social - ASCOM; e

c) Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR

II - Superintendências

II.1 Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS

II.2 Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP

II.3 Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR

II.4 Superintendência de Tecnologia da Informação - STI

II.5 Superintendência de Regulação - SRE

II.6 Superintendência de Fiscalização - SFI

II.7 Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH

II.8 Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE

II.9 Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF

III. Unidades de Assessoramento Direto:

a)Gabinete do Diretor-Presidente - GAB;

b)Gabinete dos Diretores - GAB-DIR

Parágrafo único. A Unidade de Assessoramento direto do Diretor-Presidente e de cada Diretor é subordinada ao respectivo Diretor, e as Unidades de Suporte à Decisão, Suporte à Gestão e Suporte à Representação são vinculadas à Diretoria Colegiada.

Seção II

Do Funcionamento da Agência e da Gestão Estratégica

Art. 4º O funcionamento da ANA é apoiado em Processos Organizacionais.

Parágrafo único. Os processos organizacionais são parte integrante da gestão administrativa e base de apoio e de instrução às deliberações da Diretoria Colegiada.

Seção III

Da Vinculação das Superintendências

Art. 5º As Unidades Organizacionais (UORGs) vinculam-se à Diretoria Colegiada e são agrupadas por processos organizacionais nas seguintes áreas:

I. Área de Gestão de Recursos Hídricos - AG:

I.1 Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS;

I.2 Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP.

II. Área de Planejamento - AP:

II.1 Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR;

II.2 Superintendência de Tecnologia da Informação - STI.

III. Área de Regulação - AR:

III.1 Superintendência de Regulação - SRE;

III.2 Superintendência de Fiscalização - SFI.

IV. Área de Hidrologia - AH:

IV.1 Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH;

IV.2 Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE.

V. Área de Administração - AA:

V.1 Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF

§ 1º A AA será supervisionada pelo Diretor-Presidente, e as demais áreas serão definidas pelos diretores por deliberação da Diretoria Colegiada.

§ 2º O agrupamento dos processos organizacionais em áreas tem a finalidade exclusiva de organizar a atuação das UORGs para facilitar o processo decisório da ANA.

§ 3º A ANA contará, ainda, em sua estrutura, com Unidades Administrativas Regionais - UARs, que serão criadas e extintas por ato da Diretoria Colegiada.

§ 4º O ato que criar uma UAR definirá sua localidade, sua área de atuação e fixar-lhe-á a organização, a subordinação e o respectivo quadro de lotação de pessoal.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA COLEGIADA E DOS DIRETORES

Seção I

Da Composição da Diretoria Colegiada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º A Diretoria Colegiada é o órgão máximo da ANA, composta por 5 (cinco) Diretores, dentre os quais 1 (um) será nomeado Diretor-Presidente, nos termos da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Art. 7º Os ex-Diretores da ANA ficam impedidos para o exercício de atividades ou de prestar quaisquer serviços nos setores por ela regulados, por um período de 6 (seis) meses, contado da exoneração ou do término do mandato.

§ 1º Durante o impedimento, os ex-Diretores ficarão vinculados à ANA, fazendo jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.

§ 2º Na hipótese dos ex-Diretores serem servidores públicos, poderão optar pela aplicação do disposto no § 1º ou pelo retorno ao desempenho das funções de seu cargo efetivo ou emprego público, desde que não haja conflito de interesse.

§ 3º Incorrem na prática de crime de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, os ex-Diretores que violarem o impedimento, sem prejuízo das sanções cabíveis, administrativas e civis, conforme previsto no art. 8º, § 4º, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo a ex-Diretores exonerados a pedido, se já tiverem cumprido pelo menos 6 (seis) meses de mandato.

§ 5º Incluem-se no período a que se refere o caput eventuais períodos de férias não gozadas.

Seção II

Das Reuniões da Diretoria Colegiada

Art. 8º A Diretoria Colegiada se reunirá com a presença de, pelo menos, 3 (três) Diretores, dentre eles o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, e do Procurador-Chefe, este sem direito a voto.

§ 1º A Diretoria Colegiada reunir-se-á ordinariamente de acordo com calendário por ela estabelecido e, extraordinariamente, mediante convocação formal do Diretor-Presidente ou de pelo menos três outros Diretores, contendo a pauta e os assuntos a serem tratados.

§ 2º Os diretores poderão apresentar matéria não prevista na pauta, mediante apresentação do respectivo voto e justificativa aprovada pela maioria do Colegiado, para deliberação.

Art. 9º O calendário das reuniões ordinárias da Diretoria Colegiada, bem como as alterações que sobrevierem, indicará a data e o horário de cada reunião e permanecerá disponível no sítio eletrônico da ANA, sem prejuízo da eventual utilização de outros meios que favoreçam sua ampla divulgação, quando assim entender pertinente a Diretoria Colegiada.

Art. 10. As reuniões da Diretoria Colegiada serão presididas pelo Diretor-Presidente e, em suas ausências ou impedimentos eventuais, por substituto designado por ele entre os Diretores.

Art. 11. As reuniões da Diretoria Colegiada devem se realizar preferencialmente na sede da ANA, salvo deliberação em contrário, cientificando-se aos interessados se outro for o local de realização.

Parágrafo único. O Diretor que se encontrar fora da sede da ANA poderá participar de reunião da Diretoria Colegiada por meio de teleconferência, devendo ser comunicada previamente a sua ausência à Secretaria-Geral - SGE para as providências necessárias.

Art. 12. As pautas das reuniões serão aprovadas pelo Diretor-Presidente e divulgadas pela Secretaria-Geral no sítio eletrônico da ANA com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da respectiva reunião.

Art. 13. As reuniões da Diretoria Colegiada serão registradas pela Secretaria-Geral em atas, as quais deverão ser apreciadas e aprovadas, com ou sem emendas, na 1ª (primeira) reunião subsequente.

Parágrafo único. Na ata, constará o resultado do exame de cada assunto, com a indicação do resultado da votação, facultado a qualquer Diretor apresentar declaração de voto por escrito.

Seção III

Do Processo Decisório

Art. 14. Os Diretores deliberarão, de forma colegiada, por maioria simples de votos.

Parágrafo único. As alterações a este Regimento Interno serão aprovadas com a presença de todos os Diretores e por maioria absoluta dos votos.

Art. 15. O Diretor-Presidente, sem prejuízo da atribuição a que se refere o art. 112, inciso V, deste Regimento Interno, participará das deliberações com direito de voto igual ao dos Diretores.

Art. 16. O Diretor que se julgar impedido de exercer o voto deverá declarar seu impedimento e as razões de seu ato, ficando o quórum correspondente reduzido para efeito do cálculo de apuração da maioria de votos.

Art. 17. O Diretor-Presidente atribuirá a um Diretor a incumbência de relatar matéria sob apreciação, devendo este ser o primeiro a votar.

Parágrafo único. Nos eventuais impedimentos do relator, é a ele facultado encaminhar, previamente e por escrito, o relatório e o voto ao Diretor-Presidente.

Art. 18. O Diretor relator poderá solicitar a retirada de matéria da pauta, cabendo à Diretoria Colegiada decidir a respeito.

Art. 19. Qualquer Diretor terá direito a pedido de vista de matéria incluída na pauta.

Parágrafo único. Concedida a vista, a matéria deverá ser incluída na pauta da reunião ordinária subsequente, podendo o mesmo Diretor, justificadamente, requerer, por uma vez, prorrogação do prazo.

Art. 20. As matérias aprovadas ad referendum pelo Diretor-Presidente ou seu substituto legal, nos termos do art. 112, inciso IV, constarão da pauta da reunião subsequente e serão deliberadas com prioridade pela Diretoria Colegiada.

Seção IV

Das Competências da Diretoria Colegiada

Art. 21. À Diretoria Colegiada compete analisar, discutir, decidir e aprovar, em instância única ou final, as matérias de competência da ANA e, em especial:

I - cumprir e fazer cumprir as normas relativas ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH;

II - propor políticas, diretrizes e ações governamentais destinadas a permitir à ANA o cumprimento de seus objetivos;

III - examinar e decidir sobre os pedidos de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União;

IV - examinar e decidir sobre os pedidos de reserva de disponibilidade hídrica em corpos de água de domínio da União;

V - examinar e decidir sobre os pedidos de emissão dos Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOHs;

VI - solucionar, administrativamente, os conflitos referentes aos usos de recursos hídricos de domínio da União, ouvidos os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, se houver;

VII - declarar corpos de água em regime de racionamento preventivo, de acordo com critérios definidos em decreto da Presidência da República;

VIII - aprovar a definição das condições de operação de reservatórios, na forma do art. 4º, inciso XII e § 3º, da Lei nº 9.984, de 2000;

IX - encaminhar ao Poder Executivo proposta de descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infraestrutura componente do Sistema Interligado Nacional - SIN, gerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e dos aproveitamentos hidrelétricos que não operem interligados;

X - aprovar normas visando ao disciplinamento da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta que envolverem recursos hídricos de domínio da União, inclusive mediante a fixação de padrões de eficiência e das tarifas para prestação do respectivo serviço;

XI - aprovar normas relacionadas à segurança de barragens sob jurisdição da ANA e encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH;

XII - aprovar normas relacionadas à regulação do uso dos recursos hídricos;

XIII - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de componentes da Diretoria Colegiada;

XIV - aplicar preços unitários pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, em conformidade com resolução do CNRH para a correspondente bacia hidrográfica;

XV - editar normas sobre matérias de competência da ANA;

XVI - delegar a execução de ações específicas de competência da ANA, observada a legislação pertinente;

XVII - exercer a administração da ANA;

XVIII - aprovar o regimento interno da ANA e a organização, estrutura e o âmbito decisório de cada Diretor;

XIX - aprovar o planejamento estratégico da ANA;

XX - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades da ANA;

XXI - decidir pela venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da ANA;

XXII - aprovar a celebração de contratos, convênios e acordos em que a ANA intervenha ou seja parte, dispensados os aditamentos que não envolvam recursos financeiros adicionais e contratações com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

XXIII - autorizar o afastamento do país de seus servidores para desempenho de atividades técnicas e de representação, bem como de desenvolvimento e capacitação;

XXIV - encaminhar os demonstrativos contábeis da ANA aos órgãos competentes;

XXV - julgar, em última instância, os recursos administrativos no âmbito da ANA;

XXVI - promover concursos, nacionais ou regionais, inclusive mediante a atribuição de premiação, relacionados ao uso de recursos hídricos ou à própria ANA;

XXVII - submeter a proposta de orçamento da ANA ao órgão competente da Administração Federal, por intermédio do MMA;

XXVIII - aprovar alterações dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e dos Cargos Comissionados Técnicos;

XXIX - aprovar políticas administrativas internas de recursos humanos, inclusive capacitação profissional e avaliação de desempenho;

XXX - dispor, complementarmente a este Regimento Interno, sobre a estruturação, vinculação hierárquica, extinção, criação, finalidades estratégicas, competências e denominações das UORGs;

XXXI - aprovar os Protocolos de Compromisso decorrentes da fiscalização de usos;

XXXII - aprovar a criação e a instalação de UAR; e

XXXIII - promover a indicação dos representantes da ANA nos órgãos colegiados.

§ 1º A Diretoria Colegiada indicará o Corregedor da ANA, que será nomeado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO IV

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DE ASSESSORAMENTO DIRETO

Seção

Das Unidades de Assessoramento Direto

Art. 22. Ao Gabinete do Diretor-Presidente compete:

I - prestar assistência direta ao Diretor-Presidente na supervisão e na coordenação das atividades da ANA;

II - prestar assistência ao Diretor-Presidente em sua representação política, social e administrativa;

III - transmitir aos titulares das UORGs instruções, orientações e recomendações emanadas do Diretor-Presidente;

IV - orientar e controlar as atividades afetas ao Gabinete, notadamente as relativas a assuntos administrativos;

V - supervisionar e acompanhar as atividades das unidades envolvidas com relacionamentos institucionais;

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente; e

VII - exercer a coordenação das atividades de patrocínio.

§ 1º O Gabinete do Diretor-Presidente será dirigido pelo Chefe de Gabinete.

§ 2º: Ao Gabinete estão subordinadas a Coordenação de Apoio e Administração - COAAD e a Coordenação de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - COSUS.

Art. 23. À Coordenação de Apoio e Administração - COAAD compete:

I - assistir diretamente o Chefe de Gabinete no preparo de sua pauta de despachos;

II - coordenar, orientar e supervisionar o registro, a tramitação e a guarda de documentos oficiais submetidos ao GAB;

III - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais a serem subscritos pelo Chefe de Gabinete e pelo Diretor-Presidente;

IV - orientar e acompanhar a publicação no Diário Oficial da União de atos subscritos pelo Diretor-Presidente e pelas demais autoridades da Agência;

V - coordenar e supervisionar a execução das atividades de apoio administrativo e gestão de pessoal do GAB;

VI - coordenar e supervisionar a execução das atividades de protocolo, arquivo e patrimônio do GAB;

VII - coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do GAB;

VIII - planejar, promover e intensificar programas de desenvolvimento de pessoal, no âmbito do Gabinete, em articulação com a COSUS; e

IX - adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos ao GAB.

Art. 24. À Coordenação de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - COSUS compete:

I - planejar, coordenar e avaliar as ações relativas às práticas sustentáveis no âmbito da ANA em articulação com outros órgãos do Governo Federal;

II - propor e coordenar, em articulação com as demais UORGs, ações voltadas ao uso racional de recursos naturais no âmbito da ANA;

III - coordenar, monitorar e divulgar a implementação e a execução de ações de boas práticas de sustentabilidade ambiental, socioeconômicas e de qualidade de vida no trabalho;

IV - elaborar diagnósticos, balanços e emitir relatórios sobre as boas práticas de sustentabilidade, no âmbito da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, Coleta Seletiva Solidária, Projeto Esplanada Sustentável - PES e Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS e, em especial, subsidiar o Relatório de Gestão da ANA com as informações necessárias sobre a Gestão Ambiental; e

V - desempenhar outras atividades atribuídas pelo Gabinete do Diretor-Presidente.

Art. 25. Ao Gabinete de cada Diretor - GAB-DIR compete:

I - prestar assistência direta ao Diretor na supervisão e na coordenação das atividades da área na ANA;

II - prestar assistência ao Diretor em sua representação política, social e administrativa;

III - transmitir, aos titulares das UORGs da Área, instruções, orientações e recomendações emanadas do Diretor;

IV - orientar e controlar as atividades afetas ao Gabinete, notadamente as relativas a assuntos administrativos;

V - supervisionar e acompanhar as atividades das unidades vinculadas com relacionamentos institucionais; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Parágrafo único. O Gabinete de cada Diretor será dirigido pelo Coordenador de Gabinete.

CAPÍTULO V

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DE SUPORTE À DIRETORIA COLEGIADA

Seção I

Das Unidades de Suporte à Decisão

Art. 26. À Secretaria Geral - SGE compete:

I - coordenar o assessoramento técnico e administrativo a ser prestado à Diretoria Colegiada pelas UORGs;

II - organizar as pautas e atas das reuniões da Diretoria Colegiada, expedindo as convocações, notificações e comunicados necessários;

III - receber, analisar e processar o despacho de atos e as correspondências da Diretoria Colegiada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - apoiar a elaboração do Relatório de Gestão e o processo de Prestação de Contas Anual da ANA ao Tribunal de Contas da União - TCU, observadas as normas vigentes;

V - apoiar administrativamente os conselheiros representantes da ANA no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH;

VI - providenciar a publicação dos atos administrativos que requererem tal providência;

VII - organizar as pautas das audiências públicas, expedindo as convocações, notificações e comunicados necessários;

VIII - secretariar o Comitê de Editoração da ANA, conforme competências estabelecidas em normativo específico;

IX - providenciar a emissão de passaportes oficiais junto ao Ministério das Relações Exteriores - MRE; e

X - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

Art. 27. À SGE está subordinada a Coordenação da Secretaria Executiva do Comitê de Editoração - COSEC.

Art. 28. À Coordenação da Secretaria Executiva do Comitê de Editoração - COSEC compete:

I - prestar informações e esclarecimentos referentes às atividades do Comitê;

II - solicitar às UORGs, no final de cada exercício, as propostas de publicação a serem elaboradas no exercício seguinte, para subsidiar a programação anual subsequente;

III - organizar a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias e encaminhar aos membros do Comitê o Ato de Convocação, contendo a pauta e a relação consolidada das propostas apresentadas e os originais que serão submetidos ao Comitê para avaliação de conteúdo;

IV - registrar as deliberações do Comitê e lavrar a ata das reuniões, a qual deverá ser assinada pelos membros do Comitê presentes, assim como promover as medidas destinadas ao cumprimento das decisões tomadas;

V - preparar a relação das propostas de publicação para o exercício seguinte, priorizadas pelo Comitê em sua última reunião ordinária, divulgando a relação aos diretores e às UORGs;

VI - solicitar a contratação de consultores por recomendação do Comitê;

VII - adotar medidas para que as publicações da ANA a serem editadas recebam o Número Internacional Padronizado - ISBN, na forma e nas hipóteses previstas na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 e o International Standard Serial Number (ISSN), quando for o caso;

VIII - encaminhar à Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF os arquivos digitais dos originais aprovados pelo Comitê, para abertura de processo licitatório com vista à produção editorial e gráfica e os arquivos respectivos para impressão da obra; e

IX - acompanhar, juntamente com a SAF e as UORGs proponentes, a editoração, a arte final e a impressão da obra, zelando pelo fiel cumprimento do disposto no Manual de Padronização das Publicações da ANA, e, no que couber, nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 29. À Procuradoria Federal junto à ANA - PF/ANA, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF, nos termos da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, vinculada à Advocacia-Geral da União - AGU e à Diretoria Colegiada, compete exercer os encargos de natureza jurídica da ANA, bem como representá-la em juízo, ativa e passivamente, ou fora dele, e especificamente:

I - assessorar juridicamente a Diretoria Colegiada;

II - representar judicialmente a ANA com todas as prerrogativas processuais de Fazenda Pública, inclusive desistindo, transigindo e firmando compromisso nas ações de interesse da ANA, desde que autorizada pela Diretoria Colegiada;

III - representar judicialmente e extrajudicialmente os Diretores, inclusive após a cessação do respectivo exercício, com referência a atos praticados em decorrência de suas atribuições legais ou institucionais, adotando, quando necessário, medidas judiciais cabíveis, em nome e em defesa dos representados, salvo em relação a procedimento administrativo ou judicial de iniciativa da própria ANA;

IV - apurar a liquidez e certeza de créditos de qualquer natureza inerentes às atividades da ANA, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;

V - promover as representações de iniciativa da ANA junto ao Ministério Público e a propositura de ação civil pública;

VI - executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e, especialmente:

a) analisar previamente os atos normativos a serem editados pela ANA;

b) examinar, previamente, a legalidade dos contratos, acordos, ajustes ou convênios que interessem à ANA e, quando for o caso, sugerir a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial;

c) examinar, previamente, minutas de editais de licitação, os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, os procedimentos licitatórios encaminhados à homologação do Diretor-Presidente, bem como os editais para realização de concursos públicos ou processos seletivos;

d) receber intimações e notificações judiciais dirigidas à ANA; e

e) acompanhar ações judiciais de interesse da ANA;

VII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

§ 1º O parecer da PF/ANA, aprovado pela Diretoria Colegiada ou pelo Diretor-Presidente, este no âmbito de suas atribuições, vincula todas as UORGs.

§ 2º A revisão interna de parecer da PF/ANA será formalmente solicitada à própria Procuradoria, à exceção da hipótese referida no parágrafo anterior, quando a solicitação será encaminhada à Diretoria Colegiada ou ao Diretor-Presidente, conforme o caso, que, admitindo-a, encaminhará a matéria ao conhecimento da PF/ANA para análise e manifestação.

§ 3º As iniciativas e os pronunciamentos jurídicos da PF/ANA, em razão de quaisquer das atribuições que lhe são cometidas por este Regimento Interno ou pela legislação em geral, sujeitam-se exclusivamente à fiscalização, à correição, à sindicância e ao processo administrativo disciplinar por parte da PGF e da Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União - CGAU, na forma da Lei nº 10.480, de 2002, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 30. À PF/ANA estão subordinadas a Coordenação de Apoio Administrativo da PF - COAAP, Coordenação de Apoio a Estudos de Atos Normativos - COEAN, a Coordenação de Matéria Administrativa - COMAD, Coordenação de Estudos e Pareceres - COEPA e a Coordenação de Suporte e Apoio a Dívida Ativa - COSDA.

Art. 31. À Coordenação de Apoio Administrativo da PF - COAAP, compete:

I.auxiliar o Procurador-Chefe no planejamento e execução das atividades relacionadas ao plano de gestão e estruturação da unidade, bem como a sua implementação;

II. organizar e apoiar os fluxos de trabalho transmitindo e supervisionando o registro, a tramitação de toda documentação e manifestação oriunda da Procuradoria;

III. coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais submetidos ao Procurador-Chefe;

IV. promover a articulação e integração dos sistemas de informações de processos eletrônicos da ANA e registro dos documentos e manifestações jurídicas, inclusive no sistema próprio da AGU; e

V. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe.

Art. 32. À Coordenação de Apoio a Estudos de Atos Normativos - COEAN, compete:

I. assessorar o Procurador-Chefe na pesquisa e no levantamento dos conteúdos dos atos normativos vigentes;

II. intermediar, junto às unidades organizacionais da ANA ou organizações públicas ou privadas, a obtenção de estudos, dados e informações de natureza técnica, regulatória e econômica necessários ao exercício das atribuições da PF-ANA;

III. atender a quaisquer outros encargos pertinentes.

Art. 33. Coordenação de Matéria Administrativa - COMAD,

I. executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

II. assistir juridicamente às UORGS da ANA no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados, inclusive examinando previamente os textos de atos normativos, os editais de licitação, contratos, convênios e outros atos dela decorrentes, bem assim os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

III. apreciar e, após análise, encaminhar as minutas de manifestações jurídicas realizadas pelos Procuradores-Federais ao Procurador-Chefe, submetendo à sua aprovação;

IV. desempenhar atividades de assessoramento direto ao Procurador-Chefe;

V. coordenar as atividades dos Procuradores Federais a eles vinculados, cabendo-lhes a revisão das manifestações jurídicas a serem propostas ao Procurador-Chefe;

VI. promover a integração e uniformização de conhecimento entre as manifestações jurídicas elaboradas;

VII. preparar as informações, em conjunto Unidades Organizacionais da ANA, visando a obtenção dos subsídios e informações necessários relativamente aos serviços de representação e defesa judicial da Agência, inclusive no que se refere ao encaminhamento de informações aos órgãos do Ministério Público;

VIII. prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídicos referentes às atividades administrativas de suporte aos órgãos da ANA entre as quais a gestão do orçamento, das finanças, da arrecadação, da tecnologia da informação, dos recursos humanos, dos recursos materiais, assim como sobre os procedimentos administrativos disciplinares e procedimentos de auditoria interna e controle externo; e

IX. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe.

Art. 34. Coordenação de Estudos e Pareceres - COEPA

I. executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

II. assistir juridicamente às UORGS da ANA no controle interno da legalidade dos atos a serem praticados, inclusive examinando previamente os textos de atos normativos;

III. apreciar e, após análise, encaminhar as minutas de manifestações jurídicas realizadas pelos Procuradores-Federais ao Procurador-Chefe submetendo à sua aprovação;

IV. desempenhar atividades de assessoramento direto ao Procurador-Chefe;

V. coordenar as atividades dos Procuradores Federais a eles vinculados, cabendo-lhes a revisão das manifestações jurídicas a serem propostas ao Procurador-Chefe;

VI. promover a integração e uniformização de conhecimento entre as manifestações jurídicas elaboradas;

VII. assistir ao Procurador-Geral no exercício de suas atribuições, fornecendo elementos de fato e de direito e outros necessários à sua função institucional;

VIII. analisar previamente os aspectos jurídico-legais dos textos de normas e regulamentos voltados à atividade-fim; e

IX. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe.

Art. 35. Coordenação de Suporte e Apoio a Dívida Ativa - COSDA

I. auxiliar o Procurador-Geral, mediante coordenação de atividades, com o oferecimento do suporte operacional no procedimento de constituição dos créditos;

II. coordenar e executar, em apoio ao Procurador-Chefe, a tramitação de processos administrativos referentes a créditos, de qualquer natureza, de titularidade da ANA entre a Autarquia e as Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados para fins de apuração de liquidez e certeza, inscrição em dívida ativa e cobrança amigável e/ou judicial por essas unidades da Procuradoria-Geral Federal;

III. estudar e propor diretrizes em auxilio ao Procurador-Chefe acerca das medidas para racionalização das tarefas administrativas pertinentes à representação e defesa judicial da ANA, com vistas à organização e métodos de trabalho e à padronização de registros, modelos e formulários;

IV. promover a articulação e integração dos sistemas de arrecadação/cobrança e cadastro com o objetivo de possibilitar a migração da Dívida Ativa da ANA para a cobrança única por meios dos órgãos de execução da PGF e o módulo de processo eletrônico específico da AGU;

V. analisar e emitir relatórios, ao final de cada exercício, acerca da situação geral da Dívida Ativa da ANA, inscrita e pendente de cobrança;

VI. auxiliar o Procurador-Chefe na gestão estratégica por meio do contínuo e permanente monitoramento das demandas judicias e extrajudiciais e do resultado da atuação;

VII. auxiliar o Procurador-Chefe na gestão administrativa da dívida ativa;

VIII. emitir e coordenar a elaboração do Relatório dos créditos da Agência Nacional de Águas na prestação de contas ao Presidente da República encaminhado a CGCOB-PGF contendo os valores de créditos em estoque na Dívida Ativa em articulação com a Coordenação de Arrecadação e Cobrança - SAF/COGEF/COARC; e

IX. atender a quaisquer outros encargos pertinentes;

Art. 36. À Auditoria Interna - AUD, sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, compete:

I - acompanhar e avaliar a execução dos programas de governo vinculados à ANA, quanto ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, e adequação do gerenciamento empreendido;

II - assessorar a Diretoria Colegiada, os titulares das UORGs e os Coordenadores responsáveis por programas e ações desenvolvidos pela ANA, bem como as unidades auditadas, por meio de prestação de serviços de consultoria e avaliação de processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos;

III - verificar a execução orçamentária quanto à conformidade, aos limites e às destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV - avaliar, de forma amostral, a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas, bem como a dos sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

V - exercer a interface institucional, acompanhando e apoiando os órgãos de controle interno e externo da União, no exercício de sua missão institucional, nas ações junto à ANA ou de seu interesse;

VI - examinar a prestação de contas anual da ANA e das entidades delegatárias, bem como as tomadas de contas especiais e sobre elas emitir parecer prévio;

VII - elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, conforme as normas elaboradas pela CGU;

VIII - elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT, conforme as normas elaboradas pela CGU; e

IX - definir as políticas e diretrizes da AUD, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna.

§ 1º - A unidade de Auditoria Interna poderá solicitar apoio de servidores efetivos de outras unidades organizacionais da ANA que detenham conhecimento técnico para apoiar trabalhos específicos da auditoria interna.

§ 2º O Auditor-Chefe terá livre acesso, no exercício de suas atribuições institucionais, a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas competências.

Art. 37. À AUD estão subordinadas a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias - COPAC e a Coordenação de Auditorias - COAUD.

Art. 38. À Coordenação de Planejamento e Acompanhamento de Auditorias - COPAC compete:

I - acompanhar a implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna e pela CGU;

II - monitorar o atendimento às recomendações e determinações do TCU;

III - elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, considerando a avaliação de riscos para fins de planejamento e seleção dos trabalhos, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - manter a AUD atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

V - manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos; e

VI - elaborar o Planejamento Estratégico da AUD, aderente ao da ANA, e acompanhar sua execução.

Art. 39. À Coordenação de Auditorias - COAUD compete:

I - realizar, consoante o PAINT e de acordo com as técnicas estabelecidas no Manual de Auditoria Interna:

a) auditorias de avaliação e acompanhamento da gestão nos diversos processos e ações executadas na ANA;

b) auditorias de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da ANA com a finalidade de avaliar a gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade; e

c) avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Art. 40. À Corregedoria - COR, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da CGU, compete:

I - fiscalizar a legalidade das atividades funcionais dos servidores, dos órgãos e das UORGs;

II - apreciar as representações que lhe forem encaminhadas sobre a atuação dos servidores, emitir parecer sobre o desempenho dos mesmos e opinar fundamentadamente quanto à sua confirmação no cargo ou sua exoneração;

III - realizar correição nos órgãos e unidades, sugerindo as medidas necessárias à racionalização e eficácia dos serviços;

IV - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VII - exercer as atividades de Ouvidoria da ANA;

VIII - exercer as atividades relativas à Lei de Acesso à Informação, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria Colegiada.

Art. 41. À COR está subordinada a Coordenação de Correição e Investigação Funcional - COCIF, a qual compete:

I - coordenar a execução de correições:

a) ordinárias, visando à racionalização e eficácia dos serviços executados no âmbito da Agência; e

b) extraordinárias, visando à identificação da regularidade dos serviços prestados, diante de situação que imponha o poder-dever de controle dos atos praticados.

II - submeter ao Corregedor os relatórios de correições;

III - promover diligências relativas à atividade correicional;

IV - propor ao Corregedor políticas, diretrizes e planejamento das atividades de correição, bem como indicadores e metas de correição;

V - acessar e extrair, no interesse das atividades de correicão e de investigação funcional, registros, dados e informações, processados ou não, contidos em sistemas físicos ou informatizados sob gestão da ANA;

VI - elaborar pareceres, relatórios, informações, pesquisas, estudos e outros trabalhos técnicos relativos às atividades de correição e de investigação funcional;

VII - conduzir as investigações preliminares no âmbito da ANA, bem como processos disciplinares e sindicâncias, ou prestar às respectivas comissões de apuração as orientações e apoio necessários;

VIII - adotar as providências necessárias à instauração dos processos de investigação, bem como à prorrogação e recondução de comissões, designação de peritos e defensores dativos, substituição de membros das comissões e praticar os demais atos necessários à condução dos processos;

IX - elaborar informações a fim de subsidiar a defesa da ANA e da União em Juízo, nas ações relacionadas aos processos de investigação funcional instaurados no âmbito da Agência;

X - acompanhar o andamento de ações judiciais relacionadas aos processos de investigação funcional instaurados no âmbito da ANA;

XI - prestar assessoramento ao Corregedor na análise de processos, coleta de dados e tratamento de informações, assim como oferecer subsídios para a tomada de decisões nos casos relacionados a correições e investigação funcional;

XII - promover os registros necessários no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

XIII - propor ao Corregedor a edição de atos normativos atinentes às atividades de correição e de investigação funcional;

XIV - submeter ao Corregedor o parecer sobre o desempenho dos servidores da ANA para fins de confirmação no cargo e aquisição de estabilidade; e

XV - desempenhar outras atividades determinadas pelo Corregedor.

Seção II

Da Unidade de Suporte à Gestão

Art. 42. À Gerência-Geral de Estratégia - GGES compete:

I - articular a atuação integrada das UORGs nos processos, programas, projetos e ações;

II - planejar, coordenar e avaliar as ações relativas aos processos de planejamento e gestão da Agência, em articulação com as UORGs;

III - elaborar, em articulação com as UORGs, propostas de ação institucional que permitam um papel proativo da ANA junto aos órgãos de Governo, no cumprimento de suas atribuições;

IV - coordenar o processo de planejamento estratégico da ANA, em articulação com as UORGs;

V - apoiar as unidades organizacionais da ANA na implementação de metodologias e instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações;

VI - estabelecer metodologias de captação e sistematização de informações estratégicas e instrumentos para a avaliação dos resultados da ANA;

VII - identificar oportunidades e convergências entre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e as políticas públicas, buscando fortalecer os processos de integração internos e externos;

VIII - articular, no âmbito interno à ANA, alternativas de aperfeiçoamento institucional e de pessoal que resultem na contínua modernização de visão e de processos, bem como integração de políticas com outros entes do SINGREH; e

IX - apoiar e propor iniciativas que promovam a integração e a coesão horizontal entre as UORGs.

Parágrafo único. À GGES estão subordinadas a Coordenação de Planejamento Institucional - CPLIN e a Coordenação de Modernização da Gestão - CMGES.

Art. 43. À Coordenação de Planejamento Institucional - CPLIN compete:

I - coordenar o Planejamento Estratégico da ANA, compreendendo a sua formulação, revisão, implementação e monitoramento;

II - coordenar a atuação da ANA relativa ao Plano Plurianual, compreendendo a sua proposição, acompanhamento e revisão;

III - subsidiar a articulação interinstitucional da ANA;

IV - elaborar a Proposta Orçamentária Anual, em articulação com as UORGs;

V - coordenar a gestão do Plano Gerencial Interno - PGI, contemplando a formulação da proposta, a revisão, o acompanhamento e a avaliação do desempenho físico-orçamentário;

VI - acompanhar e aprimorar o Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA - SISPLANA; e

VII - planejar e realizar eventos de integração da atuação das UORGs relativas ao Planejamento Estratégico da ANA.

Parágrafo único. À CPLIN está vinculada a Divisão de Planejamento Orçamentário - DIPLO, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 44. À Coordenação de Modernização da Gestão - CMGES compete:

I - coordenar o mapeamento, registro, atualização, avaliação e manualização dos processos organizacionais da ANA, bem como dos normativos afetos, em parceria com as UORGs responsáveis;

II - coordenar o processo de avaliação e proposição de modificações na estrutura organizacional da ANA, bem como acompanhamento, revisão e atualização do Regimento Interno da ANA;

III - elaborar o Relatório de Gestão da ANA, integrante da Prestação de Contas ao TCU, em articulação com as UORGs;

IV - coordenar a Avaliação de Desempenho Institucional, integrante do processo de gratificação dos servidores efetivos;

V - formular, implementar e aprimorar metodologia de indicadores de Avaliação do Desempenho da Gestão e da Matriz de Risco, em conformidade com as orientações do TCU;

VI - atualizar a Carta de Serviços ao Cidadão; e

VII - monitorar os instrumentos de parceria formalizados pela ANA.

Seção III

Das Unidades de Suporte à Representação

Art. 45. À Assessoria Internacional - ASINT compete:

I - apoiar a ANA em suas relações com organizações, organismos e fóruns internacionais relacionados ao tema água;

II - apoiar as atividades de representação do Brasil junto a organismos internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE e outros órgãos e entidades envolvidas, em questões relativas a recursos hídricos;

III - apoiar a participação da ANA nas atividades de cooperação técnica internacional, de acordo com suas prioridades e em articulação com o MRE;

IV - propor e coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a implementação da agenda internacional, composta de programas, projetos e atividades de interesse da Agência; e

V - assistir à Diretoria Colegiada e as UORGs em sua participação em programas, processos, missões e foros internacionais de interesse para a gestão de recursos hídricos.

Parágrafo único. À ASINT está subordinada a Coordenação de Cooperação Internacional - COINT.

Art. 46. À Coordenação de Cooperação Internacional - COINT compete:

I - elaborar o planejamento e acompanhar a negociação e implementação das ações de cooperação técnica internacional da ANA;

II - apoiar na elaboração da programação financeira dos projetos internacionais da ANA;

III - apoiar as atividades de relação da ANA com organismos internacionais bilaterais e multilaterais, assim como a participação em eventos internacionais; e

IV - exercer a gerência técnica dos projetos de cooperação internacional e apoiar as tratativas de relacionamento internacional da ANA.

Art. 47. À Assessoria de Comunicação Social - ASCOM compete:

I - coordenar as atividades de comunicação da Agência, relativas às atribuições próprias da comunicação institucional, da comunicação interna e de assessoria de imprensa, observadas as orientações do Sistema Integrado de Comunicação Social da Administração Pública Federal e a Política de Comunicação da ANA;

II - formular e supervisionar a Política de Comunicação da ANA;

III - promover a divulgação da missão da ANA junto à sociedade;

IV - apoiar as ações da ANA na mídia impressa, falada, televisionada e eletrônica;

V - manter atualizado, em articulação com a STI, o conteúdo da página da ANA na rede mundial de computadores; e

VI - promover a divulgação interna e externa das atividades desempenhadas pelas UORGs.

Parágrafo único. À ASCOM estão subordinadas a Coordenação de Imprensa - COIPS e a Coordenação de Eventos e Cerimonial - COECE.

Art. 48. À Coordenação de Imprensa - COIPS compete:

I - elaborar estratégias de relacionamento com a imprensa;

II - intermediar o relacionamento entre a ANA e os veículos de imprensa (relacionamentos ativo e passivo);

III - apurar informações para construção de posicionamento institucional;

IV - indicar, capacitar e acompanhar porta-vozes em entrevistas;

V - organizar e acompanhar entrevistas coletivas em articulação com a COECE;

VI - manter atualizado cadastro de jornalistas, blogueiros e demais influenciadores digitais;

VII - produzir, distribuir e monitorar releases para a imprensa;

VIII - acompanhar e auditar a imagem institucional perante a imprensa; e

IX - produzir relatórios e divulgar internamente resultados da ANA na mídia.

Art. 49. À Coordenação de Eventos e Cerimonial - COECE compete:

I - coordenar as atividades administrativas, inclusive a divulgação e a montagem de estruturas físicas necessárias, relativas aos eventos internos e externos promovidos pela ANA ou em que essa tenha participação ou atue como patrocinadora, zelando pela uniformização da imagem institucional;

II - subsidiar as UORGs no planejamento e na organização de eventos;

III - coordenar as ações de cerimonial, protocolo e relações públicas da ANA e a execução de eventos específicos; e

IV - prestar assessoramento nas atividades de relações públicas da ANA.

Art. 50. À Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR compete:

I - assessorar a Diretoria Colegiada e os Diretores na interlocução com os poderes legislativos;

II - estabelecer o relacionamento com órgãos dos poderes legislativos, promovendo os programas, projetos e ações da ANA; e

III - assessorar a participação da ANA nas audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional.

Parágrafo único. À ASPAR está subordinada a Coordenação de Assuntos Parlamentares - COPAR.

Art. 51. À Coordenação de Assuntos Parlamentares - COPAR compete:

I - acompanhar os assuntos e a tramitação de projetos de interesse da ANA junto aos poderes legislativos constituídos;

II - apoiar a Diretoria Colegiada e os Diretores na interlocução com os poderes legislativos;

III - subsidiar tecnicamente a análise e a consolidação de notas técnicas, elaboradas pelas UORGs, referentes a projetos de lei e proposições legislativas de interesse da ANA; e

IV - coordenar as atividades de atendimento às correspondências, às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos dos poderes legislativos;

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS COMUNS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Art. 52. São competências comuns das Unidades Organizacionais - UORGs:

I - promover as ações necessárias à implementação, pela ANA, da Política Nacional de Recursos Hídricos, inclusive o apoio à disponibilização e validação de dados para a elaboração de planos de recursos de recursos hídricos, à elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, e para o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH, e as ações de capacitação e fortalecimento dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e de cooperação internacional;

II - apoiar as ações de fiscalização;

III - estabelecer metas e elaborar os respectivos planos de ação, bem como efetuar seu acompanhamento, avaliar resultados e identificar necessidades de ajuste e aprimoramento de regras, critérios e procedimentos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - participar da elaboração e monitoramento dos planos plurianuais e das propostas orçamentárias anuais da ANA;

V - propor ajustes e modificações na legislação necessárias à modernização do ambiente institucional de atuação da ANA, no que se refere aos processos organizacionais;

VI - coordenar as atividades dos recursos humanos e o uso dos recursos técnicos e materiais disponíveis em sua área, buscando a efetividade e o controle da qualidade dos serviços executados;

VII - zelar pelos bens patrimoniais da ANA necessários à execução das atividades da respectiva área de competência;

VIII - propor a celebração de acordos, ajustes, convênios, contratos e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais, e com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos de competência da ANA, e, ainda, analisar e avaliar, sob os aspectos técnico e financeiro, as prestações de contas dos convênios, cabendo ao Ordenador de Despesas avaliar e aprovar a correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados;

IX - praticar, no âmbito de sua competência, os atos de gestão administrativa; e

X - gerir contratos sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VII

DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Art.53. Constitui competência específica das Superintendências a execução das atividades relacionadas aos processos organizacionais discriminados por afinidade.

Seção I

Do Processo de Estruturação e Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH

Art. 54. À Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS compete:

I - estimular e apoiar as iniciativas voltadas à criação, à manutenção e ao fortalecimento de entes do SINGREH, especialmente os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os órgãos gestores estaduais, os Comitês de Bacias Hidrográficas e suas instituições de apoio;

II - apoiar a implantação e a operacionalização da gestão integrada de recursos hídricos em bacias ou regiões hidrográficas, envolvendo a ANA e entes do SINGREH;

III - propor e coordenar, em articulação com as UORGs, ações que promovam a articulação e a relação institucional da ANA com órgãos e instituições governamentais e não-governamentais, participantes do SINGREH, inclusive dos setores usuários, visando ao fortalecimento da participação social no SINGREH;

IV - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades voltados para a capacitação de recursos humanos visando à gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH;

V - estimular, promover e executar projetos e programas educativos orientados para a qualificação da participação da sociedade na gestão de recursos hídricos;

VI - promover as articulações necessárias com o setor de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à difusão de conhecimentos no âmbito do SINGREH;

VII - conhecer e organizar, de forma perene e continuada, as demandas por pesquisa, tecnologia e inovação do SINGREH;

VIII - promover a difusão, para o SINGREH, de iniciativas bem-sucedidas de pesquisas científicas, novas tecnologias e inovações, especialmente as inovações tecnológicas e práticas sustentáveis;

IX - apoiar as iniciativas das UORGs, vinculadas ao setor de ciência, tecnologia e inovação;

X - implementar, em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

XI - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo CNRH, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, na forma do art. 38, inciso VI, da Lei nº 9.433, de 1997;

XII - elaborar estudos e pareceres técnicos sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sobre a sustentabilidade financeira do SINGREH e dos seus entes;

XIII - promover estudos e avaliações do SINGREH e de seus arcabouços legais e institucionais, de acordo com o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000;

XIV - apoiar os entes do SINGREH, especialmente os Comitês de Bacias e suas Agências de Água, no cumprimento de suas atribuições legais; e

XV - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades voltados para a melhoria da gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH.

Art. 55. À Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS, estão subordinadas a Coordenação de Capacitação do SINGREH - CCAPS, a Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança - CSCOB, a Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH - CINCS, a Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público - COAPP e a Coordenação de Articulação com os Setores Usuários de Recursos Hídricos - CAURH.

Art. 56. À Coordenação de Capacitação do SINGREH - CCAPS compete:

I - identificar necessidades e oportunidades de fortalecimento das capacidades para a gestão de recursos hídricos, junto aos entes do SINGREH;

II - elaborar e implementar diretrizes, planos, programas, projetos e atividades visando à formação e à capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos, no âmbito do SINGREH;

III - apoiar programas, projetos e atividades de parceiros que atuam no fortalecimento das capacidades para a gestão de recursos hídricos;

IV - preparar, avaliar e apoiar planos, programas e projetos educativos orientados para a participação da sociedade na gestão de recursos hídricos; e

V - prestar apoio aos entes do SINGREH no âmbito das atividades de capacitação para a gestão de recursos hídricos.

Art. 57. À Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança - CSCOB compete:

I - implementar, em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

II - elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo CNRH, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, na forma do art. 38, inciso VI, da Lei nº 9.433, de 1997;

III - elaborar estudos e pareceres técnicos sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sobre a sustentabilidade financeira do SINGREH e dos seus entes;

IV - calcular a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União com base nos mecanismos e valores definidos pelo CNRH para a correspondente bacia hidrográfica;

V - apoiar os Estados na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual; e

VI - disponibilizar o acesso aos dados e informações relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Art. 58. À Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH - CINCS compete:

I - propor e implementar estratégias e mecanismos de apoio à criação, à instalação e ao funcionamento de instâncias participativas voltadas para a gestão dos recursos hídricos, em especial os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Agências de Água;

II - promover, junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas, o processo de negociação para definição do modelo de sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos, nas bacias e regiões hidrográficas correspondentes;

III - promover junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas, o processo de definição dos arranjos legais e institucionais com vistas à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, nas Bacias e Regiões Hidrográficas correspondentes;

IV - propor, em articulação com as UORGs, os arranjos legais e institucionais vinculados à gestão dos recursos hídricos de domínio da União, relativos às instâncias participativas do SINGREH;

V - promover a participação dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo poderes públicos, usuários e sociedade civil, nas instâncias participativas de gestão de recursos hídricos;

VI - promover ações de comunicação e mobilização dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando apoiar a implementação dos diferentes instrumentos de gestão;

VII - apoiar os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos nas ações e iniciativas que visem ao fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos;

VIII - apoiar, em sua área de competência, o CNRH nas ações e iniciativas que visem ao fortalecimento do SINGREH e da gestão integrada de recursos hídricos; e

IX - acompanhar a atuação das Agências de Água e/ou de qualquer entidade que execute as funções dessas.

Art. 59 À Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público - COAPP compete:

I - promover e implementar estratégias de articulação com instituições governamentais, nos níveis nacional, estadual e municipal, visando ao fortalecimento da gestão integrada de recursos hídricos;

II - propor e implementar ações, projetos, programas, instrumentos e iniciativas de apoio aos órgãos gestores de recursos hídricos, em seus diversos níveis;

III - apoiar as diversas instâncias de governos, nos níveis nacional, estadual e municipal, em suas ações relativas à gestão integrada de recursos hídricos;

IV - avaliar e propor melhorias aos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos e propor caminhos de melhorias para esses;

V - elaborar e implementar ações, projetos, programas e atividades voltados para a melhoria da gestão de recursos hídricos, no âmbito do Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

VI - promover a articulação dos Poderes Públicos Federal, Estaduais e Municipais, com as UORGs; e

VII - promover, em articulação com as UORGs, a integração de políticas, programas, projetos e ações executadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o fortalecimento da gestão integrada de recursos hídricos.

Art. 60. À Coordenação da Articulação com os Setores Usuários de Recursos Hídricos - CAURH compete:

I - promover e implementar estratégias de articulação com os setores usuários de recursos hídricos, visando ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos em bacias e regiões hidrográficas;

II - identificar e registrar os principais atores institucionais dos setores usuários de recursos hídricos;

III - identificar e registrar os principais problemas, desafios e gargalos enfrentados pelos setores usuários de recursos hídricos, no âmbito da gestão de recursos hídricos;

IV - promover a participação dos setores usuários de recursos hídricos, nas instâncias participativas da gestão de recursos hídricos, em consonância com as respectivas normas;

V - apoiar os setores usuários e transversais em suas ações relacionadas com a gestão integrada de recursos hídricos;

VI - promover ações, projetos, programas e iniciativas conjuntas com instituições dos setores usuários, que visem à melhoria da gestão integrada dos recursos hídricos; e

VII - atuar, em articulação com a SPR, para melhorar a integração entre o planejamento das diversas políticas setoriais com o planejamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Seção II

Do Processo de Implementação de Programas e Projetos

Art. 61. À Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP compete:

I - propor, elaborar, implementar e gerenciar programas, ações de fomento e projetos indutores, visando o aumento qualitativo e quantitativo da disponibilidade hídrica, o uso racional da água e a despoluição de bacias hidrográficas;

II - elaborar, coordenar e implementar programas, estudos e projetos integradores visando ao fortalecimento do SINGREH;

III - coordenar e implementar, em articulação com a ASINT, ações dos projetos de cooperação internacional, de acordos de empréstimos e de doações de organismos nacionais e internacionais, celebrados com a participação da ANA e que envolvam mais de uma de suas áreas temáticas;

IV - propor o estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, à despoluição, à conservação e recuperação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos;

V - coordenar e implementar, em articulação com outras instituições, a Rede Nacional de Monitoramento qualitativo e quantitativo de águas subterrâneas;

VI - propor instrumentos, estratégias de atuação e apoiar a implementação dos planos de recursos hídricos; e

VII - promover, estimular e implementar programas, estudos e projetos com vista à gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, em especial os previstos nos planos de recursos hídricos.

Parágrafo único. À SIP estão subordinadas a Coordenação de Gestão de Projetos - COGEP, a Coordenação de Águas Subterrâneas - COSUB e a Coordenação de Implementação de Projetos Indutores - COIMP.

Art. 62. À Coordenação de Gestão de Projetos - COGEP compete:

I - elaborar, coordenar e implementar os programas, estudos e projetos de caráter integrador da ANA;

II - desenvolver e aplicar mecanismos de monitoramento de programas e projetos da ANA;

III - avaliar o desempenho de programas e projetos da ANA e propor melhorias para alcance dos resultados;

IV - apoiar a construção de estratégias de atuação da ANA em temas transversais com vistas ao fortalecimento do SINGREH;

V - apoiar as áreas temáticas da ANA na elaboração de programas e projetos, em especial em temas integradores e intersetoriais;

VI - propor instrumentos e estratégias de atuação com vistas à implementação de planos de recursos hídricos em articulação com as UORGs;

VII - articular, em conjunto com as UORGs, junto aos órgãos e entidades do governo federal e organismos internacionais a celebração de projetos de cooperação técnica e financeira e de acordos de empréstimo e de doações; e

VIII - elaborar, acompanhar, monitorar, avaliar e revisar os projetos de cooperação internacional, os acordos de empréstimo e de doação.

Art. 63. À Coordenação de Águas Subterrâneas - COSUB compete:

I - promover, estimular e implementar programas, estudos e projetos com vistas à gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, em especial os previstos nos planos de recursos hídricos;

II - prover dados e informações, em articulação com as áreas afins, para a promoção da gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, inclusive nos aquíferos conectados com rios de domínio da União;

III - apoiar e estimular a gestão compartilhada de aquíferos interestaduais e transfronteiriços;

IV - desenvolver, em articulação com a SPR, avaliações de disponibilidade hídrica em aquíferos utilizados preferencialmente para o abastecimento público; e

V - promover, em sua área de competência, o planejamento e a coordenação da Rede Nacional de Monitoramento Qualitativo e Quantitativo de Águas Subterrâneas.

Art. 64. À Coordenação de Implementação de Projetos Indutores - COIMP compete:

I - elaborar, implementar e coordenar programas, projetos e ações de estímulo à conservação de água e solo, à despoluição de bacias hidrográficas, ao uso racional e eficiente da água, ao reúso e ao uso de fontes alternativas de água, visando ao aumento qualitativo e quantitativo da disponibilidade hídrica;

II - identificar, divulgar e incentivar a implementação de soluções técnicas que propiciem a conservação e o uso racional da água, inclusive mediante reúso;

III - propor o estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, à conservação de água e solo e a recuperação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - promover a elaboração de estudos e diagnósticos com vistas a orientar ações de conservação de água e solo, o uso racional e eficiente da água e o reúso da água e uso de fontes alternativas de água, sistematizando e divulgando o conhecimento produzido;

V - promover os processos de seleção e gerenciar os projetos relacionados a Programas de Conservação de Água e Solo, Despoluição de Bacias Hidrográficas e aos projetos voltados ao uso racional da água, inclusive mediante reúso, e ao uso de fontes alternativas de água;

VI - articular nas esferas federal, estadual e municipal as Políticas de Conservação de Água e Solo e de Pagamento por Serviços Ambientais;

VII - articular, em parceria com a SAS, nas esferas federal, estadual e municipal e nos Comitês de Bacias a ampliação da abrangência dos programas indutores; e

VIII - apoiar as ações de combate à desertificação em temas relacionados à conservação de água e solo.

Seção III

Do Processo de Planejamento de Recursos Hídricos

Art. 65. À Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR compete:

I - supervisionar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e participar dos estudos visando ao seu aperfeiçoamento;

II - promover o planejamento em bacias e regiões hidrográficas, por meio da coordenação ou apoio à elaboração de planos de recursos hídricos e propostas de enquadramento de corpos de água;

III - promover a elaboração de estudos hidrológicos necessários para o planejamento e à gestão de recursos hídricos, notadamente quanto à aplicação dos instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9.433, de 1997;

IV - promover a elaboração de estudos relacionados à avaliação da qualidade da água dos corpos hídricos do país;

V - promover a elaboração de estudos de estimativas de demandas atuais de usos consuntivos e projeções de usos futuros;

VI - elaborar e manter atualizado o diagnóstico e prognóstico de oferta e demanda de recursos hídricos no País, com foco nos aspectos de quantidade e qualidade, e aprimorar o nível de detalhamento desse balanço hídrico nos trechos de corpos hídricos de domínio da União, declarados de especial interesse para gestão definidos pela ANA;

VII - propor medidas, ações, projetos e programas que possam assegurar o normal atendimento da demanda por água para usos prioritários;

VIII - planejar a normalização do suprimento de água em bacias e regiões hidrográficas que apresentem balanço deficitário entre oferta e demanda de recursos hídricos;

IX - promover a elaboração de estudos relacionados à segurança hídrica para usos múltiplos e ao controle da poluição, em consonância com planos de recursos hídricos e propostas de enquadramento de corpos de água;

X - promover em conjunto com a SAS a articulação do planejamento de recursos hídricos com o de setores usuários;

XI - conceber e gerenciar bases de dados sobre recursos hídricos e bacias hidrográficas de interesse, bem como elaborar periodicamente o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil; e

XII - acompanhar a evolução dos indicadores de realização e de desempenho dos planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água, bem como a sua situação, com vista ao cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo único. À SPR estão subordinadas a Coordenação de Planos de Recursos Hídricos - CPLAN, a Coordenação de Estudos Setoriais - CESET, a Coordenação do Conjuntura e Gestão da Informação - CCOGI, a Coordenação de Estudos Hidrológicos - COHID e a Coordenação de Qualidade da Água e Enquadramento - CQUAL.

Art. 66. À Coordenação de Planos de Recursos Hídricos - CPLAN compete:

I - contribuir para o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, especialmente no que diz respeito a abordagens metodológicas, diagnósticos, prognósticos e formulações de programas a ele pertinentes;

II - coordenar ou apoiar a elaboração do planejamento de bacias hidrográficas interestaduais e regiões hidrográficas, bem como em áreas de especial interesse para gestão de recursos hídricos definidas pela ANA, fornecendo diretrizes técnicas e avaliando a condução dos trabalhos, bem como a qualidade dos produtos parciais e finais;

III - apoiar, em articulação com a SAS, os órgãos gestores estaduais na elaboração de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos;

IV - analisar e propor mecanismos para integração do Plano Nacional de Recursos Hídricos com Planos Estaduais e Planos de bacias hidrográficas;

V - apoiar, em articulação com a SAS, os respectivos Comitês, Agências de Bacias ou instâncias específicas no acompanhamento da implementação de planos de recursos hídricos;

VI - promover a integração, no âmbito da elaboração de planos, do planejamento de recursos hídricos nas escalas nacional, estadual e da região ou bacia hidrográfica;

VII - promover a articulação institucional, interna e externa à ANA, necessária para a elaboração de planos de recursos hídricos e para apoiar a operacionalização de seus programas de ações; e

VIII - promover a elaboração de estudos e levantamentos sobre o uso e ocupação do solo em bacias hidrográficas.

Art. 67. À Coordenação de Estudos Setoriais - CESET compete:

I - realizar estudos relacionados à garantia da segurança hídrica no país;

II - conduzir estudos e projetos específicos e propor ações, medidas e programas destinados a assegurar o atendimento dos usos considerados prioritários;

III - desenvolver estudos relativos aos usos e disponibilidade de água em bacias hidrográficas que apresentem balanço deficitário entre oferta e demanda de recursos hídricos;

IV - promover a articulação, analisar e propor a compatibilização entre o planejamento dos recursos hídricos e o dos setores usuários, em conjunto com a SAS e em articulação com as UORGs;

V - promover e manter atualizado diagnóstico e avaliação da infraestrutura hídrica no país, para fins de planejamento da oferta de água e garantia dos usos múltiplos;

VI - apoiar a elaboração dos planos de recursos hídricos no desenvolvimento de temas relacionados à infraestrutura hídrica e à compatibilização de usos múltiplos; e

VII - acompanhar, para fins de planejamento, a evolução de obras de infraestrutura hídrica no país a partir de programas setoriais do Poder Executivo.

Art. 68. À Coordenação do Conjuntura e Gestão da Informação - CCOGI compete:

I - receber, organizar, padronizar, produzir, manter e disponibilizar bases de dados e informações geográficas corporativas;

II - conceber e manter atualizadas bases de dados sobre recursos hídricos; que serão utilizadas para manifestação sobre a dominialidade dos corpos hídricos;

III - efetuar análises, consolidação, interpretação e integração de dados coletados e acompanhar a sua inserção nas bases de dados no SNIRH;

IV - promover o levantamento de informações e dados secundários, para as estimativas de demandas atuais e futuras de uso da água;

V - elaborar e manter atualizados, com base nos dados disponíveis, diagnósticos, cenários e prognósticos temáticos, especialmente aqueles relativos à oferta e à demanda, em quantidade e qualidade;

VI - sistematizar e manter atualizado, com base em estudos de planejamento e levantamentos realizados, balanço hídrico de referência para o país, nos trechos de corpos hídricos de domínio da União declarados de especial interesse para gestão definidos pela ANA;

VII - sistematizar o conhecimento produzido pelas coordenações da SPR, bem como das UORGs , a partir das contribuições recebidas, mantendo sempre atualizadas as bases de dados;

VIII - determinar, a partir das bases de dados da ANA, indicadores relativos aos recursos hídricos que serão utilizados nos Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos; e

IX - confeccionar e editar, com a frequência que for estabelecida pela Diretoria Colegiada da ANA, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos.

Art. 69. À Coordenação de Estudos Hidrológicos - COHID compete:

I - realizar estudos hidrológicos para subsidiar as ações de planejamento, regulação e gestão de recursos hídricos da ANA, notadamente na elaboração de diagnósticos e prognósticos sobre oferta de recursos hídricos no país, incluindo a geração de indicadores para caracterização da disponibilidade hídrica e metodologias para a espacialização dessas informações;

II - desenvolver, adaptar e utilizar ferramentas de modelagem matemática para a elaboração de estudos hidrológicos e para a análise de sistemas de recursos hídricos;

III - definir metodologia e elaborar a reconstituição de séries naturais de vazão e as extensões de séries que se fizerem necessárias, bem como validar as referidas séries quando elaboradas por outras instituições;

IV - apoiar a elaboração dos planos de recursos hídricos e de propostas de enquadramento de corpos de água no desenvolvimento de temas relacionados à hidrologia;

V - apoiar a elaboração de estudos sobre oferta de recursos hídricos no país, bem como de análises de impactos na disponibilidade hídrica associados a mudanças climáticas;

VI - apoiar o planejamento da rede hidrometeorológica e sedimentométrica, bem como avaliar seus dados para fins de estudos hidrológicos e de disponibilidade hídrica;

VII - divulgar as metodologias e procedimentos desenvolvidos e adotados para a realização de estudos hidrológicos, buscando promover e ampliar a sinergia entre as ações da ANA; e

VIII - articular-se com áreas congêneres de instituições que desenvolvem estudos hidrológicos.

Art. 70. À Coordenação de Qualidade da Água e Enquadramento - CQUAL compete:

I - realizar estudos relacionados à avaliação da qualidade da água dos corpos hídricos do país e sua capacidade de assimilação de cargas poluidoras, incluindo capacidade de suporte de reservatórios;

II - apoiar o planejamento da Rede Nacional de Qualidade da Água - RNQA, bem como utilizar seus dados para fins de estudos de avaliação da qualidade da água e divulgação periódica dos resultados;

III - em casos especiais, programar, especificar e empreender campanhas de coleta de dados primários de fontes poluidoras e de qualidade das águas superficiais, com vista ao planejamento dos recursos hídricos;

IV - utilizar ferramentas de modelagem matemática para estimativa do comportamento de cargas poluidoras e avaliações de qualidade das águas superficiais;

V - apoiar a elaboração de propostas e diretrizes de enquadramento de corpos de água em classes de uso preponderantes no âmbito dos planos de recursos hídricos ou em estudos específicos;

VI - acompanhar, no âmbito dos planos de recursos hídricos ou de programas de efetivação de enquadramento, a evolução da implementação das metas de qualidade da água;

VII - promover a elaboração de estudos de planejamento para controle da poluição hídrica, com vistas à garantia da qualidade da água para usos prioritários; e

VIII -acompanhar, para fins de planejamento, a evolução de ações de controle da poluição hídrica no país a partir de programas de despoluição de bacias hidrográficas do poder executivo.

Seção IV

Do Processo de Tecnologia da Informação

Art. 71. À Superintendência de Tecnologia da Informação - STI compete:

I - coordenar a organização, implementação e gestão do SNIRH em articulação com as demais UORGs da ANA;

II - administrar, supervisionar, acompanhar e controlar a infraestrutura e os recursos de Tecnologia da Informação - TI da ANA;

III - propor estratégias e padrões e administrar as bases de dados para a sistematização e disponibilização de informações corporativas da ANA;

IV - supervisionar e atualizar, em articulação com a ASCOM, o sítio da ANA na rede mundial de computadores como instrumento de informação, divulgação e comunicação com os usuários de recursos hídricos e a sociedade;

V - acompanhar a execução dos projetos relativos a sistemas de informações no âmbito da Agência;

VI - disponibilizar e promover o intercâmbio de dados e informações, por meio de Tecnologias da Informação com os estados e as entidades relacionadas à gestão de recursos hídricos;

VII - promover o alinhamento das ações de TI com as determinações do Governo Federal em relação à Tecnologia da Informação (EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal) e com as diretrizes estratégicas da ANA;

VIII - - implantar os mecanismos de Segurança da Informação e Comunicações da ANA, no âmbito da TI;

IX - propor padrões, novas tecnologias e soluções em TI, em articulação com as demais UORGs;

X - promover cultura de segurança de TI;

XI - realizar e acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na segurança de TI; e

XII - coordenar as ações de segurança de TI.

Parágrafo único. À Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, estão subordinadas a Coordenação de Sistemas Finalísticos - COSFI, a Coordenação de Sistemas Institucionais - COSIN, a Coordenação de Planejamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - COPLI, Coordenação de Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - COOPI e a Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação - COGTI.

Art. 72. À Coordenação de Sistemas Finalísticos - COSFI compete:

I - planejar, desenvolver, implantar, manter e promover a evolução tecnológica dos sistemas finalísticos da ANA;

II - coordenar a organização, implementação e gestão do SNIRH em articulação com as demais UORGs da ANA;

III - administrar as bases de dados e informações vinculados aos sistemas finalísticos da ANA;

IV - prover os mecanismos de tecnologias da informação necessários ao intercâmbio e publicação de dados e informações dos sistemas finalísticos entre as entidades gestoras de recursos hídricos;

V - propor padrões, novas tecnologias e soluções em TI e Geotecnologias, para os sistemas finalísticos, em articulação com as demais UORGs;

VI - propor a aquisição e contratação de bens e serviços relacionados às atribuições da coordenação; e

VII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos, convênios relacionados aos assuntos das atribuições da coordenação.

Art. 73. À Coordenação de Sistemas Institucionais - COSIN compete:

I - planejar, desenvolver, implantar, manter e promover a evolução tecnológica dos sistemas institucionais da ANA;

II - apoiar a ASCOM no desenvolvimento, atualização e manutenção do sítio da ANA na internet;

III - administrar as bases de dados e informações vinculadas aos sistemas institucionais;

IV - propor padrões, novas tecnologias e soluções de TI para os sistemas institucionais em articulação com as demais UORGs;

V - propor a aquisição e contratação de bens e serviços relacionados às atribuições da coordenação; e

VI - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos, convênios relacionados aos assuntos das atribuições da coordenação.

Art. 74. À Coordenação Planejamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - COPLI compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - planejar e definir o ambiente de infraestrutura de redes, meios de comunicação, sistemas, servidores corporativos, contingência e monitoramento com vistas à garantir a consecução das atividades finalísticas e administrativas da ANA;

II - avaliar e definir as novas tecnologias e ferramentas para manter o ambiente de infraestrutura atualizado, conforme as melhores práticas e de acordo com os dispositivos legais e normativos do Governo Federal;

III - planejar, avaliar e definir os mecanismos de Segurança da Informação e Comunicações da ANA;

IV - prospectar e definir ferramentas de análise, tratamento de incidentes e ativos de segurança computacional e eletrônica;

V - definir e executar os procedimentos de monitoramento dos níveis de serviços acordados com os prestadores de serviços de infraestrutura;

VI - acompanhar as atividades de monitoramento da infraestrutura de tecnologia da informação da ANA;

VII - propor e definir a aquisição e contratação de bens e serviços relacionados às atribuições da coordenação; e

VIII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos, convênios relacionados aos assuntos das atribuições da coordenação.

Art. 75. À Coordenação de Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - COOPI compete:

I - administrar, prover suporte tecnológico, operar e monitorar o ambiente de infraestrutura de redes, meios de comunicação, sistemas e servidores corporativos, com vistas à garantir a consecução das atividades finalísticas e administrativas da ANA;

II - implantar e operar novas tecnologias e ferramentas para manter o ambiente de infraestrutura atualizado, conforme as melhores práticas e de acordo com os dispositivos legais e normativos do Governo Federal;

III - administrar as bases de dados e informações corporativas garantindo a disponibilidade, integridade e confidencialidade;

IV - prover serviço de atendimento de chamados e requisições (service desk) para suporte aos usuários no uso dos recursos e serviços de TI;

V - implantar e operar os mecanismos de Segurança da Informação e Comunicações da ANA;

VI - implantar e coordenar a Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes em Redes computacionais (ETIR);

VII - coletar, analisar, correlacionar e diagnosticar eventos de segurança eletrônica;

VIII - implantar e operar ferramentas de análise, tratamento de incidentes e ativos de segurança computacional e eletrônica;

IX - implantar e operar as ferramentas de monitoramento da infraestrutura de tecnologia da informação da ANA;

X - propor a aquisição e contratação de bens e serviços relacionados às atribuições da coordenação; e

XI - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos, convênios relacionados aos assuntos das atribuições da coordenação.

Art. 76. À Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação - COGTI compete:

I - acompanhar, monitorar e fiscalizar as metodologias e os processos de governança e normas de segurança em TI;

II - mensurar e divulgar as metas e os indicadores de TI;

III - apoiar o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) no planejamento da área de TI, na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);

IV - apoiar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), atuando como Secretaria Executiva do Comitê;

V - promover a adequação dos processos de TI às normas e legislação pertinentes;

VI - elaborar, divulgar, avaliar e fomentar uso de metodologias para o gerenciamento dos projetos de tecnologia da informação;

VII - fornecer suporte e orientação em gerenciamento de projetos e no uso de ferramentas de tecnologia da informação correlatas;

VIII - elaborar e manter processo de gestão de riscos de tecnologia da informação;

IX - apoiar as demais coordenações da STI na elaboração dos documentos relacionados aos processos de aquisição e contratação de bens e serviços de tecnologia da informação;

X - estabelecer rotinas e procedimentos para implementação das melhores práticas de fiscalização de contratos de tecnologia da informação e comunicação;

XI - acompanhar as atividades de gestão de contratos realizadas por todas as coordenações da STI, apoiando metodologicamente os fiscais designados;

IX - propor a aquisição e contratação de bens e serviços relacionados às atribuições da coordenação; e

XIII - planejar, executar, acompanhar, monitorar e fiscalizar contratos, acordos, convênios relacionados aos assuntos das atribuições da coordenação e outros de responsabilidade da STI.

Seção V

Dos Processos de Regulação de Usos de Recursos Hídricos, Regulação de Segurança de Barragens e Serviços de Adução de Água Bruta

Art. 77. À Superintendência de Regulação - SRE compete:

I - examinar, decidir e outorgar, a partir de delegação da Diretoria Colegiada, sobre pedidos de outorga de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, com base nos critérios estabelecidos pelo Regla;

II - propor a emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União;

III - propor a emissão de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH;

IV - propor a emissão do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH;

V - propor o estabelecimento de marcos regulatórios no que se refere a critérios e procedimentos de outorga;

VI- emitir Declaração de Regularidade para usos que independem de outorga, para serviços e interferências não sujeitos à outorga, subsidiado pela análise parametrizada no Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla;

VII - promover ações destinadas à restrição de usos, para assegurar usos prioritários da água e o cumprimento de outorgas, alocações de água e marcos regulatórios;

VIII - propor, em articulação com a SOE, declaração de corpos de água em regime de racionamento preventivo;

IX - propor o processo de descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infraestrutura componente do Sistema Integrado Nacional - SIN, gerido pelo ONS, e dos aproveitamentos hidrelétricos que não operem interligados;

X - propor normas relacionadas à regulação do uso dos recursos hídricos; dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão; dos serviços de adução de água bruta em âmbito federal, inclusive mediante a fixação de padrões de eficiência e das tarifas para prestação do respectivo serviço; à segurança de barragens sob responsabilidade da ANA; e à normas, critérios e procedimentos para emissão do CERTOH;

XI - coordenar a implementação do Cadastro de Barragens sob responsabilidade da ANA;

XII - coordenar, no âmbito da ANA, a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens;

XIII - propor o encaminhamento do Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH;

XIV - coordenar a implantação e o gerenciamento do Sistema Nacional sobre Segurança de Barragens (SNISB);

XV - propor e coordenar os processos de delegação da outorga aos Estados e ao Distrito Federal; e

XVI- supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades voltadas ao cumprimento da legislação federal para a regulação do uso dos recursos hídricos, dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, dos serviços de adução de água bruta, em âmbito federal, e da segurança de barragens.

Parágrafo único. À SRE estão subordinadas a Coordenação de Outorga - COOUT, a Coordenação de Regulação - COREG, a Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens - COSER e a Coordenação de Marcos Regulatórios e Alocação de Água - COMAR.

Art. 78. À Coordenação de Outorga - COOUT compete:

I - examinar pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, sob o ponto de vista da eficiência e da racionalidade do uso da água pelo empreendimento e da disponibilidade hídrica segundo informações providas pela COREG e sobre eles emitir parecer técnico, acompanhado das respectivas minutas de resoluções;

II - especificar os requisitos e subsidiar a estruturação e a implementação dos procedimentos de outorga;

III - providenciar a emissão de Declaração de Regularidade para usos que independem de outorga e para serviços e interferências nos corpos hídricos não sujeitos à outorga;

IV - acompanhar e realizar a avaliação técnica, quando couber, do atendimento às condicionantes relacionadas às outorgas de direito de uso de recursos hídricos para todos os usos, salvo aproveitamentos hidrelétricos e obras hidráulicas em geral, em articulação com a SFI; e

V - instruir e acompanhar os processos de delegação da outorga aos Estados e ao Distrito Federal.

VI - Gerenciar o Sistema Federal de Regulação de Usos - Regla;

VII - prover informações relativas aos cálculos de demandas de usos de recursos hídricos para, em articulação com a STI, o desenvolvimento e evolução de aplicativos para a análise de pedidos de outorga;

Art. 79. À Coordenação de Regulação - COREG compete:

I - examinar pedidos de DRDH e sobre eles emitir parecer técnico e respectivas minutas de resolução, inclusive quando da sua conversão em outorga de direito de uso;

II - examinar pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos para obras hidráulicas em geral, e sobre eles emitir parecer técnico e respectivas minutas de resolução;

III - subsidiar a análise técnica de pedidos de outorga e de CERTOH sob o ponto de vista da disponibilidade hídrica e para verificação dos impactos decorrentes de obras hidráulicas que acarretem alterações no regime de vazões do corpo hídrico e interferências não sujeitas a outorga, por solicitação da COOUT ou da COSER;

IV - prover informações relativas à disponibilidade hídrica, em articulação com a SPR, e o apoio técnico, em articulação com a STI, para o desenvolvimento e manutenção de aplicativos para a análise de pedidos de outorga;

V - subsidiar a ação reguladora da ANA em corpos de água de domínio da União, inclusive mediante a definição das condições de entrega na transição de corpos de água de domínio Estadual para os de domínio Federal;

VI - desenvolver, em articulação com a SOE, estudos e propostas técnicas para a alocação de água e para marcos regulatórios, envolvendo condições de entrega na transição de domínios de águas, condições de operação de reservatórios e regras para declarar corpos de água em regime de racionamento preventivo ou restrição de usos da água; e

VII - acompanhar e realizar a avaliação técnica do atendimento às condicionantes relacionadas às DRDH e outorgas de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos e obras hidráulicas em geral, em articulação com a SFI.

VIII - Gerenciar o Sistema de Suporte à Decisão da Outorga - SSDO.

Art. 80. À Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e da Segurança de Barragens - COSER compete:

I - elaborar proposta de normas visando ao disciplinamento da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta que envolverem recursos hídricos de domínio da União, articulando-se com a SFI no tocante a ações pertinentes à fiscalização;

II - elaborar proposta de padrões de eficiência e de tarifas dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta em âmbito federal, articulando-se com a SFI no tocante as ações de fiscalização dos padrões de eficiência do serviço;

III - acompanhar e aprovar os aspectos econômico-financeiros, patrimoniais e contábeis da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, em conformidade com diretrizes estabelecidas por esta Agência;

IV - elaborar estudos visando ao aprimoramento da atividade regulatória de serviços públicos regulados pela ANA, inclusive estudos tarifários;

V - apoiar órgãos públicos federais na elaboração e análise de minutas de contratos de concessão de serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta;

VI - acompanhar a execução dos contratos de concessão de serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta, promovendo, quando cabível, a gestão e auditagem dos respectivos contratos;

VII - implementar o Cadastro de Barragens sob responsabilidade da ANA;

VIII- implementar, no âmbito da ANA, os instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens;

IX - elaborar proposta de normas relacionadas à segurança de barragens, sob fiscalização da ANA, articulando-se com a SFI no tocante a ações pertinentes à fiscalização;

X - implantar e gerir o (SNISB);

XI - elaborar o Relatório de Segurança de Barragens, em articulação com os órgãos fiscalizadores;

XII - elaborar estudos relacionados à segurança de barragens visando ao aprimoramento da atividade regulatória;

XIII - examinar pedidos de CERTOH e sobre eles emitir parecer técnico e respectivas minutas de resolução, articulando-se com a COOUT e com a COREG, quando o processo requerer outorga, para a análise das interferências das obras hidráulicas no regime hídrico;

XIV - elaborar proposta de normas a critérios e procedimentos para emissão do CERTOH; e

XV - implementar e manter o Cadastro de Operadoras de Infraestrutura Hídrica e das portadoras do CERTOH junto ao SNIRH.

Art. 81. À Coordenação de Marcos Regulatórios e Alocação de Água - COMAR compete:

I - coordenar o estabelecimento de marcos regulatórios, articulando-se com as UORGs conforme necessário;

II - coordenar os processos de alocação de água em reservatórios, articulando-se com as UORGs conforme necessário;

III - elaborar estudos, em articulação com a SOE, para o gerenciamento de reservatórios e sistemas hídricos, no que diz respeito à alocação de água;

IV - elaborar proposta de regras de restrição de usos de recursos hídricos, com o apoio de estudos técnicos desenvolvidos pela COREG;

V - elaborar proposta, em articulação com a SOE, de declaração de corpos de água em regime de racionamento preventivo, observando os critérios estabelecidos em decreto da Presidência da República, ouvidos os respectivos Comitês de Bacias, se houver; e

VI - elaborar, em articulação com a COSER, proposta para o processo de descentralização das atividades de operação e manutenção de reservatórios, canais e adutoras de domínio da União, excetuada a infraestrutura componente do SIN, gerido pelo ONS, e dos aproveitamentos hidrelétricos que não operem interligados.

Seção VI

Dos Processos de Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos, Fiscalização de Segurança de Barragens e Serviços de Adução de Água Bruta

Art. 82. À Superintendência de Fiscalização - SFI compete:

I - fiscalizar o uso de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União, mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidades e infrações e a eventual determinação de retificação, pelos usuários, de atividades, obras e serviços;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos, nos marcos regulatórios, em outorgas concedidas e nos normativos da ANA;

III - fiscalizar o atendimento aos dispositivos legais relativos à segurança das barragens sob fiscalização da ANA;

IV - fiscalizar os padrões de eficiência da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão e dos serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, em conformidade com diretrizes estabelecidas por esta Agência;

V - recepcionar denúncias e realizar ações de fiscalização quando couber;

VI - propor normas para disciplinar as ações de fiscalização de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, incluindo a aplicação de penalidades;

VII - propor normas para disciplinar as ações de fiscalização de serviços públicos de irrigação, serviços de adução de água bruta e segurança de barragens, sob fiscalização da ANA, incluindo a aplicação de penalidades;

VIII - gerenciar o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos de Hídricos - CNARH;

IX - realizar ações para fiscalizar o cumprimento das condições e condicionantes de uso de recursos hídricos definidas nas Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH e outorgas, bem como nos marcos regulatórios e alocações negociadas; e

X - propor a celebração de Protocolos de Compromisso decorrentes das ações de fiscalização.

§ 1º As atividades de fiscalização da ANA serão coordenadas pela SFI e contarão com a participação de todos os servidores efetivos da Agência.

§ 2º À SFI estão subordinadas a Coordenação de Cadastro - COCAD, a Coordenação de Fiscalização de Uso - COFIU e a Coordenação de Fiscalização de Serviços Públicos e Segurança de Barragens - COFIS.

Art. 83. À Coordenação de Cadastro - COCAD compete:

I - efetivar e acompanhar a implementação do CNARH em nível nacional;

II - gerenciar o CNARH;

III - especificar o conteúdo e subsidiar a estruturação e a implementação do CNARH, provendo sua manutenção e melhorias;

IV - definir metodologias e critérios para cadastro de usuários de recursos hídricos e executar campanhas de cadastramento para fins de regularização dos usos de recursos hídricos em rios de domínio da União;

V - definir e executar procedimentos para consistência e manutenção dos cadastros na base de dados do CNARH; e

VI - apoiar a sistematização das informações de demandas, consistidas no CNARH, para fins de regularização de usos de recursos hídricos.

Art. 84. À Coordenação de Fiscalização de Uso - COFIU compete:

I - executar as ações de fiscalização de uso dos recursos hídricos de responsabilidade da ANA;

II - apoiar o estabelecimento de marcos regulatórios de uso da água, no que se refere a critérios e procedimentos de fiscalização;

III - propor normas para disciplinar as ações de fiscalização de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, incluindo a aplicação de penalidades;

IV - executar as ações de fiscalização para verificar o atendimento às regras de operação de reservatórios;

V - realizar ações para fiscalizar o cumprimento das condições e condicionantes de uso de água definidas nas Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH, nas outorgas, nos marcos regulatórios, nas alocações negociadas e nos regulamentos; e

VI - avaliar as denúncias e realizar ações de fiscalização quando couber.

Art. 85. À Coordenação de Fiscalização de Serviços Públicos e Segurança de Barragens - COFIS compete:

I - executar as ações de fiscalização ao atendimento aos dispositivos legais relativos à segurança das barragens sob fiscalização da ANA, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela ANA;

II - Fiscalizar os aspectos técnico-operacionais e padrões de eficiência operacionais da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e dos serviços de adução de água bruta quando envolverem corpos de água de domínio da União, em conformidade com diretrizes estabelecidas por esta Agência, incluindo a aplicação de penalidades;

III - apoiar a elaboração do Relatório Anual de Segurança de Barragens; e

IV - propor normas para disciplinar as ações de fiscalização de serviços públicos de irrigação, de serviços de adução de água bruta e de segurança de barragens, sob fiscalização da ANA, incluindo a aplicação de penalidades.

Seção VII

Do Processo de Monitoramento Hidrológico

Art. 86. À Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH compete:

I - coordenar as atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN, em articulação com os órgãos e entidades públicas e privadas que a integram, ou que dela sejam usuários;

II - planejar e implementar a operação integrada das redes de monitoramento hidrometeorológico, em operação no País;

III - promover, em articulação com a ASINT, a integração de redes hidrometeorológicas relativas aos rios fronteiriços e transfronteiriços, em parceria com os países envolvidos;

IV - promover ações técnicas de modernização de redes hidrometeorológicas em cooperação com entidades nacionais e internacionais;

V - coordenar ou apoiar projetos e estudos que visem ao desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao monitoramento hidrometeorológico;

VI - prover o SNIRH com dados e informações hidrometeorológicos;

VII- promover a padronização e normatização de procedimentos para coleta e análise de dados hidrometeorológicos; e

VIII - promover ou apoiar a capacitação em temas relacionados à RHN.

Parágrafo único. À SGH estão subordinadas a Coordenação de Planejamento da Rede Hidrometeorológica - CPLAR, a Coordenação de Operação da Rede Hidrometeorológica - COREH, a Coordenação de Dados e Informações Hidrometeorológicas - CODIH e a Coordenação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água - CRNQA.

Art. 87. À Coordenação de Planejamento da Rede Hidrometeorológica - CPLAR compete:

I - realizar o planejamento da Rede Hidrometeorológica da ANA referente à operação e à modernização em articulação com as Coordenações da SGH, considerando as demandas internas e externas da ANA;

II - promover as ações para garantir a operação integrada da RHN;

III - promover a integração de redes hidrometeorológicas relativas aos rios fronteiriços e transfronteiriços, em articulação com os países envolvidos;

IV - avaliar o planejamento de redes de monitoramento cuja necessidade de implantação decorre de legislação específica; e

V - coordenar projetos e estudos que visem ao desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao monitoramento hidrometeorológico.

Art. 88. À Coordenação de Operação da Rede Hidrometeorológica - COREH compete:

I - coordenar a execução do programa anual de operação da Rede Hidrometeorológica da ANA;

II - implementar a operação integrada da RHN;

III - implementar a operação integrada de Redes Hidrometeorológicas relativas aos rios fronteiriços e transfronteiriços, em articulação com os países envolvidos;

IV - acompanhar e fiscalizar a operação da Rede Hidrometeorológica da ANA, bem como das redes de monitoramento cuja necessidade de implantação decorre de legislação específica; e

V - apoiar a implementação e operação das redes de monitoramento que dão suporte às salas de situação estaduais, distrital e de instituições parceiras, em articulação com a SOE.

Art. 89. À Coordenação de Dados e Informações Hidrometeorológicas - CODIH compete:

I - coordenar as atividades relativas ao gerenciamento da base de dados hidrometeorológicos provenientes da RHN;

II - controlar a quantidade e qualidade dos dados provenientes da Rede Hidrometeorológica da ANA, bem como das redes de monitoramento cuja necessidade de implantação decorre de legislação específica;

III - integrar ao SNIRH dados provenientes de Redes Hidrometeorológicas relativas aos rios fronteiriços e transfronteiriços, em articulação com os países envolvidos;

IV - acompanhar, junto às entidades operadoras, a análise de consistência dos dados provenientes da Rede Hidrometeorológica da ANA;

V - coordenar os processos relacionados ao recebimento, tratamento, qualificação e disponibilização de dados hidrometeorológicos de estações telemétricas da ANA; e

VI - prover o SNIRH com dados e informações hidrometeorológicos da RHN.

Art. 90. À Coordenação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água - CRNQA compete:

I - coordenar a elaboração do programa anual de operação e do plano de metas da RNQA, em articulação com a SPR e as Coordenações da SGH;

II - acompanhar e fiscalizar a operação da RNQA;

III - coordenar as ações estabelecidas nos instrumentos legais firmados no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Água - PNQA.

IV - definir junto aos estados o formato de disponibilização dos dados da RNQA; e

V - participar do processo de revisão do planejamento da RNQA.

Seção VIII

Do Processo de Prevenção e Mitigação dos impactos de Eventos Críticos

Art. 91. À Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE compete:

I - planejar e promover ações destinadas a prevenir e a minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do SINGREH, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - (SINPDEC), em apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II - propor a definição das condições e regras de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos e mitigar os efeitos de secas e inundações, em consonância com os planos das respectivas bacias hidrográficas e, quando se tratar de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos, em articulação com o ONS;

III - apoiar a SRE nos processos de alocação e definição de marcos regulatórios do uso da água em reservatórios e sistemas hídricos;

IV - acompanhar as condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos, incluindo aqueles que são objeto de arranjos de alocação e de marcos regulatórios, emitir e divulgar boletins e alertas, e articular com a SFI e a SRE para as ações pertinentes à fiscalização e à regulação, respectivamente;

V - coordenar as atividades da Sala de Situação da ANA relacionadas à prevenção e à minimização dos efeitos de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações), em articulação com a SGH;

VI - apoiar a operação das salas de situação estaduais, distrital e de instituições parceiras, e sua integração com a Sala de Situação da ANA, com vistas a aperfeiçoar a atuação regional na prevenção e minimização dos efeitos de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações), em articulação com a SGH e a SAS, no que couber; e

VII - articular as ações da ANA com as ações das entidades da esfera federal e dos entes do SINPDEC na gestão de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações).

Parágrafo único. À SOE estão subordinadas a Coordenação de Acompanhamento de Reservatório e Sistemas Hídricos - CORSH, a Coordenação de Eventos Críticos - COVEC e a Coordenação de Articulação com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - COART.

Art. 92. À Coordenação de Acompanhamento de Reservatório e Sistemas Hídricos - CORSH compete:

I - acompanhar as condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos, incluindo aqueles que são objeto de arranjos de alocação e de marcos regulatórios, emitir e divulgar boletins, e articular com a SFI e a SRE para as ações pertinentes à fiscalização e à regulação, respectivamente;

II - propor a definição das condições e regras de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos e a mitigar os efeitos das secas e inundações, em consonância com os planos das respectivas bacias hidrográficas e, quando se tratar de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos, em articulação com o ONS, e em articulação com a SFI no tocante a ações pertinentes à fiscalização;

III - promover ações de compatibilização dos usos dos recursos hídricos com a operação dos principais reservatórios e sistemas hídricos; e

IV - apoiar a SRE nos processos de alocação e definição de marcos regulatórios do uso da água em reservatórios e sistemas hídricos.

Art. 93. À Coordenação de Eventos Críticos - COVEC compete:

I - planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, em apoio aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios;

II - apoiar tecnicamente a operação das Salas de Situação da ANA, dos Estados, do Distrito Federal e de instituições parceiras e promover o aprimoramento de seu funcionamento;

III - acompanhar, analisar e emitir boletins sobre a condição hidrológica de rios ou bacias considerados prioritários, temporariamente ou permanentemente, para prevenção e minimização dos efeitos de secas e inundações;

IV - desenvolver ou adaptar ferramentas e realizar estudos de modelagem matemática para subsidiar a tomada de decisões no processo de gestão do risco de secas e inundações, em articulação com outras superintendências, no que couber; e

V - apoiar ações de monitoramento e mapeamento das áreas de risco hidrológico, em articulação com entidades do SINPDEC e do SINGREH.

Art. 94. À Coordenação de Articulação com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - COART compete:

I - promover a articulação entre as salas de situação (da ANA, estaduais, distrital e de instituições parceiras) e instituições relacionadas à gestão de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) com vistas a aperfeiçoar a atuação regional na prevenção e minimização desses eventos, em articulação com a SGH e com a SAS, no que couber;

II - promover a integração das salas de situação estaduais, distrital e de instituições parceiras com a Sala de Situação da ANA;

III - acompanhar as ocorrências de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, por secas ou inundações no País; e

IV - articular as ações da ANA com as ações das entidades da esfera federal e dos entes do SINPDEC na gestão de eventos hidrológicos críticos (secas e inundações).

Seção IX

Do Processo de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Art. 95. À Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da ANA, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de pessoal e dos recursos externos;

II - desenvolver as atividades de programação e execução orçamentária, financeira e contábil da ANA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - consolidar o processo de elaboração da proposta orçamentária no âmbito da ANA;

IV - apoiar a Gerência-Geral de Estratégia - GGES na prestação de informações sistemáticas à Diretoria Colegiada sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, de forma a lhe permitir o adequado gerenciamento dos recursos;

V - promover a arrecadação e o controle de recebimento de multas aplicadas pela fiscalização em decorrência do uso irregular e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, no âmbito da ANA;

VI - promover licitação para a aquisição de bens e contratação de serviços e obras, inclusive aqueles que envolvam recursos externos;

VII - elaborar a Prestação de Contas Anual da ANA e subsidiar a GGES na elaboração do Relatório de Gestão, para fins de submetê-los à Diretoria Colegiada;

VIII - atuar em parceria com as UORGs buscando a racionalidade dos recursos e a celeridade em suas ações, pautadas na eficácia, eficiência e efetividade; e

IX - supervisionar as atividades relacionadas à documentação, protocolo, arquivo e biblioteca;

X - representar a ANA em atos de comércio exterior, podendo praticar todos os atos correlatos, inclusive de negociação e instrução necessários, nos termos das normas e orientações emitidas pela Receita Federal do Brasil - RFB e demais órgãos e entidades competentes no âmbito federal e estadual;

§ 1º - Para o exercício da competência do inciso X, poderá o SAF delegar atribuições a servidores expressamente designados, mediante portaria previamente aprovada pela Diretoria Colegiada, bem como conferir poderes para o desembaraço aduaneiro a empresas contratadas pela Agência para a prestação de serviços correlatos, após regular procedimento licitatório, nos termos em que exigido pela RFB.

§ 2º - À SAF estão subordinadas a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP e suas coordenações, a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - COGEF e suas coordenações, a Coordenação de Orçamento e Finanças - COORF, a Coordenação de Recursos Externos - COREX, a Coordenação de Apoio Logístico à Rede Nacional Hidrometeorológica - CALRH, a Coordenação de Recursos Logísticos - COREL, a Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares - COAPO, a Coordenação de Aquisições , Contratos e Convênios - COACC, a Coordenação de Licitação - COLIC e a Coordenação do Centro de Documentação - CEDOC.

Art. 96. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades de gestão, administração e desenvolvimento, de benefícios, de assistência à saúde e de aplicação da legislação e normas de recursos humanos, bem como dos procedimentos relativos a estágios curriculares, seguindo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades e organização das carreiras e cargos da ANA, para fins de concurso público, avaliação de desempenho, progressão, promoção e estágio probatório;

III - planejar, supervisionar, orientar e acompanhar a elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação dos servidores da ANA;

IV - promover articulação, cooperação técnica e intercâmbio de experiências e informações com o Órgão Central e os Setoriais do SIPEC; e

V - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À CGGEP estão subordinadas a Coordenação de Administração de Pessoal Ativo e Inativo - COAPE e a Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento - CCADE.

Art. 97. À Coordenação de Administração de Pessoal Ativo e Inativo - COAPE compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades de administração de recursos humanos relativas ao cadastro e pagamento de pessoal ativo, inativo, beneficiário de pensão e estagiário, bem como à assistência médica e social, seguindo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC;

II - coordenar, orientar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal na concessão de direitos e vantagens e na observância do cumprimento de deveres e obrigações pelos servidores;

III - coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades de pessoal, relativas à nomeação, exoneração, lotação, remoção interna e externa, cessão, requisição e redistribuição de servidores, registrando e mantendo atualizados os registros funcionais e de frequência, as férias e os afastamentos previstos na legislação; e

IV - controlar e acompanhar os registros nos Sistemas SIAPE/SIAPECad e no Sistema de Cadastro de Atos Civis - SISAC do TCU e outros necessários à execução das atividades de sua competência.

Parágrafo único. À COAPE está subordinada a Divisão de Benefícios, Aposentadoria e Pensão e Legislação Aplicada - DIBAP, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 98. À Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento - CCADE compete:

I - planejar, elaborar e acompanhar a execução da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores, abrangendo as competências essenciais, técnicas e gerenciais, bem como acompanhar os procedimentos relativos a estágios não-obrigatórios, seguindo as políticas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da União - SIPEC e as diretrizes estratégicas da ANA;

II - implementar e acompanhar as ações relacionadas à gestão por competências, em consonância com as diretrizes estratégicas da ANA;

III - implementar e acompanhar a execução do Plano Anual de Capacitação dos servidores da ANA;

IV - acompanhar as atividades desenvolvidas na formação avançada (pós-graduação);

V - planejar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades relativas ao processo de avaliação de desempenho individual para fins de estágio probatório, de progressão e promoção e de pagamento das gratificações de desempenho devidas aos servidores efetivos do quadro de pessoal da ANA; e

VI - acompanhar as atividades relacionadas ao planejamento e à realização de concursos públicos.

Parágrafo único. À CCADE está subordinada a Divisão de Avaliação de Desempenho - DIADE, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 99. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil -COGEF compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade e de Concessão de Diárias e Passagens;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das ações e atividades relacionadas à gestão de receitas orçamentária e financeira, conformidades de gestão, documental e contábil;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à arrecadação, cobrança, restituição e compensação das receitas no âmbito da ANA;

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à conformidade de gestão documental e contábil, no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

V - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de execução orçamentária e financeira junto ao SIAFI e ao Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais - SIASG, dos recursos decorrentes de contratação de operações de crédito externo e contribuições financeiras não-reembolsáveis, inclusive a contrapartida nacional;

VI - coordenar, supervisionar e acompanhar o processo contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VII - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à concessão de diárias e a emissão de passagens, no âmbito do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

VIII - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de Tomadas de Contas Especiais, os Demonstrativos Contábeis e a Prestação de Contas Anual da ANA;

IX - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à concessão e a prestação de contas de suprimentos de fundos;

X - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte em dano ao Erário; e

XI - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COGEF estão subordinadas a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEFI, a Coordenação de Contabilidade - CCONT e a Coordenação de Arrecadação e Cobrança - COARC.

Art. 100. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEFI compete:

I - acompanhar, supervisionar e promover as atividades de execução orçamentária e financeira no âmbito do SIAFI, do SIASG e do SCDP, com vistas à emissão de empenhos e à realização de pagamentos;

II - analisar, supervisionar e executar os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados às contratações de câmbio, pagamentos internacionais e abertura de cartas de crédito de importação;

III - elaborar e encaminhar a programação financeira à Coordenação de Orçamento e Finanças - COORF, observado o cronograma estimado de pagamentos elaborado pelas UORGs;

IV - efetuar a baixa e os ajustes contábeis e financeiros, no SIAFI, referentes aos suprimentos de fundos concedidos;

V - registrar e acompanhar a execução orçamentária de despesas, por subelemento, realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993; e

VI - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à concessão de passagens e diárias e das respectivas prestações de contas, por meio do SCDP.

Parágrafo único. À COEFI está subordinada a Divisão de Diárias e Passagens - DIPAS, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 101. À Coordenação de Contabilidade - CCONT compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ANA;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a conformidade contábil dos registros dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos;

III - efetuar os registros contábeis nas unidades gestoras executoras da ANA;

IV - verificar a legalidade e legitimidade, do ponto de vista contábil, dos atos de gestão que resultem em despesas ou receitas para a ANA;

V - analisar as contas, os balancetes, os balanços e os demonstrativos contábeis das UORGs;

VI - subsidiar as tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;

VII - efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares e comunicar à autoridade competente;

VIII - analisar as prestações de contas dos suprimentos de fundos concedidos;

IX - efetuar e acompanhar os registros da conformidade de usuários operadores, no âmbito do SIAFI e do SIASG;

X - efetuar o cadastramento de usuários no SIAFI, no SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV;

XI - apoiar o órgão setorial e central do Sistema de Contabilidade Federal na gestão do SIAFI; e

XII - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à conformidade de gestão, no âmbito SIAFI.

Parágrafo único. À CCONT está subordinada a Divisão de Conformidade de Gestão - DICOG, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 102. À Coordenação de Arrecadação e Cobrança - COARC compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à arrecadação, cobrança, restituição e compensação das receitas no âmbito da ANA;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à emissão de boleto bancário e Guia de Recolhimento da União - GRU referentes à arrecadação e cobrança das receitas da ANA;

III - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à cobrança e compensação, parcelamento, reparcelamento e re-reparcelamento de créditos, notificação de devedores, ressarcimento de indébitos;

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à inclusão e exclusão de inscrição de devedores no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, e encaminhar os créditos definitivamente constituídos e inadimplidos para inscrição na Dívida Ativa da União; e

V - subsidiar a COGEF na elaboração da previsão anual de receita com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, para instruir propostas orçamentárias da ANA anual e plurianual.

Art. 103. À Coordenação de Orçamento e Finanças - COORF compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao orçamento, observando-se as diretrizes emanadas do órgão setorial dos sistemas federais de orçamento, bem como das relacionadas aos recursos externos;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à elaboração, análise, consolidação e encaminhamento da proposta orçamentária anual e dos pedidos de reformulação orçamentária das UORGs, em parceria com a GGES, de forma alinhada ao planejamento estratégico institucional;

III - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à elaboração, análise, consolidação e execução dos orçamentos da ANA;

IV - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas à programação e execução financeira;

V - coordenar e supervisionar, em articulação com as UORGs, as atividades relacionadas à programação e descentralização orçamentária e financeira;

VI - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas às programações orçamentárias e financeiras das UORGs com vistas ao cumprimento do PGI; e

VII - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COORF está subordinada a Divisão de Programação Orçamentária - DIPRO com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 104. À Coordenação de Recursos Externos - COREX compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios relativos a contratações com recursos externos, de organismos internacionais e multilaterais;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira dos contratos com organismos internacionais e multilaterais visando à sua programação e possíveis alterações;

III - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao fluxo de caixa visando à tomada de decisão quanto aos futuros pagamentos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à execução de contratos e outros instrumentos congêneres; e

V - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Art. 105. À Coordenação de Apoio Logístico à Rede Nacional Hidrometeorológica - CALRH compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de logística da Rede Nacional Hidrometeorológica e da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais e das Salas de Situação da ANA e dos entes estaduais;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à gestão patrimonial, aos contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres relacionados à Rede Nacional Hidrometeorológica e à Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais;

III - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas às aquisições de pequena monta, por meio de suprimento de fundos, visando atender as demandas emergenciais relacionados à Rede Nacional Hidrometeorológica e à Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais; e

IV - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Art. 106. À Coordenação de Recursos Logísticos - COREL compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, distribuição, registro e cadastramento dos bens móveis pertencentes ao patrimônio da ANA, promover o levantamento físico e elaborar o inventário;

II - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à aquisição de materiais de consumo de uso comum, zelar pelo armazenamento, organização, segurança, distribuição e preservação do estoque de material, bem como proceder ao controle físico e financeiro;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de transporte de pessoas, cargas e materiais, em âmbito nacional, inclusive a gestão da frota de veículos da ANA;

IV - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de telefonia fixa e móvel, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional;

V - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços gráficos, de reprografia, de apoio logístico a eventos e de outros serviços gerais nas dependências da ANA;

VI- coordenar, acompanhar e orientar a instrução dos processos de dispensa de licitação, nos termos dos incisos I e II, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993, de interesse da SAF, e verificar a regularidade formal dos processos instruídos por outras UORGs;

VII- propor rotinas visando à melhoria e a racionalização dos serviços com economicidade dos recursos; e

VIII - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COREL estão subordinadas a Divisão de Logística e Serviços Gerais - DILOG, a Divisão de Patrimônio - DIPAT e a Divisão de Almoxarifado - DIALM, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 107. À Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares - COAPO compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à manutenção e segurança predial, obras e serviços de engenharia;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos serviços de restaurante, copeiragem, vigilância, brigada de incêndio, recepcionista, chaveiro, confecção de carimbos, carregador, jardinagem, limpeza e conservação;

III - planejar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos bens imóveis da ANA, promover o levantamento físico e elaborar o inventário;

IV - propor rotinas visando à melhoria e a racionalização dos serviços com economicidade dos recursos;

V - promover a articulação e a cooperação técnica com os órgãos do Complexo Administrativo do Setor Policial;

VI - supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à manutenção e segurança predial, obras e serviços de engenharia;

VII - supervisionar e acompanhar as atividades relacionadas ao consumo de energia elétrica, água, esgoto e propor medidas de economia e controle do desperdício, visando à sustentabilidade;

VIII - supervisionar e acompanhar a elaboração de projetos de engenharia e de arquitetura das obras de construção, instalação, reforma e ampliação de imóveis;

IX - gerir o sistema de administração patrimonial relativo aos bens imóveis sob a guarda da ANA;

X - realizar aquisições de pequena monta, por meio de suprimento de fundos, visando atender as demandas emergenciais da ANA; e

XI - subsidiar a SAF na definição da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Parágrafo único. À COAPO está subordinada a Divisão de Obras e Serviços Auxiliares - DIOSA, com competências estabelecidas em normativo específico.

Art. 108. À Coordenação de Aquisições, Contratos e Convênios - COACC compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos processos nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação, para aquisição de bens e contratação de serviços;

II - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de formalização de contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres;

III - efetuar e acompanhar os registros nos sistemas estruturantes e disponibilizar no SIASG as informações relativas aos contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres;

IV - elaborar o apostilamento de contratos, convênios, atas de registro de preços e outros instrumentos congêneres e encaminhar para a publicação no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS ou no Diário Oficial da União - DOU;

V - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no SICONV e no SIAFI;

VI - subsidiar o Ordenador de Despesas na avaliação da análise da prestação de contas final de convênios e termos de parceria, para a aprovação da correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados pela ANA; e

VII - subsidiar a SAF na elaboração da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Art. 109. À Coordenação de Licitações - COLIC compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios nas modalidades previstas na legislação, inclusive nos casos de contratação direta por dispensa de licitação nos termos dos incisos III a XXXIV, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993, para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;

II - analisar e propor as adequações dos projetos básicos e termos de referência nos processos licitatórios junto às unidades demandantes;

III - elaborar minutas de editais de licitação, minutas de contratos e demais documentos, visando à formalização e à instrução dos processos licitatórios e propor o encaminhamento à PF/ANA, para análise e parecer;

IV - realizar o certame licitatório, auxiliar e contribuir com as respostas aos questionamentos, impugnações de editais e ações correlatas, em parceria com as unidades demandantes ou comissões especiais de licitação e adotar as providências necessárias à conclusão dos processos licitatórios, propondo, se for o caso, a realização de diligências objetivando o esclarecimento de fatos, observando-se os prazos estabelecidos na legislação;

V - efetivar os procedimentos de julgamento de impugnações, aceitação e recursos administrativos;

VI - adjudicar a licitação na modalidade pregão, quando for o caso, e encaminhar para a homologação;

VII - providenciar divulgação dos avisos e demais atos relativos à licitação, no Diário Oficial da União - DOU, em jornais de grande circulação, nos sítios da ANA e do Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br);

VIII - elaborar, anualmente, relatório consolidado dos processos de licitação; e

IX - subsidiar a SAF na definição da programação orçamentária dos recursos consignados à área de sua competência.

Art. 110. À Coordenação do Centro de Documentação - CEDOC compete:

I - gerir a política de documentação da ANA, garantindo a recuperação da informação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória;

II - normalizar e coordenar os procedimentos de recebimento, registro, produção, expedição, tramitação, arquivamento, avaliação, eliminação, consulta, empréstimo, digitalização, certificação digital, automação de fluxos de trabalho e processamento eletrônico de formulários e documentos de arquivo, bem como os de aquisição, intercâmbio, tratamento, alimentação de base de dados, empréstimo e avaliação de documentos bibliográficos;

III - executar, por intermédio de suas divisões, as atividades pertinentes ao Protocolo e Expedição, ao Arquivo Central e à Biblioteca;

IV - definir e gerenciar os sistemas eletrônicos de gestão de documentos arquivísticos e bibliográficos no âmbito da ANA e orientar a gestão e preservação dos documentos digitais;

V - orientar a aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da ANA, e presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPADOC;

VI - atender a pedidos de informação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/ANA no tocante à informação classificada ou desclassificada em grau de sigilo e às solicitações de pedidos de cópias e de vista de documentos e processos no âmbito interno e externo à ANA; e

VII - planejar e coordenar o treinamento e capacitação e prestar apoio aos servidores e responsáveis pelos arquivos setoriais das UORGs, no sistema informatizado de gestão arquivística de documentos.

Parágrafo único. À Coordenação do Centro de Documentação - CEDOC estão subordinadas a Divisão de Protocolo e Expedição - (DPROE), a Divisão de Arquivo Central - (DIARQ) e a Divisão de Biblioteca - (DIBIB), com competências estabelecidas em normativo específico.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das Atribuições dos Diretores

Art. 111. São atribuições comuns aos Diretores da ANA:

I - executar as decisões tomadas pela Diretoria Colegiada;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares no âmbito das competências da ANA;

III - zelar pela credibilidade e imagem institucional da ANA;

IV - zelar pelo cumprimento dos planos, programas e projetos de competência da ANA;

V - praticar e expedir os atos de gestão administrativa no âmbito de suas atribuições;

VI - planejar, coordenar, controlar e supervisionar, de forma articulada, as atividades relativas às UORGs de Processos Organizacionais;

VII - responsabilizar-se solidariamente quanto aos resultados, objetivos e metas de trabalho da ANA, bem como à prestação de contas periódica ao órgão de controle externo da União;

VIII - fazer inserir matéria na pauta de reunião da Diretoria Colegiada, por meio de comunicação à SGE;

IX - determinar a qualquer UORGs a elaboração de estudos e o envio de informações sobre matéria de sua alçada, bem como, mediante solicitação aos seus titulares, convocar servidores para prestar informações de sua competência; e

X - coordenar, por delegação da Diretoria Colegiada, programas e projetos que envolvam diferentes UORGs.

Seção II

Das Atribuições do Diretor-Presidente

Art. 112. São atribuições do Diretor-Presidente:

I - exercer a representação legal da ANA;

II - presidir as reuniões da Diretoria Colegiada e as audiências públicas de iniciativa da ANA, podendo ser substituído conforme o art. 10, deste Regimento Interno;

III - cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria Colegiada;

IV - decidir, ad referendum da Diretoria Colegiada, as questões de urgência;

V - decidir, em caso de empate, nas deliberações da Diretoria Colegiada;

VI - praticar os atos de gestão de recursos humanos, aprovar edital e homologar resultado de concurso público, nomear, exonerar, demitir e promover servidores do Quadro de Pessoal da ANA;

VII - requisitar, nomear e exonerar servidores, provendo os Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e os Cargos Comissionados Técnicos, após a aprovação da Diretoria Colegiada, e estabelecer critérios para a ocupação desses cargos;

VIII - encaminhar ao CNRH os relatórios elaborados pela Diretoria Colegiada e os assuntos de competência daquele Conselho;

IX - assinar contratos, convênios, acordos e respectivos aditivos, após deliberação da Diretoria Colegiada;

X - aprovar e assinar os aditamentos que não envolvam recursos financeiros adicionais, bem como autorizar as contratações com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993;

XI - ordenar despesas no âmbito de suas atribuições e praticar os atos de gestão de recursos orçamentários e financeiros, nos termos das normas vigentes;

XII - supervisionar o funcionamento dos setores da ANA;

XIII - exercer os atos de gestão superior relacionados às competências da ANA, nos termos deste Regimento Interno;

XIV - exercer o poder disciplinar;

XV - decidir quanto à homologação, anulação ou revogação dos procedimentos licitatórios da ANA;

XVI - delegar atos de gestão administrativa; e

XVII - emitir, mandando publicar, se for o caso, os atos administrativos de competência da ANA, inclusive a autorização de direito de uso de recurso hídrico, a declaração de reserva de disponibilidade hídrica e o CERTOH, em conformidade com as decisões da Diretoria Colegiada.

§ 1º É dispensável a deliberação de que trata o inciso IX deste artigo para a aprovação e assinatura de termos aditivos que não impliquem comprometimento de recursos financeiros adicionais.

§ 2º O Diretor-Presidente, nos seus afastamentos ou impedimentos, será substituído na forma do disposto no art. 10 deste Regimento Interno.

§ 3º Em caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente, as suas atribuições, no período que anteceder à nomeação de novo Diretor-Presidente, serão desempenhadas por um dos Diretores, indicado na forma do art. 10 deste Regimento Interno

Seção III

Das Atribuições do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente e dos Coordenadores de Gabinete dos Diretores

Art. 113. São atribuições do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de sua área de atuação;

II - auxiliar o Diretor-Presidente em sua representação política e social, e no preparo e despacho de seu expediente pessoal;

III - transmitir ordens e despachos do Diretor-Presidente; e

IV - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Diretor-Presidente.

Art. 114. São atribuições do Coordenador de Gabinete dos Diretores:

I - assistir diretamente o Diretor no preparo de sua pauta de despachos;

II - apoiar o monitoramento da execução da carteira de projetos e o andamento dos processos no âmbito da área de supervisão do Diretor;

III - coordenar, orientar e supervisionar o registro, a tramitação e a guarda de documentos oficiais submetidos ao Diretor;

IV - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, revisão e expedição de documentos oficiais a serem subscritos pelo Diretor;

V - orientar e acompanhar a publicação no Diário Oficial da União - DOU de atos relativos à ANA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - coordenar e orientar a execução das atividades de suprimento e apoio logístico, voltadas ao atendimento das necessidades do Diretor;

VII-monitorar a execução dos programas de desenvolvimento de pessoal, no âmbito da área de supervisão do diretor; e

VIII - adotar medidas destinadas a garantir o sigilo e a segurança no trâmite dos documentos de caráter sigiloso dirigidos ao Diretor.

Parágrafo Único: As atribuições dos Coordenadores de Gabinete, observadas as competências de cada área, serão executadas de forma articulada com a Chefia de Gabinete do Diretor-Presidente.

Seção IV

Das Atribuições do Secretário-Geral

Art. 115. São atribuições do Secretário-Geral:

I - assessorar a Diretoria Colegiada;

II - organizar e apoiar administrativamente as reuniões da Diretoria Colegiada;

III - executar ou coordenar outras atividades determinadas pela Diretoria Colegiada;

IV - encaminhar os assuntos pertinentes para análise e decisão da Diretoria Colegiada; e

Seção V

Das Atribuições do Procurador-Chefe

Art. 116. São atribuições do Procurador-Chefe:

I - exercer as prerrogativas legais e institucionais da PF/ANA, delegando-as aos Procuradores em exercício na ANA, em função da conveniência de trabalho;

II - administrar o contencioso da ANA;

III - coordenar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos Procuradores em exercício na ANA, aprovando os respectivos pareceres;

IV - praticar os atos necessários ao exercício da competência referida no art. 28, deste Regimento Interno;

V - supervisionar as atividades administrativas da PF/ANA; e

VI - participar das sessões e reuniões da Diretoria Colegiada, sem direito a voto.

Seção VI

Das Atribuições do Auditor-Chefe

Art.117. São atribuições do Auditor-Chefe:

I - coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de auditoria interna da ANA;

II - assessorar a Diretoria Colegiada;

III - decidir sobre a priorização da execução das auditorias ordinárias e extraordinárias;

IV - submeter o PAINT para análise do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Diretoria Colegiada da ANA, para fins de aprovação, em conformidade com os normativos vigentes;

V - encaminhar ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União o RAINT;

VI - acompanhar a legislação relacionada ao Controle Interno, e zelar pelo seu cumprimento;

VII - avaliar periodicamente e propor medidas para o aprimoramento dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança na Agência; e

VIII- apoiar o Comitê de Governança, Riscos e Controles da ANA, salvaguardando sua independência no processo de avaliação do gerenciamento de riscos, controles e governança.

Seção VII

Das Atribuições do Corregedor

Art. 118. São atribuições do Corregedor:

I - fiscalizar as atividades funcionais da ANA;

II - apreciar as representações que lhe forem encaminhadas relativamente à atuação dos servidores;

III - realizar correição nas UORGs;

IV - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, submetendo-os à decisão do Diretor-Presidente;

V - exercer as atividades de Ouvidoria da ANA, especificamente quanto ao recebimento de denúncias, reclamações, elogios ou críticas, referentes à atuação dos órgãos e agentes da ANA no exercício das suas atribuições institucionais;

VI - promover as ações necessárias ao esclarecimento das reclamações e denúncias, acompanhando sua tramitação e respondendo aos cidadãos quanto às providências tomadas pela ANA; e

VII - informar a Diretoria Colegiada sobre as questões de maior ocorrência ou repercussão, como forma de subsidiar propostas de melhoria na gestão administrativa e na execução das atividades institucionais da ANA.

Seção VIII

Das Atribuições do Gerente-Geral de Estratégia

Art. 119. São atribuições do Gerente-Geral de Estratégia:

I - planejar, coordenar e avaliar as ações relativas às Assessorias e Coordenações de suporte à gestão e suporte à representação da Diretoria Colegiada;

II - organizar a demanda da Diretoria Colegiada relativa às Assessorias e Coordenações e coordenar o fluxo das informações;

III - promover a atuação integrada das UORGs;

IV - apresentar à Diretoria Colegiada, em prazo por ela fixado, relatório de suas atividades; e

V - coordenar a gestão de pessoas da Gerência-Geral.

Seção IX

Das Atribuições do Assessor Internacional

Art. 120. São atribuições do Assessor Internacional:

I - prestar assessoria a Diretoria Colegiada e aos Diretores em suas relações com organizações, organismos e fóruns internacionais relacionados ao tema água;

II - promover a integração e a articulação das atividades da ANA relativas a representação do Brasil junto a organismos internacionais, em articulação com o MRE e outros órgãos e entidades envolvidas em questões de recursos hídricos;

III - propor à Diretoria Colegiada o planejamento, o desenvolvimento e a implementação da agenda internacional, composta de programas, projetos e atividades de interesse da Agência; e

IV- orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração dos relatórios de responsabilidade da área de atuação.

Seção X

Das Atribuições do Assessor de Comunicação Social

Art. 121. São atribuições do Assessor de Comunicação Social:

I - prestar assessoria a Diretoria Colegiada e aos Diretores nas atividades de comunicação institucional e de comunicação interna e em suas relações com a imprensa;

II - monitorar a implementação da política de comunicação da ANA, bem como propor revisões e atualizações periódicas;

III - orientar as ações da ANA na mídia impressa, falada, televisionada, e eletrônica, além daquelas relativas a eventos e cerimonial; e

IV- orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração dos relatórios de responsabilidade da área de atuação.

Seção XI

Das Atribuições do Assessor de Assuntos Parlamentares

Art. 122. São atribuições do Assessor de Assuntos Parlamentares:

I - assessorar a Diretoria Colegiada e os Diretores na interlocução com os poderes legislativos;

II - estabelecer relacionamento com órgãos dos poderes legislativos, promovendo os programas, projetos e ações da ANA; e

III - auxiliar os Diretores audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional.

Seção XII

Das Atribuições dos Superintendentes

Art. 123. São atribuições dos Superintendentes:

I - planejar, coordenar, controlar, supervisionar a execução e avaliar os processos, projetos e programas da ANA sob sua responsabilidade, com foco em resultados, de acordo com as diretrizes traçadas pela Diretoria Colegiada;

II - acompanhar a evolução dos indicadores de realização e de desempenho dos programas governamentais que tenham relação com as atividades da ANA, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas;

III - encaminhar, com notas técnicas ou parecer circunstanciado e conclusivo, os assuntos pertinentes para decisão da Diretoria Colegiada;

IV - elaborar a respectiva proposta orçamentária, inclusive com quadros de detalhamento de dispêndios, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da ANA, segundo as diretrizes da Diretoria Colegiada;

V - apresentar à Diretoria Colegiada propostas de aperfeiçoamento necessário à eficácia do ambiente institucional de atuação da ANA;

VI - contribuir na elaboração do planejamento estratégico e dos relatórios de gestão e de atividades da ANA;

VII - propor aprimoramentos dos processos organizacionais da ANA;

VIII - propor a celebração de acordos, ajustes, convênios e contratos com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos de competência da ANA, e, ainda, analisar e avaliar, sob os aspectos técnico e financeiro, as prestações de contas dos convênios, cabendo ao Ordenador de Despesas avaliar e aprovar a correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados;

IX - apresentar à Diretoria Colegiada, em prazo por ela fixado, relatório de suas atividades;

X - receber e manter os bens patrimoniais da ANA, necessários à execução das atividades da respectiva área de competência; e

XI - coordenar a gestão de pessoas da superintendência.

Seção XIII

Das Atribuições dos Superintendentes Adjuntos

Art. 124. São atribuições dos Superintendentes Adjuntos:

I - assistir ao Superintendente no desempenho de suas funções regimentais;

II - representar e substituir o Superintendente em sua ausência, nos afastamentos e impedimentos legais e na vacância do cargo;

III - auxiliar o Superintendente no desenvolvimento e implementação dos programas, projetos e atividades da Superintendência;

IV - auxiliar o Superintendente na gestão física, financeira e de gestão de pessoas da Superintendência; e

V - executar outras atividades que lhe forem designadas pelo Superintendente.

Seção XIV

Das Atribuições dos Coordenadores-Gerais

Art. 125. São atribuições dos Coordenadores-Gerais:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações das áreas de competência da Coordenação-Geral;

II - decidir, em conjunto com o Superintendente, as diretrizes técnicas da área de competência da Coordenação-Geral;

III - gerenciar a atuação integrada dos processos das Coordenações, a fim de garantir o suporte adequado para o alcance dos objetivos estratégicos da ANA;

IV - gerenciar pessoas e promover o desenvolvimento profissional dos servidores lotados na área de atuação;

V - representar, quando designado, o Superintendente em eventos e reuniões; e

VI - atestar notas técnicas e pareceres de questões relativas à competência das Coordenações de sua área.

Seção XV

Das Atribuições dos Coordenadores

Art. 126. São atribuições dos Coordenadores:

I - auxiliar o Chefe da UORGs na definição de diretrizes técnicas da área de competência da Coordenação;

II - auxiliar o Chefe da UORGs no planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação das ações da área de competência da Coordenação;

III - coordenar a proposição de ações da área de sua competência, com vistas a subsidiar a formulação da proposta orçamentária da Superintendência ou da UORGs de atuação;

IV - acompanhar a tramitação de processos e documentos de interesse da Coordenação;

V - atestar notas técnicas e pareceres de questões relativas à competência da Coordenação;

VI - acompanhar a agenda do Superintendente ou do Chefe da UORGs a que estiver subordinado;

VII - representar, quando designado, o Superintendente ou Chefe da UORGs em eventos e reuniões;

VIII - providenciar a formulação de respostas a pedidos de informações que envolvam as competências da Coordenação;

IX - propor, monitorar e avaliar as metas institucionais e individuais da área de competência da Coordenação;

X - propor ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores da Coordenação;

XI - fornecer informações das ações sob responsabilidade da Coordenação;

XII - orientar a gestão de contratos, convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica, termos de parceria e contratos de repasse sob responsabilidade da Coordenação; e

XIII - subsidiar os Chefe da UORGs na avaliação dos servidores com vistas à progressão funcional, a promoção na carreira e ao desempenho deles em estágio probatório.

§ 1º O Diretor Presidente disporá para seu gabinete de dois Cargos Comissionado Técnico - CCT V e cada Diretor de um Cargo Comissionado Técnico - CCT V que terão atribuição de prestar aconselhamento técnico e realizar as atividades que facilitem o processo decisório da ANA.

§ 2º Cada UORG disporá de um Cargo Comissionado Técnico - CCT V, responsável por prestar assessoramento ao Chefe da UORG e aos Coordenadores nas atividades relativas ao processo decisório, à conformidade técnica dos processos, na consolidação das informações, na gestão de projetos e processos, nas proposições de elaboração e execução orçamentária e nas atividades relativas à gestão de pessoas.

Seção XVI

Das Atribuições dos Assessores

Art. 127. São atribuições dos Assessores:

I - prestar assessoria ao Diretor na execução das atividades de sua área de atuação;

II - auxiliar o Diretor no planejamento e desenvolvimento de estudos relativos à área de atuação;

III- orientar, coordenar e consolidar o processo de elaboração dos relatórios de responsabilidade da área de atuação; e

IV - prestar apoio ao Diretor no fortalecimento da articulação e integração das ações de competência da Unidade, tanto no nível interno quanto com as UORGs e as contrapartes externas à Agência.

Parágrafo único. Cada Diretor irá dispor para seu gabinete de um Assessor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IX
DO CONTRATO DE GESTÃO
Seção I
Do Contrato de Gestão
Art. 128. A administração da ANA será regida por Contrato de Gestão, negociado entre o Diretor-Presidente e o Ministro de Estado do Meio Ambiente, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente.
§ 1º O Contrato de Gestão tem por objetivo a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira da ANA.
§ 2º O Contrato de Gestão conterá:
I - premissas e metas, inclusive, se for o caso, com seus respectivos planos de ação;
II - demonstrativo de compatibilidade dos planos de ação com o orçamento e com as normas de execução orçamentária;
III - critérios de avaliação de desempenho a serem considerados no cumprimento do contrato;
IV - obrigação de responsabilidades das partes contratantes em relação ao cumprimento das metas definidas, inclusive no provimento dos meios necessários à consecução dos resultados propostos; e
V - prazo de duração e critérios de prorrogação e de rescisão.
§ 3º A Diretoria Colegiada subscreverá o Contrato de Gestão após sua unânime aprovação.
§ 4º A inexistência do Contrato de Gestão não impedirá o normal desempenho da ANA no exercício de suas competências.
CAPÍTULO X
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Seção I
Das Audiências Públicas
Art. 129. As decisões da Diretoria Colegiada poderão ser precedidas de audiências públicas com os objetivos de:
I - recolher subsídios e informações;
II - propiciar aos usuários envolvidos a possibilidade de encaminhamento de opiniões e sugestões;
III - identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes da matéria objeto da audiência pública; e
IV - dar publicidade à ação da ANA.
§ 1º- As audiências públicas serão convocadas, na forma estabelecida pela Diretoria Colegiada, e serão presididas pelo Diretor-Presidente ou por um dos Diretores da ANA.
§ 2º Os procedimentos relativos a audiências públicas serão estabelecidos em normativo específico.

ANEXO II

Nível	Valor (R$)	Quant Prop	Despesa (R$) Proposta
CD - I	16.681,48	1	16.681,48
CD - II	15.847,41	4	63.389,64
CGE - I	15.013,32	15	225.199,80
CGE - II		0	-
CGE - III	12.511,10	11	137.622,10
CGE - IV	8.340,73	15	125.110,95
CA - I	-	0	-
CA - II	12.511,10	9	112.599,90
CA - III		0	-
CAS - I	2.634,85	3	7.904,55
CAS - II	2.283,53	1	2.283,53
CCT - V	3.171,58	72	228.353,76
CCT - IV	2.317,66	0	-
CCT - III	1.176,02	13	15.288,26
CCT - II	1.036,73	43	44.579,39
CCT - I		0	-
TOTAL		187	979.013,36

RESOLUÇÕES DE 30 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1.934, de 30/10/2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 698ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 12.334, de 20/09/2010, o disposto na Resolução CNRH nº 143, de 10/072012, o disposto na Resolução ANA nº 132, de 22/02/2016, resolveu aprovar os atos relacionados com classificação de barragens quanto ao Dano Potencial Associado:

Nº 34 - Departamento de Águas e Energia Elétrica do estado de São Paulo - DAEE, Barragem Pedreira, código SNISB 2243, rio Jaguari, Município de Campinas/SP.

Nº 35 - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, Barragem Poty (ou do Batalhão), código SNISB 2378, rio Poty, Município de Crateús/CE.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MP nº 108, de 2 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de maio de 2018, Seção 1, página 70, onde se lê: "Art. 3º A responsabilidade pela realização do concurso público será do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, a quem caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009." leia-se: "A responsabilidade pela realização do concurso público será do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a quem caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. "

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 4.752, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 31, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e pelo art. 2º, § 3º, inciso I, da Portaria MP nº 17, de 7 de fevereiro de 2018, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e nos elementos que integram os Processo Administrativo nº 03154.003424/2018-06, resolve:

Art. 1º Atestar a indisponibilidade de imóveis da União para atender a demanda do Ministério da Educação/Instituto Federal Catarinense - IFC - Campus Fraiburgo.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Educação/ Instituto Federal Catarinense - IFC - Campus Fraiburgo, uma vez decidindo pela locação, adotar todos os procedimentos a ela necessários, inclusive relacionados à verificação de dotação orçamentária, dispensa/inexigibilidade de licitação, realização de procedimento concorrencial, quando for o caso, e assinatura do contrato, valendo-se do assessoramento prestado pelo seu respectivo órgão jurídico.

Parágrafo único. Depois de assinado o contrato de locação, caberá ao Ministério da Saúde a inclusão dos dados referentes ao imóvel locado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 3º O atesto dado por intermédio desta Portaria não supre a necessidade da aquiescência das demais autoridades previstas no Decreto nº 7.689, de 2012, e nem de observância da legislação pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 4.758, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 21028.006216/9864, resolve:

Art. 1º - Autorizar a doação, com encargo, à Universidade Federal de Uberlândia - UFU do imóvel de propriedade da União, com área total de 59,00 ha, denominado Fazenda Capim Branco, situado no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, registrado sob o nº14.824, livro nº 3-GG, folha nº 156, no Cartório do 1º Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Uberlândia.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção do funcionamento da própria Universidade.

Art. 3º - A donatária responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º - O encargo de que trata o artigo 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito da donatária a qualquer indenização por obras realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista ou se ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º - Fica a donatária responsável pela averbação dos acessórios no Cartório de Registro de Imóveis, bem como pelas demais averbações ou providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 6º - A presente doação não exime a donatária de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 7º - É vedada à donatária a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 8º - Fica revogada a Portaria nº 116, de 24 de maio de 2016, publicada no D.O.U. nº 100, de 27 de maio de 2016, página 109.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 4.782, DE 4 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, com fundamento no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo nº 04936.005345/2012-00, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargos, ao Município de Campo Bonito, estado do Paraná, do imóvel de propriedade da União, com área de 477.986,00m², constituído pelo lote nº A-1, localizado naquele município, devidamente registrado na matrícula nº 10.741 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniaçu/PR, e inscrito sob o RIP SPIUnet nº 8475.00001.500-9.

Parágrafo único. A área do imóvel descrito no caput corresponde àquela que consta na matrícula.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária de interesse social de núcleo urbano informal, composto de aproximadamente 530 imóveis, beneficiando aproximadamente 400 famílias de baixa renda.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente aos beneficiários finais o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas do imóvel ora autorizado em doação, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º, da Lei 9.636, de 1998;

II - nos contratos de transferência, dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos;

III - destinar os recursos advindos das alienações onerosas aos eventuais ocupantes que não se enquadrem nos critérios de gratuidade da legislação patrimonial para instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto;

IV - concluir a titulação em nome dos beneficiários no prazo de 4 (quatro) anos, contado da assinatura do respectivo contrato; e

V - encaminhar para a Superintendência do Patrimônio da União no estado do Paraná, para que seja anexada ao processo, a relação dos beneficiários finais, informando a classificação de cada beneficiário, assim como o montante arrecadado por meio de eventual alienação.

1º As transferências de que tratam o inciso I do caput deste artigo deverão ser feitas preferencialmente em nome da mulher.

§ 2º O prazo estabelecido no inciso IV do caput deste artigo poderá ser prorrogado por iguais períodos a critério da União, conforme análise de oportunidade e conveniência.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5° Os encargos de que trata o art. 3° desta Portaria serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel ao Patrimônio da União, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, estipulada no artigo 2° desta Portaria;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 6º A efetivação da doação a que se refere o art. 1º fica condicionada à apresentação de laudo de avaliação atualizado elaborado com observância do disposto na Instrução Normativa SPU nº 2, de 2 de maio de 2017.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 4 DE MAIO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.015606/2015-69	207809836	Alianca Engenharia Ltda	AM
2	46202.015608/2015-58	207809852	Alianca Engenharia Ltda	AM
3	46202.015610/2015-27	207809801	Alianca Engenharia Ltda	AM
4	46202.015612/2015-16	207809810	Alianca Engenharia Ltda	AM
5	46202.015613/2015-61	207809798	Alianca Engenharia Ltda	AM
6	46202.015614/2015-13	207809780	Alianca Engenharia Ltda	AM
7	46202.015615/2015-50	207809771	Alianca Engenharia Ltda	AM
8	46202.015617/2015-49	207809755	Alianca Engenharia Ltda	AM
9	46202.015618/2015-93	207809747	Alianca Engenharia Ltda	AM
10	46202.015619/2015-38	207809739	Alianca Engenharia Ltda	AM
11	46202.015620/2015-62	207809721	Alianca Engenharia Ltda	AM
12	46202.015621/2015-15	207809712	Alianca Engenharia Ltda	AM
13	46202.015622/2015-51	207718776	Alianca Engenharia Ltda	AM
14	46202.015609/2015-01	207809828	Alianca Engenharia Ltda	AM
15	46202.015616/2015-02	207809763	Alianca Engenharia Ltda	AM
16	46202.015623/2015-04	207718768	Alianca Engenharia Ltda	AM
17	46202.015607/2015-11	207809844	Alianca Engenharia Ltda	AM
18	46202.014110/2015-78	207648018	Fundacao de Apoio ao Idoso Doutor Thomas	AM
19	46202.019006/2014-99	202839893	Globalservice Vigilância e Segurança Ltda.	AM
20	46202.019007/2014-33	202839907	Globalservice Vigilância e Segurança Ltda.	AM
21	46202.015833/2014-11	204863929	Navegação Nóbrega Ltda	AM
22	46202.015876/2014-99	204854571	Navegação Nobrega Ltda.	AM
23	47904.016501/2012-30	25457764	Bompreco Bahia Supermercados Ltda	BA
24	47904.016502/2012-84	25457772	Bompreco Bahia Supermercados Ltda	BA
25	47904.010782/2011-36	21065519	Da Vinci Empreendimento Imobiliario Ltda	BA
26	47904.009012/2011-41	20871139	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
27	47904.009016/2011-29	20871112	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
28	47904.009017/2011-73	20871180	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
29	47904.009018/2011-18	20871082	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
30	47904.009019/2011-62	20871163	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
31	47904.009020/2011-97	20871120	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
32	47904.009021/2011-31	20871090	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
33	47904.009011/2011-04	20871155	Gazin Ind e Com de Moveis e Eletrodomesticos Ltda	BA
34	47904.019604/2013-32	202202003	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
35	47904.019606/2013-21	202202771	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
36	47904.019607/2013-76	202202445	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
37	47904.019609/2013-65	202202437	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
38	47904.019612/2013-89	202202411	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
39	47904.019616/2013-67	202202372	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
40	47904.019618/2013-56	202202330	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
41	47904.019620/2013-25	202202313	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
42	47904.019621/2013-70	202202305	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
43	47904.019623/2013-69	202202283	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
44	47904.019628/2013-91	202202020	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
45	47904.019619/2013-09	202202321	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
46	47904.019624/2013-11	202202241	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
47	47904.019615/2013-12	202202381	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda ME	BA
48	47904.019626/2013-01	202202232	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda - ME	BA
49	47904.019611/2013-34	202202429	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda - ME	BA
50	47904.019614/2013-78	202202402	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda - ME	BA
51	47904.019629/2013-36	202202356	Industria de Biscoitos Tradicional Ltda - ME	BA
52	47904.018173/2012-14	25499076	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
53	47904.018174/2012-51	25499068	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
54	47904.018176/2012-40	25499050	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
55	47904.018287/2012-56	24811688	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
56	47904.018289/2012-45	24811661	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
57	47904.018290/2012-70	24811670	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
58	47904.018288/2012-09	24811653	SME Construcoes e Montagens Industriais Ltda	BA
59	47904.003280/2013-11	25472739	Valenca da Bahia Maricultura S/A	BA
60	46205.015289/2015-51	208189220	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
61	46205.015290/2015-85	208189246	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
62	46205.015291/2015-20	208189262	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
63	46205.015292/2015-74	208189190	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
64	46205.015293/2015-19	208189181	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
65	46205.015294/2015-63	208189289	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
66	46205.015295/2015-16	208189092	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
67	46205.015296/2015-52	208189076	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
68	46205.015298/2015-41	208189122	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
69	46205.015299/2015-96	208189157	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
70	46205.015297/2015-05	208189131	Farrapos Calçados Ltda. ME	CE
71	46205.004356/2013-40	200317105	Liquigas Distribuidora S.A.	CE
72	46205.011849/2014-17	203991362	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	CE
73	46205.011850/2014-41	203946022	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	CE
74	46205.007164/2015-57	206831757	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
75	46205.007165/2015-00	206831650	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
76	46205.007166/2015-46	206831480	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
77	46205.007167/2015-91	206831374	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
78	46205.007168/2015-35	206830807	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
79	46205.007163/2015-11	206830955	Rejane Silva do Nascimento ME	CE
80	46285.000568/2015-77	206744692	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
81	46285.000570/2015-46	206745052	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
82	46285.000571/2015-91	206745109	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
83	46285.000572/2015-35	206745150	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
84	46285.000573/2015-80	206745192	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
85	46285.000569/2015-11	206744901	Sitio da Serra Fruticultura Ltda. ME	CE
86	46206.007166/2015-36	206730641	Centro de Ensino Candanguinho Ltda	DF
87	46206.012777/2015-04	207169781	Confere Comercio e Servicos de Alimentacao e Produtos de Seguranca Eletronica Ltda.	DF
88	46206.011620/2015-53	207225516	Fundacao Assis Chateaubriand	DF
89	46206.012061/2015-07	207259984	Golfo & Allani Comercio de Confeccoes Ltda - EPP	DF
90	46206.003072/2015-98	25949578	Impar Servicos Hospitalares S/A	DF
91	46206.005001/2015-20	25949756	Impar Servicos Hospitalares S/A	DF
92	46206.011500/2015-56	207200157	LB Valor Construcoes S/A.	DF
93	46206.013113/2015-54	207393753	LB Valor Construcoes S/A.	DF
94	46206.003628/2015-46	206221843	Mais Auto-Servico e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda - ME	DF
95	46206.005054/2015-41	206464355	Mais Auto-Servico e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda - ME	DF
96	46206.010815/2015-86	207085293	R & M Calcados Ltda - ME	DF
97	46206.011501/2015-09	207199884	Real Expresso Limitada	DF
98	46206.011799/2015-49	207101019	T E S E - Terceirizacao de Servicos Ltda - ME	DF
99	46207.007847/2012-41	20565658	Banestes -Banco do Estado do Espírito Santo S/A	ES
100	46207.004970/2014-72	203734017	Carlos Andre Covre	ES
101	46207.004971/2014-17	203734149	Carlos Andre Covre	ES
102	46207.004972/2014-61	203734262	Carlos Andre Covre	ES
103	46207.004973/2014-14	203734271	Carlos Andre Covre	ES
104	46207.003965/2014-42	203377729	Empresa de Transportes Atlas Ltda	ES
105	46207.004983/2014-41	203734556	Moyses Alvino Covre	ES
106	46207.004984/2014-96	203734572	Moyses Alvino Covre	ES
107	46207.004985/2014-31	203734611	Moyses Alvino Covre	ES
108	46207.004982/2014-05	203734483	Moyses Alvino Covre	ES
109	46207.008828/2014-02	204481716	Plantacoes e Michelin Ltda	ES
110	46207.005545/2013-10	201207788	Tubos Soldados Atlantico S/A	ES
111	46207.003235/2014-41	203282311	Viacao Itapemirim S.A.	ES
112	46207.003234/2014-05	203273087	Viacao Itapemirim S.A.	ES
113	46208.000463/2015-31	205741321	Juarez Mendes Melo	GO
114	46208.000467/2015-19	205740839	Juarez Mendes Melo	GO
115	46208.000489/2015-89	205762221	Juarez Mendes Melo	GO
116	46208.000490/2015-11	205762310	Juarez Mendes Melo	GO
117	46223.010461/2014-81	204384231	JRC Dias Agropecuária	MA
118	47747.003493/2015-64	206475497	Agnaldo Dias	MG
119	46239.001153/2011-42	22464255	Asthurias Agricola S/A Recuperação Judicial	MG
120	46239.001168/2011-19	24088226	Asthurias Agricola S/A Recuperação Judicial	MG
121	47747.010165/2013-52	202303152	Dansville Vestuarios Eireli - EPP	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

122	47747.010163/2013-63	202303250	Dansville Vestuarios Eireli - EPP	MG
123	47747.010164/2013-16	202303233	Dansville Vestuarios Eireli - EPP	MG
124	47747.010157/2013-14	202303411	Dansville Vestuarios Ltda	MG
125	47747.010158/2013-51	202303381	Dansville Vestuarios Ltda	MG
126	47747.010159/2013-03	202303420	Dansville Vestuarios Ltda	MG
127	46243.000637/2014-58	202780686	Ferro Parts Ltda	MG
128	46243.000639/2014-47	202780627	Ferro Parts Ltda	MG
129	46243.000640/2014-71	202780619	Ferro Parts Ltda	MG
130	46243.000642/2014-61	202780601	Ferro Parts Ltda	MG
131	46243.000636/2014-11	202780635	Ferro Parts Ltda	MG
132	47747.010212/2013-68	202260372	Ferrosider Metalmecanica Ltda	MG
133	47747.010214/2013-57	202260321	Ferrosider Metalmecanica Ltda	MG
134	47747.010215/2013-00	202260313	Ferrosider Metalmecanica Ltda	MG
135	47747.010213/2013-11	202260364	Ferrosider Metalmecanica Ltda	MG
136	46240.000265/2014-90	203091370	Fundação Assistencial Viçosense	MG
137	46240.000266/2014-34	203091442	Fundação Assistencial Viçosense	MG
138	46240.000267/2014-89	203091485	Fundação Assistencial Viçosense	MG
139	46243.003456/2014-83	204943582	Lincon Industria e Comercio Ltda	MG
140	46243.003457/2014-28	204943612	Lincon Industria e Comercio Ltda	MG
141	46243.003458/2014-72	204943663	Lincon Industria e Comercio Ltda	MG
142	46243.003461/2014-96	204959888	Lincon Industria e Comercio Ltda	MG
143	46243.003460/2014-41	204960401	Lincon Indústria E Comércio Ltda	MG
144	46236.001706/2014-30	204124158	Maria Constanza de Lima Muniz Botelho	MG
145	47747.008787/2014-00	204853605	Maxima Locacao de Mao-de-Obra e Servicos Ltda - EPP	MG
146	47747.008782/2014-79	204844126	Maxima Locacao de Mao-de-Obra e Servicos Ltda - EPP	MG
147	47747.008783/2014-13	204844231	Maxima Locacao de Mao-de-Obra e Servicos Ltda - EPP	MG
148	47747.008784/2014-68	204844142	Maxima Locacao de Mao-de-Obra e Servicos Ltda - EPP	MG
149	47747.008785/2014-11	204844100	Maxima Locacao de Mao-de-Obra e Servicos Ltda - EPP	MG
150	46243.002400/2015-92	207100217	Viacao Sidon Ltda	MG
151	46243.002402/2015-81	207100241	Viacao Sidon Ltda	MG
152	46243.002403/2015-26	207100250	Viacao Sidon Ltda	MG
153	46243.002404/2015-71	207100268	Viacao Sidon Ltda	MG
154	46243.002405/2015-15	207100292	Viacao Sidon Ltda	MG
155	46243.002406/2015-60	207100284	Viacao Sidon Ltda	MG
156	46239.000085/2014-47	202656942	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
157	46239.000794/2014-22	202980677	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
158	46239.000795/2014-77	202981045	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
159	46239.000798/2014-19	202981754	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
160	46239.000803/2014-85	202982432	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
161	46239.000804/2014-20	202982581	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
162	46239.000811/2014-21	202983129	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
163	46239.000796/2014-11	202981266	W. Poços de Caldas Idiomas Ltda.	MG
164	47747.010139/2013-24	202303039	Windsor Vestuarios Eireli	MG
165	47747.010140/2013-59	202303071	Windsor Vestuarios Eireli	MG
166	47747.010146/2013-26	202301397	Windsor Vestuarios Eireli	MG
167	47747.010147/2013-71	202301435	Windsor Vestuarios Eireli	MG
168	47747.010148/2013-15	202301702	Windsor Vestuarios Eireli	MG
169	47747.010150/2013-94	202301524	Windsor Vestuarios Eireli	MG
170	47747.010151/2013-39	202302521	Windsor Vestuarios Eireli	MG
171	47747.010152/2013-83	202302504	Windsor Vestuarios Eireli	MG
172	47747.010153/2013-28	202302431	Windsor Vestuarios Eireli	MG
173	46312.003965/2015-26	208218246	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
174	46312.003953/2015-00	208251383	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
175	46312.003954/2015-46	208251146	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
176	46312.003955/2015-91	208251111	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
177	46312.003956/2015-35	208250743	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
178	46312.003957/2015-80	208231234	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
179	46312.003958/2015-24	208227181	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
180	46312.003959/2015-79	208226699	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
181	46312.003961/2015-48	208223185	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
182	46312.003962/2015-92	208222898	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
183	46312.003963/2015-37	208222782	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
184	46312.003964/2015-81	208218301	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
185	46312.003960/2015-01	208226222	C.C. Ferreira Lopes & Cia Ltda - ME	MS
186	46312.001369/2016-92	209206390	Cleonice Pompermaier	MS
187	46312.000738/2015-49	206054939	Ivan Roberto	MS
188	46312.000739/2015-93	206055340	Ivan Roberto	MS
189	46312.000740/2015-18	206054947	Ivan Roberto	MS
190	46222.006122/2014-18	203798775	Usiminas Mecanica S.A	PA
191	46222.006132/2014-45	203798767	Usiminas Mecanica S.A	PA
192	46222.006264/2014-77	203799283	Usiminas Mecanica S.A	PA
193	46222.007922/2014-48	203797043	Usiminas Mecanica S.A	PA
194	46222.007924/2014-37	203796306	Usiminas Mecanica S.A	PA
195	46222.006131/2014-09	203798783	Usiminas Mecanica S.A	PA
196	46222.008058/2014-00	203235088	Work Engenharia Ltda	PA
197	46224.004389/2014-42	204315433	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
198	46224.004390/2014-77	204315409	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
199	46224.004392/2014-66	204315328	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
200	46224.004393/2014-19	204315492	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
201	46224.004394/2014-55	204314381	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
202	46224.004406/2014-41	204314330	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
203	46224.004407/2014-96	204314348	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
204	46224.004408/2014-31	204314356	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
205	46224.004409/2014-85	204314372	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
206	46224.004446/2014-93	204335787	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
207	46224.004405/2014-05	204314313	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
208	46224.004391/2014-11	204315387	Alliance Plaza Construcoes SPE Ltda	PB
209	46214.002933/2015-11	206716214	A L de Sa Ltda - ME	PI
210	46214.002934/2015-66	206716273	A L de Sa Ltda - ME	PI
211	47533.000941/2014-01	202758281	AGF Prestadora de Serviços Ltda. - Me	PR
212	47533.004214/2014-12	203191714	Aramoveis Industrias Reunidas de Moveis e Estofados Ltda	PR
213	47533.012892/2012-89	023422904	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
214	47533.012893/2012-23	023422912	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
215	47533.012894/2012-78	023422866	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
216	47533.013026/2012-13	023422858	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
217	47533.013084/2012-39	023422874	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
218	47533.013085/2012-83	023422882	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
219	47533.012469/2014-41	204725283	Orgao Gestor M Obra Porto Organizado de Antonina	PR
220	47533.012470/2014-75	204725259	Orgao Gestor M Obra Porto Organizado de Antonina	PR
221	47533.012472/2014-64	204725160	Orgao Gestor M Obra Porto Organizado de Antonina	PR
222	47533.012473/2014-17	204725135	Orgao Gestor M Obra Porto Organizado de Antonina	PR
223	47533.012471/2014-10	204725224	Orgao Gestor M Obra Porto Organizado de Antonina	PR
224	47533.012479/2014-86	204729793	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
225	47533.012483/2014-44	204730163	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
226	46228.002595/2012-16	24897680	Centro de Medicina Fisica e Reabilitacao de Campos Ltda ME	RJ
227	46228.002596/2012-61	24897655	Centro de Medicina Fisica e Reabilitacao de Campos Ltda ME	RJ
228	46215.004121/2013-39	24864013	Fleury S.A (Labs Dor)	RJ
229	46215.004123/2013-28	24864021	Fleury S.A (Labs Dor)	RJ
230	46334.005009/2013-69	202492222	Mary & Marie Fashion Ltda	RJ
231	46231.000230/2008-11	13930753	Mobilita Comercio Industria e Representaçoes Ltda	RJ
232	46215.000907/2012-04	20491107	Spot Prom Event Merchandising SC Ltda	RJ
233	46216.004809/2014-90	205069801	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
234	46216.004810/2014-14	205069819	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
235	46216.004811/2014-69	205069827	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
236	46216.004813/2014-58	205069878	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
237	46216.004812/2014-11	205069843	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
238	46216.004808/2014-45	205069789	D. F. Azevedo de Souza Ltda - ME	RO
239	46758.003414/2013-61	201935228	Emron Manutencao Predial E Apoio Administrativo Ltda	RO
240	46758.003415/2013-14	201935244	Emron Manutencao Predial E Apoio Administrativo Ltda	RO
241	46758.003416/2013-51	201935252	Emron Manutencao Predial E Apoio Administrativo Ltda	RO
242	46758.003420/2013-19	201934272	Emron Manutencao Predial E Apoio Administrativo Ltda	RO
243	46216.004214/2014-34	204773156	Master Engenharia Ltda - ME	RO
244	46225.000171/2014-17	202751953	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
245	46225.000172/2014-53	202740111	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
246	46225.000921/2014-42	203419138	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
247	46225.000922/2014-97	203419189	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
248	46225.000173/2014-06	202751945	Companhia de Desenvolvimento de Roraima	RR
249	46225.001709/2014-01	203964624	SME Sociedade de Montagens e Engenharia Ltda	RR
250	46277.000811/2015-56	207139377	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
251	46277.000786/2015-19	207099596	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
252	46277.000803/2015-18	207139431	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
253	46277.000804/2015-54	207139407	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
254	46277.000806/2015-43	207139474	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
255	46277.000807/2015-98	207139458	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
256	46277.000808/2015-32	207139393	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
257	46277.000809/2015-87	207139423	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
258	46277.000814/2015-90	207139415	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
259	46277.000805/2015-07	207139482	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
260	46277.000812/2015-09	207139351	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
261	46277.000810/2015-10	207139466	Neves & Mattos Construtora Ltda - ME	RS
262	46304.003398/2014-26	205426956	Nanuke Malhas Ltda.	SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

263	46304.003399/2014-71	205427243	Nanuke Malhas Ltda.	SC
264	46304.003400/2014-67	205427073	Nanuke Malhas Ltda.	SC
265	46261.002607/2013-87	200902831	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
266	46261.002615/2013-23	200915690	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
267	46261.002616/2013-78	200915703	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
268	46261.002618/2013-67	200915720	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
269	46261.002621/2013-81	200915789	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
270	46261.002623/2013-70	200915827	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
271	46261.002628/2013-01	200915941	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
272	46261.002610/2013-09	200915592	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
273	46261.002626/2013-11	200915878	Auto Pista Regis Bittencourt S.A	SP
274	46219.001878/2015-01	205801749	Base Servicos Temporarios Ltda	SP
275	46219.026182/2014-06	205463231	Brookfield São Paulo Empreeendimentos Imobiliarios S.A	SP
276	46219.023634/2014-90	205267246	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
277	46253.001777/2014-24	203606345	C G Engenharia E Construtora Ltda	SP
278	46253.001778/2014-79	203610938	C G Engenharia e Construtora Ltda	SP
279	46253.001779/2014-13	203610954	C G Engenharia e Construtora Ltda	SP
280	46261.001388/2015-81	206206801	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
281	46261.001389/2015-25	206210574	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
282	46261.001390/2015-50	206206844	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
283	46261.001392/2015-49	206206836	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
284	46261.001393/2015-93	206210604	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
285	46261.001391/2015-02	206210558	Canada Servicos de Portaria e Conservacao Ltda	SP
286	46257.004572/2015-41	207874123	Comsystel Componentes e Sistemas Eletromecanicos Ltda - EPP	SP
287	46257.004570/2015-52	207873992	Comsystel Componentes e Sistemas Eletromecanicos Ltda - EPP	SP
288	46257.004571/2015-05	207874034	Comsystel Componentes e Sistemas Eletromecanicos Ltda - EPP	SP
289	46257.002610/2015-21	206837429	Duomag Fundidos Especiais S/A	SP
290	46257.002611/2015-76	206836911	Duomag Fundidos Especiais S/A	SP
291	46257.002613/2015-65	206837135	Duomag Fundidos Especiais S/A	SP
292	46257.002612/2015-11	206837151	Duomag Fundidos Especiais S/A	SP
293	46260.003280/2013-71	200525204	Empresa Paulista de Televisão S/A	SP
294	46736.004514/2002-19	8461783	Escola de Educacao Superior Sao Jorge	SP
295	46268.002038/2014-91	204005396	Instituto Espírita Nosso Lar	SP
296	46268.002039/2014-35	204005566	Instituto Espírita Nosso Lar	SP
297	46268.002040/2014-60	204005787	Instituto Espírita Nosso Lar	SP
298	46268.002165/2014-90	204099854	Instituto Espírita Nosso Lar.	SP
299	46266.004969/2014-43	204566991	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
300	46266.004970/2014-78	204567165	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
301	46266.005070/2014-48	204594189	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
302	46266.005071/2014-92	204593042	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
303	46266.005072/2014-37	204593204	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
304	46266.005073/2014-81	204593646	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
305	46266.005074/2014-26	204593808	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
306	46266.005075/2014-71	204593859	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
307	46266.005076/2014-15	204593913	J W A Construção e Comercio Ltda.	SP
308	46259.009020/2014-29	205002404	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
309	46259.009021/2014-73	205002765	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
310	46259.009019/2014-02	205002633	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
311	46265.004291/2015-90	208491732	Soares Logistica Ltda	SP
312	46265.004292/2015-34	208491767	Soares Logistica Ltda	SP
313	46265.004293/2015-89	208491805	Soares Logistica Ltda	SP
314	46219.013035/2015-49	207079862	Transportadora 1040 Eireli	SP
315	47998.002140/2012-42	24199591	Unilever Bestfoods Brasil Ltda	SP
316	46265.002513/2015-30	207494118	Unimed de Aracatuba - Cooperativa de Trabalho Medico	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.019008/2014-88	200.392.204	Globalservice Vigilância e Segurança Ltda.	AM
2	47533.012891/2012-34	200.028.022	Liquigás Distribuidora S.A.	PR
3	46217.003124/2013-35	200.095.765	Núcleo de Desenvolvimento Social	RN
4	46304.003401/2014-10	200.411.721	Nanuke Malhas Ltda.	SC
5	46219.010850/2010-41	506.438.481 - TRet nº 506.702.677	Carmem Modas Ltda.	SP
6	46259.009018/2014-50	200.378.988	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP
7	46254.000556/2014-29	200.232.754	Walter Luiz Negrão e outra	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.018376/2012-01	024829200	Galvan Indústria Comércio e Serviços S.A.	BA
2	47904.007483/2014-67	203648412	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
3	47904.007489/2014-34	203648153	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
4	47904.007490/2014-69	203648161	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
5	47904.007492/2014-58	203648196	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
6	47904.007493/2014-01	203648200	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
7	47904.007505/2014-99	203648323	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
8	47904.007506/2014-33	203648340	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
9	47904.007509/2014-77	203648382	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
10	47904.007510/2014-00	203648391	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
11	47904.007511/2014-46	203648404	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
12	47904.007512/2014-91	203648455	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
13	47904.007513/2014-35	203648463	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
14	47904.007514/2014-80	203648498	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
15	47904.007515/2014-24	203648528	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
16	47904.007516/2014-79	203648536	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
17	47904.007517/2014-13	203648595	UHT Investimentos, Participacoes e Empreendimentos Hoteleiros Ltda.	BA
18	46208.007406/2010-78	020344775	Rápido Araguaia Ltda.	GO
19	46306.000514/2010-10	019898592	AP Serviços Agronômicos Ltda. - Em Recuperação Judcial	MG
20	46215.021098/2010-02	022813497	Globo Comunicação e Participações S.A.	RJ
21	46215.022548/2007-71	014915731	Sendas Distribuidora S.A.	RJ
22	46259.006445/2014-86	204098751	Tanques Brasil Ltda. - EPP	SP
23	46226.002825/2010-03	018428231	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46778.000555/2006-65	505.740.672 - TAD nº506.699.986	Knapp Montagens e Manutenção Industrial Ltda.	BA

1.3- Pela nulidade da decisão publicada no DOU de 30/41/2018, Seção I, pág.118 dos seguintes processos.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46201.000981/2014-33	200.220.438	Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	AL

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46670.002261/2014-86	204643074	Drogarias Vicenzo Ltda. - EPP	RJ

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.001740/1995-49	008518	Sistema Educacional da Bahia Ltda.	BA

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.003277/2012-76	019485115	Trip Linhas Aéreas S.A.	MG
2	46293.000303/2016-51	208714120	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná	PR
3	46293.000304/2016-03	208714146	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná	PR
4	46293.000305/2016-40	208714154	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná	PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	46293.000306/2016-94	208714162	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná	PR
6	46305.002573/2014-58	205376738	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
7	46305.002575/2014-47	205378803	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
8	46305.002577/2014-36	205378820	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
9	46305.002579/2014-25	205378871	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
10	46305.002581/2014-02	205378781	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
11	46305.002583/2014-93	205376843	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
12	46305.002585/2014-82	205376835	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
13	46305.002587/2014-71	205376665	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
14	46305.002590/2014-95	205376428	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
15	46305.002592/2014-84	205376461	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
16	46305.002596/2014-62	205376479	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
17	46305.002597/2014-15	205376371	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
18	46305.002599/2014-04	205376363	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
19	46305.002601/2014-37	205376410	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
20	46305.002604/2014-71	205376657	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
21	46305.002608/2014-59	205355161	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
22	46305.002612/2014-17	205376134	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
23	46305.002616/2014-03	205376185	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
24	46305.002618/2014-94	205376207	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
25	46305.002620/2014-63	205376258	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
26	46305.002994/2014-89	205376754	CR7 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.002961/2014-69	203302109	Luciano Alves de Santana - ME	SE

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - pela prescrição prevista no art. 1º § 1º, da Lei nº 9.873/99.

Nº	PROCESSO	AI	Empresa	UF
1	47008.000574/2008-37	016995309	Agricola Novo Horizonte S/A	BA
2	47008.000376/2008-73	016993535	Agricola Novo Horizonte S/A	BA
3	47904.011926/2011-71	021052190	All Glass Industria e Comercio Ltda Epp	BA
4	47904.011925/2011-27	021052204	All Glass Industria e Comercio Ltda Epp	BA
5	47904.008181/2011-63	019598203	Ariel Horovitz	BA
6	46204007149/2010-12	020925522	Autralia Empreedimentos Imobiliarios Ltda	BA
7	47904.011305/2011-98	021052166	Banco Santander (Brasil) S.A.	BA
8	47904.014844/2011-89	020990022	Breno Kunzndorff	BA
9	47904.001627/2012-18	020968396	Comercial Bahiana de Modas Atualizadas Ltda	BA
10	47904.012288/2011-14	021049629	Comercio de Combustiveis Peniel Ltda	BA
11	46204.002635/2005-79	006794564	Concreta Assessoria Empresarial Ltda	BA
12	47904.011723/2011-85	020884303	Eald - Consultoria Educacional Ltda	BA
13	47904.010858/2011-23	020872682	Elenge Eletricidade Projetos Construções Ltda	BA
14	47904.013169/2011-71	021078807	Faespa - Fabrica de Embalagens de Madeira Ltda	BA
15	47904.014958/2011-65	020881061	Farmers Elevator do Brasil Agropecuária Ltda	BA
16	47904.016138/2011-71	020998422	Gilmar De Souza Lima	BA
17	47904.009917/2011-11	021074380	Green Ville Incorporadora Ltda	BA
18	47904.007138/2011-81	021035792	Hospital Salvador Serviços de Saúde Ltda	BA
19	47904.000254/2011-79	020967578	Intermaritima Terminais Ltda	BA
20	47904.015772/2011-97	020958978	Jaime Pereira Neves	BA
21	47904.008520/2011-10	021045364	Jose Luciano Santos Morais	BA
22	47904.009099/2011-56	020876238	JSL S/A (Julio Simoes)	BA
23	47904.002066/2012-66	021004242	Juazeiro Placas Ltda	BA
24	47904.002070/2012-24	021004200	Juazeiro Placas Ltda	BA
25	47904.015647/2011-87	020877579	Katoen Matie do Brasil Ltda	BA
26	46282.000109/2010-17	017042062	Lemospassos Alimentação e Terceirização de Serv. Adm. Ltda	BA
27	46778.002479/2010-17	020865068	Logus Automoção	BA
28	46778.002478/2010-64	020865058	Logus Automoção	BA
29	46778.002477/2010-10	020865082	Logus Automoção	BA
30	47904.000711/2012-14	019549075	Luiz Carlos Avila Prazeres Me	BA
31	47904.003463/2012-55	022785930	Marcia Raimunda Tavares de Souza Supermercado O Caçador	BA
32	47904.003465/2012-44	022785914	Marcia Raimunda Tavares de Souza Supermercado O Caçador	BA
33	47904.003464/2012-08	022785922	Marcia Raimunda Tavares de Souza Supermercado O Caçador	BA
34	47904.003471/2012-00	022782125	Maria Cremilda Caldas Me	BA
35	46281.000683/2010-77	019583931	Msc Delicatessen Ltda Me (Free Way)	BA
36	46281.000687/2010-55	019583907	Msc Delicatessen Ltda Me (Free Way)	BA
37	46778.000652/2006-58	010054464	Novelis do Brasil Ltda	BA
38	47904.000302/2011-29	020924429	Organização De Auxilio Fraterno	BA
39	47904.005369/2011-50	020974060	Paqueta Calçados Ltda	BA
40	47904.004485/2011-51	020972601	Pda Logistica Transportes e Distribuição Ltda	BA
41	47904.007303/2011-02	020889631	Porto Brasil Combustiveis Ltda	BA
42	46782.001906/2010-72	020936478	Rede Eletrosom Ltda	BA
43	46782.001903/2010-39	020936508	Rede Eletrosom Ltda	BA
44	47904.015143/2011-67	021017220	Rettok Material de Construção Ltda	BA
45	47904.015145/2011-56	021017239	Rettok Material de Construção Ltda	BA
46	47904.015142/2011-12	021017212	Rettok Material de Construção Ltda	BA
47	47904.009419/2011-78	020888716	Rio Grande Combustiveis Ltda	BA
48	47904.002037/2012-02	021000816	Roupas do Polo Ltda	BA
49	47904.012055/2011-11	020872887	SM Assessoria Empresarial e Gestao Hospitalar Ltda	BA
50	47904.014279/2011-50	020881940	Smm Comercio de Maquinas d Parafusos Ltda	BA
51	47904.015258/2011-51	021080704	Sosygenes & Jeilton Comercio Agropecuario Ltda	BA
52	47904.000984/2012-51	022768114	Souza Lopes Ind. e Com. de Artefatos para Construção Ltda ME	BA
53	47904.000985/2012-03	022768092	Souza Lopes Ind. e Com. de Artefatos para Construção Ltda ME	BA
54	47904.010699/2011-67	020924992	Tormel Torneadora e Mecanica Ltda	BA
55	47904.000885/2012-79	022797220	VDT De Novaes Epp	BA
56	47904.003113/2011-16	021030839	Venceslau Machado Dias	BA
57	47904.012568/2011-14	021073376	Veracel Celulose S/A	BA
58	47904.013340/2011-41	021001391	VG Brasil - Atividades Hoteleiras Ltda	BA
59	47904.015774/2011-86	020958994	Waldemir Souza De Araujo	BA

3.2 - pela prescrição prevista no art. 1º A, da Lei nº 9.873/99.

Nº	PROCESSO	AI	Empresa	UF
1	46254.001350/2004-44	008593841	JLM Comércio e Transportes de Madeira Ltda.	SP

3.3 Conhecendo e dando provimento do recurso, afastando a incidência da prescrição

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.012118/2013-93	201260549	Adriano Marcelo Barbosa Reis - ME	BA
2	47904.011441/2013-40	201173549	Alan Morais Silva	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2018

Tendo em vista a Decisão prolatada no Processo Judicial n.° 0021654-17.2016.5.04.0561 da Vara do Trabalho de Carazinho-RS, Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, com base na Nota Técnica n.° 34/2018/CIP/GAB/SRT/MTb e na Portaria 326/2013 o Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve ANULAR a Nota Técnica 299/2016/GAB/SRT/MTb publicada no DOU n. 200 Seção: 1 Página: 54 em 18/10/2016, na parte que concedeu a representação da categoria profissional dos trabalhadores empregados em indústrias de máquinas agrícolas, implementos e peças agrícolas, de tratores e de motores e forjarias no municipio de NAO-ME-TOQUE ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE NAO-ME-TOQUE, CNPJ: 10.271.628/0001-85, EXCLUIR do registro do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE NAO-ME-TOQUE, CNPJ: 10.271.628/0001-85 à representação da categoria profissional dos trabalhadores empregados em indústrias de máquinas agrícolas, implementos e peças agrícolas, de tratores e de motores e forjarias no município de NAO-ME-TOQUE e RESTABELECER a base territorial do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS MAQUINAS AGRICOLAS, IMPLEMENTOS E PECAS AGRICOLAS, TRATORES, MOTORES E FORJARIAS DE CARAZINHO - RS, CNPJ: 10.539.821/0001-54 para incluir o município de Não-me-Toque no Estado do Rio Grande do Sul.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Secretário
Substituto

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46474.001169/2016-87
Entidade	SINDIBOMBEIROS - Sindicato dos Bombeiros Profissionais Civis das Empresas e Prestações de Serviços - SP.
CNPJ	60.899.879/0001-87
Abrangência	Estadual
Base Territorial	São Paulo/SP
Fundamento	NT 428/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Bombeiros Civis das Empresas e das Empresas Prestadoras de Serviços, compreendendo todos os Trabalhadores e Empregados Bombeiros Civis das Empresas e das Empresas Prestadoras de Serviços, Brigadista Particular, Bombeiro Civil de Aeródromo, Instrutor em Centro de Formação de Bombeiro Civil, nos termos da Lei nº 11.901/09, contratados diretamente pelas Empresas, Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros(Terceirizadas), Empresas Especializadas em Prestação de Serviços de Prevenção e Combate a Incêndio; Trabalhadores e Empregados Socorristas Civil, Salva Vidas Civil, Resgatista Civil, Monitores Aquáticos, Contratados diretamente pelas Empresas, Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Terceirizadas) e Empresas Especializadas.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 4 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Sustituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 430/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR as impugnações n.º 46000.004700/2013-05 e n.º 46000.004701/2013-41, nos termos do art. 18, inciso IV, da Portaria 326/2013; e a impugnação n.º 46000.005153/2013-77, nos termos do art. 18, inciso I, da Portaria 326/2013. E, em ato contínuo, DEFERIR o Registro de Sindical ao SINTRABI - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétricos, CNPJ 14.051.000/0001-25, Processo 46265.002279/2011-17; para representar a Categoria Profissional dos Empregados que exercem suas atividades em Metalúrgicas, Oficinas Mecânicas de Autos, Funilarias, Mecânicas de Indústrias, Usinagens, Ferramentarias, Estamparias, Torno, Mecânicas de Aeronaves e Serralherias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Bilac, Braúna, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guararapes, Mirandópolis, e Valparaíso, nos termos do art. 25, inciso II, do mesmo normativo. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR da representação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Araçatuba - SP, CNPJ 07.042.897/0001-65, Processo 46265.000138/2012-41; os municípios de Bilac, Braúna, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Guararapes, Mirandópolis e Valparaíso, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho-Sustituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 429/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato SINDASP-PE- Sindicato dos Agentes e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, CNPJ 04.375.882/0001-20, Processo 46213.014673/2012-94, para representar a Categoria Profissional dos Agentes e Servidores no Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 4 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, resolve TORNAR SEM EFEITO a publicação no DOU de 26/04/2018, nº 80, Seção 1, pág 111, referente ao SIMTEL-SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO LAGUNENSE, processo 46312.004282/2015-96, CNPJ: 15.465.255/0001-05.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 32, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010. Resolve:

Conceder autorização à COTEMINAS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.663.140/0008-65, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua: Progresso, nº 150, bairro Progresso, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observando os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº. 46220.000874/2018-19, protocolado no dia 15/02/2018.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 44, DE 3 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.004634/2018-11, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 30 de abril e 2 de maio de 2018, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária FLYGREEN AERO AGRÍCOLA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., CNPJ nº 27.868.276/0001-42, com sede social em Jaíba (MG), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola.

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Pela Diretoria

DECISÃO Nº 45, DE 3 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.542486/2017-40, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 30 de abril e 2 de maio de 2018, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária ICARAÍ TURISMO TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 95.370.821/0001-26, com sede social em Araucária (PR), a explorar serviço aéreo público especializado nas atividades aerofotografia, aeropublicidade, aerorreportagem e aerocinematografia.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional da empresa para exploração do serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi-aéreo e serviço aéreo público especializado na atividade aeroinspeção.

Art. 3º A exploração do serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo somente poderá ser realizada de acordo com as Especificações Operativas aprovadas.

Art. 4º A exploração do serviço aéreo público especializado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Decisão nº 70, de 30 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2015, Seção 1, página 1.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Pela Diretoria

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.362 - Exclui o Aeródromo Público de Santa Rita do Araguaia (código OACI: SIFH) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.012003/2018-68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria DAC nº 1038/SIE, de 12 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2002, Seção 1, página 4.

Nº 1.363 - Exclui o Aeródromo Público de Monte Alegre de Goiás (código OACI: SWML) do cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.012005/2018-57. Esta Portaria entra em vigor em 16 de agosto de 2018.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.372 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Garanhuns (código OACI: SNGN), em Garanhuns/PE, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.568335/2017-22. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria n° 10/SOP, de 14 de janeiro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 1988.

Nº 1.374 - Renovar a inscrição do aeródromo público Salgueiro (código OACI: SNSG), em Salgueiro/PE, no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DE 30 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.381 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Nelson Garófalo (código OACI: SDNO), em São Manuel/SP, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.568339/2017-19. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Ficam revogadas as Portarias n° 1670/SIA, de 2 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2015, Seção 2, página 3, e nº 141/DAC, de 11 de agosto de 1970, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 1970.

Nº 1.383 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Alto Paraíso de Goiás (código OACI: SDXF), em Alto Paraíso de Goiás/GO, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.568559/2017-34. Fica revogada a Portaria DAC n° 797/SIE, de 14 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2001, Seção 1, página 30.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.395, DE 2 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Nota Técnica nº 14/2018/GFIC/SIA, e considerando o que consta do processo nº 00065.018227/2018-94, resolve:

Art. 1º Aplicar aos Aeroportos Gilberto Freyre - Recife/PE (SBRF), Zumbi dos Palmares - Maceió/AL (SBMO) e Santa Maria - Aracaju/SE (SBAR) a seguinte consequência administrativa de proibição de aumento do número de etapas de voos cadastradas na ANAC (registro) das operações regidas pelos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil - RBAC nºs 121 e 129 com origem nesses aeroportos limitando a quantidade semanal, em cada aeroporto, ao total de registros dos 7 (sete) dias anteriores à data de publicação desta Portaria, conforme dados obtidos a partir do Sistema "SIROS - Consulta Voos Diários" (disponível em: https://sistemas.anac.gov.br/sas/siros/view/registro/frmConsultaVoos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 1389, DE 2 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que constam nos processos nº 00065.036347/2014-40 e 00065.022079/2018-11, resolve:

Art. 1º Revalida, por 3 (três) anos, o médico Dr. Giuliano Cruz Barreto - CRM-MG 31610, MC97, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Coronel Prates, nº 348, salas 1009, Centro, Montes Claros (MG), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela referida clínica, no âmbito dos termos desta portaria, desde 02 de abril de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO ALVES DA SILVA FILHO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1391, DE 2 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº º 3426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00072.000116/2018-32, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2015-01-60AY-01-00, emitido em favor da sociedade empresária PARAVANTI AEROTÁXI LTDA, a partir do dia 2 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 1.409, DE 3 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.501684/2017-34, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2012-09-5IFH-03-01, Revisão 01, emitido em 05 de abril de 2018, em favor da sociedade empresária SAFRA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, enviado à interessada em 05 de abril de 2018 pelo Ofício nº Ofício nº 1109/2018/GTCE/GOAG/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: BR 116, KM 391, Vila São Carlos, Arambaré/RS CEP:96.178-000;

II - Tipo de operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de operação: Operações aeroagrícolas comerciais; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU; e

II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 11, DE 1º DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.008807/2017-31. Fiscalizada: M. P. DUARTE SOUTO TRANSPORTES E TURISMO - ME, CNPJ nº 03.661.903/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXIII do art. 20 da Norma aprovada pela Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

ANA PAULA FAJARDO ALVES
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 197, de 18 de abril de 2018, publicada no DOU nº 84, Seção 1, pág 75, de 3.5.2018. Onde se lê: "DELIBERAÇÃO Nº 197, DE 18 DE ABRIL DE 2018", leia-se: "DELIBERAÇÃO Nº 197, DE 25 DE ABRIL DE 2018"

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a flexibilização das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a competência conferida pelo inciso VI, artigo 64 da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para "estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados";

CONSIDERANDO a competência conferida pelo inciso III, artigo 30 do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, ao Departamento Penitenciário Nacional para "apoiar a construção de estabelecimentos penais em consonância com as diretrizes de arquitetura definidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária";

CONSIDERANDO que a carência de vagas no sistema prisional alcançou patamares insustentáveis, a recomendar esforço concentrado na viabilização de novas vagas;

CONSIDERANDO inúmeras manifestações encaminhadas a este Conselho por autoridades da área de administração penitenciária;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir nos trabalhos de revisão e atualização das diretrizes de Arquitetura Prisional, e tendo em vista deliberação do Plenário, resolve:

Art. 1º - Esclarecer que as Diretrizes para Arquitetura Prisional editadas pela Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011, deste Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, destinam-se a orientar a elaboração de projetos, construção, ampliação e reformas de estabelecimentos penais no Brasil, de modo a assegurar estruturas suficientes quanto a condições adequadas de trabalho para agentes penitenciários e outros servidores, bem como ao acesso regular a direitos e serviços pelas pessoas privadas de liberdade.

Parágrafo único - As Diretrizes Básicas para Arquitetura Prisional são referências para o gestor estadual ou distrital, os quais podem apresentar projetos arquitetônicos próprios, com soluções arquitetônicas diferenciadas, considerando os aspectos intrínsecos à realidade prisional local, desde que assegurados os direitos da pessoa privada de liberdade e do servidor penitenciário.

Art. 2º. - O Departamento Penitenciário Nacional promoverá a análise e verificação de conformidade em relação às Diretrizes para Arquitetura Prisional, de forma vinculante, em relação aos seguintes itens:

I- Módulo de Vivência Coletiva

Tabela 20: Programa de necessidades para Módulo de Vivência Coletiva

II - Módulo de Vivência Individual

Tabela 21: Programa de necessidades para Módulo de Vivência Individual

III- Módulo de Saúde

Tabela 13: Programa de necessidades para módulo de saúde

Art. 3º. Em relação aos demais itens, compete à Unidade da Federação assegurar os direitos e o acesso regular aos serviços às pessoas privadas de liberdade, bem como as condições adequadas de trabalho aos servidores penitenciários, tendo como orientação as diretrizes da mencionada Resolução n. 9/2011, sem caráter vinculante.

Parágrafo único. Os módulos descritos na Tabela 6: Síntese de Programa de Necessidades Geral por Estabelecimento Penal da Resolução 09/2011, assim como o programa discriminado para cada módulo, serão apresentados conforme projeto arquitetônico elaborado por cada unidade da federação, acompanhado da ART/RRT do projetista responsável.

Art 4º - Ficam suprimidos da Resolução 09/2011 o item 2 do Anexo I, bem como as notas de rodapé referentes à Tabela 2 do Anexo IV.

Art. 5º - Fica determinada a reedição dos Anexos da Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011, deste Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, excluindo das tabelas as colunas verticais que tratam da metragem quadrada dos módulos, exceto aquelas previstas no art. 2o, incisos I, II e III desta Resolução.

Art. 6º - Os projetos arquitetônicos apresentados por organização da sociedade civil que administre estabelecimento penal observarão o disposto nesta Resolução.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução n. 6/2017.

CESAR MECCHI MORALES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.125, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18996 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0003-93, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.127, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19557 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 08.165.946/0001-10, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.144, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/25039 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0132-02, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

20 (vinte) Pistolas calibre .380

900 (novecentas) Munições calibre .380

210 (duzentas e dez) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.148, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/25311 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa WGA QUALIXX SEGURANÇA ARMADA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.195.633/0001-20, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.231, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22672 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BANCO SAFRA SA, CNPJ nº 58.160.789/0001-28 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 840/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.239, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24274 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CMA CONSULTARIA METODOS ASSESS.MERCANTIL SA, CNPJ nº 43.819.978/0001-92 para atuar em São Paulo.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.280, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13809 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGVALE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA EPP, CNPJ nº 13.662.616/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 831/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.381, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15372 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0177-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Piauí com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 937/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0177-60) e nº 874/2018 (CNPJ nº 60.860.087/0180-65).

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.408, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19930 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONEXÃO - CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 23.123.751/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3058 (três mil e cinquenta e oito) Munições calibre .380

756 (setecentas e cinquenta e seis) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

5184 (cinco mil e cento e oitenta e quatro) Gramas de pólvora

10000 (dez mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.427, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23996 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MULTSERV SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.689.445/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 931/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.428, DE 24 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24335 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIUNFO AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 49.323.876/0001-68 para atuar em São Paulo.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.448, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24364 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRO INDUSTRIAL TABU S.A, CNPJ nº 09.053.646/0001-01 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 947/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.483, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9786 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARIOCA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.163.768/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 805/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.486, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20300 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 71.755.201/0004-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 733/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.506, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21371 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa G.I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.473.476/0002-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.511, DE 2 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6825 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CTV- CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.367.668/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Norte com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 419/2018 (CNPJ nº 04.367.668/0001-22) e nº 995/2018 (CNPJ nº 04.367.668/0002-03).

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.512, DE 2 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13221 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 542/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 249, DE 28 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 1º - II da Portaria PGR/MPF nº 118, de 10/02/2018, publicada no Diário do MPF eletrônico de 20/2/2018, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.10.000.000039/2017-81, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Engemult Construtora Ltda-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.284.790/0001-80, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 4 (quatro) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, c/c o item 2.7.6 da Cláusula XVIII do Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2016, da PR/AC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 695, DE 3 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº75, de 20.5.1993, e, considerando a necessidade de prorrogação da redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e o artigo 30 da Resolução nº 132, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria nº 492, de 3.4.2017, publicada na Seção1, do Diário Oficial da União de5.4.2017, que prorrogou a redistribuição temporária dos 1º e 2º Ofícios Gerais da Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa/MT para, respectivamente, a PTM de Rondonópolis e a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ªRegião em Cuiabá/MT.

RONALDO CURADO FLEURY

PORTARIA Nº 700, DE 3 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, e, considerando a necessidade de prorrogação da redistribuição temporária de ofício no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e o artigo 30 da Resolução nº 132 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, o prazo estabelecido na Portaria nº 488, de 3.4.2017, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 5.4.2017, que prorrogou a redistribuição temporária do 1º Ofício Geralda Procuradoria do Trabalho no Município de Cáceres/MT para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá/MT.

RONALDO CURADO FLEURY

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 26 DE ABRIL DE 2018

Altera a redação dos artigos 2º e 3º da Resolução CSMPT nº 135/2016, que dispõe sobre a emissão de certidão eletrônica de regularidade do serviço pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta do Processo CSMPT PGEA nº 004316.2017.00.900/2, resolve:

Art. 1º. Alterar os artigos 2º, I e II, e 3º da Resolução CSMPT nº 135/2016, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

I - processos judiciais com vista há mais de 30 (trinta) dias, se atuar como custos legis, salvo prazo superior concedido pelo juízo;

II - procedimentos investigativos com prazos vencidos, considerando os prazos legais e regulamentares.

Art. 3º. A certidão de regularidade não será emitida ao membro punido disciplinarmente nos últimos doze meses, por violação do dever legal de cumprimento dos prazos processuais ou por não desempenhar com zelo suas funções.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Vice-Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

JÚNIA SOARES NADER
Conselheira

ENEAS BAZZO TORRES
Conselheiro (suplente convocado)

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Conselheira relatora

ANDRÉ LUIS SPIES
Conselheiro

EDELAMARE BARBOSA MELO
Conselheira

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 14, DE 2 DE MAIO DE 2018
(Sessão Extraordinária)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes e dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 13 referente à Sessão Ordinária realizada em 24 de abril de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-005.910/2014-5, TC-036.040/2012-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-003.651/2015-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz; E

TC-000.058/2016-5, TC-001.950/2018-5, TC-002.706/2015-6, TC-003.314/2015-4, TC-003.433/2018-8, TC-003.875/2016-4, TC-007.739/2015-0, TC-010.655/2017-4, TC-010.749/2017-9, TC-017.314/2015-1 e TC-029.784/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, foi dado prosseguimentao à votação do processo nº TC-002.706/2015-6 (Ata nº 7/2018) e o relator, Ministro-Substituto André Luís Carvalho, solicitou ao revisor a retirada de pauta do processo. Durante o debate o advogado, Dr. Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça solicitou a palavra para esclarecer matéria de fato.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-045.601/2012-7, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, a Dra. Bianca Maria Gonçalves e Silva - OAB/DF nº 23.097, apresentou sustentação oral em nome de Jorge Alberto Teles Prado.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2876 a 3188:

RELAÇÃO Nº 11/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2876/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Haroldo Siqueira de Araujo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.294/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Haroldo Siqueira de Araujo (126.997.995-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2877/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Tereza Inocencio Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.324/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tereza Inocencio Cardoso (310.563.181-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2878/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.604/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Austregésilo Ribeiro de Mendonça Júnior (006.838.506-44); Carlos Alberto Gervason de Macedo (019.186.306-82); Edson Mauro da Matta Machado (011.301.376-00); José Afonso Ferreira Campos (132.922.776-04); Maria Thereza Bernardo Marques (195.742.826-00); Maria do Carmo Maia de Oliveira Perpetuo (164.027.666-15); Roberto Ahouagi Nehme (193.517.476-20); Sebastião Galeno da Silva (140.167.616-20); Sergio José Alves Macedo (236.108.326-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2879/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.517/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Helena de Mélo e Souza (173.952.594-91); Zilka Santana Moreira (137.690.904-97).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2880/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil de Pedro Humberto de Medeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.661/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Pedro Humberto de Medeiros (012.344.634-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2881/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.698/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Daniel Roger Bechtinger Simon (296.812.947-34); Elizabete de Lima Bezerra (073.877.414-68); Maria Aparecida de Melo Neto Verçosa (027.629.864-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2882/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Diógenes Lopes da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.790/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Diógenes Lopes da Silva (130.507.454-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2883/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.807/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Parra Martins (002.090.589-00); Gilvani Azor de Oliveira e Cruz (194.855.228-00); Jose Marcos Parreira (002.078.889-49); Jose Newton Moreira Disconzi (237.034.230-72); Lazaro Claudovino Garcia (147.032.899-20); Luiz Felipe Paula Soares (000.712.269-15); Marco Antonio da Silva Lautenschlager (235.380.159-53); Marcos Romero Vilaça Araújo (019.394.674-20); Maria de Lourdes Machado Lemos (343.593.548-00); Mario Ehalt Lopes (000.951.509-78).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2884/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.571/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Correia de Vincenzi (002.625.959-15); Eliane Silveira Soncini (305.672.709-04); Felipe Felicio (029.818.409-59); Florinda Wagner Knabben (290.761.299-91); Romario Zabot (290.064.739-87).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2885/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Horácio Ferreira de Souza Luz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.664/2009-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Horácio Ferreira de Souza Luz (076.791.738-34).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2886/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Ester Barbosa Nicol, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-033.512/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ester Barbosa Nicol (372.533.877-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2887/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Delmany Moitinho Barboza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.149/2008-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Delmany Moitinho Barboza (682.206.265-34); Fundação Universidade Federal de Sergipe (13.031.547/0001-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2888/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.503/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Aline Cury Borchardt (056.882.147-59); Aline Efigenia de Moura (106.356.087-07); Aline Faro Moreira (081.725.047-64); Aline de Sousa Geraldo (054.137.387-06); Aline do Nascimento Souza Carvalho (110.440.367-61).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2889/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.515/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Oliveira da Silva (052.622.027-99); Carla Teresa Thomaz Pinheiro (084.018.157-46); Carlos Arany da Cruz Martins (795.047.527-72); Carlos Otavio Santos Silva (070.917.577-93); Carolina Ahouagi Marroig (080.681.827-13).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2890/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.521/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Daniele Fatima de Andrade Fernandes (089.023.637-24); Danielle Knupp dos Santos (056.432.727-17); Danielle Sardou de Aquino Branco de Oliveira (101.220.597-51); Danielle Silva de Souza (101.136.517-08); Danielle dos Santos (038.138.907-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2891/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.528/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Addor (472.787.224-20); Gisele da Costa Santos (108.197.417-60); Giselle Baptista Maretti (055.132.737-56); Giselly Gomes Leal da Cruz Pacheco (082.347.517-43); Glaucio Sales de Lima Siqueira (039.170.206-88).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2892/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.529/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Morgado Runco (100.512.307-12); Helaine Cristina Pelluso Adriano Pantoja (045.505.557-26); Helder Silveira Maia (995.273.756-49); Helder Vilela de Oliveira e Silva (105.489.737-92); Helisandro Montenegro Brandão (598.292.142-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2893/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.534/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Lago Garcia (098.872.557-69); Juliana Silva dos Santos (087.191.397-64); Juliana Zanardi Simões (051.578.507-51); Julio Cesar Dias Nigro (860.372.267-68); Julio Cesar de Oliveira Francisco (054.798.887-73).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2894/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.552/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Mariana Paz dos Santos (110.718.407-03); Mariana Ribeiro Lagreca (055.798.077-16); Marilene Monteiro de Andrade (087.139.147-31); Marilia Felix de Souza (072.020.187-05); Marina da Rocha Centena Greco (013.312.310-35).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2895/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.562/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Leonardo Oliveira de Souza (003.683.301-09); Priscilla Carvalho Ribeiro (112.319.537-48); Priscilla Paula Sampaio Marracho de Souza (053.931.587-77); Quele Cristina Coutinho de Souza (012.359.947-40); Rachel Marques Pinheiro (051.635.437-09)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2896/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.570/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberta Jorge Castelan (052.528.547-42); Roberta Souza Nicolau (088.571.257-93); Roberto Candia (698.582.841-87); Robson Albina Domingues (962.360.787-34); Robson Donata da Silva (011.725.127-52).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2897/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.574/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Rosangela Barbosa Ribeiro Bastos da Silva (036.386.977-89); Rosangela Carreiro de Melo (672.631.197-49); Rosangela Conceicao Figueiredo Maia (508.236.717-04); Rose Procopio Chelucci (053.156.267-09); Rosemar de Assis Souza (068.631.397-66).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2898/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.580/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Tatiane Ferreira Menezes (106.240.367-31); Teresa Cristina Perret Vianna (024.259.947-85); Tereza Cristina Valente Arder Santos (966.014.347-87); Terezinha Medeiros Correia (072.506.357-27); Thais Silva de Araujo (105.117.817-76)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2899/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.581/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Maggini Delazari (098.298.787-08); Valeria Santaroni Cortat (760.907.107-25); Vanessa Barbosa Palma (054.570.597-58); Vanessa Lima de Souza (114.458.977-09); Vanessa da Silva Pacheco (098.066.867-05).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2900/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.744/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Barbosa da Conceicao (095.751.877-33); Aline Gaspar Barbosa (005.851.527-56); Aline Menezes Cavaleiro de Melo (090.648.067-13); Aline Moraes Ferreira (094.352.257-99); Aline de Brito Figueiredo (112.984.067-06); Aluizio de Azevedo Silva Junior (846.936.731-53); Amelia Cardoso Martins de Lima (783.135.627-49); Ana Alice Machado Aragão (876.137.353-20); Ana Cristina Alcantara de Carvalho (918.242.307-53); Ana Cristina Gomes Marques (646.398.001-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2901/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.749/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Carolina Batista Nahas Cuneo (095.905.847-80); Carolina da Costa Salles (020.495.401-08); Caroline Bianca Santos Barreto (115.998.507-37); Caroline da Silva dos Anjos (105.202.277-43); Cassia Freire de Oliveira (114.470.257-76); Cintia Francisca Gomes Nogueira (883.479.746-91); Cintia Pacheco de Andrade (088.428.737-80); Cintia Santos Nery dos Anjos (082.335.337-00); Clarissa Almeida Santos (964.834.232-68); Claudia Bastos Chagas (028.118.237-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2902/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.751/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dagmar Garcia (583.415.367-49); Dalva de Fatima Guimaraes dos Santos (099.468.757-56); Dandara Baca de Jesus Lima (733.383.891-91); Daniel Caetano Bento (025.075.081-32); Daniela de Lana Valladão (364.210.808-39); Daniele Rabelo da Silva Monteiro (091.558.847-17); Daniele Rezende Hungria (089.774.067-06); Danielly de Azevedo Rodrigues Cubas (073.746.014-84); Darleise de Souza Oliveira (665.016.522-00); Dayana Figueiredo Rabelo (123.010.857-24).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2903/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.758/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kelle Vanessa de Sousa Moreira (035.943.631-55); Kelly Cristine Mariano do Amaral (901.160.381-87); Krishna Olivia Vieira de Melo (709.053.041-87); Leandro Silva de Melo (078.588.227-80); Leandro de Melo Borges (983.682.571-15); Leize Farage de Sousa (533.368.957-15); Leonardo Antonio Passos (075.984.967-65); Leticia Freitas Nosseis Gomide (844.115.466-04); Lilianne Cristina Santos (024.945.021-60); Livia Caricio Martins (631.611.842-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2904/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.763/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Tereza Franca de Oliveira (884.850.807-34); Maria Tereza Martins Lemos Bastos (727.134.377-68); Mariana Costa Santos (014.043.361-92); Mariana Teles Siebra (005.609.153-22); Marilene Lopes Pitanga (787.074.391-72); Marilia Tolentino da Silva (016.965.221-10); Michel Faria de Souza (029.855.227-22); Michele da Silva Moraes (259.745.558-05); Michelle Araujo Soares (693.694.961-49); Miriam Bernardo da Silva (783.975.107-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2905/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.767/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pina Maria Gentile (777.805.077-34); Plinio Antunes da Silva (867.959.961-15); Priscila Lopes de Oliveira (077.035.004-61); Rafael Magalhães Caetano (045.031.766-84); Rafael Moreira de Oliveira (003.028.715-43); Rafaela Beatriz Moreira Batista (013.045.416-81); Raimunda do Socorro da Silva Azevedo (333.282.262-49); Raphael Santos Barbosa (024.129.471-12); Raulino Pereira Gouveia (003.744.517-02); Regiana Lopes e Silva (777.067.651-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2906/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.771/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Simone Dias Goncalves (052.251.057-42); Suely Akemi Sato (810.797.611-87); Suzana da Silveira (939.528.800-00); Tatiana Freitas Lima (083.946.117-88); Tatiane Palhano Macedo (061.709.216-84); Tereza Cecilia Queiroz Clark (814.223.933-72); Thais Aparecida dos Santos Reis (727.706.431-34); Thais de Assis Vieira (009.731.010-75); Thaisa Abreu Oliveira (021.859.681-22); Thiago Alves de Macedo (020.905.941-95).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2907/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.774/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Walter Saraiva da Luz (878.150.447-00); Walterson Tiago Monteiro Ramos (716.514.541-91); Welsonn Martins Teixeira (026.418.541-20); Wesley Pires Barbosa (889.513.591-15); Wesley Rodrigues Trigueiro (905.062.941-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2908/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jair Corado da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.480/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jair Corado da Silva (401.794.355-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2909/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.453/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Agení Ambrozina Itabaiana (326.627.005-30); Aldaci Alves dos Santos (371.107.565-72); Maria Jose Chaves Sirqueira (135.671.875-20); Maria Nivaldina Nascimento Leite (111.949.015-49); Vilma Ferreira Silva Pattas (183.912.225-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2910/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.734/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Edite de Lima Amorim (480.576.903-30); Maria Lopes de Mesquita (423.128.173-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2911/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Dalva Regis Soares, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.738/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Dalva Regis Soares (199.091.428-48).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2912/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Consuelo Leiro São Pedro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.745/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Consuelo Leiro São Pedro (531.153.335-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2913/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Celidonio José Luiz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.747/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celidonio José Luiz (608.758.017-49).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal da Lagoa.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2914/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Vitoria Emanuele de Oliveira Santos da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.757/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Vitoria Emanuele de Oliveira Santos da Silva (103.558.164-74).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2915/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.759/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Leonina Teixeira Correa (859.808.389-53); Raymundo Lucas Sobrinho (027.367.649-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2916/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 17/08/2017, da deliberação recorrida, o Acórdão 6.937/2017-Segunda Câmara - (Peça 76), o interessado somente compareceu aos autos em 22/11/2017, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, ex vi do disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Gilson Almirante de Sousa por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em arquivar os autos, após dar ciência aos órgãos/entidades interessados e ao recorrente.

1. Processo TC-002.351/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Eliésio Cavalcante de Lima (662.267.592-91); Gilson Almirante de Sousa (333.866.331-53); Iolanda Pereira da Silva (877.608.512-00); M. L. S. Mendes - Me (04.289.981/0002-70); Prefeitura Municipal de Uiramutã - RR (01.612.681/0001-01)
1.2. Recorrente: Gilson Almirante de Sousa (333.866.331-53)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uiramutã - RR
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).
1.8. Representação legal: Paulo Luis de Moura Holanda (481/OAB-RR), representando Gilson Almirante de Sousa; Rárison Tataíra da Silva (263/OAB-RR), representando M. L. S. Mendes - Me; Marco Andre Breta Ananias de Oliveira, representando Iolanda Pereira da Silva.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2917/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992; nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento deste processo, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.516/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Marisa dos Santos Pereira (133.544.421-15)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uruaçu - GO
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2918/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de representação autuada a partir da protocolização de Resoluções prolatadas pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) quando do julgamento dos processos nº 8.828/2015 e 14.444/2016 (peça 1, p. 2-12 e 13-24, respectivamente);

Considerando que os processos acima tratam de licitações realizadas pela Secretaria Estadual da Saúde de Tocantins, com a utilização de recursos públicos federais e que, em ambos os casos, a legalidade dos atos e procedimentos deixou de ser decidida pela Corte de Contas Estadual sob o fundamento de que a previsão de utilização de recursos de origem federal induziu ao entendimento de que tal crivo seja de competência do TCU;

Considerando que, de acordo com o posicionamento uníssono da Secretaria de Controle Externo no Tocantins (Secex/TO), não há indícios de irregularidades a serem apurados por este Tribunal nos dois processos licitatórios;

Considerando que a Portaria-Segecex nº 12, de 27 de junho de 2016, prevê expressamente:

> 10. O exame de admissibilidade do processo de denúncia ou representação compreende a verificação do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos (art. 235 do RI/TCU e art. 103, §1º, da Resolução - TCU 259/2015):
>
> I - Legitimidade e qualificação do autor;
>
> II - Matéria de competência do Tribunal;
>
> III - Existência de interesse público no trato da suposta irregularidade ou ilegalidade;
>
> IV - Suficiência de indícios concernentes à alegada irregularidade ou ilegalidade; e
>
> V - Redação em linguagem clara e objetiva. (Grifo nosso)

Considerando a proposta de encaminhamento uniforme da unidade técnica no sentido de não conhecer da presente representação e o arquivamento deste processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no inciso V, do art. 169, no inciso IV e parágrafo único, do art. 237, todos do Regimento Interno do TCU, c/c art. 103, caput e § 1º, da Resolução TCU 259/2014, bem como as disposições dos Itens 10 e 14, do Anexo I, da Portaria-Segecex 12/2016, em não conhecer desta representação, encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), por intermédio de sua presidência, esclarecendo que está associada ao recebimento do Ofício nº 421/2017-GABPR/SEPLE, de 6 de julho de 2017, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos às peças 14 e 15;

1. Processo TC-003.239/2018-7 - REPRESENTAÇÃO
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO).
1.2. Responsável: Samuel Braga Bonilha (263.837.131-91)
1.3. Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.
1.3. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Tocantins (Secex/TO).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2919/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993), no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 24), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, e em arquivar os autos nos termos do art. 169, inciso III, c/c o art. 237, parágrafo único, e o art. 250, inciso I, todos do Regimento Interno deste Tribunal, após comunicar ao Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos e à representante o inteiro teor desta deliberação.

1. Processo TC-010.626/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2920/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado. ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da representação e determinar o apensamento do presente feito ao TC 000.525/2018-9, nos termos do art. 36 da Resolução - TCU 259/2014, dando ciência ao representante.

1. Processo TC-011.136/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2921/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso IV, 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com a proposta da unidade técnica, em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente e em arquivar os autos, após dar ciência desta deliberação ao Ministério Público de Contas de Santa Catarina.

1. Processo TC-029.887/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Representação legal: Marcio Yoshio Tazaki (37.940/OAB-DF) e outros, representando Ect Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2922/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.878/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Goncalves Coessens (049.069.446-20); Ana Carolina Silveira Sardi (008.251.320-10); Andre Martins Miller (036.394.990-93); Danhuri Ritter Jelinek (021.813.690-03); Rafael Detoni (047.725.359-85); Reinaldo Ferreira Lino Junior (020.088.611-80); Ricardo de Lourdes Braga (047.910.589-84); Vinicius Goncalves Rodrigues (136.905.027-56)
1.2. Órgão/Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2923/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.094/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Bilac Azevedo (026.695.091-42); Sabrina Queiroz das Neves (746.917.161-49); Samya de Magalhaes Falcao (891.424.031-20); Sthefanie Rocha (017.346.481-55); Thais Daniele Reis de Azevedo (034.948.393-01); Thiago Cavalcante Batista Silva (011.964.751-64); Vanessa Carreira Lima Onofre (073.169.284-50); Vanilson Pereira dos Santos (067.382.556-67); Warlan Rocha da Silva (000.349.481-04); Yan Wagner Capua da Silva Charlot (035.584.085-51)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2924/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1462/2018 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 20/3/2018, Ata 8/2018, relativamente aos subitens "3.1", "9.1", "9.2" e "9.3", de modo que:

a) Onde se lê: "3.1. Responsáveis: João Gilberto da Silva Nogueira (CPF: 110.307.472-53), Leomar Douglas Ribeiro (CPF 970.811.750-15), Liliane Ribeiro (CPF 006.908.040-24) e Associação Indígena dos Agricultoras da Linha Mó (CNPJ 08.304.718/0001-83)", leia-se: "3.1. Responsáveis: João Gilberto da Silva Nogueira (CPF: 110.307.472-53), Leomar Douglas Ribeiro (CPF 970.811.750-15), Liliane Ribeiro (CPF 006.908.040-24) e Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó (CNPJ 08.304.718/0001-83)".

b) Onde se lê: "9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Leomar Douglas Ribeiro, a Associação Indígena dos Agricultoras da Linha Mó e a Srª Liliane Ribeiro, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;"leia-se: "9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Leomar Douglas Ribeiro, a Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó e a Srª Liliane Ribeiro, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;"

c) Onde se lê: "9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III, e § 5º; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno-TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Leomar Douglas Ribeiro e da Associação Indígena dos Agricultoras da Linha Mó(...)". leia-se: "9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III, e § 5º; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno-TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Leomar Douglas Ribeiro e da Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó(...)".

d) Onde se lê: "9.3. aplicar ao Sr. Leomar Douglas Ribeiro e à Associação Indígena dos Agricultoras da Linha Mó a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,(...)" leia-se: "9.3. aplicar ao Sr. Leomar Douglas Ribeiro e à Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,(...)"

1. Processo TC-001.670/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: João Gilberto da Silva Nogueira (CPF: 110.307.472-53), Leomar Douglas Ribeiro (CPF 970.811.750-15), Liliane Ribeiro (CPF 006.908.040-24) e Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó (CNPJ 08.304.718/0001-83)
1.2. Órgão/Entidade: Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Representação legal: Vanderlei Pompeo de Mattos (27488/OAB-RS), representando Associação Indígena dos Agricultores da Linha Mó e Leomar Douglas Ribeiro.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. manter inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

ACÓRDÃO Nº 2925/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1662/2018 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 27/3/2018, Ata 9/2018, de modo que onde se lê: "(...) em dar quitação ao Município de São Francisco/MG, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 8.694/2017 - TCU - 2ª Câmara: (...)"; leia-se: "(...) em dar quitação ao Município de São Francisco/MG, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado por meio do Acórdão 8.694/2017 - TCU - 2ª Câmara: (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.860/2009-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 017.480/2016-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 017.481/2016-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 017.482/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Connor Engenharia Limitada (16.575.763/0001-09); Oscar Caetano Neto (163.190.106-06); Prefeitura Municipal de São Francisco - MG (22.679.153/0001-40)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Francisco - MG
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.7. Representação legal: Carlos Andrei Soares Fagundes (112.303/OAB-MG) e outros, representando Connor Engenharia Limitada.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2926/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 199, §2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação; encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo e à Prefeitura de Mataraca - PB, e determinar o arquivamento do feito, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-026.424/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: João Madruga da Silva (070.599.904-10)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mataraca - PB
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2927/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão º 1469/2018 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 20/3/2018, Ata 8/2018, de modo que no título constante da tabela inserida no subitem "9.2", onde se lê: "Valor", leia-se: "Valor (R$)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.023/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Arcanjo Cesário de Oliveira Júnior (356.280.736-87); Maria Aparecida dos Santos Martins Prado (993.414.098-53); Nilton José de Paula Trindade (014.322.028-47); Sandra do Rosário Camilo de Oliveira (073.695.728-62)
1.2. Órgão/Entidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2928/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de acompanhamento constituído em cumprimento ao comando contido na alínea "d" do Acórdão 8.771/2016 - TCU - 2ª Câmara, proferido em 31/8/2016, no âmbito do TC 013.031/2016-1, por meio do qual se determinou à Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB) a abertura de processo específico para acompanhamento da implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Triunfo/PB, relacionado ao Termo de Compromisso PAC 634/2014.

Considerando que as diligências endereçadas à Prefeitura Municipal de Triunfo/PB e à Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba resultaram na informação de que as obras encontram-se em estágio inicial, e que os resultados das pesquisas efetuadas pela unidade instrutiva nos Sistema de Acompanhamento de Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) e no Sincov dão conta de que não há registro de nenhum pagamento em favor da empresa Viga-Engenharia Ltda, contratada para a execução da obra.

Considerando que cabe aos órgãos concedente a responsabilidade primária pela fiscalização da correta aplicação dos recursos federais repassados mediante convênio, conforme a jurisprudência predominante desta Corte de Contas.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, após efetuadas as determinações adiante indicadas.

1. Processo TC-023.689/2016-1 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Interessados: Tribunal de Contas da União - TCU.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Triunfo - PB
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia dos autos à Fundação Nacional de Saúde para adoção das providências de sua alçada, no que se refere ao Termo de Compromisso PAC 634/2014 (Siafi 682583), especialmente em relação ao cumprimento do dever de acompanhamento e fiscalização da obra e de instauração de tomada de contas especial no caso de eventual dano ao erário.

ACÓRDÃO Nº 2929/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Juvenil Cirelli, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 4017/2014 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 5/8/2014, Ata 27/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.427/2013-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 008.673/2016-0 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsável: Juvenil Cirelli (795.730.708-63)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto - SP
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Representação legal:
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2930/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido nos autos em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU;

b) encaminhar cópia dos autos à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para adoção de providências de suas alçadas, no que se refere à prestação de contas dos Termos de Compromisso PAC 504/2011-Funasa, 201686/2011-FNDE e 201665/2011-FNDE, com cópia dos ofícios de encaminhamento para os respectivos órgãos de controle interno, nos termos do art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014;

c) dar ciência desta deliberação ao representante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-028.385/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Francisco Alves da Silva (008.615.884-87)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Seridó - PB
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 8/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2931/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.592/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Auta da Silva Mendonça (773.190.108-44)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2932/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.702/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Teresa Porto Lopes (265.739.380-20)
1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2933/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.727/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Gabriella Alves Roque de Faria (087.135.316-46)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2934/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.830/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Antônia Resque Duarte (004.056.042-20)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2935/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.852/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria de Lucena Araújo (668.724.214-87)
1.2. Unidade: Superintendência de Seguros Privados
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2936/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-008.953/2015-5 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
2. Embargante: Jair Lira Soares (CPF 043.203.244-47)
3. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL
4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Gustavo Henrique de Barros Callado Macedo (OAB/AL 9.040)

9. Acórdão:
Considerando que Jair Lira Soares opôs embargos de declaração em face do Acórdão 905/2018 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, lhe imputou o pagamento de débito e o recolhimento de multa;
Considerando que o Acórdão 905/2018 - 2ª Câmara foi prolatado em 6/3/2018 e a ciência do embargante ocorreu em 19/3/2018;
Considerando que os embargos foram opostos em 19/4/2018;
Considerando que o prazo para a apresentação de embargos de declaração é de dez dias, contados nos termos do art. 183 do Regimento Interno;
Considerando que o prazo para o exercício dos embargos declaratórios expirou no dia 29/3/2018;
Considerando a intempestividade dos embargos de declaração opostos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, nos termos do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f", e 287, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. não conhecer destes embargos de declaração; e
9.2. dar ciência ao embargante do teor desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 2937/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-013.094/2016-5 Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
2. Embargante: Fernando José de Araújo Lou (284.546.774-53)
3. Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL
4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX/AL).
8. Representação legal: Gustavo Henrique de Barros Callado Macêdo (OAB/AL 9.040)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, nesta fase processual, tratam de embargos de declaração opostos por Fernando José de Araújo Lou em face do Acórdão 3.091/2017 - 2ª Câmara, que, em sede de tomada de contas especial, julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa.
Considerando que os presentes embargos foram apostos em face do Acórdão 3.091/2017-2ª Câmara (peça 29), retificado pelo Acórdão 3.553/2017-2ª Câmara (peça 37);
Considerando que o embargante foi notificado dos referidos acórdãos em 15/5/2017 (peças 39 e 40);
Considerando que o ora embargante opôs recurso de reconsideração em face do Acórdão 3.091/2017-2ª Câmara (peça 46);
Considerando que, por meio do Acórdão 1.145/2018-2ª Câmara (peça 59), o Tribunal conheceu e negou provimento ao mencionado recurso de reconsideração;
Considerando que o ora embargante foi notificado do Acórdão 1.145/2018-2ª Câmara em 28/3/2018 (peça 68);
Considerando que os presentes embargos foram opostos, intempestivamente, em 19/4/2018 (peça 74), 339 dias após a notificação do embargante acerca da deliberação ora atacada e 22 dias depois do conhecimento do Acórdão 1.145/2018 - 2ª Câmara;
Considerando o disposto no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, que fixa o prazo de 10 dias para a oposição de embargos de declaração;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, em não conhecer dos presentes embargos, dando ciência desta deliberação ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 2938/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.555/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Procuradoria da República/ES
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX/ES).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2939/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-001.339/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Maria Zuleide de Araujo Costa (CPF 351.962.971-20); Silvania Maria Lustosa Barros Lemos (CPF 200.997.463-87).
1.3. Unidade: Imprensa Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2940/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Carlos Magno Pacheco Carvalho e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-001.955/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Carlos Magno Pacheco Carvalho (CPF 484.496.796-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2941/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-006.298/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Isaias Dantas Eufrasio (CPF 625.126.257-53); Jose de Ribamar Guagliardo Filho (CPF 104.318.293-49); Salvimar Vizeu Alexandre Ferreira (CPF 416.902.497-49).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2942/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Ana Maria Freire Goncalves Dente.

1. Processo TC-008.588/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ana Maria Freire Goncalves Dente (CPF 054.771.128-08).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2943/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Roberto Simões Borges.

1. Processo TC-009.292/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Roberto Simões Borges (CPF 075.213.594-53).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2944/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Marta Tadeia Lopes.

1. Processo TC-009.293/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Marta Tadeia Lopes (CPF 013.092.048-70).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2945/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.360/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aloisio Paes Borba Nogueira (CPF 316.757.277-91); Celsa Ferreira Jorge (CPF 039.039.743-15); Edson Rezende de Oliveira (CPF 097.452.626-68); Eudes da Silva Carneiro (CPF 125.104.756-49); Joao Geraldo Dias Neto (CPF 074.538.331-91); Luis Aureliano Cavalcante Mota (CPF 031.026.293-34); Magnaldo Jose Nicolau da Costa (CPF 030.068.242-53); Maria do Socorro Carvalho Junior (CPF 113.650.991-72); Roque Bonfim dos Santos (CPF 270.346.238-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2946/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Francisco Nogueira Lima.

1. Processo TC-009.378/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Francisco Nogueira Lima (CPF 070.468.473-04).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2947/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a José Humberto Porto.

1. Processo TC-009.400/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: José Humberto Porto (CPF 297.064.401-00).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2948/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.405/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Lucia Neves de Oliveira (CPF 060.427.708-37); Gerald Jean Francis Banon (CPF 325.406.554-91); Luiz Evangelista Caetano (CPF 741.441.208-30); Maria de Fatima Martins do Amaral (CPF 019.703.688-02).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2949/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.514/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aderito da Fonseca Correia (CPF 480.900.007-97); Alexandre Tadeu Vieira Garcia (CPF 289.978.401-34); Alvaro Magalhaes Calheiros (CPF 039.865.944-34); Antonio Carlos de Souza (CPF 549.205.407-44); Fernando Castelo Branco Gomes (CPF 101.712.743-34); Joaquim Rodrigues de Moura (CPF 198.058.371-49); Luciana Pereira Rustomgy (CPF 126.320.778-26); Luiz Carlos Marques Gonçalves (CPF 051.317.157-68); Magno Antonio Gaieski Schultz (CPF 289.514.760-49); Terezinha de Jesus Setubal (CPF 150.213.941-34).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2950/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.515/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aldoir Pinheiro Antunes (CPF 497.773.270-72); Carlos Baptista Pereira (CPF 010.055.296-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2951/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.529/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Fleury Ferreira Coutinho (CPF 026.887.357-72); Silverio Jacomo Melotti (CPF 071.844.097-87).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2952/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose Fernandes da Silva, e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.532/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jose Fernandes da Silva (CPF 741.431.158-91).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 2953/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Joao Francisco do Nascimento.

1. Processo TC-009.665/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Joao Francisco do Nascimento (CPF 067.022.283-68).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2954/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Manoel Kaiapo.

1. Processo TC-009.671/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Manoel Kaiapo (CPF 206.875.322-72).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2955/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Daniel Jean Roger Nordemann.

1. Processo TC-009.679/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Daniel Jean Roger Nordemann (CPF 026.130.028-83).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2956/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Jacy Lopes.

1. Processo TC-009.709/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jacy Lopes (CPF 267.968.807-49).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2957/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Raimundo Antonio de Carvalho.

1. Processo TC-010.520/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Raimundo Antonio de Carvalho (CPF 074.633.753-15).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2958/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.353/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Glauco Antonio Bezerra Japiassu (CPF 279.882.281-53); Raimundo Nonato Gomes (CPF 179.123.851-34).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2959/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Lazara Maria Galvao.

1. Processo TC-014.275/2010-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Lazara Maria Galvao (CPF 009.177.371-72).
1.3. Unidade: Ministério da Integração Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2960/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Elza Athina.

1. Processo TC-014.789/2010-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Elza Athina (CPF 044.070.679-34).
1.3. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - MEC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2961/2018 - TCU - 2ª Câmara

Visto o pedido de reexame interposto por Edméa Paiva de Moraes Piazzi contra o acórdão 2.905/2017 - 2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria no cargo de técnico judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF em decorrência da incorporação de quintos/décimos no período entre a edição da Lei 9.624/1998 e a da Medida Provisória 2.225-45/2001.

Considerando que, não obstante a proposta da Secretaria de Recursos - Serur pela negativa de provimento ao recurso, o Ministério Público junto ao Tribunal - MPTCU opinou pelo sobrestamento da apreciação do processo até o trânsito em julgado do recurso extraordinário 638.115/CE, em trâmite no STF;

considerando que a vantagem questionada foi concedida por sentença judicial transitada em julgado;

considerando que, administrativamente, houve sobrestamento da matéria no âmbito do STF; e

considerando que, em casos similares, o Tribunal sobrestou a apreciação dos processos (acórdãos 10.348/2017 - 2ª Câmara, da minha relatoria, e 9.857/2017 e 850/2018 - 2ª Câmara, da relatoria do ministro Augusto Nardes);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer do MPTCU e com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, em sobrestar a análise deste processo até o trânsito em julgado do recurso extraordinário 638.115/CE, em trâmite no STF, e em dar ciência desta deliberação à recorrente e à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-029.442/2016-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Recorrente: Edméa Paiva de Moraes Piazzi (CPF 296.624.431-34).
1.3. Unidade: Supremo Tribunal Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2962/2018 - TCU - 2ª Câmara

Visto o pedido de reexame interposto por José Fernandes de Melo contra o acórdão 3.203/2017 - 2ª Câmara, por meio do qual o TCU considerou ilegal seu ato de aposentadoria no cargo de técnico judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, em decorrência da incorporação de quintos/décimos no período entre a edição da Lei 9.624/1998 e a da Medida Provisória 2.225-45/2001.

Considerando que, não obstante a proposta da Secretaria de Recursos - Serur pela negativa de provimento ao recurso, o Ministério Público junto ao Tribunal - MPTCU opinou pelo sobrestamento da apreciação do processo até o trânsito em julgado do recurso extraordinário 638.115/CE, em trâmite no STF; e

considerando que, em casos similares, o Tribunal sobrestou a apreciação dos processos (acórdãos 10.348/2017 - 2ª Câmara, da minha relatoria, e 9.857/2017 e 850/2018 - 2ª Câmara, da relatoria do ministro Augusto Nardes);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer do MPTCU e com fundamento no art. 157 do Regimento Interno, em sobrestar a análise deste processo até o trânsito em julgado do recurso extraordinário 638.115/CE, em trâmite no STF, e em dar ciência desta deliberação ao recorrente e à unidade jurisdicionada.

1. Processo TC-029.631/2016-5 (RECURSO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Recorrente: José Fernandes de Melo (CPF 118.863.821-15).
1.3. Unidade: Supremo Tribunal Federal - STF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2963/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Cecilia Marcovich da Silva Rossoni.

1. Processo TC-033.447/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Cecilia Marcovich da Silva Rossoni (CPF 027.858.917-08).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2964/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-033.525/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Raimunda Carla Coimbra Vieira (CPF 971.972.463-34); Sandra Mara Moreno (CPF 629.592.806-44).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2965/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Priscila Carvalho Domingues Larios.

1. Processo TC-003.297/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Priscila Carvalho Domingues Larios (CPF 313.764.858-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2966/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-003.769/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Graciela Prudente da Silva Moronte (CPF 028.930.526-81); Guido Lorencini Schuina (CPF 102.199.347-62); Guilherme Carvalho Chehab (CPF 516.216.811-49); Hugo de Andrade Lucatelli (CPF 029.276.061-29); Isaias Agricola Silva Goncalves Filho (CPF 022.833.501-90); Isis de Andrade Lima (CPF 076.558.174-48); Izabela de Andrade Freitas (CPF 009.573.771-50); Joao Felipe Mayer Saucedo (CPF 020.827.590-83); José Jorge Veloso da Silva (CPF 121.020.165-87); Juliana Rocha Studart Moniz (CPF 254.695.888-74).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Daniel Andrade Fonseca (CPF 012.126.326-64) e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2967/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-003.770/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Karinne Vasconcelos Dias (CPF 822.887.121-04); Kim Moraes Mota (CPF 983.283.871-15); Lauro Vinicius Alencar da Silveira (CPF 002.192.211-03); Leandro Zaha (CPF 340.529.268-97); Lourenco Tomazette Neto (CPF 258.400.531-04); Lucas Marcelo Ramos Batista (CPF 023.433.861-02); Marcelo Tapajoz de Arruda (CPF 768.382.189-68); Marcio Nunes Santos (CPF 051.753.866-03); Marcus Vinicius Galletti Arrais (CPF 643.487.411-15); Maria Christina Maron (CPF 022.234.150-59).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2968/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Raony Arnaut Nogueira.

1. Processo TC-006.143/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Raony Arnaut Nogueira (CPF 041.002.331-08).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2969/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.283/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Abadia Barbosa (CPF 700.839.831-04); Abson Simplicio Lopes Baiao (CPF 001.100.915-23); Adailton Ferreira da Paixao (CPF 006.736.021-17); Adelio Agapito Ferreira de Souza (CPF 454.436.101-04); Ademilson Francisco Lopes (CPF 802.113.301-59); Adenilson Cardoso de Oliveira (CPF 619.828.141-87); Adilson Martins de Souza (CPF 874.137.441-04); Ado Soares de Lima (CPF 688.749.446-91); Adriano Batista de Oliveira (CPF 010.909.431-05); Adriano Lopes da Silva (CPF 032.506.581-03); Adriano Pereira Fernandes (CPF 012.207.271-56); Advaldo Maciel da Silva (CPF 733.412.661-00); Afonso Bento Bezerra Junior (CPF 366.014.623-49); Ailton Belarmino Almeida Silva (CPF 804.200.791-49); Ailton Gomes Freire (CPF 802.131.201-78); Albert Rodrigues de Souza (CPF 956.385.471-34); Aleson Fonseca Araujo (CPF 010.957.751-54); Alesson de Brito Silva (CPF 649.759.243-15); Alex Bezerra da Silva (CPF 857.638.101-04); Alex de Pinho Silva (CPF 021.412.231-05).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2970/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.284/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alex Martins Arnaldo (CPF 691.453.851-49); Alex Sandro Jose de Freitas (CPF 011.699.001-51); Alexandre Marques Mesquita (CPF 923.829.241-87); Alexandre Silva Leandro (CPF 564.866.691-87); Alexandre das Neves Silva (CPF 692.885.421-91); Alexsandro Bezerra Veras (CPF 909.381.001-49); Alice Araujo Aguiar (CPF 712.509.991-20); Aline Lorena Rodrigues Pereira (CPF 022.351.121-88); Aline Ribeiro Mendes (CPF 985.735.191-34); Aline Sousa Passos (CPF 007.256.451-21); Allison Fernando dos Santos Bandeira (CPF 042.891.831-07); Amanda Nascimento da Silva (CPF 024.603.031-30); Amanda Vieira de Jesus (CPF 023.644.141-80); Amarilson de Oliveira Avelino (CPF 012.368.921-00); Ana Claudia Martins da Silva (CPF 031.937.861-60); Ana Paula de Fatima Jacomini (CPF 728.826.701-68); Analu Santos de Andrade (CPF 017.367.171-38); Anderson Alves de Oliveira (CPF 842.268.201-00); Anderson Evangelista dos Santos (CPF 986.809.271-04); Anderson da Rocha Nunes (CPF 011.080.411-24).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2971/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.285/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anderson Lopes Nogueira Faria (CPF 003.929.811-65); Anderson Luiz Ribeiro (CPF 059.568.009-76); Anderson Pereira da Silva (CPF 013.560.171-18); Anderson Roberto Araujo da Mota (CPF 990.617.911-20); Anderson Xavier de Almeida (CPF 718.056.301-30); Andre Fernando Alves Pereira (CPF 721.729.671-49); Andre Franca Braz de Queiroz (CPF 004.358.871-90); Andre Luis Feitosa Fonseca (CPF 017.447.301-05); Andre Luiz Nogueira Vieira (CPF 003.142.321-33); Andre Rodrigues da Costa (CPF 019.448.901-90); Andre de Sousa Cruz Neto (CPF 033.299.115-65); Andreia de Mesquita Martins (CPF 697.827.681-20); Anisio Washington Oliveira Santos (CPF 956.451.011-20); Antonio Carlos Rodrigues Barbosa (CPF 245.378.451-04); Antonio Cruvinel Caixeta (CPF 005.992.821-26); Antonio Francisco de Sousa Soares (CPF 602.450.771-20); Aquinaldo de Souza Carvalho (CPF 761.068.453-87); Arthur Oliveira Moura (CPF 043.333.311-10); Asenclever Oliveira Dias Lopes (CPF 610.423.661-87); Atila de Mesquita Martins (CPF 016.770.411-70).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2972/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do subitem 1.8, abaixo.

1. Processo TC-006.286/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Augusto da Fonseca Ribeiro (CPF 040.120.371-96); Bento de Sousa Vaz (CPF 012.269.821-58); Bruna Rodrigues Laurindo de Lima (CPF 026.822.841-83); Bruno Carneiro Pereira (CPF 732.367.051-91); Bruno Leonardo Ferreira Silva (CPF 729.848.721-34); Bruno Lima Tito Pereira (CPF 737.320.871-15); Bruno Ludovico Mariano (CPF 007.956.971-47); Bruno Marques dos Santos (CPF 011.686.441-94); Bruno Martins de Brito (CPF 025.158.191-84); Bruno Miranda Pires (CPF 041.842.681-37); Bruno Walisson Alves da Silva dos Santos (CPF 029.860.591-04); Bruno da Silva (CPF 015.739.871-40); Caio Gibson Raposo Lopes (CPF 737.206.071-00); Camila Isabel Lima Amorim (CPF 018.237.491-27); Carine Becker (CPF 049.426.909-00); Carlos Alberto Campos Aires (CPF 011.388.011-19); Carlos Alberto Dias da Silva (CPF 001.826.241-45); Carlos Alberto Messias Vasconcelos (CPF 010.812.481-90); Carlos Alberto da Silva Neves (CPF 042.928.911-17); Carlos Augusto Pereira Neves (CPF 689.418.701-00).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992; 260, § 6º, do Regimento Interno; 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007; e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2973/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.287/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Eduardo Lopes da Silva (CPF 712.652.951-15); Carlos Eduardo Soares de Oliveira (CPF 903.123.681-00); Carlos Eugenio Sampaio Lobao (CPF 002.421.841-38); Carlos Henrique Jose da Cunha (CPF 035.522.381-31); Carlos Henrique de Oliveira Matos (CPF 001.926.461-50); Carlos Jose Santos Costa (CPF 564.514.821-53); Carlos Magno de Sousa Amorim (CPF 836.918.121-04); Caroline Ribeiro Ferro (CPF 720.147.091-49); Celio Alves da Cunha (CPF 619.667.541-91); Celso Paes Landim Souza (CPF 969.803.701-20); Cesar Viana da Silva (CPF 504.764.671-87); Cezar Gonzaga do Nascimento (CPF 490.716.881-00); Charles Costa Galeno (CPF 006.274.231-08); Charley Gomes Machado (CPF 077.003.586-80); Cicero Ferreira Lunguinho (CPF 858.464.651-53); Cicero Junior Avelar (CPF 024.903.791-27); Claudenice Ferreira dos Santos (CPF 062.442.186-47); Claudio Luiz Ferreira de Oliveira (CPF 777.687.951-72); Clebes Henrique da Silva Soares (CPF 901.016.501-91); Cleia Evangelista da Costa (CPF 820.567.811-15).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2974/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.288/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cleidson Silveira de Souza Araujo (CPF 012.936.901-20); Cleisson de Souza Carvalho (CPF 888.197.101-10); Cleiton Barbosa Damasceno (CPF 100.813.506-27); Cleiton Ferreira de Lima (CPF 010.392.161-37); Cleiton Rogerio de Souza (CPF 783.073.331-72); Cleiton da Silva Furtado (CPF 010.652.611-10); Cleiton de Sousa Silva (CPF 812.219.591-15); Clenio Bernardes da Costa (CPF 783.074.811-04); Cleuber Ferreira de Souza (CPF 697.389.121-72); Clevison Martins Demetrio (CPF 993.378.351-34); Cleydson Primo da Conceicao (CPF 720.617.901-00); Cleyton Fernandes de Castro (CPF 035.152.841-50); Corbibiano Gomes (CPF 930.071.751-00); Cosmino Evangelista de Souza Neto (CPF 727.809.162-49); Cristiane Maria Pacheco Amoury (CPF 823.734.501-00); Cristiano Souza e Silva (CPF 734.664.411-53); Cristiano da Costa Carvalho (CPF 921.991.781-53); Cristina Nunes dos Santos (CPF 722.122.921-04); Daniel Alexandre Moreira (CPF 880.763.691-34); Daniel Montalvao da Silva (CPF 009.179.371-80).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2975/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.289/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danielle Silva Costa (CPF 017.593.521-10); Danielson dos Santos (CPF 023.078.529-80); Danilo Ferreira Lisboa (CPF 037.096.511-66); Danilo da Silva Nascimento (CPF 736.140.171-68); Danilo de Oliveira e Oliveira (CPF 989.227.501-20); Darcio Ribeiro Xavier (CPF 013.637.851-09); Darlan Prado dos Santos (CPF 905.730.721-91); Davi Cardoso da Silva (CPF 713.654.781-49); Dayane Silva Vieira (CPF 022.122.721-03); Dayenne Sandy da Silva Ramos (CPF 034.457.751-17); Dayse Soares Teixeira (CPF 738.491.541-49); Debora Medeiros de Assis Karam (CPF 885.805.475-04); Deijarlles de Souza (CPF 033.176.621-31); Dejair Themoteo (CPF 828.649.501-20); Deni de Mendonca Porto (CPF 084.257.157-41); Denise da Silva (CPF 945.221.385-04); Dheimyson Ragner de Oliveira Romualdo (CPF 015.782.771-24); Diego Amaral Batista (CPF 033.963.655-69); Diego Correa da Silva de Oliveira (CPF 732.869.741-53); Diego Fernandes Gomes Costa (CPF 019.919.361-41).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: Ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2976/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.290/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Diego Matias dos Santos (CPF 011.197.401-18); Diemerson William Ribeiro Gomes (CPF 723.372.301-04); Douglas Lima da Silva (CPF 034.847.451-26); Edicacio Pereira de Jesus (CPF 016.770.011-19); Edila de Oliveira Lima (CPF 803.060.636-20); Edilania Soares de Oliveira (CPF 981.395.331-49); Edilene do Carmo Machado (CPF 721.787.101-82); Edinael Alves dos Reis (CPF 948.118.733-00); Edinaldo Santos da Silva (CPF 007.701.281-06); Edinei Pereira Lima (CPF 006.263.741-03); Edmilson de Jesus Silva (CPF 832.778.621-00); Edno Oliveira dos Santos (CPF 000.165.711-93); Edson Alves de Oliveira (CPF 043.351.323-36); Edson Freitas Rabelo (CPF 011.496.901-94); Edson Garces Ferreira (CPF 012.447.241-90); Edson Pereira Natal (CPF 001.047.901-56); Eduardo Henrique Rocha da Silva (CPF 026.115.631-44); Eduardo Nunes Persiano (CPF 036.166.841-45); Eduardo Ribeiro Rosa (CPF 025.486.381-70); Eduardo Rodrigues Brito (CPF 016.947.973-09).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2977/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.291/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Edvaldo Quirino dos Santos (CPF 013.345.431-27); Elaine Barbosa da Silva (CPF 033.019.301-58); Eliabe Kleiner do Nascimento de Andrade (CPF 055.624.404-40); Eliane Santos (CPF 400.951.501-53); Eliane de Sevilha Lima (CPF 016.616.941-28); Eliemeson Gomes dos Santos (CPF 825.954.611-68); Elis Tavares Araujo (CPF 102.933.947-33); Elismail de Matos Rodrigues (CPF 035.126.871-56); Elivan de Lima Andrade (CPF 029.577.021-00); Emerson Gomes Ribeiro (CPF 908.123.791-87); Emerson Pereira dos Santos (CPF 070.535.486-51); Emilye Kessia da Silva (CPF 037.440.491-75); Eneas Souza Junior (CPF 036.426.591-44); Eraldo Jose do Nascimento Sousa (CPF 025.437.073-01); Ericsojan Soares Alves (CPF 031.838.881-22); Erika Pires Azevedo (CPF 724.858.921-72); Erissandro Lima do Nascimento Santos (CPF 019.665.591-94); Evaldo Sales Feitoza (CPF 711.425.841-00); Evandro Jose da Cunha (CPF 013.076.801-43); Evandro Luiz Damascena Aguiar (CPF 442.653.441-00).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2978/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do subitem 1.8, abaixo.

1. Processo TC-006.292/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ever da Silva Pereira (CPF 987.737.711-04); Everton Camelo de Sousa (CPF 032.353.881-92); Ezequiel de Souza (CPF 941.132.111-91); Fabio Alves da Silva (CPF 010.809.531-24); Fabio Barros Matsuoka (CPF 841.987.101-04); Fabio Cunha Rodrigues (CPF 004.640.851-79); Fabio Guttemberg da Cruz (CPF 471.704.761-34); Fabio Jose de Sousa Bispo (CPF 711.593.801-63); Fabio Machado Camargo (CPF 862.103.271-68); Fabio Pereira Vargas (CPF 890.857.441-72); Fabio Silva Pereira (CPF 803.514.091-49); Fabio Sousa da Cruz (CPF 909.825.921-91); Fabio de Sousa Oliveira (CPF 922.103.091-15); Fabricio Aires Ribeiro (CPF 017.396.581-40); Fabricio Jose da Silva (CPF 002.635.141-29); Fagundes Vinnicius Leite Silva Marra (CPF 005.866.281-26); Fargone Maciel Flor (CPF 723.549.091-87); Felipe Bender Santos (CPF 034.352.741-31); Felipe Bueno Almeida (CPF 036.449.511-10); Felipe Miranda Albuquerque Barcelos (CPF 702.095.021-34).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992; 260, § 6º, do Regimento Interno; 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007; e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2979/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-006.293/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ferdinand dos Santos Pedrosa (CPF 524.510.031-20); Fernanda Leal do Vale Silva (CPF 716.229.851-68); Fernanda de Souza (CPF 726.588.861-87); Fernando Azevedo dos Santos (CPF 017.085.041-25); Fernando Santos Freitas (CPF 028.727.501-93); Fernando Teixeira dos Santos (CPF 935.741.341-34); Filipe Mendonca Domingues (CPF 736.994.891-91); Filipe Moreira de Paula (CPF 016.652.771-81); Filipe de Oliveira Ricardo (CPF 012.093.861-86); Flavio Antunes dos Reis (CPF 011.470.411-21); Flavio Custodio Fernandes (CPF 020.171.741-73); Flavio Dias da Silva (CPF 758.289.013-20); Flavio Pereira Gualdi (CPF 960.557.231-15); Flavio Rezende Moreira (CPF 014.496.761-89); Flavio Rodrigo Costa (CPF 688.775.791-53); Flavio Santos da Fonseca (CPF 037.754.871-58); Valeriano da Silva Gomes (CPF 747.178.043-68).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2980/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-006.733/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luis Rodrigo de Oliveira Gonçalves (CPF 054.965.557-36); Marcia Aparecida Almeida Pereira (CPF 080.940.367-61); Marisa Fabiana Nicolás (CPF 212.570.538-92).
1.3. Unidade: Laboratório Nacional de Computação Científica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2981/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Paulo Estevao Rodrigues Machado.

1. Processo TC-006.742/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Paulo Estevao Rodrigues Machado (CPF 067.304.016-05).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2982/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-006.990/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Alberto Campos Martins (CPF 017.762.788-36); Geralda Regina Taglioni Lopes (CPF 863.352.358-20); Joao Pires de Castro Filho (CPF 156.300.848-36); Jose Aldair Facco (CPF 045.249.368-40); Lais Moraes de Carvalho (CPF 389.601.118-99); Maria Izilda Bombonato Victorasso (CPF 046.953.838-45); Mario Cesar de Oliveira (CPF 049.749.698-46); Moacyr Jorge do Amaral (CPF 005.740.568-90).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2983/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.448/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adelia Marina de Campos Cursino (CPF 041.735.286-71); Claudia Joyce Leal dos Santos (CPF 359.970.238-18); Cristiano Ricardo Vaz de Melo (CPF 037.437.617-42); Luciana Cantuaria Lobo (CPF 018.016.891-64); Maria Michele Craciun Brutten (CPF 053.220.344-55); Marina Matos Lemos de Souza Lima (CPF 053.987.806-54); Thayna Janaynna Cerqueira Silva (CPF 016.800.371-61); Yves Ivantes Dias (CPF 099.914.697-10).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2984/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Amirtis Alves de Araujo.

1. Processo TC-007.628/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Amirtis Alves de Araujo (CPF 386.517.938-04).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2985/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rosangela dos Santos Sousa.

1. Processo TC-007.920/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Rosangela dos Santos Sousa (CPF 302.941.848-05).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2986/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.925/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juliana Silva Pereira Batista (CPF 636.192.451-34); Junior de Sousa Duarte (CPF 034.581.961-61); Juscelino da Conceicao Costa (CPF 007.983.611-90); Kepler Weber Mesquita de Assunção (CPF 037.087.631-81); Kleber Robert Alves (CPF 716.995.621-72); Leandro Augusto Rodrigues dos Santos (CPF 020.050.201-84); Michael da Silva Andrade (CPF 031.875.031-79); Miguel Rodrigues Fiorilo Junior (CPF 031.851.751-58); Milton Jhonathan Bispo Neves (CPF 028.273.481-36); Rafael da Costa Freitas (CPF 010.958.271-38).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2987/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.931/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Kleber Pereira Rocha (CPF 950.010.263-34); Leonardo Tomaz Nunes (CPF 847.758.231-91); Lineu Gomes de Azevedo (CPF 584.770.801-78); Livia Fernanda de Alencar Carvalho (CPF 865.777.512-34); Lucas da Silva Alves (CPF 032.176.381-58); Marcia da Silva Bezerra (CPF 552.272.101-44); Marcio Cardoso Abreu dos Santos (CPF 703.589.741-00); Marcio Costa Rocha (CPF 834.311.951-72); Paulo Roberto Ximenes de Sousa (CPF 006.609.011-37); Pedro Henrique Pereira (CPF 008.521.091-99).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2988/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.947/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jair Bruno de Castro (CPF 353.776.823-00); Janaina Bonfim dos Santos (CPF 710.714.071-04); Jaqueline Barros Mayer (CPF 725.248.121-20); Jessikley Glaibson Moreira Sousa (CPF 034.001.411-35); Jessyca Alice Rodrigues Pierote (CPF 033.329.841-10); Jhonatan da Silva Santana (CPF 044.394.601-94); Jhonatas Alexandre de Souza Gonzaga (CPF 011.381.551-44); Joao Paulo Campos dos Santos Rego (CPF 722.167.001-34); Jose Nilson Mendes Carneiro Filho (CPF 447.386.333-68); Ygor do Nascimento Santos (CPF 734.269.461-49).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2989/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.114/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jean Carlos Silva Rodrigues (CPF 632.321.625-68); Jean dos Reis Leal (CPF 578.131.675-20); Jose Jorge Oliveira do Espirito Santo (CPF 296.574.585-87); Jose Ricardo de Araujo Couto (CPF 911.103.785-72); Josefa Marta Soares dos Santos (CPF 478.870.795-00).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2990/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jose Antonio Teixeira de Oliveira Filho.

1. Processo TC-008.489/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jose Antonio Teixeira de Oliveira Filho (CPF 024.409.379-24).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2991/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.762/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Caio Rodrigues Barroso (CPF 037.047.221-70); Cassio Mauri de Oliveira Filho (CPF 028.758.861-00); Ciro Guedes Farias (CPF 020.110.541-17); Hogla da Silva Bueno (CPF 714.886.341-49); Joyce Ferreira Fernandes Borges (CPF 961.276.861-72); Marcel Moreira Viriato (CPF 026.625.331-88); Marcelo Nunes Salgado (CPF 025.305.671-31); Marco Antonio Marques Pinheiro (CPF 036.066.171-86); Rafael Cortes de Paiva (CPF 036.232.691-66); Sterfson Rennes Alves Sousa (CPF 026.420.391-70).
1.3. Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2992/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.764/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Luiza Vimieiro Saabor (CPF 018.958.371-11); Guilherme Tolentino Luzzi Diniz (CPF 017.038.301-64); Mauricio Constantino Afonso (CPF 134.683.398-28).
1.3. Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2993/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.867/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andressa Serra Martins (CPF 047.959.873-86); Cintia Furtado Ribeiro da Silva (CPF 937.411.543-34); Julia Vieira de Vasconcelos (CPF 113.651.807-00); Luciane Maioli da Silva (CPF 102.845.198-98); Marcelo de Oliveira Batista (CPF 005.055.561-89); Vinicius Andrade Silva (CPF 704.383.151-20).
1.3. Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2994/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.899/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anderson Pinheiro de Almeida (CPF 458.313.942-04); Crystian Glaysson Pinto Alfaia (CPF 907.973.452-72); Edison Armando de Oliveira (CPF 577.559.302-20); Francisco Wanderson Silva dos Santos (CPF 967.558.902-78); Moises Souza da Silva (CPF 923.028.902-72).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2995/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.900/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lamilton Pereira de Souza (CPF 445.684.605-49); Lidiany Guimaraes Rocha (CPF 819.423.385-20); Lincoln Feitosa Sampaio (CPF 813.597.215-68); Lucas Rodrigues dos Santos (CPF 001.713.825-60).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2996/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Muller Luiz Borges.

1. Processo TC-008.908/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Muller Luiz Borges (CPF 037.492.916-59).
1.3. Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2997/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.959/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cassiano Lino dos Santos Costa (CPF 059.625.786-43); Renan Oliveira da Cunha (CPF 770.174.203-49).
1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2998/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.961/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adilson Pereira da Silva (CPF 704.095.289-00); Alayanne Cristine de Sousa Freitas (CPF 041.780.903-48); Alessandra de Souza Ramos Gomes (CPF 723.477.911-68); Alex Bandeira de Oliveira (CPF 840.732.255-53); Alex Sander Felix de Oliveira (CPF 045.625.169-33); Aluan Augusto de Melo Neves (CPF 110.797.246-99); Amanda Cristina Lopes de Barros (CPF 038.025.091-88); Anderson Baierle (CPF 049.601.119-76); Andre Macario da Silva (CPF 057.164.451-10); Andrea de Carvalho Pedroza (CPF 922.857.834-34); Arama Aragao Antunes (CPF 126.341.327-78); Bruno Cesar Medeiros Cassemiro (CPF 012.751.321-38); Camilla Andreia Andrade Lima (CPF 032.925.121-07); Carlos Alexandre Alves da Cunha (CPF 040.368.491-90); Carlos Rodrigo Martins Dias (CPF 703.375.351-91); Cleober Pires Silveira (CPF 105.143.267-78); Daniel Angelo Cerqueira (CPF 823.468.951-72); Daniel Ribeiro Cruz (CPF 019.782.525-79); Daniela Braga Dutra Rocha (CPF 017.222.781-02); Daniela de Freitas Mello (CPF 906.595.895-91).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2999/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.962/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danilo Raimundo Batista Nunes (CPF 894.734.182-72); Debora Evelyn Salles (CPF 088.062.166-43); Denizia Carla Caltagironi Goncalves Correia (CPF 605.988.671-04); Dhiego Emanuel Pinheiro (CPF 051.656.464-16); Diego Eugenio Fassini (CPF 016.296.640-73); Diego Holanda de Melo (CPF 064.527.224-84); Diego da Rocha de Alencar (CPF 025.149.261-30); Diogo Adriano Cortes da Silva (CPF 100.630.197-60); Diogo Bruno Araújo (CPF 026.303.611-10); Eduardo Roberto Santos da Silva (CPF 276.108.718-69); Edvan Souza Silva (CPF 015.326.641-41); Elisana Fuckner (CPF 066.121.599-79); Elisete Costa César (CPF 049.371.949-09); Enio Silva Junior (CPF 067.538.306-42); Everton Roberto dos Santos (CPF 023.329.551-86); Fabricio Lourenco Ferreira (CPF 998.710.091-00); Felipe Mendes Pereira (CPF 132.014.237-00); Felipe de Albuquerque Magalhaes (CPF 980.485.201-25); Fernanda Araujo Lustosa (CPF 723.109.951-34); Filipe Galheno Marques (CPF 025.536.871-25).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3000/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.963/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Flavia Franca Tosta (CPF 028.903.375-61); Florisberto de Jesus Gomes Junior (CPF 082.003.184-43); Francine da Rosa Grings (CPF 015.985.780-57); Francisco Junio Cardoso da Silva (CPF 016.587.151-28); Francisco Neudo Reboucas Chaves (CPF 900.462.772-34); Frederico Marinho dos Santos (CPF 789.276.761-49); Gabriel Martins Alves e Silva (CPF 044.018.021-01); Gabriel Xavier de Oliveira (CPF 055.636.061-39); Gidalto Gomes de Carvalho Filho (CPF 079.212.954-79); Gleydson Gomes Rodrigues (CPF 069.073.474-31); Gregory Lopes Sampaio de Souza (CPF 055.418.455-99); Guilherme Guioto Schneider (CPF 129.320.717-93); Guilherme Vieira Lopes (CPF 130.128.637-02); Hachid Targino de Santana (CPF 074.387.924-47); Heloise Andressa Bressan Goetten (CPF 093.296.289-07); Henrique Luciano da Costa (CPF 036.139.661-90); Hermen Paz Santana (CPF 024.858.791-92); Hiolany Costa Nogueira (CPF 030.355.781-84); Hudson Lopes da Silva (CPF 813.337.061-20); Hugo Marcos Borges Guedes (CPF 941.940.921-04).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3001/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.964/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Hugo Rogerio Santos (CPF 018.454.835-70); Igor Ricardo Mota de Oliveira (CPF 857.270.322-53); Igor Sant Ana da Silva (CPF 110.567.167-46); Iris Lima Brito (CPF 997.638.691-53); Italo Rodrigues dos Santos (CPF 032.665.351-11); Iuri Franca de Queiroz (CPF 084.297.216-14); Iuri Lopes Lacerda (CPF 070.753.234-58); Ivo Adriano dos Santos Pereira (CPF 095.534.304-65); Izabella Fernanda Maria Barros (CPF 020.452.241-20); Izaildo Andrade de Oliveira Junior (CPF 045.665.364-32); Jairo Cezar de Carvalho Junior (CPF 010.300.645-12); James Silva Santos Carvalho (CPF 042.157.691-08); Jamily de Azevedo Raimundo (CPF 011.141.275-74); Janaina Santos de Souza (CPF 012.077.431-35); Jefferson Moraes Vidal (CPF 800.133.093-15); Jessica Leal e Silva Macedo (CPF 036.070.363-14); Jessica Maria Custodio de Oliveira Sousa (CPF 055.926.053-90); Jessika Barbosa de Souza (CPF 093.703.474-61); Jhessica de Oliveira Santos (CPF 029.397.471-30); Joana Darc Jales de Mendonca (CPF 061.287.624-17).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3002/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.965/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joao Marcelo do Carmo Junior (CPF 052.286.595-01); Joao Paulo dos Santos (CPF 067.067.965-81); Jonas Soares Santos (CPF 027.681.263-81); José Ilton de Oliveira (CPF 294.289.418-08); Juliana Pereira da Silva (CPF 036.267.293-89); Juliana de Lima Braga (CPF 032.762.671-28); Juliane Aparecida Budnhak (CPF 032.651.609-39); Julio Cezar de Souza Luzia (CPF 097.953.936-69); Kamilla Silva Pereira (CPF 068.741.874-73); Kamyla Maria de Araujo Souza (CPF 005.213.212-98); Leonardo Friedrich Magro (CPF 015.251.130-03); Leticia Ostemberg dos Santos (CPF 045.269.271-71); Lilian Gomes da Silva Rocha (CPF 034.007.421-39); Lucas Eneas de Rezende (CPF 991.206.821-15); Lucas dos Santos Almeida (CPF 607.189.343-77); Luiz Fernando Chaves da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Motta (CPF 222.798.495-34); Luiz Guilherme Barros Silva (CPF 064.863.144-35); Marcel Dantas Cavalcanti (CPF 010.592.264-13); Marcelo Luis Mantuano Barreto (CPF 057.038.747-77); Marcio Francisco Alves (CPF 442.700.541-15).

1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3003/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.966/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcio Sanjuan Ganem Prado (CPF 002.442.165-09); Marcos Alexandre Moncao Junior (CPF 016.271.566-82); Marcos Felipe Lopes de Miranda (CPF 935.096.852-53); Marcus Vinicius Magalhaes Pereira (CPF 725.494.751-00); Maria Cecilia da Silva Lima (CPF 723.787.861-15); Maria Fabricia Thayz Alves Cunha (CPF 090.512.924-57); Mateus de Martins Scherer (CPF 015.252.720-63); Matusalem Junior de Morais Machado (CPF 101.268.946-80); Michelli de Alencar Almeida (CPF 035.911.329-00); Moises William de Oliveira Santos (CPF 019.475.025-65); Munyz Arakaki Martins (CPF 822.475.951-20); Natalia Ribeiro da Silva (CPF 890.085.371-68); Natanael Heli Domingos Viana (CPF 042.665.133-21); Noeli de Franca (CPF 064.567.599-78); Paloma Virginia de Almeida Cavalcante (CPF 071.119.704-03); Paulo Alberto Hummel Mendes (CPF 815.730.901-82); Paulo Briston Barros Cruz (CPF 227.364.528-79); Pedro Henrique de Lima Estevam (CPF 397.046.268-19); Pollyane Laura Vieira Sousa (CPF 038.037.541-94); Priscila Borges Ferreira (CPF 999.997.491-00).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3004/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.967/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Priscila Raquel Scheffer (CPF 006.462.779-95); Rafael Alves Lima (CPF 047.457.353-24); Rafael Bernardon (CPF 021.123.381-10); Rafael Claudiano de Lima (CPF 100.556.524-41); Rafael Fernando Freitas (CPF 010.354.160-85); Rafael Lenzi (CPF 039.168.379-90); Rafael de Souza Pereira (CPF 028.190.485-52); Raiany Barros Freire (CPF 023.188.541-57); Rhafael Goncalves de Moura (CPF 042.858.001-79); Ricardo Bezerra Sartori (CPF 061.252.366-76); Ricardo Chaim Evangelista (CPF 821.748.572-00); Ricardo Vieira Oviedo (CPF 072.678.349-81); Robert Baia Ferreira (CPF 020.385.463-20); Roberto Depollo Junior (CPF 032.208.661-23); Rodrigo Austin Cascao (CPF 072.728.256-50); Rosileia Moura Fernandes (CPF 018.357.373-07); Sandro Ziccarelli Pandolfi (CPF 075.865.097-35); Sanmuell Avelar Veras (CPF 045.514.794-97); Sarah da Rocha Venancio (CPF 839.257.084-72); Sergio Matos Tavares (CPF 098.303.364-17).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3005/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.968/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Silas Kleyton Barbosa Silva (CPF 014.466.214-05); Suelen Pinheiro Andrade (CPF 022.406.183-61); Tais Kuchnir (CPF 044.641.649-51); Tatiane Leite Lima Matias (CPF 048.729.254-59); Tatiane Rodrigues da Silva (CPF 035.842.611-12); Tauan Loiola de Santana (CPF 014.356.265-75); Thais Aline Oliveira Maciel (CPF 061.474.854-23); Thaisa dos Santos Alcantara (CPF 039.123.235-50); Thiago Hikari Utida (CPF 360.786.998-73); Thiago Vinicius Elias (CPF 015.577.111-60); Tiago Bruno Padilha Rodas (CPF 054.577.064-51); Tiago de Lellis Bressan (CPF 326.153.808-26); Vanessa Menezes da Silva (CPF 522.330.222-20); Venicius de Lima Campos (CPF 029.963.101-01); Victor Couto Serra da Silva (CPF 096.740.377-48); Vinicius Barbosa Graciano de Sousa (CPF 034.440.571-05); Vinicius Cardoso da Silva (CPF 111.281.337-33); Vitor Oliveira Ortiz (CPF 935.170.501-30); Vitor Silva Amorim (CPF 099.260.647-01); Walace Pereira Barboza (CPF 099.651.987-48).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3006/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.969/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Walkiria Alves Verneck (CPF 037.127.261-04); Wander Kley Santos Rosa (CPF 018.381.255-74); Wania Lopes Stanisce (CPF 936.534.411-53); William Czluchas da Silva (CPF 059.182.209-17); William de Souza Soares (CPF 703.507.281-00).
1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3007/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.970/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Shicano (CPF 325.594.438-48); Aline Cacciatore Fernandes (CPF 391.780.948-60); Anderson Conceição de Almeida (CPF 038.330.095-94); Andre Felipe Santos Coelho (CPF 049.739.371-93); Athos Daniel Almeida Souto (CPF 042.364.991-42); Carolina Souto Ribeiro (CPF 009.314.799-67); Daniela Guimaraes Presotti (CPF 095.771.386-08); Eduardo Ribeiro de Oliveira Junior (CPF 018.894.565-27); Eliane Lemes Dias (CPF 288.184.008-60); Elisangela Fornaciari (CPF 272.617.338-14); Fabio Andre Langbecker (CPF 850.573.129-87); Ingrid Eliana Ferreira Bellucci Fonseca (CPF 104.078.617-00); Karinna Paes da Silva (CPF 062.085.374-36); Liciane Agda Cruz Figueira (CPF 947.151.902-06); Luciana Dourado Melo (CPF 036.837.131-00); Marcio Luiz Schneedorf Novi (CPF 284.746.128-02); Natanie Rodrigues Mota (CPF 837.431.702-72); Rafael Hipolito Roza (CPF 334.669.898-09); Samantha Rodrigues Duarte (CPF 073.955.286-46); Sergio Akira Shiraishi Mendes (CPF 370.347.278-21).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

CÓRDÃO Nº 3008/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-008.971/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sidmar de Oliveira (CPF 508.647.422-15); Tulio Soares Leao (CPF 782.535.352-87); Victor Saraiva Diniz (CPF 017.601.023-85).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3009/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.012/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anna Carolina Conde Santos (CPF 022.716.061-44); Arthur George Carvalho Alves (CPF 962.094.531-04); Bernardo Fernando Pires (CPF 910.166.149-34); Carlos Alberto Coelho (CPF 960.318.836-00); Carlos Alberto Dalmolin (CPF 420.881.190-00); Carlos Alberto Santos Galha (CPF 294.829.318-90); Carlos Alberto Santos Rodrigues (CPF 736.278.363-91); Carlos Alberto Silva Frota (CPF 032.157.567-90); Carlos Alberto da Conceição Martins (CPF 803.102.067-15); Carlos Antonio Sell (CPF 641.950.409-06); Carlos Braga da Silva (CPF 492.903.047-15); Carlos Buzogany Junior (CPF 461.330.976-04); Carlos Eduardo Albuquerque de Holanda (CPF 548.589.923-49); Carlos Eduardo Coutinho (CPF 001.651.567-67); Carlos Eduardo Guimaraes Silveira (CPF 570.453.058-34); Carlos Eduardo de Lima (CPF 028.699.209-46); Carlos Evangelista da Silva Junior (CPF 895.216.411-34); Carlos Roberto Campos Amorim Junior (CPF 825.910.911-53); Carlos Vinicius Brito Reis (CPF 910.103.305-00); Cassiano Duarte Sarkis (CPF 030.750.396-83).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3010/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.013/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Debora Luzia Penha Couto (CPF 392.739.618-43); Diego Fernandes da Silva (CPF 088.542.127-25); Diego Tavares Cristino (CPF 008.015.841-24); Diosnely Almeida de Lima (CPF 671.627.623-87); Djanilton Fernandes Rego (CPF 030.827.084-39); Domingos Savio Bessa Viana (CPF 026.781.456-97); Douglas Aquino de Melo (CPF 874.198.906-68); Douglas Vizeu Figueiredo (CPF 032.253.467-48); Eder Moraes Abdao (CPF 002.116.871-70); Edson Peluchi (CPF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

002.993.657-86); Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar (CPF 699.507.171-91); Eduardo Franca Amaral (CPF 054.259.247-98); Eduardo Marques da Costa Jacomassi (CPF 280.905.658-75); Eduardo da Silva Leão (CPF 072.543.677-86); Egon Cervieri Guterres (CPF 900.540.081-15); Eldo Almeida Silva (CPF 410.095.173-68); Eliane Martins de Paiva (CPF 834.979.941-20); Elmo Maciel de Oliveira (CPF 709.766.436-34); Elnio Rezende Tamburini (CPF 428.547.176-00); Emmanuel Rodrigues Guimarães (CPF 774.416.564-00).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3011/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.014/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Enilsio Pereira Luiz Filho (CPF 712.163.401-53); Enéas Santos Angelim (CPF 130.109.132-49); Ernesto Marcos Silveira (CPF 022.340.159-52); Fabiana Yuka Fujimoto (CPF 031.909.851-62); Fabiano Neves Hoelz (CPF 033.402.517-62); Fabiano dos Santos Barroso (CPF 112.683.418-19); Fabio Alessandro Neves da Cunha (CPF 515.058.512-20); Fabio Alexandre Oliveira Lago (CPF 793.460.065-87); Fabio Delmiro Martins (CPF 830.889.624-34); Fabio Mandarino (CPF 027.434.307-02); Fabio Vianna Valente Bezerra (CPF 080.590.677-02); Fabio Vianna Velloso (CPF 011.192.727-77); Fabiola Mercadante de Araujo Gois (CPF 950.122.491-00); Felipe Ribeiro Aquino (CPF 012.942.937-61); Felipe de Oliveira Estevam (CPF 101.158.077-21); Fernando Alves da Silva (CPF 088.098.817-70); Fernando Augusto Zepter Valença (CPF 020.784.784-31); Fernando Di Pietro Cordenonssi (CPF 260.106.008-55); Fernando de Faria Siqueira (CPF 094.909.156-10); Fernando de Mattos Maciel (CPF 095.322.307-85).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3012/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.015/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Flavio Camargo dos Santos (CPF 467.205.880-87); Flavio Gouveia de Holanda (CPF 042.969.147-58); Flavio Rabello de Souza (CPF 031.483.927-52); Francisco Bezerra Cavalcante (CPF 039.288.374-00); Francisco Luis dos Santos Rodrigues (CPF 762.438.938-04); Frineia do Rego Barros Brivio (CPF 809.812.915-20); Gabriel Mariotto Bordin (CPF 908.673.431-68); Gabriela Souza Mendes (CPF 796.658.105-53); Geovani Menezes Conceiçao (CPF 629.161.225-91); Germano Lucas de Carvalho Costa (CPF 634.281.483-04); Gesilea Fonseca Teles (CPF 808.691.571-91); Gilberto Sebrão Junior (CPF 810.849.609-82); Gilberto Studart Gurgel Neto (CPF 191.387.333-15); Guilherme Figueiredo (CPF 055.528.997-41); Gustavo Adolfo de Brito Lima (CPF 027.358.044-29); Gustavo Facundo Arantes (CPF 002.111.491-95); Gustavo Henrique Rocha Lopes (CPF 013.272.726-95); Gustavo José Dias (CPF 013.058.726-57); Gustavo Luchine Ishihara (CPF 902.057.581-34); Gustavo Tavares Grillo (CPF 087.113.757-79).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3013/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.016/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Hebert Moreira Magalhaes (CPF 866.323.611-53); Heitor Jefferson Schade (CPF 906.316.849-72); Helayne Cristina Martins (CPF 722.613.581-72); Helen Spindola Ferreira (CPF 002.106.001-01); Henrique Afonso Theobald (CPF 355.287.539-53); Henrique Gomes Pinheiro (CPF 043.471.596-41); Henrique Strazzer Vilas Boas (CPF 275.795.558-67); Hermann Bergmann Garcia e Silva (CPF 866.922.596-49); Hermano Barros Tercius (CPF 024.289.444-52); Heron Domingues Soares de Almeida (CPF 893.818.821-34); Hildebrando Rodrigues Macedo (CPF 127.063.818-17); Hugo Eduardo de Lima Moreira (CPF 865.966.243-15); Humberto Maxclioff Calvache (CPF 035.549.359-48); Iulo de Araujo Lima Lobo (CPF 874.884.185-49); Ivo da Costa Prado (CPF 108.989.646-87); Jacilea Kunde dos Passos (CPF 393.000.051-20); Jackson Sanches (CPF 146.443.748-30); Jansle Adalberto Santana de Sousa (CPF 119.248.248-41); Jeann Karlo de Melo Vieira (CPF 903.291.551-72); Jefferson Salles Costa Reis (CPF 031.731.886-16).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3014/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.017/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Joalle Jose Rodrigues Barros (CPF 010.137.304-02); Joao Bosco Machado de Almeida (CPF 024.091.587-90); Joao Paulo Saraiva de Andrade (CPF 785.375.925-87); Joao Vicente de Aragao da Costa (CPF 081.670.467-88); Joberto Souza de Araújo (CPF 631.967.271-49); Joemerson Douglas Perussulo (CPF 874.398.759-15); Jonatas Evaristo Rodrigues dos Santos (CPF 953.892.961-68); Jonir Alfredo dos Santos (CPF 432.982.499-04); Jordan Silva de Paiva (CPF 232.317.933-00); Jorge Ernesto Sanchez Ruiz (CPF 270.670.170-68); Jorge Franklin Monteiro Viana (CPF 020.597.154-74); Jorge Luiz Pereira Baptista (CPF 338.140.667-15); Jose Borges da Silva Neto (CPF 053.965.106-09); José Benício Neto (CPF 748.580.506-10); José Coutinho do Nascimento (CPF 309.525.497-00); José Fernando Barbosa da Silva (CPF 661.240.774-34); José Geraldo Pinto (CPF 252.906.146-72); José Leandro Martins Balbino (CPF 614.167.113-68); João Guilherme Arrais Hermans (CPF 606.526.751-15); João Marcelo Azevedo Marques Mello da Silva (CPF 833.818.991-04).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3015/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.018/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Jose Martins Sudario da Silva (CPF 033.670.229-93); Jose Mauro Castro Rodrigues (CPF 153.046.551-68); Jose Saulo Vieira Belo (CPF 386.856.474-87); José Luciano da Silva (CPF 312.211.814-91); José Lúcio Bonanno (CPF 524.073.226-49); José Marcelo Mesquita de Sousa (CPF 779.443.483-15); José Maria Jesus Ferreira da Cruz (CPF 001.177.051-10); José Oliveira da Costa (CPF 099.686.443-15); José Ricardo Figueira dos Santos (CPF 428.644.612-34); Khristian Silva Cruz (CPF 611.522.931-68); Kleuber Lopes dos Santos (CPF 409.671.741-04); Laert Calil Junior (CPF 028.590.167-24); Lamartiny Sales Victor dos Santos (CPF 057.444.994-90); Laura Regina Santos de Sousa (CPF 038.944.904-03); Lauro Leandro Rutkowski (CPF 602.584.540-91); Leandro Marques Santos (CPF 056.954.557-90); Leandro Max de Lima Silva (CPF 013.661.554-67); Leandro Souza Costa (CPF 891.267.851-53); Leandro da Silva Pires (CPF 077.229.597-25); Leo Rodrigues de Melo (CPF 759.228.191-00).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3016/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.019/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Leonardo Campos Cordeiro (CPF 370.726.686-91); Leonardo Custodio de Araujo (CPF 013.391.721-51); Leonardo Franca de Carvalho (CPF 000.450.781-90); Leonardo Issa Nicolau (CPF 022.167.517-58); Leonardo de Alencar Cordeiro (CPF 033.910.794-44); Lourival Alves Nunes (CPF 173.475.800-72); Lucas Moulin Santos (CPF 056.611.987-01); Lucia Paula Lemes (CPF 768.239.971-68); Luciana Teagno Lopes (CPF 305.671.758-20); Luciano Charlita de Freitas (CPF 786.027.775-15); Ludgero Damasceno Junior (CPF 035.971.456-04); Luis Antonio Tenorio Mandu (CPF 030.040.254-69); Luis Felipe Ramos Barbosa (CPF 717.041.401-53); Luis Felipe Rodrigues (CPF 631.335.980-15); Luis Fernando Camelier de Queiroz (CPF 288.988.343-49); Luis Fernando Gontijo Czelusniak (CPF 023.373.079-64); Luis Henrique Almeida de Oliveira (CPF 025.664.499-37); Luis Renato Giffoni Rodrigues (CPF 364.602.221-34); Luiz Antonio Vaz de Moura (CPF 130.493.238-92); Luiz Carlos Brito de Andrade Lima (CPF 612.703.934-72).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3017/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.020/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Luiz Henrique Barcaro (CPF 079.611.868-08); Luiz Roberto Miranda Barbosa (CPF 029.057.952-04); Luiz Sergio Vieira Fernandes (CPF 446.632.507-34); Manuel de Araújo Silva (CPF 338.282.963-00); Marcel Netto de Lima (CPF 876.835.631-53); Marcello Vieira Mascarenhas (CPF 791.857.203-30); Marcelo Abrunhosa Hipólito (CPF 047.456.157-79); Marcelo Alves Schmalter Soares (CPF 090.275.437-80); Marcelo Alves da Silva (CPF 888.916.906-00); Marcelo Augusto Scacabarozi (CPF 290.718.188-29); Marcelo Cordeiro Konarzewski (CPF 710.379.930-04); Marcelo Henrique Maurício (CPF 378.558.591-87); Marcelo Lago Araújo (CPF 345.305.505-59); Marcelo Luiz Guimarães (CPF 943.125.836-68); Marcelo Miranda Costa Oliveira (CPF 549.103.826-15); Marcelo de Almeida Pereira (CPF 705.287.485-72); Marcio Ferreira Serra (CPF 525.250.318-49); Marcio Jose Mutti Barretto (CPF 905.745.675-34); Marcio da Costa Mattos (CPF 827.592.947-49); Marcio da Rosa Silveira (CPF 001.054.820-30).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3018/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.021/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcio Roberto Alves Lobato (CPF 051.433.397-90); Marcio Rodrigues Maciel (CPF 095.302.438-55); Marcio Rogério Flizikowski (CPF 612.266.459-68); Marcio Wagner Duarte Rolim (CPF 430.030.282-00); Marco Antonio Santana Gomes (CPF 650.767.374-91); Marcos Antonio Rodrigues (CPF 155.436.708-50); Marcos Cardoso Burlamaqui (CPF 619.091.731-34); Marcos Juliano Valim da Silva (CPF 811.564.566-49); Marcos Kidricki Iwamoto (CPF 024.268.819-50); Marcos Paulo Carozza (CPF 148.425.508-99); Marcos Vieira Baeta Neves (CPF 950.157.361-34); Marcos de Souza e Silva (CPF 613.729.197-91); Marcus Vinícius Neves Silva (CPF 033.283.644-47); Marcus Vinícius Paolucci (CPF 370.484.811-53); Maria Aparecida Lourenço (CPF 069.104.648-42); Maria Augusta Bretas Lima (CPF 042.306.116-09); Maria Lucia Ricci Bardi (CPF 007.763.168-42); Maria Teresa Flosi Garrafa (CPF 385.504.408-25); Mariene Valadares da Silva (CPF 254.397.418-01); Marina Machado Jurua (CPF 088.692.527-44).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3019/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.022/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mario Arantes Thibau Guimarães (CPF 573.508.841-68); Mario Rodrigo Canazza (CPF 271.925.528-95); Mauricio da Silva Vilanova (CPF 362.191.697-00); Mauro Santa Rosa (CPF 022.489.368-85); Max Helder Jose dos Santos (CPF 439.915.724-00); Maximiliano Salvadori Martinhão (CPF 158.543.988-69); Maxwel de Souza Freitas (CPF 042.411.607-35); Michel Kulhavy Cerqueira (CPF 919.026.735-49); Moisés Gonçalves (CPF 263.659.871-53); Murilo Almeida Chaves (CPF 770.549.463-91); Murilo Antunes Gomes (CPF 598.476.702-34); Naiche Amantino Barcelos (CPF 006.839.790-94); Nathalia Almeida de Souza Lobo (CPF 721.423.241-34); Nei Jobson da Costa Carneiro (CPF 037.606.104-98); Nelio Correa dos Santos (CPF 973.398.576-72); Nilson Barros da Costa (CPF 107.499.003-00); Nuno Rebelo Silva de Mendonça (CPF 649.711.129-87); Octavio Penna Pieranti (CPF 093.179.177-47); Odiley Araujo Borges (CPF 507.076.395-49); Oppenheimer Herbert Hans Medeiros Queiroz (CPF 360.045.612-15).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3020/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.023/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Osmar Bernardes da Silva Junior (CPF 269.525.628-00); Otavio Barbosa da Silva Soares (CPF 054.966.976-03); Ozanias Ferreira Santos Junior (CPF 759.031.805-15); Patricia Rodrigues Ferreira (CPF 968.251.971-34); Patricia Silveira Artur (CPF 980.271.076-87); Patrick Leonardo de Faria e Silva (CPF 763.168.311-53); Paulo Afonso Moreira do Lago (CPF 272.771.528-59); Paulo Eduardo dos Reis Cardoso (CPF 269.074.478-35); Paulo Henrique Martins (CPF 375.041.418-10); Paulo Henrique de Oliveira Junior (CPF 675.663.085-72); Paulo Roberto Gonzalez da Silveira (CPF 857.669.686-04); Paulo Roberto Silva Marcos (CPF 621.551.563-91); Paulo Roberto Tobias (CPF 810.389.336-68); Paulo Rodrigo de Moura (CPF 588.536.341-20); Paulo Rogerio Tarchetti Silva (CPF 848.561.901-30); Paulo Vinícius Alves de Freitas (CPF 009.698.796-01); Pedro Macambira Braga (CPF 085.124.197-25); Priscila Honório Evangelista (CPF 052.037.236-05); Priscilla Marreiros Rodrigues (CPF 095.067.197-56); Rafael Andrade Reis de Araújo (CPF 016.958.491-75).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3021/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.024/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rafael Faria Pinheiro (CPF 350.625.838-96); Rafael Pinto Prata (CPF 054.763.437-41); Rafael Santos Rocha (CPF 015.932.091-77); Rafael Stevans Silva de Souza (CPF 043.073.237-69); Ramses Augusto de Lima Caldas (CPF 851.016.644-72); Rangel Biazi Honorato (CPF 202.686.328-80); Relton Murillo Celestino (CPF 691.523.221-49); Renata Figueiredo Santoyo (CPF 711.858.441-04); Renata Mendes Naspolini dos Anjos (CPF 721.198.451-15); Renato Bigliazzi (CPF 220.729.598-29); Renato Couto Rampaso (CPF 389.357.478-66); Renato Patrus Mundim Pena (CPF 633.128.326-91); Renato Sadão Kushioyada (CPF 130.555.478-70); Reno Martins (CPF 008.540.464-02); Ricardo Lavalle (CPF 252.397.928-44); Ricardo Lima da Rocha (CPF 008.364.027-40); Ricardo Oliveira Monteiro (CPF 035.458.187-21); Ricardo da Silva e Souza (CPF 104.305.018-38); Ricardo de Holanda Melo Montenegro (CPF 010.399.784-95); Ricardo de Souza Cerqueira (CPF 024.787.786-70).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3022/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.025/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ricardo Toshio Itonaga (CPF 540.318.269-15); Roberta dos Santos Pereira Hakme (CPF 707.900.781-04); Rodolfo Angelini (CPF 293.490.178-57); Rodrigo Barbosa de Paula (CPF 276.282.248-30); Rodrigo Cunha de Araújo (CPF 275.565.958-03); Rodrigo Ferraz de Melo (CPF 302.518.298-98); Rodrigo Matos da Costa (CPF 798.395.501-44); Rodrigo Porsche (CPF 965.677.080-34); Romerson Gouveia (CPF 884.218.136-68); Ronaldo Serna Quinto (CPF 107.583.338-89); Rosciano Sousa de Andrade (CPF 011.876.064-56); Rubens Georg (CPF 036.151.749-17); Rui Barbosa de Souza (CPF 029.226.747-97); Samuel Kozicki (CPF 569.599.310-53); Sebastião Rangel do Nascimento Silva (CPF 045.731.684-51); Sergio Alexandre Martins Arruda (CPF 786.341.641-87); Sergio Alves Cavendish (CPF 882.549.844-68); Sergio Augusto Costa Macedo (CPF 737.795.471-04); Sergio Bastos Blanco (CPF 482.768.121-04); Sergio Carvalho de Azevedo (CPF 747.736.077-34).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3023/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.026/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sergio Goncalves Donato Barbosa (CPF 026.454.064-67); Sergio Paulo Carneiro Lopes (CPF 631.005.926-20); Sidney Azeredo Nince (CPF 104.970.148-82); Silvana Rezende (CPF 041.038.196-93); Simone Ferreira Ribeiro (CPF 776.909.156-04); Simone Lobato da Cunha (CPF 673.249.594-15); Sinval Martins Barbosa (CPF 034.481.026-79); Suzana Campos Leão (CPF 017.943.561-26); Suzana Silva Rodrigues (CPF 072.694.897-77); Takeshi Ikeda (CPF 269.736.478-12); Tales Antonio Catunda Esmeraldo (CPF 194.480.313-00); Tamara Kuperchmit (CPF 176.096.778-50); Tawfic Awwad Junior (CPF 704.602.641-68); Thiago Barcante Teixeira (CPF 061.057.336-58); Thiago Monteiro da Costa (CPF 012.475.911-40); Thiago da Gama (CPF 951.704.720-72); Vainer Rodrigues Cabreira (CPF 572.223.040-53); Vanessa Copetti Cravo (CPF 821.048.830-91); Varlone Batista Sampaio (CPF 699.097.171-15); Victor Soares Campos Teichmann (CPF 001.558.911-03).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3024/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.027/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vinicius Puga de Almeida Santos (CPF 118.661.387-40); Vinícius Teixeira Dornas (CPF 079.003.896-01); Vivian Diniz da Silva Brandao (CPF 071.835.656-02); Viviane Soares Piccinin (CPF 084.773.067-02); Vladimir Daigele Simoes Barbosa (CPF 829.332.861-49); Wagner Antonio Jussiani (CPF 597.411.989-49); Wagner Lopes de Carvalho (CPF 774.179.841-34); Walber Mateus de Sousa (CPF 715.878.883-00); Wander Amilton Figueira (CPF 142.604.958-79); Wendel Martins Lopes (CPF 044.177.286-23); Werther Maciel (CPF 678.427.558-68); Yroá Robledo Ferreira (CPF 529.573.811-68); Yuri Ramos Santos Lima (CPF 962.184.799-00); Zenith Gurgel Neto (CPF 381.785.403-04).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3025/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jose Marcos Araujo dos Santos.

1. Processo TC-009.032/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jose Marcos Araujo dos Santos (CPF 007.708.105-60).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3026/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-009.063/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Felipe Beltrao Fallot (CPF 075.851.714-98); Ines Cristina Marra Machado (CPF 010.164.351-93).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3027/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.592/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adryelle Valeria da Silva e Silva (CPF 914.991.272-00); Alan Marques de Carvalho (CPF 528.873.082-20); Fabiano de Oliveira Magalhaes (CPF 017.655.051-86); Maitê dos Santos Pimentel (CPF 009.402.394-85); Marcio de Resende Melo (CPF 068.011.956-62).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3028/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Marx Gomes Van Der Linden.

1. Processo TC-009.616/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Marx Gomes Van Der Linden (CPF 046.941.224-01).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3029/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.637/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriano Nunes Clemente (CPF 028.200.045-39); Alex Oliveira Rocha (CPF 077.169.934-45); Alysson Luiz Silva Ferreira (CPF 013.943.604-95); Andre Luiz Tenorio Nunes (CPF 013.560.754-01); Antonio Carlos dos Santos (CPF 014.888.854-27); Antonio Fagundes Tavares de Oliveira (CPF 053.067.964-78); Antonio Marcos Otaviano de Lima Junior (CPF 089.633.174-12); Antonio de Souza (CPF 036.457.604-90); Bruno Castro Batista (CPF 092.390.877-37); Camila Silva Nascimento (CPF 075.540.424-67); Carlos Eduardo Araujo (CPF 829.130.801-20); Carlos Junior Cavalcante Santana (CPF 079.993.604-90); Carlos Valberto Silva (CPF 958.330.054-34); Danilo Leone Ferreira da Silva (CPF 060.297.544-16); David dos Santos Porto (CPF 056.147.384-60); Diego Barrios Ferreira Antunes (CPF 022.954.775-30); Edmaroes dos Santos Gomes (CPF 055.165.724-36); Edson Rozalino dos Santos (CPF 009.326.164-02); Eduardo da Silva Santos (CPF 062.169.484-31); Ely Johnson Silva Rodrigues (CPF 089.243.744-86).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3030/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.638/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Erisson Cavalcante Amorim (CPF 034.228.264-67); Fabiana Maria Oliveira Gomes (CPF 009.091.374-47); Fernando Carlos Lopes da Costa (CPF 065.254.054-67); Geraldo Joaquim de Carvalho Junior (CPF 462.835.955-53); Gideoni Salviano da Silva (CPF 071.752.764-60); Gilcimar Franca dos Santos (CPF 808.335.005-20); Gustavo Elias da Silva (CPF 014.463.774-07); Iris Cristina Melo Nascimento (CPF 039.695.884-21); Johanna Elley Lucio dos Santos (CPF 069.607.864-36); Jonas Santos de Oliveira (CPF 074.577.094-01); Jorge Gomes da Silva Junior (CPF 041.888.035-25); Jose Vieira Neto (CPF 022.826.694-79); Jucelino Costa de Oliveira (CPF 044.204.424-09); Julio Gabriel Cavalcanti Cardoso (CPF 080.684.944-48); Katiane Cavalcante de Miranda (CPF 008.040.794-39); Kleber Karlo da Silva Felix (CPF 041.715.334-14); Leia Carla dos Santos Freire (CPF 068.542.174-07); Leonardo Brunno Alves Pinto (CPF 087.929.984-37); Lucianno Vieira Nascimento de Almeida (CPF 067.687.084-81); Luis Antonio Camargo Ribas Junior (CPF 043.476.794-83).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3031/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.639/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luis Petrucio Pimentel Vieira (CPF 054.948.064-13); Maciel Rodrigues da Silva (CPF 888.585.614-49); Maicon de Araujo Santos (CPF 088.927.394-41); Marcio Antonio Siqueira (CPF 062.390.844-17); Mauricio Luis da Silva (CPF 924.184.494-91); Norma Lucia Costa Fialho (CPF 911.754.104-20); Paulo Cesar Eufrasio da Silva (CPF 842.180.294-15); Roberison Elias Xavier Silva (CPF 062.918.684-74); Ruidiney Nunes Santos (CPF 081.271.334-69); Rusivel Guedes dos Santos (CPF 044.170.234-17); Tacio Emanuel Rodrigues (CPF 078.361.864-66); Victor Pandia Batista (CPF 038.217.174-83); Waldson Alixandre de Miranda Marques Vilar (CPF 093.428.434-25).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas - DR/AL.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3032/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.999/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alberto Pontes da Silva (CPF 828.104.600-78); Aline Leticia Alves de Andrade (CPF 033.198.545-42); Amanda Andrade Silveira (CPF 056.787.216-58); Ana Carolina de Oliveira (CPF 931.509.541-34); Ana Lucia Rodrigues Pereira (CPF 805.468.701-04); Ana Vitoria Mondego Dias Mendes (CPF 418.086.653-68); Arton Perez Peixoto (CPF 714.356.039-15); Bruno Benin Belo (CPF 063.267.749-00); Bruno Vaz Bassole (CPF 025.708.591-25); Camila Zanatta de Oliveira (CPF 003.897.439-84); Carla Patricia Dias Silva (CPF 921.032.946-53); Carlos Eduardo Silva de Assis (CPF 036.517.607-90); Cesar Hideyuki Maruno Justino (CPF 056.992.351-40); Cintia Aguiar dos Santos (CPF 013.667.431-30); Claudete Aparecida Guedes (CPF 223.230.898-70); Daniel Drumond Dutra Luz Machado (CPF 056.998.917-57); Dayan Edy Veras Ferreira (CPF 833.882.574-34); Diego Janiro Oliveira Barros (CPF 012.586.591-07); Diego Leal Coelho (CPF 842.983.832-53); Diogo Junio Barbosa Sousa (CPF 050.127.141-48).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3033/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-010.000/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Donisete Oliveira Rocha (CPF 017.725.321-50); Edson Iurk Junior (CPF 063.383.959-09); Eduardo Valentini (CPF 067.416.459-85); Eliomar Ferreira Lima Junior (CPF 142.089.407-27); Fabiano Castelluccio Gioseffi (CPF 019.547.017-64); Fabiano Costa da Silva (CPF 078.219.037-52); Fagner Fagundes dos Santos (CPF 972.498.400-10); Fatima Magalhaes Santana (CPF 420.129.375-00); Felipe Gazzoni Machado (CPF 801.205.801-44); Felipe Sousa Sa (CPF 031.623.881-39); Filipe Trigueiro Xavier Correia (CPF 057.331.414-41); Gerson Alberto de Franca (CPF 581.276.152-34); Graziele Rigo de Souza (CPF 006.893.129-89); Isabela Oliveira Cordeiro Silva (CPF 018.522.851-84); Joao Paulo Montenegro Coelho (CPF 020.948.891-30); Joao Ribeiro da Mota (CPF 392.330.811-68); Joel Pedro Schons (CPF 997.508.640-34); Jose Rafael Marcelino Agripino (CPF 327.283.848-19); Jose de Carvalho Lima Neto (CPF 001.448.843-48); Leandro Leopoldina Favero (CPF 943.731.752-68).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3034/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-010.001/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leonardo de Oliveira Santana (CPF 018.738.981-00); Leticia Leite Lopes (CPF 019.072.851-56); Luana Quiteria Santos Magalhaes (CPF 032.674.261-11); Lucas Augusto Borges Pereira (CPF 039.189.311-45); Luciana Nicoforenko (CPF 034.765.439-86); Luis Antonio de Jesus Santos (CPF 710.713.691-72); Luiz Fernando Chaves da Motta (CPF 222.798.495-34); Marcello Thiago dos Santos Paiva Silva (CPF 098.524.807-66); Marcelo Cardoso Peisino (CPF 054.374.897-90); Monique Martins Targino Alves (CPF 604.244.663-09); Paulo Cesar Canevari Castelao (CPF 016.331.941-32); Pedro Henrique Amador Silva (CPF 019.731.551-84); Rachel da Silva Fernandes (CPF 722.886.551-00); Raphael de Paula da Silva (CPF 355.238.658-00); Raquel de Vasconcelos Failage (CPF 056.981.227-50); Ricardo Cordeiro de Melo (CPF 338.529.488-60); Samuel Pimenta Fadigas (CPF 039.266.461-52); Taina Menende da Silva (CPF 023.971.221-89); Tamara Valle Amaral (CPF 012.020.864-46); Tayana Kariya dos Santos (CPF 029.720.661-38).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3035/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.033/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Abenoni Raasch Feltz (CPF 007.998.452-56); Adair Jose da Silva (CPF 639.079.922-53); Adamo Henrique Louzada (CPF 098.091.826-00); Adamo Sousa Santos (CPF 022.382.035-08); Adolpho Hugo de Albuquerque Pereira (CPF 049.075.014-12); Adrian Sgrignolli (CPF 384.691.138-01); Adriana Kauark Lisboa de Lima (CPF 793.557.575-49); Adriana da Silva Alves Neis (CPF 050.448.896-10); Adriana de Jesus Silva Santos (CPF 031.076.455-67); Adriana de Mello Maciel de Souza (CPF 098.039.387-62).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3036/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.034/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Ruis Gomes da Silva (CPF 148.886.068-89); Adriane Alves Faria (CPF 061.143.106-83); Adriano Setlik (CPF 074.692.629-46); Adriano Vilela de Souza (CPF 003.188.241-24); Adriel Vinicius Tomazini Tadiotto (CPF 081.278.789-79); Aislan Ribeiro (CPF 041.421.829-94); Alan Jonathan Pereira Testi (CPF 361.625.108-75); Alan Pordeus Cirne (CPF 007.916.594-02); Alan de Souza Suedde (CPF 013.448.825-36); Alana Oliveira Miranda de Souza (CPF 941.949.712-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3037/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.035/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alancarlos Costa Silva (CPF 624.699.671-04); Alandro Martins Lima (CPF 051.447.557-98); Alberto Bauer Brinati (CPF 067.647.366-00); Alberto Bernal (CPF 089.909.798-70); Alberto Nunes de Sousa Filho (CPF 878.658.743-91); Alcione Vergil (CPF 736.593.049-72); Aldo Kazuhiro Teratoko (CPF 705.114.891-53); Alef Carvalho de Barros (CPF 047.147.351-01); Alessandra Cavalcante Pedreira (CPF 680.477.972-04); Alessandra Prudencio dos Santos (CPF 956.393.301-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3038/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.036/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandro Nogueira Galvao (CPF 062.408.334-95); Alexandre Caiafa Ribeiro (CPF 115.307.877-50); Alexandre Campagnolo (CPF 026.724.039-29); Alexandre Rabelo de Souza (CPF 080.455.827-23); Alexandre Silva de Oliveira (CPF 129.493.327-22); Alexandre Viana Esteves (CPF 007.309.611-33); Alexandre da Conceição (CPF 800.306.029-04); Alexandre de Lima Oleari (CPF 107.925.347-51); Alfonso Rafael Cavalcanti Struck (CPF 051.346.034-99); Aline Ananias de Oliveira (CPF 055.485.264-05).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3039/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.037/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Guimaraes Bispo (CPF 883.095.172-20); Aline Matos Dias (CPF 026.079.815-06); Aline Picolli Portela (CPF 042.307.829-18); Alisson Bruno Milanez Barros (CPF 011.695.271-75); Alisson Vieira da Boa Morte (CPF 824.674.805-00); Allan Cristhian Souza da Costa (CPF 023.647.801-01); Alvaro Manasses Lima e Silva (CPF 005.121.233-14); Amadeu Jose Hercules Furtado (CPF 600.190.733-13); Amanda Karine Cardoso Fiuza Fialho (CPF 096.874.446-06); Amanda Patricia Veras da Silva (CPF 028.630.931-93).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3040/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.038/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Amanda Souza Santos (CPF 905.102.911-04); Ana Carolina Joaquim Machado de Mello Miranda (CPF 712.473.601-30); Ana Carolina Mendes Jardim (CPF 042.981.621-92); Ana Clara Carvalho de Almeida (CPF 006.080.891-84); Ana Clara Pinto Formiga (CPF 046.239.151-58); Ana Cleonice Oliveira Galvao (CPF 852.278.704-20); Ana Cristina Barros (CPF 633.730.096-34); Ana Cristina da Conceicao Santos (CPF 026.854.385-21); Ana Cristina da Silva (CPF 983.679.351-87); Ana Izabela Sabino (CPF 668.867.833-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3041/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.039/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Marcia Charnei (CPF 049.722.459-30); Ana Paula Altoe Martiniano de Sousa (CPF 005.920.811-25); Ana Paula Hahn (CPF 048.021.849-80); Ana Paula Marinho Sanches (CPF 006.700.581-06); Ana Paula Moreira Nonato dos Santos (CPF 038.352.656-60); Anand Souza Brito (CPF 007.002.381-66); Anderson Batista de Oliveira (CPF 024.979.711-96); Anderson Nunes da Silva (CPF 804.219.895-72); Andre Augusto Schmitt (CPF 007.124.900-19); Andre Domingues da Silva (CPF 324.267.238-07).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3042/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.040/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andre Faria da Silva (CPF 097.897.177-92); Andre Lenz de Freitas (CPF 100.102.636-59); Andre Luis de Oliveira Fonseca (CPF 014.602.466-40); Andre Velloso Martins (CPF 072.885.806-10); Andre Victor de Oliveira Leite (CPF 022.887.381-97); Andre dos Santos Luz (CPF 709.075.871-00); Andrei Ferreira das Neves (CPF 017.276.341-01); Andreia Grasiele da Costa Silva (CPF 019.929.955-24); Andreia Martins (CPF 006.405.099-83); Andreia de Re (CPF 041.891.729-95).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3043/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.041/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Angela Patricia Radecki Soares (CPF 049.120.139-78); Angelica Lopes Amaro (CPF 018.656.001-05); Angelo Furlan (CPF 014.309.240-55); Angelo Soares Filho (CPF 402.230.271-20); Anna Carolina Di Vasconcelos (CPF 718.019.871-49); Antonio Bartolomeu Nilfran Mercedes de Aguiar (CPF 835.875.602-00); Antonio Carlos Graus Junior (CPF 021.643.661-31); Antonio Carlos Santos da Silva (CPF 804.286.141-91); Antonio Carlos de Jesus Filho (CPF 793.454.171-68); Antonio Heron Assuncao de Almeida (CPF 823.714.315-91).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3044/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.042/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Antonio Paulo Maia Gomes e Sousa (CPF 009.429.021-06); Antonio Talysson Santos de Oliveira (CPF 010.329.702-27); Antonio Tiago Coelho de Brito (CPF 903.594.372-49); Arialba Regina Siufi (CPF 701.836.861-87); Ariele Bronstrup Ladwig (CPF 001.270.622-11); Arthur Castro Andrade (CPF 033.188.461-55); Arthur Rezende Sampaio Gomes (CPF 147.500.457-56); Arthur Rogerio Segadilha de Carvalho (CPF 995.021.511-00); Artur Ehndo Campos (CPF 035.152.001-50); Ashbel Montenegro Cordeiro (CPF 052.843.604-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3045/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.043/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Atila Jordao Goncalves de Castro (CPF 117.457.257-41); Atila Luciano Costa do Nascimento (CPF 072.990.887-97); Atila Martins dos Santos (CPF 071.819.824-78); Augusto Gabriel Sousa da Costa (CPF 052.270.663-02); Augusto Muniz Assis dos Santos (CPF 045.288.347-40); Barachisio Rodrigues de Almeida Junior (CPF 804.745.355-68); Beatriz Guedes da Silva (CPF 726.031.781-72); Beatriz de Santi Vieira (CPF 391.782.388-89); Benedito Melo Neto (CPF 199.797.113-53); Bernardo Marcio Slaviero (CPF 020.496.080-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3046/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.044/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Breno Francisco Vieira Remigio de Oliveira (CPF 034.537.364-27); Bruna Santos Silva (CPF 124.259.737-96); Bruno Cesar Pires Costa (CPF 712.846.641-04); Bruno Eduardo Gomes Marino (CPF 355.145.298-94); Bruno Henrique Gobbo Vargas Ilario (CPF 056.868.459-13); Bruno Junqueira Balbi Faria (CPF 116.789.597-58); Bruno da Fonseca Costeira (CPF 052.576.154-36); Bruno de Carvalho Barros (CPF 001.975.351-94); Bruno de Oliveira Budal (CPF 057.498.301-52); Bruno de Queiroz Lima (CPF 027.521.861-93).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3047/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.045/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Louis Maurice Guerard (CPF 636.206.001-63); Bruno Nascimento Mello (CPF 048.021.415-80); Bruno Olivio Torres Correa (CPF 124.304.437-32); Bruno Orbolato Lourenco (CPF 354.071.768-40); Bruno Pilla (CPF 017.735.310-42); Bruno Santos Cardoso Silva (CPF 044.772.205-02); Bruno Siqueira Vianna (CPF 058.190.717-51); Caio Bitencurt Dias de Freitas (CPF 019.784.430-80); Caio Cesar Villela de Sanctis (CPF 370.420.708-01); Caio de Alcantara Moura Belo (CPF 006.996.816-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3048/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.046/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Caio Murillo de Lima (CPF 054.229.079-06); Caio Piol Taques (CPF 361.188.888-50); Caio Sergio Puccini Vieitez (CPF 072.949.857-31); Camila Amaral Cavalcante Sole (CPF 106.771.157-09); Camila Figueiredo Alves (CPF 022.640.141-30); Camila Franco Lobato Araujo (CPF 027.264.201-09); Camila Hypolito Frade (CPF 861.802.155-53); Camila Trevizano Flores da Costa (CPF 692.743.981-15); Camila Viviane Araujo dos Santos (CPF 028.247.751-90); Camila Zandonaidi Galvao (CPF 089.896.126-24).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3049/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.047/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Camilla Rodovalho Barbeita Marinho (CPF 979.964.911-00); Camilo Magalhaes da Trindade (CPF 841.055.691-04); Carlos Adauto da Silva Junior (CPF 000.599.903-09); Carlos Alberto Miranda Leal (CPF 025.893.361-52); Carlos Andre Almeida da Silva (CPF 027.693.695-71); Carlos Antonio Correa Martins (CPF 010.265.273-25); Carlos Antonio Melquiades Goncalves dos Santos (CPF 869.076.971-49); Carlos Augusto de Oliveira Silva (CPF 011.966.451-83); Carlos Bernardino Ferreira de Souza (CPF 011.715.034-74); Carlos Eduardo Alves Flores de Moraes (CPF 113.483.527-28).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3050/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.048/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Eduardo Emerenciano de Azevedo (CPF 136.800.817-82); Carlos Eduardo Ramos Sampaio (CPF 018.893.141-45); Carlos Eduardo Santos Freire (CPF 358.004.958-58); Carlos Gustavo de Aguiar Reis (CPF 010.968.781-78); Carlos Jose Oliveira Lopes (CPF 147.766.708-36); Carlos Virgilio Goncalves Dias Agra (CPF 083.935.854-73); Carmem de Souza Moraes Duarte (CPF 827.211.651-00); Carolina Campelo de Oliveira Silva (CPF 000.041.751-31); Carolina Cordeiro Alves (CPF 083.250.766-07); Carolina Gusmao Barreto (CPF 055.664.436-05).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3051/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.049/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Caroline Azevedo Visgueira Sousa (CPF 994.330.793-53); Caroline da Silva Barbosa Vilela (CPF 029.845.521-80); Cassia Cristina dos Santos Saldanha (CPF 007.185.681-17); Cassiano Paes da Silva (CPF 999.514.950-87); Catrine de Jesus Silva (CPF 127.511.326-50); Celso Garcia de Oliveira (CPF 024.920.811-33); Charlene da Silva Oliveira (CPF 072.773.296-00); Charles Ivan Santos (CPF 947.027.802-04); Cicero Goncalves Virginio Braga (CPF 544.788.803-44); Cincinato Furtado Leite Neto (CPF 000.573.743-50).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3052/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.050/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cinthia Dias Villela (CPF 049.659.396-03); Ciro Santos Souza Mello (CPF 101.598.387-11); Claudia Orminda Borges Luz Costa (CPF 014.690.801-50); Claudia Rosa Soares Braga (CPF 933.084.931-87); Claudio Emmanoel da Cruz Silva (CPF 031.556.614-02); Claudio Raffa Junior (CPF 372.634.648-10); Clediane Silva Santos (CPF 013.600.991-31); Cleiton Noetzold (CPF 074.591.389-08); Clodoaldo da Silva Moraes (CPF 397.205.352-53); Corine da Silva Medeiros (CPF 833.657.700-97).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3053/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.051/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cristiane Facioli (CPF 038.244.059-54); Cristiano Torres da Costa Dantas (CPF 054.618.084-17); Cristine de Oliveira Souza (CPF 572.894.172-91); Cynthia da Silva Cassia (CPF 017.399.371-04); Daiane Ribeiro Silva de Jesus (CPF 021.178.695-05); Daiane de Souza Lindemberg (CPF 031.584.411-60); Dalila Francisca Feliciano Vieira (CPF 010.891.091-13); Damiao da Silva Farias (CPF 925.465.871-53); Daniel Almondes Jaques (CPF 003.813.183-89); Daniel Barros Giagio (CPF 095.656.267-18).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3054/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.052/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel Borsatto de Lima (CPF 226.881.438-67); Daniel Cenci Crivelatti (CPF 024.683.261-48); Daniel Cordeiro Garcia Leite Pereira (CPF 012.474.291-21); Daniel Dutra Araujo (CPF 013.062.364-44); Daniel Faustino Rodrigues (CPF 051.700.427-52); Daniel Fernando Ribeiro (CPF 708.294.891-34); Daniel Francisco de Morais (CPF 002.870.621-80); Daniel Lezme (CPF 268.413.278-02); Daniel Martins Rocha (CPF 721.038.411-15); Daniel Max Alves Lessa (CPF 015.631.596-35).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3055/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.053/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel Pinz (CPF 035.738.659-09); Daniel Silva e Souza Tavares Verdan Moreira (CPF 085.686.657-13); Daniel Velten Fernandes (CPF 020.577.119-00); Daniela de Jesus Antunes (CPF 722.830.681-34); Daniele Silva Alves (CPF 395.431.738-93); Danielle Carvalho Freire (CPF 030.018.841-26); Danielle Thalhofer Ruiz (CPF 001.184.071-47); Danielle Trindade de Souza (CPF 092.080.477-25); Danilo Aragao (CPF 045.643.206-02); Danilo Belem Lunkes (CPF 001.596.631-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3056/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.054/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danilo Faccio Harakawa (CPF 342.797.708-08); Danilo Ferreira Fernandes (CPF 070.904.074-11); Danilo Nogueira Costa (CPF 219.835.178-10); Danilo Rocha Macedo Ferro (CPF 024.824.783-24); Danilo Rodrigues Xavier Lima (CPF 031.275.485-08); Danilo de Albuquerque (CPF 143.501.237-25); Davi de Souza Moreira (CPF 051.789.051-80); Davi dos Santos Barbosa (CPF 012.645.231-81); David Bruno Machado de Lima (CPF 049.656.953-80); Davidson Santos Paiva (CPF 135.313.337-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3057/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.055/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Dayanne Souza Amorim (CPF 015.115.912-26); Dayenne Gomes Santana (CPF 016.955.891-65); Deiler Paulo de Queiroz (CPF 480.220.711-53); Deisiane Raissa de Sousa (CPF 737.496.721-72); Deivson Silva da Costa (CPF 102.905.027-99); Delfino Silva Gomes (CPF 002.583.202-65); Denilson Silva Santos (CPF 008.653.871-33); Dheymersonn Cavalcante Gracino dos Santos (CPF 063.919.814-77); Diego Andreatta de Almeida (CPF 732.535.701-00); Diego Arruda Vieira (CPF 074.919.354-94).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3058/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.056/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Diego Belisario dos Santos (CPF 026.436.661-19); Diego Muraro Bortolini (CPF 751.325.080-49); Diego Paulo Borges (CPF 134.275.237-64); Diego Sampaio Vieira (CPF 104.979.406-04); Diego Santos Trindade (CPF 075.706.649-65); Diego de Abreu Souza Borges (CPF 700.434.691-91); Dieyson Monteiro Lira (CPF 014.797.791-64); Dioclecio Nunes da Silva (CPF 045.181.371-59); Diogo Barbosa Lamego (CPF 016.700.755-67); Diogo Cavalcanti Hayashi (CPF 005.472.071-07).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3059/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.057/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Diogo Vieira Gomes (CPF 014.098.501-88); Diogo Wettl Gomes Assinger (CPF 056.115.739-16); Dogival Ferreira Morais (CPF 565.624.893-34); Douglas Antunis dos Santos (CPF 032.194.441-05); Douglas Ohse (CPF 004.689.090-44); Douglas Pereira Machado (CPF 066.560.399-10); Douglas Pimentel Arena (CPF 084.234.924-35); Douglas Rodrigues Figueiredo (CPF 006.073.460-43); Douglas Ruan Cambraia de Alencar (CPF 016.031.901-39); Eberth Duarte Melgaco (CPF 063.457.986-06).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3060/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.058/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Edcarlos Alves da Cunha (CPF 295.926.968-37); Edelcio Nogueira Juliao (CPF 353.826.588-70); Edenilson Castro Lopes (CPF 852.272.502-00); Eder Carlos de Santana Silva (CPF 022.037.791-01); Edgar Palhano (CPF 042.504.459-92); Edivaldo Sacramento Borges (CPF 673.913.202-00); Eduardo Brandao Sousa (CPF 047.248.401-02); Eduardo Cardoso Santos (CPF 027.786.153-50); Eduardo Caversan Brito (CPF 123.622.457-48); Eduardo de Matos Vieira (CPF 019.324.261-32).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3061/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-010.059/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eduardo Floriano Leite Silva (CPF 031.583.845-07); Eduardo Natividade de Freitas (CPF 030.199.591-52); Eduardo Silva de Lira (CPF 047.550.027-02); Eduardo Teofilo Araujo da Costa Santos (CPF 028.243.141-17); Eduardo Veronese Bento (CPF 008.315.010-22); Eduardo Vicente de Oliveira (CPF 012.400.326-50); Eduardo Zozimo de Andrade Figueira Neto (CPF 788.211.692-00); Edvaldo Evangelista Lopes (CPF 031.401.221-44); Elaine Bertoldi (CPF 514.529.101-97); Elenice Vieira de Andrade (CPF 557.948.312-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3062/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.060/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elias da Costa Lima (CPF 075.378.824-10); Elias de Almeida Rocha Filho (CPF 040.639.743-08); Eliezer Maximo da Costa (CPF 004.989.531-14); Elionilson Lima de Espindola Junior (CPF 074.235.744-90); Elisangela Marcal Lima (CPF 698.761.421-00); Eliza Rodrigues de Sales (CPF 006.567.241-02); Elton Barbosa da Silva Junior (CPF 036.949.181-59); Elton Viana Gomes (CPF 052.264.324-88); Emerson Gomes Ribeiro (CPF 036.425.471-84); Emerson Silva Albuquerque (CPF 035.301.623-37).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3063/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.062/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Enrique Cavalcante dos Santos (CPF 356.778.388-29); Erica Pricila Rosa (CPF 270.861.428-24); Erica Siqueira Nobre de Oliveira (CPF 009.113.773-01); Erik Vinicius Gil (CPF 335.912.958-09); Erika Ferreira Rodrigues Vieira (CPF 730.120.921-53); Erika Monique Gomes de Oliveira de Souza (CPF 022.744.641-03); Erlan Pereira de Azevedo (CPF 014.357.344-67); Estefani Nobre da Fontoura (CPF 019.515.431-22); Euclides de Sousa (CPF 116.689.477-06); Eudaziane Abreu Macedo (CPF 016.505.073-05).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3064/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.063/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Evanildo Ferreira Martins (CPF 062.162.559-08); Everson Bizotto Viaceli (CPF 013.021.840-59); Everton Bernardinelli de Souza (CPF 397.494.218-17); Everton Gomes Vitorino (CPF 021.671.461-32); Everton de Oliveira Ferreira (CPF 064.322.529-38); Fabiana Arsand (CPF 953.609.720-68); Fabiana Henriques Salles Ribeiro (CPF 268.988.908-08); Fabiana Magalhaes Carsten (CPF 265.450.711-49); Fabiana Testa (CPF 368.771.578-77); Fabiano Goncalves Moreira (CPF 094.241.226-59).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3065/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.064/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabio Arantes Aguiar Theodoro (CPF 009.277.521-74); Fabio Araujo Vanderlei (CPF 014.169.154-94); Fabio Barbosa da Silva (CPF 014.212.877-57); Fabio Caldeira Maia (CPF 869.116.191-49); Fabio Franco Alves (CPF 194.670.458-00); Fabio Luz Pedroso (CPF 814.173.300-15); Fabio Melo de Souza (CPF 810.456.542-72); Fabio Oliveira Nunes (CPF 696.513.535-20); Fabney Ribeiro Santos (CPF 767.879.585-87); Fabricio Dantas Barboza (CPF 720.545.142-68).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3066/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.065/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabricio Eduardo de Oliveira (CPF 828.220.260-68); Fabricio Feres Aua (CPF 112.645.427-39); Fabricio Mamed Candido (CPF 000.226.694-69); Farlen Andre Ferreira Romao (CPF 995.731.135-20); Felipe Diniz Martins (CPF 100.164.207-48); Felipe Fantini de Souza Carneiro (CPF 071.810.876-06); Felipe Lovatto Maldonado (CPF 125.821.188-26); Felipe Luis de Figueiredo (CPF 014.150.251-77); Felipe Martins Moreira (CPF 124.800.627-59); Felipe de Oliveira Colpes (CPF 023.544.310-74).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3067/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.066/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Felipe Padilha da Silva (CPF 064.195.734-32); Felipe Rios de Oliveira (CPF 136.257.037-00); Felipe Sollberger Benezath Couto (CPF 015.194.041-07); Felipe Wakaiti Igarachi (CPF 044.301.089-78); Fernanda Cardoso Bucar de Andrade (CPF 036.969.686-76); Fernanda Pacheco Ribeiro (CPF 383.616.378-00); Fernanda Santos Rocha (CPF 735.999.641-49); Fernanda Soares Obeid Campos (CPF 001.079.151-54); Fernanda do Nascimento de Souza (CPF 032.109.755-66); Fernando Almeida Cornelius (CPF 003.563.421-90).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3068/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.067/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fernando Aquino de Oliveira Rego (CPF 030.570.804-05); Fernando Benedetti Mabillot Junior (CPF 077.432.076-17); Fernando Cesar Bazani Cabral de Melo (CPF 052.718.229-07); Fernando Henrique Afonso (CPF 025.088.671-52); Fernando Piran Possa (CPF 078.198.839-01); Fernando Rodrigues Coelho (CPF 203.857.398-00); Fernando Rodrigues dos Santos (CPF 054.443.949-01); Filipe Carmona Simoes (CPF 320.510.538-98); Filipe Fernandes Lopes (CPF 041.085.211-29); Filipe de Lucena Alcantara Bruno (CPF 048.965.084-83).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3069/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.068/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Filipe Ledo Martins de Abreu (CPF 064.121.994-62); Filipe Oliveira Santos (CPF 051.904.221-27); Filipe Rebello Knauer (CPF 115.642.917-07); Flavia Teixeira de Morais (CPF 024.517.683-71); Flaviane Faria Alves (CPF 984.313.901-15); Flavio Augusto Mendes Braga (CPF 014.278.938-02); Flavio Brum Graca (CPF 044.955.579-80); Flavio Mendes da Costa (CPF 158.520.468-41); Flavio Tochiyuki Mori (CPF 043.093.009-79); Francinelly Viana Garrido (CPF 014.135.351-19).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3070/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.069/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Francisca das Chagas Oliveira Santos (CPF 014.118.901-08); Francisca das Chagas Ribeiro Couto (CPF 047.487.141-07); Francisco Assis de Araujo Neto (CPF 940.755.575-53); Francisco Carlos de Andrade Pessoa (CPF 101.940.736-02); Francisco Leandro Maia Barros (CPF 002.056.873-85); Francisco Lindemberg Pereira Candido (CPF 002.327.563-41); Francisco Tavares de Sousa (CPF 015.847.423-64); Francisco Vicente da Silva Neto (CPF 048.432.383-09); Frederico Ribeiro de Matos (CPF 015.241.096-14); Fredson George de Sousa Marques (CPF 744.216.382-34).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3071/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.070/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gabriel Baida Garofalo (CPF 334.911.738-41); Gabriel Campos de Assis (CPF 035.989.101-26); Gabriel Duraes Rodrigues (CPF 018.635.281-64); Gabriel Magalhaes Veiga Martins (CPF 049.393.171-61); Gabriel de Paula Torres Gurgel do Amaral (CPF 669.741.512-68); Gabriela Barros da Costa (CPF 027.915.201-98); Gabriela Machado de Carvalho (CPF 034.057.991-98); Gabriela Melo de Azevedo (CPF 114.870.747-60); Gabriela Nascimento Maioli (CPF 006.057.301-56); Gabrielle de Araujo Goncalves (CPF 805.022.025-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3072/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.071/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gabrielly da Paz Matos Nascimento (CPF 037.092.083-00); Gary Christian Evangelista Toyotani (CPF 049.844.159-83); Geovah de Jesus de Oliveira (CPF 046.993.691-62); Geralda Sonia da Silva (CPF 095.917.266-19); Geraldo Pontes Ferreira Filho (CPF 028.403.744-39); Gerivaldo de Sousa Silva (CPF 566.681.803-10); Gerson Maggi (CPF 066.444.119-08); Gesney Ferreira Folha (CPF 892.987.301-44); Gessie Martins Souto (CPF 075.505.436-90); Gibran Araujo de Castro (CPF 051.724.674-08).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3073/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.072/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gilberto Barreto Froes de Oliveira (CPF 021.001.987-50); Gilberto Brito Rodrigues Junior (CPF 886.528.902-34); Gilberto Silva Ramos Junior (CPF 071.842.146-92); Giovanna Pedroza Nunes de Oliveira (CPF 047.305.141-90); Giselle de Nicolae Prado (CPF 225.690.418-07); Gisleine Pilat Machado (CPF 037.201.159-41); Gislene Carreiro Borges (CPF 018.480.531-77); Givanildo Rodrigues da Silva (CPF 045.747.944-29); Glaucia Alves Gaspar Dias (CPF 093.296.277-73); Glaucia Mara de Lima Victorio (CPF 121.249.887-94).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3074/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.073/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gregorio Jose de Jesus Sousa (CPF 024.964.643-98); Gregory de Freitas Homenko (CPF 306.590.908-13); Guilherme Antonio Cabral (CPF 092.766.206-05); Guilherme Augusto Braga de Brito (CPF 018.196.041-95); Guilherme Costa Ferreira (CPF 094.193.696-17); Guilherme Menegassi Martinez (CPF 080.086.449-23); Guilherme Peres Vidal (CPF 999.242.850-34); Guilherme Rodrigues Avila (CPF 901.081.326-68); Guilherme Rodrigues Chote (CPF 046.526.759-92); Guilherme de Abreu Teran (CPF 359.486.878-80).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3075/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.074/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Guilherme Rodrigues de Souza Paterlini (CPF 144.809.087-30); Guilherme Sampaio Barretto Pereira (CPF 015.700.635-24); Guilherme Tadeu Goncalves Silva (CPF 087.811.666-48); Guilherme Tolomelli Pereira (CPF 060.620.636-13); Guilhermo Di Giorgi Chelest (CPF 290.583.108-17); Guillaume Sollacaro (CPF 001.825.630-90); Gustavo Fonseca Sobrino (CPF 505.437.251-20); Gustavo Henrique de Queiroz (CPF 094.248.896-23); Gustavo Krause (CPF 575.011.650-68); Gustavo Morais Nagato (CPF 906.829.981-68).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3076/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.075/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Serafini Goncalves (CPF 939.085.470-91); Gustavo Yukio Broetto (CPF 019.170.291-95); Gutemberg Ferreira de Oliveira Neto (CPF 052.128.644-10); Hadrienne da Silva Coelho (CPF 023.551.531-08); Hebert Sousa Santos (CPF 032.657.641-09); Heberth Rocha Barros (CPF 047.696.554-36); Heitor Gustavo Gondo (CPF 010.199.121-54); Heitor Scarpati Liuth (CPF 057.879.317-26); Helder Bastos de Moura (CPF 731.170.302-63); Helen Rose de Almeida Lopes (CPF 037.524.336-47).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3077/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.076/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Heleno Nascimento Ferreira (CPF 056.391.624-90); Heleno Vilela Veloso (CPF 082.570.736-60); Helida Oliveira Vaz (CPF 018.081.381-12); Helio de Souza Silveira (CPF 063.907.986-52); Heloisa Lorena Oliveira Lopes (CPF 091.992.954-07); Henfil Lamarca Rodrigues Batista (CPF 056.406.504-86); Henrique Mendes Sousa (CPF 002.156.651-80); Henrique Riet de Mello e Souza (CPF 010.892.710-50); Henrique Santos Dumont (CPF 018.690.451-73); Herton Schevitz da Silva (CPF 358.643.200-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3078/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.077/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Hiago Vangellis Carvalho da Silva (CPF 047.424.631-02); Hilton Rocha Paulo de Albuquerque (CPF 065.491.174-61); Hosannah Caria Carneiro Neto (CPF 034.380.835-82); Hugo Cesar Simplicio Carneiro (CPF 035.638.654-69); Hugo Leonardo de Oliveira Melo (CPF 029.218.911-74); Hugo Picole Borges (CPF 121.729.897-54); Hundemberg Leonardo Santiago da Silva (CPF 043.148.574-71); Igor Carvalho Castro (CPF 890.717.862-34); Igor Fernando Barros Bezerra (CPF 013.497.564-23); Igor Linhales Gonzalez (CPF 124.365.337-09).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3079/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.078/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ikaro Toscano de Oliveira (CPF 033.992.161-73); Ilson Valente de Paiva (CPF 091.794.317-12); Inti Arantes Vale (CPF 015.952.421-04); Iramaria Ramos Gomes Santana (CPF 698.588.615-91); Isabela Barbosa de Araujo Ouriques (CPF 009.814.134-12); Isabela Maria Silva Lobo Martins de Oliveira (CPF 020.856.281-84); Isabela Werneck Soares da Silva (CPF 063.024.226-71); Isabella Antonia Sousa Fabregas (CPF 032.613.591-02); Isis Carmo Pereira do Nascimento (CPF 019.853.311-01); Ismael Bruno Aguiar Diniz (CPF 053.862.564-32).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3080/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.079/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Israel de Matos Amaral (CPF 002.370.531-01); Israel de Melo Souza (CPF 840.646.502-63); Italo Jeronimo do Couto Lopes (CPF 122.790.847-40); Italo Jose Santos Araujo (CPF 021.152.011-08); Italo Marques Dias (CPF 003.254.015-94); Italo de Souza Campelo (CPF 687.245.432-68); Itamar Pereira do Nascimento (CPF 706.442.921-72); Iuri Mendes Pereira (CPF 081.027.789-11); Ivan Pasqualini Favero (CPF 066.591.746-56); Izaias de Farias Ramos (CPF 080.146.284-38).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3081/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.080/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Izalena de Oliveira Veloso (CPF 000.053.142-16); Jacintho Antunes Moreira Junior (CPF 956.337.401-06); Jacqueline Blaudt Rangel (CPF 036.741.027-30); Jacqueline Dalla Vechia (CPF 020.815.180-07); Jadson Laurentino da Silva (CPF 106.625.944-52); Jahilson Barbosa da Silva (CPF 712.839.272-68); Jaime Alves Lima (CPF 033.644.013-81); Jaime Henrique Nunes Carvalho (CPF 998.040.001-30); Jaime Macedo Fernandes (CPF 730.953.542-15); Jairo Machado Cordova (CPF 403.309.900-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3082/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.081/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Janaina de Souza Dourado Gomes (CPF 036.435.361-94); Janayra Saraiva Lopes (CPF 941.921.702-72); Jaqueline Gomes de Almeida (CPF 387.503.188-10); Jaylma Vieira da Mota (CPF 041.085.571-58); Jefferson Di Domenico (CPF 010.192.809-21); Jefferson Mondoni Guimaraes (CPF 122.193.787-13); Jefferson Queiroz (CPF 068.114.119-02); Jefferson de Oliveira Coimbra (CPF 040.971.461-57); Jennifer Ferreira de Sousa (CPF 005.726.131-80); Jeremias Ribeiro dos Santos Nunes (CPF 000.066.231-31).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3083/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.083/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joao Antonio de Santana Neto (CPF 043.682.135-48); Joao Luiz dos Santos Ribeiro Junior (CPF 100.966.677-02); Joao Marcel Cardoso Villa Verde (CPF 123.195.087-08); Joao Marcos Monteiro Braga Lima (CPF 857.689.855-14); Joao Maria Lima de Oliveira (CPF 970.256.664-91); Joao Paulo Santos da Silva (CPF 010.831.005-13); Joao Paulo Velame Ferreira (CPF 805.084.055-72); Joao Roberto Garcez Barconi (CPF 047.691.774-37); Joao Rotilho Moura Azevedo Costa (CPF 013.113.294-63); Joao Tamar Veloso de Andrade Guimaraes (CPF 021.503.045-11).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3084/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.085/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jorge Hideiti Komatsu (CPF 192.631.928-12); Jorge de Lima Muniz (CPF 035.427.557-70); Jose Adriano Chaves de Queiroz (CPF 821.249.901-44); Jose Antonio Pereira Neves (CPF 096.553.246-13); Jose Aparecido Flor de Souza (CPF 956.910.901-78); Jose Araujo dos Santos (CPF 049.894.124-86); Jose Borba Neto (CPF 072.998.234-38); Jose Eduardo Lima Pessoa Virgolino (CPF 732.640.241-87); Jose de Arimatea e Silva Neto (CPF 092.235.004-35); Jose de Serpa Sales Neto (CPF 628.783.363-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3085/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.086/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jose Eutemes Alves de Vasconcelos Junior (CPF 726.172.761-04); Jose Evandro Martins Paz (CPF 004.154.220-78); Jose Felix Andrade (CPF 006.709.053-21); Jose Ferreira Pontes Filho (CPF 089.796.986-31); Jose Ivo Oliveira Ferreira (CPF 830.773.753-20); Jose Jason Batista de Oliveira (CPF 619.736.611-87); Jose Maria Nogueira Borges Filho (CPF 027.269.443-61); Jose Rafael Marcelino Agripino (CPF 327.283.848-19); Jose Soares dos Santos Filho (CPF 638.361.733-87); Josenilda Soares de Almeida (CPF 033.789.211-37).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3086/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.087/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Josenildo Eugenio da Silva (CPF 066.266.184-23); Josenilton Moreira da Silva (CPF 012.675.685-69); Josiane Santos da Silva Coelho (CPF 032.649.859-18); Josias de Azevedo Maia Neto (CPF 014.002.364-01); Josue Ramos de Oliveira (CPF 496.824.821-00); Juarez Rodrigues da Silva (CPF 019.793.851-57); Julia Campolina Campos Ervilha (CPF 070.124.156-06); Juliana Antunes Oliveira Fagundes (CPF 010.796.601-86); Juliana Faria de Souza (CPF 128.176.876-63); Juliana de Siqueira Lopes (CPF 848.480.901-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3087/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.088/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juliana Primo Feitoza (CPF 053.025.301-12); Juliana Rodrigues (CPF 387.198.418-33); Juliana Sanroma Lauande (CPF 030.621.911-55); Juliana Tainah Cordeiro Pennafort (CPF 747.663.502-78); Juliano Nagae Miyakawa (CPF 355.589.698-90); Juliano Oreste Cheroni Andrade (CPF 066.129.729-20); Juliano de Andrade Carneiro (CPF 018.313.651-97); Julio Cesar Lima de Oliveira (CPF 013.786.374-88); Julio Cesar Moreira Dantas (CPF 028.889.591-60); Julio Cezar de Castro (CPF 001.703.310-16).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3088/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.089/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Julio Eduardo Alves Barroso (CPF 099.204.497-92); Jullyana Neri Vilaca (CPF 064.161.084-02); Junior Luiz Thume (CPF 065.934.779-23); Junior Maggi (CPF 066.444.129-71); Kamilla Cristina Costa da Silva (CPF 734.836.051-34); Karina Lima Braziellas (CPF 018.427.761-26); Karinne Silveria Batalha (CPF 716.917.821-49); Karoline Franca Dias (CPF 044.444.829-23); Kassia Ferreira Bayma Sousa (CPF 022.081.191-18); Kassio dos Santos Franco (CPF 031.637.301-08).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3089/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.091/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Laura Sousa Nobrega Romeu (CPF 610.965.801-44); Lauri Antonio Junior Royer (CPF 002.454.840-51); Lauro Fernandes Vieira (CPF 725.613.431-20); Lauro Phelipe Machado (CPF 022.555.771-19); Lazara Goncalves Coelho (CPF 025.028.211-93); Leandro Barros Nunes (CPF 036.870.479-38); Leandro Carnot Pinto Tavares (CPF 099.374.796-57); Leandro Humberto de Oliveira (CPF 218.518.318-43); Leandro Nascimento de Paula (CPF 104.784.377-30); Leandro Rogerio Amaral (CPF 044.839.359-09).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3090/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.092/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leandro Sousa do Nascimento (CPF 000.702.211-54); Leandro Zanelli Coelho (CPF 033.747.326-90); Leidson Gomes de Carvalho (CPF 066.296.024-63); Leila Barbosa de Carvalho Guerra (CPF 724.089.521-15); Leon Diniz da Costa (CPF 019.932.150-77); Leonardo Emerick Vollu (CPF 080.634.637-06); Leonardo Fernando Alves (CPF 052.541.877-60); Leonardo Gomes de Abreu (CPF 035.851.726-52); Leonardo da Cruz Fim (CPF 111.957.747-02); Leonardo da Silva Hereda Biron (CPF 009.189.195-76).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3091/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.093/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leonardo Gomes Garcia (CPF 079.691.927-50); Leonel Lima Nascimento (CPF 792.453.745-72); Leonidas Ribeiro Junior (CPF 012.449.866-31); Leonio Alves de Souza Goncalves (CPF 114.152.197-02); Leticia Martins Mariano Anastacio (CPF 049.515.001-08); Lidinei da Silveira Souza (CPF 018.375.380-18); Ligia Moreno de Abreu (CPF 055.383.369-30); Lilian Emiko Setani (CPF 101.231.238-01); Lindeberg Jesus Sabreu (CPF 792.026.831-15); Lindinaldo Bezerra da Silva (CPF 062.101.284-08).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3092/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.095/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luan Vitor Miranda da Costa (CPF 036.052.551-24); Luana Sa Barbosa (CPF 007.857.132-47); Lucas Adaniya (CPF 369.225.098-38); Lucas Alvares Ferreira (CPF 103.118.776-64); Lucas Andrade e Silva (CPF 512.476.662-04); Lucas Castilhos Motta (CPF 067.275.409-69); Lucas Dagostin (CPF 071.082.089-54); Lucas da Silva Vieira (CPF 036.960.471-71); Lucas de Carvalho Bezerra (CPF 049.035.671-09); Lucas de Melo Ferreira (CPF 999.652.241-53).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3093/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.096/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lucas Ferreira de Moraes Dutra (CPF 053.176.523-75); Lucas Goncalves Bacelar (CPF 035.821.883-70); Lucas Gurgel de Freitas (CPF 030.130.413-07); Lucas Hackenhaar Heck (CPF 013.333.280-28); Lucas Laerte Araujo Franca (CPF 033.144.205-10); Lucas Lima dos Santos (CPF 011.597.141-69); Lucas Lopes Lunardi (CPF 378.817.158-80); Lucas Magno Nobrega de Farias Aires (CPF 066.240.884-51); Lucas Ramos de Souza (CPF 027.651.171-95); Lucas Silva de Freitas (CPF 027.675.411-56).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3094/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.097/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciana Franco de Souza (CPF 030.151.006-70); Luciana Melo Morais (CPF 837.419.501-06); Luciano Alves de Souza Lopes Filho (CPF 097.113.054-02); Luciano Leandro Plombon (CPF 061.270.349-57); Luciano Santos Silva (CPF 758.554.025-68); Luciene Campos Favieiro (CPF 693.068.421-04); Lucio Theotonio Fernandes (CPF 218.890.598-97); Luis Andre dos Santos Monteiro (CPF 034.059.681-35); Luis Carlos do Nascimento Pereira Junior (CPF 059.365.397-17); Luis Eduardo Lira de Castro (CPF 948.755.612-53).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3095/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.098/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luis Fernando de Assis Silva (CPF 807.555.932-00); Luis Paulo Amyr Oliveira Sousa (CPF 025.319.991-32); Luiz Antonio Gabriel de Castro Dourado (CPF 033.362.875-61); Luiz Felippe Silva Lopes (CPF 034.234.211-85); Luiz Fernando Guedes (CPF 017.844.911-36); Luiz Fernando Santos Chaves Vieira (CPF 010.759.411-05); Luiz Gustavo Bueno Nascimento (CPF 054.730.186-37); Luiz Otavio Fadel Condino (CPF 377.848.418-41); Luzivaldo de Souza Rodrigues Junior (CPF 053.744.525-09); Madalena Albernaz Lopes (CPF 076.006.298-60).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3096/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.099/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Magna Stella Correia Ramalho (CPF 032.229.144-51); Maiara da Silva (CPF 011.709.501-08); Maicol Jose Follmann (CPF 008.544.949-01); Maicon Jhonatan Dadalt (CPF 045.444.289-04); Mailane Hais Carneiro Rodrigues (CPF 034.710.651-05); Mailson Barbosa de Lira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(CPF 080.262.954-71); Maira Monica de Lucena Matos (CPF 698.014.281-04); Maiza Goncalves Marques Rodrigues (CPF 040.709.881-06); Manoel Cavalcanti de Carvalho Neto (CPF 010.053.904-10); Manuela Peixoto Sampaio Tasic (CPF 007.954.205-01).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3097/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.100/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcel Pereira Romualdo e Lima (CPF 039.198.684-80); Marcel dos Santos (CPF 032.775.209-27); Marcela Borges Botelho (CPF 035.126.171-07); Marcela Martins Nunes (CPF 725.660.431-91); Marcela da Silva de Carvalho (CPF 050.678.591-21); Marcelle Cristina de Araujo (CPF 018.675.151-64); Marcello Scarcela Pereira (CPF 044.369.591-12); Marcelo Almada Polcaro (CPF 063.681.476-95); Marcelo Burigo Guimaraes Rubio (CPF 046.499.019-01); Marcelo de Oliveira Rocha (CPF 023.348.841-38).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3098/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.101/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcelo Gomes Pereira (CPF 015.822.935-54); Marcelo Henrique Silva Souza (CPF 095.199.497-20); Marcelo Hiroshi Yamamoto (CPF 294.699.238-12); Marcelo Mendonca Cordeiro (CPF 099.329.107-40); Marcelo Pedroso da Silva (CPF 055.177.329-41); Marcelo Quintino Graciano Batista (CPF 700.404.781-49); Marcelo Ricardo Vendramini Ferrari (CPF 063.801.399-23); Marcelo Rodrigues de Abreu Ferreira (CPF 726.822.301-30); Marcelo Simao Ribeiro (CPF 785.578.366-00); Marcelo Speziali Caldeira de Sousa (CPF 004.894.316-90).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3099/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.102/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcia Cristina Rio Ferreira (CPF 811.735.127-72); Marcia Nery Barretto Valenca (CPF 613.046.035-04); Marciano Boschetti (CPF 683.981.310-04); Marcio Andre Ribeiro de Souza (CPF 084.711.457-07); Marcio Antonio Teixeira (CPF 043.308.216-05); Marcio Correa dos Santos (CPF 969.765.272-49); Marco Antonio Bomtempo Ribeiro (CPF 047.122.561-41); Marco Aurelio Guerreiro de Menezes Filho (CPF 525.395.202-00); Marcondson Maciel Mota (CPF 842.870.712-04); Marconi da Costa Gomes Filho (CPF 010.921.654-79).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3100/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.103/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcos Mendes de Oliveira (CPF 021.210.321-00); Marcos Tocchetto Agostini (CPF 006.296.540-93); Marcos Valerio dos Santos Araujo (CPF 080.406.707-48); Marcos Venicio Goncalves Sales (CPF 033.805.325-50); Marcus Vinicius Sandes Lima (CPF 002.975.301-51); Marcus Vinicius Silva Sombra (CPF 122.097.577-03); Marcus Vinicius Vicente Joaquim Miranda (CPF 105.618.617-81); Maria Carolina Santos de Lima (CPF 018.164.220-45); Maria Cecilia Abbade Martins (CPF 122.034.457-50); Maria da Conceicao Martin dos Santos Alves (CPF 039.775.824-37)
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3101/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.104/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maria Joelma Maia de Souza (CPF 716.544.372-04); Maria Juliana Pereira de Araujo (CPF 738.102.821-20); Maria Lenisia Oliveira Araujo (CPF 697.532.371-20); Maria Limiro Ferreira Ikimoto (CPF 826.607.789-49); Maria Luciete Silva Macedo (CPF 645.684.311-15); Maria Raquel Lima Trindade (CPF 035.954.961-67); Maria da Silva Santos (CPF 537.506.597-53); Marialva Perna Santos Martins (CPF 245.131.131-20); Mariana Cabral de Almeida (CPF 024.613.881-56); Mariana Fernandes da Rocha (CPF 095.356.356-11).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3102/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.105/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariane Aparecida Ramos Sampaio (CPF 035.449.041-95); Marilia Villarino Ribeiro (CPF 038.560.904-36); Marina Dutra de Oliveira (CPF 037.049.481-44); Marina Lopes de Sousa (CPF 007.002.011-65); Marina Rocha Muller (CPF 005.346.891-08); Marlon Siqueira Furtado (CPF 918.748.311-49); Mateus Massierer (CPF 017.512.180-07); Mateus de Sousa Oliveira (CPF 626.731.732-34); Matheos Pires Ferreira de Carvalho (CPF 135.334.437-10); Matheus da Silva Gales (CPF 023.544.951-29).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3103/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.106/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Matheus Jose Ferraz Fernandes (CPF 035.934.221-31); Matheus Lustosa Lemos (CPF 021.444.321-39); Matheus Teodoro da Silva (CPF 047.131.971-65); Matildes Soares da Silva (CPF 350.182.322-34); Mauri Moreira Matos (CPF 091.149.017-57); Mauricio Americo da Silva Brito (CPF 023.193.931-02); Mauricio Cavalli Franco (CPF 685.992.429-20); Mauricio Trusch (CPF 028.071.359-27); Mauricio da Silva de Oliveira (CPF 028.591.245-35); Max Keiler Moreira Cota (CPF 031.538.816-18).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3104/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.107/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maxwell Antunes Maciel (CPF 028.732.911-92); Mayara Marcelle Ibiapina Lopes (CPF 991.251.022-49); Mayco Ferreira Medeiros (CPF 982.358.931-34); Maycon Charles da Silva (CPF 690.492.031-91); Michele Xavier Ribeiro (CPF 018.987.595-02); Milene Spindola Nunes (CPF 965.611.301-20); Miqueias Lino Borges (CPF 075.126.896-83); Mona Dafne Moreira Neves (CPF 938.568.902-97); Monique Ferreira Portella (CPF 110.234.087-16); Monique Gomes de Faria Costa (CPF 108.950.417-90).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3105/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-010.108/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Muniz Soares Cavalcante (CPF 129.641.117-66); Murillo Gomes Noleto (CPF 005.036.851-60); Murillo de Oliveira Latorre (CPF 078.778.176-22); Nadia Priscila Caetano de Aguiar (CPF 078.036.986-62); Naftally de Jesus Sousa Moreira (CPF 000.669.393-80); Naia Paula da Cruz (CPF 012.345.201-50); Naiane Fernanda Queiroz de Almeida (CPF 035.109.221-82); Natalia Lima Lopes (CPF 014.955.961-50); Natalia de Oliveira Santos Miranda (CPF 023.367.321-06); Natanael Rodrigues de Carvalho (CPF 017.058.242-69).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3106/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.110/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Nathalia Castilho Faria (CPF 077.974.129-36); Nathalia Peixoto Leite (CPF 108.067.397-03); Nayanne David Bezerra (CPF 036.872.261-90); Nayara Kelly Ribeiro Silva (CPF 027.203.571-89); Neilma Lustosa Arantes (CPF 410.160.331-68); Neilton Fabricio Rabelo Souza (CPF 306.864.028-80); Nelson Alda Junior (CPF 060.600.639-77); Nelson Marcal Ferreira Junior (CPF 019.083.621-03); Neyllor Cardoso Barbosa (CPF 036.401.791-02); Nicolas Domotor (CPF 076.299.304-96).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3107/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.111/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Nicolas Moreira Dourado (CPF 095.976.356-23); Nicole de Melo Leoni (CPF 057.352.174-37); Nicolle Goncalves Nunes Vieira (CPF 105.162.356-13); Nilva Amador de Almeida (CPF 001.277.306-99); Nivaldo Jose de Lima Filho (CPF 060.645.484-52); Nivaneide Marinho Gomes (CPF 017.177.381-09); Normando Lima Filho (CPF 366.069.017-15); Nutiele Pereira de Araujo (CPF 993.517.491-34); Odila Carolina Gomes (CPF 044.633.786-21); Olivia Campos Monteiro (CPF 080.831.117-40).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3108/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.112/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Olivier Vasconcelos de Faria e Silva (CPF 033.969.094-10); Onivaldo Gervasio Vieira Neto (CPF 033.088.461-10); Orlando Pereira Pinto Junior (CPF 066.518.319-41); Otavio Victor dos Santos Nascimento (CPF 097.342.114-20); Oto Andrade Teixeira (CPF 047.465.765-56); Pablo Anaxagoras Michel (CPF 806.305.299-49); Pablo Arcuri Mendes Ferreira (CPF 076.711.346-27); Pablo Fernandes de Araujo (CPF 054.184.057-64); Pablo Philipe Amadeu Sousa Ribeiro (CPF 143.284.117-30); Paloma Lessa de Siqueira (CPF 350.766.768-16).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3109/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.113/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Patricia Alves Bueno (CPF 055.982.946-99); Patricia Coelho Gomide (CPF 073.266.896-44); Patricia Lopes Dias (CPF 010.360.281-00); Patricia Oliveira Costa (CPF 662.987.923-68); Patricia Rocha Barbosa (CPF 023.652.931-58); Patricio Leite de Souza (CPF 969.589.794-00); Patrick Thomazine Micoanski (CPF 053.744.939-65); Patterson Nelson Soares Duarte (CPF 072.774.644-86); Paula Borges Leal Neco (CPF 712.972.862-00); Paula David Fernandes Sena (CPF 001.681.121-67).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3110/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.114/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Paula Ulhoa Godoy (CPF 067.372.276-78); Paulo Augusto de Campos Gualberto Oliveira (CPF 062.673.406-19); Paulo Calegari Bravim (CPF 002.922.613-90); Paulo Cesar Estevao Momm (CPF 029.145.961-70); Paulo Fernandes Cavaco das Neves (CPF 700.507.481-57); Paulo Henrique Comim (CPF 069.544.849-89); Paulo Henrique Monteiro de Souza (CPF 016.033.871-96); Paulo Joel Bruno Filho (CPF 253.258.528-50); Paulo Jose Albino Borges (CPF 996.288.131-53); Paulo da Silva Coelho (CPF 998.712.201-97).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3111/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.115/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Paulo Jose Quadros Risuenho (CPF 153.235.602-15); Paulo Moraes Benites (CPF 703.635.521-20); Paulo Ricardo Garcez Barreto (CPF 009.982.340-36); Paulo Roberto Santiago Franco (CPF 722.007.821-87); Paulo Rodrigo Brito e Silva (CPF 001.781.931-86); Paulo Thirso Ferreira (CPF 104.377.257-07); Paulo Victor Gomes Eloi (CPF 049.013.861-66); Paulo Victor Morais de Melo (CPF 033.453.565-46); Pedro Balbino de Abreu (CPF 082.382.536-16); Pedro Henrique Carvalho Barbosa Costa (CPF 024.132.293-61).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3112/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.116/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Pedro Henrique Hostt Miconi (CPF 078.717.706-75); Pedro Henrique Kerpel Costa (CPF 004.342.940-80); Pedro Henrique Matos Pelaes (CPF 863.047.632-04); Pedro Henrique da Silva Prado (CPF 023.924.621-78); Pedro Leonardo Martine Pastre (CPF 314.982.168-11); Pedro Passos Sundfeld (CPF 347.697.268-21); Pedro Tiago da Silva Oliveira (CPF 002.441.812-92); Pedro Vinicius Santos de Lima (CPF 051.959.951-92); Philippe Frota Menezes (CPF 008.680.771-43); Priscila Grazielly Sousa de Oliveira (CPF 038.818.361-60).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3113/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.117/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rafael Alves de Medeiros (CPF 012.367.134-51); Rafael Barbosa Gomes (CPF 840.845.885-04); Rafael Celestino Lima Barros (CPF 924.383.932-20); Rafael David da Silva (CPF 114.521.557-20); Rafael Estevam de Pinho Almeida (CPF 828.149.705-00); Rafael Goncalves Bezerra (CPF 040.814.761-01); Rafael Lima Silva (CPF 084.892.506-85); Rafael Martin Vieira (CPF 790.091.821-34); Rafael Mitsuo Nishizawa (CPF 021.512.911-38); Rafael da Xadinha Cavalleri (CPF 373.661.048-33).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3114/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-010.119/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rafael Vieira de Andrade (CPF 832.925.355-49); Rafael Zorati (CPF 384.367.228-84); Rafaela Daniel Macedo Correa (CPF 036.896.921-56); Rafaela Kamila Raposo Goulart (CPF 529.660.382-68); Rafaela da Rocha Costa (CPF 019.007.861-84); Rafaella Donni Ney (CPF 013.911.537-40); Railson Oliveira Bonfim (CPF 006.643.022-46); Railton Lima de Freitas (CPF 936.638.972-49); Raimundo Andre dos Santos Pacheco (CPF 276.229.592-00); Raimundo Cavalcante Barreto Neto (CPF 926.320.763-15).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3115/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.120/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Raissa Saldanha Calistrato (CPF 065.979.464-05); Ramon Costa Camurugy (CPF 032.235.185-50); Ramon Goncalves Consoli (CPF 133.540.377-92); Ramon Machado da Silva (CPF 141.226.057-41); Ramon Moura Correia (CPF 018.166.865-30); Ramon Pellicer Ferri (CPF 007.925.559-02); Raphael Correia dos Santos (CPF 097.732.147-96); Raphael Lins de Araujo Ribeiro (CPF 037.363.871-05); Raphael Ribeiro Barreto (CPF 016.616.573-54); Raphael Teixeira de Carvalho Matos (CPF 122.045.697-71).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3116/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.121/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Raul Carneiro Sterzelecki (CPF 005.714.309-96); Rayana Lustosa da Silva Brasil (CPF 023.157.521-16); Renan Eufrausino Alencar Alves (CPF 035.941.951-80); Renan Goyannes Gusmao Caiado (CPF 126.081.857-89); Renan Pereira Correa (CPF 032.538.191-75); Renan Vilela Veloso Reis (CPF 730.755.661-87); Renan de Araujo Gomes (CPF 125.387.697-52); Renata Comanduci Zocrato (CPF 048.789.116-38); Renata Cristina Kano (CPF 289.273.278-61); Renata Gomes do Couto (CPF 031.288.631-48).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3117/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.122/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Renata Silva Santos (CPF 019.920.941-36); Renata Soares Castanheira (CPF 963.178.251-49); Renata Tonon Alves (CPF 368.757.348-69); Renata Vasconcelos Bianchi (CPF 224.187.138-90); Renato Andrade Freitas (CPF 843.953.705-00); Renato Ferreira de Moraes (CPF 122.752.387-43); Renato Galhardo da Silva (CPF 001.638.531-42); Renato Gouveia Ferraz (CPF 072.735.864-20); Renato Mesquita Pereira (CPF 093.759.646-98); Renato Souza Santos (CPF 021.212.951-19); Renato Souza Santos (CPF 095.201.246-40).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3118/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.123/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Renato Zavarez Cavalcanti (CPF 349.681.388-14); Ricardo Alves da Rocha (CPF 066.567.139-39); Ricardo Tanohira (CPF 055.493.499-06); Roberta Lopes de Azevedo (CPF 984.492.901-63); Roberto Chaves Moreira (CPF 030.686.063-57); Robson Petter Goncalves (CPF 055.761.439-22); Rodolfo Cesar Bitencourt (CPF 105.382.056-95); Rodolfo Perea Tavares (CPF 017.732.061-33); Rodolfo Pereira Bastos da Costa (CPF 004.958.781-11); Rodrigo Araujo de Vasconcellos (CPF 072.041.947-64).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3119/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.124/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Carlos Nogueira Monroe (CPF 295.541.208-26); Rodrigo Correia dos Santos (CPF 026.791.945-00); Rodrigo Dias Abreu de Oliveira (CPF 024.311.943-70); Rodrigo Emanuel Bruno Clemente (CPF 032.903.331-08); Rodrigo Fernandes Bittencourt (CPF 136.076.627-89); Rodrigo Gomes Cavalcanti (CPF 046.281.174-38); Rodrigo Jardim Goncalves (CPF 054.084.206-04); Rodrigo Leao Lima (CPF 015.675.212-31); Rodrigo da Silva Correa (CPF 080.560.167-83); Rodrigo de Oliveira Souza (CPF 057.273.066-71).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3120/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.125/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Malatesta Barbosa (CPF 031.888.116-08); Rodrigo Malheiros de Melo (CPF 037.608.221-69); Rodrigo Rabelo Ribeiro (CPF 019.642.451-84); Rodrigo Troiano Duarte (CPF 351.240.108-27); Rodrigo Xavier Soares (CPF 017.593.563-79); Roger Stayner Ribeiro Cavalcanti (CPF 018.959.371-75); Rogerio Ribeiro Martins (CPF 092.002.516-17); Romulo Alessandro Ferreira Conceicao (CPF 794.650.055-68); Romulo Melo Pina (CPF 096.288.936-96); Ronaldo Jose Freitas de Lima Junior (CPF 073.809.724-13).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3121/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.126/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rone Braz Santos Silva (CPF 021.097.151-70); Roniel Ferreira Lopes (CPF 845.158.133-15); Ronivaldo Lopes da Cruz (CPF 046.774.344-41); Rony Jose dos Santos (CPF 084.779.126-29); Rosa Maria Pastor de Oliveira (CPF 018.062.135-16); Rose Marie Atalla (CPF 013.569.678-09); Roseli Avila Vargas Rodrigues (CPF 951.663.430-34); Roseli Silva dos Santos (CPF 010.806.825-03); Rosemary Emilia do Nascimento Santos (CPF 270.365.198-86); Rosinete Sousa dos Santos (CPF 049.311.591-92).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3122/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.127/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rui Noberto Pereira da Silva (CPF 026.212.145-09); Sabrina Cardona Peres (CPF 011.164.850-52); Samara Sousa Machado (CPF 035.900.761-94); Samara de Oliveira Lopes (CPF 047.428.301-13); Sami Kelson de Moura Martins (CPF 011.846.373-00); Samuel Bessa de Oliveira (CPF 029.717.991-82); Samuel Carvalho Oliveira (CPF 015.062.656-85); Samuel Lopes (CPF 055.481.816-70); Samuel de Oliveira Carvalho (CPF 010.873.250-99); Samuel de Oliveira Silva (CPF 041.969.361-05).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3123/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-010.128/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Samuel Rodrigues Medeiros (CPF 073.097.897-41); Samuel Soares de Lima (CPF 021.689.711-45); Sandra Isaelle Figueiredo dos Santos (CPF 041.892.793-66); Sandro Orestes de Assis Ferreira (CPF 795.830.081-68); Sarah Rodrigues Barbosa Coelho (CPF 067.530.876-30); Sergio Augusto de Oliveira Martinez (CPF 024.473.691-07); Sergio Kohatsu (CPF 028.678.208-12); Sergio Oliveira Costa Rocha (CPF 055.828.406-05); Sergio Samuel Souza Soares Junior (CPF 046.013.079-02); Sergio Satoshi Suguimoto (CPF 041.328.989-38).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3124/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.129/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Shanon Leite Pereira (CPF 276.410.288-70); Sheila Alexandre Gomes de Lima (CPF 818.153.441-72); Shirley Alves da Cunha (CPF 014.075.851-85); Shwerbert Thyago Evaristo de Almeida (CPF 053.555.354-45); Silvana Mesquita Castro da Costa (CPF 012.734.607-40); Silvia Isabella Santos Cavalcanti (CPF 735.158.841-49); Silvio Lovato Arcuri (CPF 357.766.428-25); Simone Meire Silva de Souza (CPF 102.037.637-69); Simone Ribeiro de Macedo Paiva (CPF 724.283.761-87); Simone Soares Ferreira (CPF 804.073.231-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3125/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.130/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sinara Cavalcante dos Santos (CPF 016.391.751-56); Sinval Batista de Oliveira Neto (CPF 099.818.756-94); Soraia Araujo Abdon (CPF 506.132.605-97); Stefano Peluso (CPF 089.741.156-03); Suellen Silva Oliveira Fernandes (CPF 984.596.941-00); Suzana de Souza Carvalho (CPF 073.067.567-02); Tarcisio Simoes Goncalves (CPF 133.775.677-63); Tatiane Aparecida dos Santos Brasil Goncalves (CPF 316.459.758-43); Thaina Caroline Silva Santos (CPF 014.194.571-01); Thais Oliveira Francisco Alves (CPF 143.002.797-56).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3126/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.131/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thais Santos Braz (CPF 074.094.486-01); Thales Tito de Andrade (CPF 124.565.427-62); Thalles Nascimento da Silva (CPF 047.142.145-60); Thayse de Cassia Silva Aguiar (CPF 735.160.401-06); Thiago Augusto de Carvalho (CPF 731.040.191-34); Thiago Fernandes (CPF 062.456.316-29); Thiago Ferrari Betti (CPF 302.654.708-54); Thiago Gabriolli Chiarantano (CPF 370.674.378-73); Thiago de Carvalho Veras Dato Pires (CPF 072.950.454-90); Thiago de Paula Santos (CPF 013.372.491-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3127/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.132/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thiago Guerreiro dos Santos (CPF 107.517.637-99); Thiago Henrique Baill (CPF 078.543.499-24); Thiago Henrique Gomes de Araujo (CPF 013.576.444-00); Thiago Henrique de Miranda (CPF 085.984.846-95); Thiago Malaquias Campos (CPF 009.278.651-06); Thiago Marchezi Ferri (CPF 114.900.927-65); Thiago Pereira dos Reis (CPF 047.459.541-23); Thiago Sales Pinheiro (CPF 041.767.795-27); Thiago Santos da Cunha (CPF 019.879.441-00); Thiago Severo Pereira da Silva (CPF 801.062.505-15).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3128/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.133/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thiago Soares Amaral (CPF 024.685.771-40); Thiago Veloso Lafeta (CPF 022.017.311-79); Thomas Gomes de Araujo (CPF 060.989.286-06); Tiago Alves de Lima (CPF 104.976.717-94); Tiago Brasil Paes Coelho (CPF 862.751.192-68); Tiago Gomes Bicalho (CPF 014.709.015-60); Tiago Henrique Campos Pacheco (CPF 066.819.406-50); Tiago Henrique de Queiroz Camara (CPF 075.492.624-97); Tiago Lima da Silveira (CPF 037.334.931-92); Tiago Luiz Brazil (CPF 043.019.689-03).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3129/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.134/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tiago Mariani Goncalves (CPF 043.422.559-28); Tiago Oliveira de Almeida (CPF 059.602.224-77); Tiago Stahlhofer (CPF 013.931.340-09); Tiberio Ribeiro dos Santos (CPF 034.893.051-83); Tito Wolney de Melo (CPF 046.487.031-38); Tulio Cesar dos Santos (CPF 938.420.581-87); Urlan Salgado de Barros (CPF 074.356.386-76); Valber Souza Freitas (CPF 025.108.491-40); Valdir Ferreira de Luna Junior (CPF 068.932.504-52); Valdir Francisco de Paula Junior (CPF 028.438.934-02).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3130/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.135/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Valeria Bastos Dourado (CPF 835.839.801-82); Valerio da Silva Barra (CPF 067.839.006-14); Vanderly Salvador de Queiroz (CPF 042.107.764-67); Vanessa Oliveira Mariotti (CPF 102.048.117-08); Veronica Circolani Ramos (CPF 091.318.147-19); Veronica Maria de Oliveira (CPF 823.526.153-72); Victor Berigo de Oliveira (CPF 314.454.418-37); Victor Hugo Cobuci Pinto (CPF 038.430.936-44); Victor Lima dos Passos (CPF 414.058.608-71); Victor Manuel Fernandes Campelo (CPF 145.495.277-65).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3131/2018 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.136/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Victor Rodrigues Susano Araujo (CPF 011.292.941-96); Vinicius Barros Vieira (CPF 098.883.116-38); Vinicius Bastos de Rezende Lima (CPF 140.372.847-07); Vinicius Feitosa de Freitas (CPF 024.420.041-60); Vinicius Mansur Dose Lage de Almeida (CPF 126.930.767-30); Vinicius Martins Goncalves Menezes (CPF 047.037.865-40); Vinicius Pereira de Medeiros (CPF 353.294.108-27); Vinicius Ribeiro Nascimento (CPF 020.769.241-67); Vinicius Sena Chaves (CPF 054.976.911-02); Vinicius de Sousa Ferreira Mendonca (CPF 033.201.821-02).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3132/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.137/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vitor Ayres Fraga (CPF 088.307.837-65); Vitor Costa da Silva (CPF 080.156.466-26); Vitor Fernandes de Moraes (CPF 082.323.317-04); Vitor Garcia Vichinski (CPF 391.258.298-07); Vitor Hugo Mori Pavani (CPF 063.219.349-25); Vitor Hugo de Santana Pereira (CPF 057.310.611-81); Vitor da Silva Teixeira (CPF 356.777.468-94); Vitor de Deus Del Castro (CPF 010.817.841-21); Vladerson de Almeida Lopes (CPF 113.564.887-57); Wagner Tavares da Silva (CPF 076.569.854-41).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3133/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.138/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Walacson Gomes de Oliveira (CPF 032.350.386-12); Waldemir Alves Samuel (CPF 795.817.902-25); Waleska Almeida Lins Loureiro (CPF 074.030.764-94); Wallace Soares da Silva (CPF 058.191.897-52); Wanessa dos Anjos de Sousa (CPF 075.313.999-54); Wederson Rodrigues de Souza (CPF 833.498.802-82); Wellington Sousa Macedo (CPF 001.684.902-77); Wellington de Almeida Vieira (CPF 913.232.901-68); Wendell Luiz de Moura (CPF 048.950.186-95); Wigo de Jesus Goncalves (CPF 004.231.261-21).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3134/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.139/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Willamar Martins Ribeiro (CPF 638.634.052-34); William Costa Viana (CPF 003.014.952-54); William Dias da Silva Junior (CPF 004.855.181-39); William Pereira Jordao (CPF 018.479.935-08); Willian Macdonald Alves (CPF 005.371.321-47); Wlander Faccin Escobar (CPF 001.026.720-40); Yan Nunes Rangel Costa (CPF 034.744.161-03); Yanni Ferreira Vichinski (CPF 026.339.215-58).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3135/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Wagner Marques Victória.

1. Processo TC-010.583/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Wagner Marques Victória (CPF 428.892.947-49).
1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3136/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ariel Zatorre Farias.

1. Processo TC-010.595/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Ariel Zatorre Farias (CPF 021.264.441-63).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3137/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil à Mariene Maria da Silva.

1. Processo TC-005.817/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Mariene Maria da Silva (CPF 021.697.084-99).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3138/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil às interessadas relacionadas abaixo.

1. Processo TC-008.779/2008-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Ana Lydia Couto de Souza (CPF 078.108.899-23); Lygia Margareth da Silva Couto (CPF 177.505.802-63); Rosicleia Santos de Souza (CPF 031.104.409-38).
1.3. Unidade: Ministério Público Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Adelson Batista de Souza (OAB/PR 35.991), representando Rosicléia Santos de Souza; Humberto Tommasi (OAB/PR 37.541) e outra, representando Lygia Margareth da Silva Couto.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3139/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-009.714/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Ferreira de Castro (CPF 205.154.727-00); Dejanira Maria da Conceição Magalhães (CPF 072.739.937-35).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3140/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Maria de Lourdes Xavier das Neves.

1. Processo TC-009.715/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria de Lourdes Xavier das Neves (CPF 009.599.654-08).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3141/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Douglas dos Reis.

1. Processo TC-009.716/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Douglas dos Reis (CPF 011.666.380-49).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3142/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Yara D'oliveira Lima.

1. Processo TC-009.735/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Yara D'oliveira Lima (CPF 052.100.467-53).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3143/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil à Terezinha Miranda Pereira.

1. Processo TC-019.926/2003-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Terezinha Miranda Pereira (CPF 227.356.315-91).
1.3. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3144/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Decano de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília - UnB e conceder-lhe mais 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, para atendimento das determinações constantes do subitem 9.3 do acórdão 121/2018 - 2ª Câmara, e em dar ciência desta deliberação ao interessado.

1. Processo TC-028.711/2015-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Carlos Vieira Mota, decano de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília - UnB.
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3145/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo relacionados e dar-lhes quitação plena; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 14, à Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

1. Processo TC-022.996/2017-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Alessandro Goncalves Girardi (CPF 917.068.400-63); Cesar Augustus Techemayer (CPF 449.358.380-00); Cristovao Domingos de Almeida (CPF 544.381.791-49); Daniel dos Santos Viegas (CPF 560.504.610-15); Evelton Machado Ferreira (CPF 552.673.000-04); Jose Pedro Rebes Lima (CPF 702.268.307-72); Jose Waldomiro Jimenez Rojas (CPF 987.128.610-49); Lucas Geraldo Campos Dalenogare (CPF 016.429.770-71); Luis Hamilton Tarrago Pereira Junior (CPF 712.311.960-68); Marcello Ferreira (CPF 015.622.161-63); Marco Antonio Fontoura Hansen (CPF 209.809.570-87); Maristela Cortez Sawitzki (CPF 460.313.240-91); Mauricio Aires Vieira (CPF 907.142.530-49); Nadia Fatima dos Santos Bucco (CPF 552.394.470-04); Rafael Lucyk Maurer (CPF 804.233.370-68); Ricardo Howes Carpes (CPF 973.386.720-91); Sandra Mara Silva de Leon (CPF 677.601.710-72); Sandro Burgos Casado Teixeira (CPF 463.681.910-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3146/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 169, inciso II, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo relacionados e dar-lhes quitação plena; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 12, ao Superior Tribunal Militar e dar-lhe ciência das ocorrências abaixo enumeradas; e em arquivar este processo.

1. Processo TC-025.734/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Afonso Ivan Machado (CPF 011.438.676-53); Anderson Cordeiro da Nóbrega (CPF 512.800.601-82); Artur Vidigal de Oliveira (CPF 214.202.891-87); José Carlos Santos (CPF 089.680.126-87); William de Oliveira Barros (CPF 033.772.377-04).
1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Dar ciência ao Superior Tribunal Militar de que:
1.8.1. a carência de publicações sobre contratações diretas no Portal do Cidadão não se coaduna com os princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal, e a publicação de informações alusivas às aquisições realizadas pelo setor público promove a transparência da gestão e constitui mecanismo de controle social;
1.8.2. a criação de cargos e funções comissionados, com vista a representar um complemento à remuneração de servidores, afronta o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, que estabelece que esses cargos e funções destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

ACÓRDÃO Nº 3147/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação a Fernanda Sotello e Edson Carlos Thomas; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados abaixo e dar-lhes quitação plena; em fazer a determinação e a recomendação sugeridas; em dar ciência à Universidade Federal da Integração Latino Americana - Unila das impropriedades identificadas e em encaminhar-lhe cópia desta deliberação e da instrução à peça 14.

1. Processo TC-028.225/2017-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Fernanda Sotello (CPF 064.849.449-70); Edson Carlos Thomas (CPF 931.076.509-78); Alexandre Alves (CPF 190.734.178-13); Alexandre Camera Varella (CPF 862.220.239-91); Ana Alice Aguiar Eleuterio (CPF 125.514.988-48); Anderson Antonio Andreata (CPF 008.066.867-40); Andre Luis Andre (CPF 282.176.568-19); Andre Sekunda Gallina (CPF 054.477.099-46); Andressa Rospirski (CPF 073.547.429-02); Angela Analia Garofali Patron (CPF 011.992.209-65); Angela Maria de Souza (CPF 849.148.319-53); Angelica Paola Santamaria Alvarado (CPF 012.392.519-39); Antonio Machado Felisberto Junior (CPF 038.616.849-00); Arlos Eleodoro Seixas Risden Junior (CPF 000.905.449-94); Caetano Carlos Bonchristiani (CPF 022.034.438-80); Caroline da Costa Silva Goncalves (CPF 299.599.788-00); Claudia Lucia Bisaggio Soares (CPF 861.647.757-87); Cleofas Berwanger (CPF 053.668.769-23); Cleverson Jose Abati (CPF 024.463.349-54); Clezia de Souza Santos (CPF 000.705.935-31); Cristian Fabio Tymus (CPF 066.809.539-36); Cristine Maristela Limberger Lange (CPF 053.234.949-05); Dalglish Fernando Vieira (CPF 052.361.379-26); Diego Messias (CPF 056.981.009-42); Dinaldo Sepulveda Almendra Filho (CPF 085.050.837-17); Domingos Alves de Almeida (CPF 051.235.793-54); Eder Cristiano de Souza (CPF 036.063.459-17); Edineia Aparecida Machado Dutra (CPF 025.331.089-01); Eduardo Goncalves Reimbrecht (CPF 571.619.330-72); Eduardo de Oliveira Elias (CPF 008.006.168-04); Eduardo de Pintor (CPF 056.535.969-06); Elaine Michele Diniz Santos (CPF 041.957.759-90); Elias de Sousa Oliveira (CPF 786.736.589-34); Eliseu Jose Becker (CPF 032.842.669-50); Erico Massoli Ticianel Pereira (CPF 996.998.771-20); Fabiana Cristiane Lagasse (CPF 027.571.069-61); Fabiana Miranda Reis de Carvalho (CPF 006.589.239-94); Fabiano Pavoni Nogueira (CPF 963.004.340-87); Fabio Borges (CPF 216.081.968-95); Felipe Leonardo Leandro (CPF 051.326.059-58); Felix Pablo Friggeri (CPF 011.864.129-84); Fernando Cesar Mendes Barbosa (CPF 027.434.729-60); Fernando Cesar Vieira Zanella (CPF 536.235.689-53); Francieli Rebelatto (CPF 006.123.280-74); Gabriel Ferrao Moreira (CPF 062.086.939-93); Gabriel Henrique Bianco Navia (CPF 329.115.438-07); Gabriel Silva Soares de Moura (CPF 702.886.131-71); Gabriel do Valle Martins (CPF 700.087.401-51); Geraldino Alves Bartozek (CPF 021.397.929-20); Gerson Galo Ledezma Meneses (CPF 702.454.361-20); Gilson Batista de Oliveira (CPF 097.993.138-05); Gladys Amelia Velez Benito (CPF 003.436.739-08); Gleisson Alisson Pereira de Brito (CPF 029.478.739-98); Hamilton Luiz Machado Nunes Junior (CPF 025.502.449-58); Heidy Anita Bello Gimenez (CPF 013.628.159-18); Henrique Coelho Kawamura (CPF 319.674.808-18); Isabela Travasso Bahia (CPF 391.991.068-09); Ivonei Gomes (CPF 020.291.919-65); Jair Hernando Castro Romero (CPF 013.042.569-95); Jair Jeremias Junior (CPF 063.438.179-21); James Berson Lalane (CPF 700.096.532-01); Joao Paulo Angeli (CPF 138.610.517-10); Jose Adolfo Goncalves Vaz (CPF 352.408.208-48); Jose Ricardo Cezar Salgado (CPF 900.416.406-59); Josue Modesto dos Passos Subrinho (CPF 072.925.035-00); Juliana Zacarias (CPF 367.059.418-39); Karl Stoeckl (CPF 006.177.139-28); Laura Janaina Dias Amato (CPF 003.761.819-90); Leonardo dos Passos Miranda Name (CPF 043.529.077-07); Ligiane Marie Shiquedoni Kihara (CPF 036.872.159-03); Liliam da Silva Veiga Peixoto (CPF 015.933.989-80); Luis Evelio Garcia Acevedo (CPF 010.112.559-36); Luiz Marcos de Oliveira Silva (CPF 002.845.965-23); Macarena Mercado Mott (CPF 072.146.591-90); Marcelo Toledo Duarte (CPF 066.550.649-02); Marcia Regina Becker (CPF 436.994.640-91); Maria Leandra Terencio (CPF 030.935.729-24); Maria Lucia Navarro Lins Brzezinski (CPF 026.951.859-28); Maria da Conceicao Cardoso da Silva (CPF 051.068.764-43); Maria das Graças Cleophas Porto (CPF 878.925.374-49); Nestor Ariel Prieto Villalba (CPF 013.095.129-30); Nielsen de Paula Pires (CPF 003.970.798-93); Paula Daniela Fernandez (CPF 013.058.749-43); Paulo Cesar do Nascimento (CPF 005.208.849-90); Pedro Marcelo Staevie (CPF 712.552.220-34); Petterson Eduardo Souza Gherlandi (CPF 078.341.979-16); Rafael Giovanetti Teixeira (CPF 428.608.448-56); Ricardo Gasparotto (CPF 040.871.619-35); Roberto Franca da Silva Junior (CPF 257.604.688-63); Robinson Alexander Sturmer (CPF 003.556.879-84); Rodrigo Luiz Medeiros da Silva (CPF 087.693.587-02); Rodrigo Monteiro Eliott (CPF 261.070.448-84); Salete Marilda Gallas (CPF 885.985.439-34); Sofia Masi Veron (CPF 854.117.100-06); Solange Rodrigues Bonomo Assumpcao (CPF 587.861.809-59); Sonia Ines Varela (CPF 013.014.009-04); Sonia Maria de Souza Freire Ferreira (CPF 843.459.349-15); Thaisa Praxedes de Oliveira (CPF 029.834.829-28); Thiago Cesar Bezerra Moreno (CPF 045.177.279-20); Tiago Cesar Galvao de Andrade (CPF 064.411.939-06); Valdir Foliatti Junior (CPF 321.149.068-09); Vinicius Abilio Martins (CPF 045.196.039-43); Wagner Antonio Chiba de Castro (CPF 364.820.898-52); Walber Ferreira Braga (CPF 924.728.420-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno, que averigue, na próxima auditoria anual de contas a ser apreciada pelo Tribunal, o tratamento dado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila aos apontamentos em que consistem as ressalvas registradas pelo Contador em relação aos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2016, e que se manifeste, conclusivamente, no correspondente relatório, em relação a cada uma das ressalvas apontadas.
1.9. Recomendar à Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila que, na hipótese de ocorrência de eventuais inconsistências entre as informações constantes nos relatórios de gestão e nas correspondentes demonstrações contábeis e notas explicativas de cada exercício, em futuras prestações de contas, faça constar, no referido relatório, esclarecimentos detalhados a respeito.
1.10. Dar ciência à Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila sobre as seguintes impropriedades:
1.10.1. a definição da missão institucional da Universidade contida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2017, bem como no Relatório de Gestão do Exercício 2016, extrapola o disposto no art. 2º da Lei 12.189/2010; e
1.10.2. o rol de responsáveis, anexo ao Relatório de Gestão do Exercício 2016, não contempla as informações elencadas nos incisos IV, V e VI do art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010.

ACÓRDÃO Nº 3148/2018 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Leonam Von-Grap Marinho Filho contra o acórdão 8.921/2017-2ª Câmara.
Considerando que, por meio do referido acórdão, este Tribunal conheceu dos embargos opostos por Leonam Von-Grap Marinho Filho contra o acórdão 4.826/2017-2ª Câmara, acolheu-os parcialmente e fez os esclarecimentos pertinentes;
considerando que o embargante, em sua nova peça, repete os argumentos já enfrentados pelo acórdão 8.921/2017-2ª Câmara;
considerando que o recorrente não indicou contradição, omissão ou obscuridade em ponto específico do acórdão recorrido, mas se insurge contra a deliberação original;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em conhecer dos embargos de declaração, em rejeitá-los, em dar ciência desta decisão ao embargante e em fazer o alerta constante do subitem 1.9 abaixo.

1. Processo TC-013.340/2012-3 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Embargante: Leonam Von Grap Marinho Filho (CPF 057.543.482-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
1.7. Unidade Técnica: não atuou.
1.8. Representação legal: Luís Fellipe dos S. Pereira (OAB-PA 19.222) e outros, representando Leonam Von Grap Marinho Filho;
1.9. Alertar ao embargante que a oposição de novos embargos de declaração de caráter meramente protelatório implicará o recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, § 6º, do Regimento Interno, sem efeito suspensivo, e poderá ensejar a aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

ACÓRDÃO Nº 3149/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 113/2018 - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 23/1/2018, para que, em seu item 9, onde se lê: "VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Congresso Nacional Afro-Brasileiro contra o acórdão 13.606/2017 - 2ª Câmara (...)", leia-se: "VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Congresso Nacional Afro-Brasileiro contra o acórdão 13.606/2016 - 2ª Câmara (...)", mantidos os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-017.461/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Congresso Nacional Afro-Brasileiro de São Paulo (CNPJ 00.898.019/0001-05); Eduardo Ferreira de Oliveira - espólio.
1.3. Unidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Representação legal: José Carlos da Silva Brito (OAB/SP 123.044-A) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3150/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o espólio de Laurentino Pereira Freire, ex-prefeito de Ubaí/MG, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no exercício de 2004, para execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos/PEJA e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar/PNATE.

Considerando o transcurso de 14 anos desde a ocorrência dos fatos que motivaram a instauração desta TCE;

considerando o falecimento do responsável, em 2005; o de sua esposa, representante do espólio, em 2009; e a extinção do processo de inventário, em 2012, por abandono da causa pelo autor, o que resultou na inexistência de bens a inventariar;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno, em arquivar este processo e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 41, a Almerindo Freire Magalhães, sucessor do ex-prefeito, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

1. Processo TC-034.993/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Laurentino Pereira Freire - falecido (CPF 367.770.136-87).
1.3. Unidade: Município de Ubaí/MG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3151/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação apresentada pela Roos Assessoria e Consultoria Ambiental Ltda. acerca de possíveis irregularidades no pregão 327/17-33, promovido pela Administração das Hidrovias do Sul - AHSUL, unidade vinculada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, para contratação de serviços de levantamentos hidrográficos (batimetria), acompanhamento dos serviços de dragagem, quantificação de material dragado, fornecimento e posicionamento de sinalização flutuante e de margem (balizamento) da Hidrovia do Rio Taquari.

Considerando que as irregularidades suscitadas pela representante, associadas à habilitação da empresa vencedora do certame, foram examinadas pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS e, após oitiva da unidade jurisdicionada, fundamentadamente afastadas;

considerando que, nos termos do § 2º do art. 144 do Regimento Interno, para se habilitar como parte processual, o interessado deve demonstrar razão legítima para intervir nos autos e, ainda, que a condição de representante é insuficiente para conferir legitimidade processual;

considerando, por fim, que esta Corte tem como missão constitucional zelar pela observância do interesse público, não lhe cabendo tutelar interesses privados das licitantes;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos autos e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 143, inciso III; 169, inciso III; 237, inciso VII; e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em conhecer desta representação e considerá-la improcedente; em indeferir o pedido de habilitação nos autos formulado pela representante; em dar ciência desta deliberação à AHSUL e à representante; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-000.599/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Responsáveis: Luis Antonio Ribeiro (CPF 411.961.120-53) e Valter Casimiro Silveira (CPF 564.286.341-04).
1.3. Unidade: Administração das Hidrovias do Sul - AHSUL, vinculada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
1.7. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/MT; Aline Vieira (OAB-RS 108.532) e outros, representando Roos Assessoria e Consultoria Ambiental Ltda - ME.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3152/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vistos estes autos de representação autuada a partir de expediente encaminhado pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), dando ciência a este Tribunal, por meio do acórdão AC1 TC 2349/2017, proferido por aquele colegiado, de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira 5/2004, celebrado em 24/5/2004 entre o Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão - Seplag, Projeto Cooperar, e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - Sebrae/PB.

Considerando que o referido ajuste expirou em 31/12/2004 e envolveu recursos no montante de R$ 215.000,00, sendo R$ 150.500,00 provenientes do Sebrae/PB e R$ 64.500,00 oriundos do mencionado projeto estadual, objetivando mútua assistência técnica e financeira para capacitação gerencial, tecnológica e associativa dos Artesãos de Renda Renascença, nos municípios de Camalaú/PB, Monteiro/PB, Zabelê/PB, São João do Tigre/PB, São Sebastião do Umbuzeiro/PB, dos Artesãos de Batique na Comuna de Catolé do Rocha/PB, bem como dos trabalhadores da pesca artesanal na Urbe de Pocinhos/PB;

considerando que a análise técnica empreendida pelo TCE/PB constatou a existência de despesas antes do início do prazo do convênio no valor de R$ 42.983,35, do total dos recursos federais envolvidos (R$ 150.500,00), e a ocorrência de dispêndios em objeto distinto do previsto no ajuste, no valor de R$ 8.000,00;

considerando que a proposta da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB foi de não conhecer desta representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

considerando que há interesse público no trato das supostas irregularidades apontadas, nos termos do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, uma vez que os indícios dos danos anteriormente indicados atualizados monetariamente perfazem montante aproximado de R$ 110.000,00, ou seja, superior ao limite de R$ 100.000,00 fixado pelo inciso I, do art. 6º, da Instrução Normativa TCU 71/2012, que dispensa a instauração de tomada de contas especial;

considerando que os responsáveis foram notificados da ocorrência das supostas irregularidades em novembro de 2008, ou seja, não transcorreu prazo superior a 10 anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação pela autoridade administrativa competente, nos termos do inciso II, do art. 6º, da mencionada instrução normativa, a justificar a dispensa da instauração de tomada de contas especial;

considerando, finalmente, que inexiste nos autos informação acerca da aprovação ou não da prestação de contas dos recursos repassados pelo Convênio de Cooperação Técnica e Financeira 5/2004, por parte do Sebrae/PB, inclusive, se for o caso, da instauração de tomada de contas especial ou adoção de medidas judiciais de reparação do possível dano;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em conhecer desta representação; em determinar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - Sebrae/PB que informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da aprovação ou não da prestação de contas dos recursos repassados pelo Convênio de Cooperação Técnica e Financeira 5/2004, inclusive, se for o caso, da instauração de tomada de contas especial ou adoção de medidas judiciais de reparação do possível dano, encaminhando cópia da documentação comprobatória; em dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB e encaminhar cópia do presente acórdão e da peça 1 ao Sebrae/PB.

1. Processo TC-000.677/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB.
1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - Sebrae/PB.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex-PB.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3153/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná e com fundamento no art.169, inciso III, do Regimento Interno, em considerar esta representação prejudicada por perda de objeto, uma vez revogado o Pregão Eletrônico 001/2018 - ECT/DR/PR; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 21, à representante e à Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-002.226/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: JMK Serviços S/A (CNPJ 79.587.119/0001-62).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
1.7. Representação legal: Pedro Henrique Braz de Vita (OAB/PR 58.070) e outros, representando JMK Serviços S.A..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3154/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação apresentada pela Faros Tecnologia Aplicada à Educação, com pedido de medida cautelar *inaudita altera parte*, a respeito de possíveis irregularidades no pregão presencial 41/2017, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional (Sebrae Nacional) para contratação de plataforma tecnológica de ensino à distância, com valor global estimado de R$ 11.326.815,85;

considerando que, depois das oitivas do Sebrae Nacional e da empresa contratada, as irregularidades apontadas pelo representante foram devidamente examinadas e afastadas pela unidade técnica;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando, assim, que inexistem os pressupostos para adoção da medida cautelar requerida e, ainda, que não subsistem evidências de irregularidade que comprometam a continuidade do contrato originado do pregão presencial 41/2017;

considerando, por fim, que esta Corte tem como missão constitucional zelar pela observância do interesse público, não lhe cabendo tutelar interesses privados das licitantes;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos autos e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 143, inciso III; 169, inciso III; 237, inciso VII; e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente; em indeferir o pedido de cautelar formulado pela representante; em dar ciência desta deliberação ao Sebrae Nacional, à empresa Webaula Produtos e Serviços para Educação S.A e à representante; em arquivar o presente processo e em fazer a notificação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-002.657/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Faros Tecnologia Aplicada Educação - Eireli (CNPJ 05.605.468/0001-23).
1.3. Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Larissa Moreira Costa (OAB-DF 16745) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Jaques Fernando Reolon (OAB-DF 22.885) e outros, representando Webaula Produtos e Serviços Para Educação S.A.; Juliana Lustosa Barbosa (OAB-DF 49634), representando Faros Tecnologia Aplicada à Educação - Eireli.
1.8. Dar ciência ao Sebrae Nacional de que os questionamentos feitos pelas licitantes, em relação às regras do pregão presencial 41/2017, não foram respondidos de forma clara e objetiva, e que tal impropriedade pode afetar a competitividade dos certames e caracterizar ofensa aos princípios constitucionais que orientam as licitações.

ACÓRDÃO Nº 3155/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno e no art. 106, §§ 3º e 4º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, à representante; em encaminhar cópia dos autos ao Ministério da Saúde para adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-003.532/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Advocacia Geral da União - Procuradoria-Regional da União - 4ª Região/RS - AGU/PR.
1.3. Unidades: Ministério da Saúde e Município de Guarani das Missões/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3156/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação; em considerá-la improcedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 33, à representante e ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-008.435/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Dois A Publicidade Ltda. (CNPJ 35.644.418/0001-16).
1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE/RN.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).
1.7. Representação legal: Carlos Frederico Ferreira Mesquita (OAB/RN 1.459) e outros, representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte - SEBRAE-RN; Flaviano da Gama Fernandes (OAB/RN 3.623) e outros, representando Dois A Publicidade LTDA.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3157/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação formulada pela empresa Gol Linhas Aéreas (Gol), a respeito de possíveis irregularidades na celebração de memorando de entendimentos entre a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e Azul Linhas Aéreas Inteligentes (Azul), o qual tem o objetivo de viabilizar a criação de uma nova empresa privada de logística para transporte de cargas;

considerando que a Gol requereu cautelarmente a anulação do referido memorando de entendimento;

considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno;

considerando a existência, neste Tribunal, de processo específico que apura o tema em questão, TC 000.452/2018-1, representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom em face de possíveis irregularidades na criação da citada empresa privada de logística para transporte de cargas postais;

considerando que no presente caso, não se pode reconhecer, nos termos do art. 146, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, a existência de interesse da representante visto que não há decisão deste Tribunal, até o presente momento, acerca da matéria;

considerando que o TC 000.452/2018-1 está em fase preliminar de apuração e em decorrência não está configurado interesse público na atuação processual da representante;

considerando que não se configurou o perigo na demora e nem a fumaça do bom direito, pressupostos necessários à adoção de medida cautelar;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, e no art. 103, § 1º, da Resolução 259/2014, em conhecer desta representação; em indeferir a medida cautelar pleiteada; em indeferir o pedido de ingresso da empresa GOL Linhas Aéreas S.A. como parte interessada no processo; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 5, à representante e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; e, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução 259/2014, apensar o processo ao TC 000.452/2018-1.

1. Processo TC-010.413/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: GOL Linhas Aéreas S.A. (CNPJ 07.575.651/0001-59).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.7. Representação legal: Mauricio Garcia Pallares Zockun (OAB/SP 156.594) e outros, representando Gol Linhas Aéreas S.A..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3158/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014 em conhecer desta representação e considerá-la prejudicada por perda de objeto, uma vez revogado o Pregão Eletrônico 13/2017; em fazer a determinação do subitem 1.8 abaixo; em dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 16 à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-032.464/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: 99 Tecnologia Ltda. (CNPJ 18.033.552/0001-61).
1.3. Unidade: Procuradoria-Regional da União - 4ª Região/RS - AGU/PR.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Representação legal: Kátia Evelyn dos Santos (OAB/SP 296.301) e Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859).
1.8. Determinar à Procuradoria-Regional da União - 4ª Região/RS - AGU/PR - Superintendência de Administração no Rio Grande do Sul - SAD/RS que informe a este Tribunal quando da publicação de novo edital para contratação dos serviços cujo objeto seja o mesmo do Pregão Eletrônico 13/2017.

ACÓRDÃO Nº 3159/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba e com fundamento nos arts. 169, inciso III, 235 e 237, do Regimento Interno, em conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 5, ao representante e à Fundação Nacional de Saúde- Funasa, para subsidiar a continuidade das providências sob responsabilidade da autarquia que estão sendo implementadas no âmbito do TC/PAC 0044/08 (Siafi 644659), firmado com o município de Arara/PB, inclusive instaurando, se for o caso, a devida Tomada de Contas Especial; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-032.824/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: José Ailton Pereira da Silva (CPF 768.573.794-91).
1.3. Unidade: Município de Arara - PB.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 3160/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.926/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Meira de Gois (053.897.564-44); Flavia Teresa de Freitas Paes (051.545.114-25); Grazielly dos Anjos Fontes (052.667.194-78); Lucy Magalhaes Pereira Goncalves (978.503.303-15); Marcelo de Araujo Matos (005.936.261-84); Morgana Almeida Cacho da Costa (008.252.284-76); Tarsila Simonne Bezerra de Aguiar Pereira (853.900.973-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3161/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-006.931/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaqueline Vanessa Bassanelli Lucio (266.073.598-09); Joao Paulo Correa de Souza (403.942.098-50); Raquel Tavares de Oliveira (720.176.781-04); Rodrigo Montalvão Alves (028.426.541-10); Rufino de Oliveira Domingos (546.098.606-00); Valdemir Grego da Silva (078.286.687-59); Vinicius da Rocha Thompson Coelho (095.769.657-48).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3162/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.934/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patrick Anderson Andrade dos Santos (154.807.667-83); Pedro Ivo Marques da Silva Gomes (130.589.007-83); Rafael Fernandes Monteiro (180.131.867-09); Ricardo Adão Mesquita (059.119.127-08); Rodrigo de Andrade Loredo (141.072.697-52); Ronaldo Amin Botelho (113.478.747-20); Talles Carvalho Alves de Lima (148.826.287-08); Thiago Monteiro de Figueiro (157.722.077-33); Vitor Hugo Torres Freitas (155.446.037-90).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3163/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.938/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Trulsen de Oliveira (179.488.327-42); Gianlucas Gomes Vicente Oliveira (160.277.257-61); Glauber Roberto Sousa de Oliveira (151.042.057-62); Glaucius Messala da Silva Santos (421.866.538-93); Guilherme Dias Martin Gonzalez (129.760.827-58); Guilherme Gomes de Sousa (151.722.687-23); Guilherme Roberto Reis da Silva (180.083.477-24); Gustavo Bueno Aleixo (456.127.718-86); Gustavo Fernandes Vianna (155.438.877-52); Gustavo Leonardo Soares Medeiros (163.193.537-24).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3164/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.946/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Rafael Ferreira de Souza (159.996.727-83); Douglas Carvalho Ramos (164.537.017-82); Ednelson Lima Maciel (149.493.057-94); Elieser Rodrigues Ferreira da Silva (160.678.717-93); Gustavo Rafael da Silva Esteves (150.093.127-60); Igor e Silva Pereira (136.205.897-12); Jose Heleno da Conceição Junior (109.934.384-40); Lucas Falcão Felix dos Santos (415.468.158-30); Lucas Ramos Oliveira de Mattos (149.756.417-47); Luis Henrique de Mello Alves da Silva (161.345.107-50).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3165/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.949/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Rodrigues de Freitas (005.850.832-58); Evandro Baldissera Mayer Machado (868.457.480-04); Gabriel Fernando Brasil do Amaral Santos (177.464.387-17); Guilherme de Moura (077.365.389-99); Hewerton Freitas Alves da Silva (443.374.998-22); Joao Vitor Ferreira de Oliveira (157.053.377-60); Julio Petry da Silva (039.492.580-78); Leonardi Antonio Krzyzanovski (063.989.669-37); Lucas Felicio Vicente (430.790.568-76); Lucas Maia Carvalho de Almeida (167.737.467-52).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3166/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.955/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus Medeiros Rodrigues (103.394.134-41); Matheus Silva de Lira (091.894.224-14); Ricardo Bento de Carvalho Andrade Junior (062.593.305-29); Ricardo Bezerra da Silva Junior (097.639.094-90); Rodrigo Lima Galvao Gomes (101.941.064-70); Sergio Luis Moreira do Couto Filho (154.718.077-31); Syllas de Vasconcelos Casado (092.493.964-81); Taua Henrique Pereira Azevedo (859.138.485-78); Tayhan Victor de Almeida Passos (708.772.094-56); Teofilo Luiz dos Santos Ferreira (113.658.424-28).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3167/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.961/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jean Lucas de Campos Conceição (431.499.748-60); Jean Paulo Dias da Luz (035.184.010-92); Joao Vetters Osga (363.767.088-70); Jonathan Fernandes Tavares (167.912.507-98); Jonathan Wagner de Andrade Faria (141.467.347-70); Jose Wilton Abreu Lucena (172.071.457-64); Kaique Marques Gomes de Oliveira (129.359.376-19); Kelvin Marcell Domingos Fogaça (091.908.159-20); Lauricio de Medeiros da Silva (040.454.630-70); Rubens Hanna Lemes (052.633.741-94).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3168/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.963/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos da Costa Junior (417.479.188-06); Marcio de Oliveira Silva Crespo (118.298.527-01); Matheus Alves Freitas (018.953.320-01); Nicolas Alves Cerqueira dos Santos (125.482.467-79); Rafael Lencina de Macedo (060.860.311-26); Renan Silva de Assis (163.645.287-67); Ricardo de Paula Lima (032.581.950-56); Rodrigo Mendes Reis (160.255.057-30); Roger Micael Bloss (042.139.580-00); Rossano de Araujo Canedo (142.322.837-57).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3169/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.405/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabricio de Freitas Lima (058.516.917-94); Isaac Charles da Cruz Oliveira (329.136.258-60); Jhonatas Felipe Gomes Leite (351.999.448-86); Leonardo Oliveira dos Santos (119.017.127-96); Sylvio Luiz Pacheco Junior (086.062.357-25); Thiago Cabral Carboneri (366.665.298-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3170/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.479/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Dornelles Gilberto (154.294.487-29); Carlos Eduardo da Silva Souza (169.915.537-27); Eduardo Pereira Peçanha (182.010.557-13); Jean Lucas Correa da Costa Santos (155.863.887-31); Joao Marcos Gomes Seixas (162.805.317-83); Mario Nascimento de Castro (174.540.297-79); Marllon dos Santos da Silva (162.629.427-50); Maycon William Monteiro da Cunha (131.942.197-07); Wesley da Silva Santos (425.724.088-13); Wilson da Silva Ferreira (147.486.697-21).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3171/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.484/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ewerton Junior da Silva Marques (157.137.387-01); Franclin Stone Cunha Mendes (607.390.463-06); Gustavo Vilalba Monteiro (027.909.881-29); Julio Cesar da Silva Goncalves Junior (156.938.857-12); Lucas Patrocinio Maia (166.577.837-79); Matheus Barros Lacerda (169.758.887-52); Matheus Tavares da Silva (170.476.387-84); Matthews Mendes (434.256.648-67); Rodolfo dos Santos Pereira (152.741.027-78); Ycaro Rodigues Moraes de Andrade (062.859.471-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3172/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.486/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariel Naffien (095.622.709-04); Arthur da Silva Bandeira (110.940.854-48); Erik Silva de Souza (097.037.234-54); Israel de Souza Nardaci Soares (151.966.877-50); Joao Pedro Rangel de Melo (157.339.307-05); Jose Victor dos Santos Cunha (119.188.854-19); Lucas Venancio Fiamoncini (012.137.879-98); Matheus da Silva Alvarenga (158.326.597-08); Paulo Matheus Barros Correa (161.906.787-00); Paulo Roberto Fernandes da Silva Filho (017.212.514-64).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3173/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.491/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriel Luiz Saracelli dos Santos (146.337.437-24); Brenno de Oliveira Camera (163.728.767-44); Joao Matheus Silva Adão (182.546.957-17); Joao Vitor Campos de Almeida Silva (149.850.027-71); João Pedro Ferreira Almeida (140.385.617-63); Luiz Henrique Freire Velloso da Silva (114.986.067-76); Matheus da Silva Vieira (180.145.437-00); Nathan Bazilio Goncalves (186.665.217-67); Rafael Emerich Cavalcante (175.091.967-28); Wellington Pessoa dos Reis (112.959.997-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3174/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.492/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Vinicius Ribeiro Correa (183.669.827-50); Carlos Raphael Almeida Rodrigues (186.038.537-03); Enzo Rosemiro Silva (157.285.887-78); Jordan Lopes Barbosa (060.620.601-93); Lucas Lopes Whately (068.985.191-07); Marcio Robadey Silvano Junior (132.965.087-59); Matheus dos Santos Miranda (182.259.057-41); Nicolas Lessa da Silva (058.111.657-73); Reyan Almeida de Meneses (158.921.967-80); Thiago Ferreira da Silva (180.201.327-08).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3175/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.494/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Machado Silva Santos (060.037.495-55); Guilherme de Albuquerque Barbosa (178.115.167-99); Joshua Nicholas Foord (062.979.617-35); Josue de Almeida Carneiro (173.811.197-06); Julio Cesar Santos da Silva Junior (180.277.037-27); Lucas Fellipe do Amaral Sobrinho (142.846.397-65); Lucas Lima dos Santos (099.774.757-92); Mateus Rodrigues Carvalho (115.548.417-71); Matheus Navarro Silva Ferreira (178.564.527-73); Ruan Victor Ferreira Neves (176.054.227-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3176/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.499/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Macedo Silva Ferreira (115.829.497-27); Jair Francisco Ferreira da Silva Junior (135.693.147-23); Jean Augusto Bessa Filho (179.468.897-80); Leandro Ferreira Goncalves (171.380.737-80); Matteus Alexander Lima da Silva (186.436.367-38); Nikolas Costa Ramos da Silva (121.593.327-47); Patrick Alves Correa (185.098.087-08); Pedro Lucas da Silva Baiense de Souza (155.185.977-70); Pedro de Menezes Esteves (132.565.177-06); Vinícius Campos Pereira (180.687.697-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3177/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.501/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Barbosa Adalto Maestrello (139.422.006-51); Daniel Coelho Souza (162.980.627-77); Edmonth Oliveira de Jesus Gavina (182.368.937-07); Flavio Eduardo Silva Menezes (155.470.887-73); Joao Lucas Goncalves dos Reis (173.197.717-48); Joao Lucas Jacuru dos Santos (173.675.207-33); Mederico de Melo Pimentel e Menezes (112.540.304-76); Paulo Eliezer do Nascimento Carvalho Junior (180.118.167-56); Raphael Fernandes Lima da Silva (072.757.483-39); Vitor de Oliveira Lisboa (176.435.857-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3178/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.508/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Isabela da Silva Viana Alves (141.548.187-32); Isabella dos Santos da Silva (155.244.367-16); Isabelle Castro Pauxis (025.417.662-38); Itallo Galvão de Souza (101.725.374-95); Jacqueline Guedes da Cruz (130.318.026-08); Jamile Almeida Rodrigues (070.637.283-26); Jenifer Lourenco Nascimento dos Santos (169.529.947-77); Jessica Santos Lemos do Nascimento (859.216.595-41); Jessika Coelho Bichoff (390.494.668-42); Jhony Cristian de Assis de Oliveira (152.180.197-55).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3179/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.511/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Almeida Velloso Faria (148.341.257-18); Ana Carolina Araujo Forte (068.642.611-82); Ana Clara Ribeiro de Souza (700.729.351-46); Anderson Andre Martins de Medeiros (167.524.887-70); Anderson de Araujo Leal (146.773.247-86); Andre Luiz de Aguiar Bento

(442.254.398-95); Andre Matheus Carrasco Colosimo (385.086.638-62); Andre Silva Andriato (422.291.538-62); Andre Vinicius de Oliveira Barbosa (093.378.404-05); Carolina Lopes Franca (059.119.967-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3180/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.662/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Cenilda Marina Tavares Tatsch (224.469.400-30).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 3181/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.284/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Leni Lucas Duarte (CPF 107.059.450-49) e Maria Aurélia Soares Moreira (CPF 248.999.090-04).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Pelotas - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3182/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.567/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edimo Abud Farah (CPF 090.174.617-72); Guilherme Marcon Westin (CPF 723.775.348-72) e Paulo Cesar Pereira de Carvalho (CPF 084.962.501-72).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São João da Boa Vista - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3183/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.578/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristina da Graça Fernandes (CPF 544.483.877-04) e Fernando Rodrigues Martins (CPF 097.546.107-97).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Centro - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3184/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.290/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Adelice Batista de Morais Santana (CPF 022.208.458-85).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3185/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.707/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes Rossi Pereira (CPF 054.814.218-10).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3186/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.145/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcimar Pedro Nogueira Junior (CPF 076.513.184-63); Aldeizia da Costa Barbosa (CPF 026.814.183-56); Alex Rodrigues Ramos (CPF 035.336.221-26); Alice Miranda Pereira (CPF 792.570.115-34); Aline Alves Melo (CPF 042.258.663-35); Aline Ferreira Cardoso (CPF 035.068.833-80); Aline Guimaraes de Oliveira (CPF 035.216.275-94); Aline Miranda Garcia (CPF 785.690.605-72); Amanda Alexandre Oliveira Gomes (CPF 055.025.687-33) e Amanda da Silva Oliveira (CPF 007.348.973-59).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3187/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.153/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Rosa de Souza (CPF 002.818.236-77); Charles Araujo Vasconcelos (CPF 775.594.363-15); Charles Gomes Camelo (CPF 937.893.861-20); Cintia Casagrande Bocoli (CPF 107.343.876-79); Cintia Regina Fonseca de Menezes (CPF 082.608.564-41); Clara de Souza Castanheira (CPF 148.799.247-50); Claudia Gomes Fernandes (CPF 068.751.244-16); Claudiana Silva Cavalcante (CPF 648.605.313-53); Claudiane Coutinho de Oliveira (CPF 002.460.145-47) e Cleide Reis Silva (CPF 964.173.313-34).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3188/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.841/2007-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carolina de Albuquerque Pereira Leite (CPF 764.600.020-53); Elci Cidade Carpena (CPF 251.287.440-00); Elci Cidade Carpena (CPF 251.287.440-00); Elisa Sampaio Carpena (CPF 002.560.460-00); Elisa Sampaio Carpena (CPF 002.560.460-00); Livoni Gomes da Silva Pereira Leite (CPF 177.092.020-04); Luís Fernando Cidade Carpena (CPF 916.944.690-34); Luís Fernando Cidade Carpena (CPF 916.944.690-34); Luísa Fernanda Sampaio Carpena (CPF 002.560.490-25); Luísa Fernanda Sampaio Carpena (CPF 002.560.490-25); Madalena Dornelles Pereira Leite (CPF 764.625.440-15); Márcia Beatriz Sampaio (CPF 648.340.930-34) e Sonia Maria Dornelles (CPF 409.998.310-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região -TRT - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal:
1.6.1. Guilherme Casulo Velho (OAB/RS 45.952) e outros, representando Sonia Maria Dornelles; e
1.6.2. Andrei Rodrigues dos Santos (OAB/RS 95.561), representando Luís Fernando Cidade Carpena.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nº 3189 a 3224, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 3189/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.634/2015-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador).
3.2. Responsáveis: Erivan Antonio de Morais Eventos - Epp (05.580.350/0001-98); Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa Dantas (023.391.734-93)
3.3. Recorrente: Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa Dantas (023.391.734-93).
4. Órgão/Entidade: Município de Joca Claudino/PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - SERUR.
8. Representação legal:
8.1. Edgar Smith Neto (8223A/OAB-PB), representando Erivan Antonio de Morais Eventos - Epp.
8.2. Rodrigo Lima Maia (OAB/PB 14.610) e outros, representando Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa Dantas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 7.202/2017-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais órgãos e interessados cientificados do acórdão recorrido.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3189-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3190/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.405/2018-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessadas: Maria Luiza de Souza Pedro (958.011.627-04); Maria Madalena Batista (601.789.307-68); Maria Madalena Martins Dias (512.853.987-34); Maria Madalena Pacheco Cabral (787.429.357-68); Maria Margarida da Silva (443.302.197-00); Maria Marlinete Ramos de Franca (554.086.307-06); Maria Miriam Patricio de Azevedo (022.524.077-78); Maria Nazare Lopes da Silva (936.928.547-49); Maria Odalea de Carvalho (002.537.737-09); e Maria Ogilsa Alves Bhering Maia (005.019.777-08).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar legais e determinar os respectivos registros das admissões de interesse de Maria Luiza de Souza Pedro, Maria Madalena Batista, Maria Madalena Martins Dias, Maria Madalena Pacheco Cabral, Maria Margarida da Silva, Maria Marlinete Ramos de Franca, Maria Miriam Patricio de Azevedo, Maria Nazare Lopes da Silva e Maria Odalea de Carvalho;
9.2. destacar o ato de interesse de Maria Ogilsa Alves Bhering Maia;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que realize diligência à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro, com o fito de que se esclareça os fundamentos da admissão relacionada no subitem 9.2;
9.4. dar ciência deste acórdão à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3190-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3191/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.052/2011-8.
1.1. Apensos: 035.896/2016-7; 035.898/2016-0; 035.897/2016-3; 035.893/2016-8; 035.895/2016-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Defesa (MD).
3.2. Responsáveis: Construtora Colorado Ltda. (CNPJ 01.541.120/0001-69); Evilásio Correia de Oliveira (CPF 037.651.212-15); José Maria de Lima (CPF 045.139.912-91); Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira (CPF 009.327.101-82); Wander Nunes de Souza (CPF 451.225.632-68); município de Cruzeiro do Sul (CNPJ 04.012.548/0001-02).
4. Entidade: Município de Cruzeiro do Sul/AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).
8. Representação legal:
8.1. Ricardo Antônio dos Santos Silva (OAB/AC 1.515), com substalecimento para Thaynan Galvão Oliveira (OAB/AC 3.925), peça 107, e Marcos Vinícius Jardim Rodrigues (OAB/AC 2.299), peça 80, representando a Construtora Colorado Ltda.;
8.2. César Augusto Baptista de Carvalho (OAB/AC 86) e Márcia Freitas Nunes de Oliveira (OAB/AC 1.741), peça 33, representando a Sra. Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira;
8.3. Wellington Frank Silva dos Santos (OAB/AC 3.807) e Everton José Ramos da Frota (OAB/AC 3.819), peça 128, representando o Sr. José Maria de Lima.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa em vista da inexecução parcial do objeto do Convênio nº 234/PCN/2006, celebrado entre esse ente ministerial e o Município de Cruzeiro do Sul/AC, objetivando a pavimentação de ruas na municipalidade.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. Com fundamento arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do município de Cruzeiro do Sul (CNPJ 04.012.548/0001-02), condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento interno) , o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
30/7/2007	251.738,86

9.2. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento da dívida decorrente em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela atualização monetária, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações.
9.4. remeter cópia desta deliberação, com fundamento no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, para adoção das medidas que entender cabíveis;
9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério da Defesa.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3191-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3192/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.472/2017-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Dirce Moreira Pinto (308.821.254-00); Dulce dos Santos Silva (603.560.494-34); Jose Ananias da Silva Neto (154.219.294-34); Maria de Lourdes Soares da Silva (541.649.234-15) e Sandra Mara de Oliveira (447.040.037-87).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:
9.1. considerar ilegais os atos de pensão civil de Dirce Moreira Pinto (308.821.254-00); Dulce dos Santos Silva (603.560.494-34); Jose Ananias da Silva Neto (154.219.294-34); Maria de Lourdes Soares da Silva (541.649.234-15) e Sandra Mara de Oliveira (447.040.037-87), negando-lhes registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e de responsabilização solidária da autoridade competente;
9.3.2. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de não provimento dos apelos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que as interessadas dele tomarem conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novos atos para João Ananias da Silva, Mario Andrade da Silva, Francisco Sales Pinto e Geraldo de Lima Barretto em que seja suprimida a irregularidade verificada e os submeta ao TCU para nova apreciação.

9.4. dar ciência aos interessados e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba desta deliberação.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3192-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3193/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.052/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3. Recorrente: Marcio Antonio Farid (234.415.269-53).

4. Órgão/Entidade: Fundação de Desenvolvimento para o Turismo de Araxá e Região - Araxá Convention & Visitors Bureau/MG.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Andréia Barroso Gonçalves - OAB/MG 103.200 e outros, representando Marcio Antonio Farid.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial em que se aprecia o recurso de reconsideração interposto por Marcio Antonio Farid contra o Acórdão 2.918/2017-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3193-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3194/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.243/2011-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (vinculador) (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsáveis: Antônio Ferreira Nunes (867.978.915-15); Edivaldo Manuel dos Santos (033.348.565-34); José Gonçalo de Souza Moreira (34.063.776/0001-72); Marpel Engenharia Ltda (02.621.099/0001-74); Prefeitura Municipal de Piraí do Norte - BA (13.071.220/0001-58)

3.3. Recorrentes: Edivaldo Manuel dos Santos (033.348.565-34); José Gonçalo de Souza Moreira (34.063.776/0001-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Piraí do Norte - BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Fernanda Sayão Santos (32567/OAB-BA), representando José Gonçalo de Souza Moreira.

8.2. Maria José Cabral Aboboreira (10276/OAB-BA) e outros, representando Edivaldo Manuel dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes Edivaldo Manuel dos Santos e empresa José Gonçalo de Souza Moreira contra o Acórdão nº 164/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. retificar o item 9.3 do Acórdão nº 164/2015-TCU-2ª Câmara, considerando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, a fim de excluir a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 aplicada aos responsáveis empresas Marpel Engenharia Ltda. e José Gonçalo de Souza Moreira;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, aos órgãos/entidades interessados e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3194-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3195/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.662/2000-3.

1.1. Apenso: 013.288/2011-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Anl Comércio e Importação Ltda. (02.442.037/0001-03); Armando Batalha de Gois (274.577.705-00); Catec Construções Ltda. (01.541.641/0001-16); Elder Oliveira Barreto (265.454.705-15); Elza do Nascimento Mendonça (214.180.045-53); Maria Denise Mateus da Silva (661.691.865-34); Pau Brasil Engenharia Ltda. (33.908.070/0001-10)

3.2. Recorrentes: Armando Batalha de Gois (274.577.705-00); Elder Oliveira Barreto (265.454.705-15); Elza do Nascimento Mendonça (214.180.045-53); Maria Denise Mateus da Silva (661.691.865-34).

4. Órgão/Entidade: Município de São Cristóvão - SE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal:

8.1. Elísio de Azevedo Freitas (18596/OAB-DF) e outros, representando Armando Batalha de Gois e Armando Batalha de Gois;

8.2. Adalício Morbeck Nascimento Júnior (4379/OAB-SE) e outros, representando Elza do Nascimento Mendonça, Elder Oliveira Barreto e Elza do Nascimento Mendonça;

8.3. Roberto Wagner de Gois Bezerra Filho (6193/OAB-SE) e outros, representando Maria Denise Mateus da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos por Armando Batalha de Góis e os conjuntamente opostos por Elder Oliveira Barreto, Elza do Nascimento Mendonça e Maria Denise Mateus da Silva, ambos contra o Acórdão 4.686/2014 - 2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos por Armando Batalha de Gois e Elza do Nascimento Mendonça, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo, em seus exatos termos, o Acórdão 4.686/2014-Segunda Câmara;

9.2. não conhecer dos Embargos de Declaração em relação ao Sr. Elder Oliveira Barreto e à Sra. Maria Denise Mateus da Silva, em razão da ausência de interesse recursal, nos termos dos artigos 146 e 282 do RI/TCU;

9.3. esclarecer aos embargantes que:

9.3.1. conforme entendimento firmado por meio do Acórdão 1.699/2017-Plenário (Relator Ministro Aroldo Cedraz), a oposição reiterada de Embargos de Declaração com nítido caráter protelatório implica o recebimento de futuras impugnações dessa espécie como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. de acordo com o entendimento plasmado nos Acórdãos 423/2018-Segunda Câmara (Relator Ministro Vital do Rêgo) e 6.103/2017-Segunda Câmara (Relator Min. Aroldo Cedraz), a oposição sucessiva de Embargos de Declaração versando sobre matéria já analisada e rejeitada pelo TCU, com efeitos meramente protelatórios, não suspende o trânsito em julgado da condenação imposta e pode ensejar a aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, da Lei 13.256/2015 (CPC) ao embargante;

9.4. dar ciência deste acórdão aos embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3195-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3196/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.940/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social.

3.2. Responsável: Denilton Guedes Alves (236.786.074-20), ex-prefeito.

4. Órgão/Entidade: Município de Tenório-PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233) e Alysson Cássio Barbosa da Silva (082.732.874-59).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada De Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social contra os Srs. Denilton Guedes Alves (ex-prefeito, gestão 2009-2012), e Evilázio de Araújo Souto (prefeito, gestões 2013-2016 e 2017-2020), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados ao município de Tenório/PB, na modalidade fundo a fundo, no exercício de 2010, à conta dos Programas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Evilázio de Araújo Souto;

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, **caput**; e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Denilton Guedes Alves e condená-lo ao pagamento das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data	Valor - R$
25/2/2010	75,00
19/1/2010	9.000,00
4/3/2010	9.000,00
16/3/2010	9.000,00
22/4/2010	9.000,00
19/5/2010	9.000,00
17/6/2010	9.000,00
15/7/2010	9.000,00
27/8/2010	9.000,00
17/9/2010	9.000,00
25/10/2010	9.000,00
12/11/2010	9.000,00
30/12/2010	9.000,00
14/1/2010	5.025,00
29/1/2010	5.025,00
28/6/2010	1.256,25
23/8/2010	5.025,00
20/9/2010	5.025,00
25/10/2010	5.025,00
2/12/2010	5.025,00
30/12/2010	5.025,00
15/1/2010	5.000,00
24/2/2010	5.000,00
25/3/2010	5.000,00
14/4/2010	5.000,00
13/5/2010	5.000,00
11/6/2010	5.000,00
7/7/2010	5.000,00
11/8/2010	5.000,00
23/9/2010	3.500,00
14/10/2010	3.500,00
17/11/2010	3.500,00
30/12/2010	3.500,00

9.3. aplicar ao Sr. Denilton Guedes Alves a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar o pagamento parcelado da dívida, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado da Paraíba, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, **in fine**, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3196-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3197/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.415/2006-2.

1.1. Apensos: 011.440/2006-5; 034.656/2016-2; 029.305/2015-2; 033.989/2010-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Jose Domingos Scarpelini (202.528.039-49)

3.2. Responsáveis: Ipem-pr (76.071.869/0001-99); João Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00); José Antonio Fonseca (021.559.400-25); Leonaldo Paranhos da Silva (498.725.759-91); Marco Antonio Lima Berberi (814.976.109-82); Roberto Luiz de Lima Guimarães (135.083.186-72)

3.3. Recorrentes: Roberto Luiz de Lima Guimarães (135.083.186-72); Joao Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal:

8.1. Camila Herzog Koch (60010/OAB-RS), representando Joao Alziro Herz da Jornada.

8.2. Roberto André Oresten (14188/OAB-PR) e outros, representando Ipem-pr.

8.3. Adriana da Costa Ricardo Schier (27589/OAB-PR) e outros, representando Marco Antonio Lima Berberi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam Embargos de Declaração opostos por Roberto Luiz de Lima Guimarães e João Alziro Herz da Jornada em face do Acórdão 5.217/2016-TCU-Segunda Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, para que o relatório que fundamentou o acórdão embargado seja modificado nos seguintes termos: onde se lê "vide subitem 2.1" (subitem 4.3 do relatório) e "nos itens 7.3 e 7.4" (subitem 7.3 do relatório), leia-se, respectivamente, "vide subitem 1.1" e "nos itens 6.3 e 6.4", mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 5.217/2016-TCU-Segunda Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3197-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3198/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.163/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Civil).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Aparecida Elias da Silva Sousa (026.913.767-02); Bruna da Silva Oliveira (861.606.035-90); Elina Moura da Silva (008.362.715-48); Iria Collet (205.902.450-15); Oneida da Silva Gomes (967.149.057-34); Paulo Victor da Silva Oliveira (861.549.785-02)

3.2. Recorrente: Aparecida Elias da Silva Sousa (026.913.767-02).

4. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Elaine Feijó da Silva (OAB/RJ 133.979).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o presente Pedido de Reexame interposto por Aparecida Elias da Silva, beneficiária da pensão deixada por Amintas Batista Ferreira, ex-servidor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por intermédio do qual se insurge contra o Acórdão 9.176/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de pensão civil em favor da recorrente, por ausência de comprovação da união estável com o instituidor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto por Aparecida Elias da Silva para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e aos demais interessados.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3198-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3199/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.528/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsável: Eugênio Pacelli de Lima (189.294.784-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Condado - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Eugênio Pacelli de Lima, ex-prefeito do município de Condado-PB (gestão 2009-2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao referido município por força do Termo de Compromisso TC/PAC 278/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revel o Sr. Eugênio Pacelli de Lima;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Eugênio Pacelli de Lima, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito
50.000,00	31/1/2010	Débito
75.000,00	9/9/2010	Débito
125.000,00	30/1/2011	Débito
855,15	24/5/2013	Crédito

9.3. aplicar ao Sr. Eugênio Pacelli de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3199-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3200/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.312/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social

3.2. Responsável: Inácio Roberto de Lira Campos (686.893.574-91).

4. Órgão/Entidade: Município de Cacimba de Areia - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 197/2007 (Siafi 602057), celebrado com o Município de Cacimba de Areia - PB, cuja regular aplicação não foi comprovada pelo responsável, Sr. Inácio Roberto de Lira Campos, ex-prefeito (gestões 2005-2008 e 2009-2012);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Inácio Roberto de Lira Campos (CPF 686.893.574-91), ex-Prefeito de Cacimba de Areia - PB, gestão 2005-2008 e 2009-2012, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19 e 23 da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Inácio Roberto de Lira Campos (CPF 686.893.574-91), condená-lo ao pagamento das originais quantias a seguir especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, valor(es) eventualmente ressarcido(s):

VALOR ORIGINAL (R$ 1,00)	DATA DA OCORRÊNCIA
120.000,00	3/4/2008
(4.959,95)	24/4/2008

9.3. aplicar ao Sr. Inácio Roberto de Lira Campos (CPF 686.893.574-91) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta decisão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas do responsável em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. dar ciência ao responsável e aos demais interessados;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraíba, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3200-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3201/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.104/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura.

3.2. Responsáveis: Mauro de Vargas Morales (343.554.050-87); Mauro de Vargas Morales - ME (02.923.777/0001-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor da empresa Mauro de Vargas Morales - ME e de Mauro de Vargas Morales, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos financeiros captados sob a forma de doações ou patrocínios (Mecenato), para realização do projeto intitulado "Carnaval 2010 - São Lourenço do Sul" (PRONAC nº 094634), segundo a Lei nº 8.313/91 (Lei de Incentivo à Cultura);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; e 28, inciso II; da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revéis Mauro de Vargas Morales - ME (CNPJ 02.923.777/0001-53) e Mauro de Vargas Morales (CPF 343.554.050-87), de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Mauro de Vargas Morales - ME (CNPJ 02.923.777/0001-53) e Mauro de Vargas Morales (CPF 343.554.050-87);

9.3. condenar Mauro de Vargas Morales (CPF 343.554.050-87) ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura (FNC), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
10/2/2010	15.000,00
15/3/2010	100.000,00
TOTAL	115.000,00

9.3. aplicar a Mauro de Vargas Morales (CPF 343.554.050-87) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3201-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3202/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.337/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonio Carlos Belini Amorim (039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91); Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - ME (07.481.398/0001-74).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura, em desfavor da empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. e de seus sócios, Antonio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, em razão da impugnação total de despesas decorrentes da inexecução do projeto "Teatro Cultour", Pronac 07-8170, que previa a "realização de apresentações teatrais em movimento" no período de 7/1/2008 a 31/12/2010, com recursos efetivamente captados na forma de doações ou patrocínios (Mecenato), de R$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revéis a empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. e seus sócios, Antonio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. e de seus sócios, Antonio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim, condenando-os ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
14/12/2008	150.000,00
19/12/2008	96.000,00
30/12/2008	250.000,00

9.3. aplicar, individualmente, à empresa Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda., ao Sr. Antonio Carlos Belini Amorim e ao Sr. Felipe Vaz Amorim a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo para ajuizamento das ações que entender cabíveis;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3202-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3203/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.942/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Secretaria Nacional de Segurança Pública (00.394.494/0005-60).

3.2. Responsáveis: Jairo Jorge da Silva (402.494.250-68); Marcos Antonio Ronchetti (338.992.580-53); Município de Canoas - RS (88.577.416/0001-18).

4. Órgãos/Entidades: Município de Canoas - RS; Secretaria Nacional de Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: Aloísio Zimmer Júnior (OAB/RS 42.306), Ana Paula Mella Vicari (OAB/RS 87.433), Fabiano Nobre Zimmer (OAB/RS 71.175) e Mariana Nogueira de Almeida (OAB/RS 101.997), representando Jairo Jorge da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Justiça, em razão da não aplicação no mercado financeiro dos recursos referentes ao Convênio 248/2008, celebrado entre o Município de Canoas-RS e a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, que teve por objeto a aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais e sistema de videomonitoramento, visando à implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal, no âmbito do Programa de Segurança Pública em Cidadania - Pronasci;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revel o Sr. Marcos Antonio Ronchetti;

9.2. julgar irregulares as contas de Jairo Jorge da Silva e Marcos Antonio Ronchetti, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar da data indicada até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
125.422,55	6/6/2010

9.3. aplicar aos Srs. Jairo Jorge da Silva e Marcos Antonio Ronchetti, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas especificadas nos itens 9.2 e 9.3 em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas dos itens 9.2 e 9.3, caso não atendidas as notificações;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3203-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3204/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.157/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Esepcial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: F. B. Construções Ltda. (04.182.060/0001-23); Sabiniano Fernandes de Medeiros (009.474.074-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Paulista/PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: Maria Laurenice Pereira de Oliveira (OAB/PB 20285).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de presente Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o Sr. Sabiniano Fernandes de Medeiros, ex-prefeito de Paulista/PB (gestões de 2001-2004 e 2005-2008), em decorrência da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 1197/2002, celebrado com o município de Paulista/PB, tendo por objeto a execução de "melhorias sanitárias domiciliares", na quantidade de 67 unidades sanitárias tipo 1, no povoado de Ipueira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º; 19, caput; e 23, inciso III; da Lei 8.443/92; e no art. 212 do Regimento Interno c/c o art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Senhor Sabiniano Fernandes de Medeiros, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas do Senhor Sabiniano Fernandes de Medeiros, condenando-o ao ressarcimento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Responsável	Data	Valor (R$)
Sabiniano Fernandes de Medeiros (CPF 009.474.074-72)	25/7/2003	39.996,00
	24/10/2003	29.997,00
	4/5/2004	29.997,00
Total		99.990,00

9.3. arquivar o processo sem julgamento de mérito em relação à responsabilidade da empresa F.B. Construções Ltda., ante a ausência dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular relacionados ao exercício do contraditório e da ampla defesa;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3204-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3205/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 043.465/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Augusto Cezar de Paula Moreira (379.629.222-49); Irlando Ricardo Monteiro Lopes (329.934.552-49); Isnard Alves Ferreira (946.613.838-34); José Moacyr Chagas Junior (104.636.152-04); João Henrique Maceira do Amaral (202.937.397-49); Lauderice Celi Pagliarini (174.118.232-87); Selma Cezar Dias (368.253.362-15).

4. Órgão/Entidade: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PA - MJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Glauce Maria Brabo Pinto (8687/OAB-PA), representando Isnard Alves Ferreira e Selma Cezar Dias.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta Tomada de Contas da 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal-PA, relativa ao exercício de 2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas de José Moacyr Chagas Junior (CPF 104.636.152-04), Augusto Cézar de Paula Moreira (CPF 379.629.222-49) e Lauderice Celi Pagliarini (CPF 174.118.232-87), na condição de Chefes da Seção Administrativa e Financeira da 19ª SRPRF no exercício de 2011;

9.2. aplicar aos responsáveis do item 9.1. supra, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações), para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva, em face das falhas adiante apontadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

9.3.1. Isnard Alves Ferreira (CPF 946.613.838-34):

9.3.1.1. direcionamento em contratações diretas, mediante a simulação de pesquisa de mercado, com inclusão de propostas comerciais de empresas pertencentes ao mesmo grupo de pessoas (Dispensas de Licitação 7 e 8/2011);

9.3.1.2. propostas de preço sem a devida identificação do responsável (Dispensas de Licitação 7 e 8/2011).

9.3.2. João Henrique Macieira do Amaral (CPF 202.937.397-49):

9.3.2.1. direcionamento em contratações diretas, mediante a simulação de pesquisa de mercado, com inclusão de propostas comerciais de empresas pertencentes ao mesmo grupo de pessoas (Dispensas de Licitação 21, 24, 27 e 28 e 29/2011);

9.3.2.2. propostas de preços forjadas, sem o devido reconhecimento por parte das empresas supostamente pesquisadas (Dispensas de Licitação 24 e 28/2011);

9.3.2.3. propostas de preço sem a devida identificação do responsável (Dispensas de Licitação 21, 24, 27, 28 e 29/2011);

9.3.2.4. não localização de empresas que supostamente disponibilizaram pesquisas de preço para compor os processos de Dispensa de Licitação (Dispensas de Licitação 21, 28 e 29/2011);

9.3.2.5. empresas que efetuaram serviços incompatíveis com o objeto social cadastrado na Junta Comercial do Estado do Pará (Dispensas de Licitação 24, 27 e 29/2011).

9.3.3. Selma Cezar Dias (CPF 368.253.362-15):

9.3.3.1. direcionamento em contratações diretas, mediante a simulação de pesquisa de mercado, com inclusão de propostas comerciais de empresas pertencentes ao mesmo grupo de pessoas (Dispensas de Licitação 21, 27, 28 e 29/2011);

9.3.3.2. propostas de preços forjadas, sem o devido reconhecimento por parte das empresas supostamente pesquisadas (Dispensa de Licitação 28/2011);

9.3.3.3. propostas de preços sem a devida identificação do responsável (Dispensas de Licitação 21, 27, 28 e 29/2011); e

9.3.3.4. não localização de empresas que supostamente disponibilizaram pesquisas de preço para compor os processos de Dispensa de Licitação (Dispensas de Licitação 21, 28 e 29/2011).

9.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena.

9.5. determinar à Controladoria-Geral da União no Estado do Pará, quando da análise das próximas contas da 19ª SRPRF, caso não já o tenha feito, que:

9.5.1. apresente informações sobre a situação dos seguintes imóveis funcionais da União:

Processo	Posto de Fiscalização
04957.024580/2010-62	Marabá
04957.024577/2010-49	Redenção
04957.024578/2010-93	Xinguara

9.5.2. apresente informações sobre a situação do processo administrativo disciplinar iniciado a fim de apurar falhas apontadas pelo relatório da CGU com relação à realização das despesas relativas às dispensas de licitação Dispensas de Licitação 3, 7, 8, 11, 12, 21 e 27/2011;

9.6. dar ciência à 19ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Pará sobre as seguintes impropriedades:

9.6.1. não atendimento do indicador Percepção de Segurança aos requisitos da Completude, Validade, Acessibilidade, Compreensão, Auditabilidade e Economicidade, em desconformidade com o previsto no item 2.4.7 da Portaria TCU 123/2011;

9.6.2. Declaração com Ressalva do Contador da Coordenação de Contabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Diretoria de Programa do Ministério da Justiça com relação às seguintes restrições contábeis registradas no Siafi:

9.6.2.1. Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;

9.6.2.2. Falta de Reavaliação/Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 - Reavaliações, Redução e Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

9.6.3. ausência de planejamento, rotinas de trabalho e procedimentos formalizados consoante disposições da Lei 8.666/93 e demais normas vigentes pertinentes a licitações, com vistas a facilitar a execução dos trabalhos dos servidores e assegurar o cumprimento desses normativos nas contratações a serem realizadas pela Unidade, evitando assim o fracionamento de despesas em detrimento do regular processo licitatório, constatado na promoção das Dispensas de Licitações 3, 11, 12, 21 e 27/2011 para contratação de serviços de reformas dos Postos de Fiscalização, no exercício de 2011;

9.6.4. contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica com inexigibilidade de licitação, em dissonância com as normas que regem tais contratos, dispostas no art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993 (dispensa de licitação), bem como modificação do procedimento, não constando do processo a justificativa para a contratação do fornecimento pretendido, violando do princípio da motivação dos atos administrativos, identificada no subitem 11.2 desta instrução;

9.6.5. autorização, aprovação e homologação de procedimento licitatório com direcionamento em contratações diretas, mediante a simulação de pesquisa de mercado, com inclusão de propostas comerciais de empresas pertencentes ao mesmo grupo de pessoas (Dispensas de Licitação 7, 8, 11, 12, 19, 21, 24, 27, 28 e 29/2011);

9.6.6. autorização, aprovação e homologação de procedimentos licitatórios de contratação direta com propostas de preços forjadas, sem o devido reconhecimento por parte de empresas supostamente pesquisadas (Dispensas de Licitação 3, 12, 24 e 28/2011);

9.6.7. autorização, aprovação e homologação de procedimentos licitatórios de contratação direta com propostas de preço sem a devida identificação do responsável pelas mesmas, a exemplo da assinatura, nome por extenso ou CPF do representante da empresa (Dispensas de Licitação 7, 8, 11, 12, 19, 21, 24, 27, 28 e 29/2011);

9.6.8. autorização, aprovação e homologação de procedimentos licitatórios de contratação direta com propostas de preços apresentadas por empresas, que supostamente disponibilizaram pesquisas de preço, e não foram localizadas (Dispensas de Licitação 3, 11, 12, 21, 28 e 29/2011);

9.6.9. autorização, aprovação e homologação de procedimentos licitatórios de contratação direta com propostas de preços de empresas que efetuam serviços incompatíveis com o objeto social cadastrado na Junta Comercial do Estado do Pará (Dispensas de Licitação 24, 27 e 29/2011).

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno/TCU, que, caso não atendidas as notificações por José Moacyr Chagas (CPF 104.636.152-04), Augusto Cézar de Paula Moreira (CPF 379.629.222-49) e Lauderice Celi Pagliarini (CPF 174.118.232-87), seja determinado à 19ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Pará que promova o desconto da dívida dos responsáveis em folha de pagamento, observando o percentual mínimo estabelecido no art. 46, da Lei 8.112, de 11/12/1990, com a modificação feita pela Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/2001;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à 19ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Pará.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3205-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3206/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.897/2018-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Ester de Mello Alves dos Santos (CPF 917.758.419-87), Evandro César Garcia (CPF 260.088.358-40), Fabiana Franzini (CPF 335.077.488-19), Fabiano Rodrigues Guimarães (CPF 303.744.958-66), Felipe Augusto Moreira dos Santos (CPF 275.495.228-47), Fernanda Maila Nogueira (CPF 368.316.138-88), Fernanda Simplício (CPF 364.406.378-86), Fernando Aparecido Rocha de Sousa (CPF 367.684.628-14), Fernando César Melchiori Simon (CPF 153.464.388-58) e Fernando Lucas da Silva Costa (CPF 322.696.778-97).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior - DR/SPI.

5. Relator: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3206-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3207/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.899/2018-6

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Fernando Meli de Carvalho (CPF 397.240.848-09), Flávio Araújo Mendonça (CPF 369.804.068-92), Franciele Alves do Nascimento (CPF 230.333.198-66), Francieli Rodrigues de Souza (CPF 371.929.958-94), Gisele Fernanda de Góes Rosa (CPF 366.842.278-81), Grazieli Fontana de Lima (CPF 311.382.528-83), Guilherme Motta dos Santos (CPF 340.116.578-08), Gustavo Galvão Ribeiro Rocha (CPF 358.745.738-79), Isabelle Alcântara Francisco (CPF 388.453.418-10) e Isis Aguiar dos Santos (CPF 310.161.408-27).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional em São Paulo/interior - DR/SPI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3207-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3208/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.902/2018-7

2. Grupo II - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Leonardo Sebastiao de Souza (CPF 307.831.708-07), Lívia Maria Tavares (CPF 319.646.758-98), Lucas Gouveia Vanoni (CPF 394.959.348-93), Luciana Bessa da Silva (CPF 228.307.958-65), Luciana Pereira Barros (CPF 126.349.908-20), Luciano Hirochi Nacano (CPF 169.734.908-08), Lucilene Aparecida Jellmayer (CPF 306.884.198-44), Luís Roberto Silva de Moraes (CPF 349.022.418-38), Luiz Ricardo Vargas de Souza (CPF 414.476.448-67) e Márcio Pinheiro de Godoy (CPF 250.570.318-30).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior - DR/SPI.

5. Relator: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão oriundos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Diretoria Regional em São Paulo/interior - DR/SPI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3208-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3209/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-014.577/2016-0.

1.1. Apenso: TC-021.814/2016-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto Curitiba de Turismo & Eventos (04.112.269/0001-10); e Sueli das Gracas Calabrese (672.540.129-53).

4. Entidade: Instituto Curitiba de Turismo & Eventos.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: Humberto Daniel Bostelmann, OAB/PR 67132.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Turismo contra a Sra. Sueli das Graças Calabrese, presidente do Instituto Curitiba de Turismo & Eventos (de 20/1/2009 a 29/11/2010), em face da impugnação total das despesas referentes ao Convênio 155/2010, que tinha por escopo a implementação do projeto intitulado "Semana Brasil Itália Curitiba".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. promover a extromissão do Instituto Curitiba de Turismo & Eventos da relação jurídico-processual instaurada por esta Tomada de Contas Especial;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Sueli Graças Calabrese, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **b**, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.3. aplicar à Sra. Sueli Graças Calabrese a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirá o correspondente acréscimo legal (atualização monetária), esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Paraná, em atenção à solicitação de informações constante do Ofício n. 5843/2016-PR/PR, de 13/7/2016 (TC-021.814/2016-3, apenso).

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3209-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3210/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.876/2015-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Macêdo Neto (160.292.243-87) e José Luiz de Barros (022.448.703-59).

4. Entidade: Município de Bocaina/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí - Secex/PI.

8. Representação legal: Marcos Patricio Nogueira Lima, OAB-PI 1.973, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, em desfavor dos Srs. Francisco de Macêdo Neto e José Luiz de Barros, ex-prefeitos de Bocaina/PI, em face da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por força do Convênio 020/2009, o qual teve por objeto a Recuperação da infraestrutura da Barragem de Bocaina, no referido município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara extraordinária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva as contas do Sr. José Luiz de Barros, dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco de Macêdo Neto, condenando-o ao pagamento de R$ 127.400,00 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 25/07/2011 até o dia do seu efetivo pagamento, abatendo-se na oportunidade a quantia de R$ 5.628,35 (cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), ressarcida em 18/01/2013, na forma da legislação em vigor:

9.3. aplicar ao Sr. Francisco de Macêdo Neto a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3210-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3211/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.701/2014-8.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Centro de Cultura Popular Viva Arte - CVIVARTE.
4. Entidade: Centro de Cultura Popular Viva Arte - CVIVARTE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/BA.
8. Representação legal: Thales Etelvan Cabral Oliveira (OAB/PE 28.497); Maria das Dores Vaz de Oliveira Fernandes (OAB/PE 11.770).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Centro de Cultura Popular Viva Arte - CVIVARTE ao Acórdão 9.761/2016 - 2ª Câmara, proferido em processo de Tomada de Contas Especial, por meio do qual as contas da referida entidade cultural e da Sra. Maria José Marcos de Lacerda Silva foram julgadas irregulares, com a condenação solidária ao pagamento do débito apurado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Centro de Cultura Popular Viva Arte - CVIVARTE ao Acórdão 9.761/2016 - 2ª Câmara, e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do decisum recorrido;
9.2. dar ciência ao embargante desta deliberação.
10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3211-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3212/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 026.748/2016-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Antonio Peixoto de Oliveira (119.656.142-72); Terpav Terraplenagem, Pavimentação e Comércio Ltda. (02.283.698/0001-25).
4. Entidade: Município de Itacoatiara - AM.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secex/RN.
8. Representação legal: Antônio Vidal de Lima, OAB/PR 25.250.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tendo como responsável o Sr. Antonio Peixoto de Oliveira, Prefeito do Município de Itacoatiara/AM de 2009 a 2012 e a partir de 2017, em decorrência da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos transferidos àquele ente municipal, no exercício de 2009, para custeio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir a empresa Terpav Terraplenagem, Pavimentação e Comércio Ltda. da relação processual destes autos;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Antonio Peixoto de Oliveira e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
70.268,55	5/5/2009
6.097,43	7/5/2009
16.642,12	8/6/2009
5.406,94	9/6/2009
9.315,84	2/7/2009
9.315,84	4/8/2009

9.3. aplicar ao Sr. Antonio Peixoto de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.
10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3212-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3213/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.654/2017-8.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Adair Benini (CPF 211.516.449-00); Clarice Bahú Rovea (CPF 347.271.919-20); Claudete Lurdes Tomazelli Almeida (CPF 221.148.749-15); Delsa Viecelli do Prado (CPF 384.232.439-15).
4. Entidade: Gerência Executiva do INSS em Chapecó -SC.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. José Augusto Pedroso Alvarenga (OAB/SC 17577-B) e outros, representando Delsa Viecelli do Prado e Clarice Bahú Rovea.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas em favor de Adair Benini, Clarice Bahú Rovea, Claudete Lurdes Tomazelli Almeida e Delsa Viecelli do Prado pela Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III, da Constituição de 1988 e nos arts. 1ª, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos iniciais de aposentadoria em favor de Adair Benini (à Peça 20, sob o nº de controle 10094946-04-2008-000047-5), Clarice Bahú Rovea (à Peça 21, sob o nº de controle 10094946-04-2008-000011-4) e Claudete Lurdes Tomazelli Almeida (à Peça 22, sob o nº de controle 10094946-04-2008-000065-3), para lhes negar os respectivos registros, deixando, contudo, de determinar a suspensão dos subsequentes proventos, em respeito à decisão judicial já transitada em julgado no âmbito da Ação Ordinária 2006.72.00.010155-0/JF-SC;
9.2. determinar que a Gerência Executiva do INSS em Chapecó -SC dê ciência desta deliberação aos interessados listados no item 9.1 deste Acórdão;
9.3. determinar que a Sefip adote as seguintes medidas:
9.3.1. promova o destaque do ato de aposentadoria em favor de Delsa Viecelli do Prado para que, em processo apartado, seja aprofundada a análise sobre a confusa situação da aludida beneficiária, devendo realizar, ainda, a oitiva dessa interessada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as conflitantes informações em relação aos tempos de serviço lançados como "tempo de serviço no órgão", "tempo de serviço em empresa privada, pública e sociedade de economia mista" e "tempo rural", no bojo dos atos consignados no Sisac sob o nº 10094946-04-2009-000018-4 e sob o nº 10094946-04-2008-000027-0, diante, especialmente, das seguintes inconsistências:

	Ato Sisac nº 10094946-04-2009-000018-4	Ato Sisac nº 10094946-04-2008-000027-0
Processo	TC 022.309/2014-4	TC 010.654/2017-8
Tempo de serviço no órgão	16a 03m 04d	15a 00m 03d
Tempo de serviço em empresa privada ou pública e sociedade de economia mista (certificado pelo INSS)	11a 02m 16d	04a 11m 19d
Tempo rural	Não consta	06a 03m 00d

9.3.2. informe à Sra. Delsa Viecelli do Prado que, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.443, de 1992, o TCU pode vir a promover a revisão do ato de aposentadoria apreciado pelo Acórdão 5.443/2014-2ª Câmara, em 7/10/2014, em face da confirmação dos indícios de ilegalidade detectados nestes autos, ficando autorizada, desde já a realização de inspeções e de diligências junto ao órgão de origem;
9.3.3. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, além da cópia das fichas Sisac acostadas à Peça 23 destes autos e à Peça 2 do TC 022.309/2014-4, à Sra. Delsa Viecelli do Prado, para subsidiar a sua manifestação no bojo do processo autuado em cumprimento do item 9.3.1 deste Acórdão; e
9.3.4. promova o arquivamento do presente feito.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3213-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3214/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.514/2007-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Ordinária - Exercício de 2006.
3. Responsáveis: Agnaldo Aparecido de Jesus (CPF 021.501.988-19), Evans Coelho de Carvalho (CPF 155.639.848-42), Guilherme Cyrino Carvalho (CPF 210.515.198-10), Maria Lucia Felicio Costa (CPF 033.439.778-29), Marli Zavala de Bogona Incau (CPF 184.012.398-26), Raimundo Pires Silva (CPF

022.766.778-64), Valquiria Maria Pessoa Rocha (CPF 028.672.008-65) e Wanderley de Oliveira Brito (CPF 008.419.168-61).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de São Paulo - Incra-SP.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas ordinária dos gestores da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de São Paulo - Incra-SP para o exercício de 2006;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento do presente processo, em face da definitiva apreciação do TC 025.476/2009-4 por meio do Acórdão 1.549/2011-TCU-2ª Câmara, com a alteração dada pelo Acórdão 5.692/2015-2ª Câmara;

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativa dos Srs. Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho, sem prejuízo, contudo, de deixar de deliberar, no presente momento, sobre a falha anunciada pelo item 9.10.1 deste Acórdão em relação ao Convênio Siafi-523255;

9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa da Sra. Valquíria Maria Pessoa Rocha, sem prejuízo, contudo, de deixar de deliberar, no presente momento, sobre a falha anunciada pelo item 9.10.1 deste Acórdão em relação ao Convênio Siafi-523255;

9.4. julgar irregulares as contas dos Srs. Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhes aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.7. julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Valquíria Maria Pessoa Rocha, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhe quitação;

9.8. julgar regulares as contas dos Srs. Wanderley de Oliveira Brito, Marli Zavala de Bogona Mattos, Agnaldo Aparecido de Jesus, Evans Coelho de Carvalho e Maria Lúcia Felício Costa, nos termos dos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443, de 1992, dando-lhes quitação plena;

9.9. determinar que a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de São Paulo adote as medidas cabíveis para promover o desconto em folha das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor dos Srs. Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho, no caso da eventual manutenção de vínculo atual como servidores federais regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em face do eventual não atendimento às notificações para o recolhimento das referidas dívidas; e

9.10. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.10.1. autue processo apartado de representação e, nele, se manifeste conclusivamente sobre a ocorrência, ou não, de dano ao erário no bojo do Convênio Siafi-523255, no prazo de 90 (noventa) dias, devendo propor a conversão da suscitada representação em processo de tomada de contas especial, no caso de indícios do aludido dano ao erário, já que, ao celebrar o referido convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF) para promover o fomento ao cooperativismo e ao associativismo nos projetos de assentamento para a reforma agrária no Estado de São Paulo (Peça nº 2, fls. 90/97), teria sido detectada a "*desproporção nos repasses parcelados dos recursos, considerando que, para o período de execução de abril de 2005 a dezembro de 2005 (período de nove meses), o INCRA/SP transferiu à FEPAF o total de R$ 840.000,00, e para o período de execução de janeiro de 2006 a setembro de 2006, também de nove meses, o INCRA/SP transferiu à convenente o total de R$ 1.856.400,00, equivalente a 121% a mais que nos nove meses de 2005, sem demonstração de que tenha havido aumento proporcional no serviço executado, em infringência aos princípios da economicidade e da transparência*"; e

9.10.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de São Paulo, para ciência e eventual adoção da providência suscitada pelo item 9.9 deste Acórdão, e aos Srs. Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho, para ciência.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3214-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3215/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.576/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luiz Alexandre Souza Falcão (CPF 883.936.314-91).

4. Entidade: Município de Iati - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor do Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão, ex-prefeito de Iati - PE (gestões: 2009-2012), diante da ausência de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais inerentes ao Contrato de Repasse 211.228-91/2006 e ao Contrato de Repasse 214.481-36/2006 celebrados entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o referido município sob os valores de R$ 195.000,00 e de R$ 146.250,00, respectivamente, para a pavimentação de ruas em paralelepípedos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo pagamento do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional;

Valor (em R$):	Data:
37.175,51	2/1/2008
28.666,00	9/11/2007

9.3. aplicar em desfavor do Sr. Luiz Alexandre Souza Falcão a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3215-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3216/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.601/2012-7

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Jorge Alberto Teles Prado, ex-Secretário de Estado da Administração de Sergipe (CPF 077.051.905-91), Pró-Alimentos Comercial Ltda. (CNPJ 00.837.064/0001-41), O Mercadão - Comércio e Prestação de Serviços Eireli (CNPJ 03.823.107/0001-28), Verdural Distribuidora de Verduras e Frutas Eireli (CNPJ 16.213.019/0001-56) e Wendson Antônio Tavares Mendes - ME (CNPJ 10.294.929/0001-24)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Unidade: Governo do Estado de Sergipe

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE)

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Márcio Macedo Conrado (OAB/SE 3806) e outros, representando Jorge Alberto Teles Prado

8.2. Wendell Tavares Mendes (OAB/SE 4623), representando Pró-Alimentos Comercial Ltda., O Mercadão Comércio e Prestação de Serviços Eireli, Verdural - Distribuidora de Verduras e Frutas Eireli e Wendson Antônio Tavares Mendes - ME

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 3696/2015 - 2ª Câmara, prolatado em tomada de contas especial instaurada em cumprimento à determinação constante do Acórdão 8885/2012 - 2ª Câmara, que julgou procedente representação acerca de irregularidades ocorridas na condução dos Pregões Eletrônicos 421/2007 e 545/2008, realizados pelo Governo do Estado de Sergipe, tendo como objeto a aquisição de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração de Jorge Alberto Teles Prado, Pró-Alimentos Comercial Ltda. - ME, O Mercadão - Comércio e Prestação de Serviços Eireli, Verdural Distribuidora de Verduras e Frutas Eireli e Wendson Antônio Tavares Mendes - ME e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, em complemento à informação contida no Ofício 0983/2015-TCU/SECEX-SE.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3216-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3217/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.693/2018-6

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Isabel Carla de Mello Moura Piacentini (CPF 264.100.102-06)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a juíza do trabalho titular (1º grau) do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Isabel Carla de Mello Moura Piacentini, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3217-14/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3218/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.365/2016-6.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Raimundo Nonato de Lima Braga (ex-prefeito, gestão 2009/2012, CPF 256.176.212-20); e Raimundo Faro Bittencourt (ex-prefeito, gestão 2013/2016, CPF 254.315.792-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Magalhães Barata/PA.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Raimundo Nonato de Lima Braga e Raimundo Faro Bittencourt, devido à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Magalhães Barata/PA por força do Convênio 658377/2009 (Siafi 654982), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE, exercícios de 2009 e de 2010) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE, exercício de 2010).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a", e § 3º; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, combinados com os arts. 169, inciso III; 209, § 7º; e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Raimundo Nonato de Lima Braga e de Raimundo Faro Bittencourt;

9.2. condenar Raimundo Nonato de Lima Braga ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos da legislação vigente:

Programa Dinheiro Direto na Escola - 2009				
Data	Valor (R$)		Data	Valor (R$)
19/12/2009	2.250,30		22/12/2009	6.999,40
21/12/2009	3.769,90		24/12/2009	1.942,60
21/12/2009	1.218,60		24/12/2009	917,70
22/12/2009	261,00		28/12/2009	5.041,00

Programa Dinheiro Direto na Escola - 2010	
Data	Valor (R$)
31/12/2009	8.773,40

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - 2010				
Data	Valor (R$)		Data	Valor (R$)
31/3/2010	59,80		30/7/2010	59,80
15/4/2010	941,91		31/8/2010	941,91
15/4/2010	74,75		31/8/2010	59,80
1º/5/2010	74,75		31/8/2010	74,75
3/5/2010	59,80		30/9/2010	941,91
3/5/2010	941,91		30/9/2010	74,75
29/5/2010	74,75		30/9/2010	59,80
31/5/2010	941,91		29/10/2010	59,80
31/5/2010	59,80		29/10/2010	941,91
1º/7/2010	74,75		29/10/2010	74,75
1º/7/2010	59,80		7/12/2010	59,84
1º/7/2010	941,91		7/12/2010	942,00
30/7/2010	74,75		7/12/2010	74,80
30/7/2010	941,91		-	-

9.3. condenar Raimundo Faro Bittencourt e Raimundo Nonato de Lima Braga, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, fixando-lhes o prazo de 15 dias para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos da legislação vigente:

Convênio 658377/2009	
Data	Valor (R$)
1º/4/2010	307.350,45
10/1/2012	153.675,23

9.4. aplicar multa no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) a Raimundo Nonato de Lima Braga, e no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) a Raimundo Faro Bittencourt, fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará para a adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3218-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3219/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.941/2014-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração - Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: Rafaelo Marques Galvão - ex-bolsista (CPF 016.915.197-23)
4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Cesar Teixeira da Cruz Filho (103762 OAB/RJ) e outros, representando Rafaelo Marques Galvão

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, nesta fase processual, tratam de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 903/2018 - 2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração interpostos por Rafaelo Marques Galvão e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3219-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3220/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-006.084/2016-8
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Francisco de Assis dos Santos Sousa (ex-prefeito, CPF 394.958.682-20)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Anapu/PA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Secex/PA
8. Advogados constituídos nos autos: Manuel Carlos Garcia Gonçalves (OAB/PA 6.492) e outros

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à inexecução parcial e omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio nº 769264/2012/Incra/UAA, firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Prefeitura Municipal de Anapu/PA para a construção e complementação de 79,57km de estradas vicinais de acesso a assentamentos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º; e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. julgar irregulares as contas do responsável Francisco de Assis dos Santos Sousa, condenando-o a pagar os valores especificados adiante, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra):

Valor Histórico (R$)	Data da Ocorrência
1.582.766,94	3/7/2012
1.582.766,94	20/9/2012
1.582.766,94	30/11/2012

9.2. aplicar ao responsável Francisco de Assis dos Santos Sousa multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e
9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3220-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3221/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.791/2016-2
1.1. Apenso: TC 032.789/2016-5
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Amara Cristina da Solidade Brandão (CPF 163.207.514-87), ex-prefeita, e Marroquim Engenharia Ltda. (CNPJ 04.263.057/0001-34)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes/AL
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/CE
8. Advogados constituídos nos autos: João Luís Lôbo Silva (5.032/OAB-AL) e outros, representando Amara Cristina da Solidade Brandão, e Lorena Ayres de Moura (12.315/OAB-AL) e outros, representando a Marroquim Engenharia Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada contra Amara Cristina da Solidade Brandão, ex-prefeita municipal de Joaquim Gomes/AL, em razão da não realização dos objetivos pactuados no Convênio 101/2003 (Siafi 490042), firmado com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa para a execução de sistema de esgotamento sanitário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III, incisos "a" e "b"; 24; 25; e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, inciso III; e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. excluir a responsabilidade da Marroquim Engenharia Ltda.;
9.2. julgar irregulares as contas de Amara Cristina da Solidade Brandão, condenando-a ao pagamento das quantias a seguir indicadas e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Funasa, acrescida da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Débito (D)/Crédito(C)	Data	Valor (R$)
D	7/7/2004	57.195,00
D	4/1/2005	161.800,00
D	4/5/2006	115.300,00
D	22/9/2006	115.300,00
C	19/6/2008	23.894,02

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.4. remeter cópia desta decisão à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3221-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3222/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.840/2011-6
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil
3. Interessados: Anderson Carlos de Queiroz (CPF 082.432.796 95), Antonia Camelo Melo (CPF 512.529.373-34), Barbara Boeira da Costa (CPF 725.465.141-72), Beatriz Peçanha da Motta (CPF 109.424.777-40), Bruno Boeira da Costa (CPF 725.465.651-68), David Emanuel Carlos (CPF 092.422.906-37), Debora Rodrigues Soares (CPF 004.315.681-97), Erondina Lopes da Silva (CPF 202.821.501-10), Flavia Ferreira Lima de Souza (CPF 052.183.732-49), Franciele Rodrigues Soares (CPF 004.315.771-88), João Vinicius Surubi (CPF 025.177.851-71), Josefa Carlos de Queiroz (CPF 053.114.986-25), Julia Leite Surubi (CPF 502.364.901-68), Julio Cesar Pedroso Benites (CPF 703.988.441-00), Luan Phelipe de Souza Meneses (CPF 513.491.912-72), Marilene Oliveira Amorim (CPF 600.577.501-49), Maysa Josefa Carlos (CPF 092.422.896-20), Ricardo Luiz Peçanha da Motta (CPF 109.426.747-31), Samara Pires de Azeredo (CPF 054.976.147-01), Sharon Anne Nogueira Barros (CPF 005.798.291-03), Sherer Nogueira Barros (CPF 021.960.701-06), Shervie Tomas Nogueira Barros (CPF 004.723.751-13), Soraya Pires de Azeredo (CPF 054.976.097-08) e Wesley Railan Camelo Soares (CPF 649.133.923-87)
4. Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogados constituídos nos autos: Claudio José de Carvalho Lopes Pinheiro (OAB/RJ 73.649), Adílio Henrique da Costa (OAB/DF 26.651) e Orivaldo de Mello (OAB/RJ 38.770)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, arts. 260, § 5º, e 262, § 2°, do Regimento Interno, e Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, dos atos de concessões de pensões civis a Antonia Camelo Melo, Debora Rodrigues Soares, Franciele Rodrigues Soares, Samara Pires de Azeredo, Soraya Pires de Azeredo e Wesley Railan Camelo Soares, em decorrência da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pela maioridade ou falecimento dos beneficiários;
9.2. considerar legais as concessões de pensões civis a Anderson Carlos de Queiroz, David Emanuel Carlos, João Vinicius Surubi, Josefa Carlos de Queiroz, Julia Leite Surubi, Marilene Oliveira Amorim, Maysa Josefa Carlos, Sharon Anne Nogueira Barros, Sherer Nogueira Barros e Shervie Tomas Nogueira Barros, ordenando o registro;
9.3. considerar ilegais as concessões de pensões civis a Barbara Boeira da Costa, Beatriz Peçanha da Motta, Bruno Boeira da Costa, Erondina Lopes da Silva, Flavia Ferreira Lima de Souza, Julio Cesar Pedroso Benites, Luan Phelipe de Souza Meneses, Ricardo Luiz Peçanha da Motta, recusando o registro;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários a que se refere o item 9.3, excetuados os valores de que trata o item 9.5.1;
9.5. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:
9.5.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos pensionistas Erondina Lopes da Silva, Flavia Ferreira Lima de Souza, Julio Cesar Pedroso Benites e Luan Phelipe de Souza Meneses, após 25/2/2014, a título de vantagem pessoal do art. 9º da Lei 8.460/1992, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;
9.5.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários referidos no item 9.3, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.5.3. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.5.4. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os pensionistas referidos no item 9.3 tiveram conhecimento do acórdão;
9.5.5. envie à apreciação desta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, os atos de alteração das pensões civis instituídas por Cirilo Barros (beneficiários Marilene Oliveira Amorim, Sharon Anne Nogueira Barros, Sherer Nogueira Barros e Shervie Tomas Nogueira Barros) e Roldão Severino Carlos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(pensionistas Anderson Carlos de Queiroz, David Emanuel Carlos, Josefa Carlos de Queiroz e Maysa Josefa Carlos), que eram aposentados por invalidez e faleceram no ano de 2005, antes da promulgação da Emenda Constitucional 70/2012;

9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que as concessões consideradas ilegais, de que trata o item 9.5.1, poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres da irregularidade apontada;

9.7. determinar à Sefip que:

9.7.1. que providencie a correção de erros de digitação dos nomes de duas pensionistas, de modo que onde se lê "Atonia Camelo Melo" e "Soraya Pires de Azerdo" leia-se "Antonia Camelo Melo" e "Soraya Pires de Azeredo", conforme sistema CPF;

9.7.2. adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, bem como da remessa de atos de alteração de instituidores aposentados por invalidez, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3222-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3223/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.669/2014-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: José Lavoisier Gomes Dantas (CPF: 674.162.094-04), ex-prefeito
4. Unidade: Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295) e Rildian da Silva Pires Filho (OAB/PB 24.598)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, agora em fase de análise de embargos de declaração, opostos por José Lavoisier Gomes Dantas, ex-prefeito de São João do Rio do Peixe/PB, contra o Acórdão 1.524/2018 - 2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares e o condenou em débito e multa em razão da não comprovação da execução do Convênio 642/2008, celebrado com o Ministério do Turismo para patrocinar a realização de festejos juninos naquela localidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos por José Lavoisier Gomes Dantas por não terem sido apontadas omissões, contradições ou obscuridades na decisão atacada;

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3223-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3224/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.931/2014-7.
1.1. Apenso: TC 029.941/2017-2
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Ana Isabel Mesquita de Oliveira (ex-secretária nacional de políticas de turismo, CPF 962.989.608-72); Cristina Lopes da Silva - ME (CNPJ 03.350.181/0001-74); Jucelino Lima de Farias (ex-prefeito, CPF 025.554.094-91); e Luíza Produções e Promoções Ltda. - ME (CNPJ 09.617.999/0001-97).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Igaracy/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Joaquim Ribeiro Júnior (28.712 OAB/PE), Wellington Alves Valente (9.617-b OAB/PA) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em decorrência de irregularidades na execução do Convênio 1794/2009, celebrado com a Prefeitura Municipal de Igaracy/PB para a realização do projeto "Igaracy Fest".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b" e § 3º; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, combinados com os arts. 209, inciso III e § 7º; e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir as empresas Cristina Lopes da Silva - ME e Luiza Produções e Promoções Ltda - ME da relação processual;

9.2. acatar as razões de justificativa de Ana Isabel Mesquita de Oliveira, para excluí-la da relação processual;

9.3. julgar irregulares as contas de Jucelino Lima de Farias e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir da data de ocorrência até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data	Crédito/Débito
100.000,00	2/12/2011	Débito
570,09	3/5/2012	Crédito

9.4. aplicar a Jucelino Lima de Farias multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 2/5/2018 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3224-14/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 16 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 2 de maio de 2018.

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária, de 09/05/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.866/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal
Responsáveis: Antonio Carlos de Sousa; Bradisel Com. e Serv. de Autopeças Ltda.; Cleber dos Santos Lacerda; Edvaldo Joaquim da Silva; Enoque Severino da Paz; Fernando de Oliveira Paredes; Helenívio Seixas Dourado; Helio Gondim dos Santos; Juraci Pereira da Silva; Manoel Sampaio; Mineirao Auto Pecas e Servicos Ltda; Nara Veiculos Ltda; Nildo João Fiorenza; Nilton Gomes da Rocha; Premier Veículos Ltda; Reinaldo José Siqueira
Representação legal: Jailson Ferreira Braz (OAB-RJ 214.454) e outros, representando Nildo João Fiorenza e Reinaldo José Siqueira; Saulo Vitor da Silva Munhoz (OAB-DF 51.033) e outros, representando Nara Veiculos Ltda; Geraldino Santos Nunes Júnior (OAB-DF 9897), representando Juraci Pereira da Silva, Reinaldo José Siqueira e Nildo João Fiorenza; Marco Antonio Gil Rosa de Andrade (OAB-DF 10.953), representando Mineirao Auto Pecas e Servicos Ltda; Ataualpa Sousa das Chagas (OAB-DF 14484/), representando Antonio José de Oliveira Cerqueira e Fernando de Oliveira Paredes; Ana Cristina da Silva Souza (OAB-DF 18979), representando Bradisel Com. e Serv. de Autopeças Ltda.; Cristiano Lourenço do Nascimento, representando Cleber dos Santos Lacerda

011.497/2016-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há

021.526/2017-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Representação legal: Ana Beatriz Rodrigues Castro e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

Ministro AROLDO CEDRAZ

007.095/2010-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Consórcio Fidens/pavotec/servix; Consórcio Terrayama-alicerce; Hugo Sternick; Jose Carlos Maia Ribeiro; Marília Fernandes Zaza Von Dollinger; Murilo de Melo Sampaio; Sebastião Donizete de Souza; Vilasa Construtora Ltda.; Álvaro Campos de Carvalho
Interessados: Congresso Nacional
Representação legal: Marília Fernandes Zaza Von Dollinger, representando Álvaro Campos de Carvalho; Jefferson Lourenço dos Santos e outros, representando Vilasa Construtora Ltda.; Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB-DF 41.605) e outros, representando Consórcio Fidens/Pavotec/Servix; Izabela Gontijo de Queiroz Torres Paulino (OAB-MG 82.961) e outros, representando Consórcio Terrayama-Alicerce

033.169/2014-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Izabelle Marques Ferreira Polido (OAB-SP 55.212) e outros, representando Instituto de Cidadania Raizes; Victor Henriques Martins Ferreira (OAB-SP 286799), representando Roberto Cardoso Damasceno, Bravos Transportes e Locação Ltda. - ME e Virtude Locadora de Veiculos Ltda. - ME; Lucas Pimenta Bertagnolli (OAB-SP 313334), representando Barros e Pucharelli Ltda.-ME e L. R. Ferreira Barros Locações - ME; Francisco Ferreira Morbeck (OAB-DF 46994), representando Marcelo Aguiar dos Santos Sá

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.211/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Fields Comunicação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Sarah Guimarães de Carvalho (OAB-DF 40.905) e outros

011.625/2018-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

011.802/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Nopragas Controle Ambiental Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA)
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

036.939/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Juru/PB
Responsáveis: Antônio Alves da Silva (Espólio), Antônio Loudal Florentino Teixeira, Marcos Tadeu Silva, Maria Maíza Alves, Maria de Fátima Alves, Moisés de Sousa Mendes e Robério Saraiva Grangeiro
Advogada constituída nos autos: Paula Loudal de Almeida Teixeira (OAB/PB 15679)

Ministra ANA ARRAES

012.495/2016-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

013.113/2017-8
Natureza: Representação
Recorrente: Prosegur Brasil S/A;Transportadora de Valores e Segurança
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Antônio Perillo Teixeira (OAB/DF 21.359) e outros, representando Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Segurança; e Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando Caixa Econômica Federal

Ministro BRUNO DANTAS

001.805/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Adriano Luís Hoff; Izabel Cristina Scherer; Luiz Celso Huhner da Silva; Patrícia Lara Hoff de Rosa
Representação legal: Vanise Juliana Brait (OAB/SP 317.618), representando Izabel Cristina Sherer

007.622/2009-6
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Pedro Peres da Silva (OAB/PR 15.613) e outros, representando David José de Castro Gouvêa; Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros, representando Construtora Sanches Tripoloni Ltda

014.858/2017-7
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)
Responsáveis: Alberto Beltrame; Anabete Gomes; Bruno Gonzaga Barbosa; Cesar Romero Vianna Junior; Claudio Roberto Vianna; Drager Industria e Comercio Ltda.; Ermano Marchetti Moraes; Francisco Matheus Guimarães; Geraldo da Rocha Motta Filho; Helomed 1993 Materiais, Equipamentos e Servicos Hospitalares Ltda - Me; Indumed Comercio Importacao e Exportacao de Produtos Medicos Ltda; Jobmed Servicos Tecnicos Ltda; Jose Carvalho de Noronha; Jose Jorge Ataualpa de Lima; Jose Luiz de Alcantara Ramalho Neto; João Antonio Matheus Guimarães; Julio Cezar Alvarez; Luiz Fernandes da Silva; Maquet do Brasil Equipamentos Médicos Ltda.; Miguel Iskin; Márcio Acúrcio Pereira Benigno; Naasson Trindade Cavanellas; Norman Pierre Gunther; Oscar Iskin & Cia Ltda; Per Prima Comércio e Representação Ltda; Ricardo Antonio Campanelli; Ricardo Castilho; Rizzi Comércio e Representações Ltda.; Rizzi Comércio, Importação, Exportação e Representação Ltda. - Epp; Roberto Nudelmann Gomes; Rogerio dos Reis Visconti; Sergio Luiz Cortes da Silveira; Stryker do Brasil Ltda.; Tito Henrique de Noronha Rocha; Veronica Amorim e Silva; Veronica Fernandes Vianna
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

006.911/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Calevi Mineradora e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Representação legal: não há

013.141/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapiúna/CE
Responsável: Felisberto Clementino Ferreira
Representação legal: não há

028.121/2017-1
Natureza: Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação do Estado do Pará; Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA; Prefeitura Municipal de Belém/PA; Prefeitura Municipal de Benevides/PA; Prefeitura Municipal de Castanhal/PA; Prefeitura Municipal de Marituba/PA; Prefeitura Municipal de Paragominas/PA; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará/PA
Responsáveis: Ana Claudia Serruya Hage, Secretária de Estado da Educação do Pará; Adriano Sales dos Santos Silva, Secretário de Educação do Município de Castanhal; Marcelo Roberto Garcia Mazzoli, Secretário de Educação do Município de Belém; Claudia do Socorro Silva de Melo, Secretária de Educação do Município de Ananindeua; Manoel Joaes da Silva, Secretário de Educação do Município de Paragominas; Leila Carvalho Freire, Secretária de Educação do Município de Benevides; Katia Regina de Oliveira Costa, Secretária de Educação do Município de Santa Bárbara do Pará; Dayse Menezes de Souza Lopes, Secretária de Educação do Município de Marituba
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

020.080/2016-6
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Companhia Pernambucana de Saneamento; Ministério das Cidades
Responsáveis: Antônio Henrique de Carvalho Pires e Roberto Cavalcanti Tavares
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

023.922/2015-0
Pedido de reexame interposto contra decisão prolatada no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) destinada a avaliar a regularidade da aplicação dos recursos provenientes da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) que, entre as medidas adotadas, expediu determinações ao recorrente.
Recorrente: Comitê Olímpico Brasileiro
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgãos /Entidade s /Unidade s : Comitê Olímpico Brasileiro; Comitê Paraolímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Atletismo; Confederação Brasileira de Clubes; Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais; Confederação Brasileira de Hipismo; Confederação Brasileira de Judô; Confederação Brasileira de Rugby; Confederação Brasileira de Voleibol
Representação legal: Ana Maria Ferreira Negreiro (OAB/RJ 93.124) e outros, representando Comitê Olímpico Brasileiro; Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira (OAB/SP 287.546) e outros, representando Confederação Brasileira de Clubes; Luciano Henrique Alvim Battistoti Hostins (OAB/SC 10.405), representando Confederação Brasileira de Judô; Luiz Fernando de Moraes (OAB/DF 27.437) e outros, representando Comitê Paraolímpico Brasileiro.
Interessado em sustentação oral:
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (OAB/DF 39 . 918), em nome do Comitê Olímpico do Brasil

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

021.899/2014-2
Auditoria realizada para verificar a regularidade das operações atinentes ao Fundo Soberano do Brasil (FSB).
Recorrentes: Shigeru Tsuchiya, Joaby Gomes Ferreira, e Cláudio Roberto Rebelo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Enfermagem
Representação legal: não há
Interessado em sustentação oral
- Shigeru Tsuchiya, em nome próprio
- Cláudio Roberto Rebelo de Souza, em nome próprio
- Joaby Gomes Ferreira, em nome próprio

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

022.125/2013-2
Auditoria realizada para verificar a regularidade das operações atinentes ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, cujas finalidades são "promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior".
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Soberano do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
Responsável: Nelson Machado
Representação legal: Annalina Cavicchiolo Trigo (OAB/RS 24.152), Rafaelo Abritta (OAB/DF 15.200)
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (13/2017)

Ministra ANA ARRAES

024.950/2014-9
Pedido de reexame interposto contra determinações relacionadas aos procedimentos para elaboração, análise e aprovação de anteprojetos utilizados em licitações sob o regime de contratação integrada.
Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (17/2017)
2º Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (50/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

017.107/2017-2
Auditoria realizada com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições públicas.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

017.263/2017-4
Auditoria realizada com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições públicas.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

019.608/2012-8
Tomada de contas especial instaurada em face de indícios de sobrepreço e de superfaturamento verificados na contração de serviços de locação de bens móveis, destinados a equipar as vilas olímpicas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, no âmbito dos V Jogos Mundiais Militares, também denominado Rio 2011.
Responsáveis: Fernando Luiz Menna Barreto; Francisco Pinheiro Rodrigues Silva Netto; Jamil Megid Júnior; Jose Augusto Moraes Llopis; Mundimix Comercio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa
Representação legal: André Jansen do Nascimento (OAB/DF 51.119); Anete Kampela Diskin (OAB/RJ 157.208); Cristiane da Fonseca Coelho (OAB/RJ 93764); Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606/DF); Carla Mayrink Santos Soares (OAB/DF 27789); Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Waldemar Fiszman (OAB/RJ 16303); Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760)

019.616/2017-1
Auditoria realizada com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições públicas.
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal : não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

002.654/2014-8
Recurso de revisão interposto contra acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares, condenou-lhe ao pagamento do débito e de multa, em razão da omissão no dever de prestar contas de parte dos recursos recebido por meio de convênio, cujo objeto consistia na execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Recorrente: Liorne Branco de Almeida Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Maranhão/MA
Representação legal: Daniel Lima Cardoso (OAB/MA 13.334) e Lara Beatriz Viveiros Ramos (OAB/MA 8.514), representando Liorne Branco de Almeida Júnior

019.088/2015-9
Monitoramento de acórdão lavrado no âmbito de fiscalização de orientação centralizada de natureza operacional com vistas ao acompanhamento de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.
Responsáveis: Antônio Henrique de Carvalho Pires e Márcio Endles Lima Vale
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Fundação Nacional de Saúde; Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades
Representação legal: não há

026.349/2015-9
Representação com vistas à análise técnica de Edital de Credenciamento de instituições bancárias, visando à prestação dos serviços de pagamento da folha salarial e outras indenizações a servidores civis, ativos, aposentados, pensionistas e estagiários do Poder Executivo Federal (Administração Direta, autárquica e fundacional) e anistiados políticos.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Jurema Minquini Perroti e outros, representando Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

031.684/2015-7
Tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Análise de citação e oitivas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsáveis: Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; Estrutural Montagem e Empreendimentos Ltda.; DMDL Montagem de Stands Ltda.; Set Locações Ltda.; CBM - Empresa Brasileira de Montagens Ltda.; Luciana Gatto Fonseca; José Ricardo Santana; Rogério Bellini dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Representação legal: Jose Alfredo Lion (OAB/RJ 74.074), representando Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior (OAB/SP 146.428) e Carla Maluf Elias (OAB/SP 110.819), representando Estrutural Montagens e Empreendimentos Ltda.; Fransrui Antônio Salvetti (OAB/SP 45.801), representando Set Locações Ltda.; Eduardo Lowenhaupt da Cunha (OAB/DF 6.856), representando Luciana Gatto Fonseca; Gustavo Scagliarini Jardim (OAB/DF 14.799) e Vilma Braz da Cruz (OAB/DF 31.780), representando José Ricardo Santana; Daniella Vitelbo Aparicio Pazini Riper (OAB/SP 174.987), representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

Ministro AUGUSTO NARDES

009.031/2012-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades identificadas em auditoria que tinha por escopo avaliar a regularidade de pregões presenciais e contratos, por meio dos quais o órgão adquiriu lanchas-patrulha que se destinavam à fiscalização da pesca ilegal.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura
Responsáveis: Alberto Fioravante Sondermann Frega; Altemir Gregolin; Antonio Chrisostomo de Sousa; Antonio de Jesus da Rocha Freitas Junior; Cleberson Carneiro Zavaski; Dirceu Silva Lopes; Intech Boating Comércio de Embarcações; José Claudenor Vermohlen; Karim Bacha; Leandro Balestrin; Manoel Viana de Sousa; Wilson Jose da Silva; Wilson José Rodrigues Abreu
Interessado: Advocacia-Geral da União
Representação legal: Anna Dias Rodrigues e outros, representando Advocacia-geral da União; Stephanie Passos Guimarães (OAB/SP 330.869) e outros, representando Altemir Gregolin; Márcia Maria Araujo Caires (OAB/DF 19760), representando Karim Bacha; Aline Pacheco (OAB/SC 24076) e outros, representando Intech Boating Comércio de Embarcações

012.450/2018-9
Referendo de cautelar em processo de representação sobre possíveis irregularidades relacionadas à contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa para o fornecimento de testes diagnósticos de HIV.
Representante: Procuradoria da República no Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade : Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.112/2006-5
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou embargos de declaração opostos pelo mesmo recorrente em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Revisão interposto em face de deliberação que, em sede de Tomada de Contas Especial, julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento de débito e multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmeirândia/MA
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Alcantara Projetos e Construções Ltda.; Cíntia Campos Mendes; Danilo Jorge Trinta Abreu; Eudes Lima Garcia; Maria Luiza de Jesus; Nilson Santos Garcia; Vagma Serra Birino
Representação legal: Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641) e outros, representando Eudes Lima Garcia

005.214/2018-1
Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em contrato que tem por objeto as obras do Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano.
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessado: Construtora Queiroz Galvão S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano (OAB/DF 27.154), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/RJ 169.443), Davi Madalon Fraga (OAB/RJ 181.098)

008.654/2018-2
Processo de desestatização para acompanhamento do primeiro estágio leilão para a concessão da prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, referente à construção, operação e manutenção de empreendimentos que comporão a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), disposto em 24 lotes, com obras nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.
Órgãos/ Entidade s /Unidade s : Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia
Representação legal: não há

023.999/2015-2
Representação versando sobre a redução do capital social da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), mediante absorção de prejuízos acumulados, na ausência expressa de decreto presidencial autorizando a operação.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gestora de Ativos
Representação legal: Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB/DF 43.391), representando Antonio Luiz Bronzeado, Josemir Mangueira Assis, Euclides Renato Deponti, Eugen Smarandescu Filho e Eduardo Pereira; Vinicius Camargo Araujo, representando Secretaria do Tesouro Nacional; Daniel Pereira de Franco (OAB/RJ 114463) e outros, representando Empresa Gestora de Ativos

028.100/2017-4
Solicitação do Congresso Nacional requerendo informações sobre as medidas adotadas para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25, que trata da perda de receita por parte dos governos estaduais e municipais em decorrência da não incidência do ICMS aplicável às exportações de bens primários e semielaborados.

Órgão/Entidade/Unidade: Congresso Nacional.
Representação legal: não há

031.633/2013-7
Representação a respeito de possíveis irregularidades em licitações conduzidas por unidades vinculadas à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai/MS).
Interessado: Identidade Preservada
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsáveis: Antonio Carlos Rosa de Oliveira Junior; Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Representação legal: não há

031.800/2016-5
Auditoria com objetivo de avaliar os controles e a conformidade dos procedimentos realizados no âmbito do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil e Ministério da Fazenda
Responsável: Jorge Antonio Deher Rachid
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.994/2003-8
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que deu provimento a recurso de revisão interposto contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares, aplicando-lhes penalidades, em processo de tomada de contas simplificada referente ao exercício de 2002.
Embargantes: José Ferreira Sales; Francisco Canindé Fernandes de Macedo; Júlio Cezar Ferreira; Ermindo Pinatto e André Pinatto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas (SR/DPF/AM)
Representantes legais: Alcides Ferreira Costa (OAB/AM 4450), Natan Monteiro da Silva (OAB/AM 4142)

008.876/2018-5
Agravos interpostos contra despacho que negou o ingresso da representante nos autos e suspendeu, cautelarmente, pregão eletrônico, que tem por objeto a aquisição de solução de software para processamento distribuído de grande volume de dados, baseado no framework Apache Hadoop, com serviços de instalação e configuração e serviços técnicos especializados.
Agravantes: Compwire Informática S/A e Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Johann Adrianus Camargo Boudens (OAB/DF 14.410E), Mariana Kaawa Yammine de Almeida Barros (OAB/DF 37.488)

010.441/2018-2
Agravo contra medida cautelar que determinou a suspensão do repasse de valores de operação de crédito.
Agravante: Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal : Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261)

014.971/2014-3
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades em aplicação de recursos de convênio que tinha por objeto o apoio financeiro para a realização do evento "Festas Juninas do Município de Congo/PB".
Responsáveis: José Alves da Silva e Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Congo/PB
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295) e outros

Ministra ANA ARRAES

000.278/2018-1
Consulta formulada por empresa sobre a interpretação de dispositivos da Lei 12.232/2010 relacionados à supervisão da execução de contratos de publicidade e à elaboração de relatórios de checagem de veiculação.
Consulente: Connectmix Company Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República
Representação legal: não há

007.404/2015-8
Tomada de contas especial instaurada por determinação de acórdão em face de irregularidades em contratos de manutenção e restauração rodoviárias.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/Superintendência Regional no Estado do Ceará
Responsáveis: Delta Construções S.A., Deusimar Bezerra Lima, Joaquim Guedes Martins Neto e José Wanks Meireles Sales
Representação legal: Luciana Lauria Lopes (OAB/RJ 104.644) e outros representando a Delta Construções S.A.; Eduardo Pragmacio de Lavor Telles (OAB/CE 2.331) e outros representando Joaquim Guedes Martins Neto; Clauver Renne Luciano Barreto (OAB/CE 16.641) e outros representando Deusimar Bezerra Lima; Silvianna Barroso Rodrigues de Moraes (OAB/CE 20.264) representando José Wanks Meireles Sales

008.626/2016-2
Pedido de reexame interposto contra acórdão que, ao apreciar processo de representação, aplicou multa ao recorrente em decorrência de irregularidades no projeto básico da licitação para contratar obras do sistema de esgotamento sanitário.
Recorrente: Raimundo Nonato Santos Neto
Órgão s /Entidade s /Unidade s : município de Floriano/PI e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Representação legal: Vitor Tabatinga do Rêgo Lopes (OAB/PI 6.989)

010.448/2017-9
Pedido de reexame contra acórdão que determinou providências para a anulação de concorrência e todos os atos dela decorrentes.
Recorrentes: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas e Comdasp Consultoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria/Departamento Regional do Amazonas
Representação legal: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152), Mauro Porto (OAB/DF 12.878) e outros representando o Sesi/AM; Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB/AM 2.024) e outras representando a Comdasp; e outros

Ministro BRUNO DANTAS

005.071/2014-3
Representação com finalidade de avaliar supostas irregularidades detectadas na contratação de empresa para execução das obras de reformas nas dependências do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (HUMAP). Operação Sangue Frio.
Representante : Controladoria Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Battiston & Barbosa Ltda - ME; Daniela Azevedo Duarte; José Carlos Dorsa Vieira Pontes; Solution.com Comércio e Serviços Ltda - ME; Élio Rodrigues Frias
Representação legal: não há

007.132/2011-5
Embargos de declaração opostos em face de deliberação que negou provimento a pedidos de reexame interpostos pelos embargantes e manteve inalterado o Acórdão que lhes aplicou multa.
Recorrentes: Marilene Campelo Nogueira e Clesio Wagner da Rocha Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aracoiaba/CE
Representação legal: Thiago Campelo Nogueira (OAB/CE 19.029), representando Marilene Campelo Nogueira; Kleberson Loureiro Paz Firmino (OAB/CE 34.620), representando Clesio Wagner da Rocha Marinho

007.452/2017-9
Auditoria com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do Corredor de Ônibus - Radial Leste - Trecho 2, localizado no município de São Paulo/SP.
Órgãos/Entidade s /Unidade s : Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades
Responsáveis: CR Almeida S.A. - Engenharia de Obras; Consbem Construções e Comércio Ltda.; Jorge Alberto Cecin; Osvaldo Spuri; Pedro Pereira Evangelista; Ricardo Pereira da Silva; Roberto Nami Garibe Filho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representação legal: Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo (OAB/SP 123.916) e outros, representando Consbem Construções e Comercio Ltda.; e Aldair Trova de Oliveira (OAB/PR 34.294), representando CR Almeida S.A. - Engenharia de Obras

011.936/2017-7
Representação em razão do suposto descumprimento pelo Governo Federal do percentual mínimo definido constitucionalmente para aplicação em ações e serviços públicos de saúde pela União no exercício financeiro de 2016.
Representante : Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

012.744/2017-4
Solicitação do Congresso Nacional requerendo auditoria na Agência Nacional de Aviação Civil e na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

018.242/2016-2
Embargos de declaração opostos contra acórdão que aplicou à recorrente a sanção de declaração de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal.
Embarga nte: Construtora Vital Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

010.314/2016-4
Acompanhamento da gestão do Comitê Olímpico do Brasil (COB), referente ao exercício de 2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Olímpico do Brasil (COB)
Responsáveis: Andre Gustavo Richer; Carlos Arthur Nuzman
Representação legal: Heloisa Mafalda de Melo Monteiro (OAB/DF 44.152) e outros

026.099/2013-6
Pedido de reexame interposto contra deliberação que aplicou multa ao recorrente, em razão de irregularidade na execução de convênio que tinha por objeto a implementação da Política do Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.
Recorrente: Willian César Sampaio
Representação legal: César Henrique de Almeida Sampaio (OAB/MT 20.712)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

032.888/2016-3
Auditoria de conformidade sobre os procedimentos de concessão do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e de equalização da taxa de juros (Proex Equalização) nos financiamentos do BNDES à exportação de serviços de engenharia a entes públicos estrangeiros.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A; Banco do Brasil S/A; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República; Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações da Camex; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e Secretaria do Tesouro Nacional
Responsáveis: não consta
Representação Legal: Ana Carolina Nunes Queiroz (OAB/RJ 148975); Anna Clements Mannarino (OAB/RJ 151.591); André Carvalho Teixeira (OAB/DF 18.135); Barbara Alencar de Moura Cunha (OAB/RJ 139.554); Bernardo Faustino Clarkson (OAB/DF 16045/E); Cristina Chagas Caldeira (OAB/RJ 183.781); Cristina Telles de Araujo Silva (OAB/RJ 166.362); Danilo Messere Romancini (OAB/DF 25.054); Filipe Machado Guedes (OAB/RJ 150.032); Geide daiana Conceição Marques (OAB/DF 51910); Gustavo Dias de Araujo (OAB/RJ 133.849); Gabriela Mattos Gonçalves (OAB/RJ 129.385); Isamara Seabra (OAB/DF 27.685); Joao Guilherme Coelho Duprat Avellar (OAB/RJ 94.387); Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070); Leandro de Matos Coutinho (OAB/RJ 103.189); Marcus Vinicius Noronha da Silva (OAB/RJ 95.440); Marcelo de Siqueira Freitas (OAB/RJ 210.208); Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB/RJ 155.278); Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB/RJ 133.596); Rodrigo Luiz Coutinho (OAB/RJ 124.801); Thais Freire Sardella (OAB/RJ 136.356); Tulio Romano Dos Santos (OAB/RJ 86.995); Viviane Costa Moreira de Souza (OAB/RJ 150.663); Álvaro Oliveira de Freitas (OAB/RJ 75912) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.267/2014-7
Revisão de ofício de acórdão que julgou as contas dos responsáveis irregulares e aplicou-lhes multa em razão da não execução total do objeto de contrato de repasse, que tinha por escopo "a construção do sistema de esgotamento sanitário da Vila da Sotave, Prazeres", em Jaboatão dos Guararapes.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável : Newton D'emery Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jaboatão dos Guararapes/PE
Representação legal : Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786) e Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082)

020.766/2016-5
Auditoria de Conformidade realizada em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM, com o fito de verificar a regularidade da execução de despesas com recursos destinados a saneamento básico.
Natureza: Auditoria
Interessados: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Responsáveis: Ana Paula Machado Andrade de Aguiar; Antonio Ademir Stroski; Antonio Luiz Menezes de Andrade; José Adailton Alves; João Rodrigo Leitão dos Reis; Kamila Botelho do Amaral; Neila Maria Cavalcante da Silva; Nádia Cristina Dávila Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional e Estado do Amazonas
Representação legal: Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB/AM 12024), Caroline de Arruda Saldanha (OAB/AM A-994) e Juliana Maria Duarte Marques (OAB/AM 9259)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.485/2017-1
Tomada de Contas Especial instaurada em virtude de prejuízo causado por ex-servidor, referente à concessão irregular de benefícios assistenciais (LOAS) em agência da Previdência Social do bairro de Santa Cruz/RJ.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsável: Luiz Henrique Nunes da Silva
Representação legal: não há

012.700/2017-7
Auditoria de conformidade na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), documento este que representa um instrumento de identificação e qualificação de agricultores familiares e suas formas associativas para fins de acessos a programas e políticas públicas.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Representação legal: não há

017.413/2017-6
Auditoria com o objetivo precípuo de verificar a conformidade da nova metodologia denominada Ancine+Simples para avaliação de prestação de contas pela Ancine.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Ministério da Cultura e Agência Nacional do Cinema
Responsáveis: O2 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.; Andrete Cesar Santos da Silva; Christian de Castro Oliveira; Débora Regina Ivanov Gomes; João Marcio Silva de Pinho; Luís Mauricio Lopes Bortoloti; Manoel Rangel Neto; Marcial Renato de Campos; Roberto Gonçalves de Lima; Rosana dos Santos Alcântara e Thainá Domingos Albernaz
Representação legal: não há

017.519/2017-9
Acompanhamento da concessão, da manutenção e do pagamento de benefícios previdenciários, utilizando-se da metodologia da Fiscalização Contínua, para o período de março de 2017 a fevereiro de 2018.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal : não há

020.403/2016-0
Acompanhamento versando sobre notícias veiculadas na imprensa sobre a possível contaminação por urânio em águas de consumo humano no município de Lagoa Real, no interior da Bahia, a qual supostamente decorreria da atuação da estatal Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), na região de Caetité, município vizinho, realizando mineração e beneficiamento de urânio.
Órgãos/ Entidades /Unidades : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
Representação legal: Pedro Figueiredo Sodré e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

028.491/2013-0
Representação referente a supostas irregularidades ocorridas em concorrência pública, a qual visava à contratação de serviços para a execução das obras da Via Expressa Portuária, no município de Itajaí/SC.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Município de Itajaí/SC; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Gervasio Rateke; Huri Alexandre Raimundo; Jandir Bellini; João José dos Santos; Volnei José Morastoni; Wagner Fernando Fabre
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Representação legal: Valdemiro Bellini Neto (OAB/SC 27349), representando Jandir Bellini

Em 7 de maio de 2018
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 68, DE 4 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 65, IX, "b", e 89 do Regulamento da Secretaria e o que consta do Processo 796/2017, resolve:

Art. 1º Ficam transformados dois cargos vagos de Técnico Judiciário, área Administrativa, especialidade Telecomunicações e Eletricidade, em dois cargos de Técnico Judiciário, área Administrativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO S. TOLEDO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 1.989, de 26 de março de 2018, publicada no DOU nº 80, de 26 de abril de 2018, Seção 1, página: 122, no caput do artigo 1º, onde se lê: "... Resolução Cofecon nº 1.870/2012, passa a vigorar...", leia-se: "... Resolução Cofecon nº 1.870/2012, que passa a vigorar..."; no artigo 1º, onde se lê: "Art. 24... § 2º... II - quadro sintético,...", leia-se: "... Art. 24... § 2º... III - quadro sintético,...".

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 189, DE 26 DE ABRIL DE 2018

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso das atribuições regimentais, ouvida a Comissão de Odontologia Hospitalar e a Comissão de Ensino, "ad referendum" do Plenário, resolve:

Art. 1º. A realização da prova de habilitação em Odontologia Hospitalar aos Cirurgiões-Dentistas previamente inscritos, se dará no dia 24 de maio de 2018, às 09:00 horas horário de Brasília (DF).

Art. 2º. Caberá ao Conselho Regional de Odontologia de cada Estado que possua candidato inscrito a aplicação da prova.

Art. 3º. A divulgação da prova se dará através dos Conselhos Regionais de Odontologia com no mínimo 15 dias de antecedência.

Art. 4º. As provas deverão ser aplicadas simultaneamente por todos os Conselhos Regionais, de acordo com o horário oficial de Brasília.

Art. 5º. Poderão realizar a prova os candidatos previamente inscritos que possuam inscrição principal nos CROs, onde farão a avaliação, e se encontrem quites com suas obrigações financeiras.

Art. 6º. O candidato deverá se apresentar no local da prova, no dia e hora determinados, munido de documento oficial que preencha os seguintes requisitos:

I - Foto que permita clara identificação do portador;

II - Esteja em bom estado de conservação, sem rasuras ou adulterações; e,

III - Esteja dentro do prazo de validade.

Art. 7º. A prova escrita será constituída por 50 (cinquenta) questões objetivas da área de conhecimento.

Art. 8º. O candidato disporá de 03 (três) horas improrrogáveis para a sua realização.

Parágrafo único - As questões deverão ser respondidas com caneta azul ou preta.

Art. 9º. A correção das provas ficará a critério da Comissão de Ensino do CFO.

Art. 10º. Considerar-se-á habilitado a requerer o registro e inscrição, o candidato aprovado no concurso que receber no mínimo nota 7,0 (sete).

Art. 11º. A comissão examinadora do concurso deverá lavrar uma ata ao término da correção da prova e dará publicação do resultado no dia 30 de maio de 2018 no site do Conselho Federal de Odontologia.

Art. 12º. O Conselho Federal de Odontologia fornecerá um certificado comprobatório de aprovação, se for o caso, aos candidatos aprovados para efeito de registro e inscrição junto ao seu Conselho Regional.

Art. 13º. As referências bibliográficas para a realização da prova estão relacionadas no Apêndice I.

Art. 14º. O candidato tem o direito de interpor recurso no prazo máximo de 48 horas após a divulgação do resultado endereçado à Comissão de Ensino do Conselho Federal de Odontologia.

Art. 15º. Esta decisão entrará em vigor nesta data, independentemente de sua publicação na Imprensa Oficial.

JULIANO DO VALE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação do prazo da intervenção instaurada junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 7ª Região e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por meio da Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 e pelo Regimento Interno do CONTER: CONSIDERANDO a edição da Resolução CONTER nº 01, de 30 de janeiro de 2018 relativa à intervenção no CRTR 7ª Região e nomeação de Diretoria Executiva Provisória, publicada no D.O.U em 01 de fevereiro de 2018, seção 1, fls. 179-180; CONSIDERANDO o pedido de prorrogação do prazo da intervenção pelo período mínimo de 06 (seis) meses para a conclusão dos trabalhos, formulado pela Diretoria Executiva Provisória do CRTR 7ª Região, protocolizado no CONTER em 06/04/2018 sob o número 1049; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 24, inciso II e 43, da Resolução CONTER nº 14/2016, que dispõe sobre as normas gerais de intervenção do CONTER nos CRTR's; CONSIDERANDO a decisão de Reunião de Diretoria Executiva, ad-referendum da Plenária, realizada no dia 03 de maio de 2018 no sentido de acolhimento da solicitação; resolve:

Art. 1º PRORROGAR por 06 (seis) meses contados a partir de 01/04/2018, o prazo da intervenção instaurada junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 7ª Região, para conclusão dos trabalhos da Diretoria Executiva Provisória, com vistas a restaurar a regularidade administrativa e financeira do Regional. Parágrafo único- Ficam convalidados todos os atos praticados pela Diretoria Executiva Provisória a partir de 01/04/2018, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 2ºA Diretoria Executiva Provisória do CRTR 7ª Região permanece com a mesma composição original, a saber: TR. NAIARA FONTES MARQUES - DIRETORA PRESIDENTE; TR. RICARDO ANTONIO DE OLIVEIRA MACEDO - DIRETOR SECRETÁRIO; TR. RAFAEL AUGUSTO DOS SANTOS DIRETOR TESOUREIRO.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ratificando os termos da Resolução CONTER nº 01/2018, permanecendo inalterados os demais termos ali estabelecidos.

MANOEL BENEDITO VIANA SANTOS
Diretor-Presidente

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 136, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Revoga a Resolução 135/2018, que institui o Programa de Recuperação de Créditos 2018/2019 no âmbito do CREF2/RS, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO CREF2/RS, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do art. 40 do Estatuto do CREF2/RS, e:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.696 de 1º de setembro de 1998;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º da Resolução CONFEF nº 343/2017, que Institui o I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 no âmbito do Sistema CONFEF CREFs, destinado à regularização dos débitos das Pessoas Físicas e Jurídicas registradas e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 27 de abril de 2018, nos termos da 187ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Educação Física 2ª Região Rio Grande do Sul; resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução do CREF2/RS nº 135/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

A integra desta Resolução encontra-se disponível no sítio do CREF2/RS: http://www.crefrs.org.br

CARMEN MASSON
Presidente do CREF2RS

RESOLUÇÃO Nº 138, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Altera a Resolução nº 133/2018 que dispõe sobre o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região - CREF2/RS na eleição de 2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO CREF2/RS, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do art. 40 do Estatuto do CREF2/RS, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo inciso XII do art. 31 do Estatuto do CREF2/RS;

CONSIDERANDO, a deliberação em reunião do Plenário realizada em 27 de abril de 2018, nos termos da 187ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Educação Física 2ª Região Rio Grande do Sul; resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 4º do Regimento Eleitoral, inserindo o Parágrafo único com a seguinte redação:

Parágrafo único: Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

A integra desta Resolução encontra-se disponível no sítio do CREF2/RS: http://www.crefrs.org.br

CARMEN MASSON

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO

RESOLUÇÃO N° 14, DE 10 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o regimento eleitoral do CREF18/PA-AP.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18/PA-AP, no uso de suas atribuições estatutárias, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40, inciso IX do Estatuto do CREF18/PA-AP e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 70, parágrafo único, do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 18° Região CREF18/PA-AP

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF número 346 de 16 de novembro 2017.

CONSIDERANDO, o deliberado na 12ª Reunião Plenária do CREF18/PA-AP, realizada em 10 de março de 2018

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DA ELEIÇÃO E DO VOTO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral tem por objetivo normatizar o processo eleitoral para a eleição de 28 (vinte e oito) Membros do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região - CREF18/PA-AP, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 03 (três) anos e 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos.

Art. 2º - A eleição realizar-se-á dia 06 de setembro de 2018, na sede situado na Av. Generalíssimo Deodoro, 887 - Nazaré - Belém - Pará, das 08 h às 17h, mediante Edital de Convocação da Eleição, e reger-se-á pelos dispositivos estabelecidos neste Regimento, aprovado em Reunião do Plenário do CONFEF, sendo o mesmo complementar a seu Estatuto.

Art. 3º - Em atendimento ao princípio da ampla divulgação, fica ao encargo do CONFEF o envio a todos os Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs de correspondência sobre a realização da eleição.

Art. 4º - Só poderá votar o Profissional de Educação Física registrado no CREF18/PA-AP, em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, de acordo com o artigo 65 do Estatuto do CREF18/PA-AP c/c artigo 115 do Estatuto do CONFEF.

Art. 5º - O voto é secreto, direto e pessoal e será exercido pelo Profissional de Educação Física que estiver apto a votar na área de abrangência do CREF18/PA-AP.

§ 1º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos:

I - impedimento legal ou força maior;

II - enfermidade;

III - ausência da abrangência territorial;

IV - ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade;

V - Outros que venham a ser aceitos pelo CREF18/PA-AP.

§ 2º - A justificativa de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada acompanhada da respectiva comprovação ao CREF18/PA-AP até 30 (trinta) dias após a data da eleição.

Art. 6º - O CREF18/PA-AP adotará as seguintes formas de voto abaixo elencadas:

I - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física;

II - por correspondência, encaminhada, obrigatoriamente, via postal.

§ 1º - Dentre as formas de voto ofertadas, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier.

§ 2º - Nos casos de voto por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data.

§ 3º - Ocorrendo a modalidade de voto por comparecimento pessoal, o Profissional de Educação Física deverá apresentar, no momento da votação, a Cédula de Identidade Profissional, e na sua ausência, Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou Carteira Nacional de Habilitação.

§ 4º - Os envelopes do voto por correspondência (envelopes pré-endereçados) conterão código de barras identificador do Profissional de Educação Física votante para efetivo controle.

§ 5º - Nos casos de voto por correspondência, o armazenamento dos mesmos dar-se-á através de Caixa Postal dos Correios ou nos Correios, sendo o transporte dos referidos votos até a Sede do CREF18/PA-AP feito através de urna lacrada e na presença dos fiscais das chapas.

§ 6º - Nos casos em que houver uma única chapa concorrente os votos poderão ser recebidos na Sede do CREF18/PA-AP e serão armazenados em urna lacrada, especificamente para esse fim, a ser mantida, exclusivamente, na Sede do CREF18/PA-AP.

SEÇÃO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 7º - O edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial da União e veiculado na página eletrônica do CREF18/PA-AP no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar:

I - data, horário de início e de encerramento da eleição, bem como endereços dos locais de votação;

II - a informação de que a nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica, www.cref18.org.br;

III - a obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do art. 4º deste Regimento Eleitoral;

IV - a indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas.

SEÇÃO III

DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF18/PA-AP

Art. 8º - É elegível para Membro do CREF18/PA-AP, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher os requisitos e condições básicas elencadas no artigo 74 c/c e art 75 do Estatuto do CREF18/PA-AP, bem como no artigo 124 e 125 do Estatuto do CONFEF, abaixo relacionados:

I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado;

II - possuir curso superior de Educação Física;

III - estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais;

IV - possuir registro profissional por, pelo menos, 02 (dois) anos ininterruptos;

V - ter votado ou justificado o voto na última eleição;

VI - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa;

VII - não ter contas rejeitadas pelo CREF18/PA-AP;

VIII- não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs;

IX - não for inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs;

X - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

XI - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado;

XII - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, em decisão administrativa definitiva;

§ 1º - O atendimento dos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei.

§ 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma fraudulenta, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP para registro no pleito, resultará em instauração de processo disciplinar e ético, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e do CREF18/PA-AP e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

§ 3º - O CREF18/PA-AP poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima.

§ 4º - Em relação aos candidatos do CREF18/PA-AP, a exigência contida no inciso V deste artigo diz respeito à última eleição ocorrida no CREF8/AM-AC-RO-RR, haja vista tais Profissionais serem registrados na época da última eleição ocorrida em do CREF8/PA-AP.

SEÇÃO IV

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 9º - Para execução do procedimento eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região, o CREF18/PA-AP nomeará uma Comissão Eleitoral mediante Resolução, que será publicada no Diário Oficial da União e, que será composta de 5 (cinco) Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 2 (dois) serão Membros Efetivos e 2 (dois) serão Membros Suplentes.

Parágrafo único - É vedado participar da Comissão os candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os empregados do CREF18/PA-AP.

Art. 10° - À Comissão Eleitoral compete:

I - acompanhar todos os prazos estabelecidos nas Diretrizes Eleitorais emanadas pelo CONFEF e neste Regimento Eleitoral;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos;

III - apreciar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral;

IV - aprovar o modelo da cédula eleitoral;

V - rubricar as cédulas eleitorais;

VI - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais aptos a votar, juntamente com a carta voto, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto no CREF18/PA-AP, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência a eleição;

VII - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio da carta-voto;

VIII - promover o lacre na urna receptora dos votos por correspondência, seja, para retirada dos votos na sede dos Correios e na ocorrência de chapa única;

IX - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito;

X - compor a mesa de votação desde o início até o fim do processo eleitoral;

XI - dar por aberto e por encerrado o processo de votação;

XII - atuar no processo de voto por comparecimento pessoal, procedendo a:

a) identificação dos votantes;

b) verificação das assinaturas na folha de votação;

c) observação da colocação das cédulas nas urnas lacradas;

d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de votos com a folha de votação, após o término da votação;

XIII - atuar no processo de voto por correspondência, procedendo:

a)o acompanhamento, através de um de seus membros, o transporte dos votos por correspondência até a sede do CREF18/PA-AP, que será feito através de urna lacrada e na presença dos fiscais das chapas;

b)abertura da urna lacrada, retirando os envelopes pré-endereçados;

c)confronto do nome dos votantes com a folha de votação;

d)retirada dos envelopes pardos de dentro dos envelopes pré-endereçados;

e)retirada das cédulas eleitorais de dentro dos envelopes pardos, colocando-as de volta na urna;

XIV - abrir as urnas lacradas referentes aos votos por comparecimento pessoal e por correspondência, procedendo à contagem de votos depositados;

XV - confrontar a relação da folha de votação dos votos por correspondência com a folha de votação dos votos por comparecimento pessoal;

XVI - proceder ao escrutínio dos votos;

XVII - declarar a chapa vencedora;

XVIII - confeccionar o relatório e a ata circunstanciada da eleição;

XIX - encaminhar ao Presidente do CREF18/PA-AP o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição.

Art. 11 - Após a homologação da eleição, pelo Plenário do CREF18/PA-AP, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

CAPÍTULO II

DAS CHAPAS

SEÇÃO I

DO REGISTRO

Art. 12 - O requerimento de registro das chapas deverá conter, obrigatoriamente, a nominata completa dos 28 (vinte e oito) Membros do CREF18/PA-AP, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 03 (três) anos e o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos, com seus respectivos números de registro no CREF18/PA-AP e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF18/PA-AP e o nome fantasia da mesma, nos termos do art.68 do Estatuto do CREF18/PA-AP.

§ 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa.

§ 2º - O requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras.

§ 3º - No momento do registro, cada chapa deverá apresentar a declaração mencionada no §1º do artigo 8º do presente Regimento, bem como assinar o termo de que trata o artigo 47 deste Regimento.

§ 4º - O requerimento de registro das chapas deverá ser assinado e entregue pelo representante da chapa e dirigido, em duas vias, ao Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 5º - Cada chapa, ao ser apresentada no CREF18/PA-AP, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de entrada do mesmo.

§ 6º - O número de ordem de registro será o número da chapa concorrente.

§ 7º - As chapas que cometerem qualquer irregularidade tanto com referência ao registro de candidatos não habilitados, quanto às normas estabelecidas neste Regimento, serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

Art. 13 - O prazo para registro das chapas será aberto 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma, em caso do prazo findar-se em dia não útil, prorrogar-se-á para o dia útil imediatamente posterior.

Art. 14- A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-os ou indeferindo-os, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro.

§ 1º - Do despacho que indeferir o requerimento de registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da decisão do mesmo.

§ 2º - Os recursos referidos no caput deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo dos mesmos.

§ 3° - Após o julgamento de que trata o §1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União ou mediante veiculação na página eletrônica do CREF18/PA-AP (www.cref18.org.br).

§ 4º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo.

§ 5º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 15 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF18/PA-AP encaminhará para publicação no Diário Oficial da União, bem como veiculará em sua página eletrônica ww.cref18.org.br, a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro nos CREFs dos seus respectivos integrantes.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS DAS CHAPAS REGISTRADAS

Art. 16 - O CREF18/PA-AP se compromete a viabilizar, mediante solicitação escrita das chapas, o envio aos integrantes do Colégio Eleitoral, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte a entrega, a proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições:

I - entregar no CREF18/PA-AP as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que o CREF18/PA-AP imprima as etiquetas e envie à agência dos Correios;

II - entregar, na agência dos Correios indicada pelo CREF18/PA-AP, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral;

III - custear os serviços de etiquetagem e remessa das correspondências.

§ 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo.

§ 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará no cancelamento do envio das propostas pelo CREF18/PA-AP, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio do Conselho.

Art. 17 - O CREF18/PA-AP se compromete a viabilizar, mediante solicitação escrita das chapas, o envio aos integrantes do Colégio Eleitoral, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte a entrega, a proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições:

I - entregar no CREF18/PA-AP as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que o CREF18/PA-AP imprima as etiquetas e envie à agência dos Correios;

II - entregar, na agência dos Correios indicada pelo CREF18/PA-AP, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral;

III - custear os serviços de etiquetagem e remessa das correspondências.

§ 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo.

§ 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará no cancelamento do envio das propostas pelo CREF18/PA-AP, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio do Conselho.

Art. 18 - Poderão ser enviadas aos Profissionais aptos a votar, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas registradas que estiverem em conformidade com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues na sede do CREF18/PA-AP, impreterivelmente, antes do 40º (quadragésimo) dia que anteceda a data da eleição, devendo tal material ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m^2.

Parágrafo único - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF18/PA-AP.

Art. 19 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF18/PA-AP, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao CREF18/PA-AP, no mínimo, 10 (dez) dias antes da data da eleição, para o endereço eletrônico www.cref18.org.br.

Art. 20 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta eleitoral pelos meios de comunicação do CREF18/PA-AP que contenha:

I - conteúdo vexatório e atentatório à imagem do Sistema CONFEF/CREFs;

II - manifestações contrárias à legislação;

III - conteúdo discriminatório;

IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física;

V - referência a patrocínios de qualquer espécie;

VI - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral.

Art. 21 - Cada chapa poderá obter o credenciamento de até 02 (dois) fiscais para cada local de votação, bem como para cada mesa apuradora.

§ 1º - O requerimento para o credenciamento disposto no caput deste artigo deverá ser feito no mínimo 10 (dez) dias antes da data da eleição.

§ 2º - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local para qual for solicitada.

§ 3º - A Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP deliberará em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras.

CAPÍTULO III

DAS CÉDULAS ELEITORAIS

Art. 22 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas nos moldes aprovados pela Comissão Eleitoral e distribuídas exclusivamente pelo CREF18/PA-AP, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo todas as chapas e os nomes fantasias das mesmas.

§ 1º - Os nomes das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas.

§ 2º - A cédula será confeccionada de maneira tal que ao estar dobrada resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

§ 3º - As cédulas eleitorais utilizadas na votação por comparecimento pessoal do Profissional e na votação por correspondência poderão ser descartadas após a homologação da eleição pelo Plenário do CREF18/PA-AP.

Art. 23 - As cédulas eleitorais deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas, na parte frontal, por pelo menos 02 (dois) Membros da Comissão Eleitoral ou conter código de segurança fornecido pelo CONFEF, também na parte frontal.

CAPÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

Art. 24 - O CREF18/PA-AP providenciará duas urnas lacradas distintas, sendo uma utilizada para os votos por comparecimento pessoal e outra para os votos por correspondência.

SEÇÃO I

DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

SUBSEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 25 - O CREF18/PA-AP enviará aos Profissionais o material necessário à prática do ato, com a antecedência de 35 (trinta e cinco) a 30 (trinta) dias da data marcada para eleição, contendo:

I - instruções para votação;

II - lista com a composição das chapas registradas;

III - um exemplar da cédula eleitoral rubricada, onde constará somente o número de registro e o nome fantasia de cada chapa concorrente;

IV - um envelope pardo para a cédula eleitoral;

V - um envelope pré-endereçado com código de barras identificador do Profissional de Educação Física (a inclusão ou exclusão ficará a critério de cada CREF) para que o votante possa remeter o material de votação.

Parágrafo único - Poderão também ser enviadas juntamente com os documentos elencados no caput deste artigo as propostas eleitorais das chapas registradas conforme de que trata o Art. 18° deste Regimento.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA DE VOTAÇÃO

Art. 26 - O sistema de voto por correspondência observará as seguintes normas:

I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP, principalmente, no que diz respeito à cédula eleitoral;

II - o voto por correspondência será encaminhado pelo Profissional para a Sede do CREF18/PA-AP, qual seja, Av. Generalíssimo Deodoro, 877. Nazaré, devendo constar no verso do envelope pré-endereçado o nome, por extenso, em letra de forma, número de registro e no respectivo CREF e o endereço do votante;

III - as cartas contendo os votos deverão ser encaminhadas através de correspondência, endereçada ao Presidente da Comissão Eleitoral;

IV - somente serão computados os votos que forem recebidos até 17h as horas do dia 06 de setembro de 2018, cabendo a cada Profissional remetê-lo com a antecedência devida.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio da correspondência.

§ 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que a sua carta foi recebida pela Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP.

§ 3º - Será aceito para fins de cumprimento do direito ao voto, sem, contudo, ser contabilizado, o voto postado pelo Profissional em data anterior a da eleição, mas que não tenha atendido os requisitos descritos no inciso IV deste artigo.

SUBSEÇÃO III

DO RECEBIMENTO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA PELO CREF18/PA-AP

Art. 27 - O CREF18/PA-AP, ao receber a correspondência relativa aos votos por correspondência, deverá guardá-los numa urna lacrada especificamente para esse fim, a ser mantida, exclusivamente, na Sede do CREF ou da Seccional/Delegacia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º - O CREF18/PA-AP assinalará na lista de votantes o dia e a hora em que os votos de que trata o caput deste artigo forem entregues pelos Correios.

§ 1º - A Comissão Eleitoral do CREF18/PA-AP, ao retirar os envelopes no Correios, fará a leitura de seus dados através do seu código de barras, lançando-se em sistema operacional próprio, onde será gerado relatório, juntamente com os envelopes para conferência.

§ 2º - No dia marcado para eleição o CREF18/PA-AP entregará a urna lacrada ao Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 3º - Havendo mais de um voto do mesmo Profissional, o CREF18/PA-AP o guardará em separado, entregando-os à respectiva Comissão Eleitoral no dia da eleição, para julgamento do fato.

SEÇÃO II

DO VOTO POR COMPARECIMENTO PESSOAL

Art. 28 - A modalidade de votos por comparecimento pessoal só poderá ocorrer de forma presencial pelo respectivo Profissional no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data.

SUBSEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 29 - O Presidente do CREF18/PA-AP deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a eleição, o seguinte material para o exercício do voto por comparecimento pessoal:

I - cédulas eleitorais;

II - urna(s);

III - cabine(s);

IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível, no recinto da votação;

V - listas de votantes;

VI - envelopes para remessa ao Presidente do CREF18/PA-AP dos documentos relativos à eleição;

VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais;

VIII - uma cópia desta Resolução;

IX - qualquer outro material que o Presidente do CREF18/PA-AP julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA E DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Art. 30 - O período de votação será de 9 (nove) horas consecutivas, tendo início às 8:00hs, observando-se, quanto ao ato de votar, as seguintes normas:

I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará um dos documentos elencados no parágrafo 3º do art. 6º deste Regimento, assinará a lista de votantes e receberá a cédula eleitoral rubricada, passando, em seguida, à cabine indevassável;

II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula eleitoral;

III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula eleitoral na urna, após exibi-la à Comissão Eleitoral, para verificação das rubricas.

Parágrafo único - Em caso de utilização de urnas eletrônicas na eleição, será seguida a orientação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

Art. 31 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

Art. 32 - O local de votação terá cabines indevassáveis.

Art. 33 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, servidores, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral.

SUBSEÇÃO III

DO SIGILO DO VOTO

Art. 34 - O sigilo do voto é assegurado mediante a adoção das seguintes providências:

I - uso de cédula eleitoral oficial;

II - isolamento do eleitor, em cabine indevassável para o único efeito de indicar, na cédula eleitoral, a chapa de sua escolha;

III - verificação da autenticidade da cédula eleitoral oficial à vista das rubricas.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

SEÇÃO I

DO CONFRONTO DAS LISTAS DE VOTANTES

Art. 35 - Antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votos por correspondência com as listas de votos por comparecimento pessoal de todos os locais onde houver eleição.

§ 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, com aquiescência dos fiscais das chapas, assinalando na ata o critério adotado.

§ 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial, serão desconsiderados os votos exercidos por qualquer outra forma.

SEÇÃO II

DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR COMPARECIMENTO PESSOAL DO PROFISSIONAL

Art. 36 - De posse das urnas lacradas e da lista de votantes, o Presidente da Comissão convidará os demais Membros da mesma a procederem à apuração, observando os seguintes procedimentos:

I - abertura da urna lacrada e contagem das cédulas eleitorais, confrontando-as com o número de presença nas folhas de votação;

II - leitura dos votos, cédula por cédula;

III - contagem e proclamação do resultado da urna;

IV - lavratura da ata de apuração;

SEÇÃO III

DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 37 - Recebida a lista dos votantes e as urnas lacradas contendo os votos por correspondência, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos:

I - abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes e rubricando ao lado;

II - abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas eleitorais, colocando-os em uma urna;

III - contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de votos nas folhas de votação;

IV - se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes, verificado nas respectivas listas, far-se-á a apuração;

V - abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos;

VI - contagem dos votos;

VII- proclamação do resultado da urna;

VIII - lavratura da ata de apuração;

Parágrafo único - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da folha de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo, aos atos do inciso II e seguintes deste artigo.

SEÇÃO IV

DO CÔMPUTO GERAL DOS VOTOS

Art. 38 - O cômputo geral dos votos dar-se-á da seguinte forma:

I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal;

II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência;

III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, com aquiescência dos fiscais de todas as chapas, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado;

IV - a soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência;

V - acolhimento de recursos;

VI - proclamação do resultado do pleito, após, encerrado o prazo recursal, informando a chapa com maior número de votos válidos.

§ 1º - Caso haja interposição de recurso em face do resultado apresentado pela Comissão, a proclamação final do resultado do pleito será realizada após julgados os recursos eventualmente interpostos, informando a chapa vencedora.

§ 2º - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com maior idade e, persistindo o empate, vence a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF18/PA-AP.

CAPÍTULO VI

DO RECURSO

Art. 39 - Caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, poderá ser interposto recurso dirigido à Comissão Eleitoral, por escrito e fundamentado, dentro do prazo de 02 (duas) horas após a proclamação dos resultados.

§ 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos.

§ 2º - O recurso a que alude o caput deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo.

§ 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso.

§ 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VII

DAS NULIDADES

Art. 40 - Considera-se nulo o voto:

I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado;

II - se o verso do envelope pré-endereçado não contiver os requisitos descritos no inciso II do artigo 26 deste Regimento;

III - se a cédula não corresponder ao modelo oficial;

IV - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral;

V - se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral;

VI - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que possam identificar o voto;

VII - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida;

VIII - se o eleitor assinalar seu voto, para mais de uma chapa;

IX - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral;

X - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado;

XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo.

Art. 41 - Considerar-se-á nula a eleição quando a nulidade atingir a mais de metade do número de Profissionais de Educação Física aptos a votar no CREF18/PA-AP.

§ 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos:

I - se for realizada em dia ou local diferentes do designado;

II - se não forem observados os preceitos estabelecidos neste Regimento Eleitoral.

§ 2º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF18/PA-AP marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação.

§ 3º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las, salvo se houver consenso entre as partes.

CAPÍTULO VIII

DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS

Art. 42 - Terminados os trabalhos, e após decorrido o prazo recursal, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a apuração e será lavrada ata que será assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que o desejarem, da qual constará:

nome e função de todos que assinarem a ata;

número dos Profissionais aptos a votar;

número dos Profissionais que votaram;

indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência;

indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por comparecimento pessoal;

indicação da totalidade dos votos válidos, brancos e nulos, apontando o percentual de votantes;

g) relatório sintético das ocorrências.

Parágrafo único - Havendo interposição de recurso, a eleição somente será declarada encerrada, após o julgamento do mesmo, momento em que será lavrada ata assinada pelos integrantes da Comissão Eleitoral.

Art. 43 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF18/PA-AP, mediante correspondência da Comissão a ser protocolizada no primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito, a chapa vencedora.

Art. 44 - No prazo de até 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF18/PA-AP enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição. Após tal homologação, o CREF18/PA-AP enviará a mesma, em até 04 (quatro) dias úteis, ao Diário Oficial da União, para publicação e veiculará em sua página eletrônica www.cref18.org.br, o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e números de registro junto ao CREF18/PA-AP.

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 45 - Ao Presidente do CREF18/PA-AP compete organizar o processo eleitoral em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada no CREF18/PA-AP, cujas peças essenciais são as seguintes:

a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral;

b) Regimento Eleitoral;

c) exemplares originais ou cópias autenticadas do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o extrato do Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas e a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorridas;

d) carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 3º deste Regimento;

e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF18/PA-AP, na data da publicação no Diário Oficial da União;

f) todas as publicações que fizeram alusão à eleição, por ordem cronológica;

g) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas;

h) deliberações aprovando os registros de chapas;

i) lista autêntica dos votantes;

j) exemplar original da cédula eleitoral e envelopes utilizados no pleito;

k) carta de instrução de voto;

l) propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver;

m) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais;

n) recursos apresentados;

o) resultado do julgamento dos recursos;

p) carta da Comissão Eleitoral enviada ao CREF18/PA-AP informando a chapa vencedora, devidamente protocolada.

§ 1º - Os documentos originais elencados neste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF18/PA-AP.

§ 2º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "j", que deverá ser original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018050700135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 46 - A Diretoria do CREF18/PA-AP encaminhará ao CONFEF, através de ofício assinado pelo Presidente, uma via do processo eleitoral para a devida homologação, no prazo de 07 (sete) dias após a aprovação do resultado do pleito pelo respectivo Plenário.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47 - As chapas concorrentes ao registrarem suas candidaturas junto ao CREF18/PA-AP, deverão receber todas as informações sobre o procedimento eleitoral e assinar, através do representante da chapa, um termo de reconhecimento legal das decisões do Plenário do CREF18/PA-AP e da Comissão Eleitoral.

Art. 48 - A chapa proclamada vencedora será empossada após a homologação pelos Plenários do CREF18/PA-AP e do CONFEF.

Art. 49 - O CREF18/PA-AP veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela respectiva Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição.

Parágrafo único - A relação de que trata o caput deste artigo será o comprovante de votação.

Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 51 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF18/PA-AP realizada no dia 10 de março de 2018, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 15, DE 27 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para abertura do processo eleitoral do CREFITO-13 para gestão 2019-2023, e a designação do sorteio público eleitoral, visando a formação da Comissão Eleitoral e eventual cadastro de reserva.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 13ª REGIÃO - CREFITO-13, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares, conferidas pela Lei 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e em cumprimento às Resoluções COFFITO 369/2009, 427/2013, 473/2016 e 488/17, que dispõem sobre as eleições diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a aproximação do término do mandato da atual gestão e a realização das eleições para o quadriênio 2019-2023;

CONSIDERANDO a necessidade de deflagrar o processo para a eleição dos Conselheiros integrantes do CREFITO-13, na forma do art. 3º da Lei 6.316/75;

CONSIDERANDO a possibilidade de deflagração do processo eleitoral a partir do 12º (décimo segundo) mês antecedente ao término do mandato vigente, conforme art. 1º da Resolução COFFITO 369/2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO 473/ 2016;

Considerando que cabe ao Presidente do Conselho instaurar o processo eleitoral em questão, por meio de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial da União, devendo proceder à designação de dia, hora e local para a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO-MS, visando à formação da Comissão Eleitoral local e eventual cadastro de reserva, conforme preconizado no art. 5º da Resolução COFFITO nº 369, de 06 de novembro de 2009, com a redação atribuída pela Resolução COFFITO nº 473, de 20 de dezembro de 2016;

INSTITUI a Portaria Nº 015, de 27 de abril de 2018, que reger-se-á pelas disposições abaixo elencadas:

Art. 1º. Fica deflagrado o processo para a eleição dos Conselheiros do CREFITO-13, para o mandato referente ao quadriênio 2019-2023, na forma do art. 3º da Lei nº 6.316/75, que será regido pela Resolução COFFITO nº 369, de 06 de novembro de 2009, com as alterações realizadas pelas Resoluções COFFITO nº 427, de 08 de julho de 2013, COFFITO nº 473, de 20 de dezembro de 2016 e COFFITO nº 488, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º. O sorteio público aleatório para a formação da Comissão Eleitoral, entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do CREFITO, será realizado no dia 08 de junho de 2018, às 9h, onde está sediado este Conselho, localizado à Rua 25 de dezembro nº 13, Centro, Campo Grande/MS.

Art. 3º. As questões omissas e/ou incidentais serão devidamente resolvidas pela Comissão Eleitoral formada, na forma do Regulamento Eleitoral e legislação pertinente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se a Portaria nº 14, de 10 de abril de 2018, publicado no DOU nº 72, Seção 1, pagina 212 em 16 de abril de 2018.

CARLOS ALBERTO ELOY TAVARES

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2 DE MAIO DE 2018

Declara a nulidade da parte final do §8º, do art. 1º, da Resolução nº 37, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de setembro de 2015, Seção 1, página 174, alterada pelo art. 2º, da Resolução 47, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de novembro de 2017, Seção 1, página 148, a fim de afastar a obrigação de pagamento de multa rescisória de 40%, aviso prévio e seguro desemprego, quando da exoneração de servidor ocupante de cargo comissionado

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições descritas no at. 4º, letra "r" da Res. CFMV nº 591, de 26 de junho de 1992, e

Considerando as competências investidas à Junta Governativa Interina do CRMV/RS, atribuídas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, conforme disposto na Resolução CFMV nº 1210, de 24 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, nº 79, de 25 de abril de 2018, página 100; e

Considerando aprovação da matéria em reunião realizada em 02 de maio de 2018. Resolve:

Art. 1º - Declarar a nulidade da parte final do §8º, do art. 1º, da Resolução nº 37, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de setembro de 2015, Seção 1, página 174, alterada pelo art. 2º, da Resolução 47, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de novembro de 2017, Seção 1, página 148.

Art. 2º - O art. 1º, §8º, da Resolução nº 37, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de setembro de 2015, Seção 1, página 174, passa a vigorar com o seguinte texto:

§ 8º - Os empregados comissionados farão jus ao recolhimento mensal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor nesta data, disponibilizando-se no site do CRMV/RS e publicando-se no Diário Oficial da União.

ELIZABETH ROTA CHITTO
Presidente - Junta Governativa
Interina

VERA LÚCIA MACHADO DA SILVA
Secretária Geral - Junta Governativa
Interina

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Estabelece normas e procedimentos para a reabilitação de psicólogos que tiveram os seus registros profissionais cassados, através de processo disciplinar ético.

O Conselho Regional de Psicologia - 08ª Região usando da competência que lhe confere a alínea "d", do art. 9º, da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria os Conselhos Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências e; CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia são os órgãos fiscalizadores da ética profissional em toda a República e, ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe de psicólogos, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Psicologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente, nos termos da alínea "c", do art. 9º, da Lei nº5.766/71; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFP nº 010/2005, de 21 de julho de 2005 (Código de Ética do Profissional Psicólogo); CONSIDERANDO a omissão do Código de Processamento Disciplinar sobre a reabilitação profissional de profissionais psicólogos que tiveram o seu registo profissional cassado, após transcorrido cinco anos da decisão, prevista nos parágrafos 1°, 2° e 3°do artigo 70 do mesmo diploma legal; CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na 787ª Sessão Plenária datada de 07 de abril de 2018. Resolve:

Art. 1° - O profissional deve requerer e justificar seu pedido de reabilitação profissional por escrito junto ao CRP-PR, sendo obrigatório - além dos documentos que instruem o pedido - a apresentação de certidão de antecedentes criminais;

Art. 2° - A COE analisará o pedido e as justificativas do requerente;

Art. 3º - A COE solicitará ao CRP-PR a publicação de Edital comunicando à sociedade a intenção de reabilitação profissional do requerente. O Edital abrirá prazo de 30 (trinta) dias corridos para que qualquer interessado apresente manifestação por escrito com justificativa de situação que possa vir a intervir no processo de reabilitação. O Edital será publicado nos mesmos meios pelos quais foi tornada pública a aplicação da penalidade de Cassação. Recebidas as manifestações, o requerente poderá se manifestar sobre os mesmos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Art. 4º - A COE analisará o pedido e demais documentos pertinentes;

Art. 5º - A COE constituirá uma Comissão Especial que agendará audiência/oitiva com o requerente para que este apresente pessoalmente os motivos que justificam seu pedido de reabilitação e/ou esclareça dúvidas da Comissão quanto ao pedido.

Art. 6º - A COE/Comissão Especial poderá solicitar demais diligências que considerar necessárias para sustentar sua indicação pelo deferimento ou indeferimento;

Art. 7° - A COE elaborará o Relatório do Procedimento de Reabilitação a ser apresentado ao Plenário, sugerindo o deferimento ou indeferimento do pedido. O Relatório do Processo de Reabilitação contemplará o pedido do interessado e suas justificativas, as manifestações da sociedade, os dados obtidos em audiência e/ou diligências, e o resgate histórico do Processo Disciplinar Ético que culminou na cassação do profissional;

Art. 8°- O Relatório será apresentado para deliberação do Plenário, pelo deferimento ou indeferimento do pedido. Para esta ocasião, o requerente será informado da data, sendo facultada sua presença ou a do seu representante legalmente constituído. Se presente, lhe será concedido o direito de fazer sustentação oral por 15 (quinze) minutos, em analogia aos procedimentos adotados em Julgamentos previstos no CPD;

Art. 9° - Considerando o que rege a Constituição Federal, o interessado poderá recorrer da decisão do Plenário junto ao Conselho Federal de Psicologia;

Art. 10° Os documentos produzidos no Procedimento de Reabilitação serão anexados ao Processo Disciplinar Ético que culminou na cassação do profissional;

Art. 11 - No caso de deferimento do pedido, a Diretoria fará orientação presencial ao profissional, quando o mesmo vier reaver sua carteira profissional.

Art. 12 - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CAROLINA DE SOUZA WALGER
Conselheira Secretária
CRP-08/11381

JOÃO BAPTISTA FORTES DE OLIVEIRA
Conselheiro Presidente
CRP-08/00173

